

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ROSSI MATTOS

**RADICALISMO DE ESQUERDA E ANTICOMUNISMO RADICAL: a União
Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964**

ASSIS
2013

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ROSSI MATTOS

**RADICALISMO DE ESQUERDA E ANTICOMUNISMO RADICAL: a União
Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual
Paulista para obtenção do título de Mestre em
História (Área de Conhecimento: História e
Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira

ASSIS
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – (CIP)

Mattos, André Luiz Rodrigues de Rossi.

Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964 / André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos. – Assis: [s.n.], 2013.

403 f. : il.

Orientador: Antonio Celso Ferreira

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista

1. Brasil - História. 2. Movimento estudantil - História. 3. União Nacional dos Estudantes. 4. Estudantes. 5. Esquerdas. 6. Comunismo. 7. Anticomunismo I. Ferreira, Antonio Celso. II. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. III. Título.

CDU - 981

FOLHA DE APROVAÇÃO

André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos

Dissertação de Mestrado em História: RADICALISMO DE ESQUERDA E
ANTICOMUNISMO RADICAL: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964

COMISSÃO JULGADORA

Presidente: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira – UNESP/Assis.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Jordão Machado – UNESP/Assis.

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco – USP/FFLCH.

Assis, ... de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradecer nominalmente a todos e todas que me acompanharam e contribuíram até o presente momento seria um risco. Tenho medo de ser injusto, de ser traído pela memória. Então, por algumas pessoas que participaram diretamente deste trabalho e da minha vida, irei agradecer todos e todas que sabem do apoio que prestaram, aos velhos e novos amigos e amigas.

À minha mãe, Neili, que esteve sempre presente e fez esforços possíveis e impossíveis desde cedo.

Ao meu padrasto, Cleber, que sempre prestou o seu apoio.

Ao meu pai, Hélio, *in memoriam*.

Ao meu irmão, Roberto, pela paciência.

Ao Professor e amigo John Kennedy Ferreira, que me incentivou aos estudos, leu o primeiro artigo de jornal que me arrisquei em publicar e se esforçou para enviar livros sobre o tema da minha pesquisa.

À Professora Raquel Discini de Campos, amiga e a maior das minhas incentivadoras, com quem conversei pela primeira vez sobre as minhas pesquisas e vontades.

Ao Professor e amigo Celso de Carvalho Junior, que orientou a minha primeira pesquisa sobre o movimento estudantil na graduação em Ciências Sociais. Não há como agradecer-lo pelas longas horas de explicações e apoio que me prestou.

Aos professores da Qualificação, Dr. Milton Carlos Costa e Dr^a. Zélia Lopes da Silva, e da Defesa, Dr. Lincoln Ferreira Secco e Dr. Carlos Eduardo Jordão Machado, que tiveram paciência para ler e contribuir com a pesquisa.

Ao professor Antonio Celso Ferreira, pela oportunidade, orientação, presença, amizade e conhecimento que proporcionou no decorrer de todo o meu trabalho.

Aparecida, essa moça
cujas histórias vou contar
não teve glória nem fama
de que se possa falar.
Não teve nome distinto:
criança brincou na lama,
fez-se moça sem ter como,
nasceu na Praia do Pinto
morreu no mesmo lugar.

Ferreira Gullar (Quem matou Aparecida, 1962 – CPC)

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. RADICALISMO DE ESQUERDA E ANTICOMUNISMO RADICAL: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 403 f. Dissertação. (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Em diferentes períodos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve em evidência no cenário político brasileiro, envolvida, como participante ou protagonista, em temas e movimentos que agitaram a sociedade brasileira. Entretanto, o papel que essa entidade desempenhou em nome do movimento universitário nesses cenários não pode ser entendido como expressões militantes de um movimento suspenso ou desconexo das disputas em torno de determinadas demandas, homogêneo, destituído de cisões, disputas e predominâncias políticas e ideológicas que grupos, organizações e partidos exerceram um sobre outros no seu interior e no conjunto das suas relações.

Assim, é possível identificar a atuação de diferentes forças políticas na UNE e movimento universitário, forças essas que intervieram de modo organizado em defesa de suas crenças e repertórios. Dentre essas, destacam-se os jovens comunistas, os udenistas, socialistas, católicos e anticomunistas radicais, grupos, organizações e partidos que contribuíram ou se opuseram aos repertórios predominantes na atuação da UNE.

A partir dessas identificações, o objetivo do presente estudo é analisar a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre os anos de 1945 e de 1964, com ênfase nas forças políticas que atuaram no interior do movimento universitário e que disputaram espaços para que pudessem se expressar por meio das entidades estudantis, o que em última instância se considerou como maneiras de legitimar práticas e crenças expressas nos repertórios sugeridos ao conjunto do movimento.

Palavras-chave: União Nacional dos Estudantes, estudantes, movimento estudantil universitário, juventude, comunismo, anticomunismo.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. RADICALISM AND LEFT IN ANTICOMMUNISM RADICAL: the National Union of Students between 1945 and 1964. 2013. 403 f. Dissertation. (Master's degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

In different periods, the National Union of Students (*UNE*, in Portuguese) was evident in the political scene, involved as a participant or protagonist in themes and movements that shook Brazilian society. However the role played by this entity in name of the university movement in these scenarios cannot be understood as militant expressions of a suspended or disconnected from disputes movement around certain demands, or as a homogeneous, destitute of scission, disputes and political and ideological predominance team that other groups, organizations and parties exerted one over the others inside of the group and in all their relationships.

Thus it is possible to identify the role of different political forces in *UNE* and in the university movement and these forces intervened in an organized way in defense of their beliefs and repertoires. Among all of these we highlight the young communists, the *udenistas*, socialists, Catholics and radical anti-communists, groups, organizations and parties that contributed to or opposed to the predominant repertoires in *UNE* actions.

From these identifications, the objective of this study is to analyze the performance of the National Union of Students between the years 1945 and 1964, with emphasis on groups, organizations and parties who acted inside the university movement and disputed areas so that they could express themselves by means of student organizations, which ultimately was considered as ways of legitimizing practices and beliefs expressed in the repertoires suggested to the whole movement.

Keywords: National Union of Students, students, university movement, youth, communism, anticommunism.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 - COMÍCIO CONTRA A MORTE DE DEMÓCRITO SOUZA NO DISTRITO FEDERAL	44
IMAGEM 02 - PANFLETO DISTRIBUÍDO PELA FBJC, EM 1935	155
IMAGEM 03 - DIVULGAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE APOLÔNIO DE CARVALHO SOBRE A UJC.....	166
IMAGEM 04 - MANIFESTAÇÃO ORGANIZADA PELA UJC CONTRA A GUERRA E ACORDO MILITAR BRASIL-EUA.....	172
IMAGEM 05 - DEPOIS DE TEREM ABANDONADO O FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE E RETORNADO AO BRASIL, CARMEN DOS SANTOS RIBEIRO, TACIANO CORDEIRO E SOANE NAZARÉ DE ANDRADE, NO MOMENTO EM QUE FORAM RECEBIDOS POR GETÚLIO VARGAS	180
IMAGEM 06 - ESTUDANTE (NÃO IDENTIFICADO PELO NOME), NO MOMENTO EM QUE APRESENTOU O LP NA SEDE DA UNE, NO QUAL ESTARIA GRAVADO O SUPOSTO DIÁLOGO ENTRE O PRESIDENTE DA UME E UM AGENTE POLICIAL...	189
IMAGEM 07 - MENSAGEM DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE E DA FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA	192
IMAGEM 08 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA “POR UM PACTO DE PAZ ENTRE AS 5 POTÊNCIAS”	193
IMAGEM 09 - COMÍCIO ORGANIZADO NO DISTRITO FEDERAL EM JANEIRO DE 1953, CONTRA O ACORDO DE COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL – EUA	216
IMAGEM 10 - PASSEATA REALIZADA PELO COMANDO DE GREVE DA UEE/SP, EM SETEMBRO DE 1954, PELO RECONHECIMENTO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ QUEIROZ”, DO GRÊMIO POLITÉCNICO DA USP E PELA AUTONOMIA DAS ENTIDADES ESTUDANTIS.....	229
IMAGEM 11 - COMUNICADO DA CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA, PUBLICADOS NOS JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO.....	233
IMAGEM 12 - EM PASSEATA, A CHAPA NACIONALISTA, QUE VENCEU AS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO CENTRO ACADÊMICO “NOVE DE JULHO”, DA	

FACULDADE DE DIREITO DE BAURU, EXIBEM O SÍMBOLO DA CAMPANHA: RÉPLICA DE UMA TORRE DE PETRÓLEO.....	246
IMAGEM 13 - EXEMPLO DE ORGANOGRAMA PARA A ORGANIZAÇÃO DOS MILITANTES DA AP NO SETOR UNIVERSITÁRIO	284
IMAGEM 14 - BONDES TOMBADOS NA REGIÃO CENTRAL DO DISTRITO FEDERAL	296
IMAGEM 15 – POPULARES AO ATACAR UM BONDE NA REGIÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO.....	299
IMAGEM 16 - POLÍCIA DA GUANABARA IMPEDE QUE O CPC APRESENTE A PEÇA "AUTO DOS 99%", NAS ESCADARIAS DA FACULDADE NACIONAL DE ENGENHARIA, DURANTE GREVE POR UM TERÇO	208
IMAGEM 17 - SEMANA DAS REFORMAS DE BASE PROMOVIDO PELO COMITÊ DA FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR DO BAIRRO DO MÊIER	310
IMAGEM 18 - SESSÃO DO II SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA, CURITIBA, PR	319
IMAGEM 19 - OFÍCIO ENVIADO PELO IBAD (1962), SOLICITANDO ENDEREÇOS PARA QUE A REVISTA <i>AÇÃO DEMOCRÁTICA</i> FOSSE ENVIADA GRATUITAMENTE AOS VEREADORES DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP.....	350
IMAGEM 20 - “CASA DOS LACAIOS DE MOSCOU –MAC”. FACHADA DA SEDE DA UNE, NA PRAIA DO FLAMENGO, Nº. 132, RJ, NO DIA SEGUINTE AO ATENTADO DO MAC	359
IMAGEM 21 - CARTAZ DO XXV CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES, REALIZADO NO HOTEL QUITANDINHA, RJ	376
IMAGEM 22 - MANIFESTAÇÃO ANTICOMUNISTA REALIZADA POR ESTUDANTES, MÃES E PERSONALIDADES POLÍTICAS NA PRAÇA CENTRAL DA CIDADE DE BIRIGUI, INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	382
IMAGEM 23 - PRÉDIO DA UNE, NA PRAIA DO FLAMENGO, Nº. 132, RJ, APÓS SER APEDREJADA, SAQUEADA E INCENDIADA NA NOITE DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	387
IMAGEM 24 - ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE MACKENZIE NO MOMENTO EM COMEMORAVAM O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 PELAS RUAS DE SÃO PAULO.....	390

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC - Ação Católica
ACB - Ação Católica Brasileira
AD - Ação Democrática
ADE - Aliança Democrática Estudantil
ADEIA - Associação dos Docentes do Ensino Industrial e Agrícola
AEC - Associação de Educação Católica
AIA - Aliança Independente Acadêmica
AIE - Associação de Imprensa Estudantil
ALA - Aliança Libertadora Acadêmica
ALU - Aliança Liberal Universitária
AMES - Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários
ANL - Aliança Nacional Libertadora
AP - Ação Popular
APESNOESP - Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo
AUC - Ação Universitária Católica
BDU - Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CACO - Centro Acadêmico Candido de Oliveira
CAD - Coligação Acadêmica Democrática
CAMDE - Campanha da Mulher Pela Democracia
CBDU - Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CCP - Controle de Preços
CDP - Centro de Defesa do Petróleo
CEB - Casa do Estudante do Brasil
CEDPEN - Centro de Estudos do Petróleo e da Economia Nacional
CFE - Conselho Federal de Educação
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CIJS - Centro Internacional da Juventude Socialista
CJN - Comissão Juvenil Nacional
CJP - Centro de Jovens Proletários
CMJ - Conselho Mundial da Juventude
CMTC - Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo
CNOP - Comitê Nacional de Organização Provisória
CNP - Comissão Nacional do Petróleo
COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COSEC - Coordenadoria Internacional de Uniões Nacionais de Estudantes
CPC - Centro Popular de Cultura
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP - Centro do Professorado Paulista
CRA - Cruzada Brasileira Anticomunista
CSSP - Conselho Sindical de São Paulo
CTA - Conselho Técnico Administrativo
DAP - Departamento de Assistência Penitenciária
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DE da UDN - Departamento Estudantil da UDN
DEN/DDN - Departamento Estudantil Nacional da UDN
DOPS – Departamento (Delegacia) de Ordem Política e Social

DREC - Diretório Revolucionário de Estudantes de Cuba
ED - Esquerda Democrática
ENE - Encontro Nacional de Estudantes
FAD - Frente Acadêmica Democrática
FAE - Federação Atlética dos Estudantes
FBJC - Federação Brasileira da Juventude Comunista
FDLN - Frente Democrática de Libertação Nacional
FED - Frente Estudantil Democrática
FEI - Federação dos Estudantes da Índia
FEUE - Federação de Estudantes Universitários do Equador
FJB - Federação da Juventude Brasileira
FJD - Frente da Juventude Democrática
FMJD - Federação Mundial da Juventude Democrática
FMJEPA - Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade
FMP - Frente de Mobilização Popular
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
FPTA - Federação Paulista de Teatro Amador
FR - Frente de Resistência
FVE - Federação Vermelha dos Estudantes
GAP - Grupo de Ação Patriótica
GAP - Grupo de Ação Popular
GRAP - Grupo Radical de Ação Popular
HAC - Homens da Ação Católica
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC - Internacional Comunista
IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IS - Juventude Socialista
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC - Juventude Agrária Católica
JC - Juventude Comunista
JCB - Juventude Católica Brasileira
JEC - Juventude Estudantil Católica
JFC - Juventude Feminina Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JMC - Juventude Masculina Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEON - Legião Estudantil de Orientação Nacional
LFAC - Liga Feminina de Ação Católica
MAC - Movimento Anticomunista
MAF - Movimento de Arregimentação Feminina
MEB - Movimento de Educação de Base
MEI - Movimento Estudantil Independente
MESB - Movimento dos Estudantes Socialistas do Brasil
MOJS - Movimento Organizador da Juventude Socialista
MRJ - Movimento de Resistência Juvenil
MSE - Movimento Solidarista Universitário
MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento
MURD - Movimento Universitário de Resistência Democrática

OBPC - Organização Brasileira pela Paz e pela Cultura
OEA - Organização dos Estados Americanos
OEAC - Organização Estudantil Anticomunista
ONEA - Organização Nacional dos Estudantes de Arte
PAD - Partido Acadêmico Democrático
PAP - Partido Acadêmico Progressista
PC - Partido Comunista
PCB - Partido Comunista do Brasil
PL - Partido Libertador
POLOP - Política Operária
PRA - Partido Renovação Acadêmica
PRP - Partido de Representação Popular
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUA - Pacto de Unidade Intersindical
RUM - Reerguimento da União Metropolitana
SAC - Senhoras da Ação Católica
SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social
SEMS - Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido
SNRU - Seminário Nacional de Reforma Universitária
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA - Superintendência para a Reforma Agrária
TEB - Teatro do Estudante do Brasil
TPE - Teatro Paulista do Estudante
TUB - Teatro Universitário Brasileiro
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundários
UCE - União Carioca dos Estudantes
UCE - União Catarinense dos Estudantes
UCES - União Campineira dos Estudantes Secundários
UDN - União Democrática Nacional
UDS - União Democrática Socialista
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEP - União dos Estudantes de Pernambuco
UESP - União dos Estudantes Secundários Paulistanos
UFE - União Fluminense dos Estudantes
UIE - União Internacional dos Estudantes
UIJS - União Internacional da Juventude Socialista
UJC - União da Juventude Comunista
UMC - União dos Moços Católicos
UMD - União da Mocidade Democrática
UME - União Metropolitana dos Estudantes
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNES - União Nacional dos Estudantes Secundários
UPA - União dos Patriotas Anticomunistas
UPE - União Paraibana dos Estudantes
UPES - União Paulista dos Estudantes Secundários
URES - União Regional dos Estudantes Secundários

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	03
LISTA DE IMAGENS	07
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	09
INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO 1. A UNE ENTRE OS ANOS DE 1945 E 1950: UDENISTAS, SOCIALISTAS E ANTICOMUNISTAS.....	28
1.1 O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO EM 1945: COM OU SEM VARGAS?	32
1.1.1 O ASSASSINATO DE DEMÓCRITO DE SOUZA E A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: A ADESÃO ESTUDANTIL À UDN	41
1.2 O DEPARTAMENTO ESTUDANTIL DA UDN	49
1.2.1 SOB O COMANDO UDENISTA: O VII CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES E A UNIDADE EM TORNO DA UNE	54
1.2.2 A CONSOLIDAÇÃO UDENISTA NO IX CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES: CULTURA, EDUCAÇÃO E CUSTO DE VIDA	60
1.2.3 AS CAMPANHAS CONTRA A CARESTIA	66
1.3 A UNE SOB A PRESIDÊNCIA DOS SOCIALISTAS: 1947-1950	81
1.3.1 APONTAMENTOS SOBRE OS ESTUDANTES SOCIALISTAS E A COALIZÃO ESTUDANTIL DE ESQUERDA.....	86
1.3.2 A CAMPANHA PRÓ EXPLORARÃO DO PETRÓLEO, A EDUCAÇÃO, A AUTONOMIA DAS ENTIDADES ESTUDANTIS E ADESÃO AOS MOVIMENTOS PELA PAZ MUNDIAL.....	92
1.3.3 A CAMPANHA PRÓ EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO.....	92
1.3.4 O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO	95
1.3.5 A AUTONOMIA DAS ENTIDADES ESTUDANTIS	97
1.3.6 A ADESÃO AOS MOVIMENTOS PELA PAZ.....	103
1.4 A FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ANTICOMUNISTAS NO DISTRITO FEDERAL	110
1.4.1 A ELEIÇÃO DA UME EM 1947	112

1.4.2 A ELEIÇÃO DA UME/DF EM 1948 E O SURGIMENTO DA ALIANÇA LIBERTADORA ACADÊMICA	117
1.4.3 AS INTERDIÇÕES DO PRÉDIO DA UNE E O SURGIMENTO DA COLIGAÇÃO ACADÊMICA DEMOCRÁTICA (CAD)	123
1.4.4 A COLIGAÇÃO ACADÊMICA DEMOCRÁTICA E O XII CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES.....	135
1.4.5 A DERROTA DAS ESQUERDAS ESTUDANTIS	140
CAPÍTULO 2. COMUNISTAS E ANTICOMUNISTAS NO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS DE 1950.....	
2.1 A FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES COMUNISTAS	148
2.2 A FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA BRASILEIRA: O TEMPO DAS EXPERIÊNCIAS (1927-1937).....	151
2.3 O TRABALHO DE JUVENTUDE NO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO (1938 – 1945).....	161
2.4 A UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA: UMA ORGANIZAÇÃO LEGAL, DEMOCRÁTICA E ABERTA A TODAS AS TENDÊNCIAS E RELIGIÕES.....	163
2.5 A REORGANIZAÇÃO DA UJC PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL (1950)	170
2.6 A UNE COMO ORGANIZAÇÃO DE COMBATE AOS JOVENS COMUNISTAS	176
2.7 O XV CONGRESSO DA UNE E A DESFILIAÇÃO JUNTO À UIE	183
2.8 A CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE E FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA	190
2.9 REDEFINIÇÕES NO TRABALHO DE JUVENTUDE DOS COMUNISTAS: A ÊNFASE NA MILITÂNCIA UNIVERSITÁRIA: 1954-1960	194
2.10 REDEFINIÇÕES E TENDÊNCIAS NO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO ENTRE OS ANOS DE 1954 E 1956	210
2.11 O XVII CONGRESSO DA UNE: VITÓRIA DA COALIZÃO DE ESQUERDA.....	220
CAPÍTULO 3. A RENOVAÇÃO RADICAL DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO: A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA E A AÇÃO POPULAR.....	
3.1 A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA.....	249
3.1.1 A ASCENSÃO DA JUC NO INTERIOR DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO E A PRESIDÊNCIA DA UNE	255

3.1.2 OS CONFLITOS ENTRE A JUC E A HIERARQUIA DA IGREJA: AÇÃO MISSIONÁRIA, AÇÃO SOBRE AS ESTRUTURAS E A ALIANÇA COM OS COMUNISTAS	263
3.2 A AÇÃO POPULAR	278
3.3 A UNE NA CAMPANHA DA LEGALIDADE E A CONTINUIDADE DA COALIZÃO DE ESQUERDA NO INTERIOR DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO	286
3.3.1 DA GREVE DOS BONDES À FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR	291
3.3.2 AS GREVES DOS BONDES NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO: 1956 - 1958	294
3.3.3 A EXPERIÊNCIA OPERÁRIO-ESTUDANTIL DOS ESTUDANTES MINEIROS..	300
3.3.4 O CENTRO POPULAR DE CULTURA.....	306
3.3.5 AS REFORMAS DE BASE.....	311
3.3.6 A LUTA ESPECÍFICA DOS ESTUDANTES: A REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	315
3.3.7 AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS E A CRÍTICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: 1960 – 1961	318
 CAPÍTULO 4. DISPUTAS DE CONTEÚDO: A UNE COMO INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO	325
4.1 OS CONTEÚDOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA	332
4.2 DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE O PAPEL DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO NOS ANOS 1960	345
4.2.1 A “AÇÃO DEMOCRÁTICA” CONTRA A INFILTRAÇÃO “VERMELHA” ENTRE OS UNIVERSITÁRIOS	349
4.2.2 A UNE SOB O ATAQUE DOS ANTICOMUNISTAS	357
4.2.3 A GREVE POR UM TERÇO.....	367
4.3 ENTRE A GREVE E O GOLPE: RADICALIZAÇÃO E REFLUXO DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO	374
4.3.1 O XXV CONGRESSO DA UNE: O CONGRESSO DAS ESQUERDAS	375
4.3.2 O XXVI CONGRESSO DA UNE E O GOLPE CIVIL-MILITAR.....	383
 CONCLUSÃO.....	391
 PESQUISA DE FONTES, INSTITUIÇÕES, ACERVOS E BIBLIOTECAS.....	396
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	397

INTRODUÇÃO

Em diferentes períodos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve em evidência no cenário político brasileiro, envolvida como participante ou protagonista em temas que agitaram a sociedade brasileira. Na historiografia sobre a UNE, constam as campanhas pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra o fascismo; o acirrado debate no período final do Estado Novo; a defesa das demandas nacionalistas; pela posse de João Goulart; pela reforma universitária e, principalmente, o papel de combate e resistência à ditadura militar. Entretanto, o papel que essa entidade desempenhou em nome do movimento universitário nesses cenários não pode ser entendido como expressões militantes de um movimento suspenso ou desconexo das disputas em torno de determinadas demandas, homogêneo, destituído de cisões, disputas e predominâncias políticas e ideológicas que grupos, organizações e partidos exerceram um sobre outros no seu interior e no conjunto das suas relações.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que como entidade de coordenação ou orientação do movimento universitário, a UNE foi um canal de expressão de diversos grupos políticos que, ao seu tempo, tiveram as suas prioridades e concepções aprovadas nas instâncias de legitimação dos repertórios¹ da entidade para que se expressassem como demandas de todo o movimento. Por outro lado, como entidade que se assumiu e foi reconhecida como representante de todos os universitários brasileiros, teve de resguardar em seu repertório espaços para a coexistência tanto das múltiplas demandas que existiram entre os militantes que ocuparam as suas diretorias, quanto dos repertórios que existiram nas entidades estudantis regionais e nas forças políticas que, mesmo desalojadas das direções, mantiveram expressão no interior do movimento, assim como diferentes experiências associativas e políticas que se organizaram no interior das instituições de ensino e com as quais, como entidade representativa, a UNE teve de se solidarizar ou combater.

Essa diversidade já foi indicada por diversos autores² e é importante para definir que o movimento universitário e as entidades estudantis não são homogêneos e nem imutáveis no tempo e no espaço. Desse modo, sem nunca perder de vista certa predominância de um ou outro grupo e suas concepções, em diferentes conjunturas e sob a direção de diferentes agrupamentos, as entidades e o próprio movimento podem assumir posições diferentes,

¹ Por repertório entende-se as pautas, demandas e reivindicações que predominaram nas entidades estudantis e nas organizações políticas que atuaram em seu interior.

² SANFELICE, José Luis. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986; ;MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1984*. Campinas: Papirus, 1987; SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005; VALE JR, João Batista. “Narrativas em movimento: disputas pela memória e história do movimento estudantil brasileiro”, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza – CE, Anpuh, 2009.

antagônicas ou mesmo conciliar concepções divergentes. Nesse sentido, segundo indica José Luis Sanfelice sobre a produção teórica da UNE durante os anos de 1960,

[...] embora se tenha dito que se considera inviável uma rigorosa identificação da ideologia da UNE, evidencia-se, entretanto, que ela não esteve isenta de ideologias. Nos documentos apresentados, misturam-se concepções dos socialistas, comunistas, católicos da Juventude Universitária Católica e da Ação Popular, com predomínio de enfoques, concepções, prioridades políticas ora de uns, ora de outros [...] também não é possível uma caracterização da ideologia da UNE e, automaticamente, estendê-las às UEEs, por exemplo, ou ao movimento estudantil que se configurou em cada estabelecimento de ensino superior. Da mesma forma, a hegemonia de uma tendência ideológica durante uma determinada gestão na entidade não significou nunca o desaparecimento das demais³.

Desse modo, tentar compreender as prioridades da UNE, as novas formas de interpretar a realidade e de definir os seus repertórios significa também buscar compreender as diversas forças políticas, com crenças, valores e interpretações diferentes da realidade que emergiram como direção das entidades estudantis, que construíram práticas e acomodaram as suas críticas na conjuntura em que atuaram. Conforme afirma Maria da Glória Gohn⁴, “todo movimento [social] está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte às suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos”, os quais estão situados no campo das práticas sociais e do conjunto de ideias do movimento. No movimento estudantil, esses projetos foram formulados na articulação com as organizações que atuaram em seu interior e existiram no campo dos conflitos que fizeram com que algumas ideias predominassem sobre outras em diferentes conjunturas.

Para cada força política, em cada conjuntura histórica, existiram ênfases e formas diferentes de lidar com a realidade, o que remete à afirmação de João Roberto Martins Filho⁵, de que “faz-se necessário considerar, além das práticas de massa, a especificidade das práticas e orientações ideológicas que se configuram no nível da direção do movimento”, ou seja, na direção das entidades que assumiram e foram reconhecidas como representantes e orientadoras do movimento como um todo. Isso significa que, para além da necessidade de compreender as organizações e partidos que se afirmaram nessas direções, é preciso compreender que nem sempre as prioridades assumidas por essas lideranças corresponderam com os anseios do conjunto dos estudantes ou dos seus grupos organizados, sejam eles locais, regionais ou nacionais. Segundo apontou o mesmo autor, ao se referir ao início dos anos de

³ SANFELICE, José Luis, 1986, op. cit., pp. 56-57.

⁴ GHON, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 235.

⁵ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 30.

1960, se entre os anos de 1961 e 1962 a UNE conseguiu articular grandes movimentos e construiu uma base de apoio convencida das posições expressas pela entidade, entre 1963 e 1964 verificou-se um distanciamento enorme entre as direções do movimento e o restante dos estudantes.

Com a problemática interpretativa exposta até o momento, compreende-se que o lugar ocupado pelo movimento universitário, assim como os papéis desempenhados estiveram relacionados com os conflitos e contradições da sociedade no interior das instituições de ensino superior, com “a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo”⁶. Conforme a acepção de Daniel Aarão Reis, nem os estudantes em geral nem os universitários em particular são infensos às divisões políticas e às questões mais gerais que agitam a sociedade⁷, tem-se de considerar que os universitários que participaram dos movimentos estudantis e de suas entidades, mesmo vivenciando com maior intensidade a vida universitária, interpretaram, intermediaram e se posicionaram no interior do movimento estabelecendo relações com as questões que afligiram o mundo social. Porém, parece prudente considerar as observações de Jean Meyer, de que “se o ativismo político e suas características são incompreensíveis sem referência a sociedade e a conjuntura, isso não significa que o movimento estudantil seja a projeção fiel da sociedade”⁸.

A partir dessas interpretações sobre o movimento universitário e suas entidades, o objetivo da presente pesquisa é analisar a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre os anos de 1945 e de 1964, com ênfase para os grupos, organizações e partidos que atuaram no interior do movimento universitário e que disputaram espaços para que pudessem se expressar por meios das entidades estudantis, o que, em última instância, se considerou como maneiras de legitimar práticas e crenças expressas nos repertórios sugeridos ao conjunto do movimento. Com esse objetivo, pretende-se contribuir com as pesquisas existentes sobre a UNE e as práticas dos movimentos universitários no contexto dos principais debates nacionais, assim como a forma como os repertórios dos agrupamentos políticos e como eles interpretaram a entidade nacional dos estudantes, o lugar social que entenderam ocupar nessas disputas e as práticas de ação que desempenharam. Em linhas gerais, espera-se obter uma versão sobre a UNE entre os anos de 1945 e 1964.

⁶ CHAUÍ, Marilena (2003). “Universidade: por que reformar?”, *Revista Movimento*. São Paulo: UNE, n°. 09, outubro, pp. 07-12.

⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org). *Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 65.

⁸ MEYER, Jean. “El movimiento estudiantil em América Latina”. In: *Sociológica*, Universidade Autônoma Metropolitana, año 23, número 68, pp. 179-195, septiembre-diciembre de 2008. (Artigo originalmente publicado na Revista Esprit, França, em maio de 1969), p. 183.

Para tanto, considera-se que, apesar de os estudos do movimento universitário estarem situados no campo dos movimentos sociais, é necessário ter em perspectiva que há diferentes marcos e problemáticas para se pesquisar esse movimento enquanto processo de mobilização social e as entidades estudantis de representação, pois apesar de se considerar, neste estudo, que ambas as dimensões estão ligadas pela dinâmica geral do mundo estudantil, mesmo que pelas oposições ou pelos distanciamentos entre um e outro, como apontou Renato Vechia, “nos parece que *nem sempre* (grifo nosso) um (movimento estudantil) está presente no outro (representação estudantil)”⁹.

Nessa perspectiva, se optou por pensar a atuação da UNE e dos movimentos que entidade liderou ou se encontrou envolvida tendo em vista uma definição bastante abrangente de movimento social, pensado enquanto

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários e conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social [...] os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão relacionados em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações¹⁰.

Para compreender esses movimentos, Maria da Glória Ghon faz sugestões que pareceram bastante adequadas aos estudos do movimento universitário e que são válidas para este trabalho. Nesse sentido, a mesma autora indica a necessidade de se perceberem as ações que se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas, problemas em conflitos e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade, já que essas ações desenvolvem processos sociais, políticos e culturais que criam identidade coletiva para o movimento a partir de interesses em comum, assim como possuem suporte de entidades e organizações da sociedade civil e política, com atuação ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas da sociedade onde atuam¹¹.

Nesse sentido, Ghon aponta para a precisão de se notarem as variações pelas quais o movimento passa no tempo, as crenças e valores que dão suporte a suas ações, sua articulação com outros movimentos e partidos políticos, assim como a análise não pode se prender à aparente unicidade e homogeneidade com os quais um movimento geralmente surge ao

⁹ Vechia, Renato da Silva Della. *O Ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRG, 2011, p. 66.

¹⁰ GHON, 2007, p. 251-252.

¹¹ Ibidem., pp. 251-255.

público, pois devem-se abarcar as suas diferenças internas e o seu fluxo e refluxo como dinâmicas inseridas nos conflitos das lutas sociais. Isso envolve perceber os seus repertórios em disputa no interior do movimento, a composição, a organização, os projetos sociopolíticos, dentre outros¹².

Certamente a presente pesquisa, apesar de ter mantido essas dimensões em perspectiva ao buscar a atuação da UNE e das organizações que a disputaram, não chegou a uma análise tão vasta quanto a que foi sugerida por Ghon, e se ateve a uma perspectiva bem mais singela de perceber a atuação da UNE, ou seja, as suas práticas, a partir do mapeamento das organizações que a disputaram, da forma como elas se organizaram, os seus repertórios e as suas práticas enquanto forças dotadas de crenças mais ou menos radicais e que foram expressas em disputas pelo poder no interior das entidades estudantis e no tempo em que se consolidaram ou foram derrotadas nas direções dessas entidades.

Apesar do papel das organizações, grupos e partidos políticos no interior do movimento universitário e, especialmente, na direção da UNE, nem sempre ocupar o primeiro plano dos estudos sobre o tema, essa questão parece ter ocupado as preocupações de alguns analistas durante os anos de 1960. Nesse sentido, Jean Meyer assinala que a

que a força do movimento nos parece mítica, sucede o mesmo com o alto grau de autonomia que alguns lhe adjetivam; de fato, para remediar o caráter transitório do estudante, para lhe assegurar a continuidade do movimento, só encontramos duas soluções: o estudante profissional da política e a afiliação aos partidos políticos, o que geralmente é o mesmo: o líder estudantil profissional que está a serviço de um partido¹³.

Nessa citação, Meyer se refere ao profissional, ao que tudo indica, não no sentido pejorativo no qual muitos opositores do movimento universitário e das organizações que se digladiaram pelas suas direções se utilizaram entre os anos de 1940 e 1960, mas em referência aos militantes, o ator político que tem como tarefa promover intervenções que defendam as suas crenças, interpretações, repertórios e táticas no interior do movimento e das entidades estudantis. Isso foi perceptível no decorrer de todo o estudo. Da mesma forma, ao analisar os partidos e organizações, ou nesse caso especificamente os seus departamentos, organizações e setores estudantis ou de juventude, como atores entre os estudantes, percebeu-se que esses também foram atravessados por diferenças expressivas, ou como indica Giovanni Sartori, “subunidades – amálgamas, combinações de diferentes proporções de facções, tendências,

¹² GHON, 2007, pp. 255-263.

¹³ MEYER, 2008, pp. 183-184

agrupamentos independentes e/ou atomizados”¹⁴ com diferentes motivações e níveis organizacionais que coexistem no interior dos partidos e do próprio sistema partidário.

No entanto, ao refletir sobre o movimento estudantil e suas entidades, a participação dos grupos estudantis organizados não significou uma completa falta de autonomia a partir da relação que se estabeleceu entre a intervenção e os projetos dos atores políticos, as entidades estudantis e o conjunto dos universitários, pois houve intermediações, flexibilizações, fusões, coalizões, separações etc. Isso quer dizer que as entidades e os movimentos estudantis não são reflexos exatos dos projetos desses atores, apesar de, em dados momentos, expressarem com mais ou menos radicalidade dadas concepções e repertórios. Como afirma Maria de Lourdes Fávero¹⁵, se o movimento estudantil não pode ser superestimado como portador de um projeto de mudança desvinculado do conjunto social, também não pode ser menosprezado, entendido como massa de manobra das forças que se combateram no cenário político e social. Corroborando com a acepção do presente trabalho, o movimento estudantil está situado no interior das contradições da sociedade e partilha da aprendizagem dos processos políticos de cada época¹⁶.

Frente a essa interpretação, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos da seguinte forma: no primeiro capítulo, que compreende o período entre 1945 e 1950, se buscou perceber a ascensão dos estudantes udenistas e a sua predominância sobre os estudantes comunistas nos últimos momentos do Estado Novo, assim como a formação do Departamento Estudantil da UDN (DE da UDN), os seus repertórios, diferenças internas e a eleição das chapas udenistas para a diretoria da UNE em 1945 e 1946. Também se tentou perceber a principal cisão entre os estudantes udenistas, demarcada a partir da formação de grupos anticomunistas radicais no seu interior. Ainda nesse capítulo, analisaram-se as presidências da UNE que foram ocupadas pelos estudantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), eleitos entre 1947 e 1949, assim como a atuação da UNE, o surgimento de organizações e tendências radicais de combate às esquerdas e a exasperação do discurso anticomunista no final da década de 1940.

No segundo capítulo, priorizou-se a atuação da UNE a partir da vitória dos grupos anticomunistas mais radicais que atuaram no interior do movimento universitário em 1950, e o combate a que a entidade se dedicou contra os comunistas ou o que imaginaram ser a presença ou influência comunista. Para tanto, há uma parte dedicada à formação da Juventude

¹⁴ SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 98.

¹⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes A.. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, 12.

¹⁶ *Ibidem*.

Comunista (JC) no Brasil, as suas organizações e ênfases nos diferentes momentos de atuação, o que se encerra com a vitória da coalizão de esquerda para a direção da UNE, em 1956, com ênfase para as redefinições na atuação dos estudantes comunistas a partir de 1954, quando basearam os princípios de unidade na democracia e no nacionalismo.

O terceiro capítulo é dedicado à formação das juventudes estudantis católicas, com ênfase para a Juventude Universitária Católica (JUC) e os seus setores de esquerda, assim como a formação da Ação Popular (AP), que elegeram os presidentes da UNE nos congressos de 1961, 1962 e 1964. Nesse capítulo, se consideraram as principais ênfases da UNE no campo dos movimentos políticos e sociais de esquerda e da educação a partir da segunda metade da década de 1950, assim como a crise da renúncia de Jânio Quadros e as direções estudantis no quadro das reformas de base.

No quarto capítulo, discutiram-se principalmente as ações da UNE pela reforma universitária, alguns indicativos das cisões no interior do movimento e as disputas de conteúdo em torno do papel do movimento estudantil e da própria UNE, entre as esquerdas e o acirrado anticomunismo do início dos anos de 1960 até o golpe civil-militar de 1964.

Tomados em conjunto, é possível indicar que o primeiro e o segundo capítulo são dedicados às práticas internas da UNE e de alguns aspectos do movimento universitário, o papel e as ações dos diferentes grupos, organizações e partidos políticos no interior do movimento, seus repertórios, práticas e disputas até a formação e consolidação da coalizão estudantil de esquerda em 1956. Já o terceiro e o quarto capítulo, tentam perceber as práticas da UNE sob o predomínio dessa coalizão, seus elementos e repertórios principais e o papel da UNE na radicalização do início dos anos de 1960, mas com menor ênfase sobre as práticas e disputas internas do movimento.

No princípio das análises sobre esses grupos que atuaram no interior da diretoria da UNE e, de modo geral, no interior do movimento universitário, procurou-se uma distinção baseada nas características que diferenciaram as direitas liberais e as esquerdas no Brasil para compreender os principais aspectos que demarcaram as suas divisões e oposições. De acordo com os apontamentos de Daniel Aarão Reis, as direitas liberais seriam aquelas que “tendem a reduzir a democracia, quando a toleram, ao exercício do voto [...] a partir daí, a atividade política passaria ao âmbito exclusivo dos representantes eleitos”¹⁷; enquanto isso, as

¹⁷ REIS, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971*. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11.

esquerdas, pelo menos até meados dos anos de 1970, “tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional”¹⁸.

Sem que se pretenda afirmar que essas definições sejam consensuais ou que de algum modo esgotem as possibilidades das suas variáveis, foi possível utilizá-las em determinados momentos das disputas que ocorreram pela direção da UNE, como nos anos de 1945 e 1946, entre os estudantes comunistas e udenistas. No entanto, ao passo que se deu início ao mapeamento das diferenças internas do DE da UDN e que se passou a perceber novos atores coletivos no interior do movimento universitário, como a dos grupos católicos, percebeu-se que a definição mais adequada para compreender o ponto de condensação dos grupos, organizações e partidos que se definiram pela oposição as esquerdas no contexto geral do período foi o anticomunismo. Assim, as disputas internas travadas pelo comando da UNE, no interior de alguns dos segmentos do movimento universitário e na relação entre as posições que a UNE assumiu no decorrer do período estudado se pautaram por uma divisão mais ou menos rígida em que, de um lado, estiveram diferentes organizações, partidos e grupos comunistas, da esquerda independente, trabalhistas, católicos de esquerda e socialistas democráticos, todos imaginados como comunistas. Do outro, diferentes grupos e organizações que condensaram as suas alianças e ações a partir do ponto comum de combate à influência ou propriamente contra o comunismo, seus ideais e repertórios.

Desse modo, por anticomunismo, numa definição a partir de Bobbio¹⁹, têm-se os movimentos convictos de que não é possível uma aliança estratégica, exceto em momentos táticos, com os comunistas, ou conforme definido por Sá Motta²⁰, uma recusa militante ao projeto comunista, no qual, em seu interior, “podem ser encontrados projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático, ou como catolicismo e liberalismo”²¹, nos quais as diferenças não se restringem à forma de conceber a organização social, mas também na elaboração das estratégias de combate ao comunismo.

Dessa forma, tentou-se apreender no âmbito estudantil as representações que se formaram nesses movimentos, os valores ou ideias partilhadas pelos grupos, as condutas desejadas ou admitidas que lançaram esses movimentos numa luta cotidiana contra a esquerda estudantil.

¹⁸ REIS, 2006, p. 12.

¹⁹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 11^a. ed. 2002, pp. 34-35.

²⁰ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 19.

²¹ *Ibidem*.

Apesar de os estudos sobre as esquerdas universitárias serem relativamente abundantes, mesmo que como objeto secundário ou complementar de diversos estudos, a trajetória dos setores que se valeram do discurso anticomunista nos meios estudantis foi pouco abordada como tema principal das análises existentes²². Como apontou Sá Motta, “a historiografia e as ciências sociais demonstraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda do que seus adversários, deixando para segundo plano as propostas ligadas à defesa da ordem”²³.

No entanto, o desfecho de 1964, como denominava Leonel Brizola, fez com que as oposições anticomunistas dos meios estudantis não tenham sido movimentos irrelevantes, pois na medida em que esses grupos tentaram obter vitórias contra o que concebiam ser uma das maiores células do comunismo no Brasil: a UNE, acabaram por se inserir em um movimento muito mais amplo, que partilhou das opiniões defendidas em uma coalizão de forças que denunciaram a ameaça comunista no Brasil, argumento que foi “decisivo para justificar (...) golpes políticos”²⁴, como o que derrubou o governo de João Goulart.

Dessa forma, os grupos anticomunistas universitários se identificaram sempre como as maiorias do movimento estudantil e o fato de, em determinados períodos, estarem fora de grande parte das direções estudantis e de não conseguirem construir o consenso por meio de suas ações políticas, não se justificava no fato de não receberem os votos necessários para que fossem eleitos, ou por não terem o apoio efetivo da maioria, mas na alegação da impossibilidade de romper o “totalitarismo” das esquerdas que haviam tomado de assalto às assembleias e praticavam todo tipo de arbitrariedades em seus encontros. Foi essa, também a tradução que foi feita pelas esquerdas e em especial pelos comunistas, quando os grupos anticomunistas mais radicais venceram as eleições da UNE em 1950. Assim, ambos consideraram em seus discursos, quando fora das direções, que havia uma inversão na representação estudantil, no qual as maiorias estavam impedidas de obter vitórias em detrimento da minoria. Que pese a possibilidade da mera instrumentalização desses discursos, parece ter-se tentado, desse modo, um processo legitimador dos opositores ou representações

²² Considera-se que as oposições que se formaram contra as esquerdas no âmbito estudantil, particularmente dos anticomunistas, estejam presentes em alguns trabalhos importantes, inclusive diretamente sobre o movimento estudantil, mas não fazem parte dos seus objetivos específicos. Para tanto, ver DREIFFUS, 2006; e MARTINS FILHO, op. cit.; MOTTA, 2002.

²³ MOTTA, op. cit., p. 22.

²⁴ Ibidem.

que levaram esses grupos a interpretar o seu meio como acharam que ele era ou como gostariam que fosse²⁵.

Para a realização da presente pesquisa, as fontes documentais se constituíram em um problema significativo. Em primeiro, pela dispersão dos poucos documentos produzidos pela UNE dentre a documentação que não se perdeu no incêndio da sua sede na noite do golpe civil-militar de 1964 e no Inquérito Militar sobre a entidade, que foi posteriormente incinerado pela justiça. Em segundo, se existem bibliografias e acervos documentais em diversos arquivos sobre a atuação do conjunto das esquerdas, e nesses arquivos, documentos sobre as suas organizações nos meios estudantis e sobre a UNE, o mesmo não acontece com os partidos e organizações de direita ou como estão sendo tratadas presentemente essas organizações, as anticomunistas.

Para tentar suprir a falta de documentação, na primeira parte da pesquisa foram realizadas visitas em diversos arquivos, o que resultou na seleção de algumas publicações, como relatórios de gestão, algumas teses e jornais e revistas produzidos pela UNE e outras entidades estudantis. Mas essas, apesar de importantes, não foram fontes seriadas, que possibilitassem acompanhar as continuidades e mudanças pelas quais a entidade passou no decorrer do tempo, ou seja, são publicações e documentos oficiais dispersos, com pouquíssima continuidade.

A solução foi recorrer à imprensa, onde se asseguraram os melhores resultados da pesquisa. Com isso não se perdeu de vista que a imprensa é uma fonte fragmentada do cotidiano, marcada por influxos de interesse, compromissos e paixões²⁶ em um período em que essa se caracterizou por um jornalismo de opinião²⁷. Mas o objetivo de se recorrer aos jornais não teve como propósito um diálogo com a História da Imprensa e nem mesmo em se perceber de modo sistemático as representações que se formaram em torno dos estudantes, da UNE e do movimento universitário. Apesar da leitura dos editoriais dos jornais do período terem sido fundamentais para perceber os conflitos que mais repercutiram em torno da UNE, a imprensa foi utilizada como recurso para reunir as fontes documentais das entidades, que em sua grande maioria, entre os anos de 1945 e 1964, foram cotidianamente transcritas integralmente dos seus originais.

²⁵ CHARTIER, Roger, op. cit., p. 19. Segundo o autor, (...) representações do mundo social – que a revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.

²⁶ LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁷ MARTINS, Ana Luiza; LUCCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 83.

Dentre esses jornais, além de outros, cita-se as seções “Diário Escolar: movimento universitário”, publicada diariamente no *Diário de Notícias* desde 1945, a “Página da Juventude”, publicada em a *Tribuna Popular*, entre 1945 e 1947 e, posteriormente na *Imprensa Popular*, publicada esporadicamente durante os anos de 1950, “O Ensino”, publicada no *Diário Carioca* a partir de 1947, “Movimento Universitário”, publicada em *O Semanário* entre 1956 e 1965, “Encontro Universitário”, publicada no *Jornal do Brasil* no início dos anos de 1960 e que teve participação de Sonia Seganfredo, autora do livro *UNE: instrumento de subversão*, e seções esporádicas especializadas nas temáticas do movimento estudantil publicadas em *Voz Operária* e em *Novos Rumos* até 1964.

Das páginas em que foram publicadas essas seções, foi possível transcrever ofícios, telegramas, moções de apoio ou de repúdio em relação a temas diversos, manifestos de lançamento de campanhas ou contra iniciativas governamentais, discursos e entrevistas com dirigentes estudantis, programas políticos e administrativos de chapas concorrentes às diretorias das entidades, resoluções, programações e declarações de princípios de congressos e encontros, cartas de acusações e de defesa entre estudantes e entidades universitárias, etc. E o mais importante disso é que foi possível realizar o mapeamento e a transcrições das mais variadas organizações, grupos e partidos, desde os pequenos movimentos locais até os departamentos estudantis de grandes partidos com atuação nacional, como a UDN e o PCB. Além disso, essas publicações tiveram origens em diferentes regiões do país, apesar do eixo Rio-São Paulo sempre ter ocupado a maior parte das inserções.

Quanto às organizações e movimentos especificamente anticomunistas, a pesquisa se debruçou principalmente sobre o *Diário Carioca* entre 1947 e 1956, e sobre *O Estado de S. Paulo* a partir da segunda metade da década de 1950 até 1964. Com relação ao primeiro, é possível afirmar que tenha sido um porta-voz, ao lado de *O Globo* e do *Correio da Manhã*, dos estudantes anticomunistas, transcrevendo cotidianamente programas e comunicados de suas organizações e das entidades estudantis em que predominaram entre os anos de 1940 e 1950. Quanto ao segundo, foi um porta-voz das oposições estudantis, particularmente dos anticomunistas e da Frente da Juventude Democrática (FJD) entre 1950 e 1964. Dentro desse período, a menor declaração em oposição a algum posicionamento contra a UNE tinha grande impacto e raramente os longos comunicados anticomunistas não eram publicados. Em outros jornais, como na *Folha de São Paulo*, foi possível apreender grande parte dos congressos da UNE no início dos anos de 1960, aos quais o jornal destinou cobertura ampla e diária, trazendo entrevistas, programações, declarações e transcrevendo pronunciamentos realizados durante os congressos.

Quanto às publicações dos órgãos anticomunistas, foi utilizada a revista *Ação Democrática*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que teve grande circulação. A revista mensal tinha praticamente todo o seu conteúdo voltado para o anticomunismo, tendo destinado uma série de artigos ao movimento estudantil e à UNE e aberto espaço para os principais personagens que combateram os repertórios estudantis de esquerda.

CAPÍTULO 1

A UNE entre os anos de 1945 e 1950: udenistas, socialistas e anticomunistas

O objetivo do primeiro capítulo é mapear algumas das organizações estudantis que atuaram no movimento universitário na segunda metade da década de 1940, as práticas da UNE e as disputas que foram travadas no movimento estudantil universitário, com ênfase para a atuação dos estudantes udenistas e para a formação de alguns grupos anticomunistas importantes, como a Coligação Acadêmica Democrática (CAD) e a Frente da Juventude Democrática (FJD), dentre outras.

No desenvolvimento do presente estudo, perceberam-se as limitações para compreender o movimento universitário dos anos de 1960 sem que se compreendessem os elementos motivadores e as mudanças pelas quais passaram algumas das suas principais organizações e entidades. Não se trata de terem sido eleitos marcos ou de ter-se buscado as origens do movimento ou de determinados repertórios, mas de perceber as conexões que se estabeleceram entre diferentes organizações e que essas conexões estiveram pautadas nas relações, mudanças e disputas dos anos finais da década de 1940 e nos seus desdobramentos durante os anos de 1950 e de 1960, a exemplo da relação entre comunistas e católicos ou a formação do anticomunismo entre os universitários.

A primeira década de atuação do movimento estudantil, após o final do Estado Novo, foi objeto de poucas pesquisas, principalmente quando comparadas ao período seguinte, entre os anos de 1956 e 1964. A exceção coube aos anos entre 1947 e 1949, referenciados pela campanha “O Petróleo é Nosso” como expressão máxima do tempo em que os estudantes socialistas presidiram as diretorias da UNE.

A principal referência sobre os anos entre 1945 e 1956 é a pesquisa de Artur José Poerner²⁸, base para a grande maioria dos trabalhos publicados a partir da década de 1970 sobre a UNE. Na obra desse autor, se estabeleceu uma cronologia de períodos bastante curtos, na qual se tentou colocar em tela as suas principais características. Nesse sentido, de acordo com as tendências que se sobressaíram no interior do movimento universitário, a entidade foi significada por *fases*, sendo os anos de 1945 e 1946 como de ascensão dos universitários udenistas, os anos de 1947 e 1949 como uma fase de hegemonia socialista, e o período entre 1950 e 1956 como o tempo da ascensão direitista na UNE, quando “ainda no ano de 1949, ocorreu um fato de grande importância no movimento estudantil: o grupo de estudantes direitistas, interrompendo sua série de derrotas e fracassos, conseguiu eleger Paulo Egydio para presidente da União Metropolitana de Estudantes”²⁹.

²⁸ POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995

²⁹ *Ibidem.*, p. 169.

A cronologia construída por Poerner corresponde aos predomínios políticos e ideológicos que ocorreram nas instâncias diretivas do movimento universitário, mas esse autor não se dedicou às várias facetas e dimensões do período citado. Desse modo, as organizações formadas entre os universitários, a multiplicidade de repertórios que coexistiram, as relações e o surgimento/desaparecimento dos atores coletivos do período permaneceram compreendidas apenas em suas superfícies.

Recentemente, em pesquisa de Alberto Saldanha, publicada sob o título *A UNE e o mito do poder jovem*³⁰, interessantes apontamentos sobre esse período foram feitos. Apesar desse autor não ter objetivado as organizações políticas universitárias em seu trabalho e nem ter enfatizado os anos de 1940 e 1950, Saldanha contribuiu para que as caracterizações atribuídas à UNE, a partir de 1950, tais como *ascensão direitista*, *fase negra*, *tempos de Paulo Egydio* ou *fase policial*, passassem a ser utilizadas com reservas pelos pesquisadores do tema, pois estiveram muito mais relacionas com as construções do discurso estudantil de esquerda do que com a preocupação de se compreender o pensamento e as ações dos grupos de direita em dado contexto sócio-político.

Durante a primeira década, após o final do Estado Novo, entre 1945 e 1955, as diretorias da UNE tiveram, em sua maioria, ativa participação dos universitários organizados no Departamento Estudantil na UDN (DE da UDN). Nesse período, os udenistas elegeram os presidentes da UNE nos Congressos Nacionais de Estudantes de 1945 e de 1946. Entre os anos de 1950 e 1955, a participação dos universitários udenistas se acomodou no interior de um movimento mais amplo, com ativa participação de agrupamentos anticomunistas, que elegeram como prioridade *depurar* ou *sanear* os meios estudantis da *influência vermelha*. O revés dos udenistas aconteceu apenas entre 1947 e 1949, quando os estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), com relativo apoio dos comunistas, de parte da Juventude Universitária Católica (JUC) e estudantes independentes de esquerda, venceram as eleições para a UNE e, em 1956, a partir de quando as vitórias dos estudantes de esquerda se sustentaram até o golpe civil-militar de 1964.

No entanto, entre os períodos de 1945/46 e 1950/56, há características bastante distintas. No primeiro momento, a UNE esteve sob o comando dos estudantes udenistas mais próximos aos setores liberais da UDN, que tentaram imbuir no movimento universitário a desconfiança com relação a Getúlio Vargas, movimentos pela consolidação democrática e da defesa da Constituição, da lei e da ordem. Os udenistas também priorizaram repertórios

³⁰ SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005 SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005

voltados para as questões específicas do campo educacional, das artes, dos problemas econômicos dos estudantes e da estrutura do próprio movimento, aspectos que coexistiram com passagens marcadas por reservas com relação ao governo do General Dutra e protestos sociais contra a carestia. Em suma, estudantes que em suas relações com as outras forças políticas atuantes no interior do movimento universitário parecem ter privilegiado a busca pela *realidade democrática* do primeiro Programa da UDN, eu prezou pelo exercício efetivo das liberdades “de pensamento em todas as suas formas de manifestação, de reunião, de associação, de ensino, de religião e de culto, e de organização partidária e sindical”³¹.

Quanto ao segundo período, a UNE emergiu cercada por organizações anticomunistas, posição que foi inexoravelmente expressa pela entidade entre os anos de 1950 e 1953, mas que se tornou menos rígida a partir de 1954. Nesse segundo período, a participação dos udenistas foi ativa, mas sob a influência exasperada dos estudantes anticomunistas, que em disputa no interior do DE da UDN, assumiram o controle das articulações contra as esquerdas universitárias. Nesse segundo período, percebe-se a influência dos setores anticomunistas que atuaram no interior da UDN sobre parte da sua militância estudantil, o que foi expresso no Programa da UDN de 1957, quando da busca pela realidade democrática baseada na liberdade, se passou para a interpretação de que a defesa da democracia “implica combate tenaz ao comunismo”³².

³¹ Programa da União Democrática Nacional (1945) apud CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

³² Programa da União Democrática Nacional (1957), *ibidem*.

1.1 O movimento universitário em 1945: com ou sem Vargas?

A partir de 1945, os estudantes comunistas e seus simpatizantes perderam grande parte da influência que possuíram no interior do movimento estudantil universitário, especialmente no espaço ocupado na formulação dos repertórios políticos da UNE.

Os comunistas tiveram longo histórico de ações organizadas nos meios universitários, desde pelo menos o início dos anos de 1930, quando se esforçaram para construir espaços de atuação como a Federação Vermelha de Estudantes (FVE) e a Frente Estudantil Democrática (FED)³³. Essas organizações tiveram como objetivo agregar os estudantes comunistas e simpatizantes, mas não conseguiram sensibilizar grandes contingentes universitários. As experiências como a FVE foram abandonadas a partir da metade dos anos de 1930, e o debate que então se travou no interior do PCB concluiu que os estudantes ligados ao Partido deveriam priorizar as entidades universitárias oficiais, tais como as casas de estudantes, centros e diretórios acadêmicos³⁴.

A partir de então, com presença ativa no interior das universidades e das entidades estudantis, a participação dos comunistas no movimento de fundação e consolidação da UNE foi importante entre os anos de 1937 e de 1938³⁵, assim como nos primeiros anos da década de 1940. No início dessa década, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, os comunistas se dedicaram para que a entidade atuasse como agente de fomentação dos movimentos de opinião pública em defesa da unidade nacional contra o nazi-fascismo e para que o Brasil declarasse guerra aos países do Eixo. Conforme recorda Márcio Konder³⁶,

O birô estudantil [do PCB] começou a trabalhar no sentido de usar a UNE e transforma-la num grande instrumento de luta legal, já que os partidos estavam proibidos e outras entidades [também] estavam proibidas, a UNE poderia liderar o movimento de massa, o movimento de rua, o movimento de opinião (...) É nessa situação que a UNE se tornou um instrumento valioso, porque os sindicatos eram atrelados ao Ministério do Trabalho e não tinham vida própria. Só os estudantes tinham certo campo de manobra, uma certa liberdade para atuar. Então a UNE passou a ser um instrumento disso tudo.

É notável que a posição de unidade nacional com Vargas pelo combate ao nazi-fascismo assumida pelos comunistas, que apoiaram a chapa presidida por Hélio de Almeida,

³³ Os temas referentes à Juventude Comunista serão tratados no Capítulo 2.

³⁴ SANT'ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br, CEMJ ano 2, nº. 03, junho de 2007, p. 25.

³⁵ MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação, Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

³⁶ KONDER, Márcio Victor. *Militância*. São Paulo: Instituto Tancredo Neves, 2002, p. 46-47.

eleita no V Congresso Nacional de Estudantes, em 1942, foi expressa com força nas declarações e posicionamentos da UNE como franca colaboração com o governo no esforço de guerra. Conforme declarou Hélio de Almeida em 1943, entrevistado pela revista *O Estudante*,

a mais franca colaboração vem sendo prestada [pelos estudantes] á política de guerra do nosso governo, pois sabemos todos, que o momento é de união nacional, da qual devem ser excluídas apenas os elementos que, por suas tendências reconhecidamente pardas, pretas ou verdes, estejam fazendo o traiçoeiro jogo da Quinta Coluna. A classe universitária constitui, hoje como sempre, uma classe inteiramente dedicada as questões que digam respeito á Pátria, pois, acreditam os estudantes que é por ela, e, talvez de uma participação ativa no conflito, que podemos, lado com o governo, conquistar a vitória final (*sic*)³⁷.

Por outro lado, a posição expressa por Hélio de Almeida e defendida pelos estudantes comunistas não foi consensual no interior do movimento universitário. Ainda em 1943, quando foi realizado o VI Congresso Nacional dos Estudantes, a chapa que integrou os comunistas foi derrotada pelos acadêmicos liderados pelo Centro Acadêmico (CA) XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo. Nesse Congresso, conforme afirmou Angélica Muller³⁸, se estabeleceu um paradoxo, já que “a política aprovada pela entidade partia dos Princípios do Partido Comunista, enquanto a presidência eleita ficava a cargo dos estudantes paulistas anti-Vargas”³⁹.

Esse cenário também não permaneceu por muito tempo e, ainda no ano seguinte, em 1944, a chapa apoiada pelos comunistas voltou ao comando da UNE⁴⁰, o que indica que a correlação de forças e a legitimidade das propostas entre grupos de posições diferentes no interior do movimento universitário não foi desequilibrada nos anos finais do Estado Novo.

No entanto, entre o final de 1944 e o início de 1945, no contexto final da Guerra, largos setores estudantis passaram a defender a unidade nacional pela democratização do país, na qual Vargas não foi incluído. Esses setores tiveram significativa ascensão nas disputas pelo controle da UNE e de outras entidades estudantis regionais, o que significou, em divergência com a posição defendida pelos comunistas, uma opção pela união nacional *sem* Vargas.

³⁷ “O Estudante paulista e a guerra: entrevista com Hélio de Almeida” (1943). *O Estudante*: a revista da juventude brasileira, São Paulo, Ano II, nº. 11, março, p. 05.

³⁸ MÜLLER, op. cit., p. 103-104; RAMOS, *O Semanário*, 18 a 25 de julho de 1957, p. 95.

³⁹ Apesar de serem minoritários, os estudantes comunistas chegaram a eleger três diretores da UNE, pois a eleição era realizada por cargo. Quanto a posição oficial da UNE, se manteve no apoio ao governo como elemento da unidade nacional, conforme foi expresso na moção aprovada pelos delegados presentes no VI Conselho, que foi baseada nas diretrizes de um manifesto apresentado pelos estudantes da Bahia, liderados pelo comunista Fernando Santana, que conclamou “a bandeira da unidade nacional em torno do governo [...] a união de todos os brasileiros em torno do seu governo”³⁹, pois seria a união interna das forças nacionais que possibilitaria a derrota dos “eixistas”. MULLER, op. cit., p. 95.

⁴⁰ *Ibidem.*, p. 112.

É difícil identificar com clareza o movimento de ascensão dos grupos estudantis anti-Vargas que predominaram sobre os comunistas, mas ao que tudo indica, esteve relacionado com as respostas de diversos setores estudantis frente à confluência dos debates nacionais e internacionais que foram travados no período final da Segunda Guerra Mundial. Além disso, a perspectiva da vitória dos Aliados com a FEB, na Europa, a ampla solidariedade motivada pelos conflitos entre estudantes e a repressão e as relações regionais entre universitários e personalidades de oposição ao Estado Novo, foram elementos que fizeram parte do cenário no qual os estudantes organizados nas entidades estudantis tiveram que interagir em meados de 1945.

Os elementos que atravessaram os meios estudantis no período final do Estado Novo, conforme serão abordados a seguir, foram múltiplos e fluídos, mas parecem ter se materializado em três atos concomitantes entre os universitários: a posição de que a democratização era incompatível com qualquer permanência de Getúlio Vargas no poder ou resquício do Estado do Novo; a adesão à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes como forma prática de luta pela democratização; e, por último, a formação, no bojo das eleições, de novas organizações estudantis, que terminaram por se converter majoritariamente à UDN.

Nesse sentido, primeiramente é necessário ressaltar que as ações dos estudantes anti-Vargas tiveram início desde 1942, quando foi organizado o Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), em São Paulo. Isso significa que a posição desses estudantes pela democratização sem Vargas coexistiu com a proposta comunista de unidade nacional com Vargas. Segundo Alexandre Hecker⁴¹, o GRAP foi fundado por um grupo de estudantes e intelectuais da Faculdade de Direito e de Filosofia de São Paulo,

quase como extensão de suas tarefas acadêmicas [mas que] a oposição decidida à ditadura permitiu que em 1943 o GRAP alcançasse diversas adesões de outros estudantes de Direito do Largo São Francisco, onde já se articulavam ações públicas de oposição a Vargas⁴².

Dentre essas ações, em 1943, se organizou a *passeata do silêncio*. Essa passeata foi promovida pelos estudantes da Faculdade de Direito em alusão à data de 10 de novembro, quando, de acordo com a Constituição do Estado Novo, deveriam ocorrer as eleições nacionais. A passeata foi duramente reprimida e terminou com o assassinato do estudante

⁴¹ HECKER, Alexandre. *Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista no pós-guerra*. In: Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964). FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 22-52.

⁴² _____. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945 – 1965)*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 64-65.

Jaime da Silva Telles⁴³. Como já foi observado, foi também em 1943 que o CA XI Agosto conseguiu angariar apoio para eleger o presidente da UNE.

Além do GRAP, também existiram a Frente de Resistência (FR) e a União Democrática Socialista (UDS). Todas essas organizações terminaram se condensando na fundação da Esquerda Democrática (ED) em 1945, que posteriormente foi renomeada para Partido Socialista Brasileiro (PSB). A ED reuniu estudantes com a sua fundação, principalmente em São Paulo, e também se dedicou à campanha presidencial de Eduardo Gomes.

Em segundo, a relação entre o final da Segunda Guerra e o repertório das lutas estudantis em 1945 também parece ter sido importante. Em 1947, Maximiano Bagdocimo, secretário geral da UNE, entre os anos de 1945 e 1946, apontou que o principal esforço da entidade nesse período havia sido exaltar “os feitos da gloriosa FEB e o significado de sua luta”⁴⁴, ou seja, a derrota dos regimes totalitários na Europa. No discurso estudantil, após 1945, o significado democrático da atuação da FEB, a queda de Getúlio Vargas e a lutas estudantis dos anos de 1940 foram retratados como temas inerentes, quase sempre de modo que a união nacional *com* Vargas foi praticamente esquecida nas referências à UNE.

Para aqueles que interpretaram as ações estudantis nos anos subseqüentes, o repertório de oposição à Vargas também esteve estreitamente relacionado com o final da Guerra e com o sentido democrático da FEB. Segundo Plínio de Abreu Ramos, em artigo intitulado *Introdução histórica do movimento universitário*, que foi publicado no jornal *O Semanário*, em 1957, “libertada Paris pelos exércitos ocidentais e iniciado nas margens do Vistula, a ofensiva soviética sobre Berlim, frouxaram (*sic*) os alicerces de sustentação dos gabaritos do Estado Novo”⁴⁵, o que teria possibilitado que a UNE reivindicasse eleições livres, garantia ao exercício das liberdades públicas e anistia aos presos políticos. Em outro artigo, intitulado *Um pouco de história*, que também abordou a militância do movimento universitário no final do Estado Novo, publicado nesse mesmo jornal, em 1962, José da Silva defende a mesma interpretação. Segundo o autor, “em 1945, terminada a guerra a 8 de maio, a UNE [...] iniciou a sua campanha pela recondução do País ao sistema democrático, com o restabelecimento de todas as liberdades de expressão e pensamento”⁴⁶.

⁴³ MUNDES JUNIOR, Antonio. Movimento estudantil no Brasil. 2ª. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 49.

⁴⁴ BAGDOCIMO, Maximiano. Entrevista, *Diário Carioca*, 06/07/1947, p. 03.

⁴⁵ RAMOS, Plínio de Abreu (1957). “Introdução Histórica do Movimento Universitário”, *O Semanário*, 18 a 25/07/1957, nº. 67, s/p.

⁴⁶ SILVA, José (1962). “Quitandinha: trampolim da classe universitária na luta contra o atraso e as forças da reação! – Um pouco de história”, *O Semanário*, 19/07/1962, s/p.

Apesar da necessidade de se considerar a intenção da mensagem contida nesses artigos, de posicionar as ações estudantis sempre em favor da democracia, a exploração da contradição entre o envio de tropas para combater os regimes totalitários no plano internacional e a manutenção de um regime autoritário no plano interno ocupou o centro da maioria das interpretações, no sentido de uma tomada de decisão por parte dos estudantes pela democracia. Todos esses artigos, no entanto, tratam o quadro estudantil como a composição de um coletivo heterogêneo e não abrem margem para que se percebam as suas divisões internas. A exceção coube a uma sequência de quatro artigos publicados por Joel Silveira, no jornal *Correio da Manhã*, nos quais o autor narrou as lutas estudantis pela democracia até 1945. No último desses artigos, além de apontar as relações citadas anteriormente, esse autor indicou que houve grupos de universitários que mantiveram contatos estreitos com setores que fundaram a UDN desde 1942, principalmente em Minas Gerais. Conforme Joel Silveira,

em março de 1945, com a guerra praticamente ganha e com a FEB praticamente vitoriosa (...) a ofensiva da UNE desviou-se na direção de uma outra fortaleza que ainda resistia: o Estado Novo [e] durante pelo menos seis meses, entre fevereiro e outubro de 45, quando Vargas foi deposto, UNE e UDN marcharam juntas⁴⁷.

A proximidade entre a UNE e a UDN, segundo Silveira, só teria acontecido porque os estudantes teriam enxergado na UDN o partido de Virgílio de Mello Franco, liberal e expoente na oposição à Vargas.

O próprio Virgílio de Mello se refere aos estudantes nos termos de que

ao contrário do que se deu com determinados setores [notadamente os trabalhadores], cedo compreenderam que a obtenção de umas tantas reivindicações não poderia constituir aspiração única, uma vez que as conquistas materiais sem a correspondência moral, são aperfeiçoamentos ilusórios e precários⁴⁸.

Nesse sentido, Franco tentar mostrar que, da participação na frente antifascista, os estudantes mantiveram as suas posições pela democracia mais próximas àquelas defendidas pelos movimentos de fundação da UDN do que os setores do operariado, que partilharam das

⁴⁷ SILVEIRA, Joel (1964). “Praia do Flamengo, 132 – Parte IV”, *Correio da Manhã*, 26/08/1964, p. 05.

⁴⁸ FRANCO, Virgílio A. de Mello. *A Campanha da UDN (1944 – 1945)*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1946, p. 08. Para compreender essa citação, é necessário considerar o movimento que ficou conhecido como “queremismo”, no qual a posição do PCB é incluída, da “constituente com Vargas”. Para tanto, considera-se a citação de Jorge Ferreira, de que “o queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior”. FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, p. 16. Citado em MÜLLER, op. cit.

posições do PTB e do PCB. Quanto à participação dos estudantes no interior dos movimentos que originaram a UDN, Virgílio afirma que

o grupo de homens que constituía a resistência democrática, de que nasceu a UDN, teve de despertar a consciência de amor à liberdade nas novas gerações (...) Para atingir esses objetivos, contamos, desde logo, com a mocidade universitária, inimiga da violência e do dogmatismo, e partidária dos princípios cristãos da fraternidade dos homens e de sua inviolabilidade como entes morais e pensantes⁴⁹.

Em terceiro, é o quadro que resultou da anistia, principalmente em torno da libertação de Luiz Carlos Prestes, que ratificou a posição dos comunistas pela unidade nacional com Vargas. A negativa dos estudantes à continuidade da proposta de unidade nacional do PCB foi difundida na bibliografia sobre o movimento universitário na forma de um marco para ascensão dos estudantes anti-Vargas e da consequente perda de influência dos comunistas. Em seu livro, Artur José Poerner inicialmente segue o mesmo caminho proposto até então, ao afirmar que “em março de 1945, com a vitória no plano externo pelos Aliados, os estudantes resolveram cuidar do plano nacional propriamente dito, indo as (*sic*) ruas em campanha pela anistia”⁵⁰. Essa campanha, depois de vitoriosa, é que teria ocasionado a primeira cisão interna do movimento universitário, motivada pela declaração de Prestes, secretário Geral do PCB, que depois de nove anos de prisão apoiou a Constituinte e o retorno do país à democracia, mas ratificou o apoio dos comunistas ao governo Vargas, que deveria ser mantido até a aprovação da nova Carta⁵¹. Assim, a declaração de Prestes teria levado “a maioria dos estudantes para a União Democrática Nacional, recém fundada, ficando o restante na esquerda, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro”⁵².

A posição que Prestes expressou em 1945 considerou as conclusões que se sobressaíram no interior do PCB e norteou a política do partido desde a Conferência da Mantiqueira⁵³, baseada na “União Nacional” em torno do esforço de guerra com o governo,

⁴⁹ FRANCO, op. cit., p. 07.

⁵⁰ POERNER, 1995, p. 165.

⁵¹ A posição do PCB de apoio a Vargas não é consensual na bibliografia consultada, contendo diferentes interpretações, como “apoio incondicional” ou “conotação direitista”. Para uma versão mais crítica a respeito dessas posições, ver: PRESTES, Anita. Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/58. In: Crítica Marxista, nº. 25, São Paulo: Revan, 2007, pp. 74-94.

⁵² POERNER op. cit., p. 166.

⁵³ Após a “Intentona”, em 1935, houve uma nova onda de repressão contra os comunistas, o que dificultou severamente a organização do PCB. Já no início de 1940, no contexto da Declaração de Guerra do Brasil aos países do Eixo e o abrandamento da repressão, surgem movimentos dispersos formados por militantes do Partido. Os mais importantes foram: os militantes do Comitê Regional da Bahia, alguns grupos dispersos de São Paulo, dentre eles, o Comitê de Ação, e o Comitê Nacional de Organização Provisória (CNOP), organizado no Rio de Janeiro. O contato entre esses grupos, que pese as suas divergências, terminou com a Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, quando se elegeu o Comitê Central do Partido e definiu a linha de atuação dos

pela campanha da anistia política, pela normalização constitucional do país e pela legalização do Partido. Nesse sentido, Prestes reafirmou, em 1945, que o governo Vargas não poderia ser considerado “de tipo fascista” e de que tanto a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, quanto a do general Eurico Dutra eram reacionárias⁵⁴. Conforme apontou Daniel Aarão Reis,

os comunistas batiam na tecla que assegurara o sucesso durante a guerra: manter e aprofundar a união, liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado [...] Em consequência e contrariamente a diversas correntes liberais e outras tendências de esquerda, apoiaram a permanência de Getúlio Vargas no comando do país até as eleições [...] Foi um choque e uma decepção parra muitos que abominavam a ditadura e seus horrores, mas uma benção para o Partido Comunista, que registrou então um crescimento fulminante⁵⁵.

Como também se percebe, o crescimento do número de filiados que o PCB angariou entre os trabalhadores não se efetivou da mesma proporção nos meios estudantis em 1945.

Apesar da posição do PCB não ter sido o único elemento polêmico nos meios estudantis, certamente favoreceu para que grupos de universitários se afastassem da orientação comunista. Mas é importante notar que esse questionamento só se tornou predominante nos últimos momentos da Guerra. Como visto, a Conferência da Mantiqueira já havia aprovado essa posição antes que os comunistas voltassem a influenciar a diretoria da UNE em 1944, o que indica que a unidade nacional com Vargas gozou de aceitação entre os universitários nas eleições desse ano e só se tornou um elemento motivador para que uma nova tendência de pensamento predominasse entre os dirigentes estudantis a partir de um contexto bastante específico.

Os questionamentos às declarações de Prestes em 1945 foram explorados ao limite por personagens emblemáticos das lutas contra o Estado Novo e que mantiveram relações junto a alguns segmentos universitários, como Domingos Velasco, da Esquerda Democrática (ED), e Virgílio de Mello Franco, da UDN. Tanto Velasco, quanto Vergílio de Mello atacaram com força um aspecto caro ao discurso comunista, afirmando que a posição expressa por Prestes teria rompido a unidade nacional em torno da luta contra o fascismo, na qual os estudantes estiveram inclusos.

comunistas, ratificando a política de União Nacional com Vargas, que era defendida pela CNOP. PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro* (1922 – 1964). São Paulo: Alfa Omega, 1984, pp. 180-182.

⁵⁴ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 95.

⁵⁵ REIS, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, pp. 76-77. In: *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Org. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. São Paulo: Unicamp, 2002, pp.. 76-77.

Com essa perspectiva, Domingos Velasco afirmou que concordava com os temas centrais então abordados por Prestes, que foram: a união nacional, a necessidade de se restabelecer a democracia e o desenvolvimento pacífico do país. Porém, ao notar que Prestes havia atribuído a anistia política como sintoma da inclinação democrática de Vargas, Velasco alegou que:

querendo conservar-se fiel à linha internacional comunista, que aconselha apoiar os governos em guerra contra o nazismo, não tomou conhecimento do problema brasileiro, com o qual teria de acomodar-se a linha internacional. Não era, e não é possível ser anti-fascista lá fora e tolerar o fascismo interno, sem se confundir uma tremenda confusão divisionista. A verdadeira linha teria de atender às nossas condições objetivas, como sustentam alguns velhos lutadores do Partido. Anti-fascista no exterior, os comunistas teriam também de ser anti-fascistas dentro de nossas fronteiras”.⁵⁶

Com esse argumento, que certamente explorou as divergências internas do PCB e a tentativa frustrada da ED em trazer os comunistas para a frente anti-Vargas, Velasco foi enfático ao afirmar que a unidade democrática no Brasil carecia de ter por base o anti-fascismo, o que excluía, em qualquer de suas formas, o apoio a um governo tomado como tal. Com base nesses termos, Velasco defendeu que a posição dos comunistas, expressa na conjuntura de 1945, não era o que a esquerda antifascista esperava, e para além disso, atribuía a Prestes uma linha política que cindia essa esquerda, já que

a linha brasileira deveria ser, portanto, a de união com as correntes democráticas que, durante anos, combateram o Estado Novo e todas as suas misérias. Neste combate, vivemos todos os da esquerda anti-fascista do Brasil, nestes oito anos. Não podemos agora dizer-nos aceitar as ‘inclinações democráticas’ do ditador⁵⁷.

As declarações de Virgílio de Mello Franco também foram enfáticas. Segundo o autor, ao decreto de anistia assinado por Vargas havia se seguido uma manobra por parte do governo, que teria se apoiado no que Virgílio de Mello, se referindo ao PCB ou ao grupo que mantinha maioria no seu interior, chamou de extrema esquerda. Essa relação, na interpretação do udenista, teria acontecido no contexto de um governo que estaria se empenhando para manter a ditadura e encontrava nessa extrema esquerda o “que lhe pareceu [para Vargas] a corrente mais interessada na manutenção do atual estado de coisas”⁵⁸.

⁵⁶ VELASCO, Domingos (1945). *Declarações do Sr. Domingos Velasco sobre a atitude do Sr. Luiz Carlos Prestes* apud FRANCO, 1946, p. 280.

⁵⁷ Ibidem., p. 281.

⁵⁸ FRANCO, op. cit., p. 327.

Posteriormente, no relatório que avaliou a campanha da UDN à Presidência da República, já derrotada por Eurico Gaspar Dutra, Virgílio de Mello avaliou novamente a posição expressa por Prestes. Nela, o Secretário Geral da UDN refutou qualquer “boa vontade” de Vargas na assinatura do Decreto de anistia, afirmando que a libertação dos presos políticos havia sido uma imposição exclusiva do povo e da imprensa ao governo. Mas a conquista da anistia havia tido algo paradoxal, pois,

atingido pela anistia, o sr. Luiz Carlos Prestes, confirmando as indícios de gestos anteriores, passava a prestigiar o criador do Estado Novo, cuja Polícia o torturara, que o mantivera nove anos preso, em desumano isolamento, que entregara sua mulher ao machado nazista. Essa atitude vinha quebrar a frente das forças populares e da unanimidade das elites intelectuais [...] Fragmentava-se, assim, a frente anti-fascista, que só podia ter como fundamento a luta contra o fascismo presente, - e não uma atitude internacional ou mesmo supranacional, com vagas críticas ao passado da Ditadura e votos de confiança nas suas tendências sedizentes democráticas⁵⁹.

Nesse texto, Virgílio de Mello demonstra que a posição do PCB permaneceu no discurso recente da UDN, assim como foi colocado por Domingos Velasco, como um ato de divisão das forças que até então haviam mantido a unidade antifascista no Brasil. Supõe-se que o ataque à posição dos comunistas tenha repercutido entre os estudantes que cada vez mais se mobilizaram pela democratização, pela candidatura do udenista Eduardo Gomes e aderiram à ED e, majoritariamente à UDN.

A UDN foi fundada a partir de movimentos e grupos com diversas diferenças entre si, que foram sintetizadas em torno de um inimigo comum: Vargas e o Estado Novo. Conforme demonstrou Maria Vitória Benevides, esse Partido foi o resultado do

espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento – ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e alianças políticas entre novos e velhos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional⁶⁰.

Ainda segundo a pesquisa de Benevides, esses diversos grupos abrangeram setores em um arco que foi desde as oligarquias desalojadas do poder em 1930 e antigos aliados de Getúlio, que haviam participado do Estado Novo, até os diversos grupos liberais e setores das esquerdas que lhe faziam oposição. Dentre esses últimos, participaram políticos e intelectuais que deram origem à Esquerda Democrática, comunistas que discordaram da linha oficial do

⁵⁹ Ibidem., p. 23.

⁶⁰ BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 23.

PCB e estudantes ou recém-egressos do movimento estudantil, principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco⁶¹. Foi dentre esses diversos grupos e movimentos que se construíram, ao longo do início dos anos de 1940, os principais canais de diálogo entre os meios universitários e as novas agremiações políticas.

O que se tenta demonstrar com a discussão que foi apresentada é que, ao contexto interno do movimento universitário, marcado pelas disputas de posições que foram travadas e que envolveram a luta pelo poder no interior da UNE, esteve relacionado o conjunto dos debates internacionais e da movimentação das forças políticas no interior do país, fortemente associado à ideia de “união nacional”. Em meio a esse debate, com o período final da Segunda Guerra e os desafios no plano interno, os setores estudantis que se mantiveram participantes em seus movimentos tiveram que responder a uma das opções de união nacional: *com* ou *sem* Vargas. Como será visto a seguir, a resposta predominante parece ter surgido como uma posição em favor da continuidade das lutas consideradas democráticas, principalmente com a solidariedade estudantil após o assassinato do universitário Demócrito de Souza e da participação eleitoral. Nesse contexto, apesar dos universitários terem se mantido em favor da ideia de união nacional, esta foi redefinida para terminar no Brasil o que a Força Expedicionária havia conseguido com a participação na Segunda Guerra, e isso se apresentou de modo contrário a qualquer possibilidade de continuidade do governo Vargas.

1.1.1 O assassinato de Demócrito de Souza e a participação dos estudantes na campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes: a adesão estudantil à UDN

Com a reorganização partidária no início de 1945 e as eleições presidenciais, marcadas para dezembro desse ano, se consolidaram as duas principais candidaturas à Presidência da República: a de Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD e de Eduardo Gomes, pela UDN. A candidatura Dutra contou com o apoio do PTB e foi interpretada nos meios estudantis de oposição a Vargas como uma saída política orquestrada nas entranhas do governo, ou seja, uma candidatura construída sob a égide da continuidade do poder político formado no interior do Estado Novo.

Quanto à candidatura de Eduardo Gomes, contou-se com apoio da ED e das oposições coligadas, o que compreendeu o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano (PR).

⁶¹ BENEVIDES, 1981, pp. 28-32.

Eduardo Gomes foi um dos pontos de condensação dos diferentes grupos que se opuseram ao Estado Novo e foi considerada ideal, pois o presidenciável possuía “um alto posto militar, uma legenda de herói e uma tradição de lutas democráticas aliada a um nome limpo (...) era, enfim, aquele que reunia as condições indispensáveis para a primeira tentativa de ‘união nacional’ contra o Estado Novo”⁶². Em sua campanha, tiveram participação ativa setores das Forças Armadas, das camadas médias e da intelectualidade, além do apoio de parte significativa da imprensa, como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Diários Associados*, *Correio da Manhã*, dentre outros⁶³.

Tendo como pano de fundo esse cenário eleitoral, antes que parte dos segmentos estudantis organizados formalizasse a sua adesão à UDN ou chegassem à presidência da UNE, em julho de 1945, foi a candidatura de Eduardo Gomes que empolgou as posições mais gerais que emergiram nos meios universitários, o que resultou em uma intensa campanha eleitoral e movimentos de arregimentação. Dessa maneira, a participação dos estudantes no processo eleitoral se formou como manifestação pela democratização do país, traduzida pela negativa de qualquer permanência que remetesse a Vargas e ao Estado Novo. Essas posições se expressaram com força no comício pró-Eduardo Gomes de São Paulo e, principalmente, nos protestos que se seguiram ao assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho, que aconteceu no comício de propaganda da candidatura udenista em Pernambuco.

O comício de Recife aconteceu no dia três de março de 1945 e foi organizado por estudantes ligados ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Recife, à União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), intelectuais e pelas oposições coligadas. O seu início foi na Faculdade de Direito de Recife, terminando, logo depois, na sede do jornal *Diário de Pernambuco*.

No decorrer do comício, iniciou-se um tumulto durante a fala de Gilberto Freyre, que discursava da sacada da sede do jornal, quando diversos disparos de revólver partiram em direção aos oradores. Além de populares⁶⁴ que haviam comparecido ao comício, os disparos atingiram o universitário Demócrito de Souza Filho, estudante do último ano da Faculdade de Direito. Demócrito era liderança conhecida nos meios estudantis, pois além de sua participação nos Congressos Nacionais dos Estudantes, também já havia sido preso em

⁶² BENEVIDES, 1981, p. 42.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Além dos feridos, também faleceu o operário carvoeiro Manoel Elias dos Santos.

decorrências de suas atividades políticas em 1943 e, em 1945, o universitário ocupava o cargo de Primeiro Secretário da diretoria da UEP⁶⁵.

A notícia sobre a morte do estudante repercutiu rapidamente, tanto nos meios políticos e intelectuais, quanto no interior do movimento estudantil, desencadeando uma onda de solidariedade e protestos entre os universitários. Isso fez com que a luta estudantil pela democratização fosse simbolizada na morte de Demócrito, que teria sido assassinado pelo que foi considerado como as permanências autoritárias do Estado Novo.

A versão sobre o assassinato que se oficializou nos meios estudantis foi de que o atentado havia sido uma ação premeditada do interventor de Pernambuco, Etelvino Lins. A premeditação do atentado foi bastante explorada, envolta nas declarações da nota oficial emitida pelos professores membros da Congregação da Faculdade de Direito de Recife, pela qual lançaram “um veemente protesto contra o atentado criminoso, friamente premeditado pela Polícia Civil, contra os estudantes e o povo”⁶⁶. A justificativa também se baseou na garantia oficial de que o comício poderia acontecer, já que se tratava de propaganda eleitoral, que segundo a nota da Congregação,

os estudantes, invocando, na melhor boa fé, e na mais santa ingenuidade, a nota oficial da Secretária de Segurança Pública, publicada naquele mesmo dia, na qual se dizia ser livre a propaganda eleitoral. De sorte que, confiados nessa nota oficial, e mais ainda na declaração do interventor federal interino ao diretor da Faculdade, professor Andrada Bezerra, de que não impediria o comício, os estudantes então o tornaram efetivo⁶⁷.

Com a nota assinada pelos professores de Recife, corroborou a narrativa dos episódios, publicada no *Correio da Manhã*. Os relatos foram atribuídos a um grupo de personalidades⁶⁸, dentre as quais Gilberto Freyre, que o jornal considerou como reconhecidamente fidedignas, que teriam afirmado que um grupo de policiais, infiltrados entre os populares e disfarçados de operários, haviam lançado provocações ao comício. Como prova da participação policial no assassinato, também se afirmou que um oficial do Exército, presente no comício, teria

⁶⁵ RAMOS, Plínio de Abreu. *A luta dos estudantes que o povo já começa a conhecer: Introdução Histórica do Movimento Universitário Brasileiro. O Semanário*, 18 a 25 de julho de 1957, p. 16; *Correio da Manhã*, 06/03/1945, p. 1-6.

⁶⁶ *Correio da Manhã*, 06/03/1945, p. 14.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Segundo consta, os relatos dos acontecimentos foram atribuídos a um grupo de professores da Faculdade de Direito de Recife, jornalistas e personalidades políticas que participavam do comício, que foram: Aníbal Fernandes, Gilberto Freyre, Soriano de Souza, Luiz Guedes, Mario Souza, Geraldo Andrade, Severino Mariz, Joaquim Bandeira, João Cleophas, Domingos Vieira, Nehemias GGueiros, Antiogenes Chaves, padre Felix Barreto, Ângelo Souza, Pio Guerra, Esdras Gueiros, Carlos José Duarte, Jerônimo Heraclyto, Olívio Montenegro, Sylvio Rabello, Renato Carneiro da Cunha, Corrêa Lima, Gilberto Moraes e Eurico de Souza. Idem.

efetuado a prisão do atirador Cícero Romão, o qual teria confessado às “autoridades militares que havia recebido a arma na Delegacia de Ordem Política e Social” de Recife⁶⁹.

Com base nesses relatos, transmitidos por meio de telegramas e notas oficiais ao Distrito Federal, a UNE e outras entidades estudantis, a repercussão do assassinato, além de despertar a solidariedade e protestos entre os universitários, se transformou em um amplo movimento de avaliação da conjuntura do período final do Estado Novo e de posições em favor da democracia. Nessas avaliações, parte das entidades estudantis expressou que qualquer elemento que representasse a continuidade de Getúlio Vargas na presidência da República era altamente inconveniente. Dentre as entidades estudantis que se manifestaram com relação ao episódio, estiveram a UNE, a UME, a grande maioria dos diretórios e centros acadêmicos do Distrito Federal, Niterói e São Paulo, a UEP, a UEE do Rio Grande do Sul, a UEE de Minas Gerais e estudantes de Alagoas, Ceará e Bahia⁷⁰.

Dessas entidades, a grande maioria se pautou por apontar que o momento atual da vida política do país “que não [existia], de maneira completa, a apreçoada liberdade de imprensa, liberdade de associação, liberdade de palavra, em suma as liberdades essenciais”⁷¹, critérios que deveriam condicionar diretamente as possibilidades de se realizar eleições livres, o que colocou em dúvida as intenções de abertura expressas no governo. Como foram sintetizadas na declaração da UNE,

as condições pacíficas para a realização de eleições livres e honestas não [estavam] sendo asseguradas, mas muito ao contrário, é exatamente um ambiente de intranquilidade e agitação que se está querendo forjar, justamente por aqueles que tinham por primeira obrigação firmar condições de estabilidade e de liberdade, imprescindíveis à fase atual de nossa vida política⁷².

No conjunto das posições estudantis que se firmaram em torno do assassinato de Demócrito, havia uma crítica central que foi justificada e exemplificada de diferentes formas, de que o governo de Getúlio Vargas não estaria garantindo um ambiente compatível para as práticas democráticas, o que dentre outros pontos, envolveu diretamente a possibilidade de livre pensamento e organização. A recente nomeação do interventor Etelvino Lins⁷³, em Pernambuco, e a relação que se estabeleceu com o assassinato do estudante, foi considerada

⁶⁹ *Correio da Manhã*, 06/03/1945, p. 14.

⁷⁰ *Correio da Manhã*, 06/03/1945 a 11/03/1945.

⁷¹ Declaração de Princípios da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*, 07/03/1945, p. 01.

⁷² *Correio da Manhã*, 06/03/1945, p. 14.

⁷³ Segundo a nota oficial da UNE, dentre os diversos pontos criticados pelos estudantes, estava “a nomeação do sr. Etelvino Lins, conhecido por sua reputação de facinora, para a interventoria em Pernambuco”. Ibidem.

como prova de sangue do que se chamou de “intranqüila nacional”, o que convergiu para que os estudantes disparassem as suas críticas, traduzindo os acontecimentos recentes como a negação das intenções democráticas de Vargas.

Nesse mesmo sentido, parte das entidades estudantis foi enfática em suas declarações e atacaram a figura de Getúlio na tentativa de confirmar a relação que se estabeleceu entre o estudante morto e o regime, como o Partido Acadêmico Democrático (PAD), ao publicar que “o sangue dos estudantes de Recife, e da mocidade paulista em novembro de 1943, servirá para lavar a alma da ditadura agarrada ao corpo do Brasil (...) são mártires que resgatarão a liberdade”⁷⁴. Segue-se ainda a Declaração de Princípios da assembleia dos estudantes da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que atribuiu a fome, o pauperismo e o analfabetismo como questões agravadas “pelos longos anos de fascismo getuliano”⁷⁵; dos estudantes da Faculdade Nacional de Medicina, que convocaram os estudantes a um luto permanente até que o atual regime terminasse ou a nota do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Niterói, afirmando que “a atitude criminosa das autoridades policiais pernambucanas (...) é uma demonstração indiscutível da insinceridade do governo ao prometer a livre manifestação da palavra”. Dentre esses, também surgiu um comunicado conjunto dos Centros Acadêmicos de São Paulo, que ao atribuir o assassinato de “Demócrito de Souza Filho [como] mais uma vítima da insaciável sanha getulista”⁷⁶, defendeu a solidariedade recíproca dos estudantes ao afirmar que “todas as entidades estudantis da Pátria sofrem com a mesma intensidade os torpes golpes vibrados contra qualquer uma delas”⁷⁷.

Apesar do impacto que causou e do assassinato ter permanecido com força nos discursos estudantis e da própria UDN, nunca se provou as ligações do atirador Cícero Romão com a Interventoria de Pernambuco⁷⁸, o que não impediu que o acontecimento tenha sido representado por um grande contingente estudantil como um ato governamental, intermediado por Etelvino Lins e a polícia política de Pernambuco.

Dentre os comunicados publicados, também foi possível perceber que alguns segmentos estudantis traduziram a candidatura de Eduardo Gomes como uma expressão da

⁷⁴ Ibidem., p. 01.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Segundo as conclusões do Inquérito sobre o assassinato, publicado em *O Estado de S. Paulo*, 07/07/1945, p. 2, nem a polícia, nem a Interventoria, tinham tido responsabilidade sobre os tumultos, que, segundo o relatório teriam acontecido a revelia da Secretaria de Segurança Pública. Quanto ao autor dos disparos, o inquérito afirma ser possível ficar sem resposta, pela dificuldade de identificar o autor em um crime acontecido em meio a um tumulto. No entanto, passados mais de dez anos do assassinato de Demócrito de Souza, o suposto atirador, Cícero Romão, ainda era considerado um “capanga” de Etelvino Lins. RAMOS. *O Semanário*, 18 a 25 de julho de 1957, p. 16.

luta contra a ditadura e a própria figura de Vargas, como no comício pró-democracia organizado com a participação dos estudantes de São Paulo, que reuniu ao mesmo tempo a campanha pela democratização e a campanha de apoio à candidatura de Eduardo Gomes⁷⁹. Os estudantes pernambucanos seguiram no mesmo sentido, quando afirmaram que em meio ao tiroteio, o povo “prosseguiu em estrepitosas manifestações e demonstrações de seu amor a causa da liberdade, encarnada na candidatura de Eduardo Gomes”⁸⁰.

Nos dias seguintes, a relação entre os protestos estudantis pelo assassinato de Demócrito e a defesa da candidatura que a originou continuaram, como aconteceu no comício do Rio de Janeiro, convocado pela UNE e por outras entidades estudantis. Nele, apesar dos universitários não terem relacionado diretamente a candidatura do brigadeiro em suas falas, promoveram convites a personalidades que foram apoiadores públicos do candidato, como Carlos e Maurício Lacerda. Ambos basearam os seus discursos no tom da campanha, tendo Eduardo Gomes como “o candidato nacional, nome que oferece as mais puras garantias para a realização de uma verdadeira democracia em nosso país”⁸¹.



1 Comício contra a morte de Demócrito Souza no Distrito Federal. **Fonte:** *Correio da Manhã*, 03/08/1945, p. 03.

⁷⁹ MÜLLER, 2005, p. 113.

⁸⁰ FRANCO, 1946, p. 177.

⁸¹ Discurso de Carlos Lacerda, *Correio da Manhã*, 08/04/1945, p. 14.

Passados os protestos estudantis, ainda no mês de março de 1945, começou a haver a mobilização formal dos estudantes em apoio à candidatura de Eduardo Gomes, como um grupo organizado e com uma pauta mínima de exigências que deveriam ser cumpridas pelo candidato presidencial. Com esse intuito, os estudantes cariocas lançaram um manifesto de apoio, no qual afirmaram que

a fome, a falta de transportes, a ascensão desmedida do custo da vida, a mortalidade infantil assustadora, o analfabetismo, a crise agrícola, o alastramento das doenças, a ausência de renovação do parque industrial, e a intervenção executiva no judiciário – são índices bastantes da anarquia orgânica em que se prostrou o país⁸².

Para os estudantes, seria em consequência do conjunto dessas mazelas sociais que a UDN teria surgido⁸³, a qual “se enquadram as Oposições Coligadas, desde o centro-conservador até aos esquerdistas”, que depois de terem vida clandestina, frequentemente com os seus apoiadores enquadrados pelo Tribunal de Segurança Nacional, teria conseguido furar o bloqueio da Ditadura, estando em 1945 “em pleno processo de arregimentação de quadros”⁸⁴. Nesse mesmo manifesto, apresentaram-se, pelos estudantes pró-Eduardo Gomes, as reivindicações que foram consideradas imediatas, dentre as quais constaram a intensificação da guerra ao fascismo, liberdade de associação, de reunião, imprensa e de palavra, liberdade sindical, supressão do DIP e do Tribunal de Segurança Nacional e reconhecimento da URSS como afirmação de cooperação internacional⁸⁵.

Já no plano estritamente estudantil, defenderam:

1 – Ensino gratuito em todos os graus e compulsório no primário; 2 – Liberdade de cátedra e reintegração de todos os professores demitidos; 3 – Assistência ao estudante; 4 – Voto deliberativo para os representantes estudantis nos Conselhos Técnicos Administrativos e no Conselho Nacional de Educação; 5 – Cidade Universitária; 6 – Democratização da Cultura; 7 – Liberdade de organização autônoma dos estudantes, nos graus secundário, normal, comercial, técnico-profissional e superior⁸⁶.

A publicação desse manifesto era assinada por nada menos que cerca de 500 universitários cariocas, que no rodapé do manifesto, convocaram:

⁸² *Correio da Manhã*, 27/03/1945, p. 14.

⁸³ Nota-se que a referência está relacionada a um movimento que estava próximo de formalizar, já que a UDN foi legalmente constituída em abril de 1945.

⁸⁴ *Correio da Manhã*, 27/03/1945, p. 14.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*.

Na defesa destas aspirações, alinhamo-nos em torno de Eduardo Gomes, herói dos “18 do Forte”, que se impõe à confiança dos patriotas pela honradez de quem não se vendeu à Ditadura, pelo descortino do administrador e pela dedicação do Povo. COLEGA! PROCURE A UDN EM SUA ESCOLA E CONTRIBUA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS!⁸⁷

Observa-se que novamente surgiu a relação entre a candidatura de Eduardo Gomes e a democratização do país, agora, também como elemento de arregimentação para a UDN, intermediada por uma pauta bastante ampla, que contemplou tanto as demandas estritamente estudantis, quanto da política nacional.

As reivindicações mínimas apresentadas no manifesto não foram exclusivas dos estudantes empenhados na campanha presidencial, pois constaram abundantemente desde o início de 1945, sintetizadas em notas oficiais e discursos das entidades do movimento universitário, o que indica que tenha sido uma pauta bastante admitida nesses meios.⁸⁸

Outro aspecto significativo da organização estudantil em torno da candidatura presidencial da UDN, se considerado o Rio de Janeiro, foi a formação das caravanas estudantis e das uniões universitárias pró-Eduardo Gomes, o que se constituiu de maneira formal em comitês estruturados no interior das faculdades e na formação de uma rede estudantil de apoio à campanha.

Na reunião de fundação da União Universitária, consta que tenham participado representantes de todas as 27 escolas superiores do Rio de Janeiro, na qual, além de se eleger o comitê executivo da União Universitária, foi decidido que deveriam ser criados comitês no interior das faculdades, os quais coordenariam em seus locais de estudo “o movimento universitário na campanha anti-fascista e anti-estadonovista, em torno da candidatura Eduardo Gomes”⁸⁹.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ As reivindicações mínimas apresentadas pelos estudantes udenistas são correlatas aos pontos defendidos pela grande maioria das entidades estudantis, que podem ser sintetizadas nos pontos mínimos apresentados pelo presidente da UNE, durante o comício do Rio de Janeiro, que foram: 1 – Pela restauração das liberdades públicas e individuais; liberdade de palavra escrita ou oral, liberdade de reunião e associação, liberdade sindical, liberdade espiritual; 2 – Pelo repúdio absoluto à Carta fascista de 1937 e ao seu cínico complemento, e pela extinção dos órgãos fascistas – o nefasto Tribunal de Segurança e o DIP; 3 – Pela concessão imediata da anistia ampla e geral a todos os condenados, por crimes políticos e conexos; 4 – Pela volta do país ao regime constitucional democrático e realmente progressista; 5 – Pela realização de eleições democráticas baseadas no sufrágio universal, direto e secreto; 6 – Pela concretização de uma política efetiva de amparo ao trabalho e de justiça social; 7 – Pela adoção de medidas enérgicas contra a carestia de vida e a especulação e pela elevação do nível de vida das populações urbanas e rurais; 8 – Pela intensificação pelo esforço de guerra e pelo respeito ao cumprimento dos princípios e resoluções da Carta do Atlântico e das Conferências de Teerã e Yalta; 9 – Pelo reconhecimento da União Soviética. Discurso do presidente em exercício da UNE, Paulo Silveira. *Correio da Manhã*, 08/03/1945, p. 14.

⁸⁹ *Correio da Manhã*, 12/06/1945, p. 14.

Ao tomar a movimentação financeira da UDN para o Distrito Federal, é possível afirmar que essas uniões e outros movimentos que envolveram estudantes existiram com certa vida orgânica. Além dos comitês estudantis regionais, como de Copacabana e Ilha do Governador, funcionaram, no interior das faculdades com diretorias e contas bancárias, pelo menos quinze dessas Uniões Universitárias⁹⁰.

É importante ressaltar que, se essas uniões universitárias não tiveram um papel fundamental na articulação dos estudantes udenistas em todo o país, com relação à militância em torno da candidatura de Eduardo Gomes e das posições que foram se firmando no interior do movimento universitário, é significativa suas contribuições para reforçar a rede de arregimentação dos estudantes para a UDN.

1.2 O Departamento Estudantil da UDN

Após as eleições de 1945, derrotada a candidatura de Eduardo Gomes, as relações entre a UDN e os segmentos estudantis de apoio a essa candidatura passaram por mudanças. A mais significativa delas, além da sua ampliação, foi a integração da União Universitária à UDN como uma secção estudantil, o que significou a formação de um grupo especializado no interior do Partido.

Esse movimento de fusão pareceu estar de acordo com as preocupações expostas por Virgílio de Mello Franco sobre os rumos partidários, em especial, com relação a sua estrutura interna, na qual deveria haver esforço para “incorporar à vida ativa do Partido os dois milhões de eleitores que votaram no brigadeiro Eduardo Gomes e nas chapas da UDN”⁹¹. Para tanto, considerou-se a reestruturação do Partido, o que dentre outras medidas, significou desenvolver o serviço de arregimentação, organizar departamentos profissionais, proporcionar que os filiados tivessem maior acesso para votar e serem votados para os cargos de direção, escolher por voto dos filiados os candidatos aos cargos eletivos, organizar o sistema financeiro e o que pareceu ser o mais importante, definir um plano de ação para que a UDN

⁹⁰ Houve entidades filiadas e movimentação financeira pró-candidatura Eduardo Gomes nos seguintes locais do Rio de Janeiro e Distrito Federal: Colégio D. Pedro II, Colégio Santo Inácio, Comitê Pré-Universitário, Estudantes de Copacabana, Faculdade Católica de Direito, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, Faculdade de Odontologia, Frente Democrática da Faculdade de Medicina, União Estudantil Democrática Nacional (com sede no DF), Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Econômica do Rio de Janeiro, União Universitária do Distrito Federal, Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Niterói. Além dessas, houve movimentação financeira para a Caravana Estudantil da União Universitária para Belo Horizonte, Embaixada Pré-Universitária de Recife, Barra do Pirai e Barbacena. FRANCO, 1946, pp. 423-449.

⁹¹ Ibidem., 1946, p. 72.

também conseguisse atuar fora dos marcos do Estado. Com relação a esse último ponto, entende-se, na acepção de Virgílio de Mello, que a UDN deveria manter sua atuação política para além das instâncias eletivas, movimento que deveria se pautar por sistematizar a divulgação dos debates da UDN em favor dos objetivos democráticos, organizar planos de assistência social, principalmente com relação à educação e à saúde, estudar os problemas brasileiros e criar núcleos de cultura política, objetivo para o qual se chegou a propor a criação de uma Escola Livre de Ciência Política, que contasse com cursos de extensão universitária destinados à população em geral⁹². Nessa reestruturação, o setor estudantil surgiu organizado no interior do Partido, com representação formal nas instâncias deliberativas da UDN.

Como já visto, os estudantes, especialmente os universitários, haviam marcado presença tanto nos movimentos pela candidatura presidencial, quanto ingressado nas fileiras partidárias e, após as eleições, parecem ter sido os primeiros a reorganizar, na prática, os seus trabalhos e metas. Dentre eles, foram os estudantes secundários, liderados no Distrito Federal por Ivan Alves Correia, ex-presidente da AMES⁹³, Benedito Rangel, Coiber Coelho, Otton Lopes Barbosa e Wilson de Egito Coelho, que ainda em janeiro de 1946, reunidos na sede da UDN, organizaram a União da Mocidade Democrática (UMD), organização que teve o intuito de reunir os estudantes secundários filiados à UDN que haviam apoiado Eduardo Gomes⁹⁴. A essa organização se atribuiu a função de defender a democracia que estava em vias de se consolidar, e depois de algum tempo, período em que se posicionou e agiu de acordo com os acontecimentos políticos, acabou convertendo os seus objetivos para as atividades culturais, e no segundo semestre de 1948, ainda sob a liderança de Ivan Correia, se transformou no Departamento Cultural do Diretório da UDN do Distrito Federal⁹⁵.

Com relação à União Universitária, os primeiros encontros que visaram debater a sua reestruturação também começaram a acontecer a partir de janeiro de 1946, quando passaram a ser convocadas para reuniões na sede da UDN todas as instâncias dessa organização: a Comissão Executiva, o Conselho, a Assembleia e os estudantes filiados ao Partido⁹⁶. Em meio a esses debates, o principal ponto de discussão girou em torno da sua integração formal ao Partido como secção estudantil da UDN.

⁹² Ibidem, pp. 72-73.

⁹³ A AMES foi uma experiência efêmera em meados dos anos de 1940, mas foi reorganizada no final da década.

⁹⁴ *Diário de Notícias*, 27/01/1946, p. 04.

⁹⁵ *Diário de Notícias*, 29/08/1948, p. 15.

⁹⁶ *Diário de Notícias* 22/01/1946, p. 03 e 07/02/1946, p. 08

Essa transição demorou alguns meses para se efetivar, entre julho e agosto de 1946, quando se reuniu o Diretório Nacional da UDN. Nessa ocasião, os estudantes da antiga União Universitária passaram a figurar efetivamente como um setor de ação especializada do Partido, que tentou refletir em seu interior as demandas estudantis, com ênfase para o movimento universitário. A nomenclatura da nova organização passou a ser Departamento Estudantil da UDN (DE da UDN), e associou no seu interior, tanto os estudantes secundários, reunidos em torno do Setor de Estudantes Pré-Superiores do DE da UDN, quanto os universitários, setor no qual o movimento se organizou com mais profundidade e para qual, na prática, a nova organização se destinou.

A estrutura do DE da UDN foi organizada por meio de um órgão central, que foi denominado como Departamento Estudantil Nacional (DEN), e por órgãos regionais, que se organizaram nos Departamentos Estaduais, assim como os Departamentos que se organizaram nos locais de estudo, tanto nas escolas de ensino secundário quanto nas faculdades. Além dessa estrutura, também havia um representante, tanto Estadual, quanto nacional, que compunha o Diretório da UDN em suas respectivas instâncias nacionais, regionais e municipais. Esse estudante, que deveria ser eleito, era o representante formal do DE junto ao Diretório, o que funcionou como a ligação oficial entre as duas estruturas.

Em todas as suas instâncias, foi padrão a existência de uma comissão executiva, com o encargo de dirigir as atividades cotidianas do DE, e um diretório que pareceu funcionar nos moldes de uma assembleia. Também existiram os comitês fiscalizadores das atividades executivas que, em alguns casos, coexistiu com o diretório, e em outros, funcionou como o seu substituto.

Na Comissão Executiva Nacional, como comparação, a estrutura foi exatamente a mesma da diretoria da UNE, contanto com presidente, quatro vice-presidentes, secretário geral, três sub-secretários e um tesoureiro. Nos Estados, essa comissão geralmente foi composta por sete membros, seguindo o mesmo padrão da diretoria nacional. Em ambos os casos, o diretório teve em torno de dez a quinze membros. Quanto ao DE da UDN nas faculdades, a sua composição foi preenchida por cinco membros, que ocupavam os cargos de presidente, vice-presidente, secretário geral, primeiro secretário e tesoureiro. Já com relação às escolas secundárias, a estrutura adotada foi bem mais volátil, tendo entre cinco e quinze membros.

A forma de eleição dos Departamentos, tanto nacional, quanto estaduais, foram as Convenções, que aconteciam uma vez por ano. Nelas, eram debatidos temas gerais, a declaração de princípios da Convenção, o programa político, campanhas do Departamento e

eleitos a Comissão Executiva e o Diretório, assim como o representante junto ao Diretório da UDN em sua instância de atuação. Já nos locais de estudo, a eleição era realizada por meio de assembleia geral.

Na Convenção Nacional, participavam os membros representantes de cada DE Estadual, denominado como Conselho Nacional, que também se reuniam quando convocados pela Comissão Executiva fora dos períodos de convenção, os membros do Diretório Nacional e os delegados estaduais. Nas Convenções Estaduais, a representação seguia a mesma ordem, sendo os delegados eleitos por assembleia geral nos locais de estudo, por meio de chapas que geralmente contavam com cinco estudantes.

A transição da União Universitária para o DE da UDN esteve diretamente ligada aos estudantes universitários que ocupavam ou haviam ocupado cargos nas entidades estudantis. De 1945 para 1946, os seus principais nomes foram Ernesto Bagdocimo, presidente da União Universitária e presidente da UNE, Heraldo Lemos, membro da União Universitária, secretário geral da UNE e representante universitário junto ao Diretório Nacional da UDN, e Jorge Loretti, da União Universitária, diretor da UNE e diretor da União Fluminense dos Estudantes (UFE)⁹⁷. Ainda em 1946, teria evidência Maximiano Bagdocimo, Secretário Geral da UNE entre 1946 e 1947, dentre outros.

O crescimento organizacional do DE da UDN pareceu ter sido rápido em algumas regiões. Tomando por base o Distrito Federal, na primeira lista de oficialização dos departamentos locais, em outubro de 1946, constaram mais de trinta estudantes udenistas com cargos na estrutura dos DEs, principalmente na Universidade do Brasil e na Universidade Católica, em especial nos cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia, Economia e Filosofia⁹⁸. Com relação a sua estruturação no cenário nacional, se durante a campanha presidencial de Eduardo Gomes, a União Universitária havia se organizado principalmente no Distrito Federal, no Estado do Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais⁹⁹, na sua I Convenção Nacional, presidida pelo paulista Jorge Luiz Moraes Dantas, no mês julho de 1947, havia estudantes representando os Departamentos Estaduais de dez Estados, além do Distrito Federal, que foram: Amazonas, Paraíba, Ceará, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina, Estado do Rio, Minas Gerais, Goiás e São Paulo¹⁰⁰. Dois anos mais tarde, na reunião do Conselho do DEN, realizada em São Paulo, no ano de 1949, constou a organização dos

⁹⁷ *Diário de Notícias*, 15/06/1945 a 30/12/1945.

⁹⁸ *Diário de Notícias*, 01/10/1946 a 20/12/1946; *Correio da Manhã*, 01/10/1946 a 20/12/1946.

⁹⁹ *Correio da Manhã*, 10/11/1945, p. 03.

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, 22/07/1947, p. 06; 24/07/47, p. 08.

departamentos estaduais do Piauí, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul¹⁰¹, e na reunião de 1950, os estudantes udenistas já possuíam alguma organização também nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso e Rio Grande do Norte¹⁰², chegando, assim, a ter presença organizada em dezessete Estados e no Distrito Federal.

Quanto às posições e a atuação do DE da UDN, parece ter havido diferentes ênfases, apesar das disputas pela direção das entidades estudantis e da participação e do empenho eleitoral ter sido uma característica permanente. Dentre essas, principalmente entre 1946 e 1949, se voltaram para a organização do próprio Departamento e em lemas que visaram à intensa arregimentação no interior das faculdades, além de ter se empenhado em campanhas de educação política e campanhas culturais, como a importância do teatro, a formação de bibliotecas e movimentos que se destinaram à moralização da literatura infantil. No cenário nacional, o DE defendeu o sistema parlamentarista como forma de governo, apoiou a divulgação e as “teses nacionalistas” sobre o problema do petróleo. Também enfatizou posicionamentos que ressaltaram a importância da juventude nas instâncias partidárias. Conforme ressaltou em diferentes momentos Eduardo Rios Neto, presidente do DEN em 1948, o DE era um órgão importante, tanto por promover a formação de novas gerações de valores políticos para o Partido, quanto na formação desses novos valores no campo da cultura¹⁰³. A crença sobre a formação dessa nova geração se condensou no lema do DE da UDN de 1949, de que “a UDN [seria] o partido do futuro porque [seria] o partido da mocidade”¹⁰⁴. É notável que essas ênfases foram diferentes ou coexistiram de uma região para outra. No entanto, temas como o parlamentarismo, a defesa da democracia e da Constituição, da lei e da ordem como limites para as ações sociais e para a liberdade, a exaltação da justiça como mediadora dos problemas sociais e políticos e a indicação de que a legislação do serviço militar necessitava de reformas, dentre outros, foram constantes nos debates e resoluções do DE da UDN, pelo menos até meados de 1949.

Mas a predominância liberal que pautou a formação do DE da UDN, principalmente em sua inspiração e relação com Virgílio de Mello Franco, não foi contínua, pois também se estruturaram em seu interior grupos antidemocráticos que tentaram e conseguiram impingir ao DE crenças marcadamente reacionárias, que como se observará no decorrer deste capítulo, se relacionou principalmente com o combate aos estudantes de esquerda, o que teve como principal ponto de condensação o discurso anticomunista. A ênfase na militância

¹⁰¹ *Jornal de Notícias*, 27/04/1949, p. 03.

¹⁰² *Correio da Manhã*, 11/05/1950, p. 01.

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 17/09/1948, p. 06.

¹⁰⁴ *O Estado de S. Paulo*, 03/05/1949, p. 04.

anticomunista não foi correlata entre os diversos DEs regionais, e o seu epicentro entre os estudantes udenistas parece ter sido o Distrito Federal, onde já a partir de 1947 se expressou com força. No entanto, a partir de 1949, os estudantes udenistas também passaram a alimentar alguns grupos que se pautaram pelo anticomunismo, o que influiu para que ocorressem crises internas.

Quanto às ações no campo universitário e nas entidades estudantis, o DE da UDN refletiu as suas preocupações com questões relacionadas aos problemas econômicos, educacionais e artísticos dos estudantes, sempre com base na defesa irrestrita da ordem jurídica como mediadora dos conflitos sociais, bandeiras que também foram traduzidas a partir da defesa constitucional, no

integral apoio ao redime democrático cujos princípios se acham expressos na Constituição do País, [...] na conciliação da liberdade com a ordem [...] nos processos evolutivos da justiça social para uma ordem mais justa, na qual o triste espetáculo da opulência excessiva de uns não afronte a miséria extrema de outros e, sobretudo, prestígio e na força dos regimes legais, em que a vontade dos governantes e dos indivíduos tenha por base e por limite a lei¹⁰⁵.

Apesar de ser possível encontrar algumas informações sobre o DE da UDN até o golpe civil-militar de 1964, a sua participação como força política organizada nos meios estudantis foi importante apenas até meados da década de 1950. A partir de então, sua presença foi decrescendo, suas seções regionais encolheram e, nos anos de 1960, a participação organizada dos udenistas no movimento universitário foi praticamente nula.

1.2.1 Sob o comando udenista: o VII Congresso Nacional de Estudantes e a unidade em torno da UNE

A ascensão dos universitários udenistas ao comando da UNE aconteceu em meio à mobilização desses estudantes pela candidatura de Eduardo Gomes, animados pela democratização, pela vitória dos Aliados sobre os países do Eixo e marcados por um forte sentimento contra o nazi-fascismo.

O VIII Congresso Nacional dos Estudantes aconteceu na última semana de julho de 1945, e contou com dois eixos temáticos: vida escolar, que se referiu diretamente às questões

¹⁰⁵ Declaração de Princípios da Convenção dos Estudantes Udenistas de São Paulo, Ibidem.

educacionais nos seus vários aspectos, e os temas relacionados à conjuntura nacional e internacional¹⁰⁶.

Com relação ao primeiro eixo temático, contaram temas como a gratuidade do ensino e a democratização da cultura, a necessidade de debates e a constituição de uma comissão a fim de levar sugestões para uma reforma universitária ao ministro da Educação, pela nomeação de um estudante para o Conselho Nacional de Educação e a Caravana de Alfabetização da UNE que, segundo os estudantes, deveria receber incentivo federal para se deslocar ao interior do país. Outro tema relevante, ligado à questão escolar, foi a readaptação dos estudantes que haviam sido convocados para as Forças Armadas. Com relação a esse ponto, o VIII Congresso sugeriu a criação de uma Junta Especial de Readaptação do Estudante Expedicionário ou Convocado em cada universidade. Além disso, também propôs que os universitários que haviam sido convocados tivessem vantagens, como por exemplo, preferência na nomeação em concursos públicos, quando um estudante convocado tivesse a mesma pontuação que um não convocado¹⁰⁷.

Quanto à conjuntura nacional e internacional, que foram os temas que mais repercutiram nos debates do Congresso¹⁰⁸, os estudantes se posicionaram contra a Carta de 1937, recomendaram ao Ministério das Relações Exteriores que rompesse as relações do Brasil com a Espanha de Franco e com Portugal de Salazar. Também decidiram por prestar solidariedade à Junta Suprema de Unidade Nacional, órgão que reuniu os partidos de oposição à Ditadura Espanhola, em favor da sindicalização dos trabalhadores e pela autonomia sindical, pela extinção do Tribunal de Segurança, do Departamento Nacional de Informações e da Polícia Política, assim como entenderam haver necessidade de manter relações de intercâmbio entre os universitários brasileiros e aos estudantes da Grã-Bretanha, EUA e URSS. Além disso, foi aprovada uma homenagem aos estudantes assassinados durante o Estado Novo.

Por fim, foram apresentados quatro candidatos à presidência da entidade, que após os debates, compuseram duas chapas, uma liderada pelo presidente da União Universitária, o udenista Ernesto Bagdocimo da Faculdade Católica de Direito, e a outra que congregou os comunistas, liderada pelo estudante da Faculdade de Direito de Niterói e soldado Expedicionário, Augusto Vilas Boas¹⁰⁹. Esse último, com apoio de Fany Mallin e Júlio

¹⁰⁶ MÜLLER, 2005, p. 116.

¹⁰⁷ *Correio da Manhã*, 27 a 29/07/1945, p. 03., *Tribuna Popular*, 28/07/1945, p. 02., *Diário de Notícias*, 29/07/1945, p. 08.

¹⁰⁸ MÜLLER, op. cit., p. 118.

¹⁰⁹ Chapa udenista foi eleita com 159 votos, e contou com os seguintes estudantes: Presidente: Ernesto da Silveira Bagdocimo (Distrito Federal), 1º. Vice-presidente: Odilon Ribeiro Coutinho (Pernambuco), 2º. Vice-presidente: José Barbosa (Minas Gerais), 3º. Vice-presidente: Joaquim Pereira Neto (Rio Grande do Sul), 4º.

Barbosa, que abriram mão das suas candidaturas¹¹⁰. A chapa eleita foi a presidida por Ernesto Bagdocimo, que também havia sido presidente da UME.

A vitória dos estudantes da UDN colocou fim à possibilidade de a UNE se empenhar pela união nacional com Vargas¹¹¹. No entanto, apesar de esse discurso enfrentar uma chapa de oposição, parece ter havido um esforço, tanto dos udenistas, quanto dos comunistas, para demonstrar que mesmo havendo divergências com relação ao papel dos estudantes na conjuntura daquele momento, a UNE estava acima dos interesses partidários e a unidade do movimento em torno da entidade tinha que ser mantida.

Percebe-se também que havia esforço de ambas as forças para situarem as suas próprias pautas como reivindicações gerais dos universitários, de modo que elas se aparentassem ou que fossem consequências dos dramas sentidos pelo mundo estudantil. Isso não deixou de ser sentido como uma posição política a ser levada adiante, já que os estudantes, importantes naquela conjuntura, também eram significativos no arco da União Nacional, tanto na perspectiva defendida pelos comunistas, quanto pelos udenistas. Para tanto, não interessava a nenhuma das forças políticas provocar feridas na relação com a entidade máxima dos estudantes ou com as forças a que se opunham no seu interior.

Nesse sentido, antes mesmo do início do Congresso, o secretário da Comissão Juvenil do PCB do Distrito Federal, Luiz Ferraz, afirmou que

nós, os estudantes comunistas, não temos nenhuma linha partidária para o Congresso, não temos reivindicações específicas, de estudantes comunistas, a levantar no Congresso. Nossas reivindicações são aquelas sentidas pela massa estudantil e expressas com validade no temário: por elas lutaremos, e para que esta luta seja bem sucedida, daremos todos os nossos esforços em prol da unidade de todos os estudantes¹¹².

O novo presidente eleito da UNE, Ernesto Bagdocimo, seguiu uma linha parecida quanto à unidade estudantil no seu discurso de posse. Nele, justificou a formação das duas

Vice-presidente: Claro Toledo e Silva (Paraná), Secretário Geral: Heraldo de Lemos (Distrito Federal), 1º. Secretário: Jorge Loretti (Rio de Janeiro), 2º. Secretário: Seyana Paula Santos (São Paulo), 3º. Secretário: Helio Paulo Zonain (Distrito Federal), Tesoureiro: Heler de Carvalho (Distrito Federal). A chapa derrotada obteve 97 votos, com a seguinte composição: Presidente: Augusto Vilas Boas (Distrito Federal – Fac. De Direito de Niterói), 1º. Vice-presidente: Orlando Moscozo (Bahía), 2º. Vice-presidente: Julio Barbosa (Minas Gerais), 3º. Vice-presidente: Antonio de Pádua Ferreira da Silva (Rio Grande do Sul), 4º. Vice-presidente: Eugenio Lefreve Neto (São Paulo), Secretário Geral: Roberto Toledo (Distrito Federal), 1º. Secretário: Fany Mallin (Distrito Federal), 2º. Secretário: Eros Teixeira (Distrito Federal), 3º. Secretário: Claro de Toledo e Silva (Paraná), Tesoureiro: Roberto de Freitas Oliveira (Distrito Federal)

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 28/07/1945, p. 08.

¹¹¹ MULLER, 2005, p. 119.

¹¹² *Tribuna Popular*, 14/07/1945, p. 04.

chapas concorrentes, e afirmou que isso não teria influência sobre a unidade estudantil. Segundo Bagdocimo,

manifestaram-se opiniões em contrário, mas com o único e justo intuito de esclarecer. Nunca o de desunir. Para todas as divergências, foi encontrada uma saída comum, uma solução feliz. A união foi conseguida graças à boa vontade de muitos e ao desejo unânime dos congressistas (...) Unidos pelos mesmos ideais e vinculados pelos sentimentos da mais sincera amizade, trabalharemos juntos e eficazmente para a grandeza do Brasil¹¹³.

Em seguida, assim que o pleito pela direção da entidade terminou, os representantes das duas chapas assinaram um comunicado conjunto, no qual afirmaram

que os estudantes se mobilizaram para o pleito eleitoral, dentro da mais sincera compreensão de pontos de vista, pois o debate amplo procedido nas sessões anteriores do Congresso traçaram uma norma e um programa de trabalho para a diretoria eleita, baseando-se politicamente, as linhas mestras deste programa dentro da vontade insofismável da classe estudantil de que o nosso processo de democratização se efetue dentro do mais curto prazo, realizando-se eleições presidenciais livres e honestas (...) Os estudantes que constituíram e que apoiaram as duas chapas e que agora, como sempre, se congregam em torno da diretoria eleita, trabalharão no sentido de manter a UNE, nosso órgão de classe, fora de qualquer influência partidária¹¹⁴.

O comunicado conjunto indicou haver forças e posições diferentes dentre os estudantes, mas tentou selar a interpretação de que a escolha de uma das chapas não significaria que a UNE passaria a expressar essa ou aquela posição, mas um programa construído e debatido pelo coletivo dos estudantes, de respeito mútuo e, em última instância, livre dos interesses partidários.

No decorrer do ano de 1945, os discursos de unidade, tanto dos udenistas, quanto dos comunistas, realmente não estiveram distantes das práticas do cotidiano em torno da UNE. Nesse mesmo ano, aconteceram diversas atividades dos universitários em que os estudantes da UDN e do PCB dividiram o mesmo espaço em ações públicas, tanto na utilização do prédio que abrigava a UNE, como nas ruas, o que certamente foi favorecido pela legalidade do PCB.

Um desses exemplos, significativo por se considerar um ato público e conjunto, foi o comício organizado pela UNE e pela UME no Largo Carioca em outubro de 1945. O ato dos estudantes teve o intuito de prestar solidariedade aos estudantes argentinos que estavam mobilizados para que o país voltasse à normalidade constitucional, em especial com a

¹¹³ Diário Carioca, 29/09/1945, p. 08.

¹¹⁴ Ibidem.

realização de eleições, o que terminou em uma escalada de violência no país vizinho, o que resultou na ocupação das universidades e na morte de dois estudantes.

Os conflitos envolvendo os estudantes argentinos tiveram diversas manifestações de solidariedade por parte da Federação dos Estudantes Chilenos e da Federação Peruana dos Estudantes. No Brasil, os setores estudantis e parte da imprensa logo se identificaram com a causa argentina e estabeleceram relações entre os dois países, naquele momento, identificados pela luta democrática como causa das manifestações estudantis. Essa identificação foi demonstrada nominalmente na abertura do comício, quando foi realizado um minuto de silêncio aos argentinos assassinados, “homenagem essa extensiva aos estudantes brasileiros que tombaram lutando pela democracia: Jayme Telles e Demócrito de Souza Filho”¹¹⁵.

Para discursar no comício, foram convidados professores, representantes partidários e dois universitários paraguaios, além de Ernesto Bagdocimo, presidente da UNE, Venâncio Igrejas, representando a União Universitária Pró Eduardo Gomes, e Luiz Ferraz, em nome dos estudantes comunistas. A partilha do mesmo palanque por esses estudantes indica que as divisões internas do movimento universitário, principalmente em torno de temas mais gerais, não permitia a exclusão de grupos divergentes das atividades realizadas pela UNE, o que não deixa de estar relacionado com esforço em demonstrar a coesão que havia em torno da entidade.

Isso não quer dizer que os estudantes não tenham expressado posições divergentes. Nas falas do comício, o presidente da UNE “afirmou que só os regimes democráticos asseguram a ordem, a paz e a tranquilidade”¹¹⁶, enquanto Luiz Ferraz tentou demonstrar que “a simples substituição de homens no poder nada resolve e que somente o povo organizado, livre do capital estrangeiro colonizador, poderá seguir pacificamente, na América do Sul, a democracia”¹¹⁷. Percebe-se que nesses discursos, convertidos para o cenário nacional, os estudantes expuseram duas concepções para a consolidação da democracia. De um lado, aspectos que marcariam o discurso e as práticas dos estudantes udenistas, baseados na ênfase eleitoral e constitucional nos limites da lei e da ordem. Por outro, Ferraz defendeu que o cerne do debate democrático não estava centrado nos “homens do poder”, nem que a substituição desses “homens” significasse, por si só, mudanças de regime, mas que o importante era a necessidade de justiça e mobilização social, como forma de manter os governos alinhados aos ideais democráticos e aos anseios populares.

¹¹⁵ *Correio da Manhã*, 16/10/1945, p. 03.

¹¹⁶ *Tribuna da Imprensa*, 16/10/1945, pp. 1-2.

¹¹⁷ *Ibidem*.

Ao mesmo tempo, a convivência com as diferenças, pela unidade em torno da UNE, não excluíram as suas evidências no cotidiano militante de cada organização política, que se lançaram a campo para convencer e arregimentar estudantes para as suas causas e posições. Os comunistas, logo que o Congresso da UNE terminou, tendo Mario Alves e os membros da Comissão Juvenil Nacional do PCB à frente, organizaram uma sabatina com Prestes, na qual o secretário geral do Partido foi indagado sobre os problemas nacionais e tratou das justificativas para o apoio a Getulio Vargas, afirmando que

as condições que hoje existem no mundo são evidentemente bem diferentes daquelas que prevaleceram antes da guerra. Naquela época o governo marchava de braços dados com o integralismo e com a reação. Entretanto, hoje, embora pouco modificado em sua estrutura, marcha com a Democracia¹¹⁸.

A sabatina dos estudantes com Prestes não pode deixar de ser pensada como uma ação partidária que tentou convencer e arregimentar estudantes para o Partido e sua interpretação da conjuntura atual, como uma fração do movimento universitário e um esforço para recuperar o espaço perdido com a derrota na UNE. Mas a posição do PCB realmente pareceu não conseguir eco suficiente nos meios universitários. Nisso, é indicativa a votação no Congresso da UNE, já que os udenistas somaram 69 votos a mais que a oposição formada pelos três candidatos reunidos, o que parece indicar que eles conseguiram estabelecer relações bastante coesas e aceitas no meio universitário.

Além disso, a União Universitária não deixou de tentar capitalizar as campanhas estudantis na eleição de 1945, e lançaram o então presidente da UNE, Ernesto Bagdocimo, ao pleito eleitoral. Candidato pela UDN, Bagdocimo concorreu a uma vaga na Câmara Federal, obtendo 2.762 votos¹¹⁹.

No ano seguinte, em 1946, os estudantes udenistas continuaram com força no interior do movimento universitário. Mas os meios estudantis se mostraram menos dispostos ao discurso da unidade, revelando os limites que existiram para a coexistência entre concepções ideológicas bastante distantes, o que demarcou o movimento a partir de então, principalmente quando o IX Congresso da UNE se reuniu.

¹¹⁸ *Tribuna Popular*, 01/08/1945, p. 02.

¹¹⁹ Ernesto Bagdocimo, além de presidente da UNE, era presidente da União Universitária e membro do Comitê Executivo da UDN, ambos do Distrito Federal. Apesar da votação, Bagdocimo não foi eleito. *Gazeta de Notícias*, 28/12/1945, p. 02

1.2.2 A consolidação udenista no IX Congresso Nacional de Estudantes: cultura, educação e custo de vida

Segundo Arthur José Poerner, o ano de 1946 foi para a UNE “um período assistencialista, gerado pela restauração democrática, quando o movimento estudantil, que se havia estruturado na luta contra o Eixo e o Estado Novo, sofreu uma perda de conteúdo político”¹²⁰. Para essa interpretação, Poerner se baseia na ideia de que, com a queda do Estado Novo, estavam eliminados os objetivos imediatos das lutas estudantis, notadamente em favor da democracia, com a negação da Carta de 1937 e a saída de Vargas da presidência.

Nesse sentido, o mesmo autor afirma que a onda de repressão que voltou a existir sobre o movimento estudantil, a partir do governo Dutra, teria sido traduzida pela massa dos estudantes udenistas como consequência da derrota do brigadeiro Eduardo Gomes, e que, “decepcionados e não sendo comunistas, ingressaram, em sua maioria, no Partido Socialista Brasileiro (PSB)”¹²¹. Dessa forma, o período após a queda do Estado Novo e as eleições de 1945 teria tido como consequência, segundo Poerner, uma reaproximação entre udenistas e comunistas, o que, nesse contexto, não se identificou na presente pesquisa. Ao contrário, o Congresso da UNE de 1946 demarcou as bases da divisão que predominaria no movimento universitário nos anos seguintes, tendo os estudantes udenistas de uma lado, seguindo em direção ao anticomunismo, e os estudantes ligados à Esquerda Democrática e ao PCB de outro. Considera-se ainda que a chapa dos udenistas manteve pelo menos um diretor relacionado com a Organização Estudantil Anticomunista (OEAC), do Paraná¹²², o que representou uma concepção de negativa militante ao comunismo, sintoma de uma das tendências que passaria a ter importância no movimento estudantil.

Já com relação ao que Poerner considera como sendo a perda dos “objetivos imediatos” do movimento estudantil, é realmente significativo que os universitários ainda não tivessem estabelecido novas demandas com capacidade de mobilização nacional e ainda estivessem mais empenhados nas reivindicações que visavam à consolidação democrática.

¹²⁰ POERNER, 1995, p. 167.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Claro Toledo já havia sido eleito para a diretoria da UNE em 1945. Em 1946, também era presidente da “Diretoria Democrata” da União Paranaense dos Estudantes (UPE), eleita no II Congresso dessa entidade, em maio. O Congresso paraense teve como marca a cisão entre estudantes “democratas” e comunistas, esses últimos, derrotados. Ao que consta, a diretoria eleita para a UPE manteve relações com a Organização Estudantil Anticomunista (OEAC), que havia surgido em Curitiba-PR e tinha incluído no seu programa o combate implacável a ideologia comunista no seio da “classe” estudantil e batalhar contra a ascensão dos vermelhos em cargos de qualquer órgão representativo dos estudantes. GONÇALVES, Marcos. *Os arautos da dissolução: mito, imaginário político e afetividade, Brasil 1941 – 1947*. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 2004, p. 129-139.

Mas isso não significou que tenha havido “esvaziamento político”, mas o deslocamento dos debates estudantis que, a partir do IX Congresso, realizado em julho de 1946, surgiram voltados para as questões da assistência no cotidiano estudantil, repertórios gremiais, para o fortalecimento do movimento, para os temas educacionais e culturais, para a crise econômica e para as eleições.

Nesse sentido, o recurso interpretativo que foi considerado mais adequado no presente estudo, ao invés de aferir sobre um possível esvaziamento político, foi o de Aldo Solari¹²³, de que dependendo da organização que se trate e, neste trabalho, do período, a dimensão gremial e política se acomodam com predominâncias diferentes no repertório do movimento universitário, desde pautas voltadas com muito mais força para a questão gremial, tendo como pano de fundo aspectos políticos bastante débeis e abstratos, como a defesa da liberdade e da democracia, até as organizações nas quais a questão política, preocupada com os rumos da universidade e da vida nacional e internacional se sobrepõe, tendo justamente o repertório gremial como aspecto secundário. Desse modo, os repertórios expressos pelos universitários são relativos, dependendo da conjuntura, à relação das forças políticas internas e à relação entre a direção e o corpo do movimento. Segundo afirma Solari, os extremos exclusivos desses dois aspectos são muito raros.

Desse modo, apesar de não terem sido o centro soberano do debate, os temas sociais e políticos mais gerais não deixaram de figurar nas demandas dos universitários, ainda que com ênfase secundária.

O IX Congresso Nacional dos Estudantes teve início no dia 22 de julho de 1946, e em seus primeiros dias, aparentou significar um encontro de unidade estudantil, a começar, simbolicamente, pela sua mesa de abertura, que além de representantes do governo de Eurico Gaspar Dutra, contou com Jacy de Souza Lima, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o senador Hamilton Nogueira, representando a UDN, o deputado Carlos Mariguela, representante do PCB, e o professor Homero Pires, da Esquerda Democrática¹²⁴. Politicamente, todas as principais forças com atuação no interior do movimento estiveram contempladas, contando com representantes públicos das suas organizações e direito de voz na abertura do congresso.

Nos dias que seguiram ao início do encontro, repercutiu na imprensa um movimento para que houvesse uma “coalizão estudantil (...) da qual [se pretendeu que fizessem] parte

¹²³ SOLARI, E. Aldo. *Los movimientos estudiantiles universitarios en América Latina*. In: Revista Mexicana de Sociología, Universidade Autônoma de México, Vol. 29, nº. 04, Oct.-Dec., 1967, pp. 853-869.

¹²⁴ *Tribuna da Imprensa*, 23/07/1946, pp. 1-2.

acadêmicos pertencentes aos diversos partidos políticos nacionais, para eleger a nova diretoria da UNE”¹²⁵. No entanto, a chapa única que seria resultado dessa coalizão pretendeu excluir os estudantes comunistas, envolvendo apenas os acadêmicos da UDN, do PSD e da Esquerda Democrática, o que não se realizou.

Em sentido inverso, nos últimos momentos do Congresso, surgiram seis chapas que reuniram apoio às duas alas que se formaram: a da UDN, a qual teve como representante o nome de José Bonifácio Coutinho Nogueira¹²⁶, eleito com 68 de diferença sobre a oposição, e que reuniu o apoio dos comunistas e dos socialistas democráticos, liderados respectivamente por Eros dos Santos e Roberto Toledo. Na eleição, a UDN mostrou sua força, elegeu a diretoria da entidade e excluiu qualquer movimento concreto de unidade que envolvesse os estudantes comunistas.

O Congresso de 1946 revelou dois aspectos que envolvem as forças políticas que tinham atuação no movimento universitário. A primeira delas é a contínua força da UDN entre os estudantes, mesmo após a derrota de Eduardo Gomes à Presidência da República, o que se mostrou na vitória udenista sobre outras duas organizações que, apesar de minoritárias, se debateram para exercer influência no interior do movimento. A força dos udenistas também se revelou no controle que foi exercido sobre os debates do Congresso, o que indica que a vitória não se concretizou apenas no plano eleitoral, mas também no domínio organizado dos debates. Como exemplo, em uma das sessões sobre o “Fortalecimento das entidades estudantis”, o que remeteu ao debate da própria estrutura organizacional do movimento universitário, todos os seis membros que dirigiram a mesa dos trabalhos haviam ocupado ou passariam a ocupar funções partidárias na UDN: Ernesto Bagdocimo, ex-presidente da União Universitária e presidente do DE da UDN/DF; Heraldo Lemos, representante estudantil junto ao Diretório Nacional do UDN; Jorge Loretti, do DE da UDN/DF, Antônio Carlos Konder

¹²⁵ *Diário Carioca*, 27/07/1946, p. 12.

¹²⁶ As informações sobre a filiação de José Bonifácio Coutinho Nogueira são contraditórias. Na maioria das entrevistas e artigos sobre o movimento estudantil, Nogueira é lembrado como udenista, Partido pelo qual foi candidato ao Governo de São Paulo, em 1962. No entanto, as notícias sobre o movimento eleitoral do IX Congresso, atribuem a Nogueira filiação ao PSD. Assim, a coalizão na formação da chapa seria presidida por Nogueira, do PSD, tendo como vice-presidente, Bento Teixeira de Sales, da UDN, e secretário geral, Roberto Toledo, da Esquerda Democrática (*Diário de Notícias*, 27/07/1946, p. 12). Não foi possível verificar se a filiação ao PSD de Nogueira foi resultado de alguma confusão entre homônimos, já que houve um outro José Bonifácio, também estudante de direito no cenário estudantil dos anos de 1940, ou se a presidência da chapa, cotada para ser eleita, teve o candidato a presidente substituído no decorrer dos trabalhos.

A composição da chapa udenista foi: Presidente: José Bonifácio Nogueira, 1º. Vice-presidente: José Bento Teixeira Soares, 2º. Vice-presidente: Nelci Siães, 3º. Vice-presidente: Jorge Loretti, 4º. Vice-presidente: Claro Toledo e Silva, Secretário Geral: Maximiano Bagdocimo, 1º. Secretário: João Batista Alves, 2º. Secretário: José Almir de Carvalho, 3º. Secretário: Hardman Torres, Tesoureiro: Domingos Pinto Rocha.

Reis, do DE da UND/SC; Venâncio Igrejas Lopes, do DE da UDN da Faculdade Nacional de Direito; e Osmar Tavares, do DE da UDN da Faculdade de Medicina.

O segundo aspecto é que a Esquerda Democrática já não se confunde no interior do movimento de fundação da UDN, e nem se mantém no arco de suas alianças, o que marca a tendência, a partir de então, de diferentes níveis de atuação conjunta entre comunistas e socialistas no movimento universitário. Nesse aspecto, é importante ressaltar que em 1946, a Esquerda Democrática realizou a primeira Convenção Nacional, que a oficializou como partido político, com programa e candidaturas eleitorais próprias¹²⁷.

Com relação à ênfase temática a ser debatida durante o Congresso, já na fala de abertura do então presidente da UNE, Ernesto Bagdocimo, após ter realizado uma explanação sobre a importância que haviam tido as lutas estudantis pela democratização, lançou a tese de que os debates e as resoluções de 1946 teriam grande importância nas campanhas da UNE contra o analfabetismo¹²⁸. A fala do presidente, ainda que o tema tenha dialogado com o cenário nacional, refletiu a prioridade do temário, que traduziu a predominância dos temas educacionais, culturais e gremiais¹²⁹.

A prioridade dessas questões não foi novidade. Ainda no VIII Congresso, havia tido importância o intuito de realizar a campanha de alfabetização da UNE, o que constou nas resoluções na forma de exigência por verbas federais para essa campanha. Também no Congresso Metropolitano dos Estudantes, realizado em setembro de 1945, o temário levado a cabo pela UME contou com apenas um ponto voltado para as questões políticas da conjuntura nacional, dentre seis pontos direcionados para os temas educacionais e da organização e

¹²⁷ HECKER, 1998, p. 71.

¹²⁸ *Tribuna Popular*, 23/07/1946, p. 01-02.

¹²⁹ As resoluções publicadas na imprensa após o final do congresso foram: Temas gerais da conjuntura nacional e internacional: 1 – Reforma Agrária, com auxílio à economia rural e ao pequeno proprietário; 2 – fortalecimento das indústrias básicas e auxílio hospitalar aos lavradores; 3 – incentivo à pesquisa, trabalhos de laboratório e experiências técnicas; 4 – Dissolução das delegacias de Ordem Política e Social; Dissolução da Polícia Especial; Contra todas as formas de fascismo, inclusive o franquismo e o salazarismo; 5 – autonomia para o Distrito Federal; 6 – Contra as intervenções nos sindicatos e pelo direito de greve; 7 – contra a cassação de qualquer mandato e golpes políticos; 8 – nacionalização do grupo Ligth; 8 –apoio a Organização das Nações Unidas e; 9 – apoio a Conferência da Paz. Com relação aos temas educacionais e referentes ao movimento universitário, foram: 1 – Autonomia do movimento estudantil; 2 – aproximação entre os diretores das entidades estudantis e a coletividade estudantil; 3 – intercambio com movimentos de juventude do Brasil e do mundo; 4 – fundação de cooperativas universitárias; 5 – auxílio aos estudantes pobres; 6 – abatimento de passagens em transportes marítimos e ferroviários aos estudantes; 7 – criação de delegacias regionais do Ministério da Educação e Cultura; 8 – criação da série funcional do estudante estagiário nas repartições estatais e autarquias de todos os Estados; 9 – isenção de tarifas sobre os livros didáticos; 10 – criação de um departamento feminino na diretoria da UNE; 11 – Reabertura da escola de agronomia do Maranhão; 12 – Criação da Escola de Veterinária no Ceará; 13 – criação da Escola de Veterinária na Paraíba; 14 – direito de voto nos órgãos administrativos das faculdades e; 15 – criação de um verdadeiro teatro universitário. *Tribuna Popular* 23 a 30/07/1946, *Diário de Notícias* 23 a 30/07/1946, *Diário Carioca* 23 a 30/07/1946 e *Correio da Manhã*, 23 a 30/07/1946.

fortalecimento do movimento estudantil, além de também debater a necessidade de implantar cursos de alfabetização¹³⁰.

A tendência para os assuntos educacionais e culturais não esteve fora do contexto geral do período, com ênfase no Rio de Janeiro, mas que também existiram, pelo menos, no Ceará, Pernambuco e São Paulo.

No decorrer de 1945 e 1946, as tentativas de se organizarem campanhas de alfabetização permearam dezenas de organizações, tanto sob influência direta dos udenistas, como a Ação Democrática, os comitês democráticos, a UME e a própria UNE, quanto sob influência dos comunistas, como os comitês populares e a Liga de Defesa Nacional¹³¹. Também foram fundadas organizações com esse intuito, como o Movimento Pela Extinção do Analfabetismo, a Comissão de Intercâmbio de Alfabetização, que manteve relações, além das já citadas, com o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, o Centro Democrático dos Professores e com a Cruzada Nacional de Educação. Essas campanhas surgiram no Rio de Janeiro e em outros Estados como um movimento patriótico, justificadas pela necessidade de “alfabetizar o maior número de pessoas para que [pudessem] ter uma vida melhor”, pelo “progresso da pátria”¹³² ou como forma de “colaborar no sentido de preparar os adultos analfabetos para [o] exercício pleno do voto”¹³³.

É difícil afirmar quais objetivos predominaram para que diferentes forças e organizações políticas se lançassem nas campanhas de alfabetização. Certamente muitas delas foram utilizadas para fins eleitorais¹³⁴, já que as campanhas de arrecadação de fundos e arregimentação de professores diminuíram significativamente em 1946, mas de modo geral, é possível que tenham objetivado ser um instrumento de educação política e mobilização social dos segmentos populares. Dentre as que continuaram no decorrer de 1946 e 1947, como nas demandas da própria UNE e de alguns dos comitês populares ligados ao PCB, a identificação de que havia mais de 60% de analfabetos na população brasileira, como dado motivador, condicionou a opção pela alfabetização como meio de desenvolvimento da cultura e da educação nacional, entendidos como elementos importantes no conjunto dos fatores de

¹³⁰ Pontos de debate do Congresso: 1 – Elevação do nível de ensino; 2 – Problema econômico do estudante; 3 – Readaptação do estudante expedicionário; 4 – Volta do país as normas democráticas; 5 – Consolidação das entidades estudantis e; 6 – Assuntos gerais dos estudantes. *Diário Carioca*, 06/07/1945, p. 03.

¹³¹ *Diário de Notícias*, 30/06/1945 a 18/12/1945; *Tribuna Popular*, 05/05/1945 a 15/02/1945.

¹³² *Tribuna Popular*, 05/10/1945, p. 06.

¹³³ *Tribuna Popular*, 17/08/1945, p. 05.

¹³⁴ Em entrevista ao jornal *Tribuna Popular*, de 09/01/1946, Frida Gionata, que aparece coordenando a impressão de uma cartilha de alfabetização, diz que “a campanha de alfabetização não é, como muitos supunham, uma campanha eleitoral: ela é inegavelmente, uma campanha patriótica, e que deve ser, agora, mais do que nunca, uma bandeira de luta dos Comitês Democráticos”, p. 05.

elevação da qualidade de vida e da formação política. Apesar disso, nota-se que pouquíssimas conseguiram se estruturar.

A permanência dessa pauta nos meios universitários pode ser figurada nas declarações de Maximiano Bagdocimo, secretário geral da UNE. Em entrevista sobre a preparação do congresso de 1947, sob o título *Movimentam-se os estudantes para elevar o nível da educação e da cultura no país* e *O X Congresso tratará acima de tudo dos problemas culturais*, Bagdocimo afirma que

o Congresso desse ano [1947] somente [abordaria] questões de ordem educacional e cultural. Os estudantes do país se voltam com grande interesse ao movimento pela campanha de alfabetização. Voltam-se também á análise meditada e calculada dos pontos vitais ao espírito e ao corpo¹³⁵.

Em seguida, retomando o diálogo com uma das resoluções aprovadas por unanimidade no Congresso de 1945, que decidia “por um verdadeiro teatro universitário”, Bagdocimo foi além e defendeu que o teatro era importante como meio de educação e que o tema seria analisado com ênfase pelos estudantes, que também iriam pleitear “a criação de uma Escola de Teatro, a oficialização de estudos teatrais nas escolas secundárias e o patrocínio do governo aos grupos amadores estudantis”¹³⁶.

Quanto aos outros pontos que se tornaram prioritários nas demandas da entidade, constaram na pauta da UNE entre 1945 e 1947, “o problema da alimentação, do ensino gratuito, do barateamento do livro, 50% em diversões, condução, a solidificação das entidades de classe e reforma do ensino superior”¹³⁷. Dessa forma, o que parece ter havido foi que os udenistas tentaram atualizar as demandas da UNE de acordo com os temas que surgiram no contexto nacional após 1945, redirecionando o repertório de reivindicações e atividades para o campo educacional e artístico, o que não deixou de ser uma expressão de debate, assim como uma tentativa de intervenção no sistema educacional e na sua relação com as questões nacionais.

A ênfase sobre a estruturação de “um verdadeiro teatro do estudante” não ficou apenas no campo das intenções e esteve em sintonia com as práticas e as ênfases das entidades e grupos estudantis regionais. Segundo afirmou Paschoal Carlos Magno, diretor do Teatro do Estudante do Brasil (TEB) e membro da Casa do Estudante do Brasil:

¹³⁵ Entrevista do Secretário Geral da UNE, Maximiano Bagdocimo. *Diário Carioca*, 06/07/1947, p. 03.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ *Diário da Noite*, 09/07/1947, p. 03.

há atualmente no Brasil uma série de teatros de estudantes, como o Grupo Universitário de Teatro de São Paulo, dirigido por Décio de Almeida Prado, o Teatro Universitário de São Paulo, que tem a frente o espírito animador e a cultura do professor George Readers. Teatro Universitário do Centro Acadêmico Horácio Berlinck, S. Paulo. No Rio há, além do Teatro do Estudante [do Brasil], o Teatro Universitário, comandado por Jesus Camões, o Teatro Acadêmico da Faculdade de Direito, o Grupo Dramático da Universidade Católica, o Teatro da Faculdade de Filosofia e Letras¹³⁸.

Para além do eixo Rio-São Paulo, Carlos Magno ainda indica a existência de teatros do estudante nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A sede da UNE também foi movimentada pelos cursos de “decoração teatral”, “caracterização teatral”, cursos de dança clássica e a fundação do “Ballet da Juventude”, além de apresentações que a entidade patrocinou nos teatros do Distrito Federal, como em dezembro de 1946, quando se apresentaram o Grupo Dramático da Universidade Católica, com *Alceste*, o Teatro Universitário de Belo Horizonte, com *Os Espertos* e os universitários de Niterói¹³⁹.

Mas a UNE também se envolveu em temas sociais latentes do momento, ainda que suas campanhas não tenham obtido os resultados esperados. Resguardados os limites da ordem e da paz social, a entidade se lançou nos movimentos contra a carestia e o câmbio negro.

1.2.3 As campanhas contra a carestia

A carestia foi um tema recorrente durante décadas no contexto em que o custo de vida quase triplicou, entre 1930 e 1945, e frente à emissão de moeda e a desvalorização dos salários¹⁴⁰, passou a repercutir nos meios estudantis. Como exemplificou um artigo, ainda em 1945, sobre o aumento o custo de vida,

quem dispunha de uma verba de 500 cruzeiros para o aluguel em 1934 só poderia morar em 1943 se contasse com 850 (...) quem dispusesse pagar no Rio de Janeiro de 700 cruzeiros para se alimentar razoavelmente em 1934, teria de contar em 1943 com 1500 (...) quem fazia roupa por 400 cruzeiros em 1934, hoje terá que dispor de mil cruzeiros¹⁴¹.

Segundo se afirmou, ainda havia sérios problemas a serem superados na economia, como o desequilíbrio da balança comercial e o problema da produção, pois se havia

¹³⁸ *Correio da Manhã*, 09/11/1946, p. 11.

¹³⁹ *Idem*, 24/11/1946, p. 31.

¹⁴⁰ *Jornal do Brasil*, “Causa do encarecimento da vida”, 17/09/1946, p. 05.

¹⁴¹ BASTOS, Humberto (1945). “O problema do custo de vida”, *Diário Carioca*, 31/07, p. 03.

verificado, em 1945, que a produção de gêneros alimentícios declinara entre os anos de 1930 e 1940, o que piorava a carestia frente ao crescimento da população e a falta de empregos. Nesse cenário, foi marcante a inflação, o racionamento dos gêneros alimentícios, a retirada dos produtos do comércio para elevar os seus valores no mercado, o desrespeito aos valores de tabela, as quantidades máximas que deveriam ser vendidas para cada pessoa e a comercialização de produtos deteriorados ou adulterados, o que motivou manifestações populares furiosas.

Nesse contexto, em agosto de 1946, a UNE lançou a Campanha Nacional Contra a Carestia, com sede no Distrito Federal, mas que deveria ser organizada por todas as entidades regionais do país. A campanha foi traduzida pela UNE como uma contribuição dos estudantes ao povo, frente à omissão governamental, o que não deixou de soar como crítica e um posicionamento político da entidade. Conforme afirmou Maximiano Bagdocimo:

verificando o desinteresse das autoridades responsáveis [o governo], que assistem, como meros expectadores a crescente crise econômica que atravessa o Brasil, a UNE, como força organizada dos estudantes, idealizou uma campanha de âmbito nacional contra a carestia e o câmbio negro. Essa era a melhor contribuição que os estudantes poderiam dar ao povo¹⁴².

A Campanha foi estruturada por meio de um comitê executivo do qual fizeram parte os diretores da UNE, com a função de dirigir o movimento em todo o país, e uma comissão nacional, com representantes de diferentes associações e pelas comissões estaduais. Cada uma dessas comissões deveria se dedicar regionalmente à campanha, com a seguinte estrutura: uma comissão de estudos, com a tarefa de apresentar ao Governo Federal propostas para a solução da crise econômica; um departamento de difusão, empenhado em divulgar a campanha e incentivar a criação de comitês nos municípios dos Estados, ao qual também caberia a tarefa de organizar as bancas de reclamação para as quais os consumidores deveriam se dirigir em razão de denunciar os comerciantes que vendessem produtos acima da tabela de preços, deteriorados, adulterados, dentre outras irregularidades. Por fim, havia a junta de julgamento, que deveria ser formada por estudantes, professores e representantes de diferentes associações, as quais teriam a função de averiguar e julgar se as denúncias eram ou não verídicas. Se julgado procedente, o comércio infrator seria incluso em uma “lista negra contra os explorados do povo”, e denunciado ao órgão competente pela fiscalização contra os crimes à economia popular¹⁴³.

¹⁴² *Tribuna Popular*, 02/10/1946, p. 04.

¹⁴³ *Diário Carioca*, 28/08/1946, p. 08; *A Notícia*, 20/09/1946, p. 04; *Tribuna Popular*, 02/10/1946, p. 04;

Apesar de a UNE ter tido o intuito de fazer a Campanha nacionalmente, não há informações de que tenha motivado movimentos de maior envergadura para além de alguns poucos Estados fora do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente, onde foram dirigidas pela UNE e pelo Centro Acadêmico XI de Agosto¹⁴⁴.

Além disso, a impressão que se tem é de que as bancas de reclamação funcionaram com maior ênfase em São Paulo, onde, na prática, os estudantes montaram grupos na capital e no interior do Estado, realizando diligências nos comércios. Identificadas as irregularidades e julgadas como procedentes, o comércio também era incluso em uma lista, mas que em São Paulo foi nomeada de *Pelourinho*, na qual constavam os mais variados crimes contra a economia popular, como o

Empório da Rua Almeida Torres, 24 – Por vender aveia ‘Quaker’ a 14 cruzeiros a lata, quando o preço é de 7 cruzeiros e cinquenta centavos, [a] Padaria e Confeitaria ‘Central’ da Indianópolis – Av. Ibirapuera, 455 – Por vender pão de péssima qualidade fora do tabelamento, [e o] Açougue ‘Flor de Perdizes’ – Rua João Ramalho, esquina de Caeté – Por vender carne fora do tabelamento e possuir um grupo numeroso de protegidos abonados¹⁴⁵.

Dentre outras, constavam comerciantes que esconderam leite para que fossem vendidos apenas aos consumidores que pudessem pagar mais pelo produto e restaurantes que venderam ou utilizaram gêneros alimentícios deteriorados ou adulterados, geralmente acima da tabela de preços.

Com relação ao interior do Estado, há informações de diversas adesões de grupos estudantis, assim como de sindicatos diversos. Para um exemplo, na cidade de São José do Rio Preto, a cerca de 450 quilômetros da capital, após uma visita dos estudantes de Direito, foram organizadas nove bancas de reclamação espalhadas pela cidade¹⁴⁶.

Além da lista do *Pelourinho*, os estudantes de São Paulo criaram a lista *Especial do Pelourinho*, na qual eram incluídas grandes empresas que haviam sofrido denúncias, como a Textil Saad e a Matarazzo, o que proporcionou publicidade e força ao movimento. Conforme escreveu o *Jornal de Notícias*,

¹⁴⁴ Em uma pequena nota publicada em *O Estado de S. Paulo* (17/09/1946, p. 02), constou a informação de que a campanha contra a carestia se realizava pelos estudantes em todas as capitais do país, dentre as quais, em Belo Horizonte havia sido organizada a primeira Banca de Reclamações. No entanto, no mesmo período, em meados de setembro, os estudantes do Rio de Janeiro e de São Paulo já estavam inaugurando a segunda fase da Campanha, o que colabora com a interpretação de que o combate a carestia tenha sido mais enfatizado neste eixo.

¹⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11/09/1946, p. 06.

¹⁴⁶ *A Notícia*, 20/09/1946, p. 04.

neste momento São Paulo assiste, com regozijo à mais espetacular das denúncias já feitas a um tubarão. Nada menos que o conde Francisco Matarazzo Junior, o mais poderoso dos nossos industriais, está no index. Chamado a polícia, não compareceu. Agora terá que comparecer perante a justiça¹⁴⁷.

Isso não quer dizer que no Rio de Janeiro os estudantes e a população não tenham efetivado ações contra a carestia, mas a morte inusitada de um estudante secundarista, no mesmo dia em que a UNE divulgou a Campanha Nacional Contra a Carestia, contribuiu para que o movimento fosse ofuscado no seu desenvolvimento inicial, e certamente adiou a sua organização no Distrito Federal e no Estado do Rio, onde ocorreram quebra-quebras generalizados.

Os *Tumultos de Agosto*, como ficaram conhecidos, tiveram início com a morte do Kleton Pimentel, de 17 anos. O estudante, acompanhado de um amigo, havia consumido um doce em uma panificadora na Rua do Catete, chamado “creme-bomba”. No contexto em que eram utilizados produtos deteriorados na fabricação de diversos alimentos, em especial ovos podres em confeitados, os dois estudantes foram intoxicados. Porém, Kleton, que havia consumido dois desses doces, veio a falecer após alguns dias, em 27 de agosto. Logo após o sepultamento do jovem, um grupo de estudantes chegou a apedrejar a panificadora e organizaram uma manifestação para o dia seguinte. A morte do estudante, noticiada na imprensa carioca com tom de indignação, sensibilizou a população e causou “verdadeira conflagração na cidade”¹⁴⁸.

No dia seguinte, a 28 de agosto, a população começou a hostilizar o local desde as primeiras horas do dia, e com o início da manifestação dos estudantes, marcada para o final da manhã, a polícia fechou o local. No entanto, quando as aulas escolares da região do Catete terminaram, no meio da tarde, os estudantes secundários se reuniram aos colegas e aos populares que já estavam no local, retiraram as alavancas utilizadas pelos motorneiros dos bondes para abrir os trilhos e arrombaram a porta da panificadora, de modo que “o que era trazido do interior, era atirado no meio da rua, onde tinha a impressão que o povo tinha enlouquecido, tal o ódio com que investia contra o que pertencia ao envenenador”¹⁴⁹. A panificadora ficou completamente destruída. Em seguida,

arrasada pelos estudantes a Confeitaria Vitória (...) sem encontrar resistência policial, as manifestações foram se avolumando e se generalizando, sob a ação de agitadores e o contágio coletivo, prontamente o movimento estudantil contra o estabelecimento

¹⁴⁷ *Jornal de Notícias*, 18/09/1946, p. 10.

¹⁴⁸ *Diário Carioca*, 28/08/1946, p. 12.

¹⁴⁹ *Diário Carioca*, 29/08/1946, p. 01.

criminoso se converteu numa completa subversão que atingiu praticamente todo o comércio daquela zona da cidade¹⁵⁰.

O quebra-quebra que se seguiu, só terminou no Largo do Machado, já no início da madrugada, quando a polícia conseguiu impor alguma resistência ao movimento; mas ainda houve confrontos na Rua do Catete e na Praça Saenz Peña. No entanto, os comércios atacados não parecem ter sido ao acaso da “subversão”, como indicou o jornal, já que apesar de a imprensa apontar que todos sofreram algum tipo de avaria, os principais foram os comércios de alimentos, em especial as padarias, assim como as lojas de artigos de luxo e a sede da comissão de distribuição de leite¹⁵¹, ou seja, aqueles que representavam os gêneros aos quais a população não vinha tendo acesso, ou que possuíam a preços altos, qualidade ruim e sem periodicidade.

No dia seguinte, o quebra-quebra continuou, tendo início logo pela manhã, e se estendeu para alguns bairros do subúrbio, aos teatros e aos cinemas, assim como surgiram frases escritas com giz pelas paredes da cidade, exigindo 50% de desconto nas entradas desses estabelecimentos, o que certamente foi a marca e foco da participação estudantil nos dias seguintes. No entanto, a reação policial foi bem mais drástica que no dia anterior, terminando por acusar a participação dos comunistas, o que ocasionou a interdição das sedes do PCB, confrontos entre populares e a Força Pública, diversos feridos e cerca de 500 presos, entre militantes comunistas que estavam nas suas sedes, jornalistas, advogados, populares e estudantes¹⁵². Ainda se verificaram alguns ataques dispersos no terceiro dia do quebra-quebra, mas com a Assembleia Constituinte em sessão permanente por conta dos confrontos e a segurança da cidade entregue ao Exército, a situação arrefeceu.

Apesar da participação dos estudantes, nada indicou que as suas entidades de representação tivessem participação efetiva no início dos tumultos, apesar de expressarem que a população tinha razões para tal e, pelo menos a UME, ter capitalizado os seus resultados. Assim, apesar dessa entidade ter afirmado que “não [caberia] aos estudantes universitários do Distrito Federal, nenhuma responsabilidade nas depredações condenáveis (...) que desgraçadamente [envolveram] o bom nome da classe”¹⁵³, comunicou que havia sido concedido, pelo Sindicato dos Proprietários de Cinema, o desconto de 50% nas entradas, reclamado pelos estudantes, desconto válido para todos os dias, sessões e aos estudantes tanto

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² *Diário de Notícias*, 31/08 a 01/09/1946; *Correio da Manhã*, 31/08 a 02/09/1946. As sedes do PCB foram liberadas logo em seguida, pois não havia nenhuma prova da relação entre os comunistas e o quebra-quebra.

¹⁵³ *Correio da Manhã*, 31/08/1946, p. 01.

secundaristas, quanto universitários. Com relação a UNE, por meio de nota oficial, solicitou calma e ordem à população, mas reconheceu que a carestia havia causado forte repulsa contra os que se beneficiavam da crise. Em seguida, a entidade reivindicou soluções ao governo, segundo a nota oficial da entidade:

A União Nacional dos Estudantes está com o povo e seus reclamos, para que as classes conservadoras e o governo tomem ciência da necessidade de uma mudança radical no presente estado de coisas, tomando medidas enérgicas para debelar a crise e suas causas e reprimir as tentativas transgressoras da lei dos aproveitadores da situação.¹⁵⁴

Passados os quebra-quebras, a campanha pela organização das bancas de reclamações e a incursão dos grupos estudantis em busca dos “aproveitadores da situação” surgiram com mais força e as invasões nos comércios continuaram durante o mês de setembro. Em seguida, o Centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo, e a UNE, no Rio de Janeiro, lançaram uma nova campanha intitulada *greve branca* ou *greve da economia*.

O objetivo dessa nova ação era incentivar que os consumidores não adquirissem produtos que não fossem essenciais, ou como foram chamados: supérfluos. Essa ação foi tomada como “um movimento pacífico e ordeiro para levar o povo à economia e adotar métodos que [obrigassem] os ‘tubarões’ a lucrarem menos, baixando os preços”.¹⁵⁵ Ou seja, os estudantes objetivaram que houvesse boicote a diversos itens, com o objetivo de diminuir o consumo dos gêneros de primeira necessidade, numa tentativa de que o comércio reagisse com a liberação dos produtos sonogados e a baixa dos preços. Conforme esclarecido pela Comissão Universitária do movimento em São Paulo:

É sabido que o preço do produto sobe quando há falta dele na praça ou quando são sonogados por atacadistas inescrupulosos, que forçam a alta dos preços. Assim sendo, urge que os consumidores prejudicados se organizem para enfrentar tal emergência, adotando medidas drásticas contra os comerciantes aproveitadores, medidas essas que consistem em comprar apenas o necessário, deixando o extraordinário ou tudo aquilo que seja de luxo, para épocas futuras, talvez mais promissoras.¹⁵⁶

A *greve branca* não teve início conjunto e foi realizada de maneiras diferentes nos locais onde aconteceu, assim como não seguiu o mesmo cronograma em todo o país. Em Belo Horizonte, a prioridade foram as bancas de reclamações, montadas na região central da cidade. Em Curitiba, o alvo dos estudantes foram os cinemas, que frente à solidariedade da

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ *Correio da Manhã*, 15/10/1946, p. 01.

¹⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 06/09/1946, p. 09.

população e as hostilidades aos que se arriscaram a frequentá-los, terminaram por fechar, até que as abstenções na compra das entradas terminassem. Em Manaus e Fortaleza, a liderança do movimento coube aos estudantes secundários. Na primeira Capital, ocorreram comícios e o início de quebra-quebras, impedidos pela polícia; já na segunda, a campanha procurou que os consumidores se abstivessem das compras¹⁵⁷.

No entanto, foi em São Paulo que os estudantes se empenharam com maior vigor nesse tipo de movimento, a partir de 15 de setembro de 1946, sob a liderança do CA XI de Agosto.

Para cumprir os seus objetivos, conforme foi divulgado pela Comissão Universitária da Campanha Popular Contra a Carestia e o Cambio Negro e Pelo Aumento da Produção, era necessário apelar para a solidariedade dos mais afortunados, “aos ricos e remediados, que, por possuírem dinheiro suficiente, usam e abusam do ‘cambio negro’, prejudicando dessa forma milhões de desafortunados”¹⁵⁸. Ao mesmo tempo, o movimento pela abstenção das compras tinha de atingir as donas de casa, consideradas como a parcela que mais sentia a crise econômica daquele momento. Assim, os estudantes acreditaram “que o grande êxito da campanha [dependia] da orientação dessas senhoras, e elas, mais do que ninguém, nos dias de hoje, compreendem o significado do nosso movimento”¹⁵⁹.

A campanha também recebeu o apoio de um leque bastante amplo de associações, sindicatos e organizações, dentre os quais figurou o Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, o Sindicato dos Empregados em Escritórios e em Empresas Rodoviárias, o Sindicato dos Condutores de Veículos, o Sindicato do Comércio Varejista, a Associação Paulista de Estudantes, a Federação dos Estudantes de São Paulo, a Caixa Beneficente do Asilo Pirapitingui, a Liga Paulista Contra a Tuberculose e a Federação das Indústrias de São Paulo, além da adesão de algumas casas comerciais, de estudantes e sindicatos de diversas cidades do interior do Estado. A campanha também recebia contribuições financeiras, que deveriam ser entregues ou comunicadas diretamente ao presidente do CA XI de Agosto, Silvio de Campos Melo Filho, além de também receber essas contribuições em material de campanha, a exemplo de trinta mil boletins de divulgação que foram recebidos de um jornal da capital¹⁶⁰.

¹⁵⁷ *Jornal de Notícias*, 06/09/1946, p. 01; *Cine Repórter*, 19/10/1946, p. 07.

¹⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/09/1946, p. 09.

¹⁵⁹ *Ibidem.*

¹⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 12/09 a 01/10/1946.

Como as bancas de reclamações, a *greve branca* foi bastante divulgada em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal de Notícias*, que no primeiro dia de abstenções das compras, publicou que

a medida é sabia (*sic*), o povo deve saber ampará-la com todas as forças. Só mesmo fazendo ruidosa demonstração de forças poderá o povo conter a gula dos ‘tubarões’ dos lucros extraordinários e do ‘mercado negro’. Unam-se, pois, povo e estudantes e, de mãos dadas, saiam a caça dos ‘tubarões’, estejam eles onde estiverem¹⁶¹.

Na avaliação desse jornal, considerando seu o apoio à campanha, tentou-se transmitir a impressão de que o movimento dos estudantes havia tido resultado imediato ao afirmar que as vendas nos setores de luxo, como de perfumaria e de casacos de pele haviam tido abruta queda com o início da campanha. No noticiário, essas informações constavam como depoimentos dos proprietários e funcionários dessas lojas, “de que, ontem, principalmente no período da tarde, verificou-se considerável queda nas vendas, fato que, naturalmente, atribuíram aos estudantes”¹⁶². Por outro lado, segundo informou Mário Fogante, um dos diretores do CA XI de Agosto e da *greve branca*, “lamentavelmente o povo paulista não está cooperando como devia, as imensas filas de ontem à noite, nos cinemas do centro, são disso prova”¹⁶³, o que indica a relatividade existente entre a repercussão efetiva da campanha e a tentativa do *Jornal de Notícias* em lhe atribuir resultados.

Posteriormente, no terceiro dia do movimento, o *Jornal de Notícias* voltou a afirmar a sua avaliação da greve, de que

As donas de casa paulistas, compreendendo perfeitamente a importância dessa resistência passiva aos exploradores, cerraram fileira em torno da palavra de ordem: não compre o supérfluo, de forma que os eternos dilapidadores da economia popular, infelizmente infiltrados na maioria do comércio de nossa terra, sentem já os efeitos da campanha, vendo os seus balcões literalmente as moscas. Relativamente aos artigos verdadeiramente supérfluos (...) esses, então, estão principiando o congelamento¹⁶⁴.

Considerando-se a verificação do jornal, com relação à declaração de Mário Fogante, é provável que a campanha tenha tido resultado inicial, em especial por conta da forte divulgação veiculada na imprensa sobre o início e os objetivos do movimento, mas o seu êxito foi possivelmente menor que o defendido por parte da imprensa. Por outro lado, a insistência de que as abstenções das compras teriam sido imediatas, atribuindo-lhe forte resultado, foi

¹⁶¹ *Jornal de Notícias*, 17/09/1946, p. 02.

¹⁶² *Ibidem.*, p. 01.

¹⁶³ *Ibidem.*

¹⁶⁴ *Jornal de Notícias*, 18/09/1946, p. 02.

fundamental para despertar o apoio da população no decorrer da *greve branca*, tida como uma campanha de resultados e sob a responsabilidade de todos os consumidores.

Em seguida, a Comissão Universitária procurou ampliar o movimento, que passou a contar com a contribuição organizada e participativa de associações e sindicatos nos rumos da greve. Para tanto, foi organizada a Assembleia Geral, instância máxima do movimento, e o Conselho Administrativo, mas com moldes diferentes daquele exposto inicialmente pela UNE. A Assembleia Geral se tornou uma instância permanente da *greve branca*, na qual se reuniram representantes dos setores sociais organizados que haviam aderido à campanha, agora com adesão de outras associações, como do Sindicato dos Bancários, Funcionários Públicos, Comércio de Minerais e Combustíveis e da União das Mulheres Democráticas de São Paulo.

Dentre os aderentes, se formaram sete departamentos, que foram: Finanças, Estudos, Secretária Geral, Estudantino, Sindical, Geral e o departamento de Propaganda. Os presidentes de cada um desses departamentos é que compuseram o Conselho Administrativo, também formado por sete representantes e que funcionou como uma direção executiva.¹⁶⁵

Quanto às ações da campanha, é possível sintetizar que, para além da ampla divulgação que recebeu na imprensa paulista¹⁶⁶, os estudantes enfatizaram a divulgação massiva dos comércios inclusos na lista do *Pelourinho*, em comícios diários em diversos pontos da cidade, na continuidade das incursões estudantis aos estabelecimentos comerciais, nas assembleias e reuniões gerais com os diversos setores sociais que haviam se envolvido na campanha e na distribuição de boletins informativos e panfletos, que apelaram cotidianamente para que a população não comprasse o desnecessário e acusava que aqueles que “não [colaborassem na] campanha [estariam] traindo os interesses do povo”¹⁶⁷.

A campanha chegou a discutir, no âmbito do CA XI de Agosto, a compra de pescados na cidade de Santos, que seriam distribuídos em São Paulo, a preços justos e com prioridade para as famílias mais pobres. A viabilidade da compra seria por meio de uma empresa de Santos e a distribuição, a partir de um cadastro feito pelos próprios estudantes. A distribuição seria de 7.500 quilos por semana, sendo destinado, no máximo, um quilo por família. Também se debateu a compra de trigo dos EUA, que seria distribuído por pequenos comércios pelos bairros. No entanto, não há informações de que essas compras tenham acontecido, o que pode ter sido utilizado como forma de pressionar os comércios a baixar os

¹⁶⁵ *Jornal de Notícias*, 17/09/1946, p. 06.

¹⁶⁶ A campanha também obteve espaço nas edições da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite*, no entanto, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal de Notícias* parecem ter apoiado o movimento, e não apenas noticiado.

¹⁶⁷ *Jornal de Notícias*, 29/09/1946, p. 05.

preços, frente a possibilidade de alguns produtos serem distribuídos pela campanha por preços abaixo da tabela.

Durante o período em a *greve branca* esteve em vigor, entre meados de setembro e o final de outubro, também houve reação do comércio, que chegou a espalhar cartazes contra o movimento pela cidade e, como noticiou uma coluna de cinema e teatro do *Jornal de Notícias*,

os ‘tubarões’ estão tratando de defender-se de vários modos, tentando anular a salutar iniciativa dos estudantes (...) agora resolveram, em determinados dias, afluir em número impressionante aos cinemas caros, formando filas extensas. É uma demonstração pública de contra ofensiva à atitude dos estudantes¹⁶⁸.

Quanto à campanha no Rio de Janeiro, uma das primeiras experiências foi realizada em Niterói, a partir do dia primeiro de agosto, pela União Fluminense dos Estudantes (UFE). No entanto, a recente ocorrência dos quebra-quebras do Distrito Federal prejudicou a greve, já que

devido a boatos espalhados em Niterói [de que os estudantes iriam quebrar as casas comerciais] a vizinha capital amanheceu, ontem, intranquila e cheia de apreensões (...) esses boatos, que se disseminaram por todos os bairros da cidade, levaram as autoridades a tomar medidas preventivas, reforçando o policiamento com soldados do 3º. R.I., sediado no município de São Gonçalo. Mesmo assim, inúmeros cafés, padarias, restaurantes e casas de fazendas não abriram suas portas¹⁶⁹.

A apreensão dos comerciantes que se verificou nessa cidade fez com que a UFE emitisse um comunicado afirmando que “a atitude dos estudantes em face da ‘greve branca’ deve ser exclusivamente pacífica e orientada para que o povo veja nesta útil e oportuna campanha um benefício para o próprio povo”¹⁷⁰. No entanto, a principal ação pública dos estudantes fluminenses terminou por ser um comício na Praça Martin Afonso, próximo à estação das barcas, no qual reafirmaram que a campanha era pacífica e solicitaram que a população não comprasse o que fosse desnecessário, não tomasse café na rua e nem almoçasse ou jantasse fora de casa.

Dias depois, em 15 de outubro, teve início a *greve branca* da UNE, no Distrito Federal, que deveria ter duração de uma semana. O movimento pretendeu ser uma resposta aos que eram considerados “exploradores do povo”, e assim como expuseram os estudantes paulistas, deveria ter início pelos setores sociais com maiores condições, traduzido pelos

¹⁶⁸ Teatro: a greve branca. *Jornal de Notícias*, 12/09/1946, p. 04.

¹⁶⁹ *Tribuna Popular*, 02/10/1946, p. 04.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

estudantes cariocas como sendo os consumidores mais instruídos, que deviam disseminar a campanha até que ela atingisse a maior parte da população, assim como também buscaram as donas de casa. Para tanto, a UNE, em acordo com a Associação Nacional dos Servidores Públicos e da Associação das Donas de Casa, lançou recomendação para que a população evitasse consumir os seguintes produtos e serviços:

Fazendas de qualquer espécie; sapato ou chinelos; óleos de qualquer espécie, desnecessários; verduras desnecessárias; bananas e outras frutas que não sejam destinadas à alimentação de crianças; queijos; doces; brinquedos, pão de forma; biscoitos e doces de pastelaria; sorvetes e refrescos; remédios sem receita médica. [E ainda] evitar, ao máximo, ir ao cinema ou ao teatro [e] evitar almoçar ou jantar na cidade¹⁷¹.

Porém, logo após o seu primeiro dia, parte da imprensa carioca não se mostrou interessada em impulsionar o movimento, como o *Diário Carioca*, que afirmou que “não [havia dado] resultado o primeiro dia de greve branca”¹⁷². Na matéria, o jornal afirmou que o movimento no centro da cidade teria continuado o mesmo, sem que se verificassem abstenções nas compras, além de depoimentos de consumidores que haviam realizado as suas compras e de um comerciante que alertava “que isto somente concorrerá para dificultar ainda mais a vida do povo”¹⁷³. Por outro lado, os estudantes declararam que não recuariam na greve, e prosseguiram com a distribuição de volantes e boletins que pretenderam informar e recomendar a adesão na greve, encerrada, como previsto, uma semana depois, em 22 de outubro.

É difícil aferir sobre os resultados gerais da *greve branca*. A primeira constatação é de que apesar de a UNE ter tentado um movimento nacional, isso não aconteceu e a campanha foi desenvolvida apenas em algumas regiões por lideranças e enfoques diferentes. Nesse sentido, o alcance e os resultados, tanto práticos, com relação à abstenção do consumo, quanto políticos, relacionados ao nível de articulação que os estudantes conseguiram estabelecer, também foram diferentes. No entanto, cabem alguns apontamentos sobre esse movimento nos seus dois principais centros irradiadores: São Paulo e Distrito Federal.

Em São Paulo, a relação com a imprensa parece ter sido fundamental e fator de impulso para o movimento¹⁷⁴. Nessa perspectiva, permanece a impressão de que o CA XI de Agosto conseguiu maior ênfase, especialmente porque antes que conseguisse a abstenção do

¹⁷¹ *Correio da Manhã*, 15/10/1946, p. 01.

¹⁷² *Diário Carioca*, 16/10/1956, p. 12.

¹⁷³ *Ibidem*.

¹⁷⁴ Para essa análise, dentre os jornais consultados, foram utilizados predominantemente os dois que mais destacaram o movimento: *Jornal de Notícias*, em São Paulo, e o *Diário Carioca*, no Rio de Janeiro.

consumo, conseguiu empreender o apoio de importantes órgãos da imprensa paulista, que terminaram por fazer ampla divulgação dos objetivos da greve e afirmá-la como justa. A priori, essa relação não deixou de ser um resultado positivo e meio de garantir a repercussão e o apoio ao movimento que, em primeiro lugar, teve por objetivo convencer a opinião pública a uma dada ação: não comprar. Na relação entre os dois Estados, percebe-se que esse fator foi importante. Se no Rio de Janeiro, o noticiário do *Diário Carioca* apontou que a greve não havia surtido efeitos no seu primeiro dia, em São Paulo o *Jornal de Notícias* foi além das declarações dos líderes do movimento, que apontaram a adesão como ainda sendo pequena, e tratou de colher depoimentos e verificar no comércio o oposto, de que as vendas haviam caído e que o motivo das quedas era a campanha estudantil. Certamente, esse respaldo da imprensa paulista revestiu o movimento de legitimidade e resultados além do que havia alcançado em seus primeiros dias, o que impulsionou as adesões e retraiu as compras do público consumidor nas semanas seguintes.

Quanto às bancas que recebiam as reclamações, o motivo de seu êxito também esteve na relação com a imprensa, a qual se empenhou, em São Paulo, na divulgação diária das incursões estudantis e das casas comerciais infratoras, apontando o nome dos comércios, endereços e os motivos para que fossem incluídas no *Pelourinho*, o que arranhou cotidianamente a imagem desses comércios. Tanto o *Jornal de Notícias*, quanto *O Estado de S. Paulo* as divulgaram. Além disso, foram veiculadas matérias incentivando as denúncias e destacaram as que haviam sido comprovadas.

A imprensa carioca também se dedicou à cobertura dos comércios infratores, destacando e listando os locais irregulares, assim como a *Confeitaria do Anjo*, na qual houve apreensão de ovos podres¹⁷⁵ ou a interdição da padaria *Primor*, “freqüentado estabelecimento da Rua 7 de Setembro [que] fabricava doces e biscoitos com manteiga de puro sebo, ovos com pintos, morangos podres, castanhas com bichos e banha com baratas”¹⁷⁶. No entanto, em decorrência dos *tumultos de agosto*, os órgãos responsáveis pela fiscalização das casas comerciais do Distrito Federal foram postos para funcionar, além de serem pressionados pela imprensa, fazendo com que a Delegacia da Economia Popular, recém-fundada, e os seus agentes, assim como a fiscalização dos médicos do Serviço de Saúde, ocupassem o espaço no noticiário, o que sobrepôs a fiscalização e as autuações oficiais às incursões estudantis.

É significativo que essas diferenças parecem ter demarcado as opções desenvolvidas por setores da imprensa entre um Estado e outro, no combate aos comércios que cometiam

¹⁷⁵ *Diário Carioca*, 15/10/1946, p. 12.

¹⁷⁶ *Diário Carioca*, 17/10/1946, p. 12.

irregularidades. No Rio de Janeiro, optou-se por pressionar, incentivar e noticiar diretamente as ações do poder público sobre os comércios irregulares, dando-se pouca ênfase ao movimento dos universitários, as suas incursões e as suas bancas de reclamações, já que a própria Delegacia da Economia Popular foi incumbida de receber as queixas da população. Concomitantemente, em São Paulo, mesmo que os órgãos de defesa da economia popular, como a Comissão de Preços, tenham estado presentes no cotidiano da campanha, a ênfase foi sobre a *greve branca*, tido como um movimento necessário e justo para que a população se mantivesse em alerta contra a carestia e o *câmbio negro* e para que os comércios não perdessem de vista que estavam sendo vigiados diariamente.

A relação entre os estudantes, as associações e os sindicatos também é fator importante para avaliar o movimento e os limites da rede de relação das suas entidades promotoras, tendo em vista as possibilidades do seu alcance, como protagonista, na liderança junto aos outros setores organizados e, em última instância, para refletir sobre a força social que o movimento adquiriu. Considera-se que, por se tratar de um movimento de repercussão identificado como sendo de interesse coletivo, as adesões que os estudantes receberam indicam a legitimidade que o movimento adquiriu junto aos setores que mais sentiram os efeitos da carestia, seja entre as organizações populares ou do empresariado. No Rio de Janeiro, esse aspecto da campanha também parece ter tido impacto menor; apesar de a UNE ter recebido o apoio de sindicatos e associações, não há informações que indiquem a ampliação ou de que as adesões tenham impulsionado o movimento, até mesmo porque a campanha se encerrou no prazo de apenas uma semana.

Enquanto isso, em São Paulo, a ampliação da campanha envolvendo organicamente outros setores e organizações sociais que foram inclusas e reconhecidas como agentes de liderança do movimento conseguiu maior êxito, assim como os resultados das incursões pelo interior do Estado a partir dessas adesões, o que possibilitou um movimento para além da capital. Esse aspecto foi bastante reforçado na imprensa; assim, as notícias a cada nova adesão podem ser interpretadas na perspectiva de incentivo e impulso para a campanha e uma tentativa de demonstrar que o movimento esteve sempre em ordem crescente.

Quanto aos resultados objetivos de fazer com que a população se abstivesse do consumo, implica haver maneiras de quantificar a queda nas vendas, o que não se encontrou fora das impressões da imprensa. Mesmo assim, é possível supor que os resultados foram distintos entre os dois Estados.

Entre os paulistas, além das verificações já apontadas pelo *Jornal de Notícias*, ponderadas pelo seu apoio à campanha, houve a inserção de um boletim da Associação

Comercial de São Paulo no noticiário da *Folha da Manhã*¹⁷⁷, no qual, apesar de admitir que os dados fossem ainda incompletos, apontou para uma queda nas compras no setor de vestuário, com ênfase para os calçados masculinos. Essa queda foi tomada como efeito da greve, mas esses foram os únicos dados concretos que relacionaram o movimento com a variação estatística das vendas.

Com relação ao movimento liderado pela UNE, no Rio de Janeiro, além de o *Diário Carioca* apontar a falta de resultados no primeiro dia da campanha, surgiu um artigo assinado por Maurício de Medeiros, com considerações sobre a imprensa, a estrutura e ao desenvolvimento da greve. Segundo Medeiros, a campanha merecia louvor, mas afirmou que tanto havia uma conjuntura difícil para se extrair resultados com relação à abstenção do consumo, quanto falhas que tornavam a campanha muito subjetiva. Para tanto, disse que, na realidade da população carioca, dada a carência econômica, poucos tinham possibilidade de consumir qualquer produto ou gênero supérfluo, ou seja, não tinham como deixar de consumir o que já não tinham condições de adquirir, com ou sem greve. Nesse sentido, Medeiros apontou que

dizer vagamente não compre o supérfluo constitui um conselho sem objetivo. O que é supérfluo? Varia muito segundo a classe social que o considere (...) acredito que os estudantes deveriam ter colocado sua campanha em termos positivos e que ela teria maior efeito se feita por escala: numa semana, abstenção de divertimentos, noutra gêneros alimentícios (...) noutra tecidos e roupas¹⁷⁸.

Em seguida, o autor partiu para a relação entre a *greve branca* dos estudantes e a imprensa. Segundo Medeiros, já havia existido uma campanha com o mesmo objetivo, realizada na França, nos anos de 1920, e que em menos de um mês teria conseguido baixar os preços de diversos gêneros. No entanto, a campanha só teria obtido êxito “porque foi um grupo de 3 ou 4 cotidianos que tomou a si a campanha”¹⁷⁹, o que não havia acontecido no Distrito Federal, pois a imprensa não teria apoiado sinceramente a greve, se restringindo apenas ao seu noticiário, quando o momento exigiria que os jornais se posicionassem, aderindo ao movimento.

Por fim, Medeiros alega que os estudantes não teriam preparado a população para uma campanha como essa, pois “num movimento dessa natureza, absolutamente novo para o nosso meio, cumpre primeiro uma preparação psicológica para vencer o egoísmo de cada

¹⁷⁷ *Folha da Manhã*, 22/10/1946, p. 01.

¹⁷⁸ MEDEIROS, Maurício de (1946). “A greve branca”, *Diário Carioca*, 18/10, p. 03.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

consumidor”¹⁸⁰. Como justificativa, o autor alega que a população estaria muito mais acostumada a se adaptar com a crise do que reagir a ela, e que essa “preparação psicológica”, aqui traduzida como a necessidade da divulgação educativa do boicote, é que iria fazer com que a população compreendesse o que deveria ou não comprar, assim como compreender que diminuindo as suas compras, forçaria a baixa dos preços, o que não aconteceu.

Logo depois, o *Diário Carioca* publicou uma nota que pode indicar que os estudantes do Rio de Janeiro, ou o próprio jornal, não estiveram unidos na campanha. Segundo a nota, haveria um grande número de estudantes insatisfeitos com as prioridades da entidade, pois “no entender dos acadêmicos [sem citar quais], a UNE, antes de encetar a ‘greve branca’ devia cuidar do seu restaurante, que é prata da casa”¹⁸¹.

No entanto, o melhor indicativo sobre os resultados da *greve branca* no Rio de Janeiro¹⁸², foi um artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, na coluna *Notícias do Rio*, assinado por Vivaldo Coaracy, antigo editor deste jornal.

Nesse escrito, Coaracy foi enfático ao afirmar que “uma greve branca que dura apenas uma semana, mesmo quando praticada com rigor e com vontade, não pode dar nenhum resultado eficaz”¹⁸³. Para o autor, mesmo que a greve tivesse resultados no curto prazo da sua duração, os comerciantes não sentiriam os seus efeitos, pois na semana seguinte voltariam a vender mais que antes da greve, quando os consumidores retornassem as compras. Em seguida, Coaracy apontou um aspecto próximo ao que Medeiros havia afirmado anteriormente, de que a população não estava preparada para se abster do consumo. No entanto, o autor não comentou sobre a necessidade de preparar os consumidores com alguma campanha de esclarecimento, apenas afirmando que “o fato é que ninguém quer saber de praticar economias. Havendo dinheiro, tratam de gastá-lo”¹⁸⁴. No resumo de suas impressões, também afirmou que no Centro da Capital, o que havia percebido foi que o movimento das compras havia continuado o mesmo, assim como nos bairros residenciais. O que Coaracy ressaltou, no entanto, foi a informação de que nos subúrbios as vendas teriam diminuído, mas em seguida alerta para o aprofundamento da crise e para o período do final do mês, quando a

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ *Diário Carioca*, 20/10/1946, p. 20.

¹⁸² Não foram encontrados artigos que tenham avaliado o desenvolvimento do movimento na imprensa de São Paulo, apesar de *O Estado de S. Paulo* ter noticiado as avaliações do movimento no Rio de Janeiro. É possível que o motivo para isso tenha sido a colaboração entre os estudantes e a imprensa, ou porque essa colaboração, a partir da divulgação das listas e da intensidade que a campanha adquiriu, já tenha sido considerado como um resultado positivo.

¹⁸³ COARACY, Vivaldo (1946). “Notícias do Rio: a greve branca”, *O Estado de S. Paulo*, 30/10, p. 16.

¹⁸⁴ Ibidem.

diminuição do movimento nos comércios seria natural. Por fim, afirma: “a greve branca fracassou, vamos reconhecer...”¹⁸⁵

O debate acima tende a indicar que o movimento se desenvolveu e teve melhores resultados em São Paulo, onde os segmentos sociais e a imprensa pareceram colaborar entre si em torno da mobilização social contra a carestia, diferente do Rio de Janeiro, onde, conforme já foi demonstrado, se optou pelas ações institucionais contra o custo de vida. No entanto, não exclui a concepção de que a UNE tenha tentado um movimento nacional que inserisse os estudantes no debate econômico e político daquele momento, ainda que não tenha tido resultados práticos, não tenha imposto mudanças na política econômica do Governo Federal e não tenha se tornado um movimento efetivamente nacional.

Terminada a *greve branca*, a UNE ainda tentou organizar assembleias sobre a carestia de vida junto aos movimentos das donas de casa e convites aos sindicatos, mas sem nenhuma repercussão ou deliberação efetiva de continuidade do movimento.

Já no início de 1947, os estudantes não trataram mais sobre a carestia e a UNE passou a se empenhar na organização do X Congresso Nacional de Estudantes e a montar a “banca das eleições” em sua sede, pela qual divulgou a lista dos estudantes que haviam se candidatado para as eleições desse ano, dentre eles, o seu secretário geral, Maximiano Bagdocimo, pela UDN/DF.

1.3 A UNE sob a presidência dos socialistas: 1947-1950

Às vésperas do X Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1947, tudo parecia convergir para uma nova vitória dos estudantes udenistas.

Na diretoria da UNE, o udenista Maximiano Bagdocimo, então secretário geral, estava exercendo a presidência da entidade, tendo em vista a sua candidatura, enquanto o presidente José Bonifácio Coutinho viajou para visitar as instituições dos principais centros universitários do país, destacando-se Minas Gerais e São Paulo. No cenário mais amplo do movimento universitário, não havia nenhum sinal de oposição que tivesse tido ressonância contra a atual diretoria. Quanto à Comissão de Organização do X Congresso teve pelo menos metade das suas vagas ocupada por estudantes udenistas.

Nesse contexto, a entidade encontrou problemas financeiros para a realização do X Congresso, justamente na liberação de verbas do Ministério da Educação, que considerou o

¹⁸⁵ Ibidem.

valor solicitado de CR\$800.000,00 bastante alto para a realidade das liberações de verba para eventos. Ainda depois de aprovar o valor, este emperrou no trâmite final junto ao Presidente da República, o que fez com que o início do X Congresso fosse adiado em alguns dias.

Desde os primeiros anos após a fundação da UNE, seus congressos eram realizados com verbas destinadas a realização de eventos pelo Ministério da Educação ou por projetos parlamentares de destinação financeira. Ainda que no período do Estado Novo a liberação dessas verbas tenha tido resistência por parte do governo em alguns momentos, entre 1945 e 1946, os recursos haviam sido atendidos. Já em 1947, a morosidade e a indecisão sobre o financiamento do X Congresso repercutiu na imprensa e provocou alguma instabilidade entre os universitários, fazendo com que a UNE se valesse de empréstimos para garantir a sua realização até as verbas serem liberadas. Mas nada pareceu abalar o domínio udenista até o início do encontro nacional.

O temário a ser discutido no X Congresso, divulgado dias antes do seu início, seguiu a linha que os udenistas vinham defendendo no interior da UNE no último período, tendo à frente as prioridades gremiais, culturais e educacionais. Os primeiros pontos se referiram ao problema da alimentação dos estudantes, o barateamento do livro didático e descontos nos eventos de diversão, moradia para os estudantes e a reivindicação para que fossem construídas casas de estudantes. Quanto aos temas educacionais e culturais, figurou, novamente, a gratuidade e a reforma do ensino superior, a criação de escolas de teatro, a alfabetização, a fundação de universidades e cursos superiores em alguns Estados e a oficialização dos estudos teatrais no ensino secundário. Além desses, se manteve a preocupação em debater a consolidação das entidades estudantis regionais e da própria UNE¹⁸⁶.

Como se percebe, as preocupações com as questões da política nacional e com a economia, que haviam obtido algum espaço nos movimentos contra a carestia, passaram ao segundo plano e foram expostas de modo vago na defesa e cumprimento da Constituição. Segundo afirmou o secretário geral da UNE, “não nos move, nem jamais moverá qualquer atitude hostil ao governo, a não ser que fira a Constituição, que fira os estudantes”¹⁸⁷. Nesse sentido, a relação entre a entidade estudantil nacional e o governo foi compreendida como uma “oposição crítica e sincera”, mas visando o bem do país, traduzido na defesa dos princípios e da ordem constitucional.

¹⁸⁶ BAGDOCIMO, Maximiano. Declaração: problemas fundamentais da classe universitária. Diário da Noite, 09/07/1947, p. 03.

¹⁸⁷ Ibidem.

Ao final do Congresso, no entanto, chegaram a resultados opostos. Os udenistas foram derrotados e as resoluções congressuais assumiram um repertório majoritariamente relacionado com a política nacional, internacional e com a agenda dos partidos e movimentos de esquerda. A chapa para a diretoria da UNE que derrotou os udenistas foi presidida pelo socialista Roberto Gusmão, com apoio dos estudantes comunistas, grupos regionais e de lideranças estudantis independentes¹⁸⁸. Com essa composição, a diretoria da UNE passou a ser composta por uma coalizão de agrupamentos estudantis sob a presidência dos socialistas, movimento que foi correlato ao que surgiu no interior de algumas faculdades e universidades e pode ser exemplificado no *Movimento Reforma*, que surgiu no interior da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, reunindo socialistas, esquerdistas independentes e comunistas¹⁸⁹.

Quanto aos princípios que deveriam nortear a entidade na gestão 1947/48, os debates estudantis afirmaram temáticas que perpassaram pela disposição de luta e preservação da paz mundial baseada nos princípios do cristianismo, pelo entendimento pacífico entre as nações, pela soberania nacional dos países da América do Sul e em favor do entendimento entre os povos americanos na solução do atraso, da miséria e da fome, na defesa da democracia e das riquezas naturais, principalmente do petróleo. Quanto à educação, afirmou-se que,

convictos de que a opressão marcha junto com a ignorância, sentimos, como estudantes, a cada instante, as dificuldades e os obstáculos, cada vez maiores, que se levantam na vida escolar, como o aumento de taxas, do preço dos livros e incapacidade administrativa [...] por isso sua posição [da UNE] de luta pelo efetivo cumprimento do disposto na Constituição sobre educação e cultura, principalmente no tocante aos artigos 166, 173, 174, que dizem, respectivamente: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios da liberdade e dos ideais de solidariedade humana”. “As ciências, as letras e as artes são livres”. “O amparo à cultura é dever do Estado”¹⁹⁰.

Na carta deliberada na plenária final do X Congresso, os universitários também protestaram contra a cassação do registro do PCB, que havia se efetivado em maio desse ano e contra a possibilidade da invalidação dos seus mandatos, o que se efetivou no início do ano seguinte. De acordo com a resolução dos estudantes, a cassação do registro dos comunistas e de seus mandatos foi traduzida como afronta à democracia e como a desmoralização do

¹⁸⁸ Chapa eleita no X Congresso Nacional dos Estudantes: Presidente: Roberto Gusmão, 1º. Vice: Rui Rebelo Pinho, 2º. Vice: José Roberto Albuquerque Fortes, 3º. Vice: Porfírio Sampaio, 4º. Vice: Leônidas da Silva, Secretário Geral: Silvio Wanick, 1º. Secretário: Arnaldo Monteiro Filho, 2º. Secretário: Arthur Cláudio de Melo, 3º. Secretário: Fernando Pedreira, Tesoureiro: Domingos Pinto Rocha.

¹⁸⁹ Ver *CACO: 90 anos de história*. Coordenadoria de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, pp. 71-108.

¹⁹⁰ Declaração de princípios do X Congresso Nacional dos Estudantes. *Diário da Noite*, 21/07/1947, p. 02. ; *Imprensa popular*, 20/07/1947, pp. 01-02.

Parlamento. Nesse contexto, as avaliações da conjuntura nacional que foram efetivadas no X Congresso colocaram a UNE em rota de colisão com o governo do general Dutra, ao afirmar que:

Constatando até o presente a inequívoca incapacidade do governo para resolver as mais elementares necessidades do nosso povo [...] as sucessivas violações por parte do poder executivo, da Carta Constitucional [...] violações que atingem as liberdades mais rudimentares de reunião, de palavra, de imprensa, de associação. Testemunhando a tentativa, ainda mais aguda e mais aviltante, da cassação ou extinção de mandatos parlamentares, tentativa já levada a efeito em alguns casos, e pela qual os partidários do governo [ferem] profundamente a Constituição que declara em seu artigo primeiro: “Todo o poder emana do povo”¹⁹¹.

A defesa da Constituição e da democracia não foi deixada de lado durante todo o final dos anos de 1940, sendo ponto permanente nas resoluções da UNE desde o início do governo Dutra e, entre 1947 e 1949, se expressou pela interpretação do iminente “perigo de uma nova ditadura, mais negra e mais odiosa do que a inspirada em 1937”¹⁹², principalmente a partir da proposta, pelo governo, da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa, que teve como resposta dos estudantes universitários que “a forma de defender o Estado é o rigoroso cumprimento da Constituição”¹⁹³ e no repúdio “as leis que visam eliminar as nossas conquistas democráticas, combatendo decididamente, a lei de segurança do Estado Novo, o projeto de lei de imprensa, etc., defendendo a liberdade e a democracia”¹⁹⁴.

Em seu conjunto, as resoluções do X Congresso estiveram em sintonia com o novo cenário internacional e nacional que foi desenhado no período posterior ao final da Segunda Guerra. No plano internacional, a polarização entre os EUA e a URSS na Guerra Fria, o alinhamento nacional aos EUA e a crença de que nova guerra poderia surgir. No plano interno, “o reacionarismo das forças que haviam empalmado o poder [...] o antidemocratismo básico dos liberais brasileiros [e o] visceral anticomunismo das elites”¹⁹⁵, culminaram na cassação do registro partidário do PCB em 1947, e dos seus mandatos em 1948, o que motivou que as bandeiras estudantis que se relacionassem com a oposição das cassações logo fossem traduzidas como tendo origem na “infiltração” do comunismo em seus meios. Além disso, ao priorizar a defesa dos recursos naturais, com ênfase para a defesa do monopólio sobre o petróleo, o novo grupo dirigente da UNE situou a entidade no debate central do

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Declaração de Princípios do X Congresso Nacional dos Estudantes. *Imprensa popular*, 20/07/1947, p. 01-02.

¹⁹³ Declaração de Princípios do XI Congresso Nacional dos Estudantes. *Diário de Notícias*, 29/07/1948, p. 04.

¹⁹⁴ Declaração de Princípios do XII Congresso Nacional dos Estudantes. *Diário de Notícias*, 26/07/1949, p. 02.

¹⁹⁵ REIS, 2007, pp. 73-108.

nacionalismo, ponto de aglutinação de diferentes forças políticas e sociais¹⁹⁶ que se dedicaram a pensar e disputar o modelo de desenvolvimento brasileiro.

Em meio ao debate travado pelos anticomunistas no cenário nacional, o resultado que elegeu a nova diretoria da UNE foi interpretado como um movimento orquestrado pelos comunistas, com o objetivo de agitar os meios estudantis e impor a vontade da “minoría mal intencionada” sobre a maioria dos universitários que, como considerou o *Diário da Noite*, “repugna a ideologia vermelha”¹⁹⁷.

Entre 1947 e 1950, essa interpretação foi constante em diversos órgãos da imprensa, debates parlamentares e em setores estudantis, de modo que os socialistas e a esquerda estudantil independente também foram tomados como comunistas, denunciados em notas enviadas aos jornais, no interior das universidades e nas eleições estudantis.

Com relação às disputas pela UNE, o resultado aprofundou os marcos que delimitaram a relação entre os grupos estudantis de esquerda e os universitários udenistas, consolidando a divisão que havia sido desenhada no IX Congresso, no ano interior.

Nos primeiros dias após o final da eleição, udenistas e a diretoria da UNE trocaram farpas em notas publicadas na imprensa e uma das resoluções da I Convenção do DEN da UDN afirmou ser “evidente o perigo que corre a nossa agremiação de classe [a UNE], ameaçada de ser encaminhada para rumos estranhos e utilizada para fins menos claros”¹⁹⁸. Ainda segundo a posição dos udenistas, as reivindicações mais necessárias dos universitários, confluentes na defesa dos problemas culturais, econômicos e artísticos dos estudantes havia sido ofuscado pela perturbação causada “por um grupo de colegas da extrema esquerda, sempre as voltas com questões políticas”¹⁹⁹, grupo do qual havia surgido a nova diretoria. Com esse sentido, os udenistas deram sinais do limite de suas concepções democráticas e proclamaram a mais enérgica vigilância sobre a UNE e a realização de uma intensa campanha de arregimentação no interior das faculdades, com o objetivo de ampliar os seus quadros militantes e a sua influência no interior do movimento.

Considerando-se a nota do DE da UDN, se percebe a influência marcante da organização política, das suas crenças e valores na composição dos repertórios da UNE até então, assim como o desejo de lhe dar continuidade frente à negativa momentânea do conjunto estudantil. Ao mesmo tempo, revela que a derrota das demandas udenistas não retraiu a defesa das suas prioridades, tidas como o desejo de todos os estudantes e que só

¹⁹⁶ MOURA, Gerson. A campanha do petróleo, São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁹⁷ *Diário da Noite*, 21/07/1947, p. 01.

¹⁹⁸ Os estudantes udenistas e a nova diretoria da UNE. *Diário de Notícias*, 26/07/1947, p. 06.

¹⁹⁹ Ibidem.

havia sido derrotadas frente à agitação da sua oposição, o que teria impedido a difusão, o debate e a aceitação do repertório pelo conjunto dos participantes do Congresso. Nesse contexto, vale refletir sobre os apontamentos de Jean Meyer²⁰⁰. Segundo esse autor, para que determinadas pautas estudantis sobrevivam em relação à transitoriedade da condição do estudante, decorrente da sua curta permanência no interior da universidade e do próprio movimento, surge o partido político, o que, na interpretação do presente trabalho, exerce a função de mantenedor de certas concepções e pautas do movimento, assim como o militante partidário, que em sua atuação no interior da universidade e do movimento estudantil expressa, defende e busca a legitimidade desse repertório frente ao conjunto dos estudantes.

Não se pretende afirmar com a reflexão acima que a UNE e o conjunto do movimento universitário tenham sido carentes de toda autonomia em relação às organizações políticas, mas que apesar de as entidades estudantis expressarem as suas demandas como formulações do conjunto estudantil, dos seus problemas cotidianos em diferentes conjunturas e, como demonstrou Sanfelice²⁰¹, a acomodação das diversas forças políticas que atuam no seu interior, é marcante em seu repertório as pautas construídas no interior da organização política que predominou em dado momento e das suas concepções no contexto em que estão situadas. Essas demandas se sintetizam e se combinam a outras, sendo mais ou menos colocadas em prática, sempre em relação a posições divergentes que são aceitas ou não nos mecanismos de escolha e de legitimação que existem no interior do movimento, como as reuniões, as assembleias e os congressos, que deliberam aceitar ou não os repertórios de pensamento e de ação que são propostos.

1.3.1. Alguns apontamentos sobre os estudantes socialistas e a coalizão estudantil de esquerda

É difícil refletir sobre o movimento universitário dos anos 1947/49 como uma “fase de hegemonia socialista na UNE”, como qualificou Artur Poerner²⁰². Para tanto, há problemas difíceis de serem superados.

Em primeiro, há dificuldade para se perceber a organização dos estudantes do PSB e a rede de influência que os socialistas conseguiram estabelecer no interior do movimento, pois o debate sobre a especialização dos movimentos de juventude ou estudantis entre os socialistas não

²⁰⁰ MEYER, 2008, pp. 179-195.

²⁰¹ SANFELICE, 1986.

²⁰² POERNER, 1995, pp. 168-169.

seguiu o mesmo sentido do PCB ou da UDN, e nem mesmo pareceu existir consenso sobre a forma como os jovens socialistas deveriam ser organizados. Nesse sentido, apesar de o PSB sempre ter pretendido organizar os jovens socialistas²⁰³, no contexto após o Estado Novo, a sua primeira organização no mundo universitário surgiu apenas em 1948, e uma Juventude Socialista (JS), apenas em 1950, ambas com funcionamento bastante precário.

Nos debates que foram identificados no interior do PSB sobre o lugar e a forma como deveria ser organizada sua juventude; a única semelhança com relação aos outros partidos que foram estudados, se formou na idealização em torno dos jovens. Segundo artigo publicado em meados de 1948, na *Folha Socialista*, Oliveiros Ferreira afirmou que a juventude seria um segmento “animado por um fogo que, em grande parte, não mais existe nos elementos que lutam há muitos anos”²⁰⁴, essa característica quase inata é que definiria a missão dos jovens no interior da estrutura partidária, tendo como principal significado a manutenção da luta contra o conformismo e promover a renovação dos seus quadros. Porém, o ímpeto revolucionário da juventude ingressante no Partido, para que fosse aproveitado pelo movimento socialista, teria de ser articulado à experiência dos antigos militantes, de modo que a energia juvenil e a experiência fizessem com que a idade não fosse uma linha divisória entre os militantes.

No mês seguinte à publicação do texto de Oliveiros, a *Folha Socialista* publicou um novo artigo, sob o título *contra a organização de juventudes*, de Aristides Lobo. Nesse artigo, o autor corroborou com Oliveiros ao compreender o ímpeto dos jovens militantes e identificar que é a partir do “entusiasmo juvenil que os partidos de todas as correntes ideológicas devem a renovação e o crescimento dos seus quadros”²⁰⁵. No entanto, pautado pelos conflitos que envolveram os movimentos socialistas de jovens no passado, de quando as juventudes foram organizadas como grupos específicos e com autonomia orgânica, o autor é enfático ao afirmar que “é inadmissível que os militantes mais velhos e em geral mais experientes trabalhem em organizações próprias [...] devemos desejar justamente o contrário, que todos exerçam entre si [...] as suas respectivas influências”²⁰⁶. A justificativa do autor foi a de que os segmentos que compunham o Partido tinham de formar um “conjunto orgânico”, no qual o pensamento político deveria resultar do debate cotidiano entre todos, sem distinções com relação à idade dos militantes ou qualquer outra diferenciação.

²⁰³ HECKER, 1998, p. 181.

²⁰⁴ OLIVEROS, S. Ferreira. “A missão da juventude”, *Folha Socialista*, ano I, nº. 07, 12/15/1948, p. 02.

²⁰⁵ LOBO, Aristides. “Contra a organização de juventudes”. *Folha Socialista*, ano I, nº. 08, 10/06/1947, p. 02.

²⁰⁶ Ibidem.

Foi mais ou menos a partir dessas identificações que o PSB organizou os seus grupos estudantis. Apesar de que possam ter existido diversas variações regionais, em São Paulo, a organização de grupos e comissões universitárias foi autorizada e incentivada pelo PSB, inclusive com metas para o recrutamento de novos militantes e para a formação de comitês socialistas no interior das principais faculdades da Capital. Porém, os grupos estudantis foram definidos como espaços destinados aos debates sobre os seus problemas específicos e cotidianos, mas não como instância de atuação propriamente partidária. Os direitos partidários do estudante socialista estavam relacionados à sua participação no comitê do bairro em que residia, ao lado de todos os outros militantes da sua região, por onde efetivamente deveria exercer a sua ação e direitos políticos. Essa forma de absorver os estudantes foi certamente diferente de como outros partidos organizaram as suas estruturas para o trabalho estudantil e para o recrutamento entre os segmentos jovens, geralmente com organizações ou coordenações próprias desse segmento e organicamente independentes, apesar de raramente qualquer juventude partidária ter atuado com algum nível concreto de autonomia política.

Esses debates indicam a base confusa sobre a qual os universitários socialistas organizaram o Movimento dos Estudantes Socialistas do Brasil (MESB). A fundação do MESB aconteceu logo após o encerramento do XI Congresso da UNE, em 1948, no Distrito Federal. Participaram da sua fundação os representantes de sete regiões: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, dentre os quais elegeram uma Comissão Nacional provisória presidida por Roberto Gusmão, presidente da UNE eleito em 1947, e composta por Francisco Potiguar Dymacau e Altino Ferreira Neves²⁰⁷. No entanto, a repercussão da fundação do MESB pareceu mínima e as suas ações próprias enquanto organização, se comparadas às ações do DE da UDN, da JC ou da incipiente e fluída Juventude Universitária Católica (JUC) dos anos de 1940, foram quase imperceptíveis.

Após o MESB, os jovens socialistas só voltaram a se dedicar a uma organização de juventude em meados do ano de 1950, quando se lançou o Movimento Organizador da Juventude Socialista (MOJS), mas sem nenhuma referência aos estudantes. O MOJS parece ter surgido sob influência da União Internacional da Juventude Socialista (UIJS), reorganizada em 1946. Inspirado pela perspectiva de uma organização socialista própria para a militância juvenil, o MOJS surgiu como uma espécie de movimento pró JS, com o intuito de construir as condições para que fosse fundada uma organização juvenil com o papel de difundir o socialismo, lutar pela ascensão da juventude no campo econômico, em especial a

²⁰⁷ *Jornal de Notícias*, 29/07/1948, p. 01; *Folha Socialista*, ano I, nº. 10, 15/08/1948, p. 05.

juventude proletária, e defender as liberdades democráticas, dentre outros pontos²⁰⁸. Em seguida, a JS foi organizada em alguns Estados e na segunda metade da década de 1950, atuou junto às entidades que se identificaram com o nacionalismo, realizou conferências com intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), grupos de estudos e participou de comícios, mas sempre com certa precariedade orgânica e quantitativamente bastante pequena até a sua extinção, logo após o golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, tendo em vista o alcance e a organização dos estudantes socialistas, é difícil aferir que tenham conseguido estender as suas bases nos meios estudantis a ponto de terem garantido sozinhos sua predominância sobre outras forças políticas nacionais, notadamente bem mais estruturadas em organizações próprias e no interior de diversas entidades estudantis locais e regionais.

O segundo problema, ao contrário do período udenista de 1945/46, é a dificuldade para definir a origem do repertório que a UNE seguiu dentro dos contornos dos grupos aliados à coalizão universitária que venceu os congressos entre 1947/49, o que não foi possível para além da superficialidade. Soma-se a isso a possibilidade das diretorias da UNE não terem sido eleitas por chapa, mas por voto nominal, assim como foram as votações na primeira metade dos anos de 1940²⁰⁹. Dessa forma, o que se tornou possível, foi afirmar quais forças políticas foram nominalmente representadas nas diretorias da UNE eleitas entre 1947/49, que além dos socialistas, contaram com a influência dos comunistas, alguns poucos estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC), do Partido Republicano, este último, apenas em 1947, e estudantes independentes. É marcante, neste período, a atuação em conjunto dos estudantes de esquerda ligados ao *Movimento Reforma*. Apesar disso, entre as resoluções, declarações da UNE e de seus diretores e as forças que atuaram no interior ou em paralelo à entidade, há ofuscamentos que dificultam as identificações.

Desde o início da atuação da diretoria presidida pelo socialista Roberto Gusmão, a UNE se esforçou em demonstrar que a juventude e os estudantes “em sua maioria recusam a solução comunista para os problemas nacionais”²¹⁰. Essa posição foi ratificada pelo Conselho Nacional da UNE no início de 1948, que deliberou “desaprovar mais uma vez, a solução comunista”²¹¹. Também em 1948, logo após a eleição realizada no XI Congresso da UNE, o secretário geral da entidade, Candido Mendes de Almeida, afirmou em entrevista que “a chapa eleita reúne estudantes das mais variadas correntes de pensamento, salvo, naturalmente,

²⁰⁸ Declaração política fundamental do MOJS. *Folha Socialista*, ano III, nº. 52, pp. 06-08.

²⁰⁹ A eleição para diretoria da UNE realizada no XII Congresso, em 1949, foi nominal. Nessa eleição, o secretário geral eleito pertenceu a chapa encabeçada pelo udenistas, mas não assumiu o cargo.

²¹⁰ “Os estudantes contra a cassação de mandatos”, resolução da diretoria da UNE, 29/11/1947. *Memorex*: elementos para uma história da UNE, 1978, s/p.

²¹¹ “Manifesto do Conselho Nacional de Estudantes”, 12/04/1948. *Ibidem*.

os comunistas e os integralistas”²¹². Nessas declarações, não há contradição com as crenças políticas dos estudantes do PSB, que reproduziram pela defesa do socialismo democrático a independência a qualquer compromisso com o Bloco Socialista liderado pela URSS, caracterizado insistentemente como um regime totalitário. Como se afirmou na posição do PSB:

Os socialistas nada têm em comum com as duas ideologias antagônicas. Adversárias irreconciliáveis do regime capitalista, regime de exploração do homem pelo homem e de opressão de povos e nações, fomentador de guerras e conquistas da hegemonia no mercado mundial, o são igualmente do sistema totalitário implantado na Rússia e nos países satélites, com flagrante desrespeito das liberdades individuais e de organização e que desemboca na formação de castas burocráticas privilegiadas em detrimento dos interesses econômicos das massas trabalhadoras [...] só os socialistas podem denunciar as verdadeiras intenções de ambos [EUA e URSS] e mobilizar as massas na luta contra as tentativas de desencadear a guerra²¹³.

Na posição dos estudantes orientados no interior da JUC, apesar de o princípio orientador ter sido bastante diferente dos socialistas, a negativa ao comunismo e ao capitalismo também foi a sua principal característica nesse período, publicamente expressa em suas primeiras aparições nas disputas estudantis em 1948, notadamente porque os católicos orientados pelo humanismo identificaram “em ambos, comunismo e capitalismo, formas do ateísmo prático, concreto e em marcha”²¹⁴.

Na contra mão da negativa oficial ao comunismo, segundo apontou José Frejat, que participou do *Movimento Reforma* e foi presidente do CACO, do DCE da Universidade do Brasil e da UNE em 1949, a composição do grupo universitário que disputou o poder com os udenistas a partir de 1947, foi preenchida pelo “Partido Socialista, a Juventude Comunista, os comunistas em geral, e o pessoal da esquerda que podia não ter nenhuma filiação partidária”²¹⁵. Já no final da década de 1940, Frejat recorda que as derrotas das esquerdas corresponderam ao acirramento das campanhas anticomunistas, o que “desbaratou muito a organização da Juventude Comunista, que dava muito suporte a UNE”²¹⁶.

Como se percebe, a influência dos estudantes comunistas no interior da entidade não foi límpida e pelo que parece, foi mais ou menos forte de acordo com a composição dos grupos que integraram a diretoria da UNE nas eleições de 1947, 1948 e 1949. Apesar disso, é

²¹² Entrevista de Candido Mendes de Almeida, secretário geral da UNE. *Diário de Notícias*, 29/07/1948, p. 06.

²¹³ A paz mundial e a posição dos socialistas. *Folha Socialista*, 01/10/1949, ano II, nº. 36, p. 04.

²¹⁴ Manifesto da Juventude Universitária Católica. *Diário de Notícias*, 06/10/1949, p. 04.

²¹⁵ FREJAT, José. *Entrevista*. BARCELLOS, 1997, p. 31.

²¹⁶ Idem., p. 35.

possível identificá-la na presença constante de Francisco Costa Neto²¹⁷, ligado ao PCB e que chegou a ser assistente de Relações Internacionais da diretoria da UNE. No entanto, a presença dos estudantes comunistas parece ter se materializado muito mais nas mobilizações e atividades apoiadas, realizadas ou que envolveram a UNE, do que nominalmente em suas diretorias. Dentre esses movimentos, destaca-se a Campanha do Petróleo entre 1947 e 1949, a greve contra o aumento da tarifa dos bondes entre 1948 e 1949 e no Congresso Brasileiro da Paz, apoiado pela UNE e por estudantes socialistas em 1949. Nesse sentido, nomes como Alberto Alves Saldanha, Aydano Ferraz e Salomão Malina, ligados à Juventude Comunista, podem ser listados em grupos estudantis ou juvenis presos ou apontados em atividades que se realizaram no interior da UNE e que foram reprimidas pela Polícia Política.

Com relação à JUC, sua participação no interior do movimento universitário aconteceu principalmente a partir de 1948, quando “pela primeira vez, dentro da UNE, os católicos compareceram organizados para a disputa de um pleito político, e [...] fizeram eleger dois componentes da atual diretoria”²¹⁸. Mas o limite da conciliação ideológica dos estudantes católicos pareceu suportar menos a necessidade de flexibilizar os seus repertórios nas atividades da UNE em relação às demandas de diferentes grupos, o que fez com que Célio Borja, vice-presidente eleito em 1948, renunciasse no ano seguinte para “não ver sua reputação de universitário manchada”²¹⁹ com a posição da diretoria da UNE em apoiar o Congresso da Paz²²⁰.

Considerando-se o conjunto dos problemas apontados até o momento, a expressão “fase de hegemonia socialista” será substituída pelo entendimento de que o grupo predominante nos congressos nacionais de estudantes entre 1947 e 1949, foi resultado de uma coalizão heterogênea e às vezes antagônica em seu interior, que incluiu partidos e grupos religiosos, movimentos e partidos das esquerdas e lideranças estudantis regionais ou independentes que aceitaram um programa mínimo para os trabalhos da UNE.

²¹⁷ Francisco Costa Neto foi presidente do CACO em 1947, pela chapa do *Movimento Reforma*, assistente de Relações Internacionais da UNE, entre 1947 e 1948, secretário geral da Organização Brasileira Pela Paz e Pela Cultura em 1949 e, candidato da *juventude popular* a vereador em 1954, apoiado pela imprensa do PCB. Até 1950, Costa Neto também foi representante brasileiro em diversos congressos e conferências estudantis e dos *combatentes da paz*, em Viena, Praga e Varsóvia. Em entrevista no ano de 2007, Costa Neto declarou nunca ter sido formalmente filiado ao PCB, mas que na “prática eu [Costa Neto] cumpria todas as tarefas, era completamente ligado”. NETO, Francisco Costa. *CACO: 90 anos de história*. Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2007, p. 75.

²¹⁸ Entrevista de Candido Mendes de Almeida, secretário geral da UNE. *Diário de Notícias*, 29/07/1948, p. 06.

²¹⁹ *Memorex*, 1978, s/p.

²²⁰ O outro diretor da UNE não chegou a assumir o cargo.

1.3.2 A Campanha Pró Exploração do Petróleo, a educação, a autonomia das entidades estudantis e a adesão aos movimentos pela paz mundial

A Declaração de Princípios, aprovada no X Congresso, foi a base utilizada para legitimar as mais importantes campanhas e atividades da UNE entre os anos de 1947 e o início de 1950, além de destacar os pontos mínimos de consenso a que conseguiram chegar os estudantes situados no campo das esquerdas. Por outro lado, também resultou nos marcos da divisão ideológica que predominou no interior do movimento universitário no período seguinte, pois também representou alguns dos pontos mínimos contra os quais se uniram os segmentos estudantis que se pautaram pelo combate ao que consideraram ser a influência do comunismo nos meios estudantis.

Dentre os movimentos e posições sustentadas pela UNE durante os anos de 1947 e de 1950, é possível identificar que os temas mais constantes e polêmicos estiveram relacionados à tese nacionalista sobre o problema do petróleo, entendida nos documentos da UNE como parte de uma campanha pela libertação econômica do Brasil, o alinhamento da entidade aos movimentos internacionais da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e da União Internacional dos Estudantes (UIE), ambas identificadas com o Bloco Socialista, e na adesão ao movimento pela paz mundial, que se não foi tema central no discurso estudantil, condensou a ferocidade dos anticomunistas. Dentre esses movimentos, também estiveram as reivindicações pelas reformas no ensino, os problemas econômicos dos universitários e o constante embate entre a UNE e o Ministério da Educação, o que impulsionou o debate acerca da autonomia das entidades estudantis.

1.3.3 A Campanha Pró-Exploração do Petróleo

O debate em torno do petróleo teve início ainda durante o Estado Novo, principalmente nos círculos militares, que no contexto da Segunda Guerra, compreenderam os recursos naturais no âmbito da defesa nacional e vital para economia. Nesse contexto, a questão foi tratada em 1938, por meio de um Decreto-lei assinado por Vargas, que tornou a regulamentação do petróleo de exclusiva competência do Governo Federal, reservou o refino a brasileiros natos e estabeleceu a Comissão Nacional do Petróleo (CNP)²²¹, com a tarefa de elaborar a legislação final sobre o tema.

²²¹ Sobre as campanhas pelo monopólio estatal do petróleo, ver: MOURA, 1986.

Após o final do Estado Novo, o problema do petróleo continuou polêmico, principalmente a partir de 1947, quando o presidente Dutra encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto de regulamentação do tema, que ficou conhecido como Estatuto do Petróleo, o qual permitia a presença do capital estrangeiro em todas as fases da produção petrolífera. Nesse período se destacou o “debate entre defensores das soluções nacionalistas e os defensores da colaboração com o capital estrangeiro”²²². Assim, alguns dos setores defensores da tese nacionalista, como o Clube Militar, trataram de tornar público o debate sobre a questão por meio de debates e conferências que visaram formar opiniões favoráveis ao controle estatal do petróleo e pelo veto de qualquer presença do capital estrangeiro em suas fases de produção. Em seguida, já em 1948, a articulação entre diversos grupos que defenderam a tese nacionalista originou o Centro de Defesa do Petróleo (CDP), posteriormente denominado como Centro de Estudos do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).

A campanha “O Petróleo é Nosso!”, como ficou conhecida, se desenvolveu e mobilizou amplos setores sociais e é considerada uma das maiores campanhas de opinião já realizadas no país. Em termos concretos, a “campanha do petróleo bloqueou de 1947 a 1949 a possibilidade de participação imediata do capital estrangeiro nas atividades petrolíferas no Brasil”²²³ e o Estatuto do Petróleo foi arquivado na Assembleia Legislativa. A questão, no entanto, foi retomada com intensidade no segundo governo de Vargas, no início dos anos de 1950, o que resultou na criação da Petrobrás, na retomada da campanha pelo monopólio estatal e na dicotomia que conceituou as posições entre *nacionalistas* e *entreguistas*.

Dentre os partidos políticos que atuaram organizados nos meios estudantis, salvaguardo as suas diferenças quanto às motivações e pontos divergentes, o tema mereceu constante apoio. A tese nacionalista animou a votação da maioria dos setores da UDN em favor do monopólio e o DEN da UDN, na Convenção Nacional de 1948, aprovou e publicou uma “moção de simpatia e aplauso a campanha de divulgação e esclarecimento em torno do problema do petróleo brasileiro e da chamada tese nacionalista”²²⁴. Quanto ao PSB e ao PCB, ambos se dedicaram em apoiar a tese nacionalista e se empenharam na campanha. Segundo Antônio Cândido chegou a afirmar, a campanha do petróleo havia sido lançada pelos

²²² MOURA, 1986, op. cit., p. 56.

²²³ Ibidem., p. 74.

²²⁴ BENEVIDES, 1981, p. 12; Moções aprovadas na II Convenção do DEN DA UDN. *Diário Carioca*, 24/08/1948, p. 06.

socialistas, mas “aí, honra seja feita, tomaram pião na unha [o PCB] e realizaram uma campanha monumental, como nós seríamos incapazes de fazer”²²⁵.

No âmbito da participação da UNE, a defesa do petróleo constou inicialmente no interior da “Campanha Pró Libertação Econômica”, lançada em setembro de 1947, quando se comemorou o primeiro ano da promulgação da Constituição. A campanha teve início com um manifesto voltado aos estudantes, aos jovens e ao povo em geral

de todos os credos políticos e profissões, o governo e o povo, militares e civis, desde o valoroso seringueiro das inóspitas selvas amazônicas aos pastores [...] do Rio Grande do Sul, a fim de que, unidos, voltem seus pensamentos para a defesa dos supremos interesses da pátria, cuja independência política reclama medidas econômico-financeiras²²⁶.

Na prática, a campanha lançada pela UNE sintetizou a *libertação econômica* em torno da necessidade de defender a indústria nacional, desenvolver a geração de energia e defender o monopólio estatal do petróleo. Mas politicamente o manifesto foi além, e inseriu nos debates da UNE, ainda que de maneira tímida, a relação intrínseca entre a independência política e a independência econômica, ambas consideradas necessárias ao Brasil e dependentes da elaboração de uma política nacionalista para os recursos naturais. No entanto, a “Campanha Pró Libertação Econômica” pouco repercutiu e, na semana seguinte, a UNE lançou a “Campanha Pró Exploração do Petróleo”, a “luta mais decisiva pela libertação econômica”²²⁷ do Brasil, voltada para a defesa dos recursos naturais e para o monopólio estatal do petróleo.

Considerando-se a similaridade entre os conteúdos das duas campanhas, é possível considerar que a campanha do petróleo significou a substituição ou adequação da campanha lançada inicialmente. A partir de então, até 1949, a UNE lançou forte movimento de mobilização junto às entidades estudantis regionais e no interior das universidades, publicou boletins, cartazes, repassou comunicados e apelou para que os estudantes sempre mantivessem um giz no bolso para que pudessem escrever “petróleo para o Brasil” nos vidros dos carros e por onde passassem.

Nas publicações da UNE, as mensagens da campanha foram: “campanha da mocidade brasileira: explorar o petróleo é libertar o Brasil” e “defendamos o petróleo – UNE”. A partir

²²⁵ CANDIDO, Antonio apud POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante*: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946 – 1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 75.

²²⁶ Manifesto da UNE. *Diário de Notícias*, 19/09/1947, p. 01.

²²⁷ *Diário de Notícias*, 28/09/1947, p. 08.

de setembro de 1947, cartazes e painéis com esses dísticos foram amplamente distribuídos às entidades estudantis de todo o Brasil. No Distrito Federal, nos prédios, postes e árvores de regiões como a Avenida Rio Branco e a Avenida Treze de Maio, foram colados dezenas desses painéis e cartazes, o que se verificou nas autuações das multas que a UNE recebeu por ter fixado as mensagens em lugares proibidos²²⁸.

Ao mesmo tempo, a entidade passou a compor os movimentos e organismos ligados aos debates pela via nacionalista do petróleo, indicou um grupo de estudantes a fim de acompanhar os trabalhos da CNP²²⁹ e transformou a sua sede em um quartel general para a articulação junto a outros segmentos sociais que se mobilizaram. Além disso, o salão nobre da entidade se transformou em espaço comum de conferências, debates e congressos sobre o tema.

Intensa, a campanha da UNE pelo monopólio estatal do petróleo foi considerada pioneira nas resoluções da Convenção Nacional do Petróleo, de 1948²³⁰, e continuou com força até meados de 1949, sendo que o Estatuto do Petróleo foi tema de repúdio nas resoluções do XI e do XII Congresso Nacional dos Estudantes, realizados respectivamente em 1948, no Distrito Federal e, em 1949, em Salvador. Essas resoluções contemplaram a posição dos estudantes pela “luta na defesa da indústria nacional e dos nossos recursos naturais, impedindo que sejam entregues, impatrioticamente, nossas riquezas minerais e vegetais, como o petróleo, manganês, ferro, areias monazíticas, a Hiléia Amazônica, etc.”²³¹.

1.3.4 O debate sobre Educação

Quanto ao debate sobre a educação superior, o tema constou nas Declarações de Princípios dos congressos da UNE com diferentes ênfases e, apesar de ter feito parte dos debates cotidianos da entidade, foi pautado com maior ou menor intensidade de acordo com as polêmicas em torno do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O projeto da LDB passou a ser elaborado a partir de 1947, por uma comissão formada pelo ministro da Educação, Clemente Mariani, e foi enviada ao Congresso em 1948²³². Nesse sentido, ofuscada pela campanha do petróleo e pelo debate sobre a cassação do registro do

²²⁸ Publicações do Departamento de Fiscalização do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, 28/10/1947, p. 6408.

²²⁹ O grupo foi composto pelos universitários Francisco Costa Neto, Roberto Lira Filho, Vasco Nunes Leal, Rodão Fulgêncio da Silva, Adauto Aquino Pereira, Lincoln Mesquita e Ino Matar.

²³⁰ Segundo o item 4º. das resoluções: “a Convenção Nacional do Petróleo resolveu por aclamação, considerar pioneira da campanha a União Nacional dos Estudantes”. *Jornal de Notícias*, 06/11/1948, p. 06.

²³¹ *Diário de Notícias*, 26/07/1949, p. 02.

²³² Os debates referentes a LDB serão tratados no Capítulo 3.

PCB e dos mandatos comunistas, a questão da educação constou quase como um tema secundário nas resoluções estudantis de 1947, em forma de cobrança para que os princípios constitucionais fossem cumpridos. No ano seguinte, quando foi realizado o XI Congresso, os temas educacionais surgiram em torno da reforma do ensino, principalmente como reivindicação para melhor distribuição orçamentária. Segundo a deliberação dos universitários no conclave deste ano, era necessário, “antes de tudo, reformar a sua estrutura [do ensino], o que só poderá ser concretizado depois duma distribuição melhor de verbas orçamentárias”²³³. Ao que parece, o conjunto dos temas educacionais foram tratados juntamente com os problemas econômicos dos estudantes, como o alto custo dos livros didáticos, moradia e alimentação, pelo menos até 1949, quando as polêmicas no Congresso Nacional em torno da LDB se tornaram latentes nos meios estudantis.

No XII Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em 1949, com o tema da LDB sendo fortemente debatido nos meios intelectuais ligados à educação, a diretoria da UNE enviou o projeto que então tramitava no Parlamento às entidades estudantis regionais e aos diretórios centrais de estudantes, para que a LDB fosse tema de debate específico entre as bancadas estudantis em seus Estados e, principalmente, de seus membros na comissão de diretrizes e bases da educação do XII Congresso, que foi presidida por Francisco Costa Neto. Nas resoluções que emanaram desses debates, a situação política e econômica do país se fundiu às avaliações do ensino. Segundo afirmou Costa Neto, ao explanar sobre o relatório final da comissão, cursar o ensino superior foi considerado como privilégio ou sacrifício no contexto de um país marcado pela má situação econômica, instabilidade política e insatisfação social, temas que foram considerados identificáveis nos discursos oficiais e nas interpretações dos estudiosos sobre o Brasil²³⁴. Nesse contexto, frente às instalações precárias e professores mal remunerados, haveria

incapacidade das elites dirigentes de os compreender [os problemas do ensino], procurando soluções utópicas, incoerentes com a nossa realidade [...] então as cidades universitárias [surgiriam] e [fariam] desaparecer miraculosamente os problemas gritantes das precárias e inadequadas instalações de ensino²³⁵.

Como se percebe, o discurso estudantil surgiu com críticas à proposta do governo e as suas aparentes prioridades, mas as propostas concretas para nortear a intervenção da UNE nos

²³³ Declaração de Princípios do XI Congresso Nacional dos Estudantes. *Diário de Notícias*, 29/07/1948, p. 04.

²³⁴ *Diário de Notícias*, 26/07/1949, p. 01-02.

²³⁵ *Ibidem.*.

debates sobre a LDB sobre fluídas e se pautaram mais na crítica do que na propositura e na defesa de soluções próprias.

Ainda nos debates no entorno da LDB, os estudantes centraram fogo pela autonomia das entidades estudantis e no repúdio às “medidas atentatórias aos interesses da classe estudantil, opondo-se à aprovação de leis nocivas ao ensino ou à intervenção nos órgãos estudantis”²³⁶.

1.3.5. A autonomia das entidades estudantis

A autonomia das entidades estudantis se tornou um tema caro aos estudantes entre os anos de 1948 e 1950, já que a destituição de diretorias de centros e diretórios acadêmicos pelos diretores das faculdades e as tentativas de ingerência do Ministério da Educação sobre as atividades da UNE se tornaram constantes.

As reivindicações que se consolidaram em torno da autonomia se referiram primeiramente em fazer frente à ingerência das autoridades universitárias, policiais e governamentais sobre o movimento universitário, tanto com relação às entidades estudantis locais e regionais, quanto com relação à própria UNE, que tinha de atuar sob forte vigilância. Em segundo, a questão da autonomia das entidades passou a ser uma reivindicação para que fossem estabelecidas garantias na legislação nacional, o que só aconteceu juridicamente com o Decreto nº. 37.613, de 19 de julho de 1955, assinado pelo presidente Café Filho²³⁷.

Considerando-se o regimento da Universidade do Brasil, no Distrito Federal, com relação às suas normas de funcionamento para os centros, diretórios acadêmicos e diretórios centrais, os universitários eram proibidos de se candidatarem para essas entidades, por exemplo, se tivessem sofrido penalidades disciplinares ou reprovados no ano anterior. Além disso, a entidade tinha de prestar contas à Congregação da Universidade e, quando houvesse conflito com a direção da faculdade ou da universidade, “o Diretório que depois de advertido, insistir na prática de atos infringente das leis universitárias ou do próprio estatuto e bem

²³⁶ Declaração de Princípios do XI Congresso Nacional dos Estudantes. *Diário de Notícias*, 29/07/1948, p. 04.

²³⁷ O Decreto da Autonomia, como foi nomeado, ainda manteve possibilidades de destituição dos diretórios acadêmicos por parte dos diretores e reitores, mas apenas quando comprovada fraude nas eleições ou quando a entidade não prestasse contas das subvenções e receitas recebidas. Quanto aos estatutos dessas entidades e as suas alterações, ainda se manteve a necessidade de que fossem apreciados pelo Conselho Técnico-Administrativo de cada faculdade ou universidade, mas os itens de cada estatuto só poderiam ser vetados quando constatados que não estavam de acordo com lei. Ainda assim, para qualquer veto constou que os estudantes poderiam impetrar recurso ao Ministério da Educação. A existência da entidade estudantil também passou a ser critério para que um novo curso fosse reconhecido pelo Ministério da Educação.

assim, o que não cumprir as decisões do Conselho Universitário, será dissolvido pelo Reitor”²³⁸.

No entanto, as intervenções dos reitores que atingiram os diretórios e centros acadêmicos se fundaram principalmente em nome das normas disciplinares de conduta dos alunos que, ao elaborarem críticas contra as direções universitárias ou aos professores, passaram a sofrer, com certa frequência, longas suspensões ou, em certos casos, serem expulsos das faculdades e universidades. O próprio presidente da UNE eleito em 1949, Rogê Ferreira, havia sido suspenso por dois anos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em decorrência de declarações consideradas *injuriosas* contra alguns de seus professores, ao lado de outros alunos que foram suspensos por períodos de um a três meses²³⁹.

Nesse espaço de tempo, há inúmeros casos de militantes do movimento universitário que foram suspensos ou expulsos em decorrência dessas normas, dentre os quais se destacam as ocorrências na Faculdade de Engenharia do Paraná e na Faculdade de Ciências Médias do Distrito Federal²⁴⁰ no início de 1950, quando o tema da autonomia pareceu ter sido mais enfatizada nos debates estudantis. No Paraná, o conflito entre alunos e a direção da Faculdade teve início no final de abril, em torno da precariedade da estrutura física do prédio, e terminou com suspensões de diversos alunos e mais de dois meses de paralisação das aulas. Já na Faculdade de Ciências Médicas, o conflito entre estudantes e a direção foi mais emblemático, colocando em evidência o questionamento ao autoritarismo no interior das universidades e, ao mesmo, colocou em cheque o ministério da Educação, que por sua proximidade com o problema da faculdade e com a UNE, foi alvo de protestos e cobranças cotidianas em meados de junho e julho de 1950, meses finais da gestão de Clemente Mariani a frente do Ministério.

As manifestações contra o diretor da Faculdade de Ciências Médicas, Prof. Rolando Monteiro, tiveram início por volta de maio de 1950, em discordância com o reajuste das mensalidades, o que motivou a suspensão de um grupo de alunos e a intervenção no Centro Acadêmico. Depois disso, os estudantes formularam diversas acusações contra o diretor, delatando irregularidades em matrículas e mudanças nas datas das provas, como forma de perseguição aos alunos suspensos. Os conflitos das duas faculdades foi motivo de uma greve nacional de 48 horas, deliberada como advertência ao Ministro da Educação e aos diretores dessas faculdades, pelo XIII Congresso da UNE²⁴¹. Terminada a greve, sem solução para o caso no Distrito Federal, os estudantes decretaram o enterro simbólico do diretor da

²³⁸ Regimento da Universidade do Brasil. *Diário Oficial da União*, 23/05/1947, p. 7018.

²³⁹ *Folha da Manhã*, 01/01/1949, p. 02.

²⁴⁰ *Diário de Notícias*, 01/05/1950 a 30/07/1950.

²⁴¹ *Jornal de Notícias*, 02/08/1950, p. 01.

Faculdade. O “funeral”, segundo a narrativa do jornal *Correio da Manhã*, partiu da Escola de Engenharia, no Largo São Francisco,

lá estava o “padre”, o acadêmico Emílio Cláudio, metido em paramentos negros, com uma cruz no peito, uma vela na mão esquerda e na direita um balde de água benta. Tinha na cabeça coberta por espesso véu negro e à cintura trazia atada uma coroa grosseira [...] Ainda no pátio, vimos o caixão do diretor tão repudiado pelos estudantes, o sr. Rolando Monteiro [...] Também apareceu a “viúva” do defunto vestida de preto e com um grande lenço em que enxugava lágrimas copiosas durante o percurso [...] A brincadeira faz o povo sorrir, e todos se acotovelam, pois querem também ver passar a “comitiva fúnebre”²⁴².

Durante o trajeto, o cortejo passou pela Av. Rio Branco e se deslocou até o Palácio do Catete, onde estudantes discursaram na expectativa de que o ministro²⁴³ se pronunciasse. Durante toda a manifestação, os estudantes cariocas exibiram cartazes com os dísticos “dinheiro + dinheiro = Rolando Monteiro” e “Quitanda ou Faculdade?”, que relacionaram o pagamento abusivo das mensalidades com os seus fins tomados apenas em conta do lucro. Nas canções entoadas, diziam os estudantes:

Ro-lan-do, mo-rre-u!
Já morreu tarde.
Mas ninguém vai chorar!
Rolando morreu de burro!
Nós queremos um buraco,
Um buraco para enterrar,
Um teimoso que está conspirando,
E se chama na gíria: Rolando.
Ai doutor,
Ai ditador,
Uma vida de burro,
Não levas jamais,
A classe já sabe,
O que faz²⁴⁴.

A questão das mensalidades da Faculdade foi resolvida depois de alguns dias, mas o que chama atenção é o desafio às autoridades universitárias, a denominação *ditador* contra o diretor e o final da canção: *a classe já sabe o que faz*. Ambas as expressões não podem ser consideradas fora do debate sobre a autonomia das entidades estudantis que vinha sendo travado no interior do movimento, notadamente contra a tutela e a coação dos movimentos estudantis.

²⁴² *Correio da Manhã*, 04/08/1959, p 15.

²⁴³ Na data da manifestação, o cargo era ocupado pelo ministro interino da Educação, Eduardo Rios Filho. Na semana seguinte, Pedro Calmon foi nomeado para a pasta.

²⁴⁴ *Correio da Manhã*, 04/08/1959, p 15.

Quanto à UNE, a questão da sua autonomia foi mais complexa, pois esteve relacionada com as dimensões que os conflitos poderiam chegar em decorrência da maior ou menor tolerância das autoridades policiais e do ministro da Educação, já que o gerenciamento do prédio da sua sede, depois de ser tomado do Clube Germânia no início da década, coube ao Governo Federal, por meio do Ministério da Educação. Nesse sentido, a realização de reuniões, conferências ou a exposição de mensagens na sede da entidade dependeu da autorização do ministro que, em diferentes momentos, ameaçou interditar o prédio da UNE e, em 1949, o fez por duas vezes no primeiro semestre. Qualquer ação que desagradasse ao Governo Federal ou ao ministério da Educação, em particular, motivava repreensões à UNE. Como relata Celso Medeiros, integrante do *Movimento Reforma* e vice-presidente da UNE, em 1948,

certa vez marcaram no Rio, uma reunião da organização pan-americana, uma reunião dos presidentes da América do Sul sob a égide dos EUA que procurava apoio. Os estudantes foram contra, mas não podíamos impedir uma reunião de presidentes. Quando a reunião começou, às 14h, com a imprensa toda presente no Hotel Glória, e o presidente da República começou a falar nós erguemos nossa bandeira e declaramos a UNE de luto por ocasião da reunião. A polícia reagiu, ameaçando tirar a bandeira. O ministro da Educação mandou me chamar no gabinete. O chefe de gabinete disse que estávamos sendo intimados a retirar a bandeira²⁴⁵.

No caso da bandeira, os estudantes conseguiram se safar, se mantendo em luto até o entardecer e a descendo, sob argumentação de que o luto não poderia ser mantido ao anoitecer. Mas as intervenções foram rotineiras e geralmente duras nos anos finais de 1940, pois conforme foi enfatizado pelo ministro Clemente Mariani:

Ao ser destinado, pelo Ministério da Educação e Saúde, o edifício da Praia do Flamengo. Nº. 132, para sede das entidades de estudantes superiores, ou sejam presentemente, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Metropolitana dos Estudantes (UME), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) e a Federação Atlética dos Estudantes (FAE), reservou-se o Ministério [...] a sua administração, estabelecendo mais, na portaria assinada pelo Ministro de então, que nenhuma reunião de entidade estranha se poderia nele realizar sem prévia autorização²⁴⁶.

Outra questão que colocou a UNE e o Ministério da Educação em choque constante entre os anos de 1948 e 1950 foi o restaurante da UNE e as verbas governamentais para a realização dos seus congressos e gastos administrativos cotidianos, o que também foi utilizado como forma de pressionar e intervir nas atividades estudantis.

²⁴⁵ Entrevista de Celso Medeiros. *CACO: 90 anos de história*, 2007, p. 88.

²⁴⁶ *Diário Oficial da União*, 10/03/1950, p. 3490.

A primeira interdição da sede e do restaurante da UNE aconteceu em janeiro de 1949, após manifestações estudantis contra o aumento nas tarifas dos bondes, no Rio de Janeiro. Depois de alguns dias de interdição, a medida foi suspensa pelo Ministro da Educação, mas em decorrência de uma nota comemorativa publicada pela UNE, “considerada uma atitude de desafio às autoridades e à lei”²⁴⁷, o ministro voltou atrás e manteve a interdição do restaurante como medida punitiva. Em seguida, em abril do mesmo ano, após o Ministro da Educação considerar a *inconveniência* da abertura do Congresso da Paz ser realizado no saguão da sede da UNE, como será visto a seguir, o prédio foi novamente interditado. A partir de então, até julho de 1950, quando as esquerdas foram derrotadas, as relações entre a UNE e o Ministério da Educação foram de confronto aberto.

Para a realização do XII Congresso de 1949, em Salvador, as verbas para as passagens dos delegados ao encontro não foram liberadas, o que fez com que a diretoria da UNE declarasse que “as dificuldades que estamos encontrando tem sido intransponíveis, daí a nossa impressão de que algo existe contra a realização do Congresso”²⁴⁸. De fato, o Ministério não liberou as verbas solicitadas pela UNE e o transporte e o patrocínio do Congresso foi arcado pelo governo da Bahia, o udenista Otávio Mangabeira.

No XIII Congresso, em 1950, os conflitos com o Ministério da Educação continuaram em torno da liberação de verbas e foi considerado como uma ação premeditada nos meios governamentais para sabotar o encontro e a diretoria da UNE²⁴⁹. Conforme declarou o Conselho Nacional de Estudantes: “depois de apreciar os motivos que tem dificultado a realização do XIII Congresso Nacional dos Estudantes, vem a público responsabilizar o Ministério da Educação e Saúde e o governo da República pelos percalços aludidos”²⁵⁰. Esse confronto continuou ácido até o Congresso, que por fim foi realizado em São Paulo, sob o patrocínio de Adhemar de Barros e da reitoria da Universidade de São Paulo (USP). A sua realização, no entanto, não modificou interpretação de que a negativa da liberação de verbas vinha sendo premeditada como forma de atacar a diretoria da UNE, o que permaneceu como oficial nos comunicados estudantis e em parte da imprensa. Conforme matéria veiculada no *Diário de Notícias*:

Não conseguiu, pois, o ministro interino da Educação, seguindo a política do sr. Clemente Mariani, a divisão dos jovens, em face do grande conclave anual,

²⁴⁷ *Diário de Notícias*, 07/01/1950, p. 02.

²⁴⁸ MEDEIROS Celso. Entrevista. *Diário de Notícias*, 08/07/1949, p. 01.

²⁴⁹ Em desespero de causa, realizarão o Congresso dos Estudantes em Minas ou São Paulo. *Diário de Notícias*, 09/07/1950, p. 01.

²⁵⁰ *Diário Carioca*, 18/07/1950, p. 02.

torpedeando as justas pretensões da entidade máxima dos estudantes. Temos noticiado as dificuldades da UNE para receber do Ministério da Educação a verba a que tem direito para tal fim. De tal forma divorciou-se o Ministério da classe estudantil que se viram os universitários na contingência de apelar para as autoridades estaduais. O ano passado, como sabem os leitores, o governador Otávio Mangabeira recebeu na cidade de Salvador os quatrocentos congressistas brasileiros, que fugiam do Distrito Federal ante as perseguições policiais e do próprio Ministério da Educação. Agora, a situação não é diferente²⁵¹.

É importante ressaltar que o conflito em torno do debate da autonomia não esteve relacionado à existência da UNE, mas principalmente com relação ao grupo político que se estabeleceu em sua direção. Essa interpretação encontra respaldo ao passo que o restaurante da UNE foi reaberto pelo Ministro Clemente Mariani no segundo Semestre de 1949, mas sob administração única da UME, então sob comando dos anticomunistas e dos udenistas, que mantiveram relações no interior do governo, principalmente com o próprio Ministro da Educação, udenista que por mais de uma vez foi homenageado pelo DE da UDN/DF e pelo DEN da UDN. Outro aspecto significativo a ser apontado é que a dependência financeira não foi fator de subserviência da UNE em relação ao Ministério da Educação. A liberação de verbas e a viabilização da estrutura dos congressos estudantis foram compreendidas como deveres do Estado e, quando a verba foi negada à diretoria da UNE, ao invés da revisão das suas posições, causou o endurecimento dos conflitos com o Ministério.

Após o XIII Congresso, derrotada a chapa de esquerda, a ascensão dos anticomunistas à frente da UNE coincidiu com a nomeação de Pedro Calmon para o Ministério da Educação, que tratou de restabelecer as relações entre o governo e a UNE, ao oferecer um almoço aos estudantes na sede do Ministério, onde Pedro Calmon surgiu acompanhado dos universitários Tarcísio de Oliveira, presidente em exercício da UNE e Paulo Egydio Martins, presidente da UME. No almoço, o ministro pegou fila e se serviu em meio aos estudantes e, ao que foi considerado como uma atitude democrática e amigável, “falou simples e à vontade com os universitários [e] prometeu estudar e atender às reivindicações estudantis”²⁵², principalmente com relação às pautas aprovadas pelo XIII Congresso da UNE.

Entre os anos de 1950 e 1953, no entanto, o tema arrefeceu, mas passou a merecer ênfase novamente em 1954, o que desencadeou os movimentos que culminaram no Decreto de 1955, sobre a autonomia das entidades estudantis, tema que será tratado no capítulo seguinte.

²⁵¹ *Diário de Notícias*, 23/07/1950, p. 04.

²⁵² *Diário de Notícias*, 13/08/1950, p. 04.

1.3.6 A adesão aos movimentos pela paz

Os movimentos pela paz tiveram início a partir de 1947, quando a URSS lançou aos partidos comunistas de todo o mundo a orientação para que se formassem movimentos nos moldes de uma grande frente antiamericana, dentre os quais o movimento pela paz foi o que mais se destacou²⁵³. Depois de lançado mundialmente, as suas primeiras ações concretas começaram a partir de 1948, quando foi realizado o I Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, na Polônia, e o I Congresso Nacional dos Combatentes da Paz, em Paris. Em 1949, o movimento mundial pela paz assumiu caráter de oposição e denúncia à preparação do Tratado do Atlântico Norte, que originou a OTAN. Nesse contexto, foi realizada a I Conferência Científica e Cultural Pró Paz Mundial, que reuniu delegações de cientistas e intelectuais de vários países em Nova York, EUA²⁵⁴, assim como se iniciaram os preparativos para a realização do I Congresso Mundial da Paz, que foi realizado em Praga e em Paris.

Com relação às campanhas desenvolvidas mundialmente pelos partidários da paz, o seu Comitê Mundial lançou um amplo movimento pela proibição das armas atômicas e, em seguida, uma campanha de assinaturas por um pacto de paz entre as cinco potências mundiais: EUA, URSS, China, Inglaterra e França. Essas campanhas se desenvolveram no contexto inicial da Guerra da Fria, em oposição à OTAN e tendo como âncora importante, a partir de 1950, a Guerra da Coreia. Além disso, o movimento significou uma tentativa de proteção contra um eventual ataque a URSS, defendeu o desarmamento mundial, acusou os EUA como responsável pelos movimentos guerreiros internacionais e lutou pela interdição da bomba atômica.

No Brasil, apesar do tema ter sido relativamente constante a partir de 1947, o movimento pela paz só se estruturou efetivamente a partir do início de 1949, com a Comissão Organizadora Provisória da Luta pela Preservação da Paz²⁵⁵ e, em seguida, com a

²⁵³ RIBEIRO, Jayme. *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na “Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas” (1950). *Revista Estudos Históricos*, RJ, vol. 21, n°. 42, julho-dezembro de 2008, pp. 261-283.

²⁵⁴ *Diário de Notícias*, 20 a 30/03/1949.

²⁵⁵ A Comissão Organizadora Provisória da Luta pela Preservação da Paz teve como objetivo reunir em seu interior, ou em seu apoio, personalidades públicas reconhecidas, dentre as quais constaram: Frei Damião Boege, Alfredo d’Escagnolle Taunay (professor), Aníbal Monteiro Machado (cientista), Arthur Bernardes (deputado), Euzébio Rocha (deputado), Graciliano Ramos (escritor), Firmino Fernandes Saldanha (presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil), Fioravanti de Piero (médico, professor e jornalista), Artur Ramos (médico, professor e escritor), Alceu Marinho Rego (advogado e jornalista), Álvaro Mandarino (presidente do Sindicato dos Diretores de Escolas Técnicas de Comércio), José Simeão Leal (médico e escritor), Quirino Campofiorito (pintor e professor), Astrogildo Pereira (escritor), Branca Fialho (educadora), Genival Barbosa (presidente da UNE), Pessoa de Andrade (presidente do Conselho Nacional da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil), Sérgio Buarque de Holanda (professor) e Aparício Toreli (Barão de Itararé). *Jornal de Notícias*, 1502/1049, p. 07.

Organização Brasileira pela Paz e pela Cultura (OBPC)²⁵⁶. Também foram organizados comitês no âmbito dos Estados, cidades, bairros, locais de trabalho, sindicatos e em faculdades, que realizaram ou participaram de encontros regionais, congressos nacionais e internacionais, comícios e movimentos com o objetivo de colher assinaturas pelo pacto entre as cinco potências. A partir de então, o movimento pela paz foi tomado como a principal tarefa dos comunistas, o que deveria permear todas as suas outras atividades, o que não deixou de ser, também, um movimento de recrutamento de novos militantes²⁵⁷.

Ao que tudo indica, também foi a partir de 1949, principalmente em relação à preparação do tratado que originou a OTAN, que as denúncias contra o movimento pela paz se tornaram mais evidentes por parte dos anticomunistas, sempre denunciados como uma manobra de agitação liderada pela URSS para fragilizar a defesa dos EUA e dos países da Europa Ocidental. Nesse sentido, passaram a ser publicados diversos artigos de analistas norte-americanos sobre o tema, do qual se destaca dentre muitos outros, “O Congresso pró-Paz Mundial”, assinado pela analista militar George Fielding Eliot²⁵⁸, que em linhas gerais, resumiu o eixo central das acusações contra o movimento pela paz.

Em seu artigo, Eliot trata a campanha pela paz como um truque aplicado pela URSS, que ao se defender como protagonista de uma “política democrática e pacifista”²⁵⁹, estaria, na verdade, disseminando movimentos de sabotagem às iniciativas de defesa contra a ofensiva do comunismo. Para esse autor, a defesa da paz e os ataques ao Tratado do Atlântico Norte estariam servindo para disseminar, tanto entre os soviéticos, quanto entre os outros povos do mundo, a ideia de que o governo e o povo russo seriam os exímios defensores da paz mundial, enquanto os norte-americanos e os britânicos estariam “formando o agressivo bloco do Atlântico Norte [...] travando a chamada guerra fria contra a União Soviética [...] organizando a corrida armamentista e estimulando o frenesi atômico”²⁶⁰, o que teria como justificativa legitimar ações ofensivas em sua própria defesa. Para Eliot, a definição do movimento pela paz foi tomada como algo límpido no contexto mundial, ou seja:

um movimento concertado para desarmar os Estados Unidos e os outros Estado ocidentais, romper o Pacto do Atlântico Norte, deixar o mundo ocidental desunido ante o poderio soviético, pela mobilização de muita gente para exaltar as belezas da

²⁵⁶ O secretário geral da OBPC foi o universitário Francisco Costa Neto, mas a Organização também contou com outros militantes ligados ao PCB, como Mascarenhas Sampaio, Astrojildo Pereira, Aristides Saldanha, Luiz Lobo Carneiro e João Alves Saldanha.

²⁵⁷ RIBEIRO, Jayme, 2008.

²⁵⁸ ELIOT, George Fielding. O Congresso pró-Paz Mundial. *Diário de Notícias*, 27/03/1949, p. 05.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

paz, sem encarar seriamente a maneira de estabelecer e manter uma paz realmente segura²⁶¹.

Ainda segundo esse mesmo autor, por fim, a guerra de opinião pública promovida pelo movimento pela paz não conseguiria minar efetivamente as iniciativas de defesa do Ocidente, mas conseguiria vitórias ao enfraquecê-las ou atrasá-las²⁶².

Em outro artigo, publicado pelo norte-americano David Mitrany²⁶³, logo após a formação da OTAN, os argumentos parecem seguir na mesma direção da análise de Eliot, no que consiste a guerra de opinião tratava entre os defensores da OTAN e o movimento pela paz. Segundo Mitrany, “o Pacto do Atlântico representou um bom argumento à propaganda comunista em suas repedidas afirmações de que os planos de unidade ocidental não passaram de planos anti-russos disfarçados”²⁶⁴, o que possibilitaria a interpretação de que as relações entre *leste e oeste* teriam se tornado irreconciliáveis. Em consequência dessa interpretação, Mitrany considerou que possivelmente os movimentos pela paz conseguiriam atrair contingentes para além dos círculos partidários, o que intensificaria as agitações políticas e sociais promovidas pelos comunistas no Ocidente.

Os dois artigos citados acima parecem resumir as linhas gerais da interpretação que o Bloco Capitalista construiu em relação aos movimentos pela paz em 1949, sobre as suas intenções e sobre os seus possíveis desdobramentos em movimentos de maior envergadura e de agitação que, por isso mesmo esboçaram as justificativas para que fossem combatidos. Essas interpretações foram intrínsecas ao combate que se travou contra os movimentos pela paz no Brasil, em especial ao discurso anticomunista nos meios estudantis.

No âmbito das organizações internacionais que reuniram jovens e estudantes nos movimentos pela paz, as principais foram a FMJD e a UIE.

A FMJD teve origem no Conselho Mundial da Juventude (CMJ), que foi organizado para reunir as juventudes antifascistas durante a Segunda Guerra Mundial. O primeiro encontro desse Conselho aconteceu em Londres, onde representantes de 29 países se reuniram em 1942. Já em 1945, ainda em Londres, o CMJ aprovou a fundação da FMJD, como uma organização destinada ao conagraamento das juventudes em âmbito mundial. No entanto, logo nos primeiros momentos da sua existência, as organizações juvenis dos países que não faziam parte do Bloco Socialista promoveram uma saída em massa da FMJD, que acabou por se

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² O Trado do Atlântico Norte foi assinado em 04 de abril de 1949, pelos EUA, Bélgica, Canadá, França, Grã-Bretanha, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega e Portugal.

²⁶³ MITRANY, David. Os Estados Unidos e o Pacto do Atlântico. *Diário de Notícias*, 06/04/1949, p. 01.

²⁶⁴ Ibidem.

tornar um espaço importante de atuação para as juventudes socialistas que não aderiram à UIJS²⁶⁵, reorganizada a partir de 1946 e de atuação e apoio obrigatórios para os jovens comunistas.

A UIE também teve a sua origem em 1945, quando ao mesmo tempo em que foi realizado o encontro da CMJ, aconteceu a Conferência Internacional de Estudantes, que deliberou a realização de um Congresso Internacional para o ano seguinte, no qual se decidiu pela fundação da entidade. A UIE passou pelo mesmo processo que a FMJD, mas as campanhas anticomunistas parecem ter lhe feito mais oposição no Brasil, possivelmente por suas relações mais sólidas com a UNE. Juntas, a FMJD e a UIE promoveram os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade, que contaram com delegações brasileiras nas suas edições de 1947, na Tchecoslováquia; 1949, na Hungria; 1951, na Alemanha Oriental; 1953, na Romênia; 1955, na Polônia; 1957, em Moscou; 1959, na Áustria; e 1962, na Finlândia. Além do Festival Mundial da Juventude, essas duas *poderosas organizações*, como foram classificadas pelo PCB, incluíram nas atividades das organizações juvenis de esquerda as suas campanhas, congressos e conselhos mundiais, o que proporcionou uma agenda de participação constante em movimentos internacionais.

Como contra ponto no cenário internacional, os norte-americanos chegaram a influenciar a fundação de outra associação internacional de estudantes, em oposição à UIE, a Coordenadoria Internacional de Uniões Nacionais de Estudantes (*abreviação em inglês* COSEC), mas que obteve pouca influência.²⁶⁶

A participação da FMJD e da UIE nos movimentos pela paz e a orientação para desencadear esse tipo de movimento entre as suas organizações filiadas tiveram início ainda nas suas primeiras atividades. Conforme indica a declaração de Armênio Guedes, representante brasileiro da JC ao Festival Continental da Juventude, que foi realizado em 1947, em Cuba, “ao encerrar seus trabalhos, a Conferência enviou uma mensagem à Federação Mundial da Juventude Democrática, manifestando seu apoio à batalha que vem travando pela paz e a democracia em todos os países”²⁶⁷.

No entanto, foi a partir de 1948 e de 1949 que a participação dos brasileiros de esquerda nas atividades da FMJD e da UIE foi traduzida a partir do centro soberano dos seus

²⁶⁵ A UIJS não aderiu a FMDJ por considerar que “sob uma máscara hipócrita de frente-única, abstrações, ‘democracia’, ‘paz’, ‘congratamento’, etc. não passa de um instrumento para ocultar as manobras stalinistas no movimento juvenil”. Três anos da União Internacional da Juventude Socialista. *Folha Socialista*, 02/01/1950, p. 06.

²⁶⁶ *Voz Operária*, 16/07/1955, pp. 06-07; <http://www.stud.uni-hannover.de> (consulta realizada em 30/11/2012).

²⁶⁷ O Festival Continental da Juventude foi convocado durante os preparativos do I Festival Mundial da Juventude. GUEDES, Armênio. Entrevista sobre sua viagem a Cuba. *Voz Operária*, 08/05/1947, p. 03.

discursos: a defesa da paz. Nesse sentido, a presença dos jovens e dos estudantes nos Festivais Mundiais passaram a ser manifestadas no âmbito da “afirmação de vontade de paz de milhões de jovens do mundo”²⁶⁸, o que esteve de acordo com as resoluções da FMJD de 1949, que renovou os apelos pela unidade e da luta pela paz, traduzida na concepção de que “o futuro pertence as forças da democracia [e de que] para conquistar a vitória, devemos nos dedicar inteiramente à luta pela paz e amizade entre os povos”²⁶⁹.

Na pauta de UIE, a ênfase sobre os movimentos pela paz ou relacionados também se expressaram quase como a totalidade das suas principais reivindicações, que no ano de 1949 foram:

1 - reforçar o trabalho dos estudantes democratas nos Comitês Nacionais de Partidários da Paz; 2 - protestar contra a militarização das universidades em certos países, tais como os Estados Unidos e contra a supressão da liberdade universitária e perseguição aos professores e estudantes democratas; 3 - condenar a utilização da ciência para fins guerreiros ao invés de destiná-la à construção pacífica e ao bem-estar da humanidade; 4 - exigir a redução dos gastos militares e aumento das verbas destinadas ao ensino; 5 - destinar um ensino democrático sem distinção de raça, de crenças e opiniões políticas; 6 - assegurar o êxito da campanha de ajuda recíproca da Semana Internacional dos Estudantes, 7 - preparar o Segundo Congresso Internacional de Estudantes para 1950²⁷⁰.

Quanto às demais campanhas internacionais realizadas em conjunto pela FMJD e pela UIE, a UNE realizou atividades principalmente em torno do Dia Internacional dos Estudantes, decretado para que fosse comemorado em 17 de novembro, data em que o estudante tcheco de medicina, Jan Opletal, da Universidade de Praga, foi assassinado por soldados alemães em 1939. Essas campanhas sempre inseriram o tema da defesa da paz mundial em seus conteúdos, como demonstra o temário da comemoração pelo Dia Internacional dos Estudantes realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, quando os estudantes realizaram conferências sobre “luta dos estudantes pela paz”, “independência nacional” e “democratização do ensino”²⁷¹, debates bastante próximos aos temas colocados em destaque pela UNE nesse mesmo ano. Já em 1950, a UNE também aderiu à Jornada Internacional Contra o Colonialismo, que deveria ser realizada entre os dias 21 e 28 de fevereiro, por meio do lançamento de manifestos, edição de boletins e atos públicos²⁷², movimento que contou com apoio dos jovens comunistas.

²⁶⁸ *Voz Operária*, 06/08/1949, p. 11.

²⁶⁹ *Voz Operária*, 17/09/1949, p. 4.

²⁷⁰ *Voz Operária*, 05/11/1949, p. 2.

²⁷¹ *Jornal de Notícias*, 17/11/1948, p. 04

²⁷² *Voz Operária*, 18/02/1950, p. 04

Durante o período em que a UNE foi presidida pelos socialistas, as resoluções da entidade contemplaram a defesa da paz mundial como uma resolução permanente dos seus congressos, o que legitimou a participação da UNE nas campanhas da FMJD e da UIE²⁷³ e o apoio à Comissão Provisória da Luta pela Preservação da Paz e a OBPC. A entidade também foi sede, ainda em 1949, da abertura do I Congresso Brasileiro da Paz, evento proibido pelo Ministério da Educação e dissolvido pelas Forças Policiais.

No entanto, a participação da UNE nas organizações de defesa da paz e o seu apoio aos eventos desse movimento não foram consensuais no interior da entidade, pois as concepções em torno da paz entre as diferentes forças que atuaram no movimento universitário tiveram diferenças significativas. Ao mesmo tempo, a defesa da paz sintetizou o discurso das suas oposições e de parte da imprensa, que consideraram a participação da entidade nesses movimentos como prova da influência do comunismo na condução de suas atividades.

Nesse sentido, ao tempo que coube aos jovens comunistas apoiar integralmente o movimento internacional pela paz impulsionado pela URSS, os socialistas construíram a concepção de que “ambos [EUA e URSS] não acreditam, embora afirmem o contrário, na possibilidade de existência pacífica dos dois sistemas. Ambos se esforçam [...] no sentido de reforçar e consolidar as suas posições e se preparam febrilmente para a guerra”²⁷⁴. Segundo consideraram os socialistas, os EUA estariam se utilizando da pressão econômica a fim de que os seus aliados definissem o lado que escolheriam para a guerra. O mesmo estaria sendo feito pela URSS, mas que além da pressão econômica, também estaria se utilizando da violência para garantir os seus apoiadores em um possível conflito armado. Frente a esse contexto, os socialistas responderam de modo descompromissado e de negativa tanto ao capitalismo quanto ao comunismo soviético, possibilitando que os socialistas democráticos se considerassem como os únicos que poderiam verdadeiramente denunciar as intenções dos dois lados envolvidos. Segundo se afirmou, aderir a qualquer um dos lados no conflito que estava sendo travado significava contribuir com a preparação da guerra, o que situou o projeto socialista como único capaz de “desmascarar todas as manobras e movimentos que, em nome da paz procuram na realidade arrastar as massas para um outro campo”²⁷⁵.

Quanto à posição dos católicos reunidos na JUC, a princípio, esteve mais próxima dos socialistas. Segundo uma das notas dessa organização, a paz mundial tinha de ser defendida

²⁷³ No final dos anos de 1940, a FMJD e a UIE tiveram como representantes brasileiros, respectivamente, Roberto Gusmão, socialista, e Salomão Malina, ligado ao PCB.

²⁷⁴ A paz mundial e a posição dos socialistas. *Folha Socialista*, ano II, nº. 36, 01/08/1949, p. 04.

²⁷⁵ *Ibidem*.

na forma de repulsa, tanto aos EUA, que representaria a “hipocrisia do capitalismo universal, que mata na sua fonte, a liberdade e a dignidade humana”, quanto a URSS, representante da “prepotência da ditadura econômica estatal”²⁷⁶. Entretanto, se os socialistas basearam as suas concepções de modo a legitimarem a saída do conflito mundial pela via do socialismo democrático, a JUC compreendeu o capitalismo e o comunismo como expressões do que considerou ser o *ateísmo prático*, o que colocou os dois blocos em oposição radical às suas metas de evangelização. Porém, a flexibilização dos socialistas e dos católicos com relação ao movimento pela paz foi bem diferente: os socialistas participaram e apoiaram os movimentos juvenis e estudantis em conjunto com os comunistas, até 1949. Enquanto isso, os católicos, depois de breve participação no movimento, se retiraram de todas as suas instâncias, inclusive renunciando ao cargo que possuía na diretoria da UNE quando esta ratificou seu apoio ao Congresso Brasileiro da Paz.

A retirada da JUC do movimento pela paz parece ter tido relação direta com o Congresso da Paz de São Paulo, realizado na primeira semana de abril de 1949. Os jucistas se afastaram do evento ainda no seu decorrer, defendendo a acusação de que foram aplaudidos quando criticaram os EUA e vaiados quando se mostraram contra a URSS, o que teria privado o direito de expressão dos seus delegados. Ainda segundo a nota emitida pela JUC, a proposta dos seus delegados não estaria sendo votada, o que motivou o protesto por parte do grupo de representantes católicos, que “ainda no meio de vaías [...] entregou um exemplar da Constituição Brasileira [e] pediu a antigos constituintes ali presentes, que a rasgassem, visto que, naquele momento atentavam contra o sagrado direito da palavra”²⁷⁷.

A negativa dos estudantes católicos em manter a sua adesão ao movimento pela paz não foi um tema secundário, pois como se verá no decorrer do trabalho, a disputa pelo apoio da JUC e dos estudantes católicos em geral foi permanente a partir dos últimos momentos da década de 1940 e importantíssima no início dos anos de 1950. A disputa em torno do apoio dos católicos não se deu apenas por conta do seu constante crescimento nos meios universitários, mas também porque em dados contextos contar com o apoio dos católicos significou legitimar acusações ou defesas contra o envolvimento dos grupos estudantis com movimentos considerados como orientados ou influenciados pelo comunismo.

Mas se entre os grupos que atuaram no interior da UNE, a participação e o sentido que atribuíram ao movimento pela paz não foi consenso, as divergências dos agrupamentos estudantis que lhes fizeram oposição foram bem mais radicais e marcadamente

²⁷⁶ Razões da nossa atitude. *Jornal de Notícias*, 05/04/1949, p. 12.

²⁷⁷ Ibidem.

fundamentadas pelo discurso anticomunista, o que motivou a formação de movimentos e grupos que, em relação com o contexto mais geral do período, repudiaram veementemente a aproximação entre a entidade nacional dos estudantes e os movimentos pela paz.

1.4 A A formação das organizações anticomunistas no Distrito Federal

Como se observou, entre os anos de 1945 e de 1947, apesar de os estudantes do PCB terem sido excluídos da unidade esboçada no Congresso da UNE de 1946, o anticomunismo não foi tema central nos meios universitários. No campo das organizações, nota-se nesse período apenas a OEAC, organizada no Paraná, que obteve alguma influência na UPE entre 1945 e 1946. Dentre as entidades estudantis, vê-se, também em 1946, as eleições para a diretoria do CACO, quando alguns estudantes ingressos na UDN, dentre eles Venâncio Igrejas Lopes, resvalaram nesse discurso ao se definirem como a “Chapa Democrática” das eleições, sob o slogan “anti-extremistas sempre, reacionários nunca”²⁷⁸, notadamente em oposição à chapa que recebeu apoio dos estudantes identificados com a esquerda independente e com os comunistas. Como as eleições do CACO eram nominais, o presidente da Chapa Democrática foi derrotado, mas fez eleger doze dos dezesseis diretores da entidade por pequena diferença de votos.

No ano seguinte, ao passo que o PCB deu início à reorganização da JC, essa mesma diretoria chegou a publicar uma nota oficial contra os jovens comunistas, mas que foi rapidamente rebatida por representantes de esquerda dos conselhos do DCE da Universidade do Brasil e da UME. Para além desses dois exemplos, apesar da crescente definição dos grupos políticos em torno da disputa pela UNE e de outras entidades estudantis, o discurso expresso pelas organizações universitárias se pautou poucas vezes pelo anticomunismo, quadro que mudou de modo significativo a partir de 1947.

A derrota da chapa que reuniu os universitários udenistas no X Congresso, em 1947, como se observou anteriormente, motivou a reação imediata do DEN da UDN, que por meio de uma das resoluções da sua Convenção Nacional, afirmou que a derrota da chapa udenista tinha origem na ação dos agitadores de esquerda que impossibilitaram as suas propostas de serem consideradas pelo conjunto estudantil. Com essa interpretação, corroborou a cobertura

²⁷⁸ *Diário de Notícias*, 26/04/1946, p. 06.

do jornal *Diário da Noite*, mas que ao invés de se referir ao abstrato *agitador*, afirmou que o X Congresso da UNE teria sido alvo da intervenção direta de

uma minoria comunista em meio a uma maioria de rapazes ordeiros, [que] foi para ali como que unicamente para agitar o ambiente com discursos que mal encobrem os seus inconfessáveis objetivos de traição ao Brasil, conseguindo, como conseguiram, sábado último na sede da União Nacional dos Estudantes, implantar a discórdia e aprovar medidas que, estamos certos, não correspondem aos legítimos anseios da grande maioria dos estudantes do Brasil²⁷⁹

Ainda segundo o *Diário da Noite*, a identificação dos comunistas estaria no repertório que fora apresentado para as ações da UNE, resumido em ataques ao governo, no protesto contra as cassações de mandatos parlamentares, na realização de comícios e debates em defesa da Constituição e dos problemas do povo. Segundo o artigo desse jornal, essas propostas só teriam sido aprovadas porque as vaías e o barulho dos comunistas impediram que alguns dos seus opositores utilizassem o microfone para protestar e, também, porque “os comunistas, audaciosos e barulhentos, deixam a maioria dos semi-indiferentes sob o regime do terror e a esta acabou sendo mesmo impingida toda a série de inconfessáveis objetivos comunistas”²⁸⁰. Além disso, ainda conforme a matéria publicada, os comunistas seriam astutos, pois ao identificar a presença de grande número de estudantes católicos no plenário do congresso, teriam feito uma “concessão” dentre as suas propostas, ao inserir na resolução sobre a paz mundial a defesa de que esta deveria ser “inspirada nos princípios básicos do Cristianismo”²⁸¹.

Entende-se que, tanto a nota do DEN da UDN quanto a matéria do *Diário da Noite* se esforçaram para enfraquecer a legitimidade da eleição realizada no X Congresso, atribuindo aos vitoriosos a estigma de grupo minoritário, pouco representativo e que só teria conseguido vencer o pleito por meios ilegítimos de censura, agitação e coação a uma parte dos estudantes presentes para aprovarem propostas que não representaram as suas opiniões. Nesse sentido, ao tempo que a interpretação do *Diário da Noite* ignorou as divisões ideológicas e partidárias entre o grupo vitorioso, construiu a dicotomia estudantes/estudantes comunistas. O primeiro grupo representaria a maioria desse segmento em âmbito nacional, enquanto o segundo seria uma pequena e ruidosa fração estudantil, formada por agitadores, traidores do Brasil e defensores de objetivos obscuros norteados pelo comunismo internacional orientado pela

²⁷⁹ *Diário da Noite*, 21/07/1947, p. 01-02.

²⁸⁰ *Diário da Noite*, p. 02.

²⁸¹ *Ibidem*.

URSS. Soma-se ainda o suposto apoio de alguns grupos católicos aos estudantes de esquerda, o que só teria se concretizado por conta da *astúcia* dos comunistas para manipulá-los.

A ênfase em torno dos católicos pode ser compreendida como um tipo de fracionamento na dicotomia estudantes/estudantes comunistas, pela qual a crença religiosa seria condição inerente de negativa a qualquer apoio aos estudantes esquerdistas, tomados indiscriminadamente como comunistas.

As interpretações do *Diário da Noite* e o argumento do DEN da UDN para a sua derrota na eleição da diretoria da UNE, apesar de ainda serem insipientes, revelaram os sentidos que as disputas estudantis tomaram no contexto de 1947. Para tanto, é significativo tentar perceber os conteúdos expressos nas disputas pela UME²⁸², pois a partir de 1945, essa entidade foi uma tradicional trincheira do mais importante núcleo dos estudantes udenistas estruturado no país. Além disso, a partir de 1947, foi na Capital da República que se formaram as mais atuantes e influentes organizações universitárias anticomunistas. Para que se formasse esse cenário, parece ter sido muito significativa a presença da sede e da diretoria da UNE na Capital, espaço onde primeiramente se desenvolveram as suas principais e mais polêmicas ações e, também, onde essas ações receberam os primeiros apoios ou protestos.

1.4.1 A eleição da UME em 1947

Assim como os estudantes udenistas tiveram força nas eleições da UNE em 1945 e em 1946, também o tiveram na UME, em processo similar: inicialmente organizados a partir da União Universitária e, posteriormente, diretamente pelo DE da UDN. Nesse sentido, após o término do mandato de Ernesto Bagdocimo, eleito presidente da UNE em 1945, o presidente eleito no Congresso da UME foi Tomar Magalhães, que em detrimento de um problema de saúde, se afastou do cargo. A presidência dessa entidade ficou, então, a cargo do udenista

²⁸² A UME/DF pode ser considerada a principal entidade estudantil regional do país. Se considerada a quantidade de estudantes de cada Estado que participaram dos Congressos da UNE entre o final dos anos de 1940, e no início de 1950, o Rio de Janeiro se manteve como a maior bancada nacional, em média com 95 delegados, sendo 75 do Distrito Federal. A segunda maior bancada foi a de São Paulo, com 90 delegados, seguida por Minas Gerais, com 75 delegados e Rio Grande do Sul, com 45 delegados. O poder adquirido pela UME/DF, no entanto, parece estar menos relacionado com a questão quantitativa e mais com a proximidade com os centros do poder nacional e com a diretoria da UNE, com a qual dividiu a mesma sede. Isso possibilitou que a entidade recebesse constantes liberações de verbas federais para os seus projetos e estive em contato direto com parlamentares e com o Ministério da Educação. Além disso, o status de ser a entidade estudantil da Capital da República lhe possibilitou lançar movimentos e reivindicações de apoio ou em sintonia com as reivindicações de outros pontos do país, porém, com mais repercussão que outras entidades. Nesse sentido, segundo afirmou Martins Filho (1987), a UME/DF foi um tradicional termômetro dos movimentos estudantis nacionais.

Tibério Nunes, reeleito em 1946, ano em que a *Metropolitana* realizou a sua primeira eleição direta para eleger a sua diretoria²⁸³.

As características de atuação da entidade carioca também estiveram de acordo com o repertório udenista entre os anos de 1945 e de 1946: tranquilidade da ordem social e política como condições para o exercício democrático, ênfase no repertório gremial, constantes atividades culturais e artísticas e participação na campanha contra a carestia. No entanto, após o X Congresso da UNE, esse repertório passou por significativas mudanças.

Para a disputa da diretoria da UME em 1947, os udenistas estiveram organizados com consistência principalmente na Faculdade Católica de Direito, destacando-se no DCE da Universidade Católica, na Faculdade Nacional de Odontologia e na Faculdade Nacional de Medicina, dentre outras nas quais disputaram espaços com outros grupos. Quanto aos estudantes ligados aos movimentos e partidos de esquerda, destaca-se a presença na Faculdade Nacional de Direito, onde o Movimento Reforma, organizado a partir de 1946, predominou na maioria das diretorias do CACO, sucessivamente lideradas por Francisco Costa Neto, em novembro de 1947, Celso Medeiros, em 1948 e José Frejat, em 1949. Os estudantes de esquerda também tiveram forte influência na Faculdade Nacional de Engenharia, na Faculdade Nacional de Filosofia e na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro²⁸⁴. Foi a partir deste quadro no interior das faculdades, do impacto do resultado das eleições da UNE e dos debates nacionais em torno da cassação do registro e dos mandatos do PCB e do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Rússia que udenistas e esquerdistas deram início à disputa pela diretoria da UME.

O movimento para o IV Congresso Metropolitano dos Estudantes teve início logo após o término do Congresso da UNE, com a convocação do Conselho de Representantes da UME. Reunido em setembro, o Conselho deliberou que o IV Congresso deveria ser realizado no início de outubro e as eleições nos últimos dias deste mesmo mês. Além da data do Congresso e das eleições, os representantes reunidos no Conselho também aprovaram apoiar a Campanha Pró Exploração do Petróleo. Segundo a resolução do Conselho,

a União Metropolitana dos Estudantes, reconhecendo o alto patriotismo que inspira a diretoria da UNE na campanha nacional do Petróleo, não vendo qualquer manobra

²⁸³ Diferente da grande maioria das entidades estudantis, que tinham as suas diretorias eleitas durante os congressos, a UME/DF, a partir de 1946 separou as suas eleições. Assim, primeiro era realizado o Congresso Metropolitano dos Estudantes, onde se aprovavam as teses e princípios da entidade e eram eleitos os estudantes do Tribunal Eleitoral Metropolitano de Estudantes (TEME), responsável por organizar e fiscalizar as eleições. Ao término dos congressos, as chapas formadas para disputar as eleições se inscreviam no TEME e davam início as campanhas para a eleição direta.

²⁸⁴ Esse quadro corresponde a um cenário mais ou menos fluído entre 1947 e 1948.

política na referida campanha, resolve hipotecar solidariedade à entidade máxima dos estudantes nesta benemérita batalha pela exploração do petróleo em nosso país²⁸⁵.

Nota-se que, se considerado a posição do DEN da UDN de apoio à tese nacionalista do petróleo, não há contradição no apoio da Metropolitana a essa mesma campanha, já que os udenistas cariocas estiveram de acordo com essa posição. No entanto, parece contraditório que ao mesmo tempo em que os udenistas consideraram a nova diretoria da UNE como resultado da vitória dos agitadores e deveria estar sob constante vigilância, tenha sido considerada inspirada pelo patriotismo e isenta de interesses políticos. Essa resolução só foi possível pela ação dos estudantes de esquerda, que tentaram exemplificar na nova diretoria da UNE a superioridade e isenção dos seus repertórios. Com isso, a aparente contradição tem de ser compreendida em relação às disputas e na acomodação dos diferentes grupos no interior das entidades estudantis, assim como na intermediação entre os grupos dirigentes e o conjunto estudantil em suas instâncias deliberativas.

Em seguida, quando o IV Congresso Metropolitano se reuniu, os estudantes de esquerda foram encurralados durante os debates sobre o rompimento diplomático entre o Brasil e a Rússia, pois votaram contra a proposta dos udenistas, que insistiram numa mensagem ao presidente Dutra, pelo qual a UME hipotecou irrestrita solidariedade ao Governo Federal pela decisão de romper as relações diplomáticas com a Rússia²⁸⁶. Essa ação foi combatida em todas as suas frentes de atuação pelos estudantes de esquerda que, conforme aprovado nas resoluções do X Congresso da UNE, passaram a defesa da paz e amizade entre todos os povos do mundo.

Com relação ao processo eleitoral para a nova diretoria da entidade, se formaram duas chapas. A primeira, denominada Movimento Universitário de Resistência Democrática (MURD), presidida pelo udenista Hélio Rocha; a segunda contou com apoio dos estudantes de esquerda e foi denominada Reerguimento da União Metropolitana (RUM), presidida pelo estudante de Engenharia Ricardo Greenhalgh.

Durante os debates estudantis travados no Conselho, o IV Congresso e as eleições da UME, o grupo liderado pelo DE da UDN/DF teve no anticomunismo a principal característica do seu discurso, fato que marcou as mudanças ocorridas no interior do seu principal núcleo nacional. Se em 1945 os udenistas defenderam que a UNE, e por correlato, as entidades estudantis em geral tinham de atuar com apoio de todos os estudantes e livre da influência

²⁸⁵ Secretária de Imprensa e Publicidade da UME. *Diário de Notícias*, 03/10/1947, p. 08.

²⁸⁶ Secretária de Imprensa e Publicidade da UME. *Diário de Notícias*, 24/10/1947, p. 08.

partidária, o que resultou em relativa tolerância na convivência com diferentes pensamentos partidários, em 1947 o tratamento aos estudantes de esquerda chegou ao oposto.

Considera-se para tanto a identificação da chapa udenista, que abandonou o lema “Liberdade e Cultura”, centro das suas práticas entre os anos de 1945 e de 1946, para se assumir como um *movimento de resistência democrática*, neste caso, em resistência a outro movimento de estudantes, considerado como comunista. Esse aspecto, considerado no contexto em que os conflitos entre EUA e URSS passaram a repercutir no cenário nacional, parece revelar bastante sobre a concepção que começou a emergir entre os universitários udenistas e o diálogo com o contexto mais geral do período, o que parece ter contribuído para que parte do núcleo dos estudantes udenistas abandonasse o discurso democrático e tolerante com a liberdade de pensamento por posições antidemocráticas e reacionárias.

Quanto à RUM contou com apoio dos estudantes de esquerda, principalmente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia e do Movimento Reforma. Dentre as suas propostas, destaca-se a defesa da moralização da UME, ênfase nas demandas gremiais dos estudantes e na acusação de que os udenistas estariam se utilizando das entidades estudantis para interesses partidários e particulares, em detrimento dos interesses estudantis. Nota-se que ao defender a moralização e o fim dos interesses partidários expressos no predomínio da UME pelos udenistas, a RUM atacou um discurso característico do DE da UDN, voltado para a independência dessas entidades. Além disso, a constante ênfase dos esquerdistas sobre as temáticas políticas mais gerais foi substituída pela defesa dos repertórios gremiais, como a melhoria dos serviços de alimentação, moradia e do barateamento do livro didático, problemáticas sensíveis entre os estudantes do Distrito Federal, principalmente se considerada a alta migração de jovens de outros Estados para as escolas superiores cariocas.

A guerra de acusações e denúncias mútuas que teve início na formação das duas chapas foi contínua durante a disputa eleitoral, extrapolou os muros universitários e marcou o cotidiano do Distrito Federal durante o mês de outubro, pois além das constantes notas oficiais de acusação e de defesa de ambas as chapas, publicadas em alguns dos jornais da Capital, o debate estudantil envolveu diretamente as vinculações e as intenções partidárias dos universitários envolvidos na disputa, o que também foi expresso em programas e entrevistas às rádios do Distrito Federal e cartazes com acusações e mensagens mútuas de desqualificação.

Em um desses manifestos, enviado pela MURD às rádios da Capital para que fosse lida no dia anterior à eleição, os udenistas lembraram que os universitários reunidos na RUM eram liderados pelos mesmos “comunistas” que haviam votado contra os interesses

brasileiros durante no IV Congresso da entidade, pois foram contra o rompimento diplomático entre Brasil e Rússia. Nesse sentido, a MURD se esforçou para situar a disputa entre as duas chapas nos termos da dicotomia democracia/comunismo, traduzida como uma luta entre o bem o e mal. Segundo a nota que foi transmitida,

Existem duas correntes: Uma, MURD – Movimento Universitário de Resistência Democrática, cuja denominação bem exprime os ideais desta corrente – defesa da Democracia! Outra o RUM – Reerguimento da União Metropolitana – nome singelo e simples com que usando a mesma tática de sempre, procuram os comunistas soviéticos, infiltrados nas classes estudantis engodar, a boa fé dos estudantes cariocas²⁸⁷.

Na aclamação de encerramento do manifesto, a MURD expressou de modo mais enfático que o coleguismo e a tolerância entre universitários de direita e de esquerda havia se esgotado e alertou os estudantes cariocas: “Vote amanhã! Não falte as urnas que os nossos inimigos bolchevistas lá estarão! Pela vitória da Democracia sobre a Ditadura vote com o MURD, destroçando os ideais moscovitas dos líderes vermelhos do RUM”²⁸⁸.

Depois de apuradas as urnas, o TEME declarou a vitória da MURD, que obteve 2.476 contra 1.927 votos. Com a publicação dos resultados, o *Diário Carioca* expressou a sua opinião quanto à disputa estudantil, por meio de um editorial intitulado *A mocidade contra o comunismo*²⁸⁹.

A princípio, a opinião desse jornal seguiu o caráter geral da campanha eleitoral, nos termos da dicotomia entre os democratas da MURD e os comunistas sob as ordens de Moscou da RUM, mas foi além em dois aspectos. Em primeiro, no sentido de que os estudantes formariam a força motriz do futuro, dentre os quais estariam sendo formados os dirigentes do país, motivo pelo qual teriam se tornado a prioridade dos comunistas, sempre com a intenção de lhes destruir os ideais democráticos e, conseqüentemente, colocar em risco o futuro do país. Elevado ao plano de um problema nacional que comprometeria a formação da identidade democrática da Nação, a opinião que se construiu nesse artigo foi de que não bastavam as lições propriamente estudantis de negativa ao comunismo, mas de que, a exemplo da presença dos vermelhos em outros segmentos sociais, precisaria ser combatido energicamente pelos poderes públicos, de modo que “que não se pode invocar as fórmulas democráticas quando se trata de combater os inimigos da Democracia”²⁹⁰.

²⁸⁷ Os comentários das estações radiofônicas. *Diário Carioca*, 29/10/1947, p. 02.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ A mocidade contra o comunismo. *Diário Carioca*, 29/10/1947, p. 04.

²⁹⁰ Ibidem.

O editorial do *Diário Carioca* reforçou a concepção que foi se formando entre os grupos estudantis que se propuseram a combater os movimentos inspirados pelos ideais de esquerda, não apenas no sentido da dicotomia democracia/comunismo, mas também de que os estudantes compreendidos como comunistas eram inimigos e, para além da resistência dos universitários democratas, tinham de ser combatidos com a força da repressão. Rapidamente os universitários de esquerda foram sendo esquecidos enquanto estudantes e sendo representados como os comunistas soviéticos, de modo que se defendeu a repressão contra a sua ação e pensamento.

No mês seguinte às eleições, em novembro de 1947, o DE da UDN/DF prosseguiu no ataque ao comunismo e publicou um manifesto em homenagem aos militares legalistas que haviam combatido o levante armado arquitetado pelos comunistas em 27 de novembro de 1935.

Segundo o manifesto, era necessário se dedicar às soluções dos problemas nacionais para que esses não motivassem as agitações e o terrorismo dos comunistas, assim como apelar para que o povo defendesse a democracia e fizesse com que, mesmo que os comunistas se empenhassem em um novo levante armado, o país não caísse novamente na ditadura iniciada em 1937. Esse apelo não poderia ser feito aos comunistas, os quais, segundo o manifesto, seriam surdos a esses apelos, pois teriam como intenção arrastar o Brasil para um abismo²⁹¹.

Percebe-se, por meio do manifesto dos universitários udenistas, que a defesa da tranquilidade política e social para o exercício e manutenção da democracia expressou que a defesa da ordem passou a se relacionar com o combate ao comunismo, movimento que abrigaria os causadores das agitações políticas e sociais e que, em resposta a esses movimentos, é que estaria a possibilidade da ordem constitucional ser relegada ao segundo plano, o que justificou o combate ao comunismo dos udenistas frente à possibilidade das suas ações motivarem uma nova ditadura no Brasil.

1.4.2 A eleição da UME/DF em 1948 e o surgimento da Aliança Libertadora Acadêmica

No primeiro semestre de 1948, ao passo que a UNE intensificou a Campanha Pró Exploração do Petróleo, os ataques ao que se considerou ser a *influência ou a infiltração* comunista em seu interior continuaram.

²⁹¹ Manifesto ao povo brasileiro pela passagem deste 27 de novembro, DE da UDN/DF. *Diário de Notícias*, 28/11/1947, p. 06.

Ainda no início do mês de março de 1948, o jornal *Diário Carioca* lançou um questionamento público à diretoria da UNE sobre “o alheamento em que se conservam as classes intelectuais ante os atentados a liberdade que se cometem nos países ocupados pela URSS”²⁹². Com notável intenção de questionar a posição ideológica da diretoria, o jornal perguntou por que a entidade não havia se manifestado sobre a repressão a uma passeata estudantil anticomunista realizada poucos dias antes pelos universitários da Tchecoslováquia.

A resposta veio pelo secretário de imprensa e propaganda da UNE, Zilmar Madeira de Matos, que alegou vagamente que a entidade era solidária aos estudantes tchecos, mas que as informações que haviam sido transmitidas até então não eram oficiais e que os poucos informes confiáveis que surgiram eram confusos. Em seguida, o estudante alegou que existia a União dos Estudantes da Tchecoslováquia, além do país ser sede da UIE, e que nenhuma dessas entidades havia transmitido qualquer comunicado sobre os acontecimentos, o que para as ações nos meio estudantis foi equivalente a informações oficiais.

No mesmo mês, o *Diário Carioca* voltou ao ataque, agora, ao publicar um novo editorial, intitulado *Os comunistas e os estudantes*. A opinião do jornal foi uma crítica severa ao movimento dos universitários ligados à UNE pela melhoria da alimentação estudantil no Distrito Federal, que após protesto promovido por alguns estudantes, invadiram a cozinha do restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que funcionava na sede da UNE. O motivo do protesto foi chamar atenção para a necessidade de reparos, mas mesmo com a desocupação da cozinha, o restaurante fechou momentaneamente as portas, alegando que a sua estrutura havia sido depredada pelos estudantes.

Munido dessas informações, o *Diário Carioca* alegou que o protesto teria sido desnecessário, pois além da alimentação servida aos estudantes ser mais barata e de melhor qualidade que a consumida pela maioria da população, os problemas referentes à alimentação estariam sendo todos resolvidos pelo Ministério da Educação. De acordo com o editorial, esses protestos fariam parte da insistência dos comunistas que estavam infiltrados entre os universitários, que estariam sempre prontos para inventar reivindicações referentes à alimentação. Conforme a opinião do jornal,

Os últimos acontecimentos da União Nacional dos Estudantes vêm ilustrar uma vez mais os métodos e os propósitos da ação comunista. Ilustrativo ao mesmo tempo a perseverança e obstinação que os caracteriza, qualidade, aliás, representativa do sentido de automatismo que possui sua ação, invariavelmente, de uma palavra de ordem a que seguem cegamente, e aí dos que não o fazem.²⁹³

²⁹² *Diário Carioca*, 05/03/1948, p. 02.

²⁹³ Os estudantes e os comunistas. *Diário Carioca*, 28/03/1948, p. 02.

Por fim, o editorial apontou que os comunistas eram impossíveis, e mesmo após serem repelidos em seus protestos pela maioria dos estudantes, sempre voltavam a rearticular as suas reivindicações, que como encerrou a opinião do Diário Carioca, “é uma obra satânica [...] seu programa é agravar as dificuldades, torná-las se possível, insolúveis, arrastar ao desespero todas as classes, por todos os recursos, a fome inclusive”²⁹⁴.

Os ataques à diretoria da UNE, no entanto, foram mais intensos apenas no primeiro semestre desse ano, pois arrefeceram após o XI Congresso da entidade nacional, em julho, quando a participação da JUC na diretoria da UNE foi traduzida como o isolamento dos estudantes comunistas e fizeram surgir os movimentos independentes de estudantes, sempre traduzidos como grupos que se distanciaram ou negaram a participação tanto dos comunistas, quanto dos anticomunistas. As análises das fontes não possibilitaram identificar a composição dos movimentos estudantis independentes, mas eles pareceram expressar as posições defendidas tanto pelos socialistas quanto pelos católicos: nem capitalismo, nem comunismo.

As articulações consolidadas no Congresso da UNE e a pressa com que a entidade se pronunciou para afirmar a identidade cristã e democrática da nova diretoria, o que foi ressaltado na afirmação de que os comunistas e os integralistas haviam sido excluídos da chapa vitoriosa, repercutiram no quadro estudantil do Distrito Federal, mas de maneira complexa. Para as eleições de 1948, formaram-se novamente duas chapas. A primeira, identificada com a diretoria atual, se autodenominou como uma Frente Acadêmica Democrática (FAD). A segunda, Movimento Estudantil Independente (MEI), foi inspirada na composição da diretoria da UNE e em sua linha de trabalho.

O que caracterizou a FAD foi a intenção de se organizar como uma frente permanente de estudantes pautados pela luta contra a participação dos universitários comunistas nas entidades estudantis. Apesar desses objetivos já terem se expressado na eleição de 1947, se observa que, naquele momento, havia uma chapa concorrente identificada com os movimentos de esquerda nos quais os comunistas tinham participação. Além disso, a MURD foi um movimento elaborado nas entranhas do DE da UDN/DF ou sob sua liderança sobre o conjunto estudantil.

A diferença da MURD para a FAD é de que, apesar da participação dos udenistas, a sua liderança na FAD não foi nítida, o que caracterizou a *Frente* como um movimento que abrigou novos grupos estudantis e universitários independentes, os quais assumiram o

²⁹⁴ Ibidem.

anticomunismo como prioridade militante, alguns deles sem denominação alguma, mas que foram se organizando para disputar as eleições no interior das faculdades cariocas. Dentre essas, principalmente na Faculdade Nacional de Engenharia, na Faculdade Nacional de Medicina e na Faculdade Nacional de Direito, onde se estabeleceu a Aliança Libertadora Acadêmica (ALA).

Com essa composição, a FAD abrigou e foi apoiada por grupos que não participaram formalmente das estruturas partidárias existentes e, em sua maioria, nem foram filiados ou tiveram qualquer responsabilidade com partidos políticos. Isso fez com que o discurso anticomunista expresso pela chapa ultrapassasse a disputa eleitoral, ou seja, a FAD não se posicionou contra a influência dos comunistas representada na sua chapa de oposição, mas como um movimento permanente dedicado a combater o comunismo e os estudantes comunistas em todos os lugares e a qualquer momento. Em suma, se formou um tipo de movimento dentre os universitários cariocas que não precisou mais da presença física de outra chapa para se identificar predominantemente pelo anticomunismo. Desse modo, a negativa ao comunismo passou a ser expressa como princípio da ação política, norteados pelo imaginário de que os comunistas estariam em todos os lugares sempre a exercer sua influência para destruição moral dos estudantes e para lhes insuflar à violência e as causas *estranhas* ao movimento estudantil.

Nota-se que, no plano da ação apresentado pela FAD para a eleição da UME, o seu objetivo de sanear os meios estudantis da influência do comunismo foi minucioso e amplo, com a pretensão de

impedir que da União Metropolitana se apossassem movimentos, grupos ou pessoas que encubram ou possam encobrir campanhas, ideias ou atitudes anti-patrióticas e antidemocráticas, subordinadas à influência de partidos ou doutrinas que procurem através da entidade prover suas campanhas insidiosas ou pregar seus fins subversivos²⁹⁵.

Quanto aos objetivos da MEI, o repertório se manteve bastante próximo com relação aos pontos defendidos no ano anterior pela MURD. Conforme o manifesto lançado em 1948, afirmou-se que a UME teria se tornado uma entidade esquecida pelos estudantes, “completamente enfraquecida, inexpressiva e nada representativa dos interesses dos nossos colegas do Distrito Federal, uma entidade de cúpula, enfim”²⁹⁶. Como plano de ação, a MEI propôs recuperar a UME por meio da integração dos problemas estudantis sentidos

²⁹⁵ A Noite, 28/10/1948, p. 10.

²⁹⁶ Manifesto da MEI. *Diário de Notícias*, 31/10/1948, p. 14.

isoladamente em cada faculdade, construir um restaurante próprio, ampliar a assistência médica e odontológica para melhorar o nível de vida dos estudantes, adquirir uma pequena gráfica para a publicação de livros, intensificar os programas culturais, reivindicar descontos nos eventos de entretenimento, organizar uma biblioteca e reivindicar a fundação de uma Universidade Federal na Capital²⁹⁷. Segundo a afirmação da MEI, o seu programa e o caráter independente de que necessitariam as entidades estudantis estava sendo desenvolvido na UNE, com o resultado das últimas eleições.

Com a configuração das duas chapas, a principal mudança que se verificou nas eleições para a UME de 1948 foi a ausência de acusações mútuas, mesmo que a FAD tenha assumido um discurso mais radical do que a MURD no ano anterior. Apesar de algumas farpas, um dos expoentes da FAD, Nem de Moraes Medeiros, presidente do Diretório da Faculdade Nacional de Educação Física, chegou a declarar que “as forças acadêmicas se apresentaram com real entusiasmo, dentro, porém, de um clima de cordialidade”²⁹⁸.

No entanto, não se verificou essa cordialidade na cobertura de parte da imprensa, que se posicionou em favor da FAD. Nesse sentido, o jornal *A Manhã* afirmou que a FAD teria agregado os “elementos mais ponderáveis dos nossos meios universitários”²⁹⁹ e que todos os prognósticos finais da eleição tendiam à sua vitória. Para o *Diário Carioca*, a FAD era a representante democrática, enquanto a MEI, uma substituta para antiga RUM e, para *A Noite*, a FAD seria a reação da “classe estudantil contra o comunismo”³⁰⁰, caracterizada por congregar os estudantes contrários ao extremismo. Dentre as publicações consultadas, a que mais atacou a MEI foi o *Diário da Noite*, que situou a eleição como a luta entre os democratas e os extremistas ao afirmar que

Um dos movimentos – Movimento Estudantil Independente – é de tendência nitidamente esquerdista e, embora congregue alguns democratas iludidos em sua boa fé, reúne, principalmente, elementos comprovadamente comunistas [enquanto] a outra corrente [a FAD], mais numerosa e sob a direção de estudantes reconhecidamente democratas convictos e batalhadores honestos das causas de real interesse dos universitários.³⁰¹

Ao final da eleição, a campanha da imprensa em favor da FAD não conseguiu evitar que a chapa fosse derrotada pela MEI por uma diferença de apenas 75 votos dentre os quase cinco mil votantes. No entanto, diferente da MURD, a Frente anticomunista dos estudantes

²⁹⁷ Ibidem..

²⁹⁸ *A Manhã*, 02/11/1948, p. 03.

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ *A Noite*, 28/10/1948, p. 02..

³⁰¹ *Diário da Noite*, 29/10/1948, p. 15.

cariocas não se desfez imediatamente após as eleições, se mantendo organizada pelo menos até os primeiros meses de 1949. Desse modo, quando se realizou a escolha do Conselho de Representantes da UME, que contava com um representante de cada faculdade da Capital, a FAD se sobrepôs à MEI. Assim, os estudantes de esquerda ocuparam a diretoria da entidade, enquanto os anticomunistas tiveram maioria no seu Conselho.

Ainda em 1948, a Aliança (ou Associação) Libertadora Acadêmica (ALA), passou a disputar as eleições no interior da Faculdade Nacional de Direito, para a diretoria do CACO. A ALA começou a ser organizada a partir de 1947, em oposição ao Movimento Reforma e se estruturou na forma de um partido acadêmico de caráter anticomunista. A organização da ALA se deu em uma estrutura formal, com presidente, diretoria e conselho administrativo, cargos que foram preenchidos por meio de assembleias convocadas para esse fim. Quanto aos seus princípios e objetivos, segundo declaração de Valdo Ramos Viana, um dos membros da organização entre 1947 e 1948 e, seu presidente em 1949 e 1950, o grupo anticomunista havia se estruturado a partir da identificação da “ofensiva de caráter comunista naquele estabelecimento de ensino superior [na Faculdade Nacional de Direito], por força de elementos que insistem em deturpar o sentido democrático que reside no espírito dos acadêmicos brasileiros”³⁰². Ainda segundo Ramos Viana, esse era um movimento pernicioso promovido pelos vermelhos, o que fez com que a ALA se atribuísse o papel de “expurgar os comunistas não só do Centro Acadêmico Candido de Oliveira, como das demais Faculdades, da União Metropolitana dos Estudantes, da União Nacional dos Estudantes e do Diretório Central de Estudantes [da Universidade do Brasil]”³⁰³.

Durante o final dos anos de 1940, a ALA não conseguiu vencer o Movimento Reforma, situação inversa no início dos anos de 1950, quando os anticomunistas gozaram de relativo prestígio no interior da Faculdade Nacional de Direito, o que lhes possibilitou publicar manifestos anticomunistas com grande número de assinaturas e vencer algumas das eleições para o CACO. No entanto, o que mais se destacou com a formação da ALA foi o surgimento de uma organização de universitários voltada principalmente às práticas anticomunistas, o que, no final dos anos de 1940, ampliou o corpo de estudantes pautados pela recusa militante ao chamado *credo vermelho* e à sua suposta influência nos meios universitários.

Ressalta-se que o radicalismo da ALA alterou o cotidiano universitário no interior da Faculdade Nacional de Direito que, principalmente a partir do final de 1948, passou a ser

³⁰² *A Manhã*, 23/04/1949, p. 07.

³⁰³ *O Globo*, 12/04/1949, p. 01-12.

marcado por manifestos de denúncias contra estudantes supostamente comunistas, acusações de fraude nos processos eleitorais de CACO e troca de socos e pontapés em reuniões estudantis. O auge desses confrontos aconteceu entre 1949 e 1950, quando por meio de publicações anônimas e também do seu jornal, intitulado “O Libertador”, a ALA intensificou o movimento de denúncia contra estudantes de esquerda e terminou sendo fortemente criticada pelo DCE da Universidade do Brasil quando, no decorrer de um dos Conselhos do CACO, seus integrantes promoveram cenas de “ameaças, agressões e utilização de armas de fogo no recinto da Faculdade Nacional de Direito”³⁰⁴.

Na resposta dos estudantes de esquerda, a ALA foi qualificada como um grupo de estudantes supostamente financiados por agentes da polícia, que teriam como meta enfraquecer a unidade estudantil em torno da luta política e incriminar os repertórios dos grupos universitários a que fazia oposição. As denúncias do envolvimento da ALA com a polícia se tornaram acusações generalizadas nos anos seguintes, sendo que a maioria dos estudantes anticomunistas, até o início dos anos de 1960, foi tratada como agentes policiais.

Essas práticas também respingaram sobre a UNE em formas de brigas no interior da sua sede entre anticomunistas e estudantes de esquerda ou em cenas como um indivíduo que saltou de um carro em frente à sede da UNE “exibindo claramente um revólver à cintura e arrancou os cartazes alusivos ao XII Congresso Nacional”³⁰⁵.

1.4.3 As interdições da sede da UNE em 1949 e o surgimento da Coligação Acadêmica Democrática

Como se apontou anteriormente, durante o primeiro Semestre de 1949, a sede da UNE foi interdita em dois momentos. O primeiro foi em janeiro, após a ocorrência de um protesto contra o aumento das tarifas de transporte, luz e gás proposto pela Light, sob a argumentação de que a empresa precisaria aumentar a sua arrecadação para garantir o aumento salarial reivindicado pelos trabalhadores da empresa. O segundo foi em abril, quando a UNE cedeu o Salão Nobre da sua sede para que fosse realizada a sessão solene de abertura do I Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz.

Nenhuma dessas duas ações, apesar de terem contato com adesão e apoio da UNE, foi promovida diretamente pela entidade, mas exaltou nos opositores da sua diretoria o discurso em favor da criminalização e as acusações de que os comunistas estariam se utilizando do

³⁰⁴ *Diário de Notícias*, 01/07/1950, p. 04.

³⁰⁵ *Diário de Notícias*, 08/07/1949, p. 02.

movimento estudantil para agitar o cenário nacional e de que a diretoria da UNE seria conivente com essas intenções. Nesse sentido, as motivações e a proximidade das duas interdições repercutiram com força na imprensa e acirraram as posições dos estudantes udenistas e dos anticomunistas que, em janeiro, condenaram os protestos contra a Light, considerados excessivos e, em abril, passaram a reivindicar a renúncia do presidente da entidade, Genival Barbosa, considerado um *inocente útil* sob a influência dos comunistas.

Os anúncios do aumento nas tarifas de transporte, luz e gás da Light começaram a ser publicados em meados do mês de dezembro de 1948 e teriam as suas porcentagens definidas por uma comissão governamental formada pelos ministros da Viação, do Trabalho, da Agricultura e pelo prefeito do Distrito Federal. A reação às majorações partiu da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários (AMES), com apoio da União Nacional dos Estudantes Secundários (UNES), que qualificaram qualquer aumento de tarifas da

empresa imperialista Cia. Carris Luz e Força do Rio de Janeiro [...] lesivo aos interesses não só do povo, mas de toda a nossa Nação, uma vez que este sorvedouro da nossa economia detém em suas mãos a maior parcela da produção de energia hidroelétrica do país³⁰⁶.

Em seguida, como resultado de uma das reuniões sobre a Light que foram realizadas na sede da UNE, foi deliberada a criação da Campanha Contra o Aumento de Tarifas dos Transportes, Luz e Gás, que elegeu como membros de honra da sua Comissão Central o deputado Euzébio Rocha (PTB), o general Juarez Távora, o presidente da UNE, Genival Barbosa, o presidente da UME, Bento Ribeiro, o presidente da UNES, José Bezerra de Oliveira Lima e o presidente do DCE da Universidade do Brasil, Olidair Ambrósio. Já no início de janeiro de 1949, em reunião que também foi realizada na sede da UNE, o movimento foi renomeado para União Popular Contra o Aumento da Light. Dentre as suas principais ações, realizaram-se movimentos para fomentar a opinião pública e sensibilizar as autoridades contra o aumento das tarifas, entregou-se um memorial com cerca de 600 assinaturas à Comissão responsável pela majoração e realizaram-se protestos e comícios no Distrito Federal.

A formação do movimento e a entrega do memorial, no entanto, não sensibilizaram a Comissão, a qual divulgou que os aumentos poderiam chegar a 50% em algumas linhas de bondes e entre 5% a 7% nas tarifas de luz, gás e telefone³⁰⁷.

³⁰⁶ Manifesto da UNES. *Diário de Notícias*, 23/12/1948, p. 06.

³⁰⁷ *Diário Carioca*, 05/01/1949, p. 12.

Com a decisão final sobre o aumento, a Comissão Central da campanha programou protestos e comícios para o dia 06 de janeiro. Nessa data, grupos de estudantes apedrejaram bondes da Light nas proximidades do Colégio Pedro II, mas a maior concentração aconteceu na Praia do Flamengo, em frente à sede da UNE, onde os estudantes, em sua maioria secundários, tentaram incendiar um dos bondes que trafegava no local. Em resposta, foi enviada uma tropa policial de choque ao local, que foi recebida a pedradas pelos estudantes que, em seguida, se abrigaram no interior da sede da UNE, onde levantaram uma barricada de mesas e cadeiras para impedir a entrada da polícia.

Após a chegada de reforços policiais e do presidente da UNE, Genival Barbosa, foi estabelecida uma trégua nos termos de que a polícia não invadiria a sede da entidade e os estudantes envolvidos compareceriam à polícia espontaneamente para prestar esclarecimentos sobre o incêndio. Em seguida, os cerca de 200 estudantes que estavam abrigados na UNE baixaram a barricada, mas alegando estar sob ordens, um grupo de agentes do DOPS invadiu a sede para prender os estudantes supostamente envolvidos na tentativa de incêndio. Controlada a situação pelo DOPS, foram presos cerca de trinta estudantes, dentre eles, Ludgero Waines, Corsino Brito, Renê Brito, Israel Chaminowitch e Evandro Cartaxo Sá, todos sob acusação de pertencerem a células de juventude do PCB e ao Movimento de Resistência Juvenil (MRJ), que supostamente seria um espaço de atuação para a JC³⁰⁸. Além desses, também foram presos dois periodistas do jornal *Imprensa Popular*, órgão ligado ao PCB: Marco Antônio Batista Sampaio e Humberto Teles Machado de Souza.

Dentre os acusados de participar do incêndio, mas que teriam conseguido escapar, foi amplamente divulgada a presença de Justino Prestes de Menezes³⁰⁹, tido como primo de Luiz Carlos Prestes e que não era estudante, o que foi imediatamente considerado como evidência de que militantes comunistas de fora do movimento estudantil estariam se utilizando dos estudantes para promover ações violentas³¹⁰. Nos dias seguintes, o DOPS ainda efetuou a prisão de mais seis estudantes quando saíam de uma reunião na sede do CACO, na Faculdade Nacional de Direito.

Para completar o quadro de ligações entre os comunistas e os protestos, havia a prisão do estudante José Bezerra da UNES e presidente de honra da Comissão Central da Campanha. A prisão de Bezerra aconteceu nos últimos dias de 1948, quando logo após o lançamento da Campanha Contra o Aumento da Light, uma patrulha do DOPS flagrou Bezerra e os

³⁰⁸ *Diário de Notícias*, 07/01/1949, p. 09.

³⁰⁹ Nos dias seguintes, Justino de Menezes publicou uma nota na imprensa alegando que no dia dos protestos, estava doente e em casa.

³¹⁰ *Diário de Notícias*, *A Noite*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, 24/12/1948 a 16/01/1949.

estudantes Marcos Jacob Weinberg e Miguel Malogolowkin pichando muros no Distrito Federal. Conforme a nota publicada pelo DOPS, os estudantes pertenceriam ao PCB e ao MRJ e foram presos sob acusação de as pichações terem sido de propaganda comunista e alusivas ao aniversário de Luiz Carlos Prestes³¹¹.

Com o conflito na sede da UNE, o prédio foi interditado imediatamente após a prisão dos estudantes, assim como o restaurante que funcionava no local, o que fez com que a entidade se abrigasse na sede do DCE da Universidade do Brasil, de onde mobilizou um movimento pela imediata reabertura do prédio da Praia do Flamengo. Esse movimento, além do apoio de diversas entidades estudantis, contou com o apoio oficial do PSB, que chegou a oferecer a sua sede para abrigar a UNE, e de parlamentares de diversos partidos. A UNE também enviou memoriais que foram lidos na Câmara de Deputados, um protesto ao Departamento de Organizações Não Governamentais da ONU, pelo qual solicitou intervenção internacional no caso e manifestos públicos que enfatizaram que

estamos certos de que [a interdição da sede] não passa de mero pretexto [...] a UNE não se responsabiliza nem pode ser responsabilizada por excessos e depredações, fruto da exaltação popular [...] não será pela violência que se fará calar a voz da juventude. Solenemente os estudantes se comprometeram a continuar na luta, agora com renovado vigor, até que seja recuperada a nossa sede que tomamos dos alemães e que por todos esses anos tornou-se em nossas mãos um tradicional reduto da democracia³¹².

A reação aos protestos contra a Light foi dual, tanto na imprensa, quanto nos meios estudantis. Na imprensa carioca, de um lado considerou-se o movimento justo, mas exagerado, a exemplo do *Diário de Notícias* que avaliou que

embora louvável a iniciativa que visa defender a bolsa sacrificada do carioca, é lamentável, contudo que, na realização da mesma, haja ocorrido esse incidente, que mesmo sendo atribuído ao entusiasmo com que os jovens agem nessas circunstâncias, não pode deixar de ser censurado, visto comprometer o bom conceito da classe³¹³.

Por outro lado, o *Diário da Noite* atribuiu a depredação dos bondes aos

agitadores comunistas infiltrados entre os estudantes [que] provocaram rumores na Av. Passos e Praia do Flamengo [...] A cidade voltou a viver, na noite de ontem, momentos de intensa emoção, originados por um grupo de rapazes, posteriormente identificados como elementos pertencentes ao Movimento de Resistência Juvenil, que outro não é, se não, o antigo Comitê do extinto PCB, denominado Juventude

³¹¹ *A Noite*, 28/12/1948, p. 09; *Diário de Notícias*, 29/12/1948, p. 02.

³¹² *Diário de Notícias*, 08/01/1949, p. 02.

³¹³ *Diário de Notícias*, 07/01/1949, p. 09.

Estudantil Comunista, cujas atividades, [obedecem] tão somente à implantação da desordem³¹⁴.

Quanto aos meios estudantis, as reações seguiram no mesmo sentido. De um lado, manifestações de solidariedade à UNE e de condenação à depredação dos bondes, mas sem que recorressem às acusações de que os protestos teriam sido obra dos estudantes comunistas. De outro, as organizações e estudantes udenistas e os anticomunistas independentes que também protestaram contra a interdição da sede, mas atribuíram as depredações à presença dos comunistas, que teriam como intuito arrastar a UNE para os seus fins subversivos.

Conforme nota oficial, o DEN da UDN declarou que lamentava “tais acontecimentos [a depredação do bonde e a interdição da sede da UNE] e, ao protestar contra possíveis violências praticadas, reprova, entretanto, de maneira incisiva, movimentos como o do dia 06 de janeiro, conduzidos por elementos reconhecidamente comunistas que se serviram da condição de estudantes para perturbar a ordem”³¹⁵.

Na declaração dos seus militantes, o udenista Anísio Rocha, editor do jornal *O Combate*, de oposição à UNE, foi no mesmo sentido, ao declarar que os membros do jornal eram “a favor da campanha contra o aumento das passagens de bondes e demais serviços da Light [mas] discordamos, porém, com veemência, dos métodos dos seus orientadores comunistas, que tudo fizeram para lançar a UNE contra a polícia”.³¹⁶ Já o Diretório da Faculdade Nacional de Odontologia, presidido pelo udenista e militante anticomunista João Jacinto Nascimento, atacou as entidades sob a alegação de que os diretores da UNE e da UME haviam permitido que se

desenrolassem na sede de tais entidades fatos cujas consequências não poderiam deixar de ser as que, no momento, tantas apreensões e dificuldades causam à maioria esmagadora dos estudantes superiores do Distrito Federal [...] não se justifica que a sede das entidades seja o local escolhido para o Quartel-General de meia dúzia de elementos de um partido fora da lei, a fim de organizarem campanhas extra oficiais e de alteração da ordem pública e depredação da propriedade privada³¹⁷.

Entre as duas interpretações, o relatório final do DOPS sobre a prisão dos estudantes tornou oficial – e oficioso – a versão de que “evidenciou-se que a quase totalidade dos desordeiros [que participaram do protesto] pertencem ao extinto Partido Comunista, e que da há muito, vinham promovendo agitação subversiva nos meios estudantis”³¹⁸.

³¹⁴ *Diário da Noite*, 07/01/1949, p. 10.

³¹⁵ *Diário de Notícias*, 08/01/1949, p. 02.

³¹⁶ *Diário de Notícias*, 08/01/1949, p. 20.

³¹⁷ *Diário de Notícias*, 09/01/1949, p. 03.

³¹⁸ Relatório do Processo de prisão do DOPS. *Diário de Notícias*, 14/01/1949, p. 01.

No entanto, os protestos contra a interdição ecoaram sobre o governo e a sede da UNE foi liberada alguns dias após os protestos, mas em decorrência de um manifesto publicado pela entidade, interpretado como um desafio à lei e ao Ministério da Educação, o restaurante que funcionava na entidade continuou interditado, como medida punitiva.

Consoante ao movimento pela reabertura da sede da UNE, foi organizada a Comissão Pró-Libertação dos Estudantes Presos, com apoio da UNE, da UNES, da AMES, da UME e da Comissão de Solidariedade aos Presos Políticos. Essa Comissão foi liderada por Roberto Gusmão, que depois de organizar manifestações contra a interdição da UNE em Minas Gerais, se deslocou para o Distrito Federal, e por Francisco Costa Neto, da Faculdade Nacional de Direito. A Comissão assumiu o papel de organizar a defesa dos estudantes e de arrecadar finanças para o pagamento dos advogados e para a fiança dos estudantes. Por fim, após a colaboração financeira de centros e diretórios estudantis e da Comissão de Solidariedade aos Presos Políticos, foram liberados os 28 estudantes que em 15 de janeiro ainda estavam presos³¹⁹. Com esse movimento, conseguiu-se que os estudantes se livrassem de serem incluídos na Lei de Segurança sob acusação de crime político, ao contrário de José Bezerra e de seus dois colegas, que continuaram encarcerados e recebendo o apoio da Comissão Pró-Libertação dos Estudantes.

Após o fim da interdição da sede e da libertação dos 28 estudantes, a UNE passou a organizar o movimento pela reabertura do restaurante, denunciou a intransigência do ministro Clemente Mariani no caso e atacou o motivo da prisão dos estudantes, que teria sido forjada com o intuito de incluí-los na Lei de Segurança e que eles teriam sofrido todo tipo de maus tratos durante o encarceramento. De acordo com o memorial da UNE lido na Câmara Federal pelo deputado Euzébio Rocha,

em consequência dos fatos ocorridos na noite do dia seis do corrente, além da interdição da sede da UNE, deu-se a prisão de mais de trinta estudantes, inclusive menores, num flagrante lavrado de maneira a contradizer os mais elementares princípios jurídicos, num flagrante forjado para a aplicação da Lei de Segurança do Estado Novo. Enviados à Polícia Central, foram submetidos a toda sorte de vexames, inclusive espancamentos bárbaros, como se deu no caso do estudante e oficial da reserva Evandro Cartaxo de Sá, já espancado no ato da prisão. Transferidos para o Presídio do Distrito Federal, esses estudantes, mantidos em incomunicabilidade, foram jogados em cubículos infectos de onde, mais tarde, até os colchões lhes arrancaram, deixando assim aqueles que se recusaram a vestir o uniforme azul de detento comum, dormirem nus sobre os ladrilhos úmidos³²⁰.

³¹⁹ *Diário de Notícias*, 16/01/1949, p. 01.

³²⁰ Pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre os acontecimentos da UNE. *Diário de Notícias*, 20/01/1949, p. 03.

Apesar das denúncias da UNE contra os maus tratos da polícia, a mobilização que de fato se estruturou foi pela reabertura do restaurante, o que motivou a formação da Comissão Central do Restaurante da UNE, encarregada de liderar o movimento e da qual a FAD exigiu participar.

Percebe-se que na ocorrência dos protestos contra a Light, o discurso pela criminalização dos estudantes comunistas se expressou com força. Se até então o imaginário da presença e da influência comunista nos meios estudantis estava relacionada mais aos repertórios e às ações estudantis, quando consideradas exageradas ou perturbadoras, não havia se produzido até então nenhum caso de repercussão que servisse como forma de legitimação das acusações de parte da imprensa, dos estudantes udenistas radicais e dos estudantes anticomunistas independentes. As ocorrências de janeiro de 1948 suprimiram todos esses quesitos: a apreensão de estudantes fichados no DOPS como militantes comunistas, a suposta presença de comunistas que não eram estudantes no interior do movimento, bondes apedrejados, confrontos com a polícia e a utilização da sede da UNE para a preparação de todo o movimento.

Nesse sentido, o significado do combate aos comunistas entre os estudantes foi se formando sobre as bases da ausência dos seus direitos em decorrência das ideologias que professava e pela justificativa de que o comunista, quando estudante, estaria apenas se utilizando da sua condição para fins revolucionários, o que na interpretação feita do comunismo correspondeu a uma tentativa de minar ou destruir a frágil democracia brasileira construída após a queda do Estado Novo e, portanto, passiva de ser reprimida a todo custo para que os meios estudantis fossem saneados dos movimentos de protestos sociais e da perspectiva de mudanças políticas radicais.

Após os protestos contra a Light, esse discurso se aprofundou ainda mais em torno dos conflitos motivados pela realização do I Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, realizado no Salão Nobre da UNE, principalmente a partir do momento que o Congresso resultou em tiroteio, quebra-quebra e com uma nova interdição do prédio da UNE.

Como se observou anteriormente, a defesa da paz constou no repertório dos estudantes de esquerda e nas resoluções da UNE desde 1947, mas não havia se sobressaído como um dos temas mais polêmicos até 1949. No entanto, no contexto da formação da OTAN, liderada pelos EUA, e o impulso aos movimentos antiguerreiros, com os preparativos para o I Congresso Mundial dos Partidários da Paz, liderado pela URSS, fez com que o tema se destacasse no cenário internacional e nacional.

No Brasil, o debate em torno desse movimento parece ter se tornado mais evidente com o noticiário dos encontros pela paz de outros países e, principalmente, após ter se formado a Comissão Organizadora Provisória da Luta pela Preservação da Paz e a OBPC, que deu início aos preparativos dos congressos regionais e ao I Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, onde no início de abril, esperava-se impulsionar esse movimento no país e eleger os representantes brasileiros ao Congresso Mundial, que teria início entre os dias 20 e 23 de abril, em Paris. O sinal de alerta, no entanto, soou mais alto depois que a Rádio de Moscou passou a divulgar que depois “de uma gigantesca manifestação de paz realizada no Rio de Janeiro, foi decidido efetuar um congresso de paz brasileiro”³²¹ e que os jornais começaram a publicar as informações das agências internacionais de que os partidos comunistas da Europa teriam focado toda sua propaganda para o Congresso Mundial da Paz, “tão intensa [a propaganda] que os círculos diplomáticos indicaram que, talvez, o Congresso se converta na principal arma de Moscou para equilibrar a derrota diplomática sofrida pela União Soviética ao ser assinado o Pacto de Defesa do Atlântico Norte”³²².

A preparação do Congresso da Paz teve início pelos encontros regionais, que com o apoio de diversas entidades estudantis foram realizados no Estado do Rio, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará, Pernambuco e Bahia. As reações aos congressos regionais, no entanto, foram diferentes. No Estado do Rio, o encontro foi inicialmente proibido de ser realizado e, em São Paulo, apesar de alguns jornais, a exemplo de *O Globo*, terem insistido sistematicamente nas denúncias de que o Congresso “é de inspiração moscovita e obedece a mais um plano traçado aos comunistas do mundo inteiro”³²³, o encontro foi permitido, mas terminou com o material de divulgação impressa apreendido pela polícia e seis participantes presos, acusados de subversão³²⁴.

O Congresso de São Paulo também municiou os críticos à relação que se estabeleceu entre o movimento pela paz e os estudantes, pois a JUC se retirou do encontro em seu segundo dia e, no último, sob o argumento de que as finalidades do Congresso haviam sido desvirtuadas, um grupo de estudantes liderados pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo e da Faculdade Paulista de Medicina também se retiraram³²⁵. No entanto, foi em torno do Congresso Brasileiro que as polêmicas mais repercutiram.

³²¹ *Diário de Notícias*, 26/03/1949, p. 01.

³²² *Jornal de Notícias*, 06/04/1949, p. 01.

³²³ *O Globo*, 01/04/1949, p. 01.

³²⁴ *Correio da Manhã*, 07/04/1949, p. 01.

³²⁵ *Ibidem*.

O Congresso Brasileiro foi marcado para acontecer entre os dias 9 e 10 de abril, quando deveriam ser aprovadas as resoluções do encontro e indicados os representantes brasileiros ao Congresso Mundial. A sessão solene de abertura foi marcada para acontecer na sede da UNE, que sob o argumento de que o evento não tinha fins partidários e estava de acordo com as resoluções aprovadas pela entidade, liberou a utilização do local. As outras sessões de debates, marcadas para o último dia do Congresso, deveriam ser realizadas no Clube Astral, alugado pela OBPC. Um dia antes do Congresso, porém, o ministro Clemente Mariani, que regressava da Bahia, convocou o presidente da UNE para alertá-lo que o Governo havia considerado inconveniente que a abertura do Congresso acontecesse em um prédio público, assim como comunicou que a polícia estava avisada da sua proibição na Praia do Flamengo. As negociações entre a UNE e o Ministério da Educação para a liberação do encontro continuaram até a manhã do início do Congresso, quando foi acordado que a sessão solene definitivamente não seria realizada na sede da entidade³²⁶.

A partir da decisão de proibir a abertura do Congresso na sede da UNE, a versão que se tornou oficial foi a de que Genival Barbosa teria ido até a sede da OBPC comunicar oficialmente à Organização que a abertura teria de ser realizada em outro local e que, enquanto Genival fora chamado para uma discussão em uma das salas da sede da OBPC, o grupo responsável pela sessão de abertura, ignorando a decisão proibitiva, se dirigiu para a sede da UNE e deu início aos trabalhos, o que foi prontamente reprimido pela polícia.

A tentativa de abrir a sessão foi feita por Francisco Costa Neto³²⁷, mas frente ao confronto que se iniciou, nem mesmo chegou a se efetivar, terminando com tiros disparados pela polícia no Salão Nobre, quebra-quebra de mesas e cadeiras entre os congressistas e os policiais, seis prisões e 28 feridos à bala ou por escoriações, dentre eles, quatro agentes da polícia. Além disso, após a dispersão dos congressistas, a sede da entidade foi novamente interditada³²⁸. Nos dias seguintes, as prisões continuaram com a invasão da sede da OBPC e diligências policiais, que culminaram na prisão de mais 37 pessoas para interrogatório. Por

³²⁶ *O Globo, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Carioca*, 08/04/1949 a 15/04/1949.

³²⁷ Segundo depoimento de Francisco Costa Neto, sobre a abertura do Congresso da Paz: “precisávamos abrir um congresso para eleger os delegados que iriam para o Congresso Mundial em Paris. No dia do congresso, veio uma ordem do governo proibindo a realização. Mas havia uma questão de honra para o partido que sustentava o movimento da paz [o PCB]. Tínhamos que eleger os delegados abertamente. Foi feita, então, uma reunião [...] todos começaram a olhar para mim e eu acabei indo [...] quando cheguei ao plenário, repleto de policiais [...] minha atividade seria o seguinte, abrir o congresso, porque assim você declara quem foi realmente eleito [...] o polícia, que estava comandando, veio rompendo tudo com um revólver, por detrás da mesa, e eu, achei que ia morrer ali”. Entrevista de Francisco Costa Neto. In: *CACO: 90 anos de história*, 2007, p. 78.

³²⁸ *Ibidem*.

sua vez, a UNE tentou dar uma resposta imediata à abertura do Congresso e lançou críticas por sua decisão ter sido desrespeitada e se desfilou imediatamente da OBPC³²⁹.

O entendimento de que a OBPC e os congressistas haviam desrespeitado a decisão da UNE e o confronto com a polícia na tentativa de abrir o Congresso repercutiram com uma avalanche de acusações contra os comunistas e a diretoria da UNE. Nas manchetes dos jornais, se afirmou, dentre outras, que a abertura do Congresso teria sido um “golpe baixo dos comunistas para lançar os estudantes contra o governo”³³⁰ e que “apesar da proibição, os agitadores entraram em ação, para realizar o Congresso a viva força”³³¹. Ainda para o jornal *A Noite*,

esse turbulento “Congresso pela Paz”, meio de que se valeram os elementos comunistas para fazerem a mais desenfreada campanha anti-democrática, tem suas raízes, conforme ficou amplamente provado pela polícia, no famoso Congresso Mundial de Wroclaw, onde delegados de 45 países se reuniram para dar início à farsa da pregação da doutrina da paz, enquanto os russos se armavam para a guerra³³².

O comunicado oficial do DOPS também foi nesse mesmo sentido, ao afirmar que “elementos comunistas, ou simpatizantes, desrespeitando ordens do ministro da Educação e do presidente da UNE, reuniram-se na sede desta entidade para a realização de um congresso de feição comunista”³³³.

Ao mesmo tempo, surgiram acusações de que a responsabilidade das ocorrências novamente tinha de recair sobre a diretoria da UNE, a qual havia permitido que os estudantes comunistas obtivessem espaço na condução política da entidade, assim como a necessidade dessas iniciativas serem reprimidas no interior do movimento estudantil, como na opinião expressa pelo *Diário Carioca*, de que

os agentes provocadores russos aproveitaram-se da debilidade mental do presidente da UNE, que servindo aos interesses dos agitadores, abandonou o dos estudantes. Os estudantes patriotas que são felizmente enorme maioria, na apreciação dos fatos, saberão distinguir o direito de manifestar uma opinião livre da intenção renegada de servir as ambições de uma potencia estrangeira [a URSS]. Para os transviados, incapazes de distinguir a malignidade da ação inimiga dentro do país – torna-se urgente uma legislação repressiva, que preserve a mocidade brasileira da contaminação que lhe acarretará tantos prejuízos e sofrimentos, como amargas desilusões³³⁴.

³²⁹ Comunicado oficial da UNE sobre o Congresso da Paz. *Diário de Notícias*, 10/04/1949, p. 01.

³³⁰ *Diário de Notícias*, 10/04/1949, p. 01.

³³¹ *Diário da Noite*, 11/01/1949, p. 01.

³³² *A Noite*, 12/04/1949, p. 04.

³³³ Nota do Departamento Federal de Segurança. Ibidem.

³³⁴ SOARES, J. E. de Macedo. Agressões Bolchevistas. *Diário Carioca*, 10/04/1949, p. 01.

No entanto, o ataque mais frontal contra o presidente e a diretoria da UNE surgiu no interior do próprio movimento universitário, o que reuniu estudantes da ALA, conselheiros da UME eleitos pela FAD e estudantes anticomunistas independentes e do DE da UDN. O movimento contra a diretoria da UNE surgiu expresso em dois manifestos. O primeiro, publicado pela ALA, e o segundo, publicado por estudantes anticomunistas de diferentes faculdades e reproduzido em grande parte da imprensa como a reação “as nefastas atividades do comunismo no meio da classe”³³⁵.

No manifesto da ALA, os universitários da Faculdade Nacional de Direito se consideraram como os precursores de uma nova campanha abolicionista inspirada em Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, mas agora, com o objetivo de combater o que denominaram ser a *paz dos escravos*, que seria pregada pela URSS “nesta hora em que a liberdade estremece ameaçada e a humanidade vacila sob o peso de uma nova escravidão”³³⁶. Para a ALA,

Quem poderia imaginar, que nesta Era Atômica, um navio negreiro aparecesse, exercitando o seu comércio infame? Quem poderia prever, após a exaltação libertária do século passado, que nós presenciáramos, agora, a mais objeta escravidão? No entanto, a Rússia é um navio negreiro, o encouraçado negreiro, que sobre as ondas da História, deixa uma esteira de sangue. E enquanto, sob o céu livre, no alto desse navio, o pavilhão da foice e do martelo arrogante desafia os abutres de Wall Street, lá em baixo no porão imundo, as almas de todos os escravos do planeta dançam desesperados sob o chicote da ideologia comunista.

Junto com o manifesto de combate ao comunismo, os dirigentes da ALA, dentre eles Waldo Viana Ramos, Manoel Faustino e Helio Sakser de Souza também lançaram veementes ataques à diretoria da UNE, que teria permitido que os estudantes comunistas se apossassem da sede da UNE com livre acesso a todos os seus movimentos e decisões internas o que, para a ALA, justificou que lançassem um movimento pela renúncia de Genival Barbosa, pois

os últimos fatos relacionados com a UNE puseram m evidência a pessoa de Genival Barbosa. A sua atitude, dúbia e vacilante, fez com que se processassem as tropelias desagradáveis, das quais participaram as autoridades constituídas. A posição que tomou nos leva ao seguinte raciocínio: ou o Sr. Genival Barbosa é inocente e, pusilâmine, deixando-se, destarte, enlaçar-se pelas maquinações bolchevistas e, por conseguinte, é incompetente para os elevados encargos que lhe foram cometidos e deve renunciar, ou, então, deve afastar-se, também, porque a sua conivência, a que se acrescenta a omissão, impõe a sua renúncia³³⁷.

³³⁵ *O Globo*, 01/04/1949, p. 01.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ Declaração sobre a posição da ALA. *O Globo*, 12/04/1949, p. 12.

O segundo manifesto foi resultado de uma assembleia de estudantes universitários realizada no Distrito Federal dois dias após a interdição da UNE, que por seus porta-vozes, declarou-se em combate ao comunismo e, em seguida, defendeu a renúncia do presidente da UNE. Conforme o manifesto,

as ocorrências do dia 6 de janeiro deste ano e 9 do corrente, que culminaram com uma segunda interdição da sede do órgão máximo representativo dos estudantes, em tão curto espaço de tempo, embora verificadas naquele local, foram de responsabilidade de elementos inteiramente estranhos à classe, liderados por membros do extinto partido comunista [...] tal infiltração só foi possível em virtude das facilidades concedidas pelo acadêmico Genival Barbosa, que possibilitou um ambiente propício às referidas agitações [...] como resultado das mencionadas facilidades, tais indivíduos passaram a ter livre acesso, a qualquer hora, a todas as dependências das UNE, chegando ao ponto de intervir abruptamente nos órgãos deliberativos das nossas entidades de classe³³⁸.

Nesse sentido, a assembleia resolveu “manifestar publicamente sua desconfiança à atual diretoria da UNE, recomendando, antes que a situação assuma maior gravidade, a sua renúncia coletiva, única solução viável no momento”³³⁹.

Esse segundo manifesto reuniu os estudantes que formaram a base de uma nova organização nos meios universitários: a Coligação Acadêmica Democrática (CAD), que foi a reunião de um grupo de estudantes com diferentes vínculos partidários tendo como ponto de condensação a militância anticomunista no interior do movimento. Dentre os estudantes que assinaram o documento estiveram Zilmar Madeira de Matos, da Faculdade Nacional de Filosofia, antigo secretário de Imprensa e Propaganda da UNE, conselheiro da UME e membro do DE da UDN/DF; Nem de Moraes Medeiros, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, porta-voz da FAD em 1948 e conselheiro da UME; Roano Neurauter, da Faculdade de Medicina e conselheiro da UME; Antero Martins Fernandes, presidente do Diretório da Faculdade de Economia e Finanças, membro do DE da UDN/DF, tesoureiro da UME em 1947 e atual conselheiro dessa entidade; Epiphanyo Alves Figueiredo, da Faculdade Nacional de Direito e membro do DE da UDN/DF; Mário Ferreira da Silva, da Faculdade Nacional de Direito; Manuel Faustino, da Faculdade Nacional de Direito e militante da ALA; José de Castro Freire, da Faculdade Nacional de Direito; Anísio Rocha, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, membro do DE da UDN/DF e diretor do jornal *O Combate*; João Jacinto do Nascimento, presidente do Diretório da Faculdade Nacional de Odontologia, membro do DE da UDN/DF e conselheiro da UME; Valdo Ramos Viana, da Faculdade Nacional de Direito e

³³⁸ Pedem a renúncia coletiva da UNE. *Diário de Notícias*, 13/04/1949, p. 01

³³⁹ Ibidem.

presidente da ALA; Hamiltom de Andrade, da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, membro do DE da UDN/DF e conselheiro da UME; Antônio Portugal Correia, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e membro do DE da UDN/DF; e Michel Hannas, da Faculdade Nacional de Medicina.

Esse grupo passou a realizar reuniões e assembleias no Distrito Federal e, no mês de maio de 1949, elegeu a diretoria da CAD, que contou com Antero Martins Fernandes, presidente; Zilmar Madeira de Matos, vice-presidente; Romano Neurauter, secretário geral; Nader Nabak, tesoureiro; João Jacinto Nascimento, presidente da Comissão Fiscal; Hamilton Cavalcanti de Andrada, vice-presidente da Comissão Fiscal; Valdo Ramos Viana, secretário da Comissão Fiscal; e Amado Mena Barreto, tesoureiro da Comissão Fiscal.

Nesse mesmo mês de maio, a UNE realizou o primeiro Conselho Nacional de Representantes após a interdição de abril, no qual, após os protestos e os ataques à diretoria, fizeram com que Genival Barbosa renunciasse à presidência da entidade, que em seguida foi assumida pelo socialista Ubaldo de Maio, de São Paulo. Com a renúncia de Genival, o Conselho considerou o caso da interdição da sede por encerrado e ratificou a sua posição pela defesa da paz mundial e pelo entendimento entre os povos³⁴⁰.

No entanto, se o caso da interdição foi encerrado, a agitação e o radicalismo que foram se consolidando entre os estudantes universitários não arrefeceu.

1.4.4 A Coligação Acadêmica Democrática e o XII Congresso Nacional dos Estudantes

De acordo com o manifesto de fundação da CAD, a organização se denominou como uma reação dos estudantes democratas “em consequência da ação perturbadora desenvolvida por agitadores conhecidos que procuram transplantar para as entidades de classe ideologias perniciosas e partidarismos”³⁴¹. Nesse sentido, apesar de o Congresso da Paz e de a segunda interdição da sede da UNE terem sido elementos motivadores para a sua organização, a CAD pareceu um movimento bastante próximo ao modelo de como foi estruturada a FAD nas eleições para a UME, ou seja, um movimento interpartidário com adesão de estudantes anticomunistas independentes com o objetivo comum de combate à influência dos estudantes comunistas e, principalmente, nas suas entidades.

No entanto, a CAD superou a informalidade e a regionalidade da FAD, tendo sido fundada como uma organização juridicamente constituída e ampliou os seus objetivos na

³⁴⁰ *Diário de Notícias*, 20/05/1949, p. 04.

³⁴¹ *Diário Carioca*, 21/05/1949, p. 03.

tentativa de liderar um movimento de âmbito nacional de saneamento das entidades estudantis. Isso possibilitou que a CAD chegasse a receber verbas oficiais³⁴² e empenhar os seus diretores em viagens ao Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Estado do Rio, Minas gerais, Ceará e Pernambuco com o objetivo de angariar apoio e formar uma frente de estudantes anticomunistas para o XII Congresso da UNE.

A tentativa de liderar um movimento nacional e a forte repercussão causada pela fundação da CAD possibilitaram que alguns intérpretes do movimento universitário considerassem que “os estudantes reacionários [a CAD] compareceram decididos a ganhar, de qualquer maneira, as eleições [do XII Congresso da UNE], trazendo consigo, para isso, uma organização fascista disposta, inclusive, a recorrer à força física”³⁴³, e de que a CAD teria sido “um fato novo [que] viria a prenunciar o crescimento das forças reacionárias dentro do Movimento Estudantil [e que] preparou-se para ganhar de qualquer forma a [sua] direção”³⁴⁴.

Apesar de essas interpretações estarem de acordo com as práticas de violência que a CAD ajudou a disseminar no interior do movimento universitário e de que, de fato, a organização foi importante para simbolizar os objetivos dos estudantes anticomunistas, a CAD não foi, como já observado, uma experiência nova e a sua força parece ter sido bastante supervalorizada. Isso porque no contexto de 1949, a CAD não conseguiu ampliar os seus quadros nem angariar apoios que a fortalecessem. Além disso, a organização enfrentou resistência e ataques acirrados de quase todos os lados e terminou o XII Congresso da UNE tendo sido alvo de uma resolução aprovada por unanimidade em repúdio às suas práticas. Isso fez com que a CAD tivesse vida efêmera e, apesar dos seus militantes remanescentes terem participado ativamente da campanha que derrotou as esquerdas estudantis em 1950, nominalmente a influência e o crescimento da organização foram elementos praticamente nulos.

A primeira reação à CAD aconteceu logo após a sua fundação, ainda no mês de maio de 1949, quando o DE da UDN/DF recebeu denúncias de que a organização seria a autora de atos violentos, brigas e discussões em eleições, assembleias e reuniões estudantis no Distrito Federal. A resposta surgiu em uma reunião do DE da UDN/DF realizada na tarde do dia 30 de maio, quando foi deliberada a demissão dos cadistas Zilmar Madeira de Matos e João Jacinto do Nascimento dos cargos que ocupavam no Departamento. Além disso, a reunião deliberou

³⁴² A CAD recebeu destinação de verbas por emendas parlamentares na Câmara de Vereadores do Distrito Federal e pela Câmara dos Deputados. *Diário de Notícias*, 13/11/1949, p. 06; *Diário Oficial da União*, 21/03/1950, Suplemento II, p. 2439.

³⁴³ POERNER, 1995, p. 168.

³⁴⁴ MENDES JUNIOR, 1982, pp. 54-55.

que a partir de então nenhum estudante udenista estava autorizado a expressar qualquer opinião em nome da UDN, a não ser que diretamente autorizado pelo presidente do DE da UDN/DF, Arnaldo Lacombe³⁴⁵.

Em seguida, o DE da UDN/DF continuou dificultando a permanência dos cadistas no interior do Departamento, até que na III Convenção dos Estudantes Udenistas do Distrito Federal, realizada em setembro de 1949, foi divulgado que, “dando prosseguimento á publicação das suas resoluções [...] vem trazer ao conhecimento do público uma medida [...] que consistiu em expulsar de seus quadros estudantes filiados ao partido, mas pertencentes á Coligação Acadêmica Democrática”³⁴⁶.

A expulsão dos cadistas foi motivada menos por sua defesa de combate ao comunismo e mais por suas práticas de violência, o que foi considerado contrário “às tradições e aos princípios democráticos que sempre tem norteado a UDN”³⁴⁷, mas também revelou o limite do anticomunismo expresso pelo Departamento que, por sua maioria, decidiu não compartilhar os seus militantes ou ter qualquer participação que responsabilizasse o Departamento pelos atos da CAD. Esses limites foram bastante ampliados no período seguinte, a partir de 1950, pois uma nova geração de anticomunistas radicais conseguiram predomínio no interior do DE da UDN/DF.

Em resposta, os estudantes expulsos partiram para o ataque alegando que o DE da UDN/DF precisaria ser saneado dos estudantes “politiqueiros” e que a UDN, “que em 1945 se propunha a manter uma ‘eterna vigilância’, dormiu muito cedo. Foi para o poder logo a deixaram. Hoje em dia, alguns dos senhores que tem assento no Legislativo, sob bandeira udenista, é que precisam ser vigiados”³⁴⁸. Isso pode indicar que o grupo de estudantes udenistas que integrou a CAD também tinha divergências em relação à política adotada pela UDN, principalmente à participação no governo Dutra, o que enfrentou resistências de alguns setores do DE da UDN.

A maior reação à CAD, no entanto, aconteceu no decorrer do XII Congresso da UNE, quando os cadistas foram cotidianamente atacados pela maioria das forças políticas e movimentos presentes, de modo que foi construída a imagem de que a CAD teria sido um grupo formado nas entranhas do Ministério da Educação e com envolvimento e financiamento da polícia para atuar nos meios estudantis.

³⁴⁵ *Diário de Notícias*, 01/06/1949 a 10/06/1949; 20/09/1949 a 25/09/1949.

³⁴⁶ Departamento Estudantil da UDN, secção Distrito Federal. *Diário de Notícias*, 25/09/1949, p. 04.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ Manifestam-se os estudantes atingidos pela medida. *Diário de Notícias*, 05/10/1949, p. 08.

O XII Congresso da UNE aconteceu entre os dias 17 e 24 de julho, em Salvador, e teve como convidado para acompanhar todas as sessões plenárias o Secretário de Educação da Bahia, Anísio Teixeira, o qual contribuiu nos debates de uma das prioridades que surgiu para a UNE com a tramitação da LDB: a reforma do ensino. O tema que se tornou mais polêmico nos primeiros dias do Congresso, no entanto, foi a CAD. Os cadistas comparecem ao Congresso em doze delegados, todos do Distrito Federal e ligados aos manifestos que protestaram pela renúncia de Genival Barbosa no mês de abril.

As reações contra a CAD surgiram ainda na abertura do Congresso, quando Evaldo Solano Martins, presidente da UEB e anfitrião da UNE em Salvador, acusou a presença dos cadistas e afirmou que todos eles seriam estudantes ligados à polícia com o objetivo de tumultuar o Congresso. As denúncias de Solano ecoaram no jornal *Diário de Notícias*, o qual enviou jornalistas especiais para acompanhar o Congresso e se pautou nitidamente por criticar os estudantes ligados à CAD, os quais teriam sido “condenados ali mesmo pelos estudantes e pela imensa multidão na praça, que exigia o retorno ao Rio dos falsos estudantes e verdadeiros policiais”³⁴⁹. Nos dias seguintes, as acusações continuaram com denúncias de oradores socialistas, jucistas e udenistas das bancadas do Rio Grande do Sul, Paraná, Estado do Rio, Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Bahia e Amazonas, todas no sentido de tentar provar que a CAD era um órgão policial.

Por fim, três ações simultâneas parecem ter encerrado o debate. Em primeiro, o discurso de Rogê Ferreira, presidente da recém-fundada UEE/SP e eleito presidente da UNE no XII Congresso, que afirmou categoricamente que seria “com essas incursões de policiais [da CAD] aos Estados para fiscalizar a ação dos estudantes, que se gasta a verba secreta da polícia”³⁵⁰. Em segundo, a proposta de José Cal, do Distrito Federal, que sugeriu uma moção de repúdio à CAD, o que recebeu apoio das bancadas presentes no Congresso e foi aprovada. Em terceiro, uma nota oficial da JUC, emitida por seu presidente nacional, Ivan Gomes, que condenou as práticas da CAD e se apressou para se diferenciar e retirar qualquer sombra de apoio da JUC ao cadistas, ao afirmar que

embora tendo em comum com outras correntes e grupos o combate ao comunismo, nem sempre o faz com os mesmos métodos ou se inspira nos mesmos princípios [...] seu combate é motivado pelo respeito aos direitos inalienáveis, diferindo, portanto, essencialmente do anticomunismo dos capitalistas e fascistas³⁵¹.

³⁴⁹ Festa ímpar de democracia e civismo na cidade de Salvador. *Diário de Notícias*, 20/07/1949, p. 01.

³⁵⁰ *Diário de Notícias*, 24/07/1949, p. 01.

³⁵¹ *Diário de Notícias*, 23/07/1949, p. 01-02.

Ao considerar o repúdio nacional dos estudantes de que a CAD foi alvo e a sua condenação pelas principais forças políticas do Congresso, é possível aferir que o discurso de José Costa Mota, do *Movimento Reforma*, tenha traduzido a impressão de que estudantes de esquerda sentiram, ao final da disputa, que “a CAD está desmoralizada completamente e, como quando os navios afundam, os ratos estão em debandada”³⁵².

Por outro lado, a CAD recebeu a sua cota de apoio, pelo menos por meio de alguns órgãos da imprensa carioca. Em primeiro, no jornal *O Globo*, mas principalmente por meio de um editorial do jornal *A Noite*, intitulado *Comunismo entre os estudantes*, que foi publicado após o resultado eleitoral do XII Congresso. Pelo editorial, *A Noite* reafirmou que a CAD havia sido a reação dos democratas contra infiltração notória dos comunistas entre os estudantes, segmento social que seria a “matéria prima inflamável, seja para o ‘O Petróleo é Nosso’ ou para qualquer campanha capaz de acobertar com sentimento pátrio a subversão em mira”³⁵³, o que estaria acontecendo, inclusive, nas organizações católicas como a JUC e a JOC. Nesse sentido, as acusações de que a CAD teria ligações com a polícia não teriam qualquer fundamento e fariam parte da “técnica recomendada pelos congressos comunistas, de pregar nos adversários do regime vermelho a pecha de fascistas e policiais”³⁵⁴. Por fim, o editorial lançou um apelo para que “não desanimem, porém, os estudantes democratas, e, de cada vez que numa associação estudantil, encontrarem o pendão da foice e do martelo, como ocorreu na Bahia de Castro Alves e de Ruy, é tratar de queimá-lo em praça pública”³⁵⁵.

A CAD ainda se manteve organizada durante o ano de 1949, mas em decorrência do repúdio aprovado no XII Congresso, diversas entidades estudantis regionais, centros e diretórios acadêmicos passaram a aprovar condenações contra a organização. Criticada até mesmo por estudantes anticomunistas, a CAD aparentemente se dispersou entre o final de 1949 e o início de 1950, quando surgiram outros movimentos que reuniram os anticomunistas, mas que então tiveram resultados bem mais positivos e venceram as eleições da UME, angariaram apoio em outros Estados e venceram as eleições do XIII Congresso da UNE, em 1950.

³⁵² *Diário de Notícias*, 24/07/1949, p. 01.

³⁵³ *Comunismo entre os estudantes. A Noite*, 30/09/1949, p. 03.

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

1.4.5 A derrota das esquerdas estudantis

Após o término do XII Congresso da UNE, mesmo com o repúdio contra a CAD, as investidas do anticomunismo não arrefeceram no interior do movimento universitário e a aparente vitória angariada pelos estudantes de esquerda se fragilizou de modo significativo no período seguinte. Em primeiro, com a derrota que sofreram no VI Congresso Metropolitano dos Estudantes e na eleição para a diretoria da UME em 1949. Em segundo, na corrosão das bases de sustentação da diretoria da UNE, o que se mostrou evidente ainda nos primeiros meses de 1950.

O anticomunismo estudantil, em 1949, apesar de ter permanecido fortemente baseado no Distrito Federal, excluiu parte do núcleo dirigente que havia estruturado a CAD, dentre os quais apenas Valdo Viana Ramos deu continuidade aos ideais cadistas por meio de uma nova e obscura organização, que foi estruturada entre 1950 e 1951: a Frente da Juventude Democrática (FJD). A FJD se manteve atuante até 1964 e foi a organização de combate aos comunistas entre a juventude mais importante dos anos de 1950 e 1960, tempo em que protagonizou cenas de violência, provocou a prisão de estudantes estrangeiros e insistiu em denúncias exasperadas pela criminalização dos universitários de esquerda. Do núcleo dos cadistas, Amado Mena Barreto também continuou atuando nos meios universitários, mas sem nenhuma ligação aparente com qualquer organização.

Por outro lado, surgiu um novo e central núcleo dirigente de oposição aos estudantes comunistas e de esquerda, que combinou, em seu interior, antigos e novos militantes udenistas e estudantes independentes. A participação do DE da UDN/DF nesse novo grupo se efetivou por duas vias. Em primeiro, por meio de militantes udenistas conhecidos, mas que haviam permanecido de fora da cisão interna por conta da CAD, a exemplo Álvaro Americano, do DCE da Universidade Católica; Venâncio Igrejas Lopes, fundador do DE da UDN; e Hélio Bais Martins. Em segundo, com a formação de uma nova geração de lideranças estudantis udenistas que se pautaram pelo saneamento dos meios universitários e que ocuparam a direção do DE da UDN/DF e de algumas entidades estudantis, como José Augusto Mac Dowell Costa Leite, Fernando Campos Arruda, José Fernando Ibarra Barroso e Paulo Lima e Silva.

Quanto ao grupo de estudantes independentes, a principal e mais nítida liderança foi Paulo Egydio Martins, desportista praticante de Remo e estudante da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Foi por iniciativa de Paulo Egydio que, no aparente refluxo dos anticomunistas, surgiu uma nova *União Universitária* no Distrito Federal, que se

assumiu como um movimento apartidário, em repúdio “a orientação seguida pelos elementos da Coligação Acadêmica Democrática”³⁵⁶ e tendo como meta “atender as reivindicações [gremiais] dos estudantes e não permitir a penetração comunista no movimento estudantil”³⁵⁷.

A figura de Paulo Egydio é controversa nos trabalhos publicados sobre o movimento estudantil, pois geralmente a sua militância está relacionada à CAD, assim como foi suspeito de ter recebido orientação e financiamento do Departamento de Estado dos EUA³⁵⁸. No entanto, é possível encontrar manifestações públicas de Egydio contra a CAD, como na sua assinatura no manifesto do Conselho do DCE da Universidade do Brasil, que condenou uma suposta rearticulação dos cadistas no início de 1950 e lembrou que a CAD havia sido uma “organização de caráter policial infiltrada no meio estudantil [...] repudiada unanimemente no XII Congresso”³⁵⁹.

Nesse sentido, não foi possível aferir, na presente pesquisa, se Paulo Egydio ou a União Universitária tiveram relações orgânicas com a CAD, mas sim que a União Universitária, lançada por Egydio para disputar as eleições da UME, em novembro 1949, contou com o apoio de Valdo Viana Ramos e Amado Mena Barreto, recebeu os votos da ALA, na Faculdade Nacional de Direito, da recém-fundada Aliança Liberal Universitária (ALU), movimento que derrotou as esquerdas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1949, do novo núcleo do DE da UDN/DF, que compôs a chapa de Paulo Egydio com os nomes de José Augusto Mac Dowell e Fernando Campos Arruda, dos militantes anticomunistas independentes e, do PSD, por meio do universitário José Bonifácio Diniz de Andrada, da Faculdade Católica de Direito da Capital Federal. Esse grupo reuniu apoio e sustentou a vitória da União Universitária para a diretoria da UME, o que possibilitou que, depois de um ano, as direitas e os anticomunistas voltassem a controlar um importante centro estudantil.

A partir de então, com a rede estudantil nacional do DEN da UDN e o empenho de Paulo Egydio para que os ideais de saneamento das esquerdas defendido pela União Universitária extrapolasse a sua regionalidade inicial, tiveram início viagens às capitais de diversos Estados para estruturar um movimento nacional contrário às esquerdas. Apesar de Paulo Egydio não ter participado das instâncias da UDN, o universitário contou com a

³⁵⁶ *Correio da Manhã*, 04/11/1949, p. 15.

³⁵⁷ MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio*: depoimento ao CPDOC/FGV. (Org) ALBERTI, Verena; FARIAS, Inez Cordeiro de; ROCHA, Dora. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 78.

³⁵⁸ MARTINS FILHO, 1987; MENDES JUNIOR, 1982; POERNER, 1995; SILVA, 1989. Para uma análise crítica sobre essa versão da militância de Paulo Egydio no movimento universitário, ver: SALDANHA, 2001.

³⁵⁹ Nota conjunta dos representantes da Universidade do Brasil junto ao DCE. *Diário de Notícias*, 01/07/1950, p. 04.

inspiração e com o auxílio do udenista Carlos Lacerda, personalidade que manteve relações conturbadas com o movimento universitário até o golpe civil-militar de 1964. Segundo depoimento de Paulo Egydio, foi por intermédio de Lacerda que o então presidente da poderosa UME recebeu autorização do brigadeiro Eduardo Gomes para poder viajar para as capitais dos Estados nos aviões do Correio Aéreo Brasileiro, a fim de estabelecer contatos e organizar entidades regionais³⁶⁰.

A mobilização nacional contra as esquerdas, que teve início pela vitória na UME, obteve resultados aparentemente rápidos e, em janeiro de 1950, conseguiu impor a primeira derrota à diretoria da UNE. Esse embate aconteceu no Conselho Nacional de Representantes da UNE, convocado por Rogê Ferreira para substituir o secretário geral da entidade, que não comparecera ao Distrito Federal para a posse. A indicação de Rogê e da diretoria da UNE foi a de trazer de volta para a diretoria da UNE o socialista Roberto Gusmão, que há pouco retornara do Congresso Mundial da Paz. No entanto, quando o Conselho se reuniu, formaram-se dois blocos. O primeiro foi liderado pelos representantes de Minas Gerais e São Paulo, em favor de Roberto Gusmão. O Segundo foi formado por representantes do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Ceará e Pará, que lançaram o estudante Luiz César em oposição³⁶¹.

Na votação nominal, Luiz César foi vitorioso, mas estabeleceu uma crise entre as entidades regionais que foram contrárias a Gusmão e à diretoria da UNE, que foi acusada de desrespeitar o Conselho por ter se recusado a aceitar o nome de Luiz César. Por fim, sete dos onze Estados participantes se retiraram do Conselho e acusaram que Francisco Costa Neto, que novamente estaria ocupando uma das vagas de assistente da diretoria da UNE e nitidamente identificado com os estudantes comunistas, havia tumultuado e impedido o bom andamento dos trabalhos em comum, de acordo com Rogê Ferreira³⁶².

Após o Conselho de janeiro, a diretoria da UNE teve que passar por uma nova redefinição, com a renúncia de Rogê Ferreira, em maio desse mesmo ano, pois o presidente havia sido indicado pelo PSB para a disputa de uma cadeira no Legislativo de São Paulo. A renúncia de Rogê Ferreira, conforme apontou José Frejat³⁶³, abalou, de certo modo, a credibilidade da liderança exercida pelo grupo predominante na diretoria da UNE,

³⁶⁰ MARTINS, 2007, p. 78.

³⁶¹ *Diário de Notícias*, 02/02/1950, p. 10; *O Estado de S. Paulo*, 08/02/1950, p. 08.

³⁶² A nota oficial das entidades que se retiraram do Conselho Nacional foi assinada por Fernando Bruce Junior, Rio Grande do Sul; Eduardo Guleb, Paraná; Renato Ramos da Silva, Santa Catarina; Paulo Egydio Martins, Distrito Federal; José Denis Siqueira do Nascimento, Estado do Rio; Tarcisio Oliveira Lima, Ceará; César N. Castro Rocha, Pará.

³⁶³ FREJAT, José. *Entrevista*. BARCELLOS, 1997, p. 34.

possivelmente por ter sido a segunda renúncia consecutiva do presidente da entidade³⁶⁴. O Conselho Nacional que aceitou a renúncia de Rogê elegeu José Frejat para presidente da entidade³⁶⁵. Nesse Conselho, o Movimento Reforma parece ter conseguido sustentar as posições dos estudantes de esquerda e ter construído maioria entre os representantes, pois com a renúncia de Rogê, foi eleito Celso Medeiros, do Movimento Reforma, para presidir a votação da nova diretoria.

Ao mesmo tempo em que as disputas no interior do movimento universitário se tornaram mais equilibradas, o Ministério da Educação se manteve irredutível com relação ao financiamento do XIII Congresso, o que fez com que a UNE tivesse que realizar o conclave novamente fora do Distrito Federal.

Por falta de recursos financeiros, entre maio e julho de 1950, o local e as datas do XIII Congresso da UNE foram uma incógnita, o que só se resolveu no final do mês de julho, quando a UNE conseguiu apoio do Governo de São Paulo e do reitor da USP para a realização do encontro. Por conta disso, o XIII Congresso passou a ser denominado como um *congresso de sacrifício*.

Diferente dos congressos anteriores, a reunião nacional dos estudantes foi curta, tumultuada e teve mais ênfase na eleição da nova diretoria e na disputa entre os estudantes de esquerda e os anticomunistas do que no debate das teses sobre os temas mais gerais que então agitavam os estudantes. A sessão de abertura do XIII Congresso foi inaugurada no dia 29 de junho e a eleição teve início no final do dia primeiro de agosto, ou seja, foi realizado com apenas dois dias de prazo para que as comissões formadas para discutir diversos assuntos debatessem e votassem as teses do Congresso.

Na formação das chapas para a nova diretoria da UNE, os estudantes de esquerda lançaram o nome do pernambucano Grimaldi Ribeiro, com apoio da maioria dos universitários de São Paulo. Já os udenistas e os anticomunistas lançaram o mineiro Olavo Jardim Campos, pela chapa *Reforma Democrática*³⁶⁶, que contou com sólido apoio das bancadas do Paraná, Rio Grande do Sul e de grande parte dos estudantes do Distrito Federal e do Estado do Rio³⁶⁷. Na articulação da chapa Reforma Democrática na vitória sobre as

³⁶⁴ Como se observou anteriormente, Genival Barbosa renunciou após o I Congresso da Paz.

³⁶⁵ Nota do Conselho Nacional de Representantes sobre a eleição da nova diretoria da UNE. *Diário de Notícias*, 07/05/1950, p. 08.

³⁶⁶ A chapa *Reforma Democrática* foi composta com os seguintes nomes: presidente: Olavo Jardim Campos, 1º. Vice: Tristão Pereira Fonceca Filho, 2º. Vice: Manuel Bezerra, 3º. Vice: Homero Nova Fornari, 4º. Vice: Tecísio Oliveira Lima, Secretário Geral: José Augusto Mac Dowell Leite Castro, 1º. Secretário: César Nepomuceno, 2º. Secretário: Marcelo da Costa Lima, 3º. Secretário: Maria de Lourdes Florêncio.

Tesoureiro: Adolfo de Barros, RJ

³⁶⁷ *Diário de Notícias*; *Correio da Manhã*; *Jornal de Notícias*; *O Estado de S. Paulo*, 29/07/1950 a 05/08/1950.

esquerdas, destacaram-se os nomes do gaúcho Manoel Bezerra, do presidente da UME, Paulo Egydio, e dos udenistas Álvaro Americano, que foi agraciado pela ALA por sua “condução hábil, segura e brilhante”³⁶⁸ durante o Congresso, e José Augusto Mac Dowell Costa Leite, eleito o novo secretário geral da UNE.

A vitória da Reforma Democrática ascendeu e legitimou o anticomunismo ao nível da direção da entidade nacional dos universitários, o que fez com que o predomínio ideológico no interior da UNE passasse por uma reordenação radical. Conforme afirmou o novo vice-presidente da entidade, Manoel Augusto de Godoy Bezerra,

o Congresso foi uma pujante demonstração dos altos interesses que norteiam os estudantes brasileiros. Nós representantes dos acadêmicos gaúchos chegamos a São Paulo decididos a desenvolver o máximo de nossos esforços no sentido de reabilitar a UNE, cuja direção ultimamente, afastava a nossa entidade máxima de seus verdadeiros destinos, fugindo da apreciação dos problemas estudantis, para se prestar à exploração de ordem política”³⁶⁹.

Ao mesmo tempo em que a nova diretoria pretendeu enfatizar os repertórios gremiais, como as reformas curriculares e a assistência estudantil, em detrimento dos enfrentamentos com o governo, os protestos sociais e as campanhas nacionalistas, também se dispôs a neutralizar os estudantes considerados comunistas a partir da sua direção nacional. Conforme afirmou o novo presidente da UNE, Olavo Jardim Campos, a entidade “absolutamente não fecha as portas [...] à qualquer estudante que a procure no intuito de bem servir à verdadeira causa universitária, porém [...] agirá energeticamente no sentido de expurgar da agremiação os elementos subversivos”³⁷⁰.

Sob predomínio *democrático*, a diretoria da UNE passou a se mover pelos ideais de que o movimento universitário fosse saneado da presença e influência dos estudantes comunistas – ou considerados como tal – que a essa altura foram traduzidos como os subversivos traidores do Brasil e *falsos estudantes*. Isso também significou uma tentativa de privar os direitos de expressão dos universitários de esquerda pela via da criminalização de suas crenças políticas e de seus repertórios, pois teriam sido esses que, conforme expresso nos conteúdos dos *democratas*, haviam desvirtuado a UNE dos seus *verdadeiros* objetivos.

A partir de então, como será observado a seguir, até meados de 1953, a UNE se converteu em uma organização estudantil predominantemente voltada para os temas

³⁶⁸ Telegrama do Conselho da ALA para Álvaro Americano. *Diário de Notícias*, 02/08/1950, p. 12.

³⁶⁹ *Correio da Manhã*, 03/08/1950, p. 23.

³⁷⁰ *Ibidem*.

estudantis gremiais e dedicada ao combate ao comunismo, tanto no interior do movimento universitário, quanto dos movimentos e organizações de juventude.

CAPÍTULO 2

Comunistas e anticomunistas no movimento universitário dos anos de 1950

O objetivo do Segundo Capítulo é mapear confronto travado entre os estudantes de esquerda, com ênfase sobre os jovens comunistas, e os universitários anticomunistas que foram eleitos para a direção da UNE entre os anos de 1950 e 1955, até a vitória da coalizão de esquerda que se formou no Distrito Federal em 1955 e, em 1956, conseguiu voltar à direção da entidade nacional dos estudantes.

Para tanto, observou-se a militância da Juventude Comunista (JC) no movimento estudantil universitário, sua formação no quadro internacional e no Brasil, as interpretações que se fizeram em relação ao movimento estudantil e as suas diferentes ênfases no decorrer do tempo, conjunturas nas quais o PCB esteve inserido e, por conseguinte, o seu trabalho de juventude e estudantil.

Nesse sentido, a narrativa foi construída para que se tentasse perceber o confronto no contexto do próprio movimento, mas sempre em relação as conjunturas existentes em dados momentos e como as organizações que atuaram no movimento universitário e as suas entidades responderam as questões que foram postas.

Buscou-se analisar, para tanto, os períodos em que a Juventude Comunista (JC) possuiu organizações próprias para as suas ações, com a Federação Brasileira da Juventude Comunista (FBJC), entre 1927 e 1937, a breve existência da União da Juventude Comunista (UJC), em 1947, e a sua reorganização, entre 1950 e 1957. Nesses períodos, tentou-se analisar a relação dos estudantes comunistas com o movimento universitário, seus repertórios e as suas práticas de ação.

Por outro lado, tentou-se perceber como os setores estudantis udenistas que se dedicaram ao anticomunismo, assim como a FJD e demais organizações, combateram o que consideram ser a *infiltração vermelha* entre os estudantes, suas práticas e seus recursos de convencimento da opinião pública contra os comunistas ou que consideraram ser o comunismo.

Por fim, buscou-se tentar compreender a formação da coalizão da esquerda estudantil que passou a galgar vitórias efetivas a partir de 1955, como se deu o tortuoso isolamento e derrotas dos anticomunistas e como os debates e as mudanças das práticas entre os jovens comunistas contribuíram para que a coalizão de esquerda se formasse entre os anos de 1954 e 1955.

2.1 A formação das juventudes comunistas

As Juventudes Comunistas (JC) tiveram origem nas organizações juvenis socialistas do início do século XX que se organizaram sob influência da II Internacional, ou Internacional Socialista (IS)³⁷¹. Fundada em 1889, a IS passou a tratar sobre os temas referentes à juventude, ainda que de modo tímido, a partir de 1900. Já em 1907, logo após o término do Congresso da IS, realizado na Alemanha, os jovens socialistas se reuniram em Conferência, na qual o resultado foi o surgimento da Federação Internacional da Juventude Socialista (FIJS), uma organização orientada para promover “a educação dos jovens trabalhadores nos princípios do socialismo e da luta de classes”³⁷². Assim, a FIJS nasceu vinculada à IS e as suas secções nacionais, aos respectivos partidos que a compunham.

Nesse contexto, os debates da FIJS foram marcados pelas péssimas condições de trabalho a que os jovens eram submetidos, pela precariedade do acesso à educação e pelas lutas antimilitaristas. Nesses termos, atribuiu-se às secções nacionais da FIJS o papel de organizar a juventude operária, promover a sua educação com vistas a despertar a consciência de classe e incluí-la nas lutas sindicais e políticas.

Após 1907, a FIJS ainda realizou duas conferências: uma em 1910, outra em 1912. Nessa última, já sob o impacto da eminência beligerante que reinou na Europa, os jovens socialistas reafirmaram as decisões da IS contra a guerra, pelo fortalecimento da solidariedade internacional do proletariado e pelo empenho nas lutas em favor da paz. No entanto, se a posição contra a guerra possibilitou resoluções apoiadas na maioria das suas secções nacionais, outros temas demarcaram divisões e diferenças entre os jovens socialistas. Com relação às suas secções nacionais, parece ter sido generalizada a tensão entre a independência das organizações juvenis e o controle que os seus partidos pugnaram em exercer sobre elas. Já no quadro internacional, a Federação teve de enfrentar os debates entre as organizações que defenderam que a juventude tinha de manter um papel ativo no cenário político, caracterizado pela maior independência desses agrupamentos, e as organizações que “enxergavam que o foco deveria restringir-se à formação e à proteção econômica”³⁷³ da juventude. Essas diferentes concepções se converteram em impasse, o que resultou na

³⁷¹ Todos os dados referentes a formação da Internacional da Juventude Comunista (IJC) se devem ao artigo de KAREPOVS, Dainis. A Nação e a Juventude Comunista do Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Anpuh, p. 01-57, 2011.

³⁷² Ibidem., p. 05-06.

³⁷³ Ibidem., p. 06.

sugestão de dissolução da FIJS que, em detrimento da deflagração da I Guerra Mundial, não chegou a ser votada.

No decorrer desse conflito mundial, os partidos socialistas da maioria dos países beligerantes modificaram os seus posicionamentos quanto às resoluções antimilitaristas que foram, em grande parte, substituídas pela união em torno do esforço de guerra, que, segundo Dainis Karepov, teve como resultado

o esfacelamento da IS e da Federação Internacional da Juventude Socialista, grosso modo, em três tendências: uma ala direita, que sustentava os esforços de guerra de seus países e que era francamente majoritária nos partidos socialistas nos países beligerantes, exceto Itália e na Rússia; um centro pacifista que se opunha a guerra, mas que buscava a unidade dentro do movimento socialista; e uma ala esquerda, também hostil à guerra, mas dedicada a transformá-la em guerra revolucionária e disposta a criar uma nova organização internacional³⁷⁴.

Dos grupos delimitados na citação acima, a ala de centro e de esquerda se uniram na tentativa de restabelecer contato entre as organizações nacionais dos jovens socialistas e, no início de 1915, conseguiram organizar a Conferência da Suíça, na qual se reuniram representantes de dez países. Ao final da Conferência, decidiu-se por exigir o final da guerra, posição que deveria ser a de todos os jovens socialistas; e por mudar a denominação da FIJS para Centro Internacional da Juventude Socialista (CIJS). Renomeada, a antiga Federação exerceu forte influência sobre algumas das organizações europeias no âmbito dos movimentos antiguerreiros, “tornando o Centro Internacional da Juventude Socialista em uma organização quase independente, com atividades e políticas próprias”³⁷⁵.

Após o final da guerra, o CIJS se reuniu novamente em Conferência, realizada na Alemanha em 1919. Ao final do encontro, sob influência das críticas generalizadas contra a paralisia do movimento socialista internacional, de oposição à IS, e do impacto exercido pela Revolução Russa, as organizações presentes decidiram transformar o CIJS em Internacional da Juventude Comunista (IJC), aprovando também a sua integração à III Internacional, ou Internacional Comunista (IC). Nesse encontro, foram “consagrados os princípios da ditadura do proletariado, do poder soviético, do centralismo democrático e denunciou-se a democracia burguesa, além dos socialistas e dos seus movimentos de juventude”³⁷⁶.

Apesar de se declarar integrante e enfatizar o estreito contato e ajuda mútua com a IC, a IJC decidiu manter as características que a marcaram em 1915 e não abriu mão da sua

³⁷⁴ Ibidem., p. 07.

³⁷⁵ Ibidem., p. 08.

³⁷⁶ Ibidem., p. 09.

independência política e organizacional, o que perdurou como oficial em suas resoluções até o seu II Congresso realizado em 1921. Nesse ano, apesar de mantida a liberdade de organização, decidiu-se que a IJC passaria a ser subordinada à IC, assim como as organizações comunistas nacionais aos seus respectivos partidos³⁷⁷.

Entende-se que, ao decidir pela subordinação, também se tentou definir o lugar e as demandas pelas quais as juventudes comunistas deveriam realizar suas ações junto aos segmentos jovens no âmbito do movimento comunista internacional, assim como evitou que essas juventudes se organizassem de modo separado de suas organizações partidárias oficiais.

Quanto ao papel que deveria ser desempenhado pela IJC e pelas suas secções nacionais, pelo menos no que tange ao período entre 1919 e 1921, foram enfatizadas, dentre outras, a necessidade do desenvolvimento físico da juventude, a defesa das crianças contra o trabalho infantil, a responsabilidade pela educação comunista da juventude, tendo em vista a derrubada do capital, a defesa da revolução e a participação das organizações juvenis no movimento sindical. Com relação aos estudantes, ainda em 1919, ressaltou-se que era necessário envolver os jovens trabalhadores nas discussões sobre o ensino, nas quais, até então, participavam apenas os jovens de melhor educação, o que se referiu à parcela com acesso ao ensino. Já em 1921, enfatizou-se que deveria haver aproximação das forças intelectuais junto ao movimento dos jovens comunistas, sem que para isso fossem criadas organizações especiais para agrupar os estudantes, o que não foi decidido sem que se destacasse o perigo da ideologia pequeno-burguesa, entendido como marca desse segmento³⁷⁸.

Ressalta-se que a interpretação de que os estudantes compunham o leque que reunia a intelectualidade parece ter passado por poucas modificações no movimento dos jovens comunistas no Brasil. Apesar da classificação dos estudantes ter encontrado espaço permanente como componente da pequena e média burguesia, a sua vinculação aos intelectuais foi algo permanente³⁷⁹.

³⁷⁷ O modo encontrado para materializar a ligação entre as duas organizações foi a participação recíproca nos seus secretariados, ou seja, a IJC passaria a indicar um membro com direito a voz e voto no Secretariado da IC, assim como o inverso.

³⁷⁸ KAREPOVS, 2001, op. cit., pp. 09-17.

³⁷⁹ Ainda na década de 1950 e 1960, na interpretação dos comunistas, os intelectuais estariam no campo, também dos técnicos e cientistas da pequena burguesia (“Declaração da Comissão Estudantil da União da Juventude Comunista”. *Imprensa Popular*, 22/07/1956, p. 20). No entanto, apesar de se identificarem com essa gradação da burguesia, estes se colocariam sob o comando do operariado e do campesinato, pois além de possuírem um tipo de formação cultural mais elevada, o que possibilitaria maior facilidade para assimilar conhecimentos e aderir as ideias progressistas, “desde os bancos escolares que a dificuldade de acesso à cultura, os altos preços dos livros e das taxas escolares, colocam a intelectualidade em choque com o atual regime [além do que] ao sair da universidade, os intelectuais que transpõem essas barreiras, se deparam com o problema do desemprego” (“Sobre a

2.2 A Federação da Juventude Comunista Brasileira: o tempo das experiências (1927-1937)

No Brasil, a intenção de se formar um movimento organizado de comunistas junto aos segmentos de juventude acompanhou o PCB desde a sua fundação, em 1922. No entanto, as primeiras iniciativas concretas nesse sentido surgiram apenas a partir de 1924, quando o tema foi tratado numa sessão ampliada da Comissão Central Executiva do PCB³⁸⁰. Apesar disso, o que seria a Juventude Comunista (JC), terminou por ser organizada somente no Rio de Janeiro, mas de modo precário.

No ano seguinte, quando se reuniu o II Congresso do PCB, o tema voltou a ser debatido, quando foi aprovada uma resolução ressaltando a importância desse segmento no interior do movimento proletário, e indicou que o seu modo de ação tinha de se estruturar por meio de células sob a orientação do Partido e que a sua função deveria ser a de conquistar os jovens proletários no interior das fábricas³⁸¹. Para tanto, foi organizada uma Comissão Executiva Provisória de Juventude, mas que também pouco conseguiu se desenvolver.

A partir de então, apesar de haver alguma movimentação entre uns poucos estudantes, as tentativas para se organizar o movimento de juventude só foram retomadas em meados do ano de 1926³⁸². A iniciativa, ao que tudo indica, teve início em uma reunião entre Astrogildo Pereira, então Secretário Geral do PCB, e um grupo de estudantes universitários, o que resultou na formação de duas células, formadas por três estudantes cada: uma na Faculdade de Medicina, outra na Faculdade de Engenharia, ambas no Rio de Janeiro.

As funções dessas células foram, principalmente, fazer propaganda do PCB, da União Soviética e do socialismo, além de auxiliar nas tarefas partidárias, como distribuir manifestos e volantes nas portas das fábricas e vender o jornal oficial do Partido: *A Classe Operária*.

intelectualidade”. *Voz Operária*, 07/08/1954, p. 05). Já na Declaração de Março de 1958, se considerou que a intelectualidade desempenharia um papel importante na construção da frente única por um governo nacionalista e democrático, dentre os quais, o seu setor mais combativo seria “o movimento estudantil [que] tem dado importante contribuição às lutas do povo brasileiro. Essa interpretação foi repetida nas resoluções do V Congresso do PCB, realizado em 1960 (Declaração de Março de 1958. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio. PCB: vinte anos de política: 1958-1979. São Paulo: Lech, 1980, p. 19).

³⁸⁰ SANTANA, Márcio Santos de. *Projetos para as novas gerações: juventudes e relação de força na política brasileira (1926 – 1945)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2009, p. 106.

³⁸¹ A organização das Juventudes Comunistas. Partido Comunista do Brasil. *II Congresso do P.C.B. (Seção Brasileira da Internacional Comunista)*. Teses e resoluções. Rio de Janeiro: s.c.p., 1925, p. 22 apud KAREPOVS, 2011, op. cit., p. 21.

³⁸² A maior parte das referências sobre a atuação dos comunistas junto aos segmentos juvenis, na segunda metade dos anos de 1920, se baseiam nas memórias de BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. Com relação a esse tema no início dos anos de 1930, há uma quantidade significativa de referências nas memórias de MARTINS, Ivan Pedro. *A flecha e o alvo: a Intentona de 1935*. Porto Alegre: IEL, 1994.

Quanto às ações que deveriam nortear esses estudantes no seu meio de convivência – a faculdade – constou a organização do Diretório Acadêmico³⁸³. Nesse grupo inicial de estudantes, esteve Leôncio Basbaum, que ao retornar para a cidade de Recife durante as férias escolares, promoveu a primeira experiência efetiva com o intuito de formar um grupo da JC. Para tanto, o estudante utilizou o futebol como meio de reunir um grupo de jovens da periferia da cidade e, em meio a essas atividades, passou a inserir debates políticos, o que teve como resultado a criação de um Comitê Regional da JC. Em seu retorno, Basbaum foi designado como encarregado do setor juvenil do PCB e convidado para compor o Comitê Central Executivo. Em seguida, com o auxílio de alguns estudantes e jovens operários, foi formado o Comitê Central Provisório da JC, que passou a ser denominada como Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB) e definida como uma secção brasileira da IJC.

A FJCB, conforme definida por Márcio Santos de Santana³⁸⁴, foi “uma organização do Partido Comunista do Brasil (PCB), responsável pelo trabalho de recrutamento, formação ideológica e militância junto ao segmento jovem da sociedade”. No entanto, é necessário considerar que, dentre os diversos setores que compunham a juventude, os seus primeiros momentos de vida foram norteados pela ênfase em organizar os jovens que vivenciavam as contradições do mundo do trabalho, em torno dos quais se relacionaram as demais reivindicações, como o acesso ao esporte, ao lazer e ao ensino.

Nesse sentido, apesar da presença de estudantes e algumas tentativas para que se organizassem os comunistas nesse meio, como a formação do grupo Renovação Universitária em 1927³⁸⁵, as ênfases do discurso dos jovens comunistas, os apelos para a necessidade de organização e as pautas iniciais que estabeleceram as suas reivindicações, estiveram voltadas para os jovens operários. O destaque sobre esse segmento já havia sido ressaltado nas resoluções do II Congresso do PCB em 1925, e entre 1926 e 1927 se tornaram práticas.

A insistência em se dirigir e buscar o recrutamento dos setores da juventude operária, conforme consta nas citações da pesquisa de Karepovs³⁸⁶, pode ser encontrada no jornal *A Nação*, órgão de circulação diária do PCB durante parte do ano de 1927. Nesses artigos, apesar de haver outras temáticas, como a questão do serviço militar, foi nítida a ênfase em retratar as mazelas cotidianas dos jovens trabalhadores, como acidentes de trabalho que resultaram em morte ou as suas deficiências econômicas. Ao mesmo tempo, foi repetidamente enfatizada a necessidade desses jovens se inserirem na JC como meio de estruturar as lutas

³⁸³ BASBAUM, 1974, op. cit., pp. 39-40.

³⁸⁴ SANTANA, 2011, op. cit., p. 103.

³⁸⁵ KAREPOVS, 2011, op. cit., p. 36.

³⁸⁶ Ibidem., pp. 24-42.

sociais e superar a exploração capitalista, considerada mais cruel com os jovens do que com adultos.

Ainda em 1927, quando *A Nação* passou a publicar uma coluna semanal editada pelos membros da juventude do PCB, o seu título pareceu estar direcionado ao segmento que mais lhe importava: “Juventude Proletária”. Nessa coluna, Basbaum se dedicou a escrever “pequenos artigos sobre a juventude operária, e a necessidade de sua organização”³⁸⁷. Já quando a FJCB fundou o seu próprio órgão de comunicação, o direcionamento nominal do jornal se manteve, sendo “O Jovem Proletário”.

Quanto às reivindicações que foram expressas no jornal *A Nação*, como sendo dos jovens comunistas, todas se basearam no mundo do trabalho:

1 - Contra a exploração econômica da juventude operária; a) Reivindicações gerais para todos os jovens menores de 18 anos; 1 – Salários correspondentes ao nível de existência mínimo; 2 – Luta contra a prolongação do dia de 8 horas, fazendo entrar as horas de estudos profissionais no dia de trabalho e pelo dia de 6 horas; 3 – Mesma garantia dos socorros de chômage [desemprego] à juventude quanto aos adultos, 4 – Colocação dos jovens sem trabalho nos ateliês profissionais; 5 – Repouso do domingo de 24 horas (repouso dominical); 6 – Férias pagas de 4 semanas por ano; 7 – Proibição do trabalho de noite e do trabalho dominical; 8 – Proibição do emprego de jovens em empresas perigosas para a saúde (ramos especiais da indústria química, vidraçarias, trabalho subterrâneo nas minas); 9 – Educação profissional obrigatória e gratuita até 18 anos; 10 – Incorporação das horas de escola no dia de trabalho; sua remuneração como tais; 11 – Instrumentos de trabalho gratuitos; 12 – a) Conselhos de operários com direito a participar na elaboração do plano de estudo e da administração da escola; b) Proteção dos aprendizes; 13 – Proibição dos castigos por decretos rigorosos sobre o direito de ter aprendizes; 14 – Abolição dos contratos de aprendizagem individuais, contratos coletivos incluindo os aprendizes; 15 – Controle do emprego dos aprendizes pelos sindicatos e os Conselhos de Usina; 16 – Aprendizagem de dois anos³⁸⁸.

Nas realizações práticas da FJCB, essa ênfase também prevaleceu, como a organização da Semana da Juventude Proletária, em 1927, e a fundação do Centro de Jovens Proletários (CJP). Esse Centro funcionou no Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal e teve por objetivo congregar setores juvenis em torno de atividades esportivas e culturais, e, segundo Basbaum, foi importante para o recrutamento de novos militantes³⁸⁹. O CJP parece realmente ter se destacado no período, já que para além de ter sido tratado no I Congresso da FJCB em 1929, a necessidade de priorizar as suas atividades, assim como a criação dos departamentos de juventude no interior dos sindicatos, também foi alvo de uma deliberação do III Congresso do PCB, realizado no mesmo ano.

³⁸⁷ BASBAUM, 1976, op. cit., p. 21.

³⁸⁸ KAREPOVS, 2011, op. cit., p. 38.

³⁸⁹ BASBAUM, 2011, op. cit., p. 64.

Ainda que não haja como verificar a incidência de jovens operários ao nível da direção da FBJC, a ênfase que se dedicou sobre esse segmento teve resultado no recrutamento dos seus militantes. Segundo os dados existentes em 1929, 85% do seu corpo social era composto de operários, 5% de trabalhadores do campo e camponeses, 5% de jovens empregados no comércio e 5% de estudantes. Três anos mais tarde, em 1932, os dados indicaram que 20% dos jovens filiados eram oriundos das grandes empresas, 30% eram desempregados, 8% eram operários agrícolas, 20% vinham das pequenas fábricas e oficinas, 12% tinham empregos diversos e 10% eram empregados do comércio e estudantes³⁹⁰. Se tomados em conjunto, tanto os dados de 1929 quanto os de 1932 indicam que o corpo social da FJCB era composto por mais de 90% de jovens oriundos do mundo do trabalho, fossem eles empregados nas grandes ou pequenas empresas, no campo ou no comércio.

No período seguinte, a FJCB esteve em meio às guinadas e crises pelas quais o PCB passou. A partir de meados de 1929 e, principalmente, entre 1930 e 1934, o PCB esteve sob forte influência do que ficou conhecido como período obreirista, ou de proletarização em suas direções, também identificado com um tempo de profundo sectarismo. Além disso, as ondas de repressão política que tragaram parte dos militantes do PCB e as dificuldades em sua organização também atingiram os setores de juventude.

O obreirismo alcançou o movimento comunista internacional a partir das resoluções da IC em 1929. Na América Latina, a proletarização se aprofundou com início na I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, também realizada em 1929³⁹¹ e da Conferência dos Partidos Comunistas Ligados ao Secretariado Sul-Americano da IC, em 1930. No tempo em que perdurou, as críticas aos intelectuais e ao que se entendeu serem práticas pequeno-burguesas foram exasperadas, acarretando no entendimento de que “a proletarização [tinha de se traduzir na] presença física de operários nos órgãos dirigentes”³⁹². No quadro das direções do PCB, esse período ocasionou mudanças contínuas, afastamentos e expulsões de dirigentes. Já a partir de 1932, à inconstância das suas direções se somou a intensa repressão, que então recaiu sobre o Partido.

Em seguida, com a ascensão do nazi-fascismo no plano internacional e com o entendimento de que o fracionamento desencadeado no movimento comunista internacional havia facilitado a vitória das direitas, a IC passou a impulsionar políticas que inserissem os comunistas nas frentes populares contra o fascismo. No Brasil, essa política se materializou na

³⁹⁰ SANTANA, 2011, op. cit., pp. 116-117; KAREPOVS, 2011, op. cit., pp. 55-56.

³⁹¹ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, pp. 131-132.

³⁹² *Ibidem.*, p. 133.

formação da Aliança Nacional Libertadora (ALN), a partir de 1934. Mas já no ano seguinte, a derrota no levante armado de 1935 infligiu nova onda de repressão aos comunistas, o que se aprofundou a partir de 1937 durante o golpe que culminou no Estado Novo. Nesse contexto, o PCB ainda passou por uma crise de fracionamento interno em 1938, e terminou por conseguir se reorganizar efetivamente apenas nos primeiros anos da década de 1940³⁹³.



2 Panfleto distribuído pela FBJC, em 1935. **Fonte:** Proin/USP: projeto integrado: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.usp.br/proin/proin/sobre.php> (acesso em 11/12/2012).

Nesse tempo, ao que tudo indica, as práticas da FBJC passaram por redefinições, o que influenciou na tentativa de abertura de outras frentes de atuação, novos objetivos de recrutamento, modificação na composição do seu corpo social e na tentativa de tornar o movimento dos jovens comunistas algo mais abrangente, de modo que os seus militantes estivessem inseridos em todos os segmentos juvenis possíveis. Nesse sentido, os dados existentes em 1935, se comparados com os números de 1929 e de 1932, indicam a existência de crescimento significativo na quantidade de estudantes no interior da organização. Conforme essas

³⁹³ PACHECO, 1984 op. cit.; CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

informações, apesar de serem restritas ao Rio de Janeiro, havia em seu interior algo em torno de 62 trabalhadores, 33 jovens ligados aos esportes e 42 estudantes.

Tomado em seu contexto, o crescimento do número de estudantes frente aos segmentos operários não causa estranheza, já que a data do relatório corresponde ao período em que os comunistas enfatizaram a atuação na ALN, movimento para o qual a FJCB e muitos estudantes empenharam participação³⁹⁴. Por outro lado, é paradoxal que as primeiras ações propriamente estudantis tenham correspondido ao período de proletarização, principalmente a partir de meados de 1932, “quando as hostilidades aos intelectuais e militantes de origem pequeno-burguesa eram cada vez mais ostensivas”³⁹⁵.

As experiências em torno das organizações estudantis corresponderam às críticas que o Secretariado Sul-Americano da IJC formulou à FJCB. Segundo se percebeu, a organização dos jovens comunistas brasileiros desempenharia uma política bastante limitada com relação aos diversos segmentos juvenis e teria uma vida puramente interna. Como solução, ainda que não tenha se referido ao movimento estudantil, foi recomendada a abertura de novos campos de ação, como de mulheres, negros e índios³⁹⁶.

A partir de então, é notável que o trabalho de recrutamento e organização tenha continuado nos setores operários e esportivos, mas as experiências estudantis tiveram ênfase, pelo menos no que tange a organização de entidades universitárias no Rio de Janeiro e na fundação da Federação Vermelha dos Estudantes (FVE). Essa organização foi um espaço de atuação dos estudantes comunistas nos meios universitários e, por ter perdurado apenas por cerca de três anos, geralmente é considerada como uma experiência efêmera. No entanto, foi bem recebida por alguns setores da imprensa e apresentou uma pauta de reivindicações bastante arrojada para o período, dentre as quais constou

o não pagamento das mensalidades nos meses de férias escolares, sem que isso interfira nos vencimentos dos professores; nenhuma reprovação ao estudante que [faltassem] 2/3 das aulas; redução progressiva das taxas escolares; desconto de 50% nos preços dos livros e materiais escolares para os estudantes pobres; passes gratuitos de transporte; não limitação de vagas nas instituições de ensino de superior; direito dos alunos tomarem parte nos conselhos e direção das escolas; direito de organização de greve; expulsão dos agentes do DOPS das escolas; aplicação efetiva do dinheiro do Selo da Educação nas escolas; ensino rigorosamente gratuito para o ensino primário, com materiais escolares fornecidos pelo governo e uma refeição sadia nos intervalos das aulas.³⁹⁷

³⁹⁴ MARTINS, 1994, op. cit.

³⁹⁵ PACHECO, 1984, op. cit., p. 143.

³⁹⁶ KAREPOVS, 2011, op. cit., p. 47.

³⁹⁷ *Folha da Noite*, 30/10/1934, p. 02.

A sua trajetória também enfrentou os percalços da repressão, quando ainda no primeiro ano de existência, em 1932, a sede da organização foi empastelada no Distrito Federal. Segundo a *Folha da Manhã*³⁹⁸, “o motivo do atentado [teria sido] a campanha de massa que a Federação [vinha] promovendo em favor da democracia, da gratuidade do ensino e contra o atual regime da educação”. Em 1934, a FVE surgiu novamente na imprensa, reunindo também os estudantes secundários. Aparentemente, a organização tentou se expandir para outros Estados além do Rio de Janeiro, notadamente em São Paulo, onde a *Folha da Noite* recebeu a notícia de maneira positiva, apontando que a iniciativa iria suprir a falta de uma entidade desse gênero nos meios estudantis, “reunindo em torno de si todos os estudantes, orientando e dirigindo as lutas desde as escolas primárias até as academias e universidades”.

A FVE também manteve um jornal, o *Lucta Estudantil*, que se dedicou a editar artigos que trataram da unidade de ação dos estudantes ou “comparando a ação governamental brasileira à da Itália fascista, (...) historiando a violência policial pós-Revolução de 1930 (...) a criação dos Comitês de Escola (...) as Conferências Anti-Guerreiras”, dentre outras³⁹⁹. A partir do final de 1934, não foram encontrados mais registros sobre a FVE, mas a presença estudantil dentre os jovens comunistas e a busca por um movimento de juventude mais amplo e inserido no contexto das frentes contra o fascismo parecem ter motivado iniciativas como o I Congresso da Juventude Estudantil, Operária e Popular, organizado entre 1934 e 1935⁴⁰⁰. Além do mais, a revista editada pelos comunistas, dirigida por estudantes universitários, apesar de não ter sido uma publicação oficial da FBJC, possuiu um título bem mais genérico: *Juventude*⁴⁰¹, o que não deixa de apontar um direcionamento menos segmentado na ênfase militante dos jovens comunistas.

Depois da derrota em 1935, a FJCB, ou parte da sua direção, parece ter continuado a dar sentido prático à política da frente popular, na tentativa de operar mudanças no seu modo de ação e ampliar as relações dos jovens comunistas, o que também não deixou de ser uma análise crítica sobre as práticas da FBJC até então.

Nesse sentido, avaliou-se que no último período o movimento juvenil do PCB havia se empenhado em uma “cruzada” contra o sectarismo instalado no interior da FJCB, mas que o esforço para esse objetivo não havia conseguido desviar os jovens comunistas das suas

³⁹⁸ *Folha da Manhã*, 20/10/1932, p. 01.

³⁹⁹ SANTANA, Márcio Santos de. A Juventude Comunista na Construção da legitimidade política. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. São Paulo: Anpuh/SP, s/p.

⁴⁰⁰ MARTINS, 1994, op. cit., pp. 110-114.

⁴⁰¹ *Ibidem*, pp. 111-115.

atividades puramente internas, como se fossem um grupo fracionado das massas juvenis⁴⁰². A consequência dessas limitações teria implicado no abandono do mais importante para a organização, que foi considerada como

a necessidade de [virar] do avesso as formas de nosso trabalho de massa, de [mudar] radicalmente a linguagem, de passarmos inclusive a compreender, duma maneira muito diversa, nossa própria finalidade, nossa própria fisionomia, procurando, principalmente nos adaptarmos à juventude brasileira, tal qual ela é⁴⁰³.

No contexto dessa citação, o autor parece intuir a necessidade de inverter a lógica da ação dos jovens comunistas. Ao invés de operarem no sentido de arregimentar os jovens mais esclarecidos para o interior da FBJC e agir como uma organização de vanguarda, tinham de realizar um movimento de duas vias. Em primeiro, inserir-se nos diversos movimentos e organizações juvenis legais, para que funcionasse como uma “correia de transmissão”, com o objetivo de levantar os principais problemas e possibilidades, despertar a consciência e mostrar o modo de se realizarem os anseios da juventude. Em seguida, a FJCB não poderia ser apenas uma reunião de jovens esclarecidos, mas uma organização ampla, na qual coubessem todas as tendências e segmentos que se reunissem em torno de um programa da massa juvenil.

Para justificar o argumento, o artigo procurou mostrar que havia diferenças significativas entre a função do Partido e da Federação. O Partido teria o objetivo de dirigir todo o povo brasileiro contra o imperialismo e o fascismo, em favor de um governo democrático e voltado para o socialismo, o que certamente remete à ideia da necessidade de reunir em suas fileiras aqueles mais experimentados e/ou formados para essas tarefas. Já a FJCB, como definida na IJC e na resolução de sua fundação, possuía apenas autonomia de organização, ou seja, deveria reunir as massas juvenis no sentido de lhes imputar a orientação do PCB, o que se conseguiria apenas se reunisse grandes contingentes.

Essas diferenças podem ser explicadas na definição apresentada por Marcos Del Roio⁴⁰⁴, de que

um grupo dirigente revolucionário se forma na medida em que se apropria de um cabedal teórico, que se acopla a uma movimento de conformação do proletariado em classe social e partido político [o que] é essencial para que se proceda à leitura crítica

⁴⁰² OTÁVIO. Pela unificação da juventude brasileira sob a bandeira democrática, nacionalista e progressista. *A Classe Operária*, 10/1936, nº. 201, pp. 03-07.

⁴⁰³ Ibidem., p. 03.

⁴⁰⁴ DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2007, pp. 11-72.

da realidade que se quer transformar, a qual, no entanto, se delineia em meio à luta sociocultural”⁴⁰⁵.

Quanto aos debates internos da segunda metade dos anos de 1930, como se supõe, a FBJC foi compreendida como uma organização auxiliar, destinada a seguir o direcionamento partidário nos meios juvenis, mas não poderia se portar como um partido juvenil, que aceitasse em seu interior apenas aqueles mais capazes. Ao contrário, segundo defendido no artigo citado acima, “a Federação não é um partido (...) não temos que ser apenas um grupo de elite; temos que ser uma grande massa heterogenia (...) unificadora de toda a juventude nacional”⁴⁰⁶.

Defendeu-se, para tanto, que o caminho a seguir tinha de ser o desdobramento da militância clandestina dos jovens comunistas em organizações legais e de massa, às quais a condição de ilegalidade da FBJC não permitia o acesso, pelo menos enquanto a organização se dedicasse somente a estruturar as células com reduzido número de jovens. Para esses objetivos, alegou-se que os jovens comunistas tinham de mudar a maneira de dialogar com a juventude, adaptando-se e procurando desenvolver propagandas mais agradáveis, assim como o conjunto das suas práticas que, em resumo,

não [não deveriam se limitar] apenas à organização da juventude das fábricas e fazendas. Muito pelo contrário! Devemos ser campeões da luta pela cultura, mas não somente em manifestos tempestuosos. Tomemos a iniciativa de organizar grupos de analfabetos e alfabetiza-los. Devemos formar comissões que vão às Câmaras municipais e estaduais e requeiram abertura de escolas e bibliotecas. (...) Lutar pelo barateamento e gratuidade do ensino, contra a limitação de vagas. Promover, nos clubes esportivos e nas associações populares, conferências de estudantes e intelectuais sobre temas científicos (...) criar grandes e alegres centros recreativos, que abram os olhos da nossa juventude, dando-lhe ambição de uma vida melhor, uma ampla perspectiva de tudo aquilo de que tem direito de exigir, pelo muito que produz⁴⁰⁷.

Nesse mesmo período, outro artigo, assinado por Ararigboia⁴⁰⁸, seguiu no mesmo sentido. Segundo o autor, não era necessário apresentar mais provas de que “a juventude, sem distinção de classes, [seria] uma das camadas mais revolucionárias da população”⁴⁰⁹. No entanto, apesar de ser necessária a atuação dos jovens comunistas nesse segmento, sem sectarismo e no intuito de que a juventude não fosse conquistada pelo integralismo,

⁴⁰⁵ Ibidem., p. 30.

⁴⁰⁶ A Classe Operária, 10/1936, nº. 201, pp. 03.

⁴⁰⁷ Ibidem., p. 07.

⁴⁰⁸ ARARIGBOIA. Marchemos unidos com toda a mocidade brasileira! *A Classe Operária*, 05/12/1936, nº. 205, p. 03.

⁴⁰⁹ Ibidem.

“infelizmente os jovens comunistas [teriam] compreendido de forma muito insuficiente as verdadeiras aspirações da juventude e a necessidade de se juntar a ela”⁴¹⁰.

No decorrer do artigo, o autor afirmou que os integralistas estariam se utilizando do esporte e da diversão como meio para conquistar a juventude, enquanto os comunistas ainda não haviam percebido os seus sentimentos e vibrações, como por exemplo, os elevados preços de teatro e de cinema, o que impedia o acesso da maioria da juventude a essas casas de diversão. Nesse sentido, o autor ressaltou que seria necessário que “cada jovem comunista [compreendesse] que o seu lugar é onde se encontram as massas juvenis, seja nas associações religiosas, nos clubes de football [ou nos] nos clubes dançantes”⁴¹¹. Em seguida, Ararigboia também indicou o modo como o jovem comunista deveria se portar entre a juventude, de modo que não deveria se apresentar como um revolucionário ou como comunista, mas, sim, “como os jovens mais alegres, mais engenhosos que sabem conquistar a simpatia dos seus companheiros. E trabalhar assim, persistentemente”⁴¹², até que conseguisse uma organização que reunisse todos os interesses das camadas juvenis.

Ao que parece, as ações da FBJC pretenderam ultrapassar os próprios limites na tentativa de construir espaços de atuação e ampliar o leque de militantes, como demonstrou o crescimento do número de universitários e de jovens ligados ao mundo dos esportes. Por outro lado, se inserir nos movimentos de massa e se tornar uma grande e ampla organização no contexto da clandestinidade e das sucessivas ondas de repressão que abateram os comunistas durante os anos de 1930 pareceu um tanto deslocado ou exagerado para a conjuntura que a FJCB vivenciava. É possível que esse contexto tenha favorecido para limitar as mudanças que os jovens comunistas operaram em suas práticas e, em 1937, ainda sob alegação de sectarismo, a FJCB foi dissolvida pelo PCB.

A partir de então, o trabalho de juventude dos comunistas passou a ser organizado por um Bureau Juvenil ligado ao Comitê Central do Partido, que também recebeu certa carga de críticas. Avaliou-se que o trabalho do Bureau teria se desenvolvido disperso em células, apenas com perspectiva de cúpula e não teria suprido a tarefa de formar novos militantes comunistas⁴¹³. Apesar das críticas, o trabalho de juventude continuou sendo organizado pelo Bureau, pelo menos, enquanto a direção do PCB persistiu com alguma organização.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ A FJCB em face da situação política – Suas tarefas apud KAREPOV, 2011, op. cit., p. 54. Ressalta-se que em meio as cisões que ocorreram no PCB entre os anos de 1937 e 1938, a FJCB chegou a ser reorganizada pelo grupo comunista de São Paulo, mas teve vida efêmera há poucas informações sobre as suas ações.

Depois de uma década de atuação organizada, a FJCB pode ser pensada como um acúmulo de experiências para a ação juvenil dos comunistas. Nota-se que, após as diferentes ênfases no decorrer da sua trajetória e dos percalços pelos quais passou, frente às guinadas, cisões e a repressão que se abateu sobre o PCB, o debate que surgiu em 1936, ainda que possa ser entendido apenas como pistas, pareceu ter significado uma avaliação do passado e uma análise do que a organização havia se transformado. Foi pautado nesses entendimentos que, ao que tudo indica, se tentou pensar outro modelo para a FJCB, que a inserisse na orientação das frentes populares dos partidos comunistas, fizesse-a deixar de ser uma organização de vanguarda da juventude proletária e se transformasse em uma organização mais voltada para despertar os problemas comuns dos diversos segmentos juvenis. A contar pela participação mais efetiva dos estudantes, essa nova orientação extrapolou os limites de classe que nortearam as suas ações iniciais.

No entanto, a defesa de que a FBJC deveria se tornar um movimento de massas não deixou de revelar as suas tensões e discordâncias internas, mostrando que, mesmo a FJCB sendo uma organização auxiliar e orientada pela política do Partido, as operações que tentaram lhe imputar mudanças não se fizeram sem os percalços e a complexidade de se lidar com práticas e orientações constituídas, o que demonstra as dificuldades que se colocaram para tornar a Federação uma organização, ao mesmo tempo, de massa e de vanguarda entre os jovens.

2.3 O trabalho de juventude no movimento universitário (1938 – 1945)

No início da década de 1940, no contexto em que o Brasil declarou guerra aos países do Eixo e do abrandamento da repressão, surgiram movimentos dispersos de militantes do PCB com o intuito de reorganizá-lo. Os mais importantes foram os militantes do Comitê Regional da Bahia; alguns grupos dispersos de São Paulo, dentre eles, o Comitê de Ação; e o Comitê Nacional de Organização Provisória (CNOP), no Rio de Janeiro. O contato entre esses grupos, apesar das suas divergências, terminou com a Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, quando foi eleito o Comitê Central do Partido e definida a linha de atuação dos comunistas⁴¹⁴.

Após a dissolução da FBJC e da repressão do final dos anos de 1930, que dismantelou as direções do PCB, pouco havia sobrado da sua vida orgânica⁴¹⁵. Sobre o trabalho de

⁴¹⁴ PACHECO, 1984, op. cit., pp. 180-182.

⁴¹⁵ Ibidem., p. 178.

juventude, não há informações que deem conta de nenhuma ação organizada mais ampla que tenha extrapolado a regionalidade. Porém, pelo menos no Rio de Janeiro e na Bahia⁴¹⁶, restaram estudantes que mantiveram atuação organizada.

Como se observou anteriormente, nesse período, as ações dos comunistas se voltaram com força para o movimento estudantil que, conforme afirmou o estudante de Direito e membro do Comitê Regional do PCB da Bahia, João Falcão, foi uma orientação reafirmada pelo Bureau Sul Americano da IC, que teria orientado para a “maior atenção ao movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes, e às entidades estudantis estaduais”⁴¹⁷. Nesse sentido, conforme depoimento de Irun Sant’Anna⁴¹⁸ após a experiência com a FJCB, a qual ele afirmou ter sido avaliada de modo ruim pelo PCB, a política adotada foi a de participar das entidades estudantis, o que teria resultado na presença dos comunistas no interior da Casa do Estudante do Brasil (CEB) e de alguns centros e diretórios acadêmicos.

A CEB foi fundada em 1929 como uma organização filantrópica, e teve como presidente Ana Amélia, considerada centralizadora e que proibia debates sobre temas políticos. No entanto, a presença no interior dessa entidade possibilitou que os estudantes comunistas participassem da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1937 e 1938. Em seu depoimento, Sant’Anna chega a afirmar que “nós [os comunistas] fizemos a União Nacional dos Estudantes para democratizar o movimento estudantil e fugir da influência da Ana Amélia”⁴¹⁹. Teria sido objeto desses estudantes a organização de uma entidade nacional que fosse legítima, representativa, democrática, antifascista e que reunisse tanto os interesses estudantis, quanto debatesse as questões nacionais, como a industrialização, a siderurgia e o petróleo⁴²⁰.

De acordo com esses depoimentos, apesar de não ser possível aferir o nível de organização nacional a que chegaram os estudantes comunistas, é possível afirmar que a ênfase sobre os meios estudantis foi uma iniciativa que se formou no movimento mais geral de reorganização do PCB. Dessa maneira, a participação desses universitários nos meios estudantis foi contínua a partir do início dos anos de 1930, e no início dos anos de 1940, como observado anteriormente, a UNE foi considerada como um palco prioritário de atuação para a militância e expressão dos comunistas. Os congressos e as atividades da UNE também se

⁴¹⁶ Algumas informações sobre as ações dos estudantes comunistas da Bahia podem ser encontradas em: JUNIOR SENA, Carlos Zacarias F.. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível (1936-1948)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife: 2007.

⁴¹⁷ Depoimento de João Falcão apud JUNIOR SENA, 2007, p. 150.

⁴¹⁸ Apud MÜLLER, 2005, op. cit., p. 32, entrevista concedida para a autora.

⁴¹⁹ Ibidem., p. 35.

⁴²⁰ Ibidem., p. 36.

tornaram espaços importantes para os contatos e para a rearticulação entre os estudantes comunistas, que tiveram nessas atividades oportunidades de participar ativa e publicamente de uma das poucas entidades legais que conseguiu manter alguma independência em relação ao Estado Novo.

Como já analisado, nesse período os estudantes comunistas se expressaram com força no interior da UNE, mas foram superados pela ascensão dos grupos estudantis que posteriormente ingressam na UDN. Fora da direção nacional do movimento universitário, mas mantendo o discurso de que a UNE estaria acima das divergências políticas, os estudantes comunistas se mantiveram ativos e continuaram presentes nas atividades da entidade. Ao mesmo tempo, empenharam-se na realização dos encontros e atividades próprias, como uma sabatina realizada a Luiz Carlos Prestes e os Ativos Estudantis. Consoante a isso, os setores de juventude do PCB passaram a priorizar também a organização do movimento mais geral de juventude.

2.4 A União da Juventude Comunista: uma organização legal, democrática e aberta a todas as tendências e religiões

Desde o princípio de 1945, o PCB atuou como partido legal, e para coordenar os seus trabalhos de juventude, constituiu uma Comissão Juvenil Nacional (CJN). A partir da CJN, também foram organizadas comissões estaduais e metropolitanas que, ao que tudo indica, estiveram empenhadas no movimento universitário, tendo certo destaque, dentre outros, os estudantes Mario Alves, da Bahia; Luiz Ferraz, do Distrito Federal; Aldeser Campos, membro da CJN; e Eros dos Santos⁴²¹. Já em 1946, o PCB começou a tomar iniciativas no sentido de organizar as ações de juventude em uma organização própria desse segmento, o que culminou na resolução de fundação da União da Juventude Comunista (UJC) em 1947.

As tentativas de reorganizar os movimentos de juventude sob a liderança dos comunistas seguiu a orientação de estruturar mobilizações mais amplas do que haviam ocorrido com a antiga FJCB. Conforme João Falcão, a orientação do Bureau Sul Americano sobre a formação de uma JC na Bahia fora nesse sentido, para ser uma juventude ampla, que não fosse sectária e não se confundisse com um tipo de PC juvenil⁴²². Esses princípios foram seguidos também no Rio de Janeiro, quando os jovens comunistas participaram da preparação do I Congresso da Juventude do Distrito Federal.

⁴²¹ Universitários brasileiros em contacto com Prestes, *Tribuna Popular*, 01/08/1945, p. 01-02.

⁴²² Depoimento de João Falcão apud JUNIOR SENA, 2007, op. cit., p. 150.

Nesse Congresso começou a ser organizado no final de 1944, em reunião que aconteceu na sede da UNE, a qual foi organizada sob a liderança do Juvenil Glória Futebol Clube, do Departamento Juvenil da Liga de Defesa Nacional, da Secção Juvenil da Comissão de Delegados da Liga de Defesa Nacional e do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, todos com apoio ou participação direta dos jovens comunistas. Neste evento, reuniram-se representantes da Associação Cristã Feminina, da Federação das Congregações Marianas, da Federação dos Círculos Operários Católicos, da UME, do Grêmio Hebreu-Brasileiro, do Clube dos Cabiras, da Congregação Mariana de Salete, da Federação das Bandeirantes do Brasil e dos Diretórios Acadêmicos da Escola Nacional de Belas Artes, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Escola de Enfermagem Ana Nery e da Escola Nacional de Engenharia⁴²³.

Nos objetivos do Congresso, considerado um dos episódios mais significativos para a juventude pela possibilidade, depois de anos, de se reunir e debater as suas demandas, foram constadas as intenções de debater os problemas mais gerais e comuns dos jovens, colocar as diferentes organizações de juventude cariocas em contato direto e decidir uma pauta conjunta de reivindicações⁴²⁴.

Ao seu final, realizado somente em outubro, os participantes decidiram, dentre outras resoluções, que fosse proibido os empregadores demitirem de seus empregos os menores de idade antes de seis meses de completar a maioridade, simplificação na expedição da carteira de trabalho e a criação de bibliotecas nas empresas em que trabalhassem muitos jovens e em clubes juvenis culturais e esportivos⁴²⁵.

O I Congresso da Juventude não teve desdobramentos visíveis na articulação das organizações participantes no Distrito Federal, mas simbolizou o direcionamento amplo e aberto que constou na pauta do PCB e que definiu o seu papel entre a juventude, para fomentar movimentos mais gerais no interior desse segmento. Foi com essa orientação que o PCB deu início, no final de 1946, à organização da UJC, o que se efetivou no início de 1947.

O estatuto da UJC foi aprovado em reunião do Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB, em fevereiro de 1947, tendo como presidente da Comissão de Organização Apolônio de Carvalho⁴²⁶. A indicação de Apolônio pareceu uma tentativa do PCB no sentido de capitalizar a expressão que os jovens brasileiros participantes das resistências democráticas ou antifascistas no contexto da II Guerra Mundial possuíam junto à juventude, o que esteve no

⁴²³ *O Globo Expedicionário*, 24/11/1944, p. 01; *Diário de Notícias*, 04/04/1945, p. 08.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ *Diário de Notícias*, 18/10/1945, p. 06.

⁴²⁶ *Tribuna Popular*, 28/02/1947, p. 03-04.

contexto mais geral da imagem que o PCB procurou construir do partido. Como apontou Daniel Aarão Reis:

Os comunistas começaram a aparecer como os antifascistas mais decididos, abnegados, corajosos, reivindicando a condição de, e reconhecidos como patriotas, prontos a qualquer sacrifício em nome dos interesses nacionais. A auréola de açoitados e perseguidos, as chagas dos torturados, o sofrimento de Prestes, o martírio de Olga e de tantos outros, tudo isso fazia uma legenda⁴²⁷.

Nesse leque, estiveram os jovens soldados expedicionários, os militantes que haviam participado da Guerra Civil Espanhola ou das Frentes de Resistência ao nazismo na Europa. Ao mesmo tempo, também é simbólico que a biografia desses personagens tenha servido ao intuito de se apresentar como exemplos de abnegação, assim como de combatentes natos aos regimes de força e em favor da democracia.

Nesse sentido, o candidato a presidente da UNE apoiado pelos comunistas, em 1945, havia sido Augusto Vilas Boas, soldado Expedicionário e estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Quanto a Apolônio de Carvalho, fora militante da ALN, o que lhe rendera dois anos de prisão após o levante armado de 1935, participou na Guerra Civil Espanhola como tenente e capitão do Exército Republicano, e lutou na Resistência Francesa, quando chegou a tenente-coronel das Forças Francesas do Interior. A participação na Resistência Francesa lhe rendeu condecorações com a Medalha Oficial da Legião de Honra e com a Cruz de Guerra com Palma, ambas na França⁴²⁸. Como secretário geral da UJC, o PCB designou Gervásio Gomes de Azevedo, soldado expedicionário que servira na Itália, condecorado com a Medalha de Campanha e eleito deputado nas eleições de 1945. Nesse mesmo período, o soldado expedicionário Salomão Malina também se tornou um personagem de relevo da JC, principalmente após a sua prisão ao defender a gráfica do jornal *Imprensa Popular* contra uma investida policial em 1947.

⁴²⁷ REIS, 2007, op. cit., p. 75.

⁴²⁸ *Tribuna Popular*, 02/03/1947, p. 01-02.

HOJE ÀS 20 HORAS



Conferência
de
APOLONIO
DE
CARVALHO

Líder anti-fascista brasileiro
Combatente da Espanha Re-
publicana, Tenente-Coronel
das Forças Francesas do
Interior

SOBRE A
JUVENTUDE COMUNISTA
NO
TEATRO GINÁSTICO
AVENIDA GRAÇA ARANHA — Esplanada do Castelo

3 Divulgação da conferência de Apolônio de Carvalho sobre a UJC. **Fonte:** *Tribuna Popular*: 28/02/1947, p. 05.

Quanto ao modelo de estruturação da UJC⁴²⁹, a organização foi considerada uma sociedade civil de direito privado que deveria reger-se pelo Código Civil, pelas leis atuais e pelos seus estatutos. Dentre os seus membros, poderiam ser admitidos, desde que tivessem entre 13 e 23 anos, todos “os jovens de ambos os sexos, independente de cor ou raça ou de convicções religiosas ou ideológicas”⁴³⁰. Com relação à função que a UJC deveria desempenhar nos meios juvenis, figurou:

organizar, unir e orientar a juventude para uma vida digna e feliz, incentivando o patriotismo dos jovens, esforçando-se no sentido de colocar o entusiasmo e o calor da

⁴²⁹ Com relação às instâncias deliberativas da UJS, foi definido o Congresso Nacional, como instância máxima. Nos Estados como no Distrito Federal, a direção caberia a uma diretoria composta, no mínimo de 5 membros, eleita nas convenções estaduais e metropolitanas, sendo a direção nacional exercida pela Diretoria Nacional, composta de 15 membros, aos quais compete eleger uma Comissão Executiva de 7 membros, estes responsáveis pela direção da União, a qual escolherá entre si os encarregados das diversas secretarias.

⁴³⁰ *Tribuna Popular*, 22/03/1947, p. 01.

juventude ao lado do povo na luta pela consolidação da democracia e da paz Mundial no combate ao fascismo [...] Promoverá a educação dos jovens, inspirando-se nas tradições revolucionárias e progressistas do nosso povo e orientando-os nos exemplos e ensinamentos do socialismo [...] concretizando os melhores anelos de liberdade e bem estar da juventude, empregando todos os esforços para organizá-la e unificá-la, visando a criação de um amplo movimento juvenil de massas, de caráter nacional, a desenvolver-se dentro das atuais condições de paz e que contribua para assegurar as grandes transformações sociais necessárias ao progresso do povo brasileiro, principalmente pela liquidação do monopólio da terra e da exploração imperialista em nossa Pátria⁴³¹.

Para organizar a militância e o recrutamento, a UJC manteve o modelo das células, tratado no estatuto como organismos, que deveriam ser estruturados nos locais de trabalho ou de residência dos seus membros. Mediante o estatuto, a UJC não possuiu nenhuma prioridade de ação dentre os segmentos juvenis, prevendo que os jovens comunistas atuariam em todos eles, como nas fazendas, oficinas, fábricas, escolas, ginásios, universidades, bairros, clubes esportivos, dentre outros. Porém, em qualquer das suas atividades, o militante da UJC tinha de se esforçar para ser o melhor e mais dedicado jovem, desde a fábrica até se convocado para o serviço militar. Como definido em seu estatuto, deveria ser o “bom camarada a quem os companheiros peçam um conselho, uma orientação, aquele que está disposto a defender os interesses de todos, aquele em quem se encontra sempre o entusiasmo e a alegria”⁴³².

Considerando-se o perfil que foi definido para a sua atuação, a UJC seguiu o modelo que constou nas críticas formuladas no final da existência da FJCB e na orientação do Bureau Sul Americano da IC, tendo em vista ser uma organização estruturada para abarcar amplos setores da juventude brasileira, com o objetivo de educar, unir e organizar o movimento de massas, mas sem que se caracterizasse como um organismo de cúpula.

Na prática, a UJC pareceu ter conseguido dar corpo a esse perfil. Ao considerá-la no Distrito Federal, teve prioridade a organização nos locais de residência, dentre as quais foram organizadas as comissões distritais da Penha, Gávea, Tijuca, Madureira, Rocha Miranda, Bonsucesso, Saúde, Santo Cristo, Estácio de Sá, Jacarepaguá, além das comissões municipais de Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Campos, Petrópolis e São João do Meriti. Nos Estados, além da Comissão Metropolitana do Distrito Federal, foram organizadas as estaduais da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul⁴³³.

⁴³¹ Extrato do Estatuto da União da Juventude Comunista. *Diário Oficial da União*, 28/03/1947, Seção I, p. 4309.

⁴³² *Tribuna Popular*, 22/03/1947, p. 05.

⁴³³ Vida Juvenil. *Tribuna Popular*, 02/04/1947 a 15/05/1947, p. 08.

Na formação dessas comissões, teve destaque a participação de estudantes e jovens operários, assim como a adesão dos clubes esportivos, principalmente dos pequenos times locais de futebol. Quanto às atividades que foram destacadas em seus primeiros dias, constou a Quinzena Tiradentes, “com o que os jovens do Brasil [homenageariam] o mártir da nossa independência”⁴³⁴ e a Campanha pelo Restabelecimento da República Espanhola. Além disso, houve ênfase na divulgação do Teatro da Juventude da Gávea, a fundação do jornal *Ribalta Juvenil*, desse mesmo bairro, e a fundação ou adesão dos clubes culturais e recreativos.

Por outro lado, o anticomunismo se expressou contra os jovens comunistas desde a divulgação dos estatutos da UJC, e a organização foi diariamente combatida pelos jornais do grupo *Diários Associados* e, principalmente, pelo *O Globo*.

Segundo Jacob Gorender⁴³⁵, *O Globo* tentou caracterizar a UJC em uma vala comum na qual caberia tanto a Juventude Hitlerista, quanto a Juventude Balila, de Mussolini. Como contra ponto, o PCB defendeu que a UJC se caracterizava por uma organização ampla, democrática, defensora da Constituição e do pluralismo partidário, assim como em seu interior não haveria discriminação religiosa ou ideológica. Ao mesmo tempo, procurou mostrar que a sua marca principal era a de um corpo de militantes distintos justamente pelo combate ao nazi-fascismo. Ainda nesse período, os comunistas também atacaram, alegando que, em seu conjunto, as matérias contra a UJC seriam financiadas pelo Departamento de Estado Norte-Americano. Quanto ao anticomunismo de *O Globo*, seria justificado por conta de possuir os direitos autorais das revistas norte-americanas de quadrinhos, o que teria motivado que Roberto Marinho,

proprietário da série de ‘gibis’ [temesse] que os moços brasileiros [fossem] orientados para preocupações mais altas, mais dignas, patrióticas e humanas, passando, daí por diante, a abominar aquela literatura de ‘gangsters’, de policialismo cruel, de crimes (...) de guerra e espionagem, de amores mórbidos, de paixões pelo jogo, pelo dinheiro, pela competição de grupos capitalistas⁴³⁶.

Ao mesmo tempo, *O Globo* foi entendido pelos comunistas como um grupo que representava os resquícios do fascismo, que ao atacar a liberdade de pensamento e de associação, procurava minar a construção democrática brasileira.

Mesmo com todos os esforços para caracterizar a UJC como uma organização pautada pela ordem, pela democracia e pelos interesses nacionais da juventude, a exemplo de como se tentou caracterizar o próprio PCB, a vida pública como organização legal da UJC esteve

⁴³⁴ Vida Juvenil. *Tribuna Popular*, 02/04/1947, p. 08.

⁴³⁵ GORENDER, Jacob. A Imprensa Amarela e a Juventude Comunista. *Tribuna Popular*, 09/04/1947, p. 08.

⁴³⁶ Eduquemos a Juventude, Ibidem.

reduzida ao período entre 28 de março de 1947, quando os seus estatutos foram publicados no *Diário Oficial da União*, e 15 de abril desse mesmo ano, quando o presidente Dutra, eleito em 1945, publicou o Decreto de suspensão da UJC, proibindo imediatamente a continuidade das suas atividades em todo o território nacional.

Conforme constou nas justificativas do Decreto, a UJC foi considerada uma associação nociva e perigosa ao bem público, à segurança do Estado, da coletividade e à ordem pública e social, assim como pela educação das crianças, dos jovens e da propaganda, teria como objetivo disseminar doutrinas que visavam à destruição do Estado democrático para instituir, em seu lugar, uma ditadura que sacrificaria as liberdades e direitos assegurados na Constituição de 1946⁴³⁷.

Nos dias seguintes, os parlamentares comunistas se debateram contra o Decreto, tentando reafirmar que a UJC seria uma organização nitidamente democrática e de que a sua suspensão feria os princípios constitucionais que deveriam garantir a liberdade de associação, assim como ressaltaram que a suspensão de qualquer organização só poderia acontecer se houvesse um inquérito jurídico preliminar, o que não havia sido o caso. Além disso, alegou-se que o Decreto exumava “leis caducas (...) que serviram, em tempos passados, à implantação da ditadura em nossa pátria”⁴³⁸.

No Senado, Prestes também se manifestou, ao afirmar que frente à suspensão da UJC, o que significou um ataque as forças que procuravam unir o país, o momento era de união do povo para resolver os problemas nacionais⁴³⁹, assim como a Comissão Executiva do PCB que se manifestou:

nesse instante a todo o nosso povo, aos patriotas e democratas de todas as correntes e partidos políticos e a todos chama em defesa da democracia tão seriamente ameaçada para que manifestem por todos os meios seu repúdio ao ato reacionário do governo. É rigorosamente dentro da ordem e fazendo uso dos recursos estritamente legais que haveremos mais uma vez de derrotar ao grupo fascista infiltrado no governo, já que o decreto em apreço contra uma associação juvenil e democrática legalmente registrada, como a União da Juventude Comunista, não passa de provocação na expectativa de pretextos que justifiquem maiores atentados à democracia⁴⁴⁰.

⁴³⁷ DECRETO N°. 22.938/1947 - Suspensão do funcionamento da UJC. *Diário Oficial da União*, 15/04/1947, Seção I, p. 5135.

⁴³⁸ Intervenção do Deputado Clóvis de Oliveira Neto. Assembleia Legislativa de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Imprensa Oficial, n°. 84, 17/04/1947, p. 9.

⁴³⁹ “SÉRIO golpe contra a Constituição”. *O Momento*, 19 de abril de 1947 apud JUNIOR SENA, 2007, op. cit., p. 408.

⁴⁴⁰ PRESTES, L. C. A suspensão do funcionamento da Juventude Comunista. In: BRAGA, Sergio Soares (Org.), Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 583 apud JUNIOR SENA, op. cit., p. 408.

Em consonância aos protestos dos comunistas, Apolônio de Carvalho e o deputado João Amazonas chegaram a realizar reuniões com a chefia da polícia para tratar da suspensão, e a UJC afirmou que a “juventude brasileira [mobilizaria] todas as suas forças para mais uma vez defender os seus direitos, [e protestariam] com energia, dentro da ordem e da lei”⁴⁴¹, contra a inconstitucionalidade da sua proibição, o que não aconteceu.

No contexto em que o próprio PCB caminhava na corda bamba, acuado pelos movimentos que se lançaram na defesa da ilegalidade do Partido e na cassação do seu registro, a suspensão da UJC terminou por ser aceita sem resistência efetiva. Pouco depois, ainda em 1947, o PCB também teve o registro invalidado e voltou à ilegalidade, e em seguida, os seus mandatos parlamentares foram cassados.

Encerrado o curto período de atuação legal dos comunistas, o trabalho de juventude voltou a ser de responsabilidade direta do Partido que, a partir de 1948, passou a organizar células de juventude e de estudantes, comissões juvenis auxiliares junto ao Comitê Nacional, aos Estados e aos Comitês Regionais mais importantes. Além disso, o PCB instituiu o cargo de encarregado juvenil em todos os organismos partidários, assim como uma Comissão Provisória Nacional (CPN), que teve a tarefa de reorganizar a UJC.

Essa estrutura foi mantida até 1950, mas sem alcançar resultados; considerada débil e dispersa, foi substituída pela reorganização de uma nova UJC, no bojo da radicalização política e da organização da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN).

2.5 A reorganização da UJC para a libertação nacional (1950)

Entre 1947 e 1949, quando os estudantes ligados ao PSB presidiram as diretorias da UNE, os comunistas foram gradativamente reorganizando o trabalho estudantil nos espaços que conseguiram junto à entidade e no movimento universitário como um todo, que como se observou, terminou com uma onda anticomunista que derrotou os movimentos de esquerda e converteu a UNE em uma entidade com traços marcadamente voltados para o saneamento dos meios estudantis.

Com relação às avaliações e ao planejamento do PCB para a reorganização dos jovens comunistas no final da década de 1940, a principal pista é um artigo de Apolônio de Carvalho, publicado em 1949⁴⁴². Segundo esse autor, os movimentos de juventude estariam se

⁴⁴¹ Nota Oficial da UJC, Ibidem.

⁴⁴² CARVALHO, Apolônio de. Dentro da juventude nacional da paz: a luta da juventude organizada. *Voz Operária*, 13/08/1949, p. 16.

expressando por meio de “greves de jovens trabalhadores e estudantes; passeatas da fome, defesa da imprensa popular, combate às novas leis celeradas, defesa do petróleo, luta pela paz, repulsa ativa às novas extorsões da Light e de outros trustes estrangeiros”⁴⁴³. Entretanto, a organização da juventude ainda seria algo incipiente para a qual faltaria, principalmente, um grupo que reunisse todos os jovens na luta pelos seus direitos. A justificativa para tal foi a debilidade na ligação entre as organizações juvenis, dentre as quais, o autor considerou os estudantes e os trabalhadores jovens como principais.

Para Apolônio, os estudantes estariam procurando “sustentar com vigor suas tradições e sua independência”⁴⁴⁴, mas representariam apenas 6% dos jovens entre 15 e 20 anos. Ainda assim, o foco principal da atuação estudantil seria dos universitários, pois de modo geral, os estudantes secundários estariam pouco organizados.

Com relação aos trabalhadores, o autor considerou que os operários urbanos e os trabalhadores rurais jovens formariam a grande parte da juventude e, notadamente, a mais explorada. Segundo Apolônio, os jovens ocupariam um quarto do total de operários nas fábricas, já os trabalhadores das regiões rurais, um terço dos efetivos. Porém, os clubes que deveriam reunir esses jovens, apesar dos interesses comuns de todos eles, teriam ainda poucas ligações entre si para que conseguissem articular reivindicações conjuntas. A partir desse contexto, Apolônio avaliou que a amálgama que deveria reunir todos os setores juvenis era a luta contra guerra e o anseio pela paz⁴⁴⁵, o que exigiria uma ampla organização juvenil que conseguisse disseminar esse discurso, conectar as diversas associações juvenis e integrá-la no movimento nacional pela paz. No entanto, essa ampla organização também necessitaria ter como tarefa central e imediata lutar

por melhores salários e condições de trabalho e por escola, livros, casas e transportes baratos; pelo respeito a legislação de menores e à liberdade de organização da juventude; por nosso petróleo, nossas fontes de energia, nossas bases e a integridade de nosso solo; por um novo poder apoiado no povo⁴⁴⁶.

Estabelecidos os pontos fundamentais para um programa das lutas da juventude, Apolônio indicou que para superar a debilidade orgânica dos jovens operários e dos

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Quando da publicação do artigo citado, repercutia a Guerra da Coreia e a possibilidade do Brasil participar do conflito.

⁴⁴⁶ *Voz Operária*, 13/08/1949, p. 16.

estudantes, o modelo a ser adotado precisava se basear no desenho traçado para a UJC em 1947. Desse modo, o trabalho de juventude dos comunistas teria que se empenhar nas

reivindicações cotidianas [da juventude], nas fábricas, nos locais de trabalho, nas fazendas, nas escolas, nos quartéis, dentro das formas mais acessíveis de organização: comissões, círculos, grêmios, clubes reivindicativos, esportivos, recreativos, culturais; conquistar na luta sua legalidade, coordenar e ampliar sua ação, aliar aos combates reivindicativos à luta patriótica da nação⁴⁴⁷.

Para tanto, teriam de se atentar que

há em cada comissão de salários lugar para as reivindicações específicas dos jovens trabalhadores, como há em cada empresa, escola ou quartel, aspirações e vontade de lutar nas massas juvenis que esperam, apenas, que se lhe apontem os caminhos e as formas de luta (...) e a luta pela Paz, hoje, permite a mobilização ainda mais ampla dos moços – pois essa luta é superior a quaisquer divergências e reflete, o desejo de estabilidade de cada família, o sonho de aprender e construir – que é de todos os jovens e que só a Paz permite⁴⁴⁸.



3 Manifestação organizada pela UJC contra a guerra e Acordo Militar Brasil-EUA. **Fonte:** *Voz Operária*, 07/08/1954, p. 10.

O artigo de Apolônio tentou construir o arcabouço do que deveria ser a UJC. Definiu um programa que, se supôs, motivaria as lutas de toda a juventude, apontou as pautas

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ Ibidem.

adjacentes que deveriam ser partilhadas pelos seus segmentos e, ao que parece, sugeriu o tom do discurso para o recrutamento juvenil. A reorganização da UJC, entretanto, só aconteceria no ano seguinte.

Em agosto de 1950, o Comitê Central do PCB, por meio das declarações de Luiz Carlos Prestes, lançou o programa da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN)⁴⁴⁹. A FDLN consolidou a política do PCB elaborada a partir de 1948, que abandonou o ideal da União Nacional pela radicalização revolucionária. Nessa perspectiva, considerou-se que era “necessária uma revolução agrária, antiimperialista, a ser conduzida por uma Frente Democrática de Libertação Nacional, sob a direção do proletariado e de seu partido [o PCB]”⁴⁵⁰. O programa da FDLN se pautou em pontos fundamentais que defenderam um governo democrático e popular, a luta pela paz e contra a guerra, pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista, pela entrega de terra a quem trabalha, pelo desenvolvimento independente da economia nacional, pelas liberdades democráticas do povo, pela imediata melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, instrução e cultura para o povo e por um exército popular de libertação nacional⁴⁵¹.

Com relação aos pontos mais contextualizados nas demandas da juventude, o programa da FDLN defendeu o ensino gratuito a todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade, redução de todas as taxas e impostos que pesavam sobre o ensino superior, trabalho para a juventude após o término dos estudos e apoio e estímulo à atividade científica e artística de caráter democrático⁴⁵². No entanto, segundo foram expressas por Prestes, as tarefas da juventude eram mais amplas e deveriam ser norteadas pelo programa da FDLN, principalmente pelas lutas contra a guerra imperialista, o que deveria levantar e unir toda a juventude brasileira, o progresso social, sem latifúndios e grandes capitalistas apoiados por políticos “venais”, e pela independência nacional frente ao imperialismo⁴⁵³.

Para que essas tarefas fossem realizadas, assim como para superar a precariedade e organizar os segmentos juvenis nacionais, o Comitê Central do PCB aprovou a reorganização da UJC, estrutura que deveria organizar a “necessária e indispensável”

⁴⁴⁹ Declaração de Prestes pela organização da Frente Democrática de Libertação Nacional. *Voz Operária*, 05/08/1950, p. 03.

⁴⁵⁰ REIS, Daniel Aarão. Entre a reforma e a revolução. In: *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas, SP: Unicamp, 2007, p. 81.

⁴⁵¹ Declaração de Prestes pela organização da Frente Democrática de Libertação Nacional. *Voz Operária*, 05/08/1950, p. 03.

⁴⁵² Ibidem.

⁴⁵³ Ibidem.

participação da juventude [pois que] com o apoio de milhões de jovens lutando ativa e decididamente sob [a] direção da classe operária, [poderia] o povo brasileiro conquistar a vitória contra seus opressores e exploradores, porque a juventude, com seu heroísmo, com sua energia, com seu dinamismo e com seu entusiasmo criador [constituiria] uma das forças mais importantes na luta pela libertação nacional⁴⁵⁴.

Nesse sentido, a resolução expressou que o momento nacional estaria sendo marcado por diversas lutas, nas quais a juventude seria importante. Porém, como Apolônio havia enfatizado um ano antes, as massas juvenis ainda não estavam mobilizadas.

Organizada, a UJC deveria ser organicamente autônoma e independente, mas do ponto de vista político, deveria seguir a orientação do Partido, o que seria assegurada por meio da atuação de membros do PCB no interior da juventude. Essa orientação deveria ser norteada no sentido de demonstrar o caminho mais justo a ser seguido pelos jovens, assim como evitar que fossem guiados para a guerra pelos políticos traidores e pelos generais fascistas⁴⁵⁵. Quanto à faixa etária em que jovens poderiam ser recrutados e a sua estrutura de funcionamento, permaneceu o modelo de 1947, apenas com mudanças nominais das suas instâncias.

Quanto aos problemas juvenis que foram destacados, a resolução sobre a UJC ressaltou a desigualdade salarial entre jovens e adultos nas cidades e a utilização do trabalho infantil no campo. Com relação aos estudantes, “em sua maioria se [encontrariam] em difícil situação, enfrentando dificuldades cada vez maiores com o aumento incessante das taxas escolares e dos livros didáticos”⁴⁵⁶. Além disso, destacou-se que o imperialismo estaria empenhado na corrupção juvenil, utilizando-se do rádio, do cinema e das revistas em quadrinhos para disseminar entre os jovens uma ideologia agressiva, o antissemitismo, as restrições aos negros, a exaltação do crime e da sexualidade, e tentando arrastar a juventude para o caminho da descrença e do ceticismo.

No entanto, dentre esses três segmentos – trabalhadores urbanos, rurais e estudantes –, havia uma ressalva. Segundo decidido, apesar da UJC ter de ser uma ampla organização e se empenhar no recrutamento de jovens operários, assalariados agrícolas, camponeses pobres, elementos ativos da juventude trabalhadora em geral e estudantes revolucionários, assim como jovens de outras camadas sociais que estivessem dispostos a lutar pela libertação nacional, “[precisaria], entretanto, se apoiar na juventude operária que [deveria] ser seu núcleo fundamental”⁴⁵⁷. Certamente, a prioridade de atuar sobre os jovens operários esteve

⁴⁵⁴ Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil sobre a reorganização da União da Juventude Comunista em agosto de 1950. *Voz Operária*, 11/11/1950, pp. 06-07

⁴⁵⁵ *Ibidem.*, p. 06.

⁴⁵⁶ *Ibidem.*, p. 07.

⁴⁵⁷ *Ibidem.*

relacionada às tarefas juvenis no seio da FDLN, para a qual a UJC deveria contribuir com a mobilização das grandes massas, o que, decididamente, os estudantes não representavam. Além disso, observa-se que ao recrutamento dos estudantes se estabeleceu um adjetivo: estudantes *revolucionários*.

Em seu conjunto, todos esses aspectos foram contemplados no Programa⁴⁵⁸ estabelecido para a UJC, o que deveria lhe dar suporte para se tornar

uma organização da juventude avançada, capaz de dirigir decididamente os jovens, que fale a sua linguagem e que conheça e levante as suas reivindicações (...) que a unifique e dirija nacionalmente, que lhe assegure, através da orientação do PCB, uma direção política revolucionária e lhe dê uma clara perspectiva para a construção de seu futuro⁴⁵⁹.

Apesar de ser difícil qualquer comparação entre 1947 e 1950, em detrimento dos diferentes papéis que os comunistas se atribuíram diante desses dois contextos, é significativo o retorno da prioridade de atuação sobre um dado segmento: os operários, além do que, se atribuiu a UJC um papel notadamente de liderança sobre a juventude, e não a ênfase de expressar os seus problemas mais cotidianos e comuns.

Considerando-se a militância da JC entre 1927 (quando a organização tomou forma na FBJC), e o surgimento da UJC como uma organização juvenil juridicamente constituída, em 1947, é possível afirmar que os jovens comunistas haviam acumulado significativa experiência, principalmente em três frentes de ação e recrutamento: dos jovens operários

⁴⁵⁸ Programa da UJC, Idem. 1 - Unir e organizar a juventude por uma vida melhor, através da luta pela independência nacional e pela democracia popular; 2 - Pelas transformações necessárias ao processo de nossa Pátria principalmente pela liquidação do monopólio da terra; 3 - Pelas liberdades democráticas, contra a reação e o fascismo; 4 - Pela jornada de seis horas de trabalho sem diminuição de salário para a juventude operária, salário igual para trabalho igual para jovens trabalhadores de ambos os sexos, proibição do trabalho noturno e nas indústrias perigosas e insalubres para os jovens de menos de 18 anos, aumento progressivo do salário dos aprendizes no decurso da aprendizagem; 5 - Pela equiparação em matéria de produção social dos jovens assalariados agrícolas aos jovens operários da indústria, lutar para que seja assegurado ao jovem assalariado agrícola o pagamento de salário em dinheiro, salário igual para trabalho igual, jornada de trabalho de seis horas, seguro contra acidente, assistência médica gratuita, etc.; 6 - Ao que se refere aos jovens camponeses trabalhadores, pela prorrogação de todos os contratos, menor taxa de arrendamento, liberdade para a venda no mercado de toda a produção, assistência médica gratuita, etc.; 7 - Pelo barateamento do ensino secundário e superior e pela gratuidade do ensino primário e técnico profissional, redução dos preços dos livros e demais materiais escolares, redução para os estudantes das taxas de transporte e das entradas nas casas de diversão, completa autonomia das organizações estudantis e democratização do ensino; 8 - Pelo aumento do soldo dos soldados e marinheiros, por menor tempo de serviço para os jovens chamados às fileiras, contra a disciplina fascista nos quartéis; 9 - Pela construção de campos de esporte e de educação física que possa satisfazer às necessidades de toda a juventude trabalhadora e estudantil, 10 - Estudar sistematicamente o marxismo-leninismo, popularizar entre as grandes massas juvenis (...) os ensinamentos das lutas dos povos soviéticos e seu grande chefe Stálin, educar incessantemente pela prática revolucionária seus membros e as amplas massas da juventude nos elevados ideais do socialismo; 11 - Pela paz e contra as guerras imperialistas, apoiar a luta de libertação nacional de todos os povos oprimidos, lutar pela aproximação e pela amizade com o juventude democrática de todos os povos, particularmente com a gloriosa e heróica juventude soviética. Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem.

urbanos, dos setores ligados aos clubes desportivos, especialmente dos bairros periféricos, e do movimento estudantil universitário. Além desses, é provável que a JC ainda tenha tido participação nos movimentos de alfabetização promovidos nos comitês populares do PCB, em 1945, além de marcar presença nos movimentos teatrais. Quanto aos trabalhadores rurais e aos estudantes secundaristas, mediante as fontes que foram consultadas, não é possível supor a importância que tenham tido.

No período posterior, entre 1947 e a sua reorganização em 1950, as tarefas da JC foram ampliadas, ficando a seu cargo a promoção dos movimentos antiguerreiros e de defesa da paz internacional entre os jovens. Como já dito, a paz deveria ser o instrumento de ligação e de mobilização de todos os jovens brasileiros. Além disso, a partir de 1946, coube à JC promover e apoiar UIE no Brasil e organizar as delegações brasileiras aos Festivais Internacionais da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade da FMJD.

No entanto, se as tarefas dos jovens comunistas se tornaram mais amplas em 1950, quando da reorganização da UJC, os espaços de ação no interior de parte dos movimentos juvenis parecerem ter encolhido. Para isso, foi fundamental o realinhamento da UNE para o campo de anticomunismo, principalmente entre 1950 e 1953, o que funcionou como um vetor para a influência e para as ações da JC, tanto nos meios universitários, quanto na juventude em geral.

2.6 A UNE como organização de combate aos jovens comunistas

Em 1950, como se observou no primeiro capítulo, os movimentos dos estudantes anticomunistas que se reforçaram no decorrer de 1949 se viram representados na diretoria da UNE, eleita em julho de 1950. O novo grupo dirigente da entidade emergiu inspirado pelos objetivos de derrotar a influência dos universitários esquerdistas e comunistas nos meios estudantis, o que foi traduzido em ações para desfiliar a UNE da UIE e tentar evitar a participação das entidades universitárias nos eventos da FMJD⁴⁶⁰.

Nesse sentido, o realinhamento da UNE abriu simultaneamente quatro frentes de combate diretas aos comunistas: vetar a sua influência e expansão nos meios universitários; denunciar os Festivais da FMJD como um evento promovido pelos comunistas para arregimentação dos jovens; denunciar a linha político-ideológica e se desligar da UIE; e

⁴⁶⁰ BACELLOS, 1997, p. 24-30; MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC/FGV*. (Org) ALBERTI, Verena, FARIAS, Ignez Cordeiro de, ROCHA, Dora. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007, pp. 65-90; *Diário de Notícias*, 15/07/1950 a 15/08/1954.

inerente ao conjunto dessas ações, denunciar os movimentos pela paz e sanear os meios universitários da presença dos comunistas. Ao mesmo tempo, tentou-se redirecionar as ações da UNE para as ênfases do cotidiano estudantil, ressaltando os aspectos gremiais do movimento e desviar a entidade da rota de colisão com o governo Dutra, esboçada nas gestões anteriores. Isso não quer dizer que tenha havido um rompimento absoluto com todas as demandas estudantis anteriores, a exemplo da campanha do petróleo, mas sim que essas demandas deixaram de estar situadas entre as prioridades da entidade e tinham de ser saneadas de seus objetivos *falsos e subversivos*.

Essa interpretação foi expressa pela diretoria ainda em 1951, quando a saída nacionalista para o problema do petróleo foi tratado pela diretoria da UNE como objeto da “maior relevância, dentro da única solução que vem de encontro aos interesses pátrios [o que] reza manter a tradição de toda a mocidade na preservação da nossa independência e pelas riquezas nacionais”⁴⁶¹. Para a diretoria da UNE, o problema não era a defesa da tese nacionalista do petróleo, o que já havia sido defendido pelo DE da UDN, mas “a obrigação de também por-se freio à infiltração de elementos nocivos [a campanha] que, sob a capa de um falso patriotismo procuram [...] desvirtuar as reais finalidades de uma campanha que constitui patrimônio [...] de todos”⁴⁶².

Com esses objetivos, o primeiro desses embates aconteceu quase em simultâneo com a reorganização da UJC. Em novembro de 1950, ao tempo que o PCB relembrava o levante armado de 1935, a UNE publicou uma proclamação em que partilhou das homenagens em memória aos militares que foram mortos “lutando contra aqueles que, hoje fingindo defender a paz e a democracia, sempre tiveram por norma a ação violenta e a subversão e por objetivo a implantação de um regime essencialmente totalitário”⁴⁶³. No mesmo sentido, seguiu um manifesto do grupo dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito liderados pela ALA e da UME, que em sua proclamação desejou

saudar a memória daqueles que foram traiçoeiramente assassinados pelos revoltosos bolchevistas (...) Neste momento sumamente grave para a humanidade, quando os comunistas invadem a Coréia e agora também o Tibet, e as democracias ainda vacilam diante da atitude a tomar, nós, a mocidade carioca, devemos alertar os inocentes e o povo em geral para que não mais se repitam agressões covardes às instituições democráticas como aquelas de 1935 no Brasil e de 1950 na Coréia e no Tibet⁴⁶⁴.

⁴⁶¹ Nota da diretoria da UNE sobre o problema do petróleo. *Diário de Notícias*, 07/07/1951, p. 02.

⁴⁶² Ibidem.

⁴⁶³ *A Noite*, 27/11/1950, p. 06.

⁴⁶⁴ Ibidem.

Por fim, a UME bradou: “Abaixo o comunismo! Abaixo o fascismo! Estamos com a ONU! Pelo Brasil, numa democracia cristã!”⁴⁶⁵.

As proclamações dessas entidades foram imediatamente respondidas pelo jornal *Imprensa Popular*, órgão pelo qual se expressava o PCB, que, logo no dia seguinte, afirmou que “esses energúmenos fascistas, que assaltaram as diversas direções da UNE e da UME temporariamente, não representam de modo algum a combativa, patriótica e democrática juventude das escolas brasileiras”⁴⁶⁶. Ainda segundo o artigo, os manifestos publicados pelas entidades estudantis tinham como intenção, em primeiro, denegrir e caluniar “os heróis nacional-libertadores de 1935, [e] ao mesmo tempo [aplaudir] os sanguinários repressores daquela épica insurreição, os carrascos do tipo Filinto Miller”⁴⁶⁷. E em segundo, infamar a imagem dos movimentos pela paz, o que, de acordo com o artigo, seria ordem direta da Embaixada Norte Americana, pois que

as declarações desses ocupantes fortuitos das diretorias das entidades universitárias estão em tal consonância com a política guerreira e terrorista ditada ao governo pela Embaixada Americana, que dificilmente poderiam eles provar que não partiu da Embaixada Ianque a norma para os manifestos⁴⁶⁸.

A resposta do PCB representou o rompimento e uma declaração de combate à orientação dessas entidades. Já com relação à UJC, o início do movimento de massas que se pretendia dirigir começou desfalcado e combatido pela entidade nacional dos estudantes e pela UME, ou seja, pelas duas principais entidades estudantis do Brasil.

O confronto entre os jovens comunistas e os anticomunistas em torno do movimento universitário continuou nos anos seguintes. Ainda em 1951, convidado pelo grupo dirigente da UNE, Carlos Lacerda apresentou uma conferência durante o XIV Congresso da entidade, na qual se iniciou, na prática, a campanha para que a entidade brasileira se desfiliasse da UIE.

A conferência de Lacerda, qualificado como “provocador” pelos comunistas, também foi rapidamente combatida nas páginas da *Imprensa Popular*, que em decorrência da proposta de desfiliação da UIE não ter se efetivado, comemorou o resultado sob a avaliação de que “os estudantes, que aspiram a paz, a alegria e a vida com honra dignidade, souberam assim repudiar a intervenção do imundo provocador”⁴⁶⁹.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ *Imprensa Popular*, 28/11/1950, p. 03.

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ Ibidem.

⁴⁶⁹ *Imprensa Popular*, 05/08/1951, p. 01.

Ao lado da campanha pela desfiliação junto a UIE, os movimentos contra a FMJD e o seu III Festival Mundial, que aconteceria em Berlim Oriental, também foram intensos. Logo no início do ano, quando começaram as mobilizações regionais para o Festival, o Diretório da Escola Nacional de Engenharia recebeu um voto de desconfiança da sua assembleia por ter manifestado apoio a mobilização dos estudantes de esquerda. Logo em seguida, quando foi realizado o Festival da Juventude de São Paulo para eleger os seus delegados regionais, a FJD também partiu para o ataque e apoiou uma nota publicada pela UME, que foi compreendida como “um grito de alerta, abrindo os olhos dos pais e das mães brasileiras para esse trabalho de atração [a eleição de delegados para o Festival Mundial] que vem realizando os adeptos do Kremlin”⁴⁷⁰.

No decorrer de 1951, UNE continuou com suas baterias contra a FMJD e contra o Festival Mundial de Berlim, e publicou uma nota intitulada “estudantes e a pomba branca da paz”, pela qual declarou que após

estudo de pesquisas e observações chegou à conclusão de que o Festival da Juventude tinha sua origem no Partido Comunista, ora fora da lei no Brasil. Para tal, promoveu através de notas pela imprensa e debates públicos no sentido de esclarecer à nossa mocidade do perigo que representava o malfadado Festival⁴⁷¹.

Nesse sentido, a nota da UNE defendeu que apesar de o movimento que estava mobilizando os jovens brasileiros para o Festival ser carregado de *slogans* como paz, alegria, jogos, literatura e arte, na realidade, era carregado de ódio⁴⁷².

Durante a realização do III Festival de Berlim, a UNE e as organizações anticomunistas que o combateram ainda conseguiram, em uma situação aparentemente inusitada, grande repercussão na imprensa.

A ocasião teve início quando um grupo de estudantes universitários da Bahia, no decorrer do Festival, passou para o lado Ocidental da Alemanha e procurou a Embaixada Brasileira, alegando ter fugido⁴⁷³ da “Cortina de Ferro” e do próprio Festival, que teria proferido insultos ao Brasil durante os seus debates. A notícia da “fuga” chegou rápido aos meios universitários e repercutiu com força na imprensa, o que foi apresentado como sinal da

⁴⁷⁰ Nossa Opinião. *Diário Carioca*, 04/05/1951, p. 04.

⁴⁷¹ *Diário de Notícias*, 31/08/1951, p. 02.

⁴⁷² Ibidem.

⁴⁷³ De acordo com uma matéria publicada no jornal da Comunidade Israelita de São Paulo, intitulado *Nossa Voz*, (06/09/1951, p. 09), a versão da fuga foi considerada contraditória por conta de argumentos equivocados (os estudantes teriam procurado a Embaixada antes do início do Festival), das datas em que a fuga teria ocorrido e da emissão dos passaportes e aquisição do dinheiro para o retorno. Nesse sentido, *Nossa Voz* colocou a fuga em suspeita, como se tivesse sido uma ação premeditada com o intuito de repercutir suspeitas contra o Festival.

tomada de consciência de alguns estudantes que, ludibriados, haviam percebido os males e as intenções dos comunistas.

No retorno ao Brasil, o grupo foi recebido no aeroporto do Galeão pelo representante do Ministério da Educação Simões Filho, por representantes da UNE, do DCE da Universidade do Brasil, da ALA, da FJD e da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), o que acabou se transformando em um comício anticomunista improvisado⁴⁷⁴. Em seguida, o grupo foi acolhido pelo presidente Getúlio Vargas, ocasião em que narraram a suposta fuga. Já no início da noite, participaram de um comício nas escadarias do Teatro Municipal, na Cinelândia, organizado pela FJD, pela UNE e pela ALA, do qual também participaram representantes do Governo Federal⁴⁷⁵. Os estudantes do grupo foram tomados como exemplo dos inocentes enganados pelos comunistas e “prova” de que os objetivos do Festival eram nocivos aos estudantes e a juventude em geral.



4 Depois de terem abandonado o Festival Mundial da Juventude e retornado ao Brasil, Carmen dos Santos Ribeiro, Taciano Cordeiro e Soane Nazaré de Andrade, no momento em que foram recebidos por Getúlio Vargas. **Fonte:** *Diário de Notícias*, 11/09/1951, p. 01.

A repercussão que a “fuga” dos estudantes conseguiu na imprensa e os atos públicos acontecidos colocaram os posicionamentos da UNE e das organizações anticomunistas em evidência, o que parece ter dado fôlego aos seus movimentos.

⁴⁷⁴ *Diário de Notícias*, 11/09/1951, p. 01.

⁴⁷⁵ *Diário da Noite*, 05 a 13/09/1951; *Diário Carioca*, 05 a 13/09/1951, *O Estado de S. Paulo*, 05 a 13/09/1951.

É representativo para se perceber a exasperação em que se transformou esse tema nos meios universitários, as campanhas que aconteceram no interior da Faculdade Nacional de Medicina, conforme narradas pela estudante Elza Puretz⁴⁷⁶ ao jornal *Imprensa Popular*. Segundo a estudante afirmou, ao retornar do III Festival, foi recebida com acusações e protestos que teriam sido motivados por uma entrevista dada pela estudante a um jornal durante a sua estada em Berlim, na qual defendeu ser partidária da paz e que a guerra agravava a situação da juventude brasileira.

Entre os anticomunistas, essa declaração foi considerada impatriótica, o que fez com que o grupo convocasse os alunos da Faculdade para se retirarem das aulas quando a estudante retornasse de Berlim, além da impressão e da distribuição de manifestos contra a jovem, a sua declaração e contra o próprio Festival. A campanha dos anticomunistas se estendeu por alguns dias e acabou envolvendo professores, que possibilitaram espaço em suas aulas para que o grupo se pronunciasse e o enterro simbólico da estudante, que percorreu em passeata às ruas entre a Praia Vermelha e o Centro da cidade.

Já no entendimento de Elza Puretz, os membros desse grupo seriam “policiais” que teriam por objetivo “introduzir no seio da juventude métodos nazistas [e] impor o terror áqueles que sentindo-se livres para expressar suas opiniões, nunca se [intimidavam] diante de falsos estudantes”⁴⁷⁷. Quanto aos professores que supostamente teriam apoiado ou sido cúmplices desse grupo, foram considerados como reconhecidamente integralistas.

Não foram identificadas outras notícias de que esse tipo de movimento tenha acontecido em outras instituições, do modo como se desenvolveu na Faculdade Nacional de Medicina. Entretanto, essa campanha representa bastante o clima e as posições mais gerais que se afirmaram nos primeiros anos da década de 1950.

A vitória da coalizão dos universitários anticomunistas na UNE também demarcou as diferenças que se expressaram entre as regiões que formavam os três maiores centros estudantis do país: o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais. O primeiro, o principal núcleo irradiador do anticomunismo estudantil, mas com a minoritária e importante presença de outras correntes de pensamento e forças políticas. O segundo, com forte presença dos estudantes católicos, mas que se manteve sob influência dos estudantes de esquerda e, o terceiro, também com forte presença dos católicos e alguma presença dos udenistas ligados aos seus setores liberais, mas que expressou as posições mais límpidas da JUC, contraria ao que foram considerados extremismos de todos os tipos.

⁴⁷⁶ *Imprensa Popular*, 0411/1951, p. 02.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

Essas posições se expressaram ainda em 1951, quando a UME, por meio de Paulo Egydio Martins, presidente da entidade e secretário de Relações Internacionais da UNE, se posicionou radicalmente contra a UIE, contra a FMJD e contra o Festival Mundial da Juventude e suas atividades preparatórias no Brasil, sob alegação de que suas realizações estariam acontecendo sob comando direto dos comunistas. A resposta às posições que foram expressas por Egydio surgiu pelo presidente em exercício da UEE/SP e presidente da Comissão Organizadora do Festival Brasileiro da Juventude, Ubirajara Rocha, que alegou que o Festival Brasileiro e a participação no Festival Mundial tinham por objetivo “congregar jovens e estudantes de todo o Brasil que desejam exhibir seu talento e seu espírito criador nos seus concursos culturais e eventos esportivos”⁴⁷⁸. Nesse sentido, Ubirajara afirmou que os festivais eram abertos para todos os jovens e para todos os estudantes e que as afirmações de Egydio eram caluniosas, o que deveria ser resolvido em um debate a ser realizado pelas duas entidades na sede da UNE, com o intuito de esclarecer aos estudantes sobre as afirmações de Egydio⁴⁷⁹. O debate chegou a acontecer, em decorrência do qual, como foi observado anteriormente, a UNE se pautou para oficializar a sua negativa com relação ao III Festival de Berlin, o que acirrou a relação entre a UME e a UEE/SP.

Quanto à UEE/MG, a sua posição seguiu o alinhamento da JUC ao afirmar que “devemos combater os vermelhos, mas nunca com armas verdes”, ou seja, com recursos antidemocráticos e interpretados como usuais dos integralistas, como a simples expulsão dos estudantes de esquerda das entidades estudantis. Essa posição foi expressa quando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se negou a um pedido de apoio ao XIV Congresso da UNE, mas deliberou apoiar o I Congresso Estudantil do Partido de Representação Popular (PRP), que foi considerado “o único baluarte de resistência e combate ao surto do comunismo nos meios acadêmicos”⁴⁸⁰.

Para a UEE/MG, a eleição que derrotou os estudantes de esquerda no Congresso de 1950 havia sido o resultado da união entre os estudantes democratas do Brasil, que se disponibilizaram não apenas para o combate ao comunismo e a todas as vertentes de pensamento consideradas extremas, ou seja, que eram consideradas antidemocráticas, como as expressas pelos comunistas reunidos no PCB e os integralistas reunidos no PRP, mas sim, pela crença na defesa da democracia. Nesse sentido, conforme a nota da entidade, o combate aos extremismos não poderia ser pautado por ações que privassem a expressão das esquerdas,

⁴⁷⁸ Repto de honra ao presidente da UME. *Diário de Notícias*, 13/05/1951, p. 12.

⁴⁷⁹ *Diário de Notícias*, 10/05/1951 a 30/05/1951.

⁴⁸⁰ Definição da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais. *Correio da Manhã*, 28/08/1951, p. 05.

mas sim, a exemplo do direito de defesa que havia sido concedido a UIE durante o Congresso da UNE de 1951, meio esse considerado democrático, mas principalmente de modo que o combate aos comunistas e aos defensores do integralismo fossem praticado pela ênfase da reafirmação da “confiança nas forças vivas da democracia, que, no meio estudantil ou fora dele, haverão sempre de, escudadas pela fé em Deus, suplantar as doutrinas exóticas”⁴⁸¹.

Entre as posições que se formaram dentre essas três entidades, a da UEE/MG foi certamente a que encontrou mais dificuldade para se enquadrar no cenário de exasperação que se formou no movimento universitário, o que possivelmente contribuiu para que os estudantes mineiros, fundamentais para eleger Olavo Jardim Campos em 1950 e em 1951, se dividissem em 1952. Esse cenário parece ter se tornado mais exasperado quando, no decorrer do XV Congresso da UNE, se formaram movimentos de oposição a atual diretoria da entidade, com ocorrência de violências durante o conclave, o registro de bancadas estudantis que se desligaram da UNE e a sua desfiliação efetiva junto a UIE.

2.7 O XV Congresso da UNE e a desfiliação junto a UIE

Durante o ano de 1952, a UNE continuou dirigindo as suas baterias contra a UIE, a qual, desde o Congresso de 1951, passou a considerar publicamente como uma organização sectária, disseminadora da propaganda comunista e traidora das suas finalidades como liderança do movimento universitário internacional, já que teria se convertido em uma entidade com o objetivo de “executar diligentemente a política soviética no setor estudantil”⁴⁸².

No início desse ano, de acordo com as resoluções do XIV Congresso sobre o tema, a UNE enviou uma delegação ao Conselho da UIE, composta pelo udenista José Augusto Mac Dowell Castro Leite, Luis Carlos Goelzer e Grimaldi Ribeiro, estudantes que, para a *Imprensa Popular*, foram considerados protagonistas de “atitudes dúbias, falsas e de traição aos interesses estudantis”⁴⁸³. A delegação teve por objetivo reivindicar que a organização internacional abandonasse o que qualificaram de “política bolchevista” e transferisse imediatamente a sua sede de Praga⁴⁸⁴. Após o retorno da delegação brasileira, a desconsideração das posições da UNE foi base para que a sua desfiliação junto a UIE se

⁴⁸¹ Ibidem.

⁴⁸² *Diário de Notícias*, 16/03/1952, p. 04.

⁴⁸³ Desmascaradas as provocações contra a União Internacional dos Estudantes. *Imprensa Popular*, 11/06/1952, p. 06.

⁴⁸⁴ *Diário de Notícias*, 16/03/1952, p. 04.

tornasse uma proposta efetiva no XV Congresso, o que esteve em um contexto bem mais acirrado e divergente nos meios estudantis.

O XV Congresso da UNE foi realizado entre os dias 26 de julho e 02 de agosto de 1952, com dois eixos temáticos. O primeiro foi voltado para os aspectos socioeconômicos dos estudantes, como alimentação, habitação e transporte, além de também debater a organização do próprio movimento universitário e a estrutura das suas entidades. No segundo, constaram pautas voltadas para os problemas do ensino superior, problemas nacionais e a prioridade dos estudantes anticomunistas: a representação da UNE junto a entidades no exterior⁴⁸⁵.

Apesar da desfiliação da UNE junto à UIE ter sido considerada como um ato concreto e de vulto da limpeza dos meios estudantis, a defesa da UIE terminou sendo realizada apenas pela própria entidade⁴⁸⁶ e pelos estudantes comunistas, bastante isolados nesse contexto, o que fez com que a permanência da UNE em seus quadros não se tornasse objetivo de defesa de grandes contingentes estudantis, inclusive porque as oposições que mais repercutiram contra a diretoria da UNE surgiram dos estudantes ligados à JUC.

As críticas que surgiram às vésperas e durante o XV Congresso se basearam principalmente nas acusações de que a atual diretoria da UNE não estaria se esforçando para manter os universitários brasileiros coesos, assim como estaria tentando evitar movimentos mais radicais ou que tivessem envolvimento com greves ou confrontos com a polícia, elementos que serviram para que esses movimentos fossem ou não caracterizados como subversivos. Nesse sentido, o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, José Menotti Gaetani⁴⁸⁷, acusou Olavo Jardim Campos de se apresentar como um falso líder, que se apresentaria publicamente como a liderança dos estudantes enquanto, nos bastidores, tentaria desarticular alguns de seus movimentos. Além disso, afirmou que “o reduzidíssimo número de circulares recebidas pelos diretórios atesta o descaso e a irresponsabilidade dos atuais dirigentes que ao invés de procurarem unir a classe, dela se desinteressam por completo”⁴⁸⁸.

O outro foco de oposição, mas com dimensão mais ampla que o grupo mineiro, foi um movimento formado por todos os estudantes da bancada de São Paulo, que em manifesto, lançaram o movimento “Renovação e Trabalho” como alternativa a atual diretoria. Conforme afirmou o líder eleito da bancada e presidente da UEE/SP, Fernando Gasparian,

⁴⁸⁵ *Diário Carioca*, 20/07/1952, p. 01.

⁴⁸⁶ No XIV Congresso, em 1951, a defesa da UIE foi realizada por seu presidente em exercício, Giovani Berlinger e, no XV Congresso, pelo seu secretário, Paolo Passet.

⁴⁸⁷ Em sua entrevista, José Menotti Gaetani afirmou que o setor mineiro de oposição a atual diretoria da UNE se assumia como “anticomunista e anti-Olavo” (Jardim Campos).

⁴⁸⁸ Opõe-se ao atual dirigente da UNE. *Diário Carioca*, 26/07/1952, p. 1-2.

todos estão acordes quanto à bancada desfraldada pela bancada, de trabalho e renovação, como partidários da modificação da atual direção da UNE, que [...] até o presente, não colocou a União Nacional dos Estudantes numa atividade compatível com as finalidades e com o mar de problemas da classe⁴⁸⁹.

Ainda segundo Gasparian, a pauta que o movimento propôs para as prioridades da UNE estiveram em torno das questões educacionais, sintetizada no apoio ao projeto da LDB, no estudo sobre todos os projetos referentes ao ensino superior em tramitação na Câmara, na representação dos alunos nos conselhos técnicos e administrativos e na questão da alimentação dos estudantes. Além disso, também alertou de que o movimento seria alvo do “velho refrão [de que] quem é contra a diretoria é comunista”⁴⁹⁰.

Os questionamentos direcionados contra a figura do presidente da UNE não estiveram desconexos das críticas mais gerais que até mesmo alguns setores da imprensa, que apoiaram os setores anticomunistas, teceram. No entanto, o projeto de combate ao comunismo para o qual Olavo teria sido eleito tornou as críticas ao presidente mais amenas. Conforme opinião expressa pelo *Diário Carioca*, “embora não se possa dizer que o presidente Olavo Jardim Campos seja um modelo de administrador, sua atuação tem sido impedir que os agitadores convertam a UNE numa célula comunista”⁴⁹¹. Nessa perspectiva, o projeto de saneamento dos meios universitários para expulsar os estudantes comunistas compensaria as incapacidades do presidente.

O papel que estaria sendo cumprido pelo presidente da UNE, no entanto, não evitou que o movimento Renovação e Trabalho estruturasse uma chapa de oposição, com apoio da bancada de São Paulo, parte dos estudantes do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Bahia. Para a presidência da chapa, foi escolhido nada menos do que o presidente da JUC, o carioca José Generoso⁴⁹².

No entanto, no contexto exasperado das disputas no interior do movimento e com a JUC sob a acusação de estar servindo os interesses dos estudantes de esquerda, a chapa Renovação e Trabalho não chegou a se inscrever, pois os estudantes de oposição, após a ocorrência de um tumulto marcado por socos e pontapés entre a situação e a oposição estudantil, se retirou do Congresso. Como os estudantes de oposição se retiraram, a plenária final do XV Congresso encaminhou sem oposição a eleição da nova diretoria da UNE, que teve como presidente o gaúcho anticomunista Luis Carlos Goelzer. Junto com a eleição, a

⁴⁸⁹ *Diário de Notícias*, 29/07/1952, p. 2-4.

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁹¹ *Diário Carioca*, 31/07/1952, p. 02.

⁴⁹² *Diário Carioca*, 28/07/1952 a 03/08/1952; *Diário de Notícias*, 28/07/1952 a 03/08/1952.

atual diretoria da UNE também encaminhou a votação sobre a sua principal prioridade: a desfiliação da UNE junto a UIE, o que foi aprovado pelas bancadas que permaneceram no encontro⁴⁹³.

Ao se considerarem os resultados dos conflitos e das resoluções do XV Congresso da UNE, é possível aferir que tiveram repercussões diferentes no interior e no exterior do movimento universitário.

No interior, as polêmicas se basearam principalmente na decisão da bancada dos estudantes de São Paulo, que em reunião, após terem se retirado do Congresso, colocaram em dúvida a legitimidade e os resultados do encontro, além de uma indicação para que a UEE/SP se desfiliasse da UNE e ataques ao grupo que elegeu a nova diretoria da entidade. Conforme uma das lideranças do movimento Renovação e Trabalho, José Gregori, “a UNE é atualmente um privilégio porcammente usado por poucos para desservir a muitos”⁴⁹⁴.

Ao mesmo tempo, mas com menor repercussão, surgiram os depoimentos sobre o tumulto que marcou a retirada dos oposicionistas do Congresso, o que foi justificado pelo presidente da JUC, José Generoso, que alegou que “não havia o mínimo de condições para garantir a integridade física e a liberdade da oposição”⁴⁹⁵ e pelo estudante da Bahia, Marcelo Duarte, de que “seus amigos o obrigaram a retirar-se do plenário, pois no recinto não tinha garantias, recebendo ameaças diretas de espancamento”⁴⁹⁶.

Se tomadas, em seu contexto, as denúncias de que os membros e os apoiadores do grupo dirigente da UNE avançaram com violência sobre as oposições, é significativo observar que os anticomunistas colocaram em prática um dos elementos mais utilizados no discurso contra as esquerdas e as ocorrências de que os comunistas vinham sendo acusados de promover nos últimos anos: a coação, a violência, a privação do direito de expressão. Em detrimento das concepções que estavam se formando entre os católicos, como se observou na posição da UEE/MG, essas ações parecem ter tido impacto sobre a JUC, pois no contexto mais geral do período, é possível observar participações mais efetivas entre os católicos e os estudantes ligados aos movimentos de esquerda.

⁴⁹³ Ibidem. O movimento que se formou para apoiar a chapa Renovação e Trabalho reuniu cerca de 130 estudantes dos 382 credenciados com direito a voto, distribuídos entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pará, Bahia e Pernambuco. A chapa eleito recebeu 216 votos e foi composta pelos seguintes estudantes: presidente: Luis Carlos Goelzer, 1º. Vice: Stênio Dantas de Araújo, 2º. Vice: Bartolomeu Santos, 3º. Vice: Fernando Antonio Oliveira, 4º. Vice: Manoel Scartezini, Secretário Geral: Raimundo Nonato Vilela, 1º. Secretário: José Ribamar Rosa, 2º. Secretário: Naphtali Seton, 3º. Secretário: Setembrino Pelissari, Tesoureiro: Anísio Jordy.

⁴⁹⁴ *Última Hora*, 01/08/1952, p. 02.

⁴⁹⁵ Ibidem.

⁴⁹⁶ Ibidem.

Além disso, as acusações dos anticomunistas de que a JUC estaria agindo sob a influência *vermelha* e de que, inclusive, alguns de seus militantes seriam comunistas, gerou protestos diretos da hierarquia da organização, a exemplo do Frei Romeu Dalle, assistente nacional da JUC. Com o término do Congresso, Dalle saiu em defesa do presidente da JUC e afirmou que José Generoso era membro de uma especialização da Ação Católica Brasileira e, com isso, negou categoricamente que Generoso pudesse professar ou manter qualquer envolvimento direto com o comunismo⁴⁹⁷.

Considerando-se os elementos acima, é possível aferir que as ações dos anticomunistas no decorrer do Congresso deram um passo importante para o saneamento que acreditaram estarem promovendo no interior do movimento universitário, o que, ao mesmo tempo, significou o enfraquecimento do grupo dirigente e da fragmentação da unidade em torno da UNE. Para os anticomunistas, a perda do apoio nominal de uma organização católica e que vinha crescendo no movimento: a JUC. Como se observou, os anticomunistas reivindicaram o catolicismo como elemento de grande importância para a legitimação das propostas de combate ao comunismo. Para a UNE, o principal elemento foi a perda do apoio momentâneo e dos ataques que foram desfechados pelo segundo maior centro de estudantil do país.

No entanto, o significado do Congresso que mais repercutiu na imprensa e parece ter se tornado oficial foi a desfiliação da UNE junto à UIE, comemorada por parte da imprensa como a concretização da vontade estudantil de se afastar do comunismo e das entidades e organizações que o representavam. Nesse sentido, o jornal *Diário Carioca* se apressou em afirmar, ainda durante o Congresso, que os debates em torno da desfiliação tinham de ser objetivos, pois “os jovens democratas [deveriam] esforçar-se por desligar a UNE da União Internacional dos Estudantes, entidade comunista com sede em Praga”⁴⁹⁸, sem que houvesse espaço para debates acadêmicos sobre o tema. Já para o *Correio da Manhã*, a interpretação sobre a UIE foi publicada em um editorial do jornal, pelo qual afirmou que

é no seio da mocidade universitária que, de preferência procuram [os comunistas] exercitar a catequese doutrinária, seduzindo os jovens, preparando-lhes o espírito, substituindo pela mística totalitária os sentimentos da formação cristã e democrata e pelos compromissos com o Kremlin o amor ao Brasil [...] A União Internacional dos Estudantes, como todas as entidades congêneres atrás da Cortina de Ferro, é apenas um rótulo e tende a disseminar o comunismo entre a mocidade de outros países [mas] advertidos pela experiência dos prejuízos dessa vinculação, romperam os estudantes brasileiros os laços que os prendiam à União Internacional dos Estudantes⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ *Última Hora*, 02/08/1952, p. 02.

⁴⁹⁸ *Diário Carioca*, 31/07/1952, p. 01.

⁴⁹⁹ *Correio da Manhã*, 02/08/1952, p. 04.

Já para *O Estado de S. Paulo*, que até então pouco havia se dedicado aos temas sobre o movimento universitário, de modo geral, a ideia que teria predominado durante o XV Congresso da UNE havia sido de que os estudantes brasileiros deveriam se esforçar para afastar-se do comunismo, inclusive, “tomando precauções para evitar que os postos de direção nos organismos da classe caíam em mãos dos vermelhos”⁵⁰⁰, o que em detrimento dos resultados do Congresso haviam conseguido.

Com relação ao embate mais direto com os comunistas, o desligamento da entidade brasileira junto a UIE e os conflitos com a bancada paulista, que foi amplamente apoiada pela *Imprensa Popular*, mereceu novamente uma rápida resposta dos comunistas, que direcionaram as suas baterias contra a diretoria da UNE, alegando que o XV Congresso havia sido tomado por policiais que teriam eleito “à força bruta e irregularmente empossado ontem [o] novo presidente da UNE”⁵⁰¹, além disso, a diretoria da entidade foi atacada como um grupo de traidores dos estudantes, que preferiria “sombra e água fresca dos acordos nos corredores dos gabinetes do Ministério da Educação”⁵⁰², mantendo, assim, o rompimento que se desenhou em 1950.

Percebe-se, com isso, que os agrupamentos estudantis anticomunistas e a UNE representaram uma barreira de contenção contra a influência da UJC nos meios universitários e, no desdobramento das suas ações para fechar as portas de acesso dos comunistas, terminaram por atacar frontalmente os Festivais da FMJD, a UIE e o discurso central dos jovens comunistas: a união juvenil em torno da defesa da paz. Essas ações parecem ter conseguido algum resultado, pois ainda que certas entidades estudantis tenham participado nos movimentos da UJC, como a UEE de São Paulo, da Bahia e do Paraná, no auge do anticomunismo universitário, a JC pareceu bastante ausente desses meios⁵⁰³.

As ações da UNE no campo do anticomunismo ainda prosseguiram em 1953, mas arrefeceram a partir de 1954, quando os estudantes socialistas e comunistas passaram a reconquistar algum espaço na sua orientação. Ainda no XVII Congresso, em julho desse ano, a proposta pelo retorno das relações diplomáticas entre Brasil e URSS conseguiu maioria para ser aprovada na Comissão de Problemas Nacionais do Congresso, o que foi considerado uma

⁵⁰⁰ Afasta-se do comunismo a União Nacional dos Estudantes. *O Estado de S. Paulo*, 02/08/1952, p. 24.

⁵⁰¹ *Imprensa Popular*, 03/08/1952, p. 08.

⁵⁰² *Ibidem*.

⁵⁰³ Se comparadas, a repercussão das ações universitárias no noticiário da imprensa comunista, no período anterior ao ano de 1950, no intervalo 1950-1953, e posterior a 1954, há uma perceptiva ausência de notícias no intervalo 1950-1953, no qual se sobressaem os dois ataques contra as posições da UNE e o noticiário referente aos estudantes secundários.

vitória importante, pois “dessa forma o clamor dos jovens estudantes, parcela importante da mocidade brasileira, se junta à exigência vigorosa dos mais diversos círculos políticos e econômicos (...) além de representar uma reivindicação do proletariado brasileiro”⁵⁰⁴.



5 Estudante (não identificado pelo nome), no momento em que apresentou o LP na sede da UNE, no qual estaria gravado o suposto diálogo entre o presidente da UME e um agente policial. **Fonte:** *Última Hora*, 24/01/1955, p. 07.

Já no início de 1955, no que pareceu uma ofensiva dos estudantes de esquerda, como será observado no decorrer deste capítulo, um grupo de universitários conseguiu a gravação de um suposto diálogo entre o presidente da UME, Otaviano Nogueira Filho, e um agente policial. Por esse diálogo, se tentou tornar evidente a colaboração desse estudante e do núcleo

⁵⁰⁴ *Voz Operária*, 07/08/1954, p. 10.

orientador da FJD com a polícia. A gravação foi apresentada na sede da UNE para um grupo grande de estudantes, dentre os quais universitários udenistas, diretores da UME, da UNE, da Federação dos Atletas Estudantes (FAE) e dos diretórios estudantis do Distrito Federal⁵⁰⁵. A gravação repercutiu nos meios universitários, e ainda que as denúncias da FJD contra os estudantes comunistas não tenham diminuído, pareceu um duro golpe contra os anticomunistas.

No contexto difícil do início dos anos de 1950, a UJC buscou construir novos horizontes para a sua ação. Nos meios estudantis, a ênfase recaiu sobre os estudantes secundários, que se voltaram com força contra os aumentos das taxas escolares, na denúncia da precariedade e má orientação do ensino, na falta de vagas nas escolas e por descontos nas atividades de diversão e no transporte. Essa pauta se materializou em contínuas greves dos estudantes secundários durante grande parte dos anos de 1950. Por outro lado, a UJC também buscou construir espaços próprios para inserir a militância dos seus quadros e tentar colocar em prática os seus objetivos, terminando por organizar a Federação da Juventude Brasileira (FJB).

2.8 A Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude e a Federação da Juventude Brasileira

A fundação da FJB é dúbia. É possível encontrar pistas das suas atividades a partir de meados de 1952 quando a organização realizou atividades referentes ao III e ao IV Festival da FMJD e torneios esportivos com clubes juvenis ligados às empresas de metalurgia do Distrito Federal⁵⁰⁶. No entanto, a sua fundação oficial, de acordo com a imprensa comunista, tem origem na Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude, realizada no início de 1953.

Essa Conferência foi organizada a partir de um apelo feito na “Carta de Amsterdam”, publicada no início de 1952. Nessa Carta, os jovens de uma refinaria de açúcar expuseram os problemas da sua vivência no mundo do trabalho, o que consideraram problemas comuns da realidade da juventude mundial, supondo que

centenas de jovens e suas famílias vivem em bairros miseráveis, em cabanas ou covas, (...) dezenas de jovens não podem casar-se. Existem poucas escolas para os estudantes e o número de professores não são suficientes. Os estudantes, depois que

⁵⁰⁵ *Última Hora*, 24/01/1955, p. 07.

⁵⁰⁶ *Diário de Notícias*, 15/08/1952, p. 02; 04/09/1952, p. 01.

concluem os estudos, tem dificuldade para encontrar emprego e estão ameaçados pelo serviço militar⁵⁰⁷.

A Carta também enfatizou o sentimento da juventude com relação à guerra e a sua busca pela paz, e apelou “a todas as organizações internacionais lembrando a sua responsabilidade em face da juventude do mundo, pedindo-lhes [que abrissem] discussões sobre a defesa dos direitos da juventude”⁵⁰⁸, após o que deveria acontecer a Conferência Internacional de Defesa dos Direitos da Juventude. Em consequência ao apelo, foi lançado um manifesto pela Conferência Nacional, em meados do mesmo ano, e teve início a sua preparação.

Apesar da pequena participação das entidades universitárias⁵⁰⁹ na preparação da Conferência, foram destacadas as adesões de jovens operários, clubes esportivos, muitos deles ligados às fábricas, da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES)⁵¹⁰, da União Paulista dos Estudantes Secundários (UPES), e da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES), do Distrito Federal.

A Conferência Nacional teve início pelas regionais, realizadas no segundo semestre de 1952. Em São Paulo, a Conferência obteve o apoio de deputados, sindicatos e entidades estudantis, e foi precedida por assembleias municipais, realizadas, dentre outras, nas cidades de Campinas, Santo André, Araçatuba, Andradina, Botucatu, São José do Rio Preto e Bauru. Também ocorreu uma Conferência de Defesa dos Direitos Estudantis pela UPES. No Distrito Federal, a Conferência teve a adesão da União dos Escoteiros e também realizou uma Conferência Estudantil. Em Minas Gerais, a Conferência Estadual foi dissolvida pela polícia, resultando em mais de 40 presos, mas houve adesão da Juventude Universitária Católica (JUC), e da Juventude Operária Católica (JOC), entidades estudantis locais e clubes esportivos. No Rio Grande do Sul, também houve a Conferência Estudantil e na Estadual foi marcante a presença de jovens operários. As regionais também foram realizadas no Paraná, Ceará, Bahia, Pernambuco e Goiás⁵¹¹.

Quando se reuniu a Conferência Nacional, instalada no Cassino Atlântida, no Distrito Federal em sete de janeiro de 1953, se considerou o encontro bastante representativo. A essa altura, a Conferência Nacional havia reunido a adesão de operários, estudantes e desportistas,

⁵⁰⁷ MORAES, Santos. Direitos da Juventude. *Imprensa Popular*, 07/01/1953, p. 01.

⁵⁰⁸ *Imprensa Popular*, 11/01/1953, p. 08.

⁵⁰⁹ Dentre elas, a União Paranaense dos Estudantes (UPE), Diretórios e Centros Acadêmicos de vários Estados e da Juventude Universitária Católica (JUC), de Minas Gerais.

⁵¹⁰ Nota-se que possivelmente ocorreram mudanças na composição política da UBES, entre 1951 e 1952, já que no ano anterior a entidade apareceu em algumas atividades dos movimentos estudantis anticomunistas.

⁵¹¹ *Imprensa Popular*, 01/01/1953 a 15/01/1953.

além de algumas juventudes regionais católicas, espíritas e batistas e do Movimento da Mocidade Brasileira pela Paz. Entre os adultos, constavam as adesões de presidentes de sindicatos e associações, como dos Têxteis, dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal e da União Nacional dos Servidores Públicos, além das adesões individuais, como do desembargador Sabóia Lima, que presidiu a sessão de abertura do evento e de deputados estaduais e federais.



6 Mensagem de divulgação dos resultados da Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude e da fundação da Federação da Juventude Brasileira. **Fonte:** *Imprensa Popular*, 11/01/1953, p. 08.

A realização da Conferência atendeu parte dos objetivos da UJC, pois foi um espaço que colaborou para diversas organizações e movimentos juvenis entrarem em contato, além de promover o debate e definir reivindicações mais gerais dos jovens, no qual se enfatizou ser “necessário cada vez mais lutar pelos direitos da juventude, unir a grande massa de jovens de todos os setores da vida nacional”⁵¹², o que deveria ser feito sem distinções políticas ou religiosas e pautado sobre objetivos e aspirações comuns de toda a juventude.

As principais resoluções da Conferência foram: a Carta de Direitos da Juventude Brasileira e a fundação da FJB. Na Carta, constaram tanto reivindicações segmentadas, com ênfase para os jovens trabalhadores, quanto questões gerais da juventude. Com relação aos trabalhadores, figurou a necessidade de equiparar os salários entre jovens e adultos, quando esses realizassem o mesmo trabalho, direito aos menores de idade para que pudessem votar nas eleições sindicais, proteção do trabalho dos adolescentes, formação profissional aos jovens trabalhadores e a formação de departamentos recreativos nos sindicatos, destinados à prática esportiva. Já nas reivindicações gerais, se objetivou lutar por descontos de 50% no valor de entrada das atividades de diversão para a juventude, acesso a prática esportiva e

⁵¹² MORAES, Santos. Direitos da Juventude. *Imprensa Popular*, 07/01/1953, p. 01.

temas relacionados ao ensino. Além desses, foi ponto essencial a luta contra o Acordo Militar Brasil-EUA contra as guerras e pela paz⁵¹³.



7 Divulgação da campanha “Por um pacto de paz entre as 5 potências”. **Fonte:** *Voz Operária*, 04/08/1951, p. 12.

Para defender as reivindicações da Conferência e organizar as lutas da juventude pela garantia dos seus direitos, foi deliberado organizar a FJB, assim como as federações estaduais. Como meio de aglutinar e organizar os segmentos juvenis, a FJB realizou todo tipo de atividade, dentre as quais: campeonatos esportivos, palestras, cursos gratuitos de violão, exibição de filmes, teatros, piqueniques, festas dançantes, montou grupos folclóricos, musicais, realizou concursos de desenho, gravura e pintura, organizou o seu departamento de cinema e chegou a propor a gravação de filmes. Em parte, essas atividades eram realizadas na sede nacional da FJB, situada à Rua Carioca, onde foi instalada uma sala de recreação, com leitura de jornais e revistas, ping-pong, xadrez, dama e programas artísticos e culturais aos sábados à tarde⁵¹⁴.

Quanto às ações propriamente políticas, estiveram sempre em sintonia com o programa definido para a UJC em 1950, ou seja, com alguma prioridade sobre os jovens trabalhadores e mantendo como centro o discurso e os movimentos antiguerreiros e pela paz. Desse modo, logo após a Conferência, a FJB participou de um comício contra o Acordo Militar Brasil-EUA e, em seguida, centrou os seus esforços em um plebiscito que estava

⁵¹³ *Imprensa Popular*, 01/01/1953 a 15/01/1953.

⁵¹⁴ *Imprensa Popular*, 06/09/1953, pp. 06-08.

sendo realizado para se demonstrar o apoio da população em geral ao acordo de paz entre as grandes cinco potências mundiais. Além disso, realizou encontros de alguns segmentos juvenis, organizou as jornadas pelos direitos da juventude, participou dos movimentos contra a carestia, homenagens ao Dia da Mulher e foi a organização legal responsabilizada pela mobilização das delegações brasileiras aos Festivais da FMJD. Além disso, passou a centrar esforços para enviar delegados aos encontros internacionais dos jovens camponeses e dos jovens operários e organizar os Festivais Brasileiros da Juventude, que funcionaram como etapas nacionais para a escolha dos representantes ao Festival da FMJD⁵¹⁵.

No transcurso da sua existência, entre 1952 e 1956, a FJB conseguiu se manter como organização legal e juridicamente constituída, chegando inclusive a receber verba pública para as suas atividades⁵¹⁶. No entanto, a partir de 1954, quando os problemas internos da UJC e a sua relação com o PCB começaram a revelar tensões, a FJB recebeu certa carga de críticas, terminando por ser desorganizada ao mesmo tempo em que surgiram as propostas de dissolução da UJC.

2.9 As redefinições no trabalho de juventude dos comunistas: a ênfase na militância universitária: 1954-1960

Em meados de 1954, surgiu na imprensa comunista o que parece ter sido uma das primeiras críticas abertas ao trabalho de juventude e ao perfil que a UJC estaria assumindo após a sua reorganização. Esse debate emergiu em tom de orientação na coluna “Perguntas e Respostas”, da *Voz Operária*. Nessa coluna, que geralmente ocupava uma página do jornal, eram editados textos que tentavam responder quais os objetivos e como deveriam ser realizadas as tarefas dos comunistas, como por exemplo: fazer agitação política, como difundir o programa partidário, montar algum tipo de comissão ou núcleo pela paz. No artigo sobre o trabalho de juventude, intitulado “como ganhar as massas juvenis para programa do PCB”⁵¹⁷, a resposta pontuou que a juventude vinha falhando no seu trabalho com as massas.

Segundo se afirmou no texto, os meios para conquistar a juventude tinham que estar pautados pelo trabalho cotidiano

⁵¹⁵ *Voz Operária*, 04/08/1951 a 16/07/1955.

⁵¹⁶ *Diário Oficial da União*, 30/11/1954, Seção I, p. 19055; 07/02/1955, Seção II, p. 178; 14/12/1956, Seção I p. 337.

⁵¹⁷ *Voz Operária*, 10/07/1954, p. 05.

com o Programa, trazê-lo à luz da vida a cada passo de nossa atuação entre os jovens: agitar e fazer propaganda das soluções apresentadas no Programa da juventude e simultaneamente organizar a juventude em torno de suas aspirações e interesses (...) precisamos estar intimamente ligados às massas juvenis, viver os problemas da juventude e estar onde estão os jovens [pois] a situação dos jovens brasileiros se reflete com exatidão no Programa do Partido.”⁵¹⁸

Em seguida, o texto discute que o Programa do PCB, ao contrário das formulações de outros partidos, como o PSD, PTB, UDN ou o PSB, seria o mais adequado e o que mais responderia aos problemas da juventude, mas essas massas ainda não teriam sido mobilizadas. Para tanto, seria necessário ir até onde a juventude estava, levar o Programa que até então seria apenas do Partido, e fazer com que o seu conteúdo passasse ser também de todos os jovens, que deveriam ser convencidos da sua validade. No entanto, se considerou que conquistar a juventude não se fazia apenas com agitação e propaganda, mas que seria

indispensável a ação, a atividade permanente, constante e persistente dos jovens, nos locais de trabalho e de residência, nas associações e nos clubes recreativos e culturais, nas ligas esportivas, nas organizações de massa de toda espécie. É indispensável, inclusive, o trabalho individual junto a cada operário, empregado, estudante⁵¹⁹.

Para isso, seria necessário intensificar a vida política dos organismos de base da UJC, além de que a organização tinha que atuar com intensidade nos locais onde a juventude estivesse, de modo a conseguir relacionar os seus problemas “às soluções apresentadas no Programa do Partido e, assim, levantá-los de maneira justa diante dos jovens”. Além disso, afirmou que a linguagem utilizada no diálogo da UJC junto às massas juvenis tinha que se desenrolar de maneira que a juventude compreendesse a mensagem dos comunistas e se identificasse com ela, além de ser necessário “usar no seu trabalho diário o método da persuasão [...] convencer através de argumentos, desprezar como pernicioso, nas organizações de massas juvenis, o método do ‘ordeno e mando’, a imposição”⁵²⁰. Além disso, completa o artigo,

para atuar de forma acertada e ir ao fundo do coração da juventude, os jovens comunistas [precisariam] combater e extirpar o sectarismo. [Precisariam] ser amplos, arrojados, joviais. Precisamos ter naturalidade e modéstia, não falar às massas juvenis em tom doutoral, ao transmitir um ensinamento, não assumir uma atitude pretensiosa e fátua⁵²¹.

⁵¹⁸ Ibidem.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ Ibidem.

⁵²¹ Ibidem.

Por fim, o texto ressaltou a necessidade de se estudar intensamente o programa, pois apenas o seu estudo capacitaria “os jovens a levar o Programa do Partido as massas juvenis, a debatê-lo diante dos jovens operários, camponeses e intelectuais, a apresentar de forma viva e flexível as suas soluções, como únicas soluções que interessam à juventude”⁵²². No entanto, pelo que se percebe nas críticas presentes no artigo, apesar da abnegação com que os comunistas se lançaram para colocar em prática a radicalização revolucionário do Partido, entre 1948 e 1954, a mobilização e arregimentação dos movimentos pretendidos pelos comunistas, assim como no contexto geral das ações do PCB, também foi “uma engrenagem que se recu[sou] a funcionar”⁵²³ entre os seus movimentos de juventude.

Já no final do ano de 1954, após o suicídio de Vargas, o PCB realizou o IV Congresso do Partido, no qual os comunistas reafirmaram o radicalismo revolucionário expresso em 1948 e em 1950. Entretanto, conforme indicou Daniel Aarão Reis⁵²⁴, o Programa aprovado nesse Congresso correspondeu a uma política que não conseguiu ser desenvolvida e, efetivamente, já não se consolidava nas práticas comunistas. A orientação do PCB já vinha sofrendo modificações desde meados de 1952, quando mesmo “sem formalizar uma autocrítica do seu esquerdismo o Partido [foi] sendo forçado, na prática, a rever aspectos de sua orientação”⁵²⁵, o que se expressou inicialmente no Ativo Sindical do PCB, que determinou o retorno dos comunistas aos sindicatos oficiais e defendeu alianças de unidade com os trabalhistas do PTB.

Entre a juventude, não há indícios de que tenha existido algum movimento nesse mesmo sentido anterior a 1954. Exceto pela Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude, que recebeu adesão da JUC e da JOC, e do movimento das forças políticas de oposição que se retiraram do XV Congresso da UNE, em 1952, as práticas da UJC e da própria FJB pareceram seguir um caminho solitário, sem que mobilizações de maior envergadura ou alguma aliança concreta no leque das forças de esquerda fossem perceptíveis. Por outro lado, os debates do IV Congresso possibilitaram que as tensões que existiram no interior do movimento de juventude aflorassem.

Um desses artigos foi “Ajudar o fortalecimento da UJC: tarefa de todo o Partido”⁵²⁶, de meados de 1954. No texto, apontou-se que o PCB precisaria dispensar mais atenção a UJC, pois a organização ainda não teria conseguido mobilizar as massas juvenis. Para tanto,

⁵²² Ibidem.

⁵²³ REIS, 2007, op. cit., p. 84.

⁵²⁴ Ibidem., p. 89.

⁵²⁵ PACHECO, 1984, op. cit., p. 201.

⁵²⁶ Voz Operária, 24/07/1954, p. 13.

afirmou-se que seria necessário “aperfeiçoar o seu estilo de trabalhar, eliminando os métodos burocráticos e as manifestações ainda freqüentes de sectarismo”⁵²⁷.

Esses aspectos foram aprofundados durante os debates do IV Congresso. No informe de balanço de Luiz Carlos Prestes, sobre as atividades do Comitê Central do Partido, o tema da juventude foi enfatizado em uma das suas partes, na qual o Secretário Geral do PCB afirmou que o Programa do Partido só se transformaria em realidade com a participação efetiva da juventude no interior da FDLN⁵²⁸. A justificativa para isso estaria na conjunção de dois fatores: em primeiro, os jovens comporiam mais da metade da população brasileira, um quarto do proletariado urbano e um terço dos trabalhadores do campo. Além da importância numérica, Prestes ressaltou que as péssimas condições de vida de todos os segmentos da juventude, possibilitariam que esses setores fossem rapidamente mobilizados para as lutas políticas. Por outro lado, também se percebeu que

bastam estes números comparados com os reduzidíssimos efetivos juvenis que temos conseguido mobilizar para a luta contra a terrível situação em que se encontra a juventude, para que se torne evidente a insuficiência do trabalho do Partido (...). Isto se deve fundamentalmente às tendências sectárias e esquerdistas de nossa orientação política, que só ultimamente corrigimos, mas igualmente à subestimação do movimento juvenil em nossas fileiras, expressão do espontaneísmo⁵²⁹.

Em seguida, apesar de reconhecer que a UJC havia conseguido exercer alguma influência sobre parte dos setores da juventude, em especial na mobilização pelos movimentos pela paz, Prestes afirmou que a “União da Juventude Comunista [estaria] longe de conseguir realizar de maneira que se possa considerar satisfatória ao menos as tarefas que lhe cabem”. Concorreria para isso a tendência da UJC em “fazer dessa organização uma espécie de Partido Comunista para a juventude”⁵³⁰, o que significou reproduzir as práticas militantes do PCB sem considerar que ambos cumpriam papéis diferentes. Em consequência, os jovens comunistas não estariam conseguindo dialogar com a juventude, realizar atividades adequadas e, principalmente, não estariam conseguindo mobilizar para política de libertação nacional a grande massa juvenil.

Mas para Prestes, a responsabilidade dos erros no trabalho de juventude não deveria recair apenas sobre a UJC, mas também sobre as instâncias do Partido. Segundo afirmou, a reorganização do trabalho de juventude na UJC, em 1950, não teria recebido atenção

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ PRESTES, Luiz Carlos. Informa de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso do PCB. Problemas: Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, s/p.

⁵²⁹ Ibidem.

⁵³⁰ Ibidem.

suficiente do Partido para a necessidade de se dedicar a esse trabalho. Nesse sentido, o PCB deveria responsabilizar todas as suas organizações para que lutassem “infatigavelmente pelos interesses da juventude”, exercessem em toda a parte o papel de dirigente político e ajudasse a UJC a encontrar as formas de unidade e organização que lhe permitissem lutar com sucesso⁵³¹.

Depois do informe de Prestes, no decorrer das intervenções que aconteceram durante Congresso, um dos representantes da JC⁵³², Augusto Bento, passou em revista os problemas da UJC, o que possibilita, também, algum balanço das suas atividades entre 1950 e 1954. Segundo Bento, a juventude constituiria uma força de grande valia para os movimentos de libertação, pois seriam dos seus segmentos que sairiam “os efetivos do exército que será amanhã um exército nacional”⁵³³. Além disso, ratificou a função da juventude perante o partido, pois seria dentre os jovens que se formariam os futuros quadros partidários e os líderes do movimento operário. No entanto, para que isso acontecesse, a juventude precisaria ser bem orientada, o que foi traduzido na necessidade de convencer os jovens a aderir e lutar de acordo com o Programa dos comunistas e sob orientação mais efetiva do Partido.

Também se avaliou que o efetivo dos jovens comunistas teria crescido de modo significativo, ainda que os setores do operariado e dos jovens camponeses fossem pequenos, e que esse acréscimo estivesse abaixo da média de crescimento da militância do PCB. A UJC também teria tentado avançar no combate a carência ideológica dos seus militantes e, em conjunto com o Comitê Central do Partido, realizou um grande movimento de formação política que teria oferecido cursos para cerca de 300 jovens.

Quanto aos movimentos que estiveram inseridos nas lutas sociais mais importantes realizadas ou influenciados pela UJC, foram destacados: os movimentos em defesa da paz, as manifestações contra o envio de tropas para a Coreia, a preparação e a participação nos festivais internacionais da FMJD⁵³⁴, as lutas estudantis em defesa do petróleo, o movimentos contra a aprovação do Acordo Militar Brasil-EUA, a defesa dos direitos da juventude, as greves dos estudantes secundários contrárias aos aumentos do custo do ensino, o crescimento

⁵³¹ Ibidem.

⁵³² BENTO, Augusto. O Programa do Partido e as tarefas da UJC. Problemas: Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, s/p.

⁵³³ Ibidem.

⁵³⁴ Considerando o número de participantes que compuseram as delegações brasileiras aos Festivais da FMJD, a mobilização foi sempre crescente. Em 1947, participaram cinco jovens brasileiros e em 1949, 14 jovens. Após a reorganização da UJC, no Festival de 1951, a delegação brasileira foi composta por 102 participantes, e em 1953, por cerca de 150 participantes. Já no Festival de 1955, a participação diminuiu, para 110 jovens, mas em 1957, a delegação brasileira contou com cerca de 300 jovens, artistas e deputados. *O Estado de S. Paulo*, 11/04/1947, p. 10; *Voz Operária*, 27/08/1949 a 10/08/1957, p. 06-07.

da participação da juventude operária nos movimentos grevistas e a criação de departamentos juvenis e recreativos em alguns sindicatos⁵³⁵, o que teria se mostrado um importante meio de mobilização.

Mas apesar dos avanços, também havia problemas significativos, tanto no interior da UJC, quanto na sua relação com o Partido. Desse modo, os jovens comunistas deveriam ter se empenhado mais para o desenvolvimento do Programa do PCB nos movimentos juvenis; além disso, corroborando com a afirmação de Prestes no informe do Comitê Central, Bento afirmou que haveria grande confusão na aplicação dos métodos de trabalho da UJC. A principal marca dessa confusão seria a dicotomia entre os fins revolucionários do Programa e os métodos de aglutinação da juventude. Nesse sentido, as práticas cotidianas que pretenderam promover o Programa, ora eram desenvolvidas sem que se preocupasse com as peculiaridades da linguagem jovem, o que influía em desprezar as atividades de recreação, lazer, esportivas e culturais como meio de aglutinação, ora as atividades da UJC se resumiam meramente a atividades recreativas, sem conseguir disseminar o conteúdo do Programa⁵³⁶. Além disso,

as tendências sectárias [teriam] prejudicado seriamente o fortalecimento orgânico da UJC e suas ligações com as massas juvenis (...) na subestimação pelo recrutamento, existente em todos os escalões da UJC [assim como] na atividade de massas, onde a UJC [estaria substituindo] a atividade paciente e diária junto às massas juvenis, pelas atividades agitativas periódicas, através de campanhas⁵³⁷.

No entanto, também foi avaliado que o conjunto dos problemas que afetaram as atividades da UJC tinha relação bastante íntima com a postura do Partido frente ao movimento de juventude, o que revelou tensões em diversos dos seus aspectos. Dentre os principais, estiveram a displicência das instâncias partidárias na orientação da UJC e as práticas do Partido na utilização dos jovens. Com relação ao primeiro aspecto, Bento apontou que as instâncias partidárias haviam subestimado o papel da juventude a ponto de algumas direções regionais simplesmente desconhecerem as resoluções de reorganização da UJC, publicadas quatro anos antes. Além disso, o acompanhamento do Comitê Central era falho e inconstante, o que, nos Comitês Regionais, seria ainda mais grave, pois “muitos companheiros do Partido pensam que a tarefa de organizar e dirigir a juventude é apenas tarefa de alguns especialistas destacados para esse trabalho, ou então incumbência apenas das organizações juvenis”⁵³⁸.

⁵³⁵ *Problemas*: Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, s/p.

⁵³⁶ *Ibidem*.

⁵³⁷ *Ibidem*.

⁵³⁸ *Ibidem*.

Quanto à utilização da juventude pelas instâncias partidárias, o problema pareceu mais grave, pois significou uma sobrecarga sobre a UJC e, ao mesmo tempo, a retirada dos seus quadros para que passassem as instâncias do Partido. Nesse sentido, alegou-se que

muitos companheiros do Partido tratam a UJC como se fosse um organismo do Partido. Descem quotas de finanças, descem tarefas da maneira mais esquemática (...) mobilizam constantemente os membros da UJC para as tarefas que deveriam ser normalmente realizadas pelas Organizações de Bases do Partido, sobrecarregando de tal modo os militantes da UJC que os levam a abandonar as suas atividades específicas⁵³⁹.

Além disso, os militantes da juventude também teriam sido constantemente responsabilizados para venda de jornais, movimentos de agitação entre outros setores, panfletagens, dentre outras atividades. No entanto, o problema mais grave a ser considerado foi a retirada permanente dos dirigentes da UJC para que atuassem no Partido. Segundo a concepção que definiu a UJC, a organização deveria se consolidar como um grande corpo de reserva para o movimento comunista, o que necessitava de um corpo dirigente permanente e atuante, e uma militância paciente, que esteve constantemente inserida nos movimentos de juventude. Na contramão desse movimento, quando o PCB decidia pela incorporação dos jovens da UJC ao Partido, terminava por forçar a substituição desses militantes nas suas frentes de ação, o que interrompia sobremaneira a continuidade dos trabalhos.

Com relação ao movimento universitário, Augusto Bento também teceu algumas considerações, principalmente com relação aos avanços nesse setor e as possibilidades de alianças que se abriram frente às novas atividades nas quais a UNE havia se empenhado, o que foi percebido como algo bastante positivo.

O período compreendido entre 1954 e 1955 pareceu ter marcado reviravoltas, tanto no interior na UNE, quanto na orientação dos estudantes comunistas, pois os movimentos de oposição ao grupo direitista que manteve controle sobre a entidade, havia conseguido algum espaço no Congresso de julho de 1954, quando conseguiu aprovar a resolução que defendeu o retorno das relações diplomáticas entre Brasil e URSS. No entanto, a oportunidade para que os setores da esquerda participassem efetivamente da orientação da UNE surgiu a partir de uma cisão entre o presidente eleito Augusto Cunha e o grupo que havia sustentado a sua eleição.

⁵³⁹ Ibidem.

Segundo Artur Poerner⁵⁴⁰, o novo presidente da entidade teria se recusado a colaborar com o movimento de golpe contra Getúlio Vargas. A partir de então, Cunha teria proporcionado espaços e se amparado nos grupos oposicionistas, que, apesar de terem sido derrotados no Congresso de 1955, esboçaram um movimento de unidade com o intuito de recuperar a direção da UNE e outras entidades estudantis.

O período 1950-1954, conforme afirmou Zuleila Alambert⁵⁴¹, fora desastroso para os universitários comunistas, pois frente à impossibilidade de se construir movimentos mais amplos e de longo prazo nesse setor, em detrimento da orientação do PCB, “retirávamos nossos companheiros estudantes do meio em que deveriam viver para fazê-los trabalhar nas portas das fábricas ou nos bairros como meros grupos de agitação”⁵⁴². Desse modo, “transformados em péssimos estudantes e maus defensores dos interesses estudantis, apareciam nas escolas às vésperas dos pleitos eleitorais e como ilustres desconhecidos procuravam participar das mesmas”⁵⁴³. Ao mesmo tempo, a tentativa de se formar, no imediato, as frentes que deveriam participar do movimento de libertação nacional, além de ter isolado os comunistas, teria cindido todo o movimento universitário em duas alas: os comunistas e os grupos que aceitavam a sua orientação, e o restante, considerado reacionário.

Ainda conforme Alambert, os universitários teriam formado o primeiro grupo dentre os movimentos de juventude que questionaram as orientações do Partido e, efetivamente, deixaram de segui-las a partir de 1954. A partir de então, os universitários comunistas se dedicaram a um movimento que priorizou as alianças com diversos agrupamentos de oposição que atuaram no período, o que deu origem à Frente Única, pautada no nacionalismo e na democracia. Essa nova orientação teve efetividade logo no seu início, tanto por ter possibilitado que os comunistas acomodassem as suas ações no interior da UNE, durante a gestão de Augusto Cunha, quanto participassem da chapa derrotada no ano seguinte. Além disso, no final de 1954, a unidade que começou a se desenhar no movimento universitário derrotou os anticomunistas da ALA na Faculdade Nacional de Direito e, em 1955, conseguiu que diversas entidades estudantis repudiassem, conjuntamente, a FJD. Nesse mesmo ano, a Frente Nacionalista e Democrática voltaria ao comando da UME e de outras entidades

⁵⁴⁰ POERNER, 1995, op. cit., pp. 170-171.

⁵⁴¹ ALAMBERT, Zuleika. A Declaração de 1958 e o trabalho entre os estudantes. *Novos Rumos*, 01/07/1960, p. 12. Zuleika Alambert atuou no corpo dirigente da UJC durante os anos de 1950, na qual se dedicou ao movimento universitário. Em 1954, compôs o Comitê Central do PCB e a partir de 1956, exerceu influência na orientação dos universitários comunistas que participaram da Frente Única Estudantil, movimento que venceu eleições estudantis até 1963.

⁵⁴² Ibidem.

⁵⁴³ Ibidem.

universitárias regionais, movimento que se consolidou na derrota que foi imposta sobre as direitas estudantis no XIX Congresso da UNE em 1956.

A partir de 1954, as tensões identificadas na execução dos trabalhos da UJC e as suas dificuldades em avançar no sentido de um movimento juvenil de massas, continuaram presentes. Do mesmo modo, prosseguiu a debilidade do PCB em consubstanciar a orientação dos movimentos de juventude às suas práticas cotidianas. Ao mesmo tempo, verificou-se que a mudança desempenhada na orientação dos universitários comunistas conseguiu largo avanço, ocupando espaços em diversas entidades estudantis do setor. Aprofundadas, essas tensões confluíram, em 1956, no intenso debate que se seguiu ao relatório de Krushev no interior do PCB.

Apresentado em uma sessão fechada do XX Congresso do PCUS, o relatório Krushev se tornou conhecido por denunciar os “crimes de Stalin” e causou efeitos devastadores sobre o movimento comunista internacional, tendo como resultado crises internas, cisões e guinadas bruscas na orientação dos Partidos Comunistas⁵⁴⁴. O debate interno do PCB inspirado no relatório demorou a começar, o que foi feito na imprensa comunista a revelia do Comitê Central do Partido já no final de 1956. A militância da UJC se inseriu nesse debate, pelo qual expressou parte significativa das suas divergências e insatisfações.

Os primeiros artigos que debateram os problemas e as soluções do trabalho de juventude dos comunistas surgiram entre novembro e dezembro de 1956, inaugurado por A. Lobato⁵⁴⁵. Segundo esse militante, durante toda a trajetória da UJC, a organização não conseguira fazer com que os jovens comunistas desencadeassem uma organização de massa da juventude brasileira. Para Lobato, isso não se devia à falta de trabalho, nem ao método da sua execução ou do recrutamento de novos militantes que, conforme afirmou, já havia passado por várias mudanças durante os últimos seis anos. O problema estaria na estrutura da UJC, que foi considerada inadequada para as tarefas que lhe foram atribuídas. Conforme considerou, “o seu aparelho pesadíssimo, que não é de partido e nem de organização de massa [...] ora é um, ora queremos que seja outra [...] o entrave é a organização da UJC”⁵⁴⁶.

Como alternativa a esse entrave, Lobato foi enfático ao afirmar que a solução para o trabalho de juventude era a dissolução da UJC. Como foi justificado, além da estrutura inadequada, existiam dois outros problemas. Em primeiro, constatou que a UJC era a responsável pela orientação da juventude de acordo com o Programa do Partido, o que a

⁵⁴⁴ PACHECO, 1984, op. cit., p. 207.

⁵⁴⁵ LOBATO, A. E a UJC? *Voz Operária*, 16/12/1956, pp. 05-07.

⁵⁴⁶ *Ibidem.*, p. 07.

tornaria uma organização intermediária, de modo que a disseminação das orientações dos comunistas fosse realizada de maneira indireta quando, pela proposta do autor, deveria seguir o exemplo do trabalho nas frentes de mulheres e sindical diretamente orientado pelo PCB. Em segundo, Lobato questiona o papel da UJC, considerando que, ao mesmo tempo em que a sua atribuição era ser uma organização de massa da juventude, existiam outras organizações que o eram ‘de fato e de direito’, a exemplo dos sindicatos e das entidades estudantis.

Entende-se que Lobato enfatizou que a UJC, ao tentar se construir como uma organização de massas, teria se tornado uma organização artificial nos meios juvenis. Quanto ao corpo militante da UJC, ele propôs que fosse integrada ao partido, sendo os jovens operários e camponeses integrados aos sindicatos e associações, e os estudantes nas suas entidades próprias. Em seu conjunto, a juventude passaria a ser orientada pela sessão juvenil do PCB, a ser criada.

A resposta ao artigo de A. Lobato surgiu em janeiro de 1957, assinado por Fernando Lara⁵⁴⁷. Nele o autor revela que o debate sobre a dissolução da UJC não era novo e que essa opinião já havia se revelado em uma resolução do Comitê Estadual do Ceará, e em “parte de dirigentes da UJC e do Partido”⁵⁴⁸. Em seguida, apesar de concordar com a análise sobre as falhas da UJC, Lara discorda da solução proposta por Lobato. Como alternativa, o autor sugeriu que a organização não poderia ser nem um “partido-mirim”, nem uma organização de massa. Essa avaliação parece ter surgido tanto de uma análise comparativa de outras organizações, quanto da concordância de que, efetivamente, as organizações de massa da juventude eram as suas próprias entidades e não um organismo que se reunia em torno de uma vertente ideológica. Desse modo, o autor propôs que a UJC

não pode ser uma organização de massa. Isso porque as organizações de massa são os sindicatos, associações camponesas, diretórios acadêmicos e congêneres. Vivem em torno de interesses econômicos, culturais ou coisa que o valha, mas não em torno de uma ideologia política como é o caso da UJC. Aliás, as próprias organizações juvenis, sustentadas pelas forças reacionárias – Juventude Águas Brancas, Juventude Integralista, Frente da Juventude Democrática e quejandos – são organizações políticas juvenis e não organizações de massa⁵⁴⁹.

Com esse modelo de organização juvenil, foi proposto um novo objetivo à organização de juventude dos comunistas, o qual deveria se adequar como um agrupamento político aos “jovens comunistas, simpatizantes, amigos do Partido Comunista e mesmo

⁵⁴⁷ LARA, Fernando. Considerações sobre a UJC. *Voz Operária*, 05/01/1957, pp. 03-04.

⁵⁴⁸ Ibidem.

⁵⁴⁹ Ibidem.

democratas sem partido que, por qualquer forma, aceitem a liderança dos comunistas na luta pela conquista do socialismo entre nós”⁵⁵⁰. Para a redefinição do perfil da UJC, deveria ser adequado um programa amplo, patriótico e baseado nas aspirações fundamentais da juventude brasileira.

Esses dois artigos definiram o eixo sobre o qual os jovens comunistas travaram os seus debates entre o final de 1956 e o início de 1957. Assim, ainda que as discussões adjacentes tenham sido bastante amplas, como serão demonstradas, a dissolução ou a reforma da UJC foi o seu ponto fundamental.

Em janeiro de 1957, esse debate prosseguiu na II Conferência Nacional do UJC, que, em sua resolução final, proporcionou elementos para que o debate se ampliasse e se tornasse mais áspero. Dentre os fragmentos que foram possíveis de reunir dessas resoluções, a partir dos seus debates posteriores, ressaltou-se

que em nosso país – como, aliás, em toda sociedade – a juventude constitui um grupo social com características próprias e certos interesses comuns, apesar das diferenças de classe, de categoria [etc]. Mas é evidente que falta a esse grupo social, na atualidade, uma consciência coletiva ou social, da existência desse problema e da necessidade de buscar-lhe soluções comuns, enfim, falta-lhe ainda uma consciência social capaz de buscar formas de organização para exprimir-se. Sem essa consciência social pouco adiantam as afirmações sobre as qualidades ou características juvenis que no essencial são próprias dos jovens em todos os tempos, embora encontrem melhores condições de expressar-se numa época que em outra [...] assim podemos afirmar que diferentemente do que acontece com os estudantes, não existe, no momento em nosso país, um movimento juvenil, embora se constata, que de certa forma, se acumulem condições para sua conformação futura como um movimento efetivo⁵⁵¹.

O documento final da II Conferência e o debate que se seguiu, evidenciou dois grupos distintos, que para além da dissolução ou da reforma da UJC, passaram a travar um acirrado debate em torno das concepções do trabalho e das interpretações que se formaram sobre a juventude e das suas possibilidades de organização.

O primeiro grupo, majoritário nos debates internos, defendeu que a juventude brasileira possuía diferentes características dentre os seus muitos segmentos, regiões e classe social, o que por conta da sua falta de consciência, funcionava como vetor para a existência de uma organização única que abarcasse todos os jovens, a exemplo da função que havia sido atribuída a UJC. Segundo se afirmou, a existência de problemas comuns não significaria a possibilidade de desencadear movimentos que unissem toda a juventude, diferente dos estudantes universitários, considerada “a parte mais sensível e combativa da intelectualidade

⁵⁵⁰ Ibidem.

⁵⁵¹ *Voz Operária*, 30/03/1957, p. 08.

brasileira”⁵⁵². Com relação a esse último aspecto, chegou-se a considerar que os universitários formariam “o único setor de trabalho da UJC, que constitui efetivamente um movimento consciente e organizado”⁵⁵³. As experiências positivas desse segmento, no entanto, teriam origem em ações anteriores, dos “êxitos de nossa atuação, a partir da FJCB”⁵⁵⁴, notadamente no decorrer da década de 1930 e 1940.

Aliado à análise da realidade da juventude brasileira, o grupo majoritário também se pautou pela revisão inspirada pelo XX Congresso do PCUS, sobre a qual se defendeu que a UJC teria sido uma organização copiada das soluções do trabalho juvenil de outros países, que teria sido estreita e sectária, e ainda teria sido ocupada permanentemente com as tarefas de agitação que deveriam ser realizadas pelo Partido. Por fim, conclui-se por um tipo de trabalho próximo ao que havia sido proposto por Lobado, de atuar sobre a juventude

não como uma camada à parte, mas integradas nas diferentes classes e camadas sociais. Trata-se de substituir o trabalho, até aqui realizado pela UJC, de forma geral, criando uma instância burocrática entre o Partido e as massas, por um trabalho diversificado, dentro de cada ramo de atividade e levado em conta a diversidade de características da juventude nos diversos setores⁵⁵⁵.

Além disso, o grupo majoritário também defendeu que o PCB deveria se empenhar em estudos para que passasse a conhecer a realidade da juventude brasileira e suas peculiaridades, assim como considerar o movimento universitário como o principal ponto de concentração de todo o trabalho juvenil⁵⁵⁶.

O segundo grupo de pensamento, que foi minoritário na II Conferência, foi posteriormente reforçado por membros da corrente majoritária que haviam reavaliado as suas opiniões iniciais, a exemplo de Valter Pomar, que defendeu que a organização não poderia ser dissolvida, mas sim, buscar uma solução para unificar as propostas centrais da juventude em um único movimento⁵⁵⁷. Em seguida, Pomar também considerou que os partidários da dissolução haviam optado por uma via “nacional-reformista” que não considerava as questões estratégicas do PCB, o que estava inserido no quadro de perspectivas da revolução brasileira⁵⁵⁸. Para os defensores da continuidade da UJC, terminar com a organização era

⁵⁵² Algumas questões sobre o trabalho juvenil. *Voz Operária*, 06/04/1957, p. 08.

⁵⁵³ *Ibidem*.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁵⁶ OLIVEIRA, Severino de. Sobre a UJC. *Voz Operária*, 13/04/1957, pp. 05-08.

⁵⁵⁷ POMAR, Valter. Contra a dissolução da UJC. *Imprensa Popular*, 27/02/1957, p. 02.; POMAR, Valter. O que querem os partidários da dissolução. *Voz Operária*, 04/05/1957, p. 12.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

sinônimo de liquidacionismo, pois se acusaram os partidários da dissolução de estarem se negando a tentar uma solução para resolver os problemas orgânicos dos jovens comunistas.

Dentre outras críticas que se opuseram à dissolução, também se considerou que a proposta de a juventude brasileira ser objeto de estudo, fora uma inversão completa da lógica, pois seria o estudo detalhado das características da juventude que deveria esclarecer o que fazer com as suas organizações e não o inverso. Além disso, criticou-se que o PCB, ao dirigir diretamente o movimento de juventude, não teria condições de se adequar a linguagem e as práticas necessárias para atender às peculiaridades juvenis. Também se considerou um equívoco a integração dos setores juvenis da UJC ao Partido, em detrimento do foco sobre o movimento estudantil, especialmente o universitário.

Por fim, em abril de 1957, o Comitê Central emitiu uma resolução sobre a UJC, na qual realizou a autocrítica por não ter debatido os problemas da juventude. No entanto, alegou que a proposta da sua dissolução nas fileiras comunistas estaria trazendo prejuízos à ação partidária. Desse modo, a exemplo do que aconteceu com os debates sobre o XX Congresso do PCUS, o PCB encerrou os debates sobre a UJC, orientou que os trabalhos de juventude deveriam continuar do modo como estavam, autorizou as instâncias partidárias a realizar qualquer mudança que fosse necessária em suas direções e decretou que qualquer solução referente ao movimento juvenil deveria aguardar uma resolução definitiva do Comitê Central⁵⁵⁹. No entanto, a UJC não resistiu às divergências internas, e a JC, novamente sob forte acusação de ter se tornado uma organização sectária, foi dissolvida⁵⁶⁰. No entanto, quando os debates sobre o trabalho de juventude vieram à tona com mais força em 1956, a ênfase sobre o movimento estudantil universitário parecia ser algo efetivo nas fileiras juvenis, pelo menos desde 1954.

Ao se considerar o período final da FJCB, as ações coordenadas pelo Bureau Juvenil até 1947, e o período final da UJC entre 1954 e 1957, é possível identificar que, mesmo não tendo figurado como a prioridade militante e de recrutamento, o movimento universitário terminou se tornando o centro da atuação da JC. Já no interior desse movimento, notadamente representado pela UNE e pelas entidades estudantis regionais, constata-se que assim como no período entre 1942 e 1945, a contribuição e o poder de mobilização dos universitários comunistas possibilitaram que a UNE se transformasse em uma potente força social na segunda metade da década de 1950 e no início de 1960, movimento que esteve voltado para a

⁵⁵⁹ Resolução sobre a UJC. *Voz Operária*, 27/04/1957, p. 17.

⁵⁶⁰ A data e as justificativas da dissolução da UJC pelo Comitê Central não foram encontradas, entretanto, em diversos artigos durante os debates de 1958 e para o Congresso de 1960, indicam esse desfecho, em especial, o artigo “Sobre o movimento juvenil e o projeto de estatutos”. *Novos Rumos*, 08/07/1960, p. 08..

unidade dos estudantes. A flexão que redirecionou as práticas de ação dos jovens comunistas foi um dos elementos que permitiu que comunistas, socialistas, trabalhistas e católicos conseguissem articular a coalizão de esquerda que retomou a direção da UNE em 1956 e orientou as entidades no seio dos movimentos nacionalistas da segunda metade da década de 1950.

A vitória da “frente de esquerda” redefiniu o papel e os objetivos sociais da UNE, que desde 1950, havia sido influenciada pelo anticomunismo. Isso fez com que os princípios da entidade, durante a segunda metade da década de 1950, passassem a ser norteados pelas posições em favor do desenvolvimento nacional, emancipação política, comércio internacional independente e pacífico, defesa e monopólio sobre a exploração do petróleo e dos recursos minerais, contra a dominação política e econômica exercida pelos EUA e pela luta contra a desigualdade social e econômica dentre as diversas regiões do país⁵⁶¹. Além disso, as pautas pela democratização e pela reforma do ensino superior adquiriram forte prioridade nas formulações e ação da UNE.

A defesa da Frente Única Estudantil⁵⁶², concretizada pela coalizão de esquerda nos meios universitários, começou a ser colocada em prática a partir de 1954, se concretizou em 1956, mas só se tornou uma orientação oficial entre os estudantes comunistas após a publicação da Declaração de Março de 1958⁵⁶³, que definiu a revolução brasileira como anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. Nesse sentido, a frente única nacional, defendida pelo PCB, tinha de reunir o proletário, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e setores do latifúndio descontentes com o imperialismo norte-americano, de modo que a participação dos comunistas nesse leque acontecesse de maneira ampla e tolerante, “reconhecendo as suas contradições internas, mas procurando resolvê-las com espírito construtivo”⁵⁶⁴. Nesse sentido, a hegemonia na frente única, apesar de poder ser conquistada pelos comunistas, não foi considerada uma condição prévia para a sua formação ou para a participação dos comunistas.

⁵⁶¹ OLIVEIRA JR, José Batista. “Lógica Perdida”, *O Semanário*, 11/04/1956, p. 15; COSTA, Osvaldo, “Os estudantes e o movimento nacionalista”, *O Semanário*, 04/07/1957, p. 03.

⁵⁶² A expressão “Frente Única” foi utilizada pelos comunistas nos meios estudantis tanto para caracterizar a coalizão de grupos e correntes que se reuniram para vencer as eleições da UNE, a partir de 1956, quando para caracterizar a participação dos estudantes no movimento nacionalista brasileiro. No presente trabalho, a Frente Única formada nos meios estudantis será tratada sob a denominação de coalizão de esquerda, enquanto a participação estudantil no movimento de âmbito nacional, ao lado de outros segmentos sociais, será tratada na perspectiva da Aliança operário-estudantil camponesa.

⁵⁶³ Segundo Daniel Aarão Reis (2007, op. cit., p. 90), a Declaração de Março de 1958 foi, na prática, um novo programa político que passou a orientar as práticas do PCB e que redefiniu radicalmente a política estabelecida pelos manifestos de 1948, 1950 e pelo IV Congresso do PCB, em 1954.

⁵⁶⁴ Ibidem., p. 91.

No interior do movimento universitário, Zuleika Alambert parece ter expressado bem a concepção que possibilitou a participação dos comunistas na “frente” que venceu as eleições da UNE em 1956, assim como a concepção que orientou os comunistas nesse meio nos anos seguintes, principalmente a partir da Declaração de Março e que perdurou até 1964.

Segundo Alambert, as teses do XX Congresso do PCUS, ao propor que o socialismo já se tornara um sistema mundial irreversível, também indicaram que a maioria dos partidos comunistas vinham seguindo um modelo ultrapassado de ação desde muito tempo, pelo menos desde o início da Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora, como em quase todos os países do mundo, se formaram duas tendências no interior dos partidos. A primeira delas, que já vinha se debatendo para refletir sobre as ações dos comunistas e se adequar à nova realidade que se mostrava no mundo. A segunda, que se manteve apegada aos que a autora considerou serem velhos esquemas, o que também acontece nos debates sobre os seus movimentos de juventude.

Nesse sentido, depois de tentativas unilaterais para resolver esses problemas, a Declaração de 1958 teria sido a primeira tentativa séria de sanar as contradições internas do PCB, “a primeira tentativa honesta embora bastante difícil de elaborar o esquema da revolução brasileira com seus objetivos finais e os prováveis caminhos para alcançá-los, partindo de nossos próprios conhecimentos, esforço e capacidade”⁵⁶⁵.

Com relação aos estudantes, Alambert apontou que a ação dos comunistas pela formação da Frente Única passou a se pautar pela unidade em torno do nacionalismo e da democracia, o que havia tido início desde meados de 1954 e que obteve os primeiros resultados concretos a partir de 1956. A Frente Única, segundo Alambert, possibilitou ao movimento estudantil reingressar “na trilha de suas gloriosas tradições patrióticas e democráticas”⁵⁶⁶. Foi nesse sentido que os estudantes comunistas redefiniram a tática de ação no interior da universidade, quando alegaram que

nossa tática em geral no movimento estudantil deve ser uma tática de unidade de ação de trabalho com todos, acima de grupos ou organizações, objetivando unir os estudantes em torno de suas entidades. Só assim e mantendo a nossa independência poderemos contribuir para ajudar a incorporar os estudantes na Frente Única nacionalista e democrática. É uma tática que nos permite, trabalhando com todos, levar-lhes palavras de ordem de acordo com a compreensão e alcance das forças que compõe a frente única⁵⁶⁷.

⁵⁶⁵ ALAMBERT, Zuleika. A Declaração de 1958 e o trabalho entre os estudantes. *Novos Rumos*, Ano II, 01/07/1960, p. 12.

⁵⁶⁶ Ibidem.

⁵⁶⁷ Ibidem.

Seguindo essa linha, a Declaração de 1958 contribuiu para a ação dos estudantes comunistas nos meios estudantis, principalmente ao privilegiar a *Frente Única Nacionalista e Democrática* e considerar os estudantes como a parcela mais combativa da intelectualidade brasileira e como baluarte das lutas nacionalistas.

Nessa trilha, após as vitórias de 1956, os estudantes comunistas deram continuidade à união dos diversos grupos que tinham pontos em comum, sempre pautados no tripé: nacionalismo, democracia e reivindicações específicas do movimento estudantil. Essas ações possibilitaram, segundo a autora, não apenas unificar os diversos grupos que tinham essas pautas em comum, mas também isolar os grupos entreguistas e trazer à Frente Única as forças e grupos vacilantes, que pendiam, geralmente, para o setor com mais e fortes argumentos.

No entanto, para dar continuidade a essas ações, Alambert lembra que era preciso ampliar a militância, conquistar novos militantes com vínculos nos meios estudantis. Porém, esses novos vínculos não teriam em direcionamento buscar a direção imediata do movimento universitário, pois se considerou que a vitória nessas organizações estudantis e a razão do seu êxito não estiveram no fato de que elas estivessem dominadas pelos comunistas. Segundo indica a autora, as chapas estudantis eram lideradas por estudantes nacionalistas, que unidos em chapas de unidade entre várias correntes de pensamento, grupos políticos e credos religiosos, teriam expressado a vontade das massas estudantis. O crédito dos comunistas, então, teria sido o de ter contribuído para que essa unidade fosse possível.

Como continuidade desse trabalho, tendo como base de análise a interpretação de que no interior do movimento estudantil não haveria mais espaços para os entreguistas e reacionários, seria necessário ampliar ainda mais o arco da unidade defendida pelos comunistas, trazendo para as coligações estudantis as forças que teriam se equivocado em seus posicionamentos e ações.

Por outro lado, Alambert indica que, ainda em 1960, o sectarismo, o dogmatismo e o preconceito para com os estudantes e a intelectualidade ainda não seriam elementos superados no interior do PCB, permanecendo em alguns setores do Partido, questões que para a autora estariam sendo superadas, pois os comunistas estariam percebendo a importância das ações no movimento estudantil e o considerando no arco da frente única nacional.

Mas a autora indica que seria preciso avançar e, considerando que “já temos uma posição certa dentro do movimento estudantil [restaria] colocar o trabalho entre essa camada da população brasileira como ponto de concentração em nossa política juvenil”⁵⁶⁸, pois avalia

⁵⁶⁸ Ibidem.

que nos países subdesenvolvidos são os estudantes os primeiros a perceberem as mudanças em curso, além de, por pertencerem à burguesia ou à pequena-burguesia, os estudantes teriam o sentimento de se livrar das amarras do imperialismo, elemento que impediria a sua expansão. A análise de Alambert parece ter traduzido com bastante exatidão as orientações dos estudantes comunistas na segunda metade dos anos de 1950 e, principalmente, a sua permanência e direcionamentos no interior do movimento universitário e das entidades estudantis no início dos de 1960, notadamente com a JUC e setores da esquerda independente.

Outro aspecto constante das organizações que reuniram a JC foi o estigma do sectarismo, o que gerou debates importantes frente à impossibilidade da FJCB e da UJC se constituírem como organização de massa dos segmentos juvenis. Nesse sentido, antes que se considere a caracterização desses organismos, é preciso se atentar para os aspectos da conjuntura na qual elas atuaram, o que certamente funcionou como vetor da engrenagem que pretendia acionar as massas, mas que, em dados momentos, não funcionou.

2.10 Redefinições e tendências no movimento universitário entre os anos de 1954 e 1956

Após cisão dos estudantes paulistas e de alguns setores da JUC com o grupo dirigente da UNE em 1952, além de ter mantido o constante embate com os comunistas, iniciado em 1950, a entidade pareceu ter se fragilizado junto ao corpo estudantil nacional e esteve menos presente nos movimentos estudantis e nos debates mais polêmicos que aconteceram entre os anos de 1952 e 1954. Por outro lado, o cenário regional das forças políticas universitárias não se estabilizou nesse período, pelo menos em alguns dos seus principais centros e na relação destes com UNE.

No XVI Congresso da UNE, realizado em Goiânia em 1953, os estudantes que compuseram a oposição à diretoria da UNE foram novamente derrotados, tendo o grupo liderado pelos udenistas e pelos anticomunistas eleito o mineiro João Pessoa de Albuquerque. No entanto, a derrota das oposições se concretizou por apenas 33 votos de diferença⁵⁶⁹, diminuindo, assim, as diferenças anteriores.

Quanto aos cenários regionais, em São Paulo, apesar do movimento Renovação e Trabalho ter se mantido na direção da UEE/SP, em 1953, conduzindo a entidade a partir de um repertório mais próximo ao dos estudantes de esquerda, foram derrotados pelos udenistas

⁵⁶⁹ A diretoria eleita no XVI Congresso foi composta pelos seguintes estudantes: Presidente: João Pessoa de Albuquerque, 1º. Vice: Helio Ramos, 2º. Vice: Lúcio Kafa, 3º. Vice: Francisco Durval Veiga, 4º. Vice: Setembrino Pelissari, Secretário Geral: Raimundo Vilela, 1º. Secretário: Erasmo de Azevedo, 2º. Secretário: José Carlos Rocha, 3º. Secretário: Jaime de Andrada, Tesoureiro: Victor Garcia.

no ano seguinte, que elegeram Oswaldo Lara Leite Ribeiro para presidente da entidade. Porém, o novo presidente da UEE/SP, ligado ao núcleo do DE da UDN da Universidade Mackenzie, seria importante para isolar o grupo anticomunista carioca no XVII Congresso da UNE em 1954 e, ao neutralizar uma das candidaturas de São Paulo à presidência da entidade, sustentou o nome do udenista Augusto Cunha Neto, também paulista, para a presidência da entidade nacional⁵⁷⁰.

No Distrito Federal, os anticomunistas se mantiveram sólidos na UME com a chapa União Universitária, que derrotou a Renovação e Trabalho na eleição de novembro de 1952 e elegeu José Augusto Mac Dowell Costa Leite para presidente da entidade. Udenista e anticomunista, Mac Dowell, que foi ativo na desfiliação da UNE junto a UIE, também abriu espaço no interior do DE da UDN/DF, para o qual foi eleito presidente em 1953. Ainda nesse mesmo ano, os estudantes cariocas elegeram Octaciano Nogueira para presidente da UME. Como se observará a seguir, Nogueira foi ligado ao núcleo da FJD, anticomunista radical e alvo de protestos da UNE. No entanto, a partir do final do ano de 1954 e, principalmente a partir do início de 1955, o Conselho de Representantes da UME passou por mudanças na sua correlação de forças e os anticomunistas passaram a sofrer uma série de derrotas internas nas deliberações da entidade, o que parece estar no contexto da coalizão de esquerda que começou a se formar em 1954 no Distrito Federal e venceu as eleições da entidade carioca em 1955, com José Batista de Oliveira Junior.

Em Minas Gerais, a divisão entre o grupo dos estudantes mais próximos aos universitários de esquerda e o grupo que os acusava e os denunciava de estarem agindo sob orientação dos comunistas continuou. A principal característica da cisão mineira parece ter envolvido diretamente o núcleo da JUC de Minas Gerais, que ainda em 1951, mereceu um artigo no jornal *Imprensa Popular* em sua defesa. Nesse artigo, intitulado *JUC, camuflagem da UJC?*, J. A. Ferraz, da UJC, saiu em defesa dos católicos, que haviam sido proibidos de distribuir convites para uma conferência do intelectual católico Gustavo Corção, assim como também haviam sido proibidos, pela polícia, de distribuir panfletos e cartazes em alusão à Páscoa, sob alegação de que o conteúdo dos materiais era “muito semelhante a [conteúdos do] comunismo”⁵⁷¹. Conforme ironizou Ferraz contra as acusações que reprimiram as atividades da JUC mineira,

⁵⁷⁰ No Congresso da UNE de 1954, o nome escolhido pelos paulista para concorrer a presidência da entidade foi Vitor Augusto Fasano, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. Por articulação de Leite Ribeiro, Fasano foi substituído pelo udenista Augusto Cunha Neto, que foi eleito presidente da entidade nacional. “Entrechoques políticos caracterizam o XVII Congresso Nacional dos Estudantes”. *Folha da Manhã*, 04/08/1954, p. 01.

⁵⁷¹ FERRAZ, J. A.. JUC, camuflagem da UJC?. *Imprensa Popular*, 08/06/1951, p. 02.

os atilados sherlocks mineiros já tinham visto tudo. A ordem das letras havia sido invertida, numa manobra demoníaca, mas a verdade é que se deveria ler UJC – ou seja, União da Juventude Comunista. Os comunistas é que seriam, segundo o governo mineiro, os verdadeiros promotores daquela reunião pascoal [...] No primeiro momento estes fatos despertam o sorriso do carioca, fazem pensar nas anedotas de mineiros ou portugueses. Mas a verdade é que o assunto não pode ser encarado superficialmente. Acreditar na estupidez ou na ingenuidade da polícia mineira seria prova de sermos, nós mesmos, portadores dessas qualidades⁵⁷².

Em seguida, Ferraz chamou a atenção para a defesa da liberdade de ação dos movimentos de juventude, para o que recordou que, como na Alemanha, os comunistas haviam sido os primeiros a terem sido perseguidos e, em seguida, outros grupos haviam sido alvo da repressão nazista. É importante citar a constatação de Ferraz, pois apesar dos universitários católicos terem sido acusados de estarem sob infiltração dos comunistas, não se houve, até então, notícias sobre a proibição policial de alguma de suas atividades. Além disso, a analogia entre a JUC e a UJC, como uma anedota pela inversão das suas legendas, fez parte do imaginário que marcou as cisões entre os estudantes mineiros e continuou intensa até os anos de 1960⁵⁷³, quando os setores políticos da JUC, como será analisado nos próximos capítulos, incorporaram um repertório transformador em uma perspectiva de esquerda e foram ostensivamente tachados como uma organização refém ou sob influência dos comunistas.

Em outros Estados, o cenário também passou por mudanças importantes entre 1952 e 1954. Em Santa Catarina, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) se manteve firme, até 1956 na posição de que a UNE “não podia ser utilizada como instrumento de manipulação de interesses político-partidários [em referência aos comunistas], inclusive de ordem internacional”⁵⁷⁴, o que significou, também, a defesa de que a UNE deveria se manter afastada da UIE, entidade considerada “a serviço do comunismo internacional”⁵⁷⁵ pelos capixabas. No entanto, as disputas para a direção dessa entidade, travadas desde 1950 apenas no campo das organizações consideradas de direita pela Aliança Independente Acadêmica (AIA) e pelo Partido Acadêmico Progressista (PAP), ganhou um novo elemento em 1954: o Partido Renovação Acadêmica (PRA), que reuniu comunistas e socialistas para as disputas pela direção da entidade⁵⁷⁶.

⁵⁷² Ibidem.

⁵⁷³ É importante ressaltar que nem todos os setores das juventude católicas foram estiveram inseridos nesses mesmo conflitos. O grupo de estudantes católicos que estiveram na direção da União Catarinense de Estudantes (UCE), por exemplo, cerraram fileiras com os estudantes anticomunistas durante toda a primeira metade dos anos de 1950. MORETTI, Serenito A. *O movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: S/E, 1984.

⁵⁷⁴ Ibidem., p. 53.

⁵⁷⁵ Ibidem.

⁵⁷⁶ Ibidem.

Ainda nesse período, principalmente em meados de 1954, as redefinições nos cenários estaduais, com o arrefecimento do radicalismo anticomunista e o diálogo mais amplo das esquerdas, permitiram que outras entidades estudantis regionais mudassem as suas posturas. Nesse sentido, a UEE do Rio Grande do Norte, alinhada com os anticomunistas em 1950, se afastou dessas posições⁵⁷⁷ e, as entidades regionais do Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco passaram a enviar delegados e observadores às atividades da UIE⁵⁷⁸, o que pode ser considerado como um parâmetro do arrefecimento do anticomunismo nessas regionais.

Por outro lado, no contexto inicial dos anos de 1950, a FJD se consolidou como a principal legenda do anticomunismo estudantil, voltando as suas baterias para todos os lados. Desde o XIV Congresso da UNE em 1951, Valdo Viana Ramos, em discurso no encerramento do Congresso, havia expressado a concepção que norteava e nortearia a FJD, de que o combate que se mostrava no horizonte era contra os comunistas e que cada vitória dos “democratas” nas entidades estudantis significaria uma derrota do PCB. Ainda em 1951, após ter articulado e promovido as ações públicas contra o Festival Mundial de Berlim, como o comício nas escadarias do Teatro Municipal, a FJD participou de um manifesto dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito em homenagem aos militares que haviam combatido os comunistas no levante de novembro de 1935, no qual assinaram nada menos do que 83 universitários⁵⁷⁹. No seu próprio manifesto, a FJD se esforçou para lembrar o levante de 1935 como um dos

episódios da crueldade vermelha [...] o testamento eloquente dos métodos sanguinários da quinta-coluna a serviço da Rússia e que podem repetir-se caso os brasileiros não se unam e não mobilizem as suas energias cívicas num combate destemeroso e eficaz contra a infiltração comunista em todos os setores da atividade nacional, mercê da disciplina, do oportunismo e da boa fé de muitos [...] A mocidade brasileira, representada pela Frente da Juventude Democrática repudia, com todas as forças de seu sadio idealismo, o comunismo deletério e sanguinário e aponta ao povo o caminho certo e decisivo que é o da luta incessante contra os liberticidas estrangeiros e pela preservação da democracia brasileira⁵⁸⁰.

Os ideais da FJD se mantiveram presentes em manifestos e ações nos anos seguintes, com constantes denúncias contra o que se considerava ser a infiltração dos comunistas durante quase todas as eleições estudantis, a exemplo do Congresso da UFE de 1952, pois segundo a FJD, depois dos estudantes terem sido “ludibriados em sua boa fé no pleito passado,

⁵⁷⁷ SILVA, Justina Ivã de A. *Estudantes e Política: Um Estudo de um Movimento* (RN 196 – 1969). São Paulo: Cortez, São Paulo, 1989.

⁵⁷⁸ Relações com a UIE e o COSEC. *Relatório de Diretoria*, 1955, p. 33.

⁵⁷⁹ Manifesto dos acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito. *Diário de Notícias*, 27/11/1951, p. 16.

⁵⁸⁰ Manifesto da FJD aos universitários e ao povo brasileiro. *Diário de Notícias*, 27/11/1951, p. 16.

assistiram ao desvio consciente da linha de sua prestigiosa entidade, que tem engrossado as campanhas [...] de um partido clandestino e anti-brasileiro [o PCB]”⁵⁸¹, ou na mensagem pela passagem do “7 de setembro” de 1954, quando a FJD declarou que a “mocidade brasileira recusa, com decisão e firmeza as doutrinas totalitárias [...] é preferível morrer num minuto de liberdade do que viver séculos na escravidão”⁵⁸². Percebem-se, nessas declarações da FJD, as definições que foram expostas por Rodrigo Pato Sá Motta⁵⁸³ de que a peculiaridade das organizações anticomunistas é pautar o seu discurso e suas ações não em favor de algo, mas contra.

As mudanças nos cenários estudantis regionais, ao que tudo indica, também estiveram bastante relacionadas com a ausência a UNE de alguns debates que foram considerados importantes pelas forças políticas e pelas entidades estudantis no contexto das divergências que se estabeleceram em torno da política do governo de Getúlio Vargas, principalmente entre 1953 e 1954. Nesse contexto é possível perceber que os movimentos e posições em alguns dos grupos que atuaram no movimento universitário passaram a se pautar com força pela defesa da unidade do movimento estudantil como ação fundamental para potencializar as suas ações e posições.

Além disso, é possível aferir que alguns setores estudantis da própria UDN se afastaram dos seus setores anticomunistas e tenderam a admitir um leque de diálogo mais amplo no interior do movimento, no qual as reivindicações estudantis foram consideradas, ainda que com limites mais ou menos rígidos, acima das diferenças políticas e ideológicas que delimitaram, até então, os ideais de saneamento que se esforçaram para excluir os setores de esquerda das instâncias e das entidades do movimento.

Ao que tudo indica, esses movimentos tentaram quebrar a inexorável linha de saneamento provida contra as esquerdas, que até então vinha sendo imposta pelos estudantes anticomunistas e que começou a ser percebida pelo conjunto dos universitários como um ato de fracionamento do movimento e de enfraquecimento da UNE. Pelo que se percebe, esse fracionamento foi entendido como maléfico, assim como um dos motivos para que a UNE se ausentasse dos debates e não se inserisse em questões da política nacional consideradas importantes para os estudantes, já que a participação em movimentos que aproximassem os repertórios da UNE com o repertório dos estudantes de esquerda foram sempre consideradas

⁵⁸¹ Manifesto da FJD. *A Noite*, 15/09/1952, p. 05.

⁵⁸² Manifesto da FJD. *Diário de Notícias*, 07/09/1954, p.

⁵⁸³ MOTTA, 2002, op. cit.

como a adesão ou aproximação aos movimentos considerados subversivos e de agitação social promovidos pelos comunistas.

Nesse sentido, apesar das novas práticas que começaram a emergir entre os estudantes ligados à UJC, não foi apenas a reorientação dos universitários comunistas que permitiu o surgimento de novas práticas no interior do movimento universitário, mas também algumas das pautas desse período, que mostraram que as reivindicações dos estudantes de esquerda e, em especial, dos comunistas, em alguns pontos, foram temas passivos de posições em conjunto entre os universitários e de parte das suas lideranças no interior do movimento.

Esses temas contribuíram para que os objetivos de radical exclusão de alguns grupos estudantis das instâncias das entidades e dos protestos do movimento universitário comesçassem a ser relativamente questionadas. Dentre esses repertórios, os protestos contra o Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA entre 1952 e 1953, e o repúdio a Emenda Dória Cardoso à Lei Eleitoral em 1954 parecem ter sido bastante importantes. Além disso, no decorrer de 1954, a questão da unidade do movimento, da autonomia das entidades estudantis e os movimentos contra o autoritarismo no interior das universidades tomou fôlego novamente, temas que atingiram e despertaram a solidariedade dos estudantes sem que as crenças políticas de uns ou outros ocupassem o primeiro plano das ações.

Ao chegar novamente ao poder pelas eleições de 1950, Vargas encontrou, em contradições com seu discurso nacionalista, uma política externa de franco alinhamento com os EUA. Nesse sentido, o seu governo deu início à tentativa de estabelecer uma política externa mais negociada e autônoma com os EUA, o que também foi denominado como *barganha nacionalista*, pela qual o Brasil pretendeu dispor de apoio político-estratégico aos EUA e, em troca, reivindicou ajuda ao projeto nacional de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, surgiu a proposta para que se firmasse o Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA, o que também esteve relacionado com uma esfera de negociações bem mais específicas: o pedido dos EUA para que o Brasil enviasse tropas para o teatro de operações da Guerra da Coreia, tema radicalmente combatido e denunciado pelos movimentos da paz liderado pelos comunistas no Brasil e por setores nacionalistas.

O governo brasileiro se negou a enviar tropas, mas, pelo acordo de cooperação militar, se prontificou a fornecer minérios estratégicos aos EUA em troca de equipamentos e serviços militares ao Exército Brasileiro⁵⁸⁴. Nesse sentido, em meio ao embate travado entre os

⁵⁸⁴ OLIVEIRA, Raquel dos Santos. *Minerais estratégicos, diplomatas e militares: a articulação política para os acordos atômicos (1952-1955)*. Anais do 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais: Política Externa, Diplomacia e Energia. Brasília, 2012.

nacionalistas, contrários ao acordo e à disponibilização dos recursos minerais aos EUA, e os defensores do alinhamento com os norte-americanos, favoráveis à cooperação com os EUA,

em 1952, o governo brasileiro assinou acordo militar com os Estados Unidos e, no ano seguinte, ele foi aprovado pelo Congresso e entrou em vigor. O Brasil passou a fazer jus ao auxílio que os Estados Unidos distribuíam por meio de seu programa de ajuda militar anual, que a partir de 1951 passou a contar com pequena verba destinada especificamente à América Latina, algo inicialmente inexistente⁵⁸⁵.

A assinatura do Acordo de Cooperação Militar fez com que as baterias dos comunistas e do movimento pela paz se voltassem especificamente contra esse acordo e as mobilizações dos comunistas engrossaram os comícios e as manifestações públicas dos setores nacionalistas, militares e civis contrários ao acordo, considerado atentatório à soberania e à independência nacional. Já a partir do final de 1952, quando os termos do Acordo foram enviados ao Parlamento para serem votados, as mobilizações se intensificaram, mas foram derrotadas em março de 1953, quando os termos se tornaram definitivamente oficiais.



8 Comício organizado no Distrito Federal em janeiro de 1953, contra o Acordo de Cooperação Militar Brasil – EUA. **Fonte:** *Imprensa Popular*, 24/01/1953, p. 01.

Nesse contexto, motivado pelo silêncio da UNE frente às polêmicas desse momento, surgiu o que parece ter sido uma nova cisão no interior do DE da UDN/DF em torno das concepções que nortearam parte dos estudantes udenistas para o movimento universitário.

⁵⁸⁵ ALVES, Vágner Camilo. *Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 48, nº. 01, jan-jun, 2005, p. 23.

Assim, enquanto os estudantes que se pautaram pelo anticomunismo foram conseguindo abrir espaços mais sólidos, assumindo cargos de direção no DE e dando sustentação à UNE, surgiu uma carta aberta de cobranças ao presidente da UNE, liderada por Antônio José de Vries, presidente do DCE da Universidade do Brasil, udenista e também dirigente do DE da UDN/DF.

A Carta Aberta ao Presidente da UNE se assumiu como tendo origem em um “grupo de jovens, unidos por nosso sentimento de patriotismo, com a única finalidade de alertar a mocidade brasileira para o perigo que paira sobre nossa querida pátria”⁵⁸⁶, na qual, “a condição única para que um jovem patricio se una a nós é que esteja de acordo com aquele objetivo”⁵⁸⁷, ou seja, cobrar para que a UNE se pronunciasse e engrossasse os movimentos contra o Acordo Militar, que foi considerado

um pacto que cria tantas e tais obrigações para nossa Pátria que sua aprovação equivaleria ao trucidamento da nossa independência [...] seria um ultraje as nossas tradições, se esse acordo fosse aprovado sem que se fizesse ouvir o vibrante protesto dos estudantes brasileiros, através da sua entidade máxima⁵⁸⁸.

Na Carta, afirmou-se que, no momento em que os termos do Acordo Militar que tramitavam na Câmara Federal, era necessário que a UNE se expressasse com urgência e foi proposto uma mesa redonda sobre o tema na sede da entidade. O significativo da Carta Aberta, no entanto, foi que o documento, além de reunir inicialmente a assinatura de 27 universitários e de 12 entidades estudantis, uniu no mesmo documento nomes como o do udenista José Vries, do antigo secretário geral da diretoria da UNE em 1948, Sylvio Warnik Ribeiro e de José Bezerra de Oliveira Lima⁵⁸⁹, identificado com os movimentos liderados pelos comunistas entre os estudantes.

Apesar da participação conjunta nesse documento não poder ser considerada como um movimento deliberado de aproximação entre comunistas e udenistas, indica que ambos estiveram dispostos, desde 1953, a ampliar o seu campo de diálogo em relação a temas específicos, assim como demonstra que havia setores udenistas que não estiveram plenamente satisfeitos com a atuação da UNE em princípios da década de 1950.

⁵⁸⁶ Carta aberta ao presidente da UNE. *Diário de Notícias*, 06/01/1953, p. 2.

⁵⁸⁷ Ibidem.

⁵⁸⁸ Carta aberta ao presidente da UNE. *Diário de Notícias*, 06/01/1953, p. 2-4.

⁵⁸⁹ Dentre outras entidades, a Carta Aberta foi assinada pelos diretórios acadêmicos da Universidade do Brasil, por representantes da CEB, do Calabouço E. C. e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, em 1954, surgiu outro tema polêmico: a Emenda Dário Cardoso à Lei Eleitoral, o que possibilitou que os comunistas rompessem a sequência de ataques que até então vinham desferindo contra as diretorias da UNE eleitas a partir de 1950 e passassem a divulgar as resoluções da entidade e os depoimentos de seus diretores em favor do combate à Emenda.

O projeto de Emenda à Lei Eleitoral foi proposta pelo senador Dário Cardoso (PDS) como um instrumento que pretendeu complementar a cassação dos mandatos do PCB de modo a impedir que os comunistas conseguissem registrar as candidaturas dos seus militantes por meio de outros partidos. Segundo a defesa do projeto, em discurso do senador Dário Cardoso, a emenda teve por finalidade garantir que fossem proibidas as candidaturas daqueles que

pública ou ostensivamente, façam parte ou sejam adeptos de partido político, cujo o registro haja sido cassado [pois que] não ignoramos que os candidatos eleitos pelo Partido Comunista, através de outras legendas, ao assumirem os respectivos mandatos, declaram, alto e bom som, que não tem a menor ligação com a agremiação que os elegeram, pois são candidatos de Prestes⁵⁹⁰.

Nesse sentido, a justificativa do senador Dário Cardoso seguiu o mesmo argumento utilizado para o cancelamento do registro do PCB, de que deveria ser vedado “o funcionamento de partido cujo programa ou ação seja contrário ao regime democrático e pluripartidário”⁵⁹¹, o que, nesse momento, deveria ser estendido a todo e qualquer indivíduo que desejasse ser candidato a uma vaga eletiva e fosse identificado com o PCB ou com os seus repertórios.

A Emenda proposta por Dário Cardoso foi combatida por parlamentares de diversas legendas políticas e por entidades e organizações sociais que acusaram a proposta de contrariar os princípios democráticos e a Constituição, já que os seus critérios foram entendidos de modo bastante subjetivo e, na prática, poderia cancelar uma candidatura lançada por qualquer partido sob alegação de que o candidato estaria fazendo “propaganda ostensiva do comunismo”. A resposta de Dário Cardoso surgiu no sentido de que qualquer “pessoa que tenha militado nas fileiras do Partido Comunista, poderá ser registrada como candidato de qualquer outro partido desde [que] prove não mais pertencer a esse partido e que professa ideias democráticas”⁵⁹². Além disso, Cardoso respondeu às posições de que a

⁵⁹⁰ CARDOSO, Dário. Discurso de defesa da proposta de Emenda ao Artigo 32 da Lei Eleitoral. Diário do Congresso Nacional, Anais, Secção II, 10/07/1954, pp. 1298-1299.

⁵⁹¹ Ibidem.

⁵⁹² Ibidem.

Emenda estabelecia uma espécie de ditadura de pensamento, pois também vetava, na prática, a pluralidade de ideias, o que foi respondido nos termos de que

quanto à liberdade de pensamento, não é possível deixarmos que ela destrua a moralidade ou a democracia [...] o regime democrático, os direitos mentais do indivíduo e as liberdades públicas serão protegidas contra qualquer processo, manifestação ou propaganda tendentes a suprimir ou a instaurar sistema incompatível com a sua existência⁵⁹³.

Apesar de a Emenda ter sido aprovada, o PCB respondeu com força à proposta, considerada como um “pretexto de modificações na Lei Eleitoral, de dispositivo que priva os comunistas do direito de candidatar-se aos postos eletivos [e que] constitui tão alarmante atentado à Constituição que é indispensável e urgente o repúdio e o protesto veemente de todos os patriotas”⁵⁹⁴. Nesse sentido, os comunistas tentaram mobilizar protestos de diversos setores sociais contra a Emenda e, mesmo com as reservas que foram consideradas contra a UNE, a posição de parte dos diretores da entidade, de que a proposta seria “flagrante contraste com as garantias asseguradas pela nossa Constituição”⁵⁹⁵, ganhou espaço nas páginas da *Imprensa Popular*, o que foi uma tentativa de demonstrar que os estudantes universitários e as suas entidades eram majoritariamente contrários à proposta de Cardoso, o que, na prática, também significou o arrefecimento dos ataques que eram publicados nesse jornal contra as diretorias da UNE. Desse modo, também repercutiram na *Imprensa Popular*, dentre as declarações de outros estudantes, as posições de José Lamartine Carreira de Oliveira, secretário geral do CACO, de que a emenda seria “flagrantemente inconstitucional [...] seu texto constitui [...] uma total inversão dos ideais democráticos”⁵⁹⁶ e de Nailton Santos, vice-presidente da UEB que declarou que a Emenda seria “contrária à Constituição vigente, mas também aos próprios princípios orientadores do regime democrático”⁵⁹⁷.

Apesar de ter sido significativa a Carta Aberta com relação ao Acordo de Cooperação Militar, a aproximação que ocorreu contra a Emenda Dário Cardoso, em 1954, esteve em um contexto bem diferente e que, pelo que tudo indica, estiveram em sintonia tanto com relação às mudanças na postura dos estudantes comunistas, o que possibilitou novos diálogos e práticas no interior do movimento universitário, quanto com as mudanças que vinham ocorrendo nas interpretações mais gerais do movimento e em alguns de seus grupos políticos

⁵⁹³ Ibidem.

⁵⁹⁴ Prestes conclama o povo à luta pelas liberdades. *Imprensa Popular*, 20/06/1954, p. 1-5.

⁵⁹⁵ Declaração de Raimundo Vilela, secretário da UNE. *Imprensa Popular*, 14/07/1954, p. 01.

⁵⁹⁶ Enquete com dirigentes universitários realizada pelo jornal *Imprensa Popular*. Idem.

⁵⁹⁷ Ibidem.

organizados. Além disso, exceto pela FJD, o núcleo mais poderoso dos estudantes anticomunistas aparentemente não conseguiu renovar os seus quadros com a radicalidade que havia norteado esses universitários a partir de meados da segunda metade da década de 1940, como indica a crise interna de críticas e cisões ocorridas no interior da ALA na Faculdade Nacional de Direito.

Esse novo cenário possibilitou que surgissem demandas conjuntas e também que os apelos pela unidade do movimento tomassem fôlego, o que parece ter resultado no isolamento dos universitários anticomunistas remanescentes mais radicais. Além disso, que os próprios comunistas conseguissem ampliar os seus espaços de atuação e inserir algumas de suas demandas nas deliberações das entidades estudantis e da UNE, principalmente a partir do início de 1954 e do XVII Congresso Nacional dos Estudantes.

2.11 O XVII Congresso da UNE: da unidade à vitória da coalizão de esquerda: 1954-1956

O XVII Congresso Nacional dos Estudantes aconteceu entre os dias 26 e 31 de julho de 1954 na Universidade Rural do Rio de Janeiro. A novidade na dinâmica desse Congresso foi que, ao invés dos tradicionais debates sobre todos os pontos da pauta tratados no plenário por todos os estudantes presentes, as comissões de teses ficaram responsáveis pela realização de mesas redondas sobre as diversas temáticas do encontro, sendo que apenas as suas resoluções seriam enviadas para a plenária final, para votação das resoluções da entidade.

Dentre os temas, as questões estudantis e educacionais continuaram tendo predomínio, tendo sido estruturadas comissões de teses sobre cidade universitária, alimentação e moradia dos estudantes, barateamento do livro didático, taxas escolares, regulamentação das excursões estudantis, bolsas de estudo, imprensa universitária, autonomia financeira das entidades estudantis, relações entre a UNE e os centros e diretórios acadêmicos, etc. Sobre as questões nacionais, as comissões deveriam aceitar teses sobre os problemas econômicos nacionais e sobre a cultura nacional. Além disso, foi criada uma comissão específica para tratar da relação e do entrosamento entre os estudantes e outros setores sociais, como os trabalhadores e os jovens militares.

Para além da pauta de debates, no entanto, como apontado anteriormente, a tendência dos estudantes pareceu estar norteada por alterações nas relações internas do movimento. A mais radical foi da União Paraibana dos Estudantes (UPE), que em seu III Congresso aprovou

que a posição dos estudantes da Paraíba no Congresso da UNE deveria ser pela refiliação da entidade à UIE⁵⁹⁸, tema ainda muito polêmico no período.

Por outro lado, surgiram os movimentos que defenderam especificamente a unidade do movimento. Um desses surgiu na escolha dos representantes da bancada do Distrito Federal, que definiram que a escolha do presidente da bancada, do orador e dos demais cargos deveria ser pautada pela unanimidade entre os delegados. Nesse sentido, surgiu um comunicado da assembleia dos delegados ao XVII Congresso, que afirmou que “outrossim, temos a declarar à classe universitária carioca, que a bancada está coesa e homogênea, o que ainda mais reforçará nossa posição”⁵⁹⁹. Já com o início do Congresso, surgiram dois outros movimentos nesse mesmo sentido.

O primeiro foi promovido por onze entidades estudantis da Universidade do Brasil⁶⁰⁰, que afirmaram que “a União Nacional dos Estudantes [estaria] totalmente divorciada da massa estudantil, afastou-se por completo da sua missão de defesa das reivindicações da classe, para afogar-se numa onda de corrupção e desmandos administrativos”⁶⁰¹. Em seguida, o manifesto afirmou que para reverter essa situação seria necessário “um movimento que, desfraldando a bandeira da unidade da classe, venha contribuir para a volta da ‘Casa da Resistência Democrática’ à sua função de lidima representante da mocidade brasileira”⁶⁰². A volta da “Casa da Resistência Democrática” foi entendida nos termos da renovação e da unidade do movimento, como a maneira de fazer com que a UNE se voltasse para os interesses estudantis.

Em seguida, ainda nos primeiros momentos do XVII Congresso, foi proposto e aprovado pelo plenário que o presidente da UNE deveria reunir todos os líderes das bancadas presentes em uma reunião, na qual deveria ser estruturado um plano mínimo de unidade entre os estudantes e que atendesse as reivindicações de todas as bancadas presentes⁶⁰³. A reunião entre os líderes das bancadas foi a primeira ação concreta pela unidade do movimento universitário em torno das bandeiras estudantis e da UNE após a ascensão dos anticomunistas. Como resultado da reunião, se construiu a concepção de que “a bandeira das liberdades democráticas [deveria] ser o elo inquebrantável de união dos estudantes”⁶⁰⁴ e também

⁵⁹⁸ *Imprensa Popular*, 07/07/1954, p. 04.

⁵⁹⁹ *Diário Carioca*, 25/07/1945, p. 11.

⁶⁰⁰ O manifesto foi assinado pela DCE da Universidade do Brasil e pelos diretórios da Faculdade Nacional de Filosofia, Direito, Medicina, Minas e Metalurgia, Arquitetura, Odontologia, Farmácia, Belas Artes, Música e Enfermagem.

⁶⁰¹ Movimento de Unidade no XVII Congresso da UNE. *Imprensa Popular*, 28/07/1954, p. 04.

⁶⁰² *Ibidem*.

⁶⁰³ *Imprensa Popular*, 31/07/1954, p. 01.

⁶⁰⁴ *Ibidem*.

possibilitou que praticamente todas as moções, a Declaração de Princípios e o Programa Mínimo da UNE fossem votados por unanimidade pelo plenário do Congresso.

Nesse sentido, a Declaração de Princípios deixou de ser, nesse Congresso, um extenso documento e passou a ser uma Carta com parágrafos, mas que deveriam nortear a UNE e o movimento universitário. Dessa maneira, se reivindicou a

crença na Universidade, onde uma comunhão de alunos a professores busca o desenvolvimento da cultura, como único meio do homem atingir a formação integral da sua personalidade [...] a união da classe universitária para a consecução dos ideais comuns, proclamando a União Nacional dos Estudantes e demais entidades estudantis, como organizações independentes e autônomas de conagração, capazes de concretizar essas aspirações [...] a politização do povo brasileiros e da classe, a fim de alcançar a moralização dos costumes políticos; a consciência da magnitude; a preservação das riquezas e fontes de energia, evitando a perniciosa intervenção dos trustes internacionais na economia do país; e, condenando o latifúndio [e que] ante o atual panorama político-ideológico do mundo, determinante da instabilidade da ordem econômica e política, do desrespeito aos direitos fundamentais do homem e das nações, a imperiosa necessidade de um entrosamento da política com a economia sob os princípios da moral, objetivando a auto-determinação dos povos. (aprovado por unanimidade)⁶⁰⁵.

Além desses pontos, o Congresso aprovou, ainda na Declaração de Princípios, que os estudantes “reconhecem a necessidade de aproximação e entendimento entre os estudantes de todo o mundo, como forma de propagação e assimilação da cultura, no seu sentido mais geral e profundo”⁶⁰⁶. Esse último ponto, na prática, foi uma das conquistas mais importantes dos comunistas e autorizou a UNE a aderir às campanhas da UIE e, ainda que sem se refiliar à entidade internacional, participar como observadora dos congressos, conselhos e reuniões da UIE, restabelecendo, assim, as relações com a organização internacional. Isso possibilitou que os dirigentes da UIE voltassem a ser presentes e constantes em viagens ao Brasil para visitar a UNE⁶⁰⁷, o que, ao mesmo tempo, enfureceu e endureceu as denúncias da FJD.

Ao mesmo tempo, a Programa Mínimo aprovado no XVII Congresso abarcou um amplo leque de demandas, o que além de contemplar fragmentos dos repertórios dos diversos

⁶⁰⁵ Declaração de Princípios do XVII Congresso Nacional dos Estudantes. *Relatório da Diretoria*: gestão 1954-1955: apresentado ao XVIII Congresso Nacional dos Estudantes. Rio de Janeiro, DF: UNE, 1955, pp. 94-95.

⁶⁰⁶ Ibidem.

⁶⁰⁷ Segundo o relatório dos observadores internacionais da UNE, “coerente com a política que se propôs, de independência e cooperação, a UNE participou das maiores assembléias estudantis internacionais realizadas no exercício 54-55”, tanto da UIE, quanto da COSEC. Ainda segundo os observadores, “os representantes enviados a esses conclaves procuraram, fundamentalmente, observar as atividades promovidas pelas duas organizações e estudar as possibilidades de participação dos estudantes brasileiros em realizações internacionais, como fatores indispensáveis à cooperação e entendimento advogados pelo XVII Congresso Nacional. Os nossos observadores também procuraram colher experiências do movimento estudantil de outros países e divulgar as nossas”. Relações com a UIE e o COSEC. Relatório de Diretora, 1955, pp. 32-33.

grupos e entidades presentes no encontro, possibilitou que a UNE tivesse legitimidade para se empenhar nos mais variados debates e movimentos no período 1954/1955.

Dentre os pontos aprovados no programa mínimo, contaram reivindicações pelo cambio financeiro oficial para os estudantes brasileiros residentes no exterior, pela sede própria da entidade, pela restauração do Tiro de Guerra em todo o território nacional, pela isenção de taxas telegráficas às entidades estudantis, pela facilitação dos materiais técnicos importados necessários aos universitários, pela independência frente ao governo, *pela liberdade de pensamento e manifestação entre os estudantes, sem que haja discriminação em decorrência de suas ideias*, atender às demandas das entidades estudantis dos Estados sem que houvesse privilégios ou discriminação, prestar assessoria jurídica às entidades estudantis e aos estudantes, pela defesa dos recursos nacionais e pela condenação dos trustes internacionais, pela mudança da Capital Federal para o planalto central, pugnar pelos princípios da ONU, *pela aproximação entre todos os estudantes do mundo*, por uma paz internacional sólida e duradoura, pelo respeito à soberania de todas as nações, o que incluiu o respeito às formas de governo de cada país e à liberdade para que esses países escolhessem livremente os seus governantes, *pelo restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais entre todas as nações*, pela proibição das armas de destruição em massa e pela condenação do colonialismo ou qualquer outra forma de opressão política ou econômica⁶⁰⁸.

Como se percebe, alguns dos pontos do Programa Mínimo quebraram radicalmente a vertente anticomunista, principalmente ao criar possibilidades para que a UNE se posicionasse em favor das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, tivesse envolvimento com entidades internacionais consideradas comunistas, defendesse os movimentos pela paz mundial, respeitasse as formas de governo de cada país e condenasse as intervenções militares internacionais e o colonialismo, pautas essas, bastante identificadas com os repertórios dos comunistas.

Nesse sentido, no lugar do fracionamento expresso pelos estudantes anticomunitas até então, a formulação que ascendeu no interior da UNE, traduzida em princípio na aprovação unânime de sua Declaração de Princípios e do Programa Mínimo e, posteriormente, aprovado pelo Conselho Nacional dos Estudantes em documento da UNE ao Congresso Latino Americano de Estudantes:

o caráter monolítico de nossa entidade não reflete uma identidade de posições dos estudantes frente a todos os problemas políticos, econômicos, filosóficos ou religiosos

⁶⁰⁸ Ibidem., pp. 87-88.

do Brasil ou do mundo. É justamente o caráter democrático da Constituição da UNEB⁶⁰⁹ que não só permite evidenciar essas opiniões divergentes através da livre expressão mas também assegura o critério das maiorias para as resoluções nos órgãos legislativos e deliberativos estudantis, resoluções estas que passam a ser a linha diretora dos atos dos organismos diretivos da UNEB [mas] *é necessário também destacar que o critério majoritário não conduz a uma linha hostil a subsistência de ideias vencidas, que continuam no gozo de todos [os] seus direitos de livre expressão* (grifo nosso). Desta maneira, unidos pelo ideal máximo de servir ao universitário e ao povo brasileiro, *os estudantes universitários do Brasil superam as divergências de ordem ideológica, partidária ou religiosa [...] obedecendo a um sábio preceito [...] que a proíbe de fazer discriminação entre os estudantes* (grifo nosso) e interferir na vida dos estudantes fora do âmbito das entidades estudantis ou dentro delas cercear-lhes princípios ou ideias próprias⁶¹⁰.

A unidade no interior do movimento universitário e em torno das demandas da UNE também se expressou no relatório final da gestão 1954/55, ao considerar que para que a UNE cumprisse a sua missão de representar e coordenar o movimento, seria necessário “unir os estudantes em torno dos princípios fixados em sua Constituição [...] unitários e democráticos”⁶¹¹.

Ao se considerarem as posições que emergiram do XVII Congresso, é possível aferir que tenha significado uma guinada nas relações que vinham se desenvolvendo entre as diferentes vertentes de pensamento no interior do movimento universitário e que foram sendo construídas no entorno de demandas específicas, que uniram esses setores em torno de ideias em comum ou que possibilitaram que essas vertentes de pensamento flexibilizassem as suas demandas a ponto de encontrarem possibilidades de diálogo.

No interior do DE da UDN, o XVII Congresso também significou o isolamento dos anticomunistas mais radicais, em detrimento a ascensão dos seus militantes identificados com setores udenistas mais liberais, o que se consubstanciou na eleição de Augusto Cunha Neto⁶¹², lançado pela UEE/SP, por 78 votos a mais que a chapa de oposição. O novo presidente da entidade era descendente de uma família udenista mineira, conselheiro do DE da UDN/SP e presidente do DE da UDN da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

No discurso de posse de Cunha Neto, os ideais de sanear o movimento universitário dos estudantes ligados aos movimentos de esquerda, expressos até então com força pelos

⁶⁰⁹ Nos documentos internacionais, a UNE assina como União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNEB).

⁶¹⁰ Ibidem., p. 35.

⁶¹¹ Considerações sobre o movimento estudantil brasileiro. Relatório de Diretora, 1955, p. 09.

⁶¹² Diretoria eleita no XVII Congresso Nacional dos Estudantes: presidente: Augusto Cunha Neto; 1º. Vice-presidente: Joseph William Santos; 2º. Vice-presidente: João Carlos Simonetti; 3º. Vice-presidente: Enzo Oscar Rabelo; 4º. Vice-presidente: José Moacyr Teófilo; secretário geral: Bento Bugarin; 1º. Secretário: José Carlos da Rocha; 2º. Secretário: Jaime de Araújo Andrade; 3º. Secretário: Pedro Moser Menegardo; tesoureiro geral: Arnaldo Leal.

udenistas cariocas, foi substituído e esteve de acordo com os movimentos de unidade almejados durante o Congresso. Segundo afirmou Cunha Neto,

Minha gestão, será portanto estudada e planejada em comum acordo com todos os líderes nacionais. Posso, porém, lhes assegurar que procurarei pautar-me sempre dentro dos princípios democráticos e cristãos que nos irmanaram de norte a sul do País. *Será por mim pregada e defendida a indiscriminação política e será levada em conta a condição primeira de universitário de toda e qualquer pessoa e não o seu credo político* (grifo nosso). Todavia, repudiarei sempre e de maneira mais positiva e mais simples tentativa de envolvimento de toda e qualquer ideologia política que vise transformar a União Nacional dos Estudantes em simples porta voz político e mero brinquedo de mãos habilidosas, sejam elas subversivas ou parasitárias. Dentro dessas diretrizes espero contar com o apoio unânime da classe universitária, que sempre tem sabido, nos momentos mais difíceis para o País, assumir a responsabilidade que lhe cumpre, tomando a liderança da luta contra tudo que não for decente⁶¹³.

O discurso do novo presidente da UNE significou a inversão das considerações que se fizeram sobre os estudantes comunistas ou de esquerda a partir da segunda metade dos anos de 1940. Se nesse período predominou a tentativa de anular a condição de estudante em detrimento das crenças políticas, o XVII Congresso fez emergir pela posição da maioria dos universitários, novamente a condição de estudante como parte da UNE e das suas lutas sem que as suas crenças ocupassem o primeiro plano como motivo de exclusão ou de fracionamento do movimento.

Ainda é importante acrescentar que, ao ponto que eleição de Cunha Neto e o norteamento da UNE para reunir os estudantes em torno dos seus repertórios representou pontos de unidade no conjunto do movimento, construiu cisões mais com o grupo que até então sustentava as diretorias da UNE contra as esquerdas. As narrativas nesse sentido se referem à cisão entre a diretoria da UNE liderada por Cunha Neto e os grupos estudantis que pretenderam situar a UNE nos movimentos golpistas contra Vargas, com os quais Cunha Neto rompeu nos primeiros momentos de seu mandato. Nesse sentido, Plínio de Abreu Ramos, antigo assessor de Cunha Neto na UNE, afirmou em *O Semanário*, em 1957, que

Cunha Neto, eleito em 54, não acreditava que havia policiais na UNE [em referência aos anticomunistas], nem pressão do Ministério nem vinculações com os trustes de petróleo. Vinte dias depois de empossado, Cunha Neto expulsa-se da UNE e descarrega as baterias [...] alarmada a pelegada contra o ato que qualificaram de “traição do Netinho”, Mena Barreto [...] mobiliza alcagüetes da velha guarda e da nova geração. As verbas da Secção de Segurança do MEC associam-se aos

⁶¹³ Estudantes democráticos vencem eleições na UNE: derrotados os comunistas no XVII Congresso Nacional dos Estudantes. *O Estado de S. Paulo*, 03/08/1954, p. 15.

investimentos da loteria pernambucana, nunca se corrompeu tanto sob o signo da austeridade⁶¹⁴.

Nesse mesmo sentido, ao se referir ao período entre 1950 e 1956, José da Silva afirma que

houve, no período de seis anos – até 1956 – um hiato democrático. Ocorreu entre 1954 e 1955, na gestão Cunha Neto, eleito pelo grupo dominante na época, o qual, enojado com a atmosfera de corrupção em que o conhecido pistoleiro do MEC, Amado Mena Barreto, aliciava mulheres para agrada-lo, resolveu, desiludido, 23 dias após [ser eleito], renunciar as diretrizes do grupo, passando a ter uma atuação independente⁶¹⁵.

Artur José Poerner segue a linha desses intérpretes e também afirma que

No pleito [de 1954], venceu, mais uma vez, a direita estudantil. Cunha Neto se elegeu no Congresso que a UNE organizou em julho de 1954, e foi, imediatamente, instado a conspiração pela derrubada do presidente Vargas. Jovem estudante do interior, de Cataguses – de onde chamou para assessora-lo o futuro jornalista Plínio de Abreu Ramos - , Cunha Neto, devido à sua honestidade de princípios, percebeu, em 22 dias, a manobra empreendida, de outro lado, por certos setores governamentais, através da polícia, para desvia-lo da participação autêntica no movimento estudantil. E, depois de ligar os fatos, se recusou a apóia a conspiração antigetulista, alegando que a UNE não podia desenvolver atuação golpista. Perdeu, então, o suporte reacionário que o elegera, para receber, em troca, o apoio dos estudantes progressistas, que recuperaram, desse modo, temporariamente, o controle da UNE, sem que tivessem triunfado no Congresso de 1954⁶¹⁶.

Na presente pesquisa, a documentação com que se trabalhou não permitiu analisar o papel da UNE na oposição ao governo Vargas antes ou depois do XVII Congresso, nem o conjunto das suas ações a esse respeito. As únicas posições que se verificaram nesse sentido foram críticas pontuais aos reajustes salariais e às greves operárias, consideradas pela UNE como ações incentivadas pelo governo e pelo Ministro do Trabalho, João Goulart.

Já durante o Congresso da entidade, também foi aprovada uma moção pelos estudantes, publicada em *O Estado de São Paulo*, o que indicou que, em seus primeiros dias, os congressistas foram críticos à Getúlio Vargas e defenderam que o país estaria vivendo um clima de intranquilidade, pois o “antigo ditador” seria, então, uma ameaça às instituições democráticas. Nessa perspectiva, a bancada de Minas Gerais apresentou uma moção, aprovada pelo plenário do Congresso, com o objetivo de protestar contra qualquer possibilidade de continuidade do atual presidente. Segundo a moção, os estudantes deveriam

⁶¹⁴ RAMOS, Plínio de Abreu. A luta dos estudantes que o povo já começa a conhecer. *O Semanário*, 18/07/1957, p. s/p.

⁶¹⁵ SILVA, José da. Um pouco de História. *O Semanário*, 19/07/1962, p. 01.

⁶¹⁶ POERNER, 1995, op. cit., pp. 170-171.

desenvolver “uma campanha de esclarecimento público, exigindo dos diversos candidatos a cargos eletivos de âmbito federal, pronunciamentos escritos das inelegibilidades e alertando o eleitorado contra os que se recusarem a assumir tais compromissos” ⁶¹⁷. Com a aprovação dessa moção, a UNE ficaria “autorizada a decretar a ‘greve geral’ dos estudantes de todo o País no momento em que a bancada governista no Congresso Nacional intentar a reforma constitucional, tendo em vista prolongar o mandato do sr. Getulio Vargas” ou alterasse qualquer artigo constitucional ou da Lei Eleitoral sobre as inelegibilidades. ⁶¹⁸ No entanto, a documentação não permitiu nada além dessas observações.

Por outro lado, o que se percebe é que as narrativas citadas acusam alguma cisão mais drástica entre o novo presidente da UNE e o grupo anticomunista que, hipoteticamente, participou positivamente da sua eleição, incluindo, ainda nesse período, os anticomunistas radicais do DE da UDN/DF e outros grupos sob alguma influência dos anticomunistas. No entanto, como se analisou anteriormente com os documentos aprovados por unanimidade, as tendências mais gerais em favor da unidade do movimento universitário, que se expressaram durante o XVII Congresso, indicam que já havia desacordo no conjunto estudantil e na maioria dos seus grupos organizados em relação ao saneamento ou ao fracionamento que vinha sendo prática na UNE até então. Isso indica que Cunha Neto, como foi destacado em seu discurso de posse e como será visto posteriormente, seguiu essas tendências e as deliberações do Congresso, o que certamente, ao abrir as portas da entidade nacional para todos os estudantes e suas demandas, sem discriminação com relação às suas crenças políticas, colocou o presidente e a diretoria da UNE – que o apoiaram – em confronto com os antigos grupos anticomunistas que ainda exerciam alguma influência nos meios estudantis.

Na prática, a gestão de Cunha Neto conseguiu se inserir em movimentos de maior envergadura que as diretorias eleitas em 1952 e em 1953, assim como reuniu forças para voltar as suas baterias e isolar a persistente FJD, que se esforçou para acusar Cunha Neto, a diretoria da UNE e suas atividades como rendidas a influência dos comunistas.

Nesse contexto, a UNE conseguiu se inserir em movimentos de repercussão nacional e de grande solidariedade entre os estudantes, como as campanhas pela criação da Universidade do Ceará, pela redução do valor das passagens de ônibus em Pernambuco, lideradas pela UEP, apoio às semanas de arte desenvolvidas por entidades regionais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo e protestos contra as constantes punições de alunos e entidades estudantis que lançaram críticas contra a estrutura e as direções de suas faculdades e

⁶¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 31/07/1954, p. 02.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

universidades. Os principais movimentos surgiram na Universidade de Viçosa, em Minas Gerais, na Faculdade de Direito de Recife, na Escola Politécnica da USP e nas Faculdades de Direito, de Odontologia e de Ciências Econômicas de Juiz de Fora, todas com alunos suspensos ou expulsos por terem expressado críticas contra as direções de suas instituições de ensino. Por outro lado, as participações internacionais da UNE ainda lhe renderam críticas e não foram consensuais no interior do movimento, principalmente com relação a sua presença nas reuniões da UIE e em sua participação como organizadora do Festival da Mocidade Sul-Americana.

Dentre esses, dois movimentos parecem ter sido os mais polêmicos e importantes durante o período de 1954/55: a luta pela autonomia das entidades estudantis, retomada como um movimento a partir das constantes punições dos universitários, principalmente com relação à Escola Politécnica de São Paulo, e à participação da UNE como entidade membro da organização do Festival da Mocidade Sul americana, encontro que foi imediatamente identificado como um evento internacional nos moldes do Festival Mundial da Juventude, promovido e incentivado pela UIE e pela FMJD e, portanto, considerado sob a influência direta dos comunistas.

A crise do Grêmio Politécnico da USP⁶¹⁹, como ficou conhecida, teve início em meados de maio de 1954, quando o Grêmio questionou, indicando irregularidades, um concurso realizado na Escola Politécnica para a cadeira de Topografia. A imprensa repercutiu os questionamentos estudantis e o Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Escola, sob acusação de que os universitários haviam faltado com ética, aprovou uma resolução de não reconhecimento da atual diretoria da entidade estudantil pelos órgãos universitários⁶²⁰. A decisão do CTA, como narrou a *Folha da Noite*,

teve grande repercussão no meio universitário desta capital [...] a reportagem, percorrendo diversas Faculdades pode observar o interesse que o caso vem despertando. Em todos os quadros de avisos foram afixados recortes dos jornais contendo reportagens sobre os acontecimentos e quase todas as palestras dos estudantes giram em torno dos fatos que acabam de criar uma das maiores crises eclodidas na Universidade de São Paulo⁶²¹.

Em resposta à decisão do CTA, o Grêmio questionou juridicamente a decisão do órgão universitário, comunicou a situação da Politécnica a outras entidades estudantis e promoveu uma reunião entre os centros e diretórios acadêmicos da Capital e, na prática, deu início a um

⁶¹⁹ Equivalente ao Centro Acadêmico da Escola Politécnica da USP.

⁶²⁰ *Folha da Noite, Folha da Manhã, Diário de Notícias*, 25/05/1954 a 30/06/1954.

⁶²¹ *Folha da Noite*, 27/05/1954, p. 05.

movimento que situou a decisão do CTA no campo da autonomia das entidades estudantis. No entanto, sem providência por parte da Escola e sem respostas do recurso dos estudantes, impetrado junto à Congregação, os universitários decretaram greve geral na Politécnica, que iniciou no primeiro dia de setembro de 1954 e foi fortemente apoiada pelas demais entidades estudantis da USP e da outras faculdades de São Paulo⁶²².



9 – Passeata realizada pelo Comando de Greve da UEE/SP, em setembro de 1954, pelo reconhecimento do Diretório Acadêmico da Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, do Grêmio Politécnico da USP e pela autonomia das entidades estudantis. **Fonte:** *Relatório de Gestão: 1954-1955*. Rio de Janeiro: União Nacional dos Estudantes, 1955, p. 15.

Tema que voltou a ser sensível aos estudantes com a crise da Politécnica, a luta pela autonomia sensibilizou as entidades. Logo após o início da greve decretada pelo Grêmio, a UEE/SP fez circular uma orientação para que todas as entidades estudantis do Estado de São Paulo realizassem assembleias para debater o caso da USP, o que culminou com uma greve estadual de solidariedade, ainda na primeira quinzena do mês de setembro. Em seguida, a expressou “posição unânime do universitário brasileiro ao lado dos colegas paulistas”⁶²³ e decretou uma greve advertência para o dia 27 de setembro, caso o CTA não revertisse a sua decisão. Além disso, no contexto das muitas punições a alunos de diversos Estados por conta

⁶²² *Folha da Manhã, Folha da Noite, Diário de Notícias*, 30/05/1954 a 17/09/1954.

⁶²³ *Diário de Notícias*, 17/09/1954, p. 08-11.

de críticas e denúncias realizadas pelas entidades estudantis, a UNE fez com que a questão se instalasse no gabinete do Ministro da Educação e centrou as suas reivindicações, como uma demanda nacional, pela autonomia das entidades estudantis.

Por fim, em decorrência da insistência do CTA da Politécnica em manter a sua decisão, a greve universitária no Estado de São Paulo se manteve até 15 de outubro de 1954, acompanhada por greves temporárias nacionais decretadas pela UNE. Nessa data, a pressão dos estudantes fez com que o CTA revertisse a sua decisão, anulando o ato anterior e voltando a reconhecer a diretoria do Grêmio Politécnico como representante legítima dos alunos da Faculdade⁶²⁴.

A vitória dos estudantes pelo reconhecimento do Grêmio Politécnico continuou nas demandas estudantis, agora para que a autonomia das entidades estudantis fosse juridicamente reconhecida, o que culminou no Decreto nº. 37.613, 19 de julho de 1955, que ficou conhecido nos meios estudantis como o *decreto da autonomia*, assinado pelo presidente Café Filho. O Decreto não livrou totalmente as entidades dos CTA das faculdades, mas definiu que o poder dos conselhos estava restrito, na prática, a questões estatutárias de ordem jurídica e com espaço para que os estudantes apresentassem recursos ao CTA ou ao Ministério da Educação, quando se estabelecesse divergências. Além disso, reafirmou a existência da entidade ou associação estudantil como critério para o reconhecimento do estabelecimento de ensino superior⁶²⁵.

Mas se por um lado a crise da Politécnica despertou a solidariedade estudantil e fez com que a UNE conseguisse desfechar um movimento nacional e de resultado positivo, com a efetivação do Decreto da Autonomia, por outro, a sua participação nas atividades internacionais, conforme definido na Declaração de Princípios e no Programa Mínimo aprovados pelo XVII Congresso, não conseguiu reunir o conjunto estudantil e, a presença e a assimilação de que essas atividades tinham relação com estudantes de esquerda, principalmente com os comunistas, despertou divergências entre as lideranças udenistas no movimento universitário e um acirrado combate por parte dos anticomunistas. Essas divergências surgiram principalmente como reação a posição que a UNE assumiu na realização do Festival da Mocidade Sul-Americana, de principal ator da sua Comissão de Organização.

De acordo com as informações que foram possíveis reunir, a realização do Festival da Mocidade Sul-Americana foi decidida pelas delegações juvenis da América do Sul que

⁶²⁴ *Folha da Manhã*, 16/10/1954, p. 01.

⁶²⁵ Decreto nº. 37.613, 19 de julho de 1955, João Café Filho.

estiveram presentes no IV Festival Mundial da Juventude, realizado em 1953 na cidade de Bucareste, na Romênia. A princípio, o Festival deveria ter acontecido na Guatemala em meados de 1954, mas em decorrência do golpe de Estado que derrubou o presidente Jacobo Arbenz Ardenz Guzmán, foi transferido para o Chile, onde acabou sendo proibido pelas autoridades governamentais e, no final deste mesmo ano, foi transferido para o Brasil, onde deveria ser realizado no início de 1955⁶²⁶.

No Brasil, o Festival foi marcado para acontecer na cidade de São Paulo entre os dias 06 e 13 de fevereiro, quando deveria integrar as comemorações do IV Centenário de São Paulo. Para a presidência da sua Comissão de Organização, em fins de 1954, a Comissão Provisória do Festival, que até então era presidida por João Ernesto Coelho Neto, presidente da Federação Paulista de Teatro Amador (FPTA), convidou a UNE, que aceitou o convite sob a alegação de que,

decidida a sua realização no Brasil e em se tratando de um certame que agiria no meio universitário brasileiro de que somos lídimos representantes, nada mais razoável e até mesmo imperioso, que o nós coubesse a tarefa de dirigi-lo para, com o nosso decisivo concurso, garantir o seu mais absoluto êxito artístico, cultural e esportivo⁶²⁷.

No entanto, logo que a sua divulgação teve início, começou uma exasperada disputa entre seus apoiadores e seus opositores em torno das origens, do conteúdo e dos objetivos do Festival. De um lado, em sua defesa e realização, se reuniram, dentre outras entidades, a UNE, a UEE/RS, o DCE da Universidade do Brasil, a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), a Organização Nacional dos Estudantes de Arte (ONEA), o CACO, o Grêmio Politécnico da USP e os Centros Acadêmicos de São Paulo: XI de Agosto, Osvaldo Cruz, da Faculdade Paulista de Medicina, o XXII de Agosto e o Armando Sales de Oliveira, da Escola de Engenharia de São Carlos. Além disso, a UNE recebeu apoio das entidades regionais do Pará, da Paraíba e da Bahia, além do Conselho Nacional de Estudantes, o qual ratificou a decisão da diretoria da entidade de aceitar a presidência da Comissão de Organização do evento.

Em oposição ao Festival, se formaram dois grupos. O primeiro foi formado pelas entidades estudantis, do qual fez parte a UEE/SP, a UME, os Centros Acadêmicos de Arquitetura, Medicina, Engenharia Ciências Econômicas e a Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, além da Associação de Imprensa Estudantil (AIE), então alinhada com as atividades internacionais da COSEC, a União Carioca dos Estudantes (UCE)

⁶²⁶ *Correio da Manhã, Diário de Notícias, Folha da Manhã*, 01/01/1955 a 30/01/1955.

⁶²⁷ *Relatório de Gestão*, 1955, pp. 79-80.

e a Legião Estudantil de Orientação Nacional (LEON)⁶²⁸. O segundo grupo foi composto pela FJD, que a essa altura já não pode ser considerada uma organização universitária, apesar de ainda atuar sobre esse segmento, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) e o Partido de Representação (PRP), por meio do deputado estadual por São Paulo, Hilário Torloni.

Apesar de a FJD ter começado a denunciar o Festival ainda quando os estudantes estavam se mobilizando para a sua realização no Chile em 1954, o traduzindo como um “conto do vigário soviético”, pois o seu verdadeiro objetivo, por ação dos comunistas, seria “dar uma reviravolta total nos métodos e tarefas quanto aos estudantes, a fim de melhor aproveitá-los como instrumento do expansionismo da ideologia totalitária”⁶²⁹, as disputas em torno de evento tiveram início, efetivamente, após sua Proclamação ter sido publicada na imprensa.

Na Proclamação do Festival, afirmou-se que São Paulo seria o “cenário magnífico de uma festa da juventude como nunca se realizou no Brasil”, traduzida exclusivamente como uma “festa de amizade [...] cultura e confraternização”⁶³⁰, com atividades voltadas, dentre outras, para o cinema, música, teatro, dança e esportes. Nessa perspectiva, se tentou caracterizar o Festival como um encontro distante das discussões políticas, durante o qual não haveria espaço para reuniões que tentassem demarcar as posições ideológicas dos participantes ou suas reivindicações, redação de documentos ou qualquer espaço que, para além do conagração juvenil, pudesse ser aproximado com a ideia de arregimentação política.

A Proclamação teve força em sua divulgação, sendo assinada pelo general Porphirio da Paz, prefeito da cidade de São Paulo, pelo Poeta Guilherme de Almeida, presidente da Comissão da Comemoração pelo IV Centenário, por Candido Portinari e Di Cavalcanti, por Osvaldo Brandão, Leônidas e Ecio Sertorio, respectivamente técnicos do S.C. Corinthians Paulista, do São Paulo F.C. e presidente da Portuguesa F.C., além de jogadores e diretores de outros clubes de futebol. Dentre outros, também assinaram a Proclamação dezenas de

⁶²⁸ A AIE foi fundada entre junho e julho de 1954, por iniciativa de um grupo de estudantes cariocas como uma organização com o intuito de “congregar todas as publicações estudantis esparsas pelo território nacional, incentivando e dando-lhes o apoio de que carecem” (GUAMA, Fernando C. de. Uma ABI dos Estudantes. *Correio da Manhã*, 25/07/1954, p. 08). Nesse meio a AIE se ateu a promover publicações, realizar concursos, festas e cursos de jornalismo para estudantes envolvidos na imprensa estudantil. A AIE, em sua fundação, recebeu apoio da UNE, da UME, da JUC, da JEC, da Ação Católica e de setores do Governo Federal, mas o seu envolvimento com as entidades estudantis foi praticamente nulo. Nesse cenário, a entidade se pautou pela oposição a UIE e aderiu à COSEC. A sua atuação foi perceptível até o final dos anos de 1950, quando possivelmente tenha sido isolada pelos Encontros Nacionais de Imprensa Estudantil, promovidos pela própria UNE. Quanto a LEON, foi uma organização de tendência anticomunista efêmera, que assinou alguns poucos comunicados nos meios estudantis em meados de 1950.

⁶²⁹ Comunicado da Frente da Juventude Democrática, *Correio da Manhã*, 29/10/1954, p. 09.

⁶³⁰ Jovens de toda a América numa festa esportiva e cultural. *Diário de Notícias*, 11/01/1955, p. 07.

sindicalistas, jornalistas, radialistas, artistas do rádio, atores do teatro e mais de cinquenta parlamentares, de diferentes partidos, entre senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores de São Paulo. Dentre os estudantes, a carta que definiu as características do Festival foi assinada pelas entidades estudantis envolvidas na sua Comissão de Organização, dentre as quais se destaca a UNE, o DCE da Universidade do Brasil, a CBDU, a UEE/RS, a ONEA, o CACO e o Centro Acadêmico XI de Agosto. No entanto, para além dos dirigentes sindicais, nenhuma organização juvenil identificada com os comunistas assinou o documento⁶³¹.

Em seguida, ao passo que as entidades estudantis passaram a mobilizar as comissões regionais esportivas, sociais e culturais para o Festival, a sua realização foi bombardeada por diversos comunicados, artigos e mensagens de oposição inseridas na grande imprensa.

EXPULSOS DO CHILE!

**Agora os comunistas procuram se infiltrar no Brasil
para realizar um festival subversivo**

**Advertência à mocidade, aos pais de família
e às autoridades públicas:**

Durante vários meses os agentes internacionais
da URSS prepararam uma reunião para viciar
a mocidade, para ser realizada no Chile —
mas o Governo do Chile, percebendo a farsa
comunista, expulsou os perpetradores do
embuste bolchevista.

O referido embuste leva o título de "Festival da
Mocidade Sul-Americana" e está marcado para
os dias 6 a 13 de fevereiro na cidade de São
Paulo; para coordenar o "Festival" está no
Brasil o conhecido Agente Russo e agitador
Chileno Luiz Carlos Jorquera.

Apelamos para o juízo e para o patriotismo da mocidade,
dos pais de família e das autoridades públicas.

**NÃO DEIXEM QUE ISTO SUCEDA AQUI!
ABAIXO A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA NO BRASIL!**

AJUDEN A SUA CRUZADA!

Inscreva-se à Caixa Postal nº 5394

RIO DE JANEIRO



CRUZADA BRASILEIRA
ANTI-COMUNISTA

¹⁰ Comunicado da Cruzada Brasileira Anticomunista, publicados nos jornais de grande circulação. Fonte: *Diário de Notícias*, 18/01/1955, p. 12.

⁶³¹ Ibidem.

A primeira das organizações que se voltaram contra o Festival voltou a ser a FJD, que atacou o evento, a UNE e Cunha Neto com um artigo anônimo, inserido em diversos jornais, pelo qual afirmou que “a máquina do comunismo internacional [estaria] com suas vistas voltadas para o Continente latino americano”⁶³², mas que o que realmente representaria perigo seria a posição da UNE, considerada o reboque do PCB, “estando o seu presidente, sr. Cunha Neto, como membro da Comissão de Organização, e com viagem marcada, como pombo correio dos vermelhos, para Argentina e Uruguai”⁶³³. Por fim, lembrando as campanhas anticomunistas do início da década, a FJD questionou a situação política e ideológica atual da entidade ao perguntar se estaria a UNE, “depois de 4 anos de sua libertação das garras dos vermelhos, na linha justa do PC”⁶³⁴, e em seguida apelou “aos moços brasileiros, livres e democratas [para que] se mobilizarem numa obra de esclarecimento para que colegas, desavisados, não venham trabalhar contra a liberdade num festival dirigido, financiado e planejado pelo imperialismo soviético”⁶³⁵.

Em seguida, a CBA apelou para o “juízo e para o patriotismo da mocidade, dos pais de família e das autoridades públicas [para que] não deixem que isto suceda aqui [no Brasil]”⁶³⁶ e, já na véspera do Festival, deputado estadual Hilário Torloni, ao expressar a posição do PRP, afirmou que os comunistas estariam agindo “de tal maneira que envolvem na sua trama elementos que, pela sua formação moral, social e religiosa [os estudantes], deveriam repelir como indignas, certas investidas comunistas que visam o fim do regime democrático no mundo inteiro”⁶³⁷. Além disso, Torloni afirmou que o PRP já havia alertado as autoridades públicas sobre a origem e os objetivos do evento e que o ministro da Justiça deveria “simplesmente, impedir a realização do Festival, pois é um congresso orientado pelo Partido Comunista [...] devolvendo aos países de onde vieram os agitadores estrangeiros que, sob o rótulo de estudantes, visam orientar o festival”⁶³⁸.

Dentre os estudantes, a UEE/SP, logo no início de janeiro, publicou a sua interpretação “sobre as verdadeiras intenções dos que pretendendo imbuir a boa fé de algumas personalidades destacadas da nossa vida pública, [visando] envolvê-las e a nossa mocidade,

⁶³² A bolchevização da juventude e o envolvimento de autoridades e associações estudantis. *Diário da Noite*, 12/01/1955, p. 07.

⁶³³ Ibidem.

⁶³⁴ Ibidem.

⁶³⁵ Ibidem.

⁶³⁶ Comunicado da Cruzada Brasileira Anticomunista. *Diário de Notícias*, 18/01/1955, p. 03.

⁶³⁷ TOLONI, Hilário. O Festival da Juventude Sul Americano é um movimento comunista, dirigido por comunistas. Seção Livre, *Folha da Manhã*, 05/02/1955, p. 01.

⁶³⁸ Ibidem.

num conclave destinado a difundir a propaganda bolchevista”⁶³⁹. Ainda no mesmo documento, a entidade paulista descreveu o suposto *modus operandi* que os comunistas utilizariam para legitimar as suas realizações. Nesse sentido, conforme afirmou a UEE/SP,

a técnica por eles empregada nestas ocasiões, obedece a certos cânones, que, no caso em apreço, estão sendo seguidos à risca. O envolvimento de políticos, jornalistas, literatos, dirigentes sindicais, etc.. constitui passo inicial, ao que se seguem a atração dos elementos menos experientes do círculo ou classe social visada e, posteriormente, a divulgação pela imprensa falada e escrita, de um memorial ou proclamação, enriquecido por considerável número de assinaturas, obtidas de maneira sutil, através de influência de vária natureza.

Firmado perante a opinião pública o prestígio da realização que possui aparentemente intuítos nacionalistas e patrióticos, inicia-se a fase da execução do plano. É neste instante, depois de armado o cenário, que a trama se desenvolve sem rebuscos. De posse dos postos-chaves de direção do congresso, festival, etc.. dirigem habilmente a organização dos temários ou assuntos a serem ventilados e conduzem, com experiência, os debates. O antiamericanismo é explorado com paixão e daí para os lugares comuns e os ‘chavões’ da demagogia vermelha, medeia apenas o intervalo para exaltar os ânimos, obliterando o bom senso de uns e açulando a sinceridade honesta mas pouco esclarecida de outros.

Assim é impossível recuar, pois intimidam-se os mais retraídos e os que se arriscam a protestar contra os chavões que são inseridos nas declarações de princípios desses congressos e festivais, acusando os discordantes de policiais ou agentes do imperialismo norte-americano. Depois disso, nada mais resta que descer o pano vermelho sobre os desengonçados fantoches, embaraçados e perplexos diante do espetáculo lamentável que compuseram para gáudio dos totalitários moscovitas⁶⁴⁰.

No decorrer dos embates em torno do Festival, a UNE ainda tentou isolar a posição dos seus opositores e reverter a interpretação sobre o Festival que se efetivava por meio dos comunicados inseridos nas páginas da grande imprensa. Para tanto, conseguiu que o Conselho de Representantes da UME revertesse a posição da diretoria da entidade, até então de negativa ao evento, o que desautorizou que a UME prosseguisse com os ataques contra a UNE e o Festival. Além disso, a UNE reuniu por duas vezes o Conselho Nacional de Estudantes para tratar do tema.

O primeiro Conselho foi realizado entre 29 de janeiro e 1º de fevereiro de 1955, ou seja, poucos dias depois que, como observado anteriormente, foram divulgadas as supostas gravações do presidente da UME, Octaciano Nogueira, com agentes policiais, o que envolveu diretamente Valdo Viana Ramos, principal nome da FJD. Nesse contexto, o Conselho Nacional, além de reafirmar o voto de confiança em Cunha Neto e a participação da UNE no Festival, afirmando “o interesse que deve a União Nacional dos Estudantes, dispensar a todos os movimentos que visem proporcionar à mocidade universitária o incentivo pela arte e

⁶³⁹ Nota Oficial da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. *Correio da Manhã*, 19/01/1955, p. 02.

⁶⁴⁰ Ibidem.

cultura”⁶⁴¹, ainda aprovou um voto de protesto contra Nogueira, que teve como motivo, declarações prestadas pelo estudante que foram consideradas desrespeitosas e de ataque pessoal ao presidente da UNE. Por fim, e possivelmente a resolução mais importante do Conselho no palco das disputas estudantis mais gerais, os estudantes aprovaram uma moção de repúdio contra a FJD, o que demonstrou nacionalmente as novas tendências que passaram a emanar entre os universitários.

O segundo Conselho aconteceu antes que os representantes regionais voltassem para os seus Estados, dias depois, para protestar contra a proibição do Festival, que solicitada pelo ministro da Justiça, Miguel Seabra Fagundes, foi acatada pelo secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, general Honorato Prade. Na nota da Secretária de Segurança, percebe-se que as posições defendidas pelos estudantes envolvidos com a organização do Festival e a reafirmação da sua defesa foi completamente ignorada pelas autoridades públicas, que fundamentaram a decisão de proibir o Festival da Mocidade sobre o conjunto dos argumentos emitidos pelas entidades estudantis contrárias ao evento e pelas organizações anticomunistas. Conforme a nota oficial da proibição do Festival, ação considerada em defesa da Constituição e da ordem pública, afirmou-se que o

Festival da Mocidade Sul Americana é um congresso dirigido por elementos ligados a ‘Juventude Comunista’, os quais foram escolhidos e indicados para este fim pelo próprio Partido Comunista [...] que o ‘Festival Mundial da Juventude’, reunido em 1953 na cidade de Bucareste é ostensivamente orientado pelo comunismo internacional [...] que a finalidade dessa reunião é a de criar, junto à mocidade, um ambiente de agitação, usando a subversão da ordem e das instituições, e procurar, para a consecução deste fim, atingir os meios trabalhistas, estudantis, artísticos, desportivos e outros, e obediência às instruções do comunismo [...] que os órgãos mais autorizados de nossa imprensa e da classe estudantil vem alertando as autoridades sobre a inconveniência da realização do congresso”⁶⁴².

Percebe-se pelo conteúdo da nota que as entidades estudantis que se opuseram ao Festival foram consideradas como “os órgãos mais autorizados [...] da classe estudantil”, em detrimento da resolução do Conselho Nacional de Estudantes, das entidades regionais que haviam apoiado a sua realização e da própria UNE, entidade que ocupou a presidência da Comissão de Organização do Festival. Além disso, o grande volume de inserções das organizações anticomunistas também valeu como referência de argumentação para as autoridades de segurança, que resumiram os eixos centrais das acusações anticomunistas na justificativa da proibição.

⁶⁴¹ Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes da UNE. *Diário de Notícias*, 04/02/1955, p. 05.

⁶⁴² Nota da Secretaria de Segurança Pública sobre a proibição do Festival da Mocidade Sul Americana. *Folha da Manhã*, 05/02/1955, p. 12.

A UNE e a Comissão de Organização do Festival relutaram para reverter a sua proibição, acusando o Ministério da Justiça e a Secretaria de Segurança Pública de terem atentado contra os preceitos constitucionais de liberdade de organização e opinião e defenderam as características do Festival como um evento isento de debates políticos, o que significou uma resposta às acusações de que o evento seria uma reunião ou um congresso. No entanto, as ações para reverter as proibições foram estéreis e as autoridades de segurança se mostraram irredutíveis, o que fez com que as entidades envolvidas na organização do Festival da Mocidade organizassem programas alternativos e descentralizados voltados para as atividades culturais, com as quais os delegados dos países já presentes foram envolvidos. Em sua maioria, essas atividades foram realizadas no Rio de Janeiro, para onde os delegados, se aproveitando do período do carnaval, foram levados.

Encerrados os debates sobre o Festival da Mocidade Sul Americana, a UNE começou a organizar o XVIII Congresso Nacional dos Estudantes, que foi realizado em Belém, entre os dias 20 e 27 de julho de 1955. Nesse Congresso, sob fogo cerrado da FJD, que passou a publicar diversos comunicados acusando a atual diretoria da UNE de estar agindo sob influência dos comunistas, a chapa encabeçada pelo então secretário geral da UNE, Bento Bugarin, foi derrotada pelo anticomunista Carlos Veloso, o que fez com que as práticas de unidade levadas a cabo pela diretoria da entidade retrocedessem na gestão 1955/1956. Por outro lado, apesar de os discursos pela unidade entre os universitários terem sido sentidos com força, apesar de não terem sido colocados em prática, as resoluções da entidade demonstraram as preocupações políticas que vinham emanando nos meios estudantis e que seguiram o norteamento do Congresso de 1954, voltados para a defesa intransigente da Constituição, da democracia e do nacionalismo.

Nesse sentido, o principal debate que marcou o XVIII Congresso da UNE não foi o anticomunismo, mas sim a proximidade das eleições nacionais, que seriam disputadas em três de outubro de 1955, por Juscelino Kubitschek, pela poderosa coligação PSD-PTB, com apoio dos comunistas, Juarez Távora, pela UDN, Adhemar de Barros, pelo PSP, e Plínio Salgado, pelo PRP⁶⁴³.

A proximidade das eleições e instabilidade da jovem democracia brasileira fez com que, logo na abertura do Congresso, a posição da UNE fosse expressa por seu orador oficial Camilo Duarte, que em nome a entidade “fez questão de assinalar a posição vigilante dos estudantes em face das tentativas golpistas”⁶⁴⁴ e afirmou que os universitários não tolerariam

⁶⁴³ MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 2ª. Edição, 1981, p. 30.

⁶⁴⁴ *Imprensa Popular*, 23/07/1955, p. 01.

“qualquer pretensão golpista a pretexto nenhum [e] reafirmou que os estudantes estão solidários intransigentemente com aqueles que defendem a Constituição”⁶⁴⁵, assim como o resultado das eleições de outubro, qualquer que fosse, deveria ser rigidamente respeitado. O discurso de Duarte refletiu fundamentalmente o debate que foi travado durante o Congresso e que se materializou em uma resolução contra qualquer tipo de golpe ou saída extra-legal no contexto das eleições. Além disso, o plenário do XVIII Congresso aprovou a defesa de eleições livres, o monopólio estatal do petróleo e a defesa da Petrobras, a garantia das liberdades constitucionais, a paz mundial e a reforma do ensino⁶⁴⁶.

Quanto às disputas que foram travadas durante o Congresso, se formaram três correntes. A primeira foi liderada por Carlos Veloso e deu origem à chapa “Redenção”, que foi apoiada pela FJD e venceu as eleições com 50 votos de diferença. A segunda foi identificada como a corrente “independente”, formada a partir do bloco liderado pela atual diretoria da UNE e com apoio dos estudantes comunistas e, a terceira e menor de todas, foi denominada como a “ministerialista” por ser formada, em sua maioria, por estudantes com cargos públicos e que foram acusados por ambas as correntes de receberem ordens vindas dos órgãos do Governo Federal.

No entanto, os debates que ocorreram entre essas correntes durante o conclave foram considerados respeitosos, apesar, “apenas [da] presença de elementos não estudantes, estranhos ao Congresso [o que] provocou certa inquietação, tudo, porém, não passando de uma batalha de panfletos e jornais, com rudes ataques de parte a parte”⁶⁴⁷, principalmente porque,

de um lado a chamada ‘Frente da Juventude Democrática’, sucursal universitária da Cruzada Brasileira Anticomunista transportou para esta cidade [Belém] todos os seus diretores, chefiados pelo dr. Valdo Viana [...] dois deles chegaram mesmo a ser presos, sob a acusação de provocar tumultos durante as sessões [...] por outro lado também a Juventude Comunista esteve presente, sem contudo fazer propaganda ostensiva, nem causar maiores agitações. Limitaram-se os comunistas [...] a uma infiltração política na composição das chapas eleitorais, num trabalho discreto de insinuação⁶⁴⁸.

Por fim, o jornal *Última Hora* afirmou que o “acadêmico Carlos Veloso – o novo presidente – aclamado calorosamente por uns, foi aceito com fria expectativa por outros [e] dificilmente conseguirá unir a classe, em virtude de sua posição radicalmente

⁶⁴⁵ Ibidem.

⁶⁴⁶ *Última Hora*, 25/07/1955, p. 10.

⁶⁴⁷ Democracia, nacionalismo e anticomunismo a plataforma do novo presidente da UNE. *Última Hora*, 30/07/1955, p. 02.

⁶⁴⁸ Ibidem.

anticomunista”⁶⁴⁹. Já o *Correio da Manhã*, até então sempre em apoio aos estudantes anticomunistas, afirmou com regozijo que a UNE, “que então vinha sendo dominada pelos comunistas na pessoa do líder da União da Juventude Comunista [...] com o ex-presidente da entidade, voltou, em estrondosa vitória, às mãos dos estudantes democráticos”⁶⁵⁰.

Apesar da recuperação dos anticomunistas como força predominante na diretoria da UNE, essa continuou não sendo a principal característica da entidade durante a gestão de Carlos Veloso, que terminou pautando os seus pronunciamentos e as suas ações contra os movimentos golpistas no contexto conturbado após a vitória de Kubitschek, marcado pelos ataques e pelas tentativas de golpe contra o presidente eleito desfechados pelos setores mais reacionários da UDN e militares sensíveis ao seu discurso⁶⁵¹.

O repúdio dos estudantes contra qualquer saída extra-legal na conjuntura das eleições havia tido força nas moções do XVIII Congresso, o que foi ratificado pelo Conselho Nacional de Estudantes, realizado logo após o pleito presidencial. Nesse sentido, a UNE emitiu uma nota oficial pela qual reafirmou sua posição em “prestigiar a decisão da Justiça Eleitoral no que tange ao problema sucessório”⁶⁵² e, após o contragolpe de 11 de novembro⁶⁵³, que tirou o então presidente em exercício Carlos Luz da presidência da República, a entidade nacional, acompanha da UME, da AMES e representantes de diversos diretórios acadêmicos do Distrito Federal, hipotecou apoio à ação do Exército e entregou ao então presidente da Câmara Federal, Flores da Cunha, um manifesto pelo qual exigiu a defesa da Constituição e expressou o “propósito [dos estudantes] de garantir a posse dos eleitos [e de] não tolerar as ameaças contra as liberdades democráticas”⁶⁵⁴.

Também, ainda em 1955, os anticomunistas sofreram uma derrota gritante no seu principal núcleo nacional, a UME, que por uma nova chapa denominada “União Universitária”, formada a partir de uma ampla coalizão de esquerda que incluiu “setores nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas”⁶⁵⁵, elegeu um grupo de estudantes de esquerda para a direção da entidade.

⁶⁴⁹ Ibidem.

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ MARANHÃO, 1981, op. cit., pp. 31-34.

⁶⁵² Comunicado da diretoria da UNE. *Diário Carioca*, 10/11/1955, p. 02.

⁶⁵³ No decorrer da conspiração liderada por setores udenistas e militares contra posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos em 1955, o então presidente Café Filho ficou afastado da presidência da República por motivos médicos, tendo sido substituído pelo presidente da Câmara Federal, Carlos Luz, que foi alinhado com os golpistas. Em resposta à conspiração, o general Lott liderou um golpe preventivo. Carlos Luz foi substituído, então, pelo presidente do Senado, Nereu Ramos, que deu continuidade ao governo e posse aos eleitos, em janeiro de 1956. MARANHÃO, 1981, op. cit., pp. 40-43.

⁶⁵⁴ Apoio dos estudantes ao Congresso e ao Exército. *Imprensa Popular*, 12/11/1955, p. 04.

⁶⁵⁵ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 41.

Para as eleições da UME, em 1955, se formaram novamente duas chapas. A primeira, com origem na coalizão de esquerda, foi denominada *União Universitária* e teve como candidato o presidente José Batista de Oliveira Junior, o qual havia sido diretor da UME na gestão anterior, presidida por Octaciano Nogueira, e foi estudante da Faculdade Católica de Direito do Distrito Federal. Do outro lado, se formou a chapa *Renovação*, presidida por Ferdinando Peixoto, estudante da Faculdade Nacional de Direito e identificado com a ALA, que havia sido novamente derrotada nas eleições o CACO desse ano.

Entre os programas das duas chapas, a Renovação seguiu a linha anterior e inseriu, como o primeiro ponto das suas propostas, o combate ao comunismo nos meios estudantis. Já a União Universitária se pautou pelo discurso da unidade do movimento universitário, da independência com relação ao governo, contra qualquer solução extra-legal para a sucessão presidencial e pelas bandeiras nacionalistas, centradas na defesa do monopólio estatal dos recursos nacionais e pela independência política e econômica do Brasil⁶⁵⁶.

Nessa eleição, a coalizão de esquerda reverteu as seguintes derrotas sofridas nos anos anteriores, obtendo surpreendentemente oito vezes mais votos que os seus concorrentes anticomunistas. Nos resultados parciais divulgados pelo TEME, a chapa Renovação havia vencido apenas da Faculdade Nacional de Direito, onde obteve 173 votos contra 132. Por outro lado, a União Universitária obteve 551 contra 21, na Faculdade de Filosofia do Distrito Federal, 45 contra 02, no Instituto de Serviço Social da PUC e, 159 contra 132, na Faculdade Nacional de Odontologia⁶⁵⁷.

Sob o controle da coalizão de esquerda, no contexto em que o nacionalismo, os movimentos contra o golpe, contra carestia de vida e as tendências pela unidade do movimento universitário estavam repercutindo com força entre os estudantes, a UME passou a liderar os principais movimentos desfechados pelos estudantes no Distrito Federal, o que influenciou ações em outros estados, principalmente com relação a realização de protestos contra a carestia de vida e a aproximação entre os estudantes e os outros segmentos sociais em defesa dos interesses nacionais. Um desses movimentos foi a greve dos bondes⁶⁵⁸ de 1956, que aconteceu próximo do XIX Congresso da UNE, quando a UME liderou o que foi considerado como o “maior movimento de protesto estudantil que o Rio [de Janeiro] já conheceu”⁶⁵⁹.

⁶⁵⁶ Diário de Notícias, 27/09/1955 a 04/11/1955; *Imprensa Popular*, 27/09/1955 a 04/11/1955.

⁶⁵⁷ Eleições na UME: Tribunal Eleitoral Metropolitano dos Estudantes. *Diário de Notícias*, 27/09/1955, p. 04.

⁶⁵⁸ A greve dos bondes será tratada em detalhes no tópico sobre a Aliança operário-estudantil-camponesa.

⁶⁵⁹ *Última Hora*, 31/05/1956, p. 01.

Durante a greve dos bondes, houve inúmeros confrontos entre a Força Pública e os estudantes, o serviço de transporte do Distrito Federal ficou paralisado por dois dias, bondes foram depredados, tombados e incendiados, órgãos de imprensa foram censurados, a segurança da cidade foi entregue ao Exército e se falou em crise do regime. Nesses dias tumultuados entre 30 de maio e 1º de junho, os estudantes impediram a entrada da polícia na sede da UNE e nas Faculdades de Direito do Rio de Janeiro e Nacional, o que obteve repercussão nacional e fez com que a UNE se envolvesse efetivamente no movimento, decretando greve nacional pelos estudantes cariocas e de outros Estados que seguiram a iniciativa dos seus protestos. No entanto, a greve foi vitoriosa e conseguiu reduzir o valor das passagens dos bondes, o que tornou o nome de José Batista conhecido em todo o país e fez com que a coalizão de esquerda passasse a ter um exemplo concreto e positivo para defender a unidade dos universitários em torno dos seus interesses e um forte candidato à presidência da UNE, o que se concretizou definitivamente no XIX Congresso da entidade em 1956, quando a coalizão de esquerda conseguiu vencer a eleição para a diretoria da entidade.

O XIX Congresso da UNE aconteceu novamente na Universidade Rural do Rio de Janeiro entre os dias 24 e 30 de julho de 1956. Na pauta do encontro, estiveram os temas mais latentes do período: o desenvolvimento nacional, a luta contra a carestia, a defesa do regime contra qualquer saída inconstitucional, a defesa do petróleo, da Petrobras e da independência econômica e política do país.

No interior do movimento universitário, os estudantes de esquerda relacionaram esses repertórios com a prioridade de unir os universitários em torno dos interesses nacionais, da democracia, do patriotismo e da independência do movimento, o que foi expresso por José Batista, que considerou que “nesta hora [era necessário] uma reafirmação de um nacionalismo, de uma independência diante do governo, possibilitando discordar de atitudes, sem colocar em perigo o regime [assim como] um grande esforço pela unidade será feito, porque o momento exige”⁶⁶⁰. Além disso, se aproveitando do período de relativa liberdade que se iniciou com o governo de Juscelino Kubitschek, a combatida UJC, depois de quase uma década, voltou a se apresentar publicamente como uma força política no interior do movimento universitário e se posicionou em relação ao Congresso da UNE.

Na declaração emitida pela sua Comissão Estudantil, a UJC reafirmou os termos da sua política no movimento, já colocados em prática desde 1954 e apelou “pela unidade dos estudantes do Brasil, sem discriminações nem preconceitos”⁶⁶¹. Para os estudantes

⁶⁶⁰ Declaração do José Batista de Oliveira Junior. *Imprensa Popular*, 19/07/1956, p. 06.

⁶⁶¹ *Imprensa Popular*, 22/07/1956, p. 02.

comunistas, o movimento universitário estaria empenhado nas lutas pela educação, pelas liberdades acadêmicas e democráticas, pela soberania nacional, pelo progresso, pela defesa do petróleo e dos minerais e combatendo com fervor a carestia de vida. Mas essas lutas ainda deveriam ser ampliadas, principalmente pelo cumprimento do dispositivo constitucional que deveria garantir 10% da renda tributária para a educação, pela construção de universidades modernas, pelas cidades universitárias e pelo fim do ensino livresco em favor dos estágios práticos na indústria e na agricultura. Em conjunto, “essas bandeiras [seriam] a expressão concreta do ideal dos estudantes de viver em uma pátria livre, progressista e moderna que [rasgasse] largos horizontes para os intelectuais, técnicos e cientistas que se formam em nossas universidades”⁶⁶² e estariam se desenvolvendo no momento em a tensão internacional estaria diminuindo “e as forças democráticas e patrióticas [estariam avançando] de modo irreversível em todo mundo”⁶⁶³.

Essas lutas, no entanto, ainda exigiriam a unidade das forças democráticas e patrióticas nacionais em torno de seus interesses, frente ao que o primeiro passo para que os estudantes a integrassem seria “o reforçamento da unidade dentro de suas fileiras”⁶⁶⁴, o que estaria sendo possibilitado pelas experiências das campanhas estudantis, que teriam mostrado aos partidos políticos e correntes do movimento que seria possível “superar desconfianças e incompreensões e, sem abdicar de suas próprias convicções, encontrar uma linguagem comum, para junto com os demais setores da população, pugnar pela solução dos problemas estudantis e nacionais”⁶⁶⁵.

Para tanto, a UJC apelou para o fim do *faccionismo* entre os universitários e também aos estudantes considerados amigos e simpatizantes dos comunistas para que se empenhassem para o XIX Congresso se a concretização dos anseios de unidade em favor dos interesses universitário, da democracia e do progresso nacional, o que seria fundamental para que os estudantes dessem a sua contribuição “a união da maioria esmagadora da nação, [o que abriria] o caminho pacífico e imediato para o progresso de nossa pátria”⁶⁶⁶.

No final do XIX Congresso, os estudantes comunistas e a coalizão de esquerda que eles compuseram não conseguiram ultrapassar a unidade dentro dos limites que se estabeleceram na eleição de 1955 para a UME. No entanto, a chapa liderada por José

⁶⁶² Ibidem.

⁶⁶³ Ibidem.

⁶⁶⁴ Ibidem.

⁶⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶⁶ Ibidem.

Batista⁶⁶⁷, agora denominada *Renovação*, obteve 286 votos contra os 280 votos recebidos pela chapa *Resistência Democrática*, então liderada pelo atual presidente anticomunista da entidade Carlos Veloso.

Na Declaração de Princípios da UNE, aprovada no plenário final do Congresso, ecoou, dentre os repertórios mais gerais dos universitários, as bandeiras levantadas pelos estudantes de esquerda, que decretaram que a UNE deveria ter confiança e disposição de lutar pelo regime democrático, traduzido na pluralidade partidária, na defesa das instituições republicanas, na defesa da Constituição e das liberdades democráticas, sem distinção de cor, sexo, posição social, credo político ou religioso; por uma política econômica independente com todos os países, desde que não contrariassem os interesses nacionais; pelo monopólio estatal dos recursos naturais como fator imprescindível para a independência econômica e política do Brasil; pela reforma agrária; pela aproximação entre os estudantes os trabalhadores urbanos e rurais em suas reivindicações por melhores condições de vida; pela redução do orçamento militar e pelo aumento do orçamento para a educação; pela moralidade no exercício das funções públicas e pela descentralização dos poderes; pelo combate as secas no Nordeste e pela valorização da Amazônia e; pela mudança da Capital Federal para o Planalto Central⁶⁶⁸.

No entanto, as campanhas estudantis promovidas pela UME e a chegada da coalizão de esquerda à diretoria da UNE não aconteceram sem que os anticomunistas conseguissem impor derrotas pontuais a sua consolidação. Em primeiro, quando a FJD conseguiu a prisão de dois representantes da UIE que estavam visitando o Brasil, entre os meses de maio e junho de 1956. Em segundo, com uma breve destituição da diretoria da UNE, quando no início do mês de outubro, a entidade foi dirigida por uma junta governativa por quase duas semanas.

As denúncias da FJD tiveram início com a chegada dos estudantes S. Chaudhuri, vice-presidente da UIE e secretário geral da Federação dos Estudantes da Índia (FEI), e Hugo Herdoiza Herrera, presidente da Federação de Estudantes Universitários do Equador FEUE). No Brasil, os dois estudantes iriam visitar a UNE, a UME e as entidades regionais do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Bahia. Nesse último Estado, a diretoria de assistência estudantil da UEB chegou a receber um consultório odontológico doado pela UIE. No entanto, assim que os estudantes chegaram ao Brasil, a FJD deu início a uma série de comunicados pelos

⁶⁶⁷ Diretoria eleita no XIX Congresso da UNE: Presidente – José Batista de Oliveira Junior, 1º. Vice presidente – João Aylmer de Azevedo, 2º. Vice presidente – Carlos Noel de Melo, 3º. Vice presidente – Manoel Otaviano de Andrade, 4º. Vice presidente – José Teixeira da Motta, Secretário geral – Gil Teobaldo de Azevedo, 1º. Secretário – Francisco Ney Ferreira, 2º. Secretário – José Pereira da Costa, 3º. Secretário – Warren Wilton de Carvalho, Tesoureiro geral – José Aroldo Motta.

⁶⁶⁸ *Diário de Notícias*, 31/07/1956, p. 12; *Imprensa Popular*, 01/08/1956, p. 01.

quais os acusou de estarem tentando que a UNE se filiasse novamente a UIE e que estariam corrompendo os brasileiros com a doação do consultório odontológico à UEB e com viagens aos festivais internacionais. Além disso, a FJD tentou provar que a

presença da delegação comunista [coincidiria] com o desencadeamento de greves e movimentos de agitação de estudantes do Brasil, Argentina, e Paraguai, estando a FJD informada de que é estranha a inspiração de Praga nas iniciativas turbulentas de estudantes no continente⁶⁶⁹.

Em resposta, o DCE da Universidade do Brasil saiu em defesa da visita internacional e os próprios Chaudhuri e Hugo Herrera ainda tentaram questionar as notas da FJD, alegando que o objetivo de visita seria uma “missão de boa vontade, desejando estabelecer contatos fraternais com os estudantes do Brasil [...] conhecer sua vida e atividades, bem como suas críticas e opiniões sobre muitas questões de interesse comum”⁶⁷⁰. A resposta dos estudantes motivou novos comunicados da FJD, que reafirmou a acusação de que os estudantes estariam seguindo um plano do comunismo internacional e cobrou dos estudantes e das autoridades “providencias para a intervenção inconcebível de comunistas estrangeiros na vida estudantil de nosso país, o que constitui estímulo para reforçar a audácia dos inimigos da liberdade”⁶⁷¹.

Posteriormente, após o início da greve dos bondes, o que eram denúncias vagas e que foram questionadas pelas entidades estudantis, que alegaram que a FJD não tinha nenhuma legitimidade para fazer declarações em nome dos estudantes, recebeu a mesma interpretação das autoridades de Segurança que as denúncias sobre o Festival da Mocidade Sul Americana. Assim, após terem sido recebidos pela UEE/SP nos primeiros dias de junho de 1956, os estudantes foram presos por agentes do DOPS/SP, a pedido das autoridades da Segurança Nacional e enviados ao Distrito Federal, de onde foram convidados a se retirar do Brasil⁶⁷². Em decorrência da prisão dos estudantes, a UNE, a UME, a UEE/SP, o DCE da Universidade do Brasil e a UBES protestaram, afirmando que a relação que se estabeleceu entre os estudantes estrangeiros e a greve dos bondes era uma calúnia grosseira. No entanto, os protestos não tiveram resultados e, com auxílio policial, a FJD angariou nova vitória com as suas denúncias.

⁶⁶⁹ Manifesto da Frente da Juventude Democrática: advertência aos estudantes contra a vinda ao Brasil de agentes comunistas. *Diário de Notícias*, 17/04/1956, p. 04.

⁶⁷⁰ *Diário de Notícias*, 19/05/1956, p. 12.

⁶⁷¹ *Diário de Notícias*, 22/05/1956, p. 18.

⁶⁷² Comunicado da UEE –SP sobre a prisão do vice-presidente da UIE e do presidente da FEUE. *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1956, p. 08; Protestos contra a prisão dos estudantes estrangeiros. *Diário de Notícias*, 12/06/1956, p. 20.

O segundo percalço pelo qual passaram os estudantes de esquerda foi logo após o XIX Congresso da UNE em setembro de 1956, quando surgiram denúncias de que José Batista havia indicado, ilegalmente, um assistente para a diretoria da entidade e de que também havia indicado representantes da UNE junto a UIE. As denúncias resultaram na convocação de um Conselho Nacional Extraordinário de Estudantes, o qual foi presidido por Medeiros Vieira, presidente da UCE/SC e membro da AIA, organização que então reunia os católicos anticomunistas do movimento universitário capixaba. No final do Conselho, foi decidido que todos os diretores da UNE fossem afastados das suas funções, medida que resultou na nomeação de uma Junta Governativa, formada por Pedro Jorge Simão, presidente; Henio Tinoco, secretário e Manoel Sálvio Fernandes Vieira, tesoureiro⁶⁷³. Além disso, foi nomeada uma Comissão de Inquérito para averiguar as nomeações supostamente ilegais que, no entanto, considerou as denúncias sem embasamento e uma semana depois, com a convocação de um novo Conselho Nacional para averiguar os resultados da Comissão, a diretoria UNE foi reempossada⁶⁷⁴. Com negativa da Comissão em aceitar as denúncias dos anticomunistas, a UNE prosseguiu com o programa traçado para a entidade, fundamentalmente voltado para o nacionalismo, característica marcante da militância estudantil liderada pela UNE na segunda metade da década de 1950.

A partir de então, udenistas e socialistas passaram a ter presença praticamente nula no interior do movimento universitário, em detrimento da consolidação de duas forças principais dentre os universitários: a JC e a JUC, que como será analisado no próximo capítulo, passou por transformações importantes em seu interior e se consolidou, entre a segunda metade da década de 1950 e o início de 1960, como a principal força do movimento universitário até a fundação da Ação Popular (AP). A JUC e posteriormente a AP elegeram todos os presidente da UNE entre 1961 e o golpe civil-militar de 1964, tendo participação ativa na radicalização política e ideológica que se tornou mais áspera no Brasil após a renúncia de Jânio Quadros.

É significativo que entre os anos de 1956 e 1960, a coalizão da esquerda estudantil se consolidou, principalmente, pautada pelo movimento nacionalista, que redefiniu o papel e os objetivos sociais da UNE, expressos pela entidade como uma posição em favor do desenvolvimento nacional, emancipação política, comércio internacional independente e pacífico, defesa e monopólio sobre a exploração do petróleo e dos recursos minerais, contra a

⁶⁷³ Crise na União Nacional dos Estudantes: ameaçado de demissão o presidente da UNE. *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1956, p. 46; Nota da Junta Governativa da UNE, 03/10/1956, p. 05; MORETTI, op. cit., 1984, p. 68.

⁶⁷⁴ *Imprensa Popular*, 12/10/1956, p. 01.

dominação política e econômica exercida pelos EUA e pela luta contra a desigualdade social e econômica dentre as diversas regiões do país (OLIVEIRA JR, 1956: 15; COSTA, 1957: 03).



11 Em passeata, a Chapa Nacionalista, que venceu as eleições para a diretoria do Centro Acadêmico “Nove de Julho”, da Faculdade de Direito de Bauru, exibem o símbolo da campanha: réplica de uma torre de petróleo.
Fonte: *Voz Operária*, 11/01/1958, p. 01.

CAPÍTULO 3

A renovação radical do movimento universitário: a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular

O objetivo do Terceiro Capítulo deste trabalho é percorrer o itinerário da Juventude Universitária Católica (JUC), até o seu predomínio na direção do movimento universitário, quando, em 1961, o jucista Aldo Arantes assumiu a presidência da UNE.

Pretende-se, com isso, apreender as propostas e os conflitos que a JUC, já esboçando os debates que terminariam com a fundação da Ação Popular (AP), partilhou no seu interior e que, posteriormente, foram levadas ao movimento universitário. Ao mesmo tempo, foram mapeadas algumas outras posições que vigoraram entre os estudantes, particularmente as do PCB e como elas se expressaram nas práticas da UNE.

Ao percorrer esse itinerário se almeja perceber algumas das principais questões que agitaram os debates estudantis e que foram marcantes durante todos os primeiros anos da década de 1960.

Em seguida, o movimento estudantil foi abordado em vista da sua participação e das posições que assumiu durante a Campanha da Legalidade, motivada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e a participação da UNE na coalizão de esquerda, que se formou com a posse de João Goulart. Há também uma passagem sobre a Aliança operário-estudantil-camponesa, e sobre as reformas de base, tema predominante no início da década. Esses temas têm o objetivo de localizar o debate do período, em vista de tornar mais claras as posições e as disputas estudantis nos anos iniciais de 1960.

Por último, consta um levantamento das principais mobilizações estudantis que acabaram por colocar em evidência a necessidade de mudanças no ensino superior, entre os anos de 1960 e 1961, e uma abordagem sobre os encontros estudantis que debateram os temas para essas mudanças até a realização do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, no início de 1961.

Considera-se que, a partir de então, passou a existir um cenário diferente para a atuação do movimento universitário, ocasionado pelas marcas que permaneceram da crise de 1961, e também pela urgência que as diversas forças e movimentos político-sociais atribuíram às reformas de base. Apesar do aparente recorte cronológico que divide o capítulo, os temas que fazem parte dele atravessaram os anos, assim como serão retomados na parte seguinte.

3.1 A formação da Juventude Universitária Católica

As primeiras experiências católicas para uma ação especializada nos meios universitários surgiram no Brasil ainda na década de 1920, com a União dos Moços Católicos (UMC) e com a Juventude Feminina Católica (JFC), ambas organizadas pela Diocese de Recife. Posteriormente, a partir da Diocese do Rio de Janeiro, esses movimentos se reuniram em torno da Ação Universitária Católica (AUC), que se estendeu para Recife, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte⁶⁷⁵. Porém, eles se tornaram movimentos dispersos e, em grande parte, dependentes de iniciativas regionais.

Já em meados da década de 1930, contextualizada no ideal “neocruzadista”, que visava a retomar espaço no corpo social em que avançavam ideias hostis à religião cristã em geral e ao catolicismo em particular⁶⁷⁶, a hierarquia da Igreja brasileira atendeu ao chamado do Vaticano, que tentava promover a colaboração do laicato junto à hierarquia católica. Em seu conjunto, os movimentos do apostolado leigo foram reunidos em uma organização formal, denominada Ação Católica, que se estruturou em diversos países.

No Brasil, a sua organização foi definida em 1935 com a criação da Ação Católica Brasileira (ACB), de inspiração na sua congênere italiana e sob a direção de d. Sebastião Leme, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. A ACB foi organizada em quatro setores fundamentais, divididos por idade e sexo: Homens da Ação Católica (HAC), Liga Feminina de Ação Católica (LFAC), Juventude Católica Brasileira (JCB) e a Juventude Feminina Católica (JFC), incumbidos da recristianização do mundo e submetidos à hierarquia da Igreja⁶⁷⁷.

A ACB seguiu o modelo de organização trazido da Itália durante quase uma década, quando em 1946, no seu primeiro congresso nacional, avaliou a necessidade de mudanças nos seus estatutos. Entendia-se haver a necessidade de adequar a organização da ACB à realidade do Brasil. Interpretava-se que “para chegar aos problemas reais dos ambientes a evangelizar”, numa realidade complexa e que exigia mais flexibilidade como a brasileira, “impunha-se sempre mais a necessidade de especialização, agrupando militantes do meio de vida”⁶⁷⁸.

⁶⁷⁵ SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez/Unimep, 1982, p. 15.

⁶⁷⁶ COSTA, Marcelo Timotheo. “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1965*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 433-450.

⁶⁷⁷ Ibidem., pp. 438-439.

⁶⁷⁸ Ibidem., p. 18.

Ademais, o contato dos brasileiros com as experiências das ações católicas de outros países, como da França, Bélgica, Estados Unidos e Canadá abriram novas perspectivas.

Nesse sentido, apesar da ACB ter mantido a organização básica de 1935, dividida em Homens da Ação Católica (HAC), Senhoras da Ação Católica (SAC), Juventude Masculina Católica (JMC) e Juventude Feminina Católica (JFC), os novos estatutos passaram a admitir a existência de outras especializações, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), além das suas correlatas femininas. Mas apenas a JOC foi formalmente oficializada ainda nessa década, dando início a sua atuação a partir de 1948.

Depois disso, segundo tudo indica, as primeiras aparições da JUC surgiram em 1947, com notícias sobre as eleições das suas diretorias, conferências, recebimento de verbas públicas e atividades culturais em suas sedes⁶⁷⁹. Posteriormente, entre 1948 e 1949, conforme se observou no primeiro capítulo, os católicos⁶⁸⁰, sob a denominação da JUC, surgiram no interior do movimento universitário como um grupo organizado na disputa das eleições da UNE, se manifestaram sobre o Congresso Brasileiro da Paz e se envolveram diretamente na condenação das ações da CAD no Congresso de 1949. No entanto, os setores estudantis da ACB só foram formalmente oficializados na Quarta Semana Nacional da ACB, em julho de 1950, quando foram definitivamente organizadas as estruturas de funcionamento das especializações incluídas nos estatutos de 1946, com algumas alterações. Designou-se, assim, o funcionamento oficial da JEC, da JUC, da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Independente Católica (JIC), esta última, destinada àqueles jovens que não se enquadravam em nenhuma das outras especializações⁶⁸¹.

Com a formalização da JUC, surgiu todo um aparato organizacional, como a delimitação do seu campo de ação, temários para estudo, assistentes para acompanhar o movimento e a Equipe Nacional, encarregada de coordenar o movimento em sua totalidade. No entanto, em seu início, a JUC foi definida como uma organização voltada predominantemente para a evangelização e apolítica⁶⁸².

⁶⁷⁹ *Tribuna Popular*, 19/04/1947, p. 01-03; *Jornal de Notícias*, 3/12/1947, p. 01.

⁶⁸⁰ As referências aos estudantes católicos, conforme se percebeu no decorrer da pesquisa variaram em três dimensões. Em primeiro, como estudantes das faculdades católicas, o que foi quase sempre assimilado a opção religiosa desses universitários e, por tanto, contrários ao comunismo. Em segundo, pela declaração individual do estudante sobre a sua opção religiosa pelo catolicismo, quase sempre, também, como defesa contra acusações ou de legitimação desse estudante, ou de seu grupo, de que não mantinham vínculos com o comunismo. Em terceiro, após o final dos anos de 1940, se sobressaíram as referências aos católicos como membros da JUC, ainda que as outras dimensões das referências não tenham deixado de existir.

⁶⁸¹ *Ibidem.*, p. 20-21.

⁶⁸² MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 44.

Isso não quer dizer que a JUC não tenha se posicionado no mundo dividido pela Guerra Fria, assim como no interior do movimento universitário brasileiro, como se observou anteriormente, como uma organização anticomunista e anti-capitalista, ambos considerados sistemas sociais do “ateísmo prático”. Se considerado o contexto em que os setores estudantis anticomunistas ascenderam e, os comunistas se radicalizaram, após a cassação do registro do PCB, é certo que a posição da JUC encontrou dificuldades para se inserir nas disputas polarizadas pela direção da UNE, principalmente entre 1951 e 1953, quando alguns setores da JUC se lançaram na oposição aos grupos anticomunistas que então dirigiram a UNE, mas mantiveram as suas críticas aos comunistas e suas práticas.

A existência de diferentes posições políticas no interior da JUC foi possível, pois quando da oficialização da organização como um setor especializado da ACB, o movimento do apostolado leigo já era menos centralizado junto à hierarquia da Igreja do que em seus anos iniciais, de inspiração italiana. Também já existiam experiências ousadas nos meios católicos, o que inspirou e possibilitou diferentes interpretações sobre a *missão* e, em consequência, sobre as posições e as relações a que se permitiram os diferentes núcleos e setores da JUC no interior do movimento universitário.

Dentre outras, foram importantes para a JUC as experiências do padre Joseph Cardjin, na Bélgica, dos padres brasileiros que estudaram na França e conheceram a atuação dos clérigos que viveram entre os operários, como o dominicano Romeu Dale, que seria assistente nacional da JUC, e as experiências da JOC europeia, que se tornaram conhecidas e influentes sobre alguns setores do apostolado católico. Nesse período, a maior influência veio notadamente da atuação do padre Joseph Cardjin, vigário na paróquia de uma região industrial de Bruxelas, na Bélgica. Cardjin relacionou as preocupações religiosas às questões sociais vivenciadas no capitalismo, de modo que o vigário defendia que, “sendo o homem em grande parte fruto do meio, não há reforma espiritual profunda dos indivíduos sem concomitante reforma do meio em que vivem e trabalham”⁶⁸³. Do mesmo religioso, surgiu o método “ver-julgar-agir”, pelo qual os leigos católicos deveriam conhecer a realidade, emitir juízos sobre a situação e atuar sobre os problemas existentes⁶⁸⁴. Em suma, as preocupações de Joseph Cardjin estabeleceram uma relação direta entre a ação espiritual e a ação temporal.

No contato com essas experiências, a JUC sentiu os seus efeitos e logo passou por mudanças significativas. Se no primeiro momento da sua existência, os retiros, missas e encontros jucistas circularam em torno de temas como a “vida em equipe”, “pureza”,

⁶⁸³ Apud COSTA, 2007, op. cit., pp. 439-440.

⁶⁸⁴ Ibidem.

“família” “Cristo através da cultura” e “ensino religioso”, traduzindo as preocupações que motivavam a sua ação missionária e o interesse por temas culturais, filosóficos e teológicos, no segundo momento, diversos grupos passaram a assumir maior interesse pelo conhecimento mais profundo da sociedade, por estudos de sociológicos, pela política e, particularmente, por um pensamento situado mais à esquerda. Dessa forma, passou-se da ação puramente missionária para, como foi denominada, a ação sobre as estruturas. Segundo o boletim da JUC,

a própria condição histórica que atravessamos, parece-nos situar a tônica da realidade numa inserção no social, na encarnação total do temporal presente, o que poderia inclinar-nos talvez a pensar em uma insistência maior na ação sobre as estruturas (...) hoje, o meio-morto são as massas impedidas pelas estruturas (...) de atender à plena promoção humana. Aqui chegamos ao ponto crucial da questão⁶⁸⁵.

É indicativo das mudanças que foram percebidas na JUC brasileira, no decorrer dos anos de 1950, a observação do Monsenhor Luciano Duarte, que comparou os universitários brasileiros aos estudantes católicos franceses. Segundo Duarte, ao analisar a JUC brasileira no início dos anos 1960,

sobre a linha de orientação que vem sendo seguida [...] não posso deixar de lembrar da resposta que me deu o dirigente da JEC [equivalente a JUC nos meios universitários da França] dos estudantes de Psicologia da Sorbonne, em Paris, em 1955. Respondendo a uma pergunta minha, que indagava qual tinha sido a evolução do movimento, o estudante Max Zanarini, me disse: - “Há dez anos, o lema da JUC era: ‘Rayonner lê Chist’ (Irradiar Cristo); hoje ele é: ‘Faire réussir l’Université’ (Promover o êxito da Universidade)”... Com ligeiros retoques, creio que nós temos também aí o itinerário da JUC brasileira, dos tempos de dez anos atrás, com sua preocupação predominantemente missionária, aos tempo atuais, quando todas as energias da JUC se voltam para a Reforma da Universidade⁶⁸⁶.

Essas novas questões que surgiam entre os jucistas, tendo como pano de fundo o nacionalismo e os debates em torno do desenvolvimento nacional na década de 1950 e, as tendências pela unidade em torno da UNE e das reivindicações estudantis que tomaram força em meados dessa década, passaram a ocupar um espaço significativo nas suas discussões internas. Ainda no Encontro Nacional de 1954, o tema central dos jucistas foi “O universitário e a questão social”⁶⁸⁷ e, sete anos mais tarde, no encontro de 1961, já se discutia a Revolução Cubana e a luta armada. Nesse sentido, os jucistas chegaram ao início dos anos de 1960 com

⁶⁸⁵ Apud SIGRIST, 1982, op. cit., p. 40.

⁶⁸⁶ DUARTE, Monsenhor Luciano. “Ação Missionário na JUC”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol XXI, fascículo 04, Petrópolis: RJ: Vozes, dezembro de 1961, p. 883.

⁶⁸⁷ COSTA, 2007, op. cit., p. 442.

novas orientações. Uma delas foi o termo *engajamento*, de influência de pensador católico Emmanuel Mounier, que para os jucistas assumiu o significado de compromisso com a transformação da sociedade, entendida como desigual e injusta⁶⁸⁸. A segunda foi o Ideal Histórico, que surgiu a partir de 1959, mas tomou força principalmente no Conselho e no Congresso dos 10 anos de JUC, em 1960, encontro que marcou o início de uma nova postura da organização.

A JUC chegou à sua primeira década de existência com perguntas importantes, para as quais recorreu ao Ideal Histórico. Essas perguntas estiveram em torno de como compor o engajamento com a espiritualidade? Como fazer frente às ideologias contrárias ao cristianismo? Como assumir o meio estudantil em um momento de muitos debates e agitações?⁶⁸⁹ O Ideal Histórico se apresentou como respostas para todas elas, na forma de uma síntese que unia a ação espiritual e temporal em um mundo que deveria ser permanentemente construído pela ação do homem, mas tendo em vista, sempre, a salvação das almas. Segundo sintetizado, o Ideal Histórico é

uma imagem prospectiva que significa o tipo particular, o tipo de civilização ao qual tende certa era histórica (...) o que chamamos ideal histórico concreto não é um ser de razão, porém uma essência ideal realizável (mais ou menos dificilmente, mais ou menos imperfeitamente, é outro caso, e não como obra feita, mas como obra que está fazendo), uma essência capaz de existência e chamado à existência para um dado clima histórico, correspondendo por consequência a um máximo relativo (...) de perfeição social e política, e apresentando somente (...) as linhas de força e os esboços ulteriormente determináveis de uma realidade futura. A noção de ideal histórico concreto corresponde a uma filosofia realista, que compreende que o espírito humano pressupõe as coisas e trabalha sobre elas.⁶⁹⁰

A partir dessa interpretação, se abriram as possibilidades práticas de relação entre o mundo espiritual e o temporal, prevendo o estudo do mundo social e a intervenção nele, tendo em vista uma sociedade mais justa. Com essa perspectiva, logo passaram a surgir documentos que se apropriaram de termo. O primeiro desses documentos surgiu em 1959 e foi intitulado como “A necessidade de um ideal histórico”, elaborado pelo padre pernambucano Almeri Bezerra, no qual se tentou esboçar um programa de ação cristã na sociedade. No ano seguinte, o texto “Algumas diretivas de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro”, apresentado pelo militante católico e futuro assessor da UNE, Herbert José de Souza, defendeu a necessidade de se priorizar as reflexões e as ações em torno de questões como o subdesenvolvimento, a notada primazia do capital sobre o trabalho e defendeu a reforma

⁶⁸⁸ Ibidem., 443.

⁶⁸⁹ SIGRIST, 1982, op. cit., apud de Romeu Dale (1962), p. 17.

⁶⁹⁰ Idem, apud Jacques Maritain (1936), p. 111.

agrária⁶⁹¹. No entanto, na interpretação do Ideal Histórico para o povo brasileiro, debatido durante o Congresso dos 10 anos, não se abandonou o “esforço de catequese”, mas os planos no campo do econômico e do político se mostraram mais significativos.

Na perspectiva econômica, surgiu a defesa pelo desenvolvimento, pela superação do capitalismo e pela valorização do trabalho humano, entendido que no presente ele representava uma simples mercadoria. Em relação às questões políticas, exigiam-se partidos voltados para os ideais coletivos e vinculados aos interesses das classes menos favorecidas, justiça distributiva e “uma estrutura política democrática, pluralista e fundamentada na consciência, na participação e decisão dos diversos grupos sociais”⁶⁹², além da elaboração de uma ideologia essencialmente anticapitalista⁶⁹³.

Dessa maneira, as juventudes estudantis católicas reinterpretaram os conceitos básicos da Ação Católica: “apostolado e missão foram lidos em chave reformista. Para os participantes da JEC e da JUC refundadas, tratava-se principalmente de (...) transformar a sociedade brasileira em local mais justo”⁶⁹⁴. Os novos temas que surgiram nos debates da JUC se disseminaram por diversos setores da organização, muitos dos quais passaram a assumir uma postura política e, quando não, marcadamente de esquerda. Apesar dessas novas acepções não terem sido partilhadas por todos os seus grupos, ou da mesma forma, é possível afirmar que se estendeu em grande parte deles.

No interior do movimento estudantil, a conversão para a crítica social desses setores se mostrou importante e colocou novas questões para a JUC. No decorrer da década de 1950, apesar da JUC ter sido reconhecida como força organizada nas disputas estudantis desde 1948, os jucistas não tinham nem posições, nem ações unificadas no interior do movimento universitário, o que fez com que os seus votos nas disputas universitárias se pulverizassem entre as esquerdas e a direita⁶⁹⁵. No entanto, de 1960 em diante, após o Congresso dos 10

⁶⁹¹ COSTA, 2007, op. cit., p. 443.

⁶⁹² SIGRIST, 1982, op. cit., p. 57.

⁶⁹³ Nota-se, como na posição expressa pela JUC em 1949, que os jucistas se esforçavam para definir uma posição anti-capitalista e anticomunista com a mesma intensidade, entendendo ambos esses “mundos” perversos, sendo formas práticas de ateísmo. Já no Encontro dos 10 anos, a ênfase deixou de recair sobre o anticomunismo, dedicando-se, pelo menos com relação aos seus setores políticos que tenderam à esquerda, a necessidade de uma ideologia voltada para o anti-capitalismo.

⁶⁹⁴ COSTA, 2007, op. cit., 441-442.

⁶⁹⁵ Em comunicado enviado à imprensa pelo Frei Romeu Dalle, assessor nacional da JUC, se afirmou que o presidente nacional da organização, Celso Generoso, então candidato à presidência da UNE e acusado de ser comunista por conta de fazer oposição a atual diretoria, em 1952, “não era e nem poderia ser candidato da JUC [em decorrência dos estatutos da ACB não permitir que uma de suas especializações tenha candidato a cargos eletivos]; por conseguinte, os jucistas do Congresso não estavam obrigados a sufragar o nome dele”. DALLE, Frei Romeu. “Generoso não é comunista”. *Diário Carioca*, 02/08/1952, p. 12.

Anos, sob o predomínio dos grupos mais politizados⁶⁹⁶, ou do “setor político”, como ficou conhecido⁶⁹⁷, a JUC passou a tentar agir de forma unificada e com posições políticas bem definidas, o que possibilitou que a partir de 1955, fosse possível encontrar setores da JUC empenhados na coalizão estudantil de esquerda que venceu as eleições da UNE em 1956.

Já a partir de 1959, os grupos políticos que atuaram no interior da JUC chegaram à direção de entidades importantes do movimento universitário, como no DCE da Universidade Federal de Minas Gerais e, logo em seguida, no DCE da PUC do Rio de Janeiro e na UEB. Ainda em 1959, os jucistas também tiveram presença marcante nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul⁶⁹⁸. Entretanto, apesar da JUC ter conseguido lançar um candidato a presidente da UNE em 1952 e ter tido atuação importante nos anos seguintes, a organização só apareceu como um movimento organizado nacionalmente nas disputas da UNE em 1960, quando os seus setores mais progressistas firmaram aliança de apoio com o PCB abertamente, o que tornou as acusações de que a organização estaria infiltrada ou agindo a serviço dos comunistas, mais exasperadas. No ano seguinte, com a chegada do XXIV Congresso da UNE, em julho de 1961, a JUC lançou o seu próprio candidato para presidente, elegendo Aldo Arantes⁶⁹⁹ e mantendo a composição com os comunistas, que também apoiaram publicamente o candidato católico.

3.1.1 A ascensão da JUC no interior do movimento universitário e a presidência da UNE

Ao chegar à presidência da UNE, a JUC superou forças políticas que eram mais tradicionais no movimento estudantil, como os comunistas, os udenistas e mesmo os socialistas, que possuíam larga experiência e eram as forças políticas mais reconhecidas nos meios universitários até então.

A ascensão da JUC no interior das entidades do movimento universitário e o seu predomínio na UNE é explicado a partir de diversos elementos, como a delimitação do seu

⁶⁹⁶ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 28.

⁶⁹⁷ ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

⁶⁹⁸ Ibidem., 1984. op. cit., pp. 28-29.

⁶⁹⁹ No 24º. Congresso Nacional dos Estudantes, a chapa que reuniu os jucistas e os comunistas somou 461 votos. A chapa de oposição somou 199 votos, além de 16 votos em branco e 6 nulos. O congresso foi realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 22 de Julho. As principais resoluções foram: aliança entre estudantes e operários, defesa da Revolução Cubana, reafirmação da diretriz nacionalista da UNE, defesa da reforma agrária, defesa do comércio com os países do Leste, crítica ao colonialismo Português sobre Angola, combate ao analfabetismo e Defesa das Ligas Camponesas. *O Estado de São Paulo; Folha de São Paulo; Jornal do Brasil; Última Hora*, 17/07 a 25/07/1961.

campo de ação, as crises internas enfrentadas pelo PCB e a apropriação, pelos católicos, de algumas bandeiras caras para o movimento universitário.

Dado que se considera importante na presente pesquisa, para a ascensão da JUC, são as diferentes ênfases entre as duas principais forças que disputavam o predomínio no movimento, o PCB e a JUC. Considera-se que os católicos, apesar das posições sociais mais amplas que vinham assumindo, ainda tinham um campo de atuação bastante específico: os meios universitários. Como um setor especializado da ACB, era esse o seu limite de ação e para qual toda a sua militância, sua estrutura e suas formulações concretamente se voltaram. No interior desse segmento, a JUC estava em franca ascensão, especialmente se considerado que a JUC não se relacionava de forma institucional com outros segmentos sociais, para os quais havia as outras especializações da ACB. Até então, entre 1960 e 1961, a ação, junto ao movimento sindical urbano, camponês ou de cultura popular se desenvolveu essencialmente a partir dos quadros da JUC por intermédio das entidades estudantis que ela comandava, os quais eram os espaços por onde ela expressava suas posições no meio social.

Ao mesmo tempo, é possível que as posições e as crises que surgiram no interior do PCB e da JC, além dos seus posicionamentos entre o final da década de 1950 e início de 1960, relacionadas às mudanças então operadas no interior da JUC, também tenham favorecido o crescimento e a afirmação dos católicos como uma força estudantil significativa entre os universitários. Nesse sentido, como se observou anteriormente, as posições que se sobressaíram entre os estudantes comunistas a partir de 1954 possibilitaram um movimento de aproximação entre os comunistas e os diversos setores estudantis, a partir do denominador comum do nacionalismo, da unidade e da democracia no interior do movimento universitário e em sua relação com as forças progressistas nacionais. Concomitante a isso, é necessário considerar, para além da ênfase sobre o movimento universitário e da perspectiva da frente única almejada pelos comunistas, que defendeu “a unidade dos estudantes de várias tendências doutrinárias e políticas”⁷⁰⁰, o PCB também direcionou a sua militância juvenil no sentido de intensificar seu trabalho entre os jovens, organizando-os nos sindicatos, em clubes desportivos, recreativos e culturais, em organizações de massas, ou em entidades especificamente juvenis”⁷⁰¹, nas quais o conjunto da sua militância teve que se dividir.

⁷⁰⁰ Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, 1960. In: *PCB: vinte anos de política: 1958-1979: documentos*. São Paulo: LECH, 1980.

⁷⁰¹ *Ibidem*.

Continuamente a esse tema, Martins Filho⁷⁰² indica um conjunto de fatores que é bastante relevante para explicar essa ascensão, que considera tanto as crises internas pelas quais passou o PCB, na segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, quanto os fatores que remetem à própria atuação da JUC e como ela se apresentou ao movimento universitário.

A primeira delas, segundo Martins Filho, foi em consequência do relatório do XX Congresso do PCUS, pois quando os debates foram encerrados pelo Comitê Central, setores significativos da intelectualidade se afastaram do Partido, o que pode ter acarretado certa perda de influência que esses setores exerciam no movimento universitário⁷⁰³. Posteriormente, as sucessivas crises políticas que desencadearam a cisão do PCB em 1962, decorrentes de um conjunto de fatores e que atingiram o seu setor estudantil. Como se observou anteriormente, apesar da unidade nacionalista e democrática entre os estudantes ter se sobressaído como oficial na JC, os aspectos citados acima atingiram os movimentos juvenis do PCB e causaram cisões com relação às ênfases e práticas para a intervenção junto aos movimentos de juventude a partir de 1956.

Além disso, a opção do PCB pela Frente Única Nacionalista e Democrática expressa na Declaração Política de 1958 e nas Resoluções do V Congresso, em 1960, que afirmou o caminho pacífico da revolução, esteve relativamente na contramão das discussões que a JUC trouxe para o movimento estudantil, de cunho bem mais radical. Como se recorda Roberto Amaral, diretor da UNE na gestão 1961-1962,

A concepção que se tinha, então, era que a burguesia brasileira ia fazer finalmente uma revolução nacional e que o nosso papel dentro desse processo era influenciar – já que não tínhamos a hegemonia na sociedade, tentar disputá-la dentro do processo. Era, em outras palavras, a infiltração. O projeto dos comunistas era se infiltrar o máximo possível no aparelho do Estado. Isto para o estudante, que pensa que vai fazer a revolução, não era nada cativante⁷⁰⁴.

Já no interior da JUC, a noção que se fez do engajamento passou a exigir um tipo de atuação social mais concreta e o Ideal Histórico possibilitou unir o temporal e o espiritual, traduzidos numa ação política transformadora. A organização passou de uma associação de estudantes cristãos, que objetivava a evangelização, para uma organização cristã de cunho crítico-social, marcada pelo nacionalismo, pela crítica ao subdesenvolvimento, ao capitalismo

⁷⁰² MARTINS FILHO, 1987, op. cit., pp. 47-52.

⁷⁰³ Ibidem., p. 50.

⁷⁰⁴ AMARAL, Roberto, 2005. In: Memória do Movimento Estudantil, Entrevistadoras: Angélica Müller e Carla Siqueira. Data da entrevista: 17/05/2005, Revisão: Thyago S. Mathias.

e pelas experiências da politização estudantil dos anos de 1950. Em detrimento dessas concepções, da influência da Revolução Cubana, e de temas que trouxeram a Revolução Brasileira para as suas pautas de discussão, a organização acabou por expressar nos meios estudantis o processo de radicalização pelo qual os seus setores políticos passaram.

Quando no Congresso dos 10 Anos, em 1960, os jucistas tentaram uma postura unificada em torno dessas posições e de suas ações, a organização já era presente em praticamente todo o país, com experiência de militância, de formação política, de arregimentação e de organização. Dessa forma, ao surgir como força política, além de levar toda a sua estrutura e um número grande de militantes, a JUC protagonizou o discurso mais radical que então havia no movimento universitário⁷⁰⁵. Esse grupo foi o primeiro a discutir abertamente, no seu encontro nacional de 1961, sua participação em uma hipotética luta armada no Brasil, e também, os primeiros a discutir abertamente, nos meios estudantis, o tema da revolução brasileira.

Nesse sentido é possível indicar algo significativo na militância dos jucistas entre os anos de 1940 e 1950. Se no final dos anos de 1940 e no início dos anos de 1950, no contexto da radicalização política e ideológica no interior do movimento, as suas posições de negativa em relação tanto ao comunismo, quanto ao capitalismo, pareceram dificultar as intervenções e a formação das alianças políticas em torno da JUC, a partir da segunda metade dos anos de 1950, mesmo com os aspectos marcadamente radicais que surgiram entre os jucistas, a JUC se firmou, como aponta Martins Filho⁷⁰⁶, como um canal de introdução dos universitários na política, pois estando fora do confronto entre o comunismo e o anticomunismo, possibilitou chegar a setores universitários que, apesar de estarem saturados pelo discurso dos comunistas, não se negaram ao engajamento em um projeto de mudança social. Como lembra Herbert de Souza⁷⁰⁷, “nós dizíamos o que o PC queria dizer, mas sem usar nenhum *slogan*. Tínhamos uma maneira de falar que se adaptava ao nosso contexto cultural.” Nessa mesma perspectiva, Roberto Amaral⁷⁰⁸ lembra que

É evidente que num país com os nossos preconceitos, as nossas tradições, nossas limitações, nosso fundo de religiosidade, o Partido Comunista não podia ser o centro desse agudouro ideológico. Com um agravante: o Partido Comunista tinha a posição

⁷⁰⁵ Ibidem.

⁷⁰⁶ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., pp. 47-52.

⁷⁰⁷ Apud MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 51.

⁷⁰⁸ AMARAL, 2005, op. cit.

mais conservadora, então; era mais conservador do que a AP e menos revolucionário.
709

No conjunto dessas questões, a JUC ainda se apropriou de bandeiras políticas que eram históricas para o movimento universitário, como a reforma universitária e, ao mesmo tempo, foram os católicos que se debruçaram em experiências também antigas dentre os estudantes e defendidas pelo PCB, vivenciando e efetivando a aliança entre as entidades estudantis que controlavam e outros movimentos sociais, como o sindical. Esses dois temas foram intensamente discutidos durante os anos de 1960, tendo a reforma universitária como uma luta específica do movimento estudantil, mas relacionada com as lutas gerais do período, para as quais, as lideranças estudantis entenderam como fundamental a aliança operário-estudantil-camponesa.

Esses dois temas foram tratados pelos católicos a partir de um dos documentos mais importantes atribuídos à JUC e para o próprio movimento universitário dos anos de 1960, já que fragmentos do seu conteúdo estiveram presentes em diversos posicionamentos e práticas da UNE no período seguinte. O Manifesto do DCE da PUC do Rio de Janeiro, divulgado em 1961, pode ser considerado um “marco divisório na consolidação das posições que vinham amadurecendo”⁷¹⁰ dentre os jucistas.

O manifesto é dividido em cinco partes: uma pequena Introdução, “Cristianismo e história”, “Missão do cristão”, “Função do universitário cristão” e “Conclusão”.

Inicialmente, o documento esboça o lugar que o cristão, e em particular o estudante cristão, ocupava no meio social, assim como as tarefas gerais do seu compromisso. Segundo se interpretou, a história era inacabada e em constantes transformações, e no século que se vivia (o século XX), estava “rendendo sua guarda” para uma mudança, para a qual todos seriam “chamados para julgar o passado e a projetar o novo futuro”⁷¹¹, projeto esse no qual nenhum cristão poderia faltar.

Estar presente nessas mudanças era participar, o que foi traduzido como um ciclo de pensamento e ação. Para a JUC, era um pressuposto e uma consequência do compromisso cristão estar presente na vanguarda do mundo, entendendo por vanguarda “os que se colocaram com a história em nome da libertação do mundo”⁷¹². Participação e vanguarda eram conversões que aconteceram no tempo moderno, uma nova noção de tempo histórico

⁷⁰⁹ Há uma aparente confusão entre siglas e datas nas memórias de Amaral em relação à existência da AP já no início de 1961, ou permaneceu na memória desse antigo militante a trajetória da AP como uma continuidade do grupo de esquerda da JUC.

⁷¹⁰ MARTINS FILHO, , 1987, op. cit. p. 48.

⁷¹¹ Manifesto do DCE da PUC (1961) apud CARONE, Edgar. op. cit., p. 141.

⁷¹² Ibidem., p. 142.

que impelia mudanças na atitude dos cristãos. Se “o homem antigo mostrava-se alheio à noção de um tempo histórico progressivo e criador (...) a história era espera [do Messias], e a religião esperança [de redenção]”⁷¹³, agora os homens já não eram espectadores, mas criadores do novo, em que o apelo de Cristo era a transformação do homem e do mundo. Esse era um compromisso geral, no qual se furtar era “demitir-se da sua responsabilidade de homem”⁷¹⁴.

O tempo havia gerado a noção de progresso, o que na visão da JUC extrapolava os limites de acúmulo de riqueza, poder e dominação, aspectos que, ao invés de demarcarem a subserviência a esse tempo presente vivenciado pela humanidade, “cooperava” para um destino final e exigia uma opção radical na direção da sua mudança.

Mas havia um pressuposto para essa transformação: a liberdade, explicada como a plenitude das realizações básicas da humanidade, entendidas como alimentação, habitação, trabalho, saúde e cultura, sem as quais não poderia haver evolução social. Isso significou no manifesto uma nova civilização na qual a ascensão dos homens tinha que significar também a ascensão do “homem todo”. Para o cristão, essa ascensão não poderia ser um problema “deles”, mas era um problema do próprio homem, “o nosso problema, como cristãos”⁷¹⁵.

Concretamente se concebia, atualmente, um mundo sem liberdade, ou seja, sem o conjunto dos seus pressupostos básicos, já que a democracia havia se rendido aos interesses particulares e classistas, em que “a simples constatação de que 52% de brasileiros, analfabetos, não participam da escolha eleitoral, é o bastante para retratar a falsidade de uma situação”⁷¹⁶. Na interpretação da JUC, apesar de ela não conceber a totalidade dos problemas da questão econômica, era necessário uma transformação radical dessa estrutura, denunciar a propriedade capitalista, realizar a reforma agrária, possibilitar o acesso aos bens que o processo tecnológico proporcionava, denunciar o comportamento burguês e aderir a um nacionalismo militante de denúncia ao imperialismo. Todavia, no bojo dessas questões, considerava como fundamental e o mais importante a ascensão do operariado e dos camponeses, “como o passo mais largo que a história exige das vanguardas”⁷¹⁷.

Essas transformações exigiriam, na concepção que foi expressa no documento do DCE da PUC, a presença do universitário, que tinha de tomar consciência do lugar privilegiado que ele ocupava, “se desobrigar das perspectivas dos proprietários da cultura e exercer, ele

⁷¹³ Ibidem.

⁷¹⁴ Ibidem., p. 144.

⁷¹⁵ Ibidem.

⁷¹⁶ Ibidem., pp. 144-145.

⁷¹⁷ Ibidem.

mesmo, a tarefa de acordar uma consciência, ao mesmo tempo que nacional, densamente social”⁷¹⁸.

Na formulação geral que a JUC concebeu, os problemas da humanidade não eram segmentados. Apesar de existirem lutas específicas, ao relacionar a ascensão de todos os homens como a ascensão do “homem todo”, se previa a necessidade de libertar o mundo em todos os seus aspectos, sendo que a ausência de qualquer um dos fundamentos que o completavam não possibilitaria o “homem todo” em liberdade. Nessa perspectiva, o estudante tinha que se desligar do seu lugar de privilégio para auxiliar a consciência dos movimentos mais importantes exigidos no processo de transformação social: os operários urbanos e os camponeses rurais. No entanto, isso não significava ocupar os espaços de luta que esses movimentos tinham na sociedade.

Mesmo assumindo a tarefa do estudante como a de contribuir com a consciência das massas, havia um lugar para ele, que era a universidade, de onde tinha que partir a sua atuação. Considerou-se que

o universitário cristão tem certeza de que a tarefa proposta à nação na hora em que ela se decide participar ativamente da história, só pode ser realizada com a conscientização das massas brasileiras no sentido de assumirem sua situação e as alternativas do seu caminho. Assim, a missão real do universitário cristão não se prende só à dedicação a seus estudos ou à boa escolha de sua profissão. Ela está na razão direta das necessidades da sociedade em que vive, e só através da consciência destas necessidades [...] sua ação será construtiva.⁷¹⁹

Ao passo que a JUC estabeleceu para os estudantes uma dupla função que o retirava da situação única de acadêmico, ela propôs, em termos práticos, duas frentes de atuação que serão específicas e gerais ao mesmo tempo. A primeira delas é a reforma da universidade, entendida como uma instituição seletiva e que não cumpria o que foi entendido como a sua tríplice missão: cultural, profissional e social, e que deveria se caracterizar como um “instrumento de promoção social das classes mais favorecidas, que a mantém como um privilégio”⁷²⁰. Se a cultura e a superação de uma realidade rendida aos interesses classistas eram fundamentais para a liberdade e para a ascensão do “homem todo”, essa sociedade não se completaria sem a transformação da universidade, que era a responsabilidade do estudante cristão na “forma de um compromisso pessoal para a promoção do bem comum”⁷²¹. Dessa forma, como se configurou nos próximos anos da atuação da UNE, a reforma universitária se

⁷¹⁸ Ibidem., p. 147.

⁷¹⁹ Ibidem., p. 147-148.

⁷²⁰ Ibidem., p. 148.

⁷²¹ Ibidem.

tornou a frente de luta específica dos estudantes, pela qual deveriam se responsabilizar no processo de transformação maior da sociedade.

Já em relação às suas responsabilidades fora da universidade, estava a formação da frente operário-estudantil, em breve compreendida como a frente operário-estudantil-camponesa, pela qual deveriam integrar o movimento amplo de transformação social.

Tendo estabelecido os campos de atuação para a militância dos estudantes cristãos, o documento indicou quais frentes esses estudantes deveriam compor para equacionar suas ações. Em primeiro, estava se unir aos colegas, participando “dos diversos movimentos estudantis e as justas reivindicações que têm em mira”⁷²². Em segundo, participar dos problemas da sociedade, em particular, das questões dos movimentos operários e camponeses, atuação que deveria acontecer por meio da aliança operário-estudantil e do Movimento de Cultura Popular. No entanto, no decorrer do seu engajamento, tinha que resguardar os sentidos fundamentais da ação: levar o cristianismo e a sua mensagem, colaborar para que as massas assumissem a consciência dos seus direitos e o sentido da sua ascensão, e com a consciência da realidade nacional e do seu compromisso humano.

Por fim, o manifesto fazia um chamado à militância estudantil e aos compromissos estabelecidos no documento, expressando que

o universitário cristão, pois, não pode fugir à sua responsabilidade e ao seu compromisso no meio e na sociedade em que vive. Ele deve dar sentido à cruz em sua tarefa global ou no seu dia-a-dia funcional. Para nós, é chegado o momento de denunciar de modo tão radical quanto o seja o próprio evento de cristão, um mundo injusto e desigual. Para nós, não há mais tempo a perder, pois estamos em face de uma opção para a qual nenhuma alternativa existe: ou o compromisso com o passado, contra a história, ou a realização de um projeto novo para o mundo (...) o universitário cristão só tem esta arma a empunhar – a bandeira do homem⁷²³.

Em seus elementos fundamentais, essas formulações estiveram presentes em grande parte das posições e das práticas da UNE até 1964, como forma de interpretar a realidade na qual ela estava inserida e compreender a necessidade das suas ações⁷²⁴.

No entanto, o conjunto das posições que a JUC assumiu, discutidas até agora, gerou um desgaste entre essa organização e a hierarquia da Igreja, que se mostrou importante, pois acelerou a necessidade que alguns desses setores sentiram de construir uma nova organização,

⁷²² Ibidem.

⁷²³ Ibidem., p. 149.

⁷²⁴ Tomadas em conjunto, as posições da JUC não podem fugir da discussão crítica feita por Marilena Chauí (1980) aos movimentos de cultura popular dos anos de 1960, como portadores de um certo “iluminismo vanguardista e inconscientemente autoritário”, nem do voluntarismo discutido por José Roberto Martins Filho (1987).

desligada das instituições apostólicas. Essa organização foi a AP. Para tanto, foram significativas as posições que a JUC tomou no interior do movimento estudantil e em sua inserção em movimentos mais amplos da sociedade, principalmente a partir de 1959, quando as posições jucistas passaram a refletir diretamente nas práticas das entidades estudantis e, a partir de 1960 e 1961, na UNE.

3.1.2 Os conflitos entre a JUC e a hierarquia da Igreja: ação missionária, ação sobre as estruturas e a aliança com os comunistas

O trajeto percorrido pela JUC não se fez sem críticas no interior da hierarquia da Igreja, à qual, em última instância, os universitários católicos estavam submetidos. Os movimentos estudantis da juventude leiga foram organizados como um instrumento de evangelização, ou um “Cavalo de Tróia”, como definiu Marcelo Costa⁷²⁵, com o objetivo de serem introduzidos nos meios sociais para convertê-los ao cristianismo. É provável que não constasse nos planos da ACB que uma de suas especializações tomaria o “Evangelho como fonte da revolução brasileira”, como o fez a JUC, no tema do seu 11º. Conselho Nacional, em 1961, nem que o contato com os problemas gerais da sociedade passassem a significar mudanças nas concepções dos leigos católicos e dos próprios assistentes eclesiais.

A reação no interior da Igreja não demorou. Ainda em 1961, o padre Pedro Calderon Beltrão denunciou a vários bispos o que ele entendia ser a ideologização dos universitários católicos, e frente aos temas debatidos no interior da organização: “socialismo”, “revolução e luta armada”, etc., a JUC de Natal se desligou do movimento nacional.

Já no movimento universitário, seu espaço específico de ação, as posições da JUC contribuíam para o que se considerou o distanciamento perigoso dos seus objetivos iniciais⁷²⁶. Entre 1960 e 1961, a aliança com os comunistas e as posições que a JUC assumiu nos debates mais polêmicos que aconteceram no interior do movimento estudantil, parecem ter sido elementos que fizeram com que a hierarquia católica deslustrasse um movimento que havia ultrapassado os limites possíveis, ou conciliáveis, com a sua tarefa evangelizadora. Para tanto, corroborou de maneira predominante a aliança junto ao PCB e a posterior eleição de um estudante católico para presidente da UNE, tendo na sua base de apoio os comunistas. Além disso, adesão da JUC em favor de refiliar a UNE à UIE, tema dos mais polêmicos desde a década de 1950, assim como as suas posições em torno do Projeto de Lei e Diretrizes de Base

⁷²⁵ COSTA, 2007. op. cit., p. 446.

⁷²⁶ Ibidem., p. 444.

da Educação Nacional (LDB), tema debatido assiduamente a partir do final dos anos de 1950, e principalmente em 1961. Todos esses debates, sendo públicos, trataram abertamente das posições da JUC, principalmente na grande imprensa.

No XXIV. Congresso Nacional da UNE, em 1961, o conjunto das esquerdas à frente da entidade não era mais interpretado pela imprensa sob a denominação de “oposição”, como em 1956. Em 1960, o PCB era a força principal de articulação da coalizão de esquerda no interior da UNE, e a JUC, parte da Frente Única comandada pelos comunistas, aliança que, apesar de invertida, se manteria durante os próximos anos. Essa frente passou a ser interpretada como um bloco esquerdista à frente da UNE e, em última instância, como as organizações que cerceavam a voz dos democratas e permitiam que os encontros estudantis tendessem ao comunismo. A partir de então, assim como se fez nos anos finais da década de 1940, teve início uma crítica sistemática de parte da imprensa à forma como aconteciam as eleições, o que se entendia ser o cerceamento às opiniões democráticas e aos posicionamentos da UNE.

Antes do início do congresso de 1961, passou a circular que as disputas em torno da diretoria da UNE seriam travadas por estudantes católicos democratas e a ala esquerdista⁷²⁷, que cerrariam “acirrados debates ideológicos entre os dois grupos que [dividiam] a classe universitária”⁷²⁸, já percebendo uma distinção entre a JUC e outros movimentos que se assumiam como cristãos. Quanto aos temas do congresso: reforma agrária, industrialização e as suas consequências econômicas e sociais, autodeterminação dos povos, Revolução Cubana, imperialismo e a relação do Brasil com os países socialistas⁷²⁹, foram considerados pela *Folha de São Paulo* como “problemas do alto gabarito político administrativo [mas que esqueciam] as questões peculiares da classe estudantil, em geral, e universitária em particular”⁷³⁰. Em

⁷²⁷ A chapa da Frente Única, que reunia a JUC e o PCB, obteve 461 votos, a da oposição, que tinha Joaquim Gama Lima à frente, obteve 199. Ainda foram somados 16 votos em branco e 06 nulos.

⁷²⁸ *Folha de São Paulo*, 16/07/1961, assuntos diversos, p. 01.

⁷²⁹ Por meio das temáticas que foram debatidas nos congressos estudantis, é possível perceber quais temas fizeram parte do repertório de discussões políticas que mais chamaram a atenção das lideranças da UNE, ou, em torno de quais assuntos se julgou mais importante construir posições políticas em diferentes cenários. No XXIV Congresso Nacional dos Estudantes (16 a 22 de julho de 1961, Niterói/RJ) os temas foram: 1 – Problemas do ensino: a) ensino primário, b) ensino médio, c) reforma universitária na perspectiva de cada faculdade, d) influência do imperialismo na educação brasileira. 2 – Problemas nacionais: a) reforma agrária, b), exploração dos recursos nacionais pelo capital estrangeiro, c), capitais estrangeiros no Brasil (remessa de lucros), d), industrialização: as suas consequências econômicas e sociais, e) problemas regionais: SUDENE, CODESUL, SPUEA, f) reforma cambial, g) reforma bancária: nacionalização dos depósitos bancários. 3 – Problemas internacionais: a) autodeterminação dos povos, b) imperialismo, colonialismo, c) neutralismo, d) relações do Brasil com o Leste: Missão João Dantas, e) a Revolução Cubana e a América Latina, f) relações da UNE com a UIE e a Coordenadoria de Uniões Internacionais de Estudantes. Cada um desses temas formava uma comissão, nas quais participavam um estudante de cada bancada Estadual, e um suplente. *O Estado de São Paulo*, 19/07/1961, p. 05.

⁷³⁰ *Ibidem*.

seguida, afirmou que todos aqueles temas exigiam “grande raciocínio e especialização das pessoas encarregadas em resolvê-los”, e conclui, “o XXIV Congresso da UNE teve marcante sentido comunista”⁷³¹.

Nos dias seguintes, a imprensa passou a publicar o conjunto das resoluções e acontecimentos do encontro. A chapa vitoriosa, presidida por Aldo Arantes, da JUC, segundo a *Folha de S. Paulo*, havia sido coordenada pela UJC, e a ala dos católicos democráticos não havia conseguido se expressar no congresso em detrimento da política adotada pela então diretoria da UNE. Quanto às resoluções do encontro, teve ênfase a defesa da reforma agrária e a recomendação dos estudantes pela extensão das Ligas Camponesas por todo o território nacional. Já em relação à carta final do encontro, aprovada na plenária final do congresso, a *Folha de S. Paulo* destacou que os estudantes não acreditavam “na possibilidade de um desenvolvimento nacional harmonioso, humano e cristão com o atual sistema capitalista, anacrônico e anárquico”⁷³² e, em seguida, destacou que a expressão “apenas o *socialismo* (Grifo nosso) poderia possibilitar um desenvolvimento harmonioso ao país”⁷³³, havia sido retirado do texto apenas no momento final do encontro.

Já o *Jornal do Brasil*⁷³⁴ deu ênfase de que a UNE estava distribuindo material com conceitos políticos perigosos no encontro, e trazia as denúncias dos “democratas” de que a diretoria da UNE havia privilegiado o financiamento de passagens aéreas aos comunistas que haviam participado do congresso⁷³⁵.

Ao ocupar a presidência da UNE, a JUC passou a se expressar nas ações da entidade. Em detrimento dessas posições, os jucistas foram entendidos no arco do esquerdismo estudantil, e passaram a sofrer as críticas que foram geradas no interior dos setores conservadores da Igreja, como no seu apoio à UIE no congresso de 1961.

Inicialmente, o apoio da JUC à refiliação da UNE à UIE repercutiu pouco na imprensa, pelo menos quando tomada em seu conjunto; já no interior da Igreja, a reação foi bem diferente⁷³⁶. A repercussão da chegada de um jucista à direção da UNE, e a disposição de

⁷³¹ Ibidem.

⁷³² *Folha de S. Paulo*, 01/08/1961, Folha Ilustrada, p. 01.

⁷³³ Ibidem.

⁷³⁴ *Jornal do Brasil*, 16/07/1961, primeiro caderno, p. 03.

⁷³⁵ Essa denúncia foi feita pelos estudantes da União Catarinense de Estudantes (UCE). Pelo que se percebe até o momento da pesquisa, essa entidade não chegou a integrar inteiramente o bloco de esquerda que se formou na direção da UNE. Ainda em 1962, a UCE irá parecer na imprensa com um discurso fora das movimentações lideradas pela UNE e, em 1963, chegou a declarar o seu rompimento com a entidade nacional.

⁷³⁶ Parte significativa dos membros do Clero desenvolveram uma campanha de combate a UIE, principalmente nos períodos de seus encontros internacionais, com o objetivo de desmobilizar a participação dos estudantes brasileiros. A entidade era encarada como uma organização destinada a cooptação dos “ingênuos” às causas comunistas, fazendo dessa forma, o jogo da URSS e do comunismo internacional. Essas campanhas são

parte significativa de seus militantes em apoiar posições consideradas “comunizantes”, por parte da hierarquia da Igreja, motivaram uma reação rápida da ACB, em meio a um contexto no qual as críticas a JUC se tornaram mais claras e passaram a refletir a interpretação de desvirtuamento da organização frente aos seus objetivos iniciais.

Para figurar as alterações que aconteceram entre a hierarquia da Igreja e a JUC, considera-se que em 1959, nas páginas de uma revista católica, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, o então Frei Evaristo Arns considerou que apenas a ação de uma equipe bem adestrada havia conseguido impedir que os universitários brasileiros voltassem a se filiar a UIE; e que em um encontro nacional da UNE, realizado no mesmo ano, um bom número de dirigentes e assistentes da JUC e da JEC haviam conseguido agir, impedindo a influência total dos comunistas e contribuindo para que as resoluções do encontro fossem aceitáveis.⁷³⁷ Nessa avaliação, tanto a JEC, quanto a JUC, eram colocadas como se fossem barreiras de contenção contra a ação dos comunistas nos meios estudantis, talvez, inclusive, fosse o único grupo capaz dessa tarefa.

No entanto, já em 1961, após a eleição de Aldo Arantes, a ACB e a CNBB responderam as ações dos jucistas e, em oposição aos temas levados pelos grupos políticos da JUC ao seu Conselho Nacional, inseriram no debate a relação entre a ação missionária, a ação sobre as estruturas, a hierarquia da Igreja e a militância no interior do movimento universitário. Esses conflitos foram pontualmente expressos em dois documentos apresentados durante o Conselho Nacional da JUC, ou seja, depois que as duas alianças públicas entre os católicos e os comunistas se efetivaram e marcaram a “superação dos preconceitos” entre os estudantes em torno da sua unidade, tema que como se analisou anteriormente, foi defendido pelos jovens comunistas nas posições expressas em 1956 pela Comissão Estudantil da UJC.

O primeiro desses documentos foi um artigo apresentado pelo Monsenhor Luciano Duarte, assessor da JUC em Aracajú e, o segundo, foi uma resolução da Comissão Episcopal da ACB aprovada pelo colegiado da CNBB, que procurou definir e centralizar as diretrizes da JUC nacional e de suas instâncias regionais.

percebidas com mais intensidades a partir da década de 1950, período em que os Congressos Latino Americanos de Estudantes (CLAE) também passam a ser bastante criticados. Já a partir dos anos de 1960, a UIE foi alvo de um largo leque de organizações e personalidades anticomunistas. Ver: Revista de Cultura Católica Vozes; Revista Eclesiástica Brasileira.

⁷³⁷ ARNS, Frei Evaristo P. (1959). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. 19, fasc. 4, dezembro, pp. 904-907.

Segundo o artigo de Duarte, a ação missionária, que foi entendida como “tudo que um crente pode fazer para trazer outro homem à obediência da fé”,⁷³⁸ estaria passando por dificuldades e desprestígio no interior da JUC, em detrimento das ações no plano terrestre, ou como foi predominantemente denominada, a ação sobre as estruturas. Por ação sobre as estruturas, Duarte definiu como a ação “que busca humanizar o estatuto e o aparelho universitário e social vigente”,⁷³⁹ o que então foi predominantemente compreendido como forma de preparação e de proteção dos homens para que o cristianismo pudesse, em um mundo mais humano, ser disseminado com menores contradições, já que

como certa vez me perguntava um universitário brasileiro: não seria mais evangélico não pregar o Evangelho, um Evangelho de paciência e perdão, às multidões miseráveis, que, talvez, por causa disto, atrasarão o dia da revolta e da libertação? [...] será [perguntou Duarte, em seguida] possível pregar o Evangelho a uma Universidade alienada? Não é preciso, primeiro, transformar-lhe as estruturas, faze-la humana e aberta para a sociedade?⁷⁴⁰

Ainda conforme citado pelo mesmo autor, em um mundo no qual, segundo havia observado Emmanuel Mounier, “as palavras da Igreja já não atingem mais, seus gestos não tem alcance, o mundo perdeu a chave de sua língua, e ela [a Igreja] perdeu a chave da língua dos homens”,⁷⁴¹ Nesse sentido, Duarte apontou uma série de indicativos para o desprestígio da ação missionária no interior da JUC e que parecem ter sido temas pelos quais a própria hierarquia da Igreja se debateu, dentre as quais as principais se basearam na cronologia da militância jucistas entre as ações espirituais e temporais. Por essa cronologia, em primeiro, a ação dos católicos deveria agir sobre as estruturas, mudar o mundo social vigente e elevar as condições sociais humanas para que a evangelização fosse possível, preparar o homem para um mundo no qual a sociedade e a Igreja voltassem a se entender, ou como observou Duarte:

os cristão que se jogam, com todo o ímpeto, numa ação sobre as estruturas, e se esquecem ou deixam para depois a ação propriamente evangelizadora, parecem pensar que, uma vez que nós tivermos um mundo socialmente bem organizado, onde não haja mais miséria, onde se aplainem as diferenças gritantes entre os opulentos e os despojados, então, naturalmente, desabrochará o Reino de Deus⁷⁴².

Esse apontamento não se fez, também, sem exemplificar as resistências dos estudantes em inverter essa cronologia, ou seja, de citar as considerações de que a prioridade na ação

⁷³⁸ DUARTE, 1961, p. 884.

⁷³⁹ Ibidem.

⁷⁴⁰ Ibidem., p. 885.

⁷⁴¹ Ibidem.

⁷⁴² Ibidem., p. 889.

sobre as estruturas era legitimada pelo fato de ser “mais evangélico”, nesse momento, não pregar o Evangelho, a paciência e o perdão em um mundo de miseráveis, no qual essa paciência seria uma forma de contribuir para que os miseráveis continuassem sob o jugo da injustiça.

Ao mesmo tempo, Duarte apontou que a militância dos católicos e o arco de alianças e das relações que haviam se formado no interior do movimento universitário, notadamente no campo das esquerdas e da polêmica em torno dos comunistas, também haviam contribuído para o desprestígio da evangelização. Essa afirmação, segundo Duarte, era justificada pelo discurso de que o momento seria de união em torno das lutas sociais do período, centradas principalmente no campo das reivindicações, o que exigiria colocar as divergências pontuais e ideológicas de lado, em detrimento da união em torno dos temas mais gerais do período. Segundo esse autor,

os estudantes, que marcham unidos para suas reivindicações, repartem-se em grupos antagonistas quando se discute filosofia de vida ou religião. Não é mais prático permanecermos então neste denominador comum do humano, onde todos se encontram, sem rasgarmos entre nós e os nossos colegas esta linha de separação que distingue os que crêem dos que não crêem? [...] A aparente harmonia pelo mínimo divisor comum tem sua sedução e sua força... A religião surge, de mais em mais, como elemento de dispersão e de desagregação [...] esta busca de uma suposta solidariedade com os nossos colegas talvez esteja entre os principais motivos de nossa omissão evangélica⁷⁴³.

As relações apontadas por Duarte em relação as alianças que vinham se formando no interior do movimento universitário foram os temas que, ao que se parece, mais incomodaram a hierarquia da Igreja e, em conjunto com o desprestígio da ação missionária no interior na militância dos jucistas, foram combatidas por Duarte. Para o assistente do JUC, não deveria existir nenhuma cronologia ou hierarquia entre a ação evangelizadora e a ação sobre as estruturas, pois

tanto de direito, como de fato, o cristão não pode ordenar numa sucessão cronológica a construção das estruturas humanas da civilização e a sua posterior evangelização [...] em nenhuma parte do Evangelho Jesus estabelece a primazia cronológica da libertação temporal sobre a libertação espiritual [apesar de que] sem dúvida que o Evangelho estabelece normas que deverão, “à la longue”, levar o que seguem a revoltar-se contra as situações temporais injustas⁷⁴⁴.

Em suma, Duarte tentou provar com seu artigo que a ação sobre as estruturas não era condicionante para a libertação espiritual, no sentido de que a construção de um novo mundo

⁷⁴³ Ibidem., p. 885.

⁷⁴⁴ Ibidem., pp. 887-889.

não levaria, por consequência, a sociedade ao Reino de Deus, assim como “o fato de renunciarmos ao mundo do pecado não nos faz sentir-mos automaticamente no mundo da santidade”⁷⁴⁵. Ou seja: a ação missionária tinha de coexistir com a ação sobre as estruturas, sem que a JUC perdesse de vista, quando agisse no meio social, os princípios cristãos da sua missão como católicos militantes do apostolado.

Quanto as alianças estudantis colocadas em prática pela JUC, Duarte também rebateu, alegando que muitas vezes os jucistas passavam a sofrer de inferioridade, por exemplo, com relação aos comunistas, de modo que a JUC terminaria por seguir a linha destes, muitas vezes com divergência antagônicas com as suas próprias crenças. Nesse sentido, Duarte defendeu que a JUC não deveria, nunca, se isolar, mas a posição e os princípios cristão nunca deveriam ficar em segundo plano frente à necessidade de encontrar um denominador comum para a unidade entre as forças políticas do movimento, em especial, com relação aos comunistas. Segundo o Monsenhor,

quando empalidecemos nossa especificidade cristão, para nos unirmos com os não cristãos, temos que ver se as bases mínimas comuns realmente existem entre nós e eles, ou se (como é o caso com os comunistas) nós estamos, não no mesmo caminho, mas apenas em estradas provisoriamente paralelas, mas na realidade buscam fins completamente diversos e até opostos⁷⁴⁶.

A posição de Duarte demarcou o entendimento de que a aproximação entre os católicos e os comunistas não era benéfica e, além disso, ilusória, após o que, tentou definir a posição hierárquica na qual a JUC estava inserida e qual seria o papel dos seus militantes e da própria organização. Segundo Duarte, a tarefa do apostolado teria “como finalidade levar aos homens a salvação operada por Jesus Cristo [...] esta tarefa da evangelização, esta ação missionária, é a primeira e principal finalidade da Ação Católica, e ela o será, portanto, também da JUC”⁷⁴⁷. E continua:

O que é preciso à JUC é assegurar, ao mesmo tempo, com a mesma firmeza, com o mesmo entusiasmo, com o mesmo idealismo desafiante [...] as duas pontas da cadeia em cujos elos desdobra a ação apostólica. De um lado, uma ação nas estruturas, universitárias e sociais, esclarecida, audaciosa e vigilante. De outro lado, não perder de vista que o essencial, e o fim último pelo qual nós nos matamos para construir um mundo humano, não é outro senão a salvação dos homens, por Jesus Cristo, através da Igreja⁷⁴⁸.

⁷⁴⁵ Ibidem., p. 887.

⁷⁴⁶ Ibidem., pp. 890-891.

⁷⁴⁷ Ibidem., p. 893.

⁷⁴⁸ Ibidem.

Nesse mesmo Conselho Nacional, a direção da ACB também se posicionou com relação aos temas mais polêmicos abordados pelo Monsenhor Luciano Duarte, em especial, quando a evangelização e as alianças estudantis com os comunistas. No entanto, o documento surgiu como uma análise conjuntural na qual os católicos estavam inseridos e se afirmou como diretrizes, e não como tema de debates entre os jucistas. Nesse sentido, o documento enviado ao Conselho, intitulado “Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e de Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional”, se afirmou como uma iniciativa para “traçar diretrizes claras, concretas e firmes para os organismos nacional e regionais”⁷⁴⁹ da organização.

Para a Comissão Episcopal da ACB, o apostolado católico tinha de se movimentar em um campo marcado por duas tendências de neolaicismo: a primeira, era a forma pelos que mantinham um tipo de oposição sistemática contra a influência da Igreja nos assuntos terrestres, dentre os quais se destacaram os maçons, os capitalistas militantes e os marxistas. A segunda dessas tendências seria formada por indivíduos que acreditavam na coexistência dos contrários e, por isso, não se mantinham em combate permanente contra a Igreja, mas essa tendência encararia os problemas da sociedade sempre fora da perspectiva espiritual, se mantendo sempre no plano puramente humano.

Além disso, as diretrizes indicaram as diferentes tendências que então se debatiam no interior da ACB e que incluíam também os universitários. Essas tendências, demarcadas pelas opiniões que estariam defendendo, se diferenciavam entre as que desconfiavam da hierarquia da Igreja, sempre mantendo resistência as suas orientações, as que tinham dificuldade em aceitar os princípios morais e religiosos do catolicismo como elementos válidos para a intervenção temporal, as que subestimavam a doutrina social da Igreja, por considerá-la desencarnada dos problemas sociais do cotidiano e, a que determinava a cronologia entre a ação missionária, que deveria ficar para o segundo momento, e a ação sobre as estruturas, considerada como a ação prioritária. Além disso, a ACB identificou um movimento mais geral de nivelamento entre os padres e os leigos, o que dificultaria as práticas hierárquicas e possibilitaria críticas às determinações superiores.

Foi nesse contexto macro e micro, entre a sociedade e a ACB que a Comissão Episcopal definiu a JUC como elemento que, assim como a ACB, deveria agir ao mesmo tempo no campo espiritual e temporal, mas afirmou que não era admissível que a JUC perdesse de vista que a

⁷⁴⁹ Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e de Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol XXI, fascículo 04, Petrópolis: RJ: Vozes, dezembro de 1961, pp. 944-950.

a Ação Católica é uma ação de ordem sobrenatural cujo fim é a transformação das almas e não as organizações de Economia e Política. Mão diferindo da divina missão confiada à Igreja e a seu apostolado hierárquico, a Ação Católica não é de ordem temporal, mas espiritual, não é de ordem terrestre, mas divina, não é de ordem política, mas religiosa⁷⁵⁰.

Nesse sentido, sem negar que ACB também deveria agir no temporal, mas em sintonia com a evangelização, se defendeu no documento que a JUC era parte da Ação Católica e, por isso, deveria agir de acordo a missão superior da Igreja, voltada para a ação apostólica, missionária e evangelizadora. Ao mesmo tempo, o documento rebateu toda e qualquer interpretação fora desses parâmetros que estariam se formando no interior da JUC e definiu que

ninguém, nem dos quadros da JUC, nem de fora deles, pode apresentar interpretações ou estabelecer linha de conduta que leve o Movimento jucista ou um só de seus membros a discrepar da orientação que lhe dá a Hierarquia Católica. De sorte que ao aplaudir a militância dos integrantes estudantis da Universidade, convém lembrar, veementemente que, se a ação for em nome da JUC, ou dos militantes jucistas, como tais – seja sempre recordado o princípio de que quem age *por mandato*, está ligado ao pensamento e às diretrizes de quem lhe conferiu esse mandato⁷⁵¹.

Com essa centralização da missão e das tarefas da JUC em sua nos meios universitários e sociais, se vetou as formulações dos jucistas e podou, principalmente, as posições dos setores políticos de esquerda. Para tanto, se expressou com ênfase e firmeza no documento que não era lícito a nenhum grupo ou indivíduo da JUC, ao refletir sobre uma possível revolução brasileira, defender saídas violentas como válidas ou aceitáveis e, principalmente, de que não seria lícito “apontar a cristãos o *socialismo* como solução de problemas econômico-sociais e políticos, nem muito menos apontá-lo como solução única. Aliás, essas observações deveriam ser óbvias a dirigentes nacionais do Movimento⁷⁵². Além disso, a Comissão Episcopal e a Comissão Central da CNBB estabeleceram os limites de ação para a JUC nos movimentos sociais, o que definiu que os jucistas deveriam abandonar o trabalho de alfabetização junto aos movimentos de cultura popular e os trabalhos realizados nos meio rural, junto as Ligas Camponesas, pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pelos Sindicatos Rurais, ambos ligados a ACB.

Com relação às ações da JUC no interior do movimento universitário, se afirmou no documento, em resposta ao arco das alianças jucistas e a polêmica eleição de Aldo Arantes no Congresso da UNE de julho de 1961 a

⁷⁵⁰ Ibidem., p. 948.

⁷⁵¹ Ibidem., p. 947.

⁷⁵² Ibidem., p. 956.

convicção de é na participação dos órgão dirigentes da política estudantil, através de eleições, que surgem os maiores inconvenientes e as situações que deixam perplexos e sensibilizados os diferentes setores jucistas. E, muitas vezes, a Hierarquia fica nessa mesma situação quando vê o nome da JUC e os de seus militantes ou dirigentes, somados aos de comunistas em ação conjunta, para direções de organismos estudantis nacionais ou estaduais⁷⁵³.

Nesse sentido, a Comissão Episcopal decretou que, a partir do ano de 1962, não seria permitido para nenhum jucista concorrer a cargos eletivos nas entidades estudantis, e também participar das instâncias de qualquer partido político, sem que o militante deixasse o seu cargo na JUC, o que significou um duro golpe sobre os setores políticos jucistas. Ainda no contexto dos conflitos com a hierarquia da Igreja, o primeiro presidente jucista da UNE, Aldo Arantes, foi expulso da JUC pelo Cardeal do Distrito Federal, Jaime de Barros Câmara, sob alegação de que o Vaticano havia questionado o apoio dado pela JUC à refiliação da UNE junto à UIE⁷⁵⁴.

Essas diretrizes da Comissão do Apostolado da ACB foram sufocantes para os setores políticos da JUC. Era pelas entidades estudantis que esses universitários expressavam o conjunto das suas posições elaboradas nos últimos anos. A expulsão de Aldo Arantes e a proibição imposta aos jucistas de permanecer à frente das entidades foram pontos fundamentais para a ruptura entre os setores políticos da JUC e a hierarquia da Igreja⁷⁵⁵. Ao mesmo tempo, tem-se que considerar as posições que a JUC assumiu no cenário dos anos de 1960, quando nas disputas estudantis ela já era abertamente considerada como parte integrante dos esquerdistas e não dos católicos democratas, uma conversão que certamente está relacionada com as suas práticas políticas e que refletiu nas interpretações que se fizeram naquele momento, evidentemente, sentindo o afastamento entre a JUC de esquerda e seus objetivos missionários.

Ainda no contexto do desgaste entre a JUC e a hierarquia eclesiástica, têm destaque as posições jucistas no debate que se travou em torno da aprovação da LDB, entre 1960 e 1961 que, segundo Martins Filho⁷⁵⁶, sofreu condenação veemente por parte do episcopado.

Como se observou no primeiro capítulo, a LDB começou a tramitar ainda no ano 1948, quando o seu anteprojeto foi duramente criticado pelos defensores da política educacional do Estado Novo e dirigentes de instituições privadas⁷⁵⁷, acabando por ser

⁷⁵³ Ibidem., p. 949.

⁷⁵⁴ ARANTES; LIMA, 1984, op. cit., p. 31.

⁷⁵⁵ Ibidem., p. 945.

⁷⁵⁶ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 49.

⁷⁵⁷ CUNHA, 2007, op. cit., pp. 93-125.

arquivado no Congresso Nacional. O conteúdo do anteprojeto havia encontrado resistência em dois eixos centrais: a descentralização da burocracia educacional, com maior autonomia dos Estados e flexibilidade dos estatutos das universidades, e na ênfase atribuída ao Estado em organizar o sistema de ensino. No primeiro caso, a crítica se pautou numa concepção que defendia a centralização do ensino, necessária a unidade nacional, e no segundo, na defesa de que as famílias precisavam ter liberdade de escolha na educação dos filhos, principalmente em relação à opção de uma formação confessional, o que uma escola laica e mantida pelo Estado impediria⁷⁵⁸.

Esquecido durante alguns anos, o projeto foi retomado na segunda metade da década de 1950, opondo de maneira bastante aguçada os defensores da escola pública e aqueles que defendiam a liberdade de ensino, mantendo intensa batalha em torno do conteúdo do projeto. Em 1958, Carlos Lacerda, líder de direita da UDN, crítico assíduo da proposta de 1948 e porta-voz do movimento pela liberdade de ensino, apresentou um substitutivo ao anteprojeto inicial seguido por outro meses depois. Ao mesmo tempo, surgiram críticas ao substitutivo por parte dos defensores da escola pública e se formaram dois movimentos, a “Campanha em Defesa da Escola Pública”, no qual se reuniram entidades estudantis, órgãos da imprensa, sindicatos, professores, intelectuais, entre outros, e o “Movimento de Defesa da Liberdade do Ensino”, reunindo os representantes das escolas privadas, liderados pela Associação de Educação Católica (AEC), entidades religiosas, círculos operários, alguns setores estudantis e outros.

Esses movimentos se tornaram muito atuantes entre 1960 e 1961, e tentaram ampliar seus espaços de atuação envolvendo outros segmentos sociais organizados, por meio dos quais tentavam angariar apoio e legitimar as suas posições. No tom que envolveu toda a campanha, se tornou principal a disputa ideológica em torno da educação laica organizada pelo Estado e da educação confessional mantida pelos setores privados, notadamente as escolas católicas.

A campanha pela liberdade do ensino continuou mantendo o discurso de que as famílias tinham o direito de escolher o tipo de formação que dariam aos filhos, e se revestiu de diversos recursos para opor-se à educação organizada prioritariamente pelo Estado. Segundo a posição da Confederação Nacional dos Círculos Operários, expressa em comunicado no início de 1960, os artigos do projeto da LDB consagravam os princípios naturais cristãos relativos à liberdade do ensino, e frisou que ao Estado caberia uma

⁷⁵⁸ Ibidem.

participação supletiva na organização educacional na medida em que os recursos particulares fossem insuficientes. Do contrário, entendia-se que o Estado criaria o monopólio do ensino, o que era característica dos Estados totalitários, nos moldes do fascismo, do socialismo e do comunismo. Em relação às críticas que o ensino particular recebia, o comunicado afirmou que eram

improcedentes na sua quase totalidade. Os opositores criticam-no injustamente ou com segundas intenções. Uns, apaixonadamente, com total desconhecimento do projeto. Outros, combatem-no porque são ideologicamente contra o ensino particular, isto é: por meio do monopólio do ensino querem realizar o totalitarismo do Estado. Não é verdade que o projeto é contra a escola pública. O projeto da oportunidade a todos, pobres e ricos, de terem seus estudos gratuitos. Com as bolsas de estudos aos alunos, através de subvenções, poderão os operários escolher as escolas que julgarem mais convenientes aos seus filhos. Como acontece em países verdadeiramente democráticos e de elevada cultura, como Bélgica, a Holanda, a Inglaterra, os pais devem ter possibilidade de escolher para seus filhos a escola mais sadia e mais condizente com sua consciência, quer pública, quer particular.⁷⁵⁹

Na fórmula dos que defendiam a liberdade do ensino, a possibilidade de escolha, por parte dos pais, estava condicionada à subvenção do custo desses alunos por parte do Estado, por meios de aplicação de verbas em bolsas de estudos. Na justificativa para o investimento no setor privado, alegava-se a economia dos recursos públicos. Segundo a Confederação, o Estado gastava com um aluno da escola pública cinco vezes mais em relação a um estudante da escola privada, ou seja, com o mesmo gasto de um aluno da escola pública, o Estado, concedendo as subvenções, conseguiria manter cinco alunos na rede particular. Na conclusão do comunicado, havia a tônica da campanha que confrontava as duas posições, terminando com um apelo para a mobilização:

Defendamos, unidos, o direito inalienável de escolhermos a educação que desejamos para nossos filhos. Favoreçamos a escola pública dentro dos legítimos limites. A ingerência indiscriminada do Estado em matéria educacional deve ter limite, para que se possa salvar a cultura ameaçada pela estandardização do ensino. A cultura só pode vicejar onde há liberdade de pesquisa, liberdade de métodos. O Estado arvorando-se senhor absoluto de tudo, dita normas, métodos e até detalhes burocráticos, colocando num círculo de ferro a educação e o progresso cultural. É necessário, portanto, a união de todos operários, pais de família, estudantes e responsáveis pelo ensino em nossa pátria, a fim de defendermos a liberdade do ensino e promovermos, sadiamente, a gratuidade e a eficiência da educação.⁷⁶⁰

Mas se os defensores da liberdade de ensino estavam em plena campanha, os que defendiam a escola pública também se colocaram em franca mobilização, apesar de se utilizarem de práticas bem mais radicais para o período. No início de 1960, aceito na Câmara

⁷⁵⁹ *Folha de São Paulo*, 05/03/1960, primeiro caderno, p. 6.

⁷⁶⁰ *Ibidem*.

Federal, o anteprojeto da LDB já tinha seguido para a aprovação no Senado; assim, os movimentos contrários ao conteúdo do projeto se colocaram em campanha cotidiana. Nos meios estudantis, o tema da LDB era latente e pauta obrigatória de praticamente todos os seus encontros. Em meados de fevereiro de 1960, a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), declarou que os estudantes iniciariam o ano em greve, contra esse projeto de Lei e contra o aumento das anuidades, movimento que se alastrou pelos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná. Em São Paulo, logo no início das aulas, começaram os piquetes estudantis e foram distribuídos panfletos nas regiões centrais da cidade, por meio dos quais conclamava a população a não permitir os reajustes das anuidades escolares, que enriqueciam os “tubarões do ensino”, e a defender o ensino público e gratuito⁷⁶¹. Além da greve, no decorrer do ano, foram formados grupos de “pichamento”, encarregados de escrever frases alusivas à defesa da escola pública nos muros da cidade⁷⁶².

Quanto aos universitários, se aproveitaram do período de matrículas para colocarem em xeque as escolas particulares. Segundo divulgado na imprensa, a UEE/SP estaria realizando um levantamento das escolas particulares que ainda tinham vagas para tentar matricular jovens de “baixa extração social” e “jovens de cor”. Já nas escolas religiosas, os universitários estariam planejando tentar matrículas de jovens contrários à orientação religiosa da escola e estudantes tidos como filhos de comunistas. Segundo a UEE e a Comissão Executiva Contra o Projeto da LDB, eles pretendiam provar que as escolas particulares, mesmo tendo vagas, escolhiam a “seu bel prazer” e de forma “antidemocrática” os alunos a serem matriculados⁷⁶³. Além do mais, também estava sendo planejada uma convenção estudantil com os professores Almeida Junior, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso e João Villa Lobos, bem como um comício contra o projeto de Lei, na Praça da Sé⁷⁶⁴. No entanto, as posições contrárias à LDB não eram generalizadas; também havia entidades estudantis que defendiam a liberdade do ensino, como a União Campineira dos Estudantes (UCES), que se colocou contra a greve dos estudantes e favorável ao projeto.

Em meio à toda essa mobilização, foi realizada, em maio de 1960, a Convenção de Defesa da Escola Pública em São Paulo, com participação ativa da UEE e da União Paulista dos Estudantes Secundários (UPES). Fizeram parte da convenção, além das entidades

⁷⁶¹ *Folha de S. Paulo*, 04/03/1961, primeiro caderno, p. 06.

⁷⁶² *Folha de S. Paulo*, 18/08/1960, p. 8.

⁷⁶³ Não se sabe se as ações planejadas pela UEE foram efetivamente colocadas em prática, mas repercutiram na imprensa, em tom de crítica as escolas particulares.

⁷⁶⁴ *Folha de São Paulo*, 05/03/1960, primeiro caderno, p. 06.

estudantis e intelectuais, a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), Centro do Professorado Paulista (CPP), Associação dos Docentes do Ensino Industrial e Agrícola (ADEIA), Conselho Sindical de São Paulo e a Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia da USP, sendo presidida por Júlio de Mesquita Filho.

Durante a convenção foram formadas três comissões: de teses, de estudo do emprego de fundos públicos e uma comissão permanente de organização da campanha de defesa da escola pública, que dentre outros, aprovaram os seguintes pontos: que nenhum indivíduo fosse privado de seus direitos por convicção religiosa; prioridade do Estado como organizador do ensino, admitida a iniciativa particular como elemento supletivo; prioridade para o ensino primário; tendo em vista as exigências do desenvolvimento social e econômico do país, expansão do ensino industrial e agrícola; efetivação da obrigatoriedade do ensino e garantia de frequência dos alunos; extensão da escolaridade por meio de cursos complementares; reorganização total do ensino médio, para que este estivesse adaptado às exigências da sociedade moderna⁷⁶⁵. Para a coordenação da campanha em defesa da escola pública, foi escolhida uma aluna da Universidade de São Paulo (USP), e como coordenador de propaganda, o professor Florestan Fernandes, então docente do Departamento de Sociologia da mesma universidade.

Importante salientar que Florestan Fernandes parece ter tido forte influência nos meios universitários e secundários durante o tempo em que a campanha em defesa da escola pública esteve ativa. Durante os encontros estudantis de 1960 e 1961, o professor esteve presente em grande parte deles como palestrante e debatedor e quando, no XXIV. Congresso da UNE, a tese sobre educação discutida entre os participantes havia sido baseada em um dos seus trabalhos, apresentado no encontro pelos universitários paulistas⁷⁶⁶.

Chegando ao final do ano de 1961, a crítica que se fez pelos defensores da escola pública de que apenas o Estado dispunha dos recursos indispensáveis para levar educação às camadas populares e trabalhadoras, assim como garantir a liberdade de consciência e de ação exigida pelo regime democrático⁷⁶⁷, foi derrotada no Senado e o projeto da LDB foi aprovado.

É em meio a essa luta de posições entre diversos segmentos sociais, particularmente o estudantil e que envolveu diretamente os interesses da Igreja Católica, que o setor político da

⁷⁶⁵ *Folha de S. Paulo*, 06/05/1960, p. 06.

⁷⁶⁶ A tese para os debates sobre educação, apresentada no 24º. Congresso da UNE, foi apresentada pelo Grêmio da Faculdade Filosofia Ciências e Letras da USP, a luz dos estudos do Prof. Florestan Fernandes e da Campanha de Defesa da Escola Pública. *O Estado de São Paulo*, 19/07/1961, p. 05.

⁷⁶⁷ CANTONI, Wilson. *Uma experiência de reforma universitária*. São Paulo, S.J.R.P.: FFCL, 1963, p. 10.

militância jucista acabou por se posicionar, de modo geral, contra as posições da hierarquia religiosa. Em relação às entidades estudantis, tiveram participação ativa durante toda a campanha de defesa da escola pública. Já a diretoria da UNE, comandada pela aliança PCB-JUC, e posteriormente presidida pela JUC, se posicionou contra o conteúdo da LDB, primeiro tentando mobilizar os centros acadêmicos do país com memorandos contra o anteprojeto, depois condenando a sua aprovação, sobre o que consideravam privatista e “lesiva aos interesses populares que só [poderiam] ser atendidos pela Escola Pública, gratuita e democrática”⁷⁶⁸.

Quando a JUC chegou ao início dos anos de 1960, seus atritos com a Igreja já envolviam muitas das questões defendidas pela organização. Se uma parte da hierarquia já a considerava “ideologizada” e distante dos seus objetivos, a parte dos universitários católicos já se sentia presa a instituições e atribuições com as quais não tinham mais plena identidade. Como indica José Sigrist⁷⁶⁹, a identidade inicial da JUC estava baseada na representação que ela exercia nos meios universitários em nome da Igreja, pela qual requeria uma ordem que se entendia querida por Deus; o que reunia a militância da JUC era um discurso de evangelização e não de ação política.

No entanto, ao passo que a JUC foi interpretando a sua missão sob a ótica reformista e do compromisso social com os “homens”, levada longe “demais pelos grandes espaços livres que o engajamento lhe havia apresentado”⁷⁷⁰, ela passou a se identificar com qualquer outro movimento que defendesse posições próximas à sua, mas não com a Igreja, que caminhava a passos muito mais lentos⁷⁷¹. Conforme apontou recentemente Haroldo Lima, antigo militante da JUC, os militantes jucistas mais engajados nas atividades políticas da organização reagiram ao endurecimento da hierarquia da Igreja e “consideraram que, havia algum tempo, eles estavam atuando como um partido político dentro da JUC, o que carecia de sentido [...] portanto, para continuarem fazendo política, tinham que tomar a decisão de entrar em algum partido ou fundar outro”⁷⁷².

Nesse cenário, sem plena identidade com os setores que controlavam a hierarquia eclesial, com restrições para concorrer nas eleições das entidades estudantis e tendo no presidente da UNE seu nome de maior destaque nacional, afastado de seus quadros, houve um processo de formulação para uma nova organização. Desse movimento, inicialmente a partir

⁷⁶⁸ UNE (1962) apud CUNHA, 2007, op. cit.

⁷⁶⁹ SIGRIST, 1982,. op. cit.

⁷⁷⁰ Ibidem., p. 70.

⁷⁷¹ Ibidem., p. 71.

⁷⁷² Os cinquenta anos da fundação da Ação Popular. LIMA, Haroldo. Fundação Maurício Grabois, 02/02/2013, p. 03. Disponível em <http://www.fmauriciograbois.org.br/portal>. Artigo consultado em 21/02/2013.

do setor político da JUC, e depois agregando militantes de outros setores da esquerda e de outros seguimentos sociais para além do estudantil, foi fundada a AP, entre 196e e início de 1963, como uma organização oficialmente isenta de cunho religioso. No entanto, a nova organização significou mudanças na linha política e na ampliação do campo de atuação que os jucistas operavam até então, restrito ao movimento universitário.

3.2 A Ação Popular

Gestada no interior da JUC, a fundação da AP teve início no começo do ano de 1962, quando foi realizada a primeira de três reuniões que definiram a nova organização, que inicialmente havia sido denominada como GAP (Grupo de Ação Popular), nomenclatura que foi alterada em detrimento da existência de outro GAP, situado no campo da extrema-direita: o Grupo de Ação Patriótica. Nessa primeira reunião, realizada em São Pulo, também foi apresentada a proposta do *Estatuto ideológico* da AP, que definiu os compromissos da nova organização com a revolução brasileira e com o socialismo.

Dessa reunião, se formou o que ficou conhecido como *grupo*, conjunto de militantes que aderiram ao movimento de fundação da AP e que, no movimento estudantil, ainda em 1962, passaram a se apresentar como um grupo independente na condução de greves, campanhas e nos congressos universitários.

Depois da reunião de São Paulo, nos outros dois encontros durante o ano de 1962, que reuniram representantes de 14 Estados brasileiros, foram aprovados o *Estatuto ideológico* e a denominação da organização, assim como a preparação do Congresso de Fundação da Ação Popular, realizado em Salvador, em fevereiro 1963, data que marca o ato formal de fundação da organização⁷⁷³.

A fundação da AP é destaca em dois sentidos: em primeiro, por se inserir em um contexto mais amplo que marcou a conversão de grupos políticos cristãos ao marxismo, e que foi importante em alguns países da América Latina⁷⁷⁴. Em segundo, por ter sido importante no quadro das organizações da *nova esquerda*⁷⁷⁵, que surgiram nos anos de 1960.

⁷⁷³ DIAS, Rginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003., p. 83; RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 242.

⁷⁷⁴ RIDENTI, 2007, op. cit., p. 227.

⁷⁷⁵ Por nova esquerda, entende-se as organizações e partidos políticos do campo de esquerda que surgiram em oposição ou alternativa ao PCB durante os anos de 1960. REIS, Daniel Aarão. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª. Edição, 2006, p. 15.

Nesse sentido, no documento base da AP há uma inversão quanto às prioridades de seu principal grupo fundador: os setores políticos da JUC. Na nova organização, o movimento estudantil deixou de ser a delimitação principal dos objetivos militantes da organização, que apesar de importante, passou a ser um setor secundário. Segundo foi compreendido, era no movimento estudantil que havia se fundado uma “linha de aliança com as classes populares e da remoção de obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade”⁷⁷⁶, além de demonstrar “a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política”⁷⁷⁷. Entretanto, os espaços prioritários para a ação da AP passaram a ser o movimento operário e o movimento camponês. A delimitação das prioridades da organização esteve de acordo com a composição social que a formou, que apesar de predomínio de estudantes e jovens, também reuniu estudantes secundaristas, militantes oriundos de igrejas protestantes, profissionais liberais, esquerdistas com orientação marxista de outros segmentos dos movimentos sociais e militantes da esquerda independente que recusavam a orientação do PCB. Conforme se interpretou no interior da organização, a

Ação Popular, surgida do meio universitário, foi a institucionalização de uma corrente em determinada época. Em um dado momento o PC (único grupo organizado nacionalmente até então) já não somava todos os elementos definidos em termos político-ideológicos. Havia, em todos os Estados, elementos engajados no processo, com opções ideológicas idênticas nos aspectos fundamentais [que motivaram a fundação da AP], com bastante concordância quanto à tática de luta, etc, e que, não poderiam, exatamente pelas características, engrossar as fileiras do PC nem, tão pouco, permanecerem isolados, de vez que a organização era uma exigência histórica⁷⁷⁸.

Além disso, entre membros, amigos e aliados, a AP manteve, desde a sua fundação, estreitas relações com alguns parlamentares e membros do Governo de João Goulart, como Paulo de Tarso, Almino Afonso, Max da Costa e outros, o que possibilitou que a organização mantivesse presença em alguns órgãos governamentais, como no Ministério da Educação, do Trabalho e na Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA)⁷⁷⁹.

No campo ideológico, as crenças da AP se fundaram na busca de uma síntese entre o humanismo e a revolução como negação do capitalismo. Pautado pela crítica das experiências revolucionárias existentes a partir de 1917, o Documento Base da AP apontou que as experiências de superação do capitalismo teriam tido como resultado novas formas de alienação e dominação, possibilitando que a AP concebesse o socialismo como

⁷⁷⁶ Documento Base da Ação Popular (1963). In: REIS, 2006, op. cit., p. 62.

⁷⁷⁷ Ibidem.

⁷⁷⁸ Setor Universitário, informe nº. 05, 12/12/1963, p. 02.

⁷⁷⁹ Declaração de Duarte Pereira, ex-dirigente da AP, à Marcelo Ridenti apud RIDENTI, 2007, op. cit., p. 242-244; DIAS, 2003, op. cit., p. 85.

humanismo⁷⁸⁰, ou conforme apontou Marcelo Ridenti, a pretensão de criar “no Brasil uma terceira via, socialista e democrática, ao mundo polarizado da Guerra Fria”⁷⁸¹.

No contexto brasileiro, apesar da AP reconhecer, assim como o PCB, que existiam áreas fora do desenvolvimento, discordou dos comunistas quanto a necessidade de desenvolver o capitalismo antes de promover a revolução, o que não quer dizer, entretanto, que a AP tenha concebido a revolução imediata. Para a nova organização, seria necessário desencadear o processo revolucionário, mobilizando o povo, seu nível de consciência e de organização. Nesse sentido, a AP se lançou com força no processo de organização e educação política das suas próprias bases, assim como nos segmentos sociais em que atuou e passou por uma complexa conversão para o marxismo, que esteve de acordo com a síntese que então se buscava entre o humanismo e a superação do capitalismo⁷⁸².

Conforme indicou o informe nº. 04 da AP às coordenações municipais, identificado como confidencial, em referência aos resultados da IV Reunião do Comitê Nacional, realizada no final de outubro de 1963, era necessário impulsionar a formação ideológica dos militantes da AP, pois “a grande maioria [...] não assimilou todo o conteúdo do Documento-Base”⁷⁸³. Além disso, se analisou que a organização estaria formulando poucos subsídios teóricos para qualificar a sua atuação, o que estaria acarretando que além de não ter se apropriado inteiramente do seu próprio conteúdo, também não estaria assimilando as

contribuições de outras ideologias, como por exemplo, o marxismo-leninismo. Não crescemos nem aceitamos o risco do diálogo e das “verdades” de outras formulações. Enfim, não dialetizamos (*sic*) nosso conhecimento, que se diz e quer ser dialético [...] talvez ninguém conheça “O Estado e a Revolução” de Lênin⁷⁸⁴.

Já no campo da sua atuação nos meios sociais, a AP manteve a predominância que foi construída com a JUC nos meios universitários, investiu em seu crescimento no movimento dos estudantes secundaristas, priorizou o movimento operário e camponês e atuou com intensidade no Movimento de Educação de Base (MEB), nos Centros de Cultura Popular (CPC) e no sindicalismo rural.

⁷⁸⁰ DIAS, 2003, op. cit., p. 85.

⁷⁸¹ RIDENTI, 2007, op. cit., p. 246.

⁷⁸² DIAS, 2003, op. cit., pp. 86-88.

⁷⁸³ Secretariado Nacional, IV Reunião do Comitê Nacional, Informe nº. 04, 10/11/1963, p. 01.

⁷⁸⁴ Ibidem., p. 03-04. Nessa perspectiva, o Comitê Nacional aconselhou a disseminação e o estudo dos seguintes textos entre os militantes da AP: “O Estado e a Revolução”, de Lenin; “O manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels; “Origens da Família, da propriedade e do Estado”, de Engels; “O pensamento de Karl Marx”, de Jean Calvez; “Doenças infantis do esquerdismo” (*sic*), de Lenin; “O personalismo”, de Ammanuel Mounier; “A formação econômica do Brasil”, de Celso Furtado; “Evolução história do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré; “Revolução e contra-revolução no Brasil”, de Franklyn de Oliveira, obras de Teilhard de Chardin; e os textos do padre Henrique Vaz.

No campo organizacional, a AP se estruturou no âmbito das coordenações municipais, regionais e estaduais. Nacionalmente, a organização estabeleceu o Comitê Nacional, o Secretariado e a Coordenação Nacional, que dividiu entre seus membros a responsabilidade por acompanhar as diversas regiões do país, e as coordenações por setor de atuação, dentre as quais, o Setor Político, Estudantil, de Cultura Popular, Camponês e Operário⁷⁸⁵. Dentre esses, se afirmou, em 1963, a necessidade de priorizar o crescimento nos setores operário, camponês e estudantil, além de enfatizar a necessidade de se inserir entre os sargentos e construir as possibilidades de criar uma Coordenação do Setor Militar⁷⁸⁶.

Quanto ao Setor Estudantil, tema que interessa com maior ênfase no presente trabalho, foi organizado já no final de 1962, quando foi eleito um grupo provisório de estudantes universitários e secundaristas para a sua Coordenação⁷⁸⁷, os quais deram início a preparação do Primeiro Encontro Nacional do Setor Universitário da AP, programado para acontecer no Rio de Janeiro, durante a segunda semana de janeiro de 1963. Nesse contexto, o grupo predominante de jucistas que comandou a UNE entre 1961 e 1962, como se observará no decorrer do trabalho pelas posições da entidade, passou pela transição de uma organização para outra, quando se definiu uma linha clara de atuação para os universitários que passaram a pertencer as fileiras da AP, ou seja: “atuar revolucionariamente dentro da estrutura brasileira, visando a tomada do poder, para implantação de uma sociedade socialista”⁷⁸⁸.

Para a UNE, a consequência mais aparente nesse período de transição parece ter sido a radicalização política e ideológica e a incorporação sistemática das reformas de base ao seu programa político no XXVI Congresso Nacional, em junho de 1963, a diretiva para aprofundar as relações com os setores operários e camponeses por meio da Aliança operário-

⁷⁸⁵ Foi possível identificar que em novembro de 1963, a Coordenação Nacional do Setor Camponês foi ocupada por Jair Ferreira de Sá (Minas Gerais), o Setor de Cultura Popular, por Isa Guerra (Paraíba), e o Setor Universitário, pelo presidente da UNE, José Serra (São Paulo). O Coordenador Nacional da AP era Herbert José de Souza. O Comitê Nacional era formado por: Franz-Wilhelm Heimer (São Paulo), Antonio Lins (Minas Gerais), Paulo de Carvalho Mendes (Bahia), Uassy Gomes da Silva (Goiás), Geraldo da Rocha Moraes (Rio Grande do Sul) e Aldo Arantes (Brasília). O Secretariado Nacional era formado por: Severo de Albuquerque Salles (Bahia), Cosmo Alves Neto (Amazonas), Teresa Rodrigues (Guanabara), Isa Guerra (Paraíba) e Jair Ferreira de Sá (Minas Gerais). Os responsáveis pelas diversas regionões nacionais eram: Paulo Mendes, por João Pessoa, Recife e Natal, Herbert José de Souza, por São Paulo, Severo Sales, por Rio Grande do Sul, Teresa Rodrigues e Antonio Lins, por Guanabara e Vitória, Geraldo Moraes e Aldo Arantes, por Brasília e Goiás, Silvio Gomes, pelo Estado do Rio de Janeiro, Duarte Pereira, por Curitiba e Florianópolis e, Jair Ferreira de Sá, por São Luis, Belém e Fortaleza. RIDENTI, 2007, op. cit., p. 247; Secretariado Nacional, Informe nº. 04, op. cit., p. 05; Circular especial da AP, nº. 01, 28/11/1963, p. 01.

⁷⁸⁶ Circular Especial da AP, op. cit., 28/11/1963, p. 01.

⁷⁸⁷ Inicialmente, a Coordenação do Setor Estudantil reuniu o Setor Universitário e Secundarista. Posteriormente, em encontro do Setor Secundarista, realizado em novembro de 1963, a Coordenação foi desmembrada, passando a existir uma Coordenação para o Setor Universitário e outra para o Setor secundarista.

⁷⁸⁸ Setor Universitário da AP. Informe nº. 05, 12/12/1963, p. 02.

estudantil-camponesa e se integrar efetivamente na Frente Única, por meio da Frente de Mobilização Popular (FMP).

Observa-se nesse contexto, que ao passo que o PCB passou pela sua principal cisão, que definiu a existência de dois partidos comunistas no cenário nacional (o PCB e o PC do B), a AP dispendeu um esforço significativo para estabelecer as suas diretrizes, o que fez com que a organização mobilizasse as suas bases para o debate no interior do movimento universitário, para reunir informações, analisar, planejar e orientar o Setor Universitário no novo quadro organizacional da AP, que apesar de ter herdado elementos da organização jucista, alterou os seus objetivos e as exigências com relação aos seus militantes e tentou se impor como força dirigente nas entidades estudantis.

Nesse sentido, a organização do Encontro Nacional formulou temas que se voltaram especificamente para o “reconhecimento e planejamento” do Setor Universitário, com a perspectiva de formular e efetivamente estruturar a Coordenação desse Setor, o que deveria contar com a participação militante das bases que estavam sendo recrutadas para a organização, o que na interpretação da AP, significou responsabilidades para “dar organicidade e consequência a um crescimento que às vezes chega a ser inchaço”⁷⁸⁹.

Para tanto, o temário do Encontro deveria realizar uma revisão crítica do desenvolvimento do Setor Universitário, estabelecer a política de organização do Setor e orientar os militantes quanto a linha política da AP. Esse último ponto, esteve voltado para formação e engajamento dos militantes na construção da revolução brasileira, para a ação do movimento estudantil, para traçar o comportamento dos universitários da AP na Frente Única e no interior do movimento e, para definir a relação da organização quanto aos demais movimentos nacionais políticos e sociais. Além disso, tendo em vista os princípios norteadores do Encontro, voltados para o reconhecimento e planejamento, todos os núcleos e coordenações estudantis da AP deveriam responder e enviar a organização do Encontro um minucioso questionário com dezenas de perguntas sobre a conjuntura estudantil em cada um deles, dentre as quais:

(1) Qual a situação política da UEE? Qual a participação dos grupos na direção? Como tem sido seu trabalho? Como e quando se elege a diretoria? [...] (4) Quantas faculdades existem no Estado? E quantos Das? Quantos são da AP, de ampliação e cada um dos outros grupos (por cidade) [...] Existem Centros de Cultura Popular em que trabalhem universitários? Qual a participação da AP neles? [...] (6) Existe Frente de Mobilização Popular no Estado? Qual a participação das entidades estudantis e da AP?⁷⁹⁰

⁷⁸⁹ Secretariado Nacional. Circular da AP nº. 20.63, janeiro, p. 01-02.

⁷⁹⁰ Ibidem., p. 02.

Esses questionários serviram para que a Coordenação do Setor Universitário tivesse um mapeamento bastante amplo sobre situação da jovem organização no setor estudantil, assim como debatesse os principais problemas e planejasse a sua ação política, organizacional e de crescimento em cada região do país. Isso possibilitou que no decorrer de 1963, em especial a partir de quando a AP começou a mobilizar um novo Encontro Nacional, a organização definisse um modelo de estrutura orgânica para os seus militantes estudantis e interviesse nos principais problemas detectados.

Com essa perspectiva, no segundo semestre de 1963, a AP deu início a uma sequência de circulares e informes que deveriam nortear a organização, a ação dos universitários e despertar a responsabilidade e o engajamento dos militantes, de maneira que

lembramos apenas que estes informes só tem sentido se forem levados a discussão nas bases imediatamente. Se você não estiver suficientemente motivado para executar esta tarefa, deixe-o bem claro desde já para você mesmo; tenha, porém, a honestidade de pedir o seu imediato desligamento da coordenação e ao fazer isto acrescente ainda a intranquilidade de fazê-lo consciente de tudo aquilo que você traiu: o movimento estudantil, a Ação Popular, a Revolução⁷⁹¹.

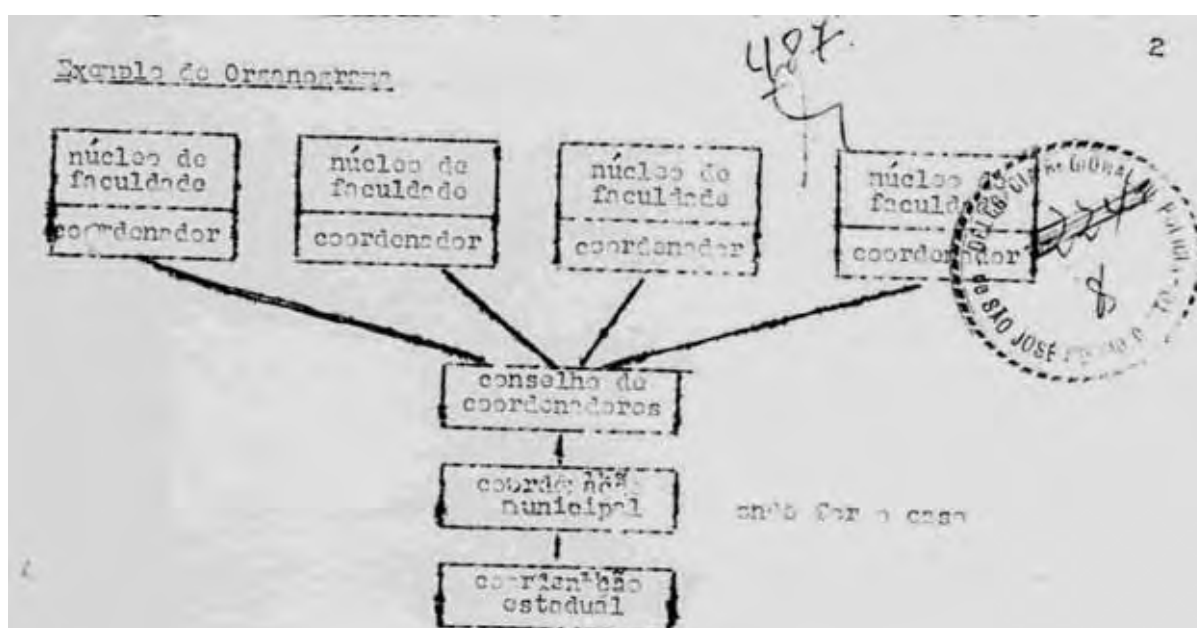
Desse modo, se definiu que a AP deveria ser organizada no interior das faculdades por núcleos, que deveriam ter duas funções. Em primeiro, quando os militantes da organização estivessem fora das entidades estudantis, deveriam impulsionar tarefas cotidianas como cursos e debates abertos, jornais murais e outras atividades que pudessem envolver o conjunto estudantil da faculdade. Em segundo, quando o núcleo chegasse a direção das entidades estudantis, deveriam compreender esse papel dirigente não caberia apenas aos eleitos, mas a todo o núcleo, que deveria se esforçar para estabelecer as principais bandeiras da entidade, indicar assessores e assistentes para auxiliar os dirigentes e formar a sua fração da AP, responsável por organizar a intervenção organizada da AP na entidade. Além disso, independente da situação em que o núcleo se encontrasse em cada faculdade, seria necessário enfatizar a atuação nos CPCs e movimentos similares existentes, sempre aprofundar a formação ideológica e política dos militantes e manter contatos cotidianos com outros segmentos sociais, notadamente os movimentos de alfabetização e os sindicatos urbanos e rurais⁷⁹². Com isso, considerou-se que os estudantes conseguiriam se manter conectados com

⁷⁹¹ Setor Universitário, informe nº. 05, op. cit., 12/12/1963, p. 01.

⁷⁹² Secretariado Nacional. Informe especial nº. 04, op. cit., 10/11/1963, pp. 06-07; Setor Universitário. Informes nº 05, op. cit., 12/12/1963, pp. 01-03; Setor Universitário. Informe nº. 06, 16/12/1963, pp. 01-04; Secretariado Nacional. Circular nº. 18/63, dezembro, pp. 01-02.

uma realidade para além do mundo restrito da faculdade, de modo que isso possibilitaria “a formação integral do revolucionário da AP no sentido de poder, a qualquer momento, transcender a perspectiva meramente estudantil de engajamento revolucionário”⁷⁹³.

Além disso, cada um desses núcleos deveria possuir um ou mais coordenadores, que em uma universidade ou município, deveriam formar o Conselho de Coordenadores e uma equipe de trabalho para a Coordenação Municipal. Esse modelo deveria se repetir em todos os Estados e, pela Coordenação Estadual, é que se daria o contato com a Coordenação Nacional do Setor.



12 Exemplo de organograma para a organização dos militantes da AP no Setor Universitário. **Fonte:** Setor Universitário. Informe nº. 06, 16/12/1963, p. 02.

No entanto, o Setor Universitário enfatizou insistentemente que a organização e o debate interno que deveriam ser promovidos pelos universitários da AP, não poderiam se dar por meio de uma relação hierárquica entre a cúpula da organização e as suas bases militantes. Avaliou-se que, no início da AP, os novos membros ainda não teriam formação integral para participar diretamente das decisões da organização, atualmente, a relação cúpula-base estaria contribuindo para o afastamento entre os quadros dirigentes da organização e o conjunto de seus militantes.

Identificou-se que no último período a AP havia se lançado em um movimento de ampliação de suas bases, o que teria tido resultados, o que fez com que alguns núcleos da organização, no interior das faculdades, chegassem a reunir cerca de 30 ou 40 integrantes em

⁷⁹³ Setor Universitário. Informes nº 05, op. cit., 12/12/1963, p. 01.

suas reuniões. No entanto, esse número relativamente grande de participantes não estaria cumprindo as tarefas cotidianas da AP, como pichamentos de rua, piquetes em fábricas e outras atividades de agitação. Isso estaria acontecendo porque os novos militantes não partilhavam das vivências que o grupo fundador da AP partilhava, além de possuírem deficiências em sua formação, o que acarretaria, nesses militantes, “falta de perspectiva da revolução e da luta, não havendo vivência, portanto”⁷⁹⁴, na construção das tarefas diárias que objetivavam mobilizar e elevar o nível de consciência do povo. Para tanto, os núcleos e as coordenações deveriam impulsionar a troca de informações e de experiências com os militantes da base, aprofundar os debates sobre os aspectos ideológicos da organização e despertar o engajamento concreto em todos os militantes, mas baseado no trabalho e na relação cotidiana de troca de experiências e formação entre o corpo dirigente e o conjunto dos militantes. Conforme se afirmou:

Urge que saíamos dessa fase de consciência ingênua generalizada quanto ao que é AP como grupo revolucionário, [impulso] que vem sendo ainda bastante emocional, para outra, de consciência crítica do grupo em que passamos a agir com objetividade e realismo. Somente a partir desse estado de espírito que leva a engajamentos conseqüentes as novas bases é que a Ação Popular se vai formar de fato⁷⁹⁵.

Em seu conjunto, os debates e conversões que ocorreram no interior da JUC e na AP refletiram nos posicionamentos do movimento universitário do início dos anos de 1960, marcado pelo trajeto de radicalização política das forças de esquerda. Nesse contexto, como se observará no decorrer do trabalho, houve movimentos importantes e que demarcaram os posicionamentos que existiram entre os diversos setores nacionais, dos quais o movimento estudantil participou ou protagonizou alguns. Desses, considera-se como fundamentais a participação na Campanha da Legalidade, os movimentos pela reforma universitária, a Aliança operário-estudantil-camponesa e a inclusão das reformas de base no programa político de reivindicações da UNE.

⁷⁹⁴ Idem, p. 02.

⁷⁹⁵ Idem.

3.2 A UNE na Campanha da Legalidade e a continuidade da coalizão de esquerda no interior do movimento universitário

No discurso de Ano Novo de Juscelino Kubitschek, o cenário político de 1961 iria começar bem. Segundo o então presidente, a exemplo da indústria, a democracia também havia avançado 50 anos em cinco, feito o que na sua gestão foram superadas “as dificuldades para estabilidade política sem violação da Lei, sem emprego da força e mantida a liberdade de pensamento e ação de todos os cidadãos”⁷⁹⁶. Segundo o presidente, a “luta contra o subdesenvolvimento [havia tido] como um de seus alvos a consolidação do nosso regime democrático”⁷⁹⁷ e, conforme havia comunicado nas eleições de 1960, daria posse a qualquer dos candidatos eleitos.

Um mês depois, na primeira cerimônia de posse na nova Capital, Brasília, JK estaria passando a faixa presidencial para Jânio Quadros, eleito com grande margem de votos, e empossando João Goulart, eleito vice-presidente, pela chapa que fazia oposição ao presidente eleito⁷⁹⁸.

Ambos haviam tido uma carreira política rápida quando chegaram ao executivo nacional, mas por caminhos e posições bastante diferentes. Jânio Quadros havia sido vereador, prefeito de São Paulo, governador do Estado e Deputado, chegando à presidência com apoio da UDN. Goulart tinha uma carreira solidificada no interior da estrutura partidária, em decorrência dos anos dedicados à organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual era presidente nacional. Também havia sido Deputado, ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, em 1953, e vice-presidente de JK, então se mantendo no cargo pela segunda gestão consecutiva. Dentre tanto, era alvo dos ataques da UDN desde os tempos de Ministro, quando reconhecido por ser bom administrador nos negócios da família e hábil negociador na política⁷⁹⁹, Jango inaugurou uma nova forma de relação entre o governo e os sindicatos, tomando medidas que desagradaram diversos setores políticos e empresariais.

Sob seu comando, o Ministério do Trabalho abandonou os “atestados ideológicos”, documento emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que declarava se um dirigente sindical eleito era ou não comunista, condicionando, assim, a sua posse; deu fim às intervenções que aconteciam nos sindicatos e substituiu a repressão contra as greves pelas

⁷⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, Pronunciamento de Ano Novo, 01/01/1961, p. 5.

⁷⁹⁷ *Ibidem*.

⁷⁹⁸ Presidente e vice-presidente eram eleitos separadamente, permitindo que o executivo fosse composto como nas eleições de 1960, por candidatos de chapas opostas.

⁷⁹⁹ GOMES, Angela de castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 19.

tentativas de negociação intermediadas pelo governo. Além disso, recebia críticas pesadas “por não se dar o respeito do cargo”, e atender pessoalmente os trabalhadores, tendo enfurecido setores empresariais e conservadores quando pediu ajuda direta dos sindicatos, para que ao lado dos fiscais do Ministério do Trabalho, auxiliassem na execução da legislação trabalhista⁸⁰⁰. Para a UDN e alguns setores militares, as medidas que Jango havia tomado à frente do Ministério justificavam o rótulo de incentivador da subversão, do comunismo, da agitação de greves, entre outros. De modo geral, esses setores viram em Goulart um portador de tudo que havia de “negativo” na política brasileira, fama que se manteve durante sua gestão como vice-presidente de JK⁸⁰¹.

Tomado posse, o governo de Jânio Quadros teve início em fevereiro de 1961 e, meses depois, no momento em que João Goulart estava em visita oficial à China Comunista, em agosto do mesmo ano, renunciou à presidência, acusando forças terríveis que se levantavam contra ele. Em seguida,

Considerando ‘o Sr. João Goulart comprometido com o comunismo’, os ministros militares declaram ser impossível dar-se posse ao vice-presidente da República no cargo de presidente, sucedendo ao Sr. Janio Quadros. A posição daqueles ministros foi dada a conhecer à imprensa ontem à noite pelo Sr. Herbert Levy, presidente nacional da UDN, que ilustrou sua informação: ‘a realidade é de impedimento à posse do vice-presidente.’ O presidente udenista confirmou, também, que o sr. João Goulart está no firme propósito de regressar ao país e assumir o poder, embora concorde em aguardar contacto em Paris com parlamentares de vários partidos, para o exame da situação fora do território nacional.⁸⁰²

Com a renúncia de Jânio, o país entrou em crise. Nas ruas, as pessoas se aglutinaram em meio à forte presença policial em todo o país, discutindo as possibilidades da renúncia mal explicada e entrando em confronto com aqueles que aplaudiam a saída do presidente. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que havia se utilizado da *Tribuna da Imprensa*, do jornal de sua propriedade para dar início a uma sequência de ataques políticos contra Jânio, foi logo assimilado à renúncia e solicitou proteção policial, além de ter sido alvo de comícios estudantis e operários em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Teresina e Maceió, nos quais os participantes, além de atacar Lacerda, defenderam o cumprimento da Constituição e a consequente posse de Goulart.

Ainda no Rio de Janeiro, a sede da agência publicitária do jornal *O Globo*, *A Tribuna da Imprensa* e a Embaixada Americana foram depredadas por populares. A sede da UNE e de

⁸⁰⁰ Ibidem.

⁸⁰¹ TOLEDO, Caio Navarro, 1982, op. cit.

⁸⁰² *Folha de São Paulo*, 26/08/1961, p. 01.

alguns sindicatos foram fechadas pela Força Pública e a UME, publicou uma nota oficial da UNE em seu jornal, *O Metropolitano*, pela qual denunciou ter sido perseguida e fechava, além de apelar para que “o povo brasileiro, nesta hora de decisão, não [titubeie] indeciso entre a manutenção da legalidade e a imposição de força. Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe”⁸⁰³. Sem local para se reunir, os estudantes que se posicionaram em favor da legalidade foram para a Assembléia Legislativa do Estado.

Em São Paulo, o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito, enviou um telegrama a Jânio, solicitando sua permanência. Sem resposta ao apelo, logo em seguida passou a engrossar os “comícios relâmpagos” da UEE/SP pela legalidade e a participar das passeatas estudantis que exigiam essa posição por parte de Carvalho Pinto, Governo do Estado. Como em outros estados, as sedes de alguns sindicatos foram fechadas e o policiamento foi constante, sendo proibidas as manifestações públicas. Segundo a imprensa, haviam sido efetuadas mais de 200 detenções, na grande maioria de sindicalistas em greve sob a orientação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

No Paraná, assim como em São Paulo, a Assembleia Legislativa aprovou uma moção pelo cumprimento da Constituição, e surgiu um documento atribuído à aliança operário-estudantil, o qual exigia que o governador daquele Estado, Ney Braga, se declarasse em favor dos legalistas⁸⁰⁴.

Na Bahia, formou-se a “resistência democrática” e a UEB decretou greve. Em Salvador, os estudantes se reuniram na Faculdade de Medicina da Universidade baiana, que passou a ser chamada de “QG da Legalidade”⁸⁰⁵. Da faculdade, onde permaneceram acampados, os estudantes editaram o jornal *O Povo*, que defendia a legalidade e era distribuído entre a população. Segundo narrou o jornal *A Tarde*,

há uma semana que as dependências da Faculdade de medicina se encontram ocupadas por grande número de estudantes que dia e noite circulam pelos corredores do velho prédio do Terreiro. Diversos professores têm se dirigido àquele local para levar o seu apoio à mocidade universitária baiana. O Reitor Albérico Fraga, por sua vez, tem estado em contato permanente com os estudantes, tendo emprestado sua inteira solidariedade ao movimento de resistência democrática que vem sendo empreendido pelos acadêmicos da Bahia.⁸⁰⁶

⁸⁰³ CASTILHO, A. (Org.) *Apesar de tudo UNE REVISTA: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP “Alexandre Vanuchi Leme”, s.d., s/p.

⁸⁰⁴ *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil*, 25/08 a 30/08/1961.

⁸⁰⁵ BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar: 1964-1968*. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2008, pp. 43-44.

⁸⁰⁶ Apud BRITO, 2008, op. cit., p. 44.

Além de outros Estados, onde houve mobilizações legalistas, como em Goiás e Santa Catarina, foi no Rio Grande do Sul que se concentrou a maior mobilização nacional da campanha, sob a liderança de Leonel Brizola e com o apoio do III Exército. No Sul, se formou a “Rede da Legalidade”, uma cadeia de rádios que divulgava informações legalistas e orientações aos vários movimentos espalhados pelo país e se concentraram lideranças parlamentares, partidárias e de movimentos sociais. Nesse cenário, a UNE, sob a presidência de Aldo Arantes, transferiu parte da sua diretoria para Porto Alegre, de onde tentou centralizar as greves estudantis que surgiram de forma isolada nas faculdades desde os primeiros momentos da crise.

Sem que a sociedade apoiasse a iniciativa do veto a Goulart⁸⁰⁷, a intensa mobilização legalista acabou por conter o Golpe de Estado, mas não evitou o golpe político que ficou conhecido como a “solução de compromisso”⁸⁰⁸, operado no Congresso pela UDN e pelo PSD. Frente ao impasse que se criou com a crise, foi proposta uma emenda na Constituição de 1946, a qual implantava o parlamentarismo. Dessa forma, Goulart iria assumir a presidência da República com poderes limitados, pois a responsabilidade política e administrativa nacional, de fato, passou a ser de um Conselho de Ministros.

No novo regime, caberia a Goulart apenas indicar o presidente desse Conselho e, por intermédio deste, os demais membros. Composto o Conselho, os seus nomes tinham que ser enviados ao Congresso para que fossem aceitos ou recusados, mediante o voto de confiança da maioria dos parlamentares. Na emenda ainda constava um plebiscito, pelo qual a mudança de regime seria posta ao crivo de um referendo que manteria ou não a mudança, caso que faria voltar o regime presidencialista. Nesses termos, Goulart foi empossado em 7 de setembro de 1961.

A “solução de compromisso”, apesar de ter resolvido a questão institucional, não resolveu a cisão política que a crise de agosto havia aprofundado no cenário nacional. Poucos meses depois de agosto, conforme observou um analista do *Jornal do Brasil*, o país terminava o ano de 1961 dividido entre direita e esquerda. Não apenas em decorrência da renúncia de Jânio e da sequente luta que foi travada, mas pelo contexto geral em que se encontravam as posições políticas e as lutas sociais do período. Segundo percebeu o crítico,

durante o ano de 1961 o Brasil teve quatro presidentes da República, adotou um novo regime, procurou imprimir uma orientação independente à sua política externa, assistiu a uma radicalização de posições e substituição de lideranças sem precedente,

⁸⁰⁷ FERREIRA, 2004, op. cit., p. 183.

⁸⁰⁸ TOLEDO, 1982, op. cit., p. 18.

presenciou o surgimento de organismo de extrema-direita e uma impressionante sucessão de movimentos operários, pela primeira vez viu 1 500 camponeses reunidos exigirem uma reforma agrária ‘na lei ou na marra’, e esteve na iminência de uma guerra civil.⁸⁰⁹

Para o analista, percebendo em 1961 um contexto que se consolidaria em alguns de seus aspectos nos anos seguintes, indicava três situações distintas nas linhas de atuação política que diferentes grupos assumiram. Dentre as direitas havia duas. A primeira, expressa em alguns setores da Frente Parlamentar de Ação Democrática, de não permitir nenhuma reforma social. A segunda, em alguns setores do empresariado, entendidos como mais liberais, que admitiam a possibilidade de algumas reformas, desde que acontecessem sob seu controle. Dessas posições, não se sabia indicar qual era predominante. No outro oposto, dentre as esquerdas, avaliava um desenvolvimento rápido dos acontecimentos e de ascensão “das massas”, mas com alguma dificuldade de canalizar suas posições de maneira unificada. Já as posições identificadas como sendo de centro não conseguiam passar do esboço, e acabavam imobilizadas entre as duas posições que se polarizavam. Entretanto, o crítico percebia haver uma trégua entre as forças políticas, mas que estava condicionada mais pela impossibilidade de uma delas se sobrepor à outra, impondo assim “a sua solução à crise”, do que por disposição de uma saída conciliadora⁸¹⁰.

Nesse cenário, se de um lado havia os vetos consideráveis impostos pelos setores conservadores a qualquer mudança social e ao próprio presidente, do outro, ao assumir o governo, Goulart se “viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”⁸¹¹. Embora as esquerdas mantivessem diferenças entre si e nem sempre tenham se mantido unidas, terminaram por formar uma coalizão radical em torno dessas reformas, já delineada durante a “Campanha da Legalidade” e mantida no início do governo de João Goulart.

No bloco das esquerdas, se uniu o PCB, que havia retificado as suas posições na Declaração Política de 1958 e no V Congresso de 1960, pelas quais passou a optar por um caminho pacífico para o socialismo e de reconhecimento das instituições democráticas; em suma, defendendo uma Frente Nacionalista e Democrática contra o imperialismo. As Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião e pautadas pela reforma agrária radical, principalmente a partir de 1959, de quando a Revolução Cubana exerceu significativa

⁸⁰⁹ MARTINS, Luciano (1961). “Divisão do país entre esquerda e direita marcou 1961”. *Jornal do Brasil*, 01/01/1962.

⁸¹⁰ Ibidem.

⁸¹¹ FERREIRA. 2004, op. cit., p. 184.

influência em algumas de suas vertentes internas. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que tinha a sua direção dividida entre comunistas e trabalhistas do PTB e que se pautavam por uma linha de aglutinação dos sindicatos, centralizando as suas decisões e a defesa de políticas nacionalistas, distributivas e reformistas, pela presença do Estado na economia, pela defesa das empresas estatais e pelo controle do capital estrangeiro. A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que extrapolava os limites partidários e se pautava por uma linha de atuação reformista. Além disso, existiram algumas associações militares de subalternos, como dos sargentos da Aeronáutica, do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, setor que sentiu uma forte identificação com as reivindicações das esquerdas, principalmente a partir da crise de 1961. Esses setores ocuparam lugar central na luta para que os subalternos tivessem direito de se candidatar a cargos eletivos.

Ainda tinha presença central Leonel Brizola, que surgiu como forte liderança na esquerda trabalhista, e a UNE, além de outras organizações que tinham menor penetração nos movimentos sociais⁸¹². Para os estudantes, a atuação em conjunto dessas organizações e movimentos sociais foi entendida a partir da Aliança operário-estudantil-camponesa, tema que se tornou central nos debates estudantis a partir de 1956 e pautou a posição das suas entidades na Frente Única que se almejou no início dos anos de 1960.

3.3.1 Da greve dos bondes à Frente de Mobilização Popular

As experiências de colaboração entre entidades oficiais de representação estudantil e setores do movimento sindical brasileiro, da cidade ou do campo, não tiveram um sentido linear e nem inato ao desenvolvimento da política dessas organizações. Apesar de alguns setores estudantis e operários terem participado em conjunto de diversos movimentos de opinião no decorrer do século XX, principalmente no interior ou a partir das estruturas partidárias, notadamente entre os comunistas, os objetivos comuns que moveram esses segmentos não se converteram em ações partilhadas ao nível das entidades que os reuniam ou resultaram em políticas permanentes de ação conjunta. Em sentido inverso, é possível encontrar passagens em que grupos estudantis se posicionaram mesmo contra organizações sindicais, partidos de esquerda e greves operárias⁸¹³.

⁸¹² FERREIRA, 2004, op. cit., pp. 184-186; TOLEDO, 1982, op. cit.

⁸¹³ Conforme Martins Filho (1987, p. 17), alguns grupos universitários portaram posições anti-populares desde a Primeira República, quando promoveram o enterro simbólico do jornal socialista *Avanti*, em 1908, e em 1917, se ofereceram para substituir os motoneiros dos bondes, durante a greve geral de 1917. Nesse mesmo sentido se posicionaram os grupos anticomunistas entre 1945 e 1964. Por exemplo, em 1954, no contexto do acirramento

A aproximação entre estudantes e trabalhadores parece ter acontecido somente em conjunturas bastante específicas. Em primeiro, com relação a carestia de vida nas décadas de 1940 e 1950, período em que houve intensa mobilização de diferentes segmentos sociais que foram atingidos pela alta dos preços e pela desvalorização dos salários. Nesse período, as experiências de colaboração operário-estudantil englobaram reivindicações econômicas imediatas, mas não influenciou para que tivessem vislumbrado a sua continuidade para além dos curtos períodos de protesto, a exemplo, como foi observado no primeiro capítulo, de quando a UNE e outras entidades estudantis regionais lançaram a Campanha Nacional Contra a Carestia e a Greve da Economia.

No segundo momento, notadamente a partir da segunda metade dos anos de 1950, esses estudantes passaram a integrar movimentos mais amplos e inseridos na conjuntura radicalizada que, a partir de 1961, marcou o governo de João Goulart. Durante esse período, a organização coletiva que envolveu diversos atores sociais se formou nos movimentos ligados à carestia, às questões da educação e nos movimentos políticos, principalmente na Campanha de Defesa da Escola Pública e na Campanha da Legalidade. Nessas oportunidades, os estudantes estiveram diretamente ligados aos movimentos sindicais, como na greve dos bondes de 1956 e de 1958, respectivamente no Distrito Federal e em São Paulo, na Convenção de Defesa da Escola Pública e em seminários que aconteceram em sindicatos e associações de classe. Já na Campanha da Legalidade, os estudantes estiveram no arco dos movimentos de esquerda, partidos, parlamentares, associações de militares subalternos, sindicatos e as Ligas Camponesas. E em seguida, estiveram articulados no interior dos movimentos que defenderam as reformas de base, no apoio aos nomes nacionalistas para a composição do Conselho de Ministros e, finalmente, a UNE participou nominalmente na fundação da FMP, a partir de 1963, selando a aliança.

Nesse sentido, a aproximação entre as direções do movimento universitário e as organizações operárias e camponesas foi concebida como imperativo prático das lutas sociais no início dos anos de 1960. A aliança operário-estudantil-camponesa, como foi denominada,

do anti-varguismo, a UNE chegou a publicar um manifesto atacando o governo, o ministro do Trabalho, João Goulart, e a greve dos trabalhadores por reajuste salarial. Segundo o manifesto, “o que mais preocupa a mocidade, não são os efeitos econômicos do acontecimento, não é a breve suspensão das atividades de uma cidade ou de um país, não é a privação efêmera das necessidades ou do conforto que o trabalho das classes laboriosas leva as camadas sociais, mas sim o seu alto significado político, e do qual a massa operária não tem a consciência devida; motivo por que, talvez a greve se efetive [...] se a massa operária, portadora de idealismo que conquistou na vida que lhe impõe as circunstâncias, tivesse os elementos necessários para situar o problema em termos jurídicos e econômicos, e não num imediatismo ‘gástrico’, por certo não serviria a possíveis desígnios eleitorais daqueles que reclamam o caos para o triunfo”. Manifesto da UNE sobre a greve geral por reajuste de salários. *Diário de Notícias*, 29/06/1954, p. 02.

passou a constar em grande parte dos documentos do movimento universitário e, para além da utilização teórica do termo, significou práticas diferenciadas de interação junto a esses setores.

Para o movimento universitário, essa aliança foi um instrumento de mobilização e uma forma de tentar potencializar as reivindicações coletivas que visavam à libertação nacional, envolvendo os setores sociais que foram considerados fundamentais e os “estudantes esclarecidos”. Nesse sentido, conforme a aliança foi sendo delineada, e de certa maneira, formalmente organizada, como na FMP, os laços entre as organizações estudantis e os demais atores sociais foram se constituindo para os estudantes em forma de ação política concreta, na participação conjunta em manifestações públicas, comunicados e posicionamentos políticos partilhados, apoio e participação em greves, na organização de seminários e na solidariedade mútua que existiu entre as diversas organizações que se aproximaram.

No entanto, se é possível compreender a aliança operário-estudantil-camponesa a partir da necessidade que os setores estudantis perceberam de potencializar as lutas sociais no início dos anos de 1960, é necessário considerar, como apontado, as mudanças pelas quais passou o PCB nos anos de 1950, o que possibilitou tentativas de movimentos de protestos tendo em vista o papel da intelectualidade na Frente Única Nacionalista e Democrática e, a função que parte dos estudantes se atribuíram sob a influência da JUC, de “responder com uma atitude de compromisso com o projeto dos oprimidos”⁸¹⁴, principalmente quando se consideraram aptos a “agir[em] em ordem a colaborar para que as massas [assumissem] a consciência dos seus direitos e do imperativo histórico da sua ascensão”⁸¹⁵.

Na formação dessas concepções no interior do movimento universitário e da UNE, é importante perceber que o tema passou a surgir com força no contexto das mudanças que foram almejadas pelos estudantes comunistas e na formação da coalizão estudantil de esquerda. Desse modo, ainda no XVIII Congresso da UNE, foi aprovada uma resolução que pugnou pela aproximação entre os estudantes e os trabalhadores. Nessa mesma ocasião, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, emitiu uma nota aos universitários, pela qual expressou estarem certos que “as resoluções do Congresso unificarão os estudantes na luta em defesa da democracia, da liberdade, da paz, das riquezas nacionais e pela emancipação da nossa pátria”⁸¹⁶.

⁸¹⁴ Manifesto da PUC (1961) apud CARONE, 1981, op. cit., p. 144.

⁸¹⁵ Ibidem., p. 148.

⁸¹⁶ Mensagem da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. *Imprensa Popular*, 27/07/1955, p. 02.

Já no XIX Congresso da UNE, em 1956, as resoluções sobre a atuação conjunta com os trabalhadores passou a fazer parte da Declaração de Princípios da entidade, quando os estudantes declararam “pugnar por uma aproximação maior dos universitários com os operários e com os trabalhadores rurais colaborando em suas lutas e reivindicações pela melhoria das condições de vida”⁸¹⁷ e, em 1957, se reafirmou a necessidade de colaboração no sentido de reforçar as lutas reivindicatórias e criar mecanismos para o “intercâmbio técnico e cultural [além de apoiar diretamente as lutas] pela participação dos operários nos lucros das empresas, pela escala móvel de salários e por uma distribuição eqüitativa das riquezas, segundo os postulados da democracia”⁸¹⁸. Essas resoluções abriram as possibilidades de ação conjunta para a formação da Aliança e se aprofundaram no interior do movimento até 1964.

3.3.2 As greves dos bondes no Rio de Janeiro e em São Paulo: 1956 - 1958

Na década de 1950, a carestia motivou intensos e permanentes movimentos de protesto, grande parte deles, a partir do esforço dos comunistas, como as Passeatas da Fome impulsionadas pelos movimentos e associações femininas e os protestos da Panela Vazia, realizados em 1953 e em 1954. Nesse contexto, a carestia passou a ser fortemente sentida por meio dos sucessivos aumentos no custo para a utilização dos serviços de transporte público nos grandes centros urbanos, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde significavam majorações importantes no custo de vida.

Provavelmente os aumentos no custo das passagens passaram a serem sentidos com mais vigor no contexto do crescimento das cidades, quando o transporte tornou-se essencial para o deslocamento cotidiano e influente na corrosão das rendas familiares. Dessa forma, além dos movimentos e greves contra a carestia que atravessaram grande parte da década de 1950, também ocorreram em 1963, com o Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia, realizado em 7 de agosto. Nesse contexto, os movimentos motivados contra o aumento das passagens do transporte público ocorreram com violência, dentre outros, em 1956 e 1958⁸¹⁹, protestos que foram liderados pelos estudantes, mas que integraram lideranças populares e sindicais tendo por base repertórios comuns.

O movimento de 1956 contra o aumento das passagens irrompeu no final do mês de maio, após o prefeito do Distrito Federal, Francisco Negrão Lima, ter assinado um decreto

⁸¹⁷ Declaração de Princípios do XIX Congresso Nacional dos Estudantes. *Diário de Notícias*, 31/07/1956, p. 20.

⁸¹⁸ Declaração de Princípios do XX Congresso Nacional dos Estudantes. *Voz Operária*, 10/08/1957, p. 07.

⁸¹⁹ *Ibidem*.

que ajustou o valor das passagens dos bondes de C\$ 1,00 para C\$ 2,00. A majoração havia sido autorizada pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), pela portaria 524, de 09 de março de 1956, sendo o valor, estipulado de acordo com a Comissão de Estudos e Planejamento dos Serviços de Bondes do Distrito Federal⁸²⁰.

O serviço de bondes era o mais popular do Rio de Janeiro, com um número de passagens vendidas, segundo declarações da prefeitura da Capital, em torno de 539 milhões por ano, sendo que desses bilhetes, 518 milhões eram pagantes⁸²¹. Além do novo valor dos bondes ter se dado em um período em que os movimentos em torno da carestia de vida eram intensos, o que aumentou a revolta contra o aumento, a concessionária canadense do serviço, a Cia. Carris, Luz e força do Rio de Janeiro Ltda., conhecida pelo como Light, também possuía a concessão dos serviços de gás, telefone e energia elétrica, considerados em muitos artigos da imprensa e pela forte oposição de alguns sindicatos e pelos comunistas, como uma das materializações do imperialismo na vida nacional, além dos serviços serem considerados de alto custo e de qualidade ruim.

As primeiras reações ao aumento das passagens surgiram ainda no dia 28 de maio, quando houve um princípio de quebra-quebra na Rua Barão de Bom Retiro, quando na saída do Colégio Pedro II, na Zona Norte da cidade, os estudantes avançaram contra os bondes e arrancaram bancos, cortinas, desengataram os reboques e colocaram sabão e graxa nos trilhos, ocasionando descarrilamentos.

Ainda em maio, sob a presidência de José Batista, A UME assumiu a liderança do movimento, reuniu sindicatos e associações femininas e decidiu paralisar todas as linhas de bondes contra aumento, o que forçou que a UNE, sob a gestão de Carlos Veloso, se posicionasse em favor do movimento e decretasse greve nacional de solidariedade aos estudantes cariocas. O auge dos protestos aconteceu entre os dias 30 e 31 de maio quando as manifestações e as depredações dos veículos se generalizaram e a circulação dos bondes foi interrompida em dezenas de pontos da cidade. Os bondes, depois de parados, quando não eram parcialmente destruídos ou incendiados, se transformavam em palanques para os comícios estudantis, o que resultou, entre os dias 28 e 31 de maio, em cerca de 200 bondes com algum tipo de avaria, parcial ou totalmente destruídos⁸²².

A polícia revidou ao movimento com violência e, ao saldo de bondes depredados, se somou diversos confrontos entre estudantes e policiais, agressões contra parlamentares,

⁸²⁰ *Jornal do Brasil*, 29/05/1956, p. 11.

⁸²¹ *Ibidem*.

⁸²² *Última Hora*, 25/05/1956 a 0506/1956; A agitação continua pela madrugada, com uma resistência violenta da Faculdade de Direito. *Jornal do Brasil*, 31/05/1956, p. 09; *Folha da Manhã*, 31/05/1956, p. 01.

barricadas estudantis em algumas ruas centrais da cidade e, principalmente, na tentativa de invasão da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde a polícia tentou desalojar os estudantes, e da sede da UNE. Nos dias seguintes, se verificou um intenso debate de protesto contra a polícia, a Rádio Globo foi censurada em sua transmissão sobre os acontecimentos e a segurança da cidade foi entregue ao Exército.

Por outro lado, o movimento reuniu o apoio oficial de associações femininas, dos sindicatos dos trabalhadores têxteis de diversas regiões do Distrito Federal, das indústrias de bebidas, dos marceneiros, dos trabalhadores em moinhos, aeroviários, pedreiros, e dos metalúrgicos, quer por seu secretário, Mário Mateus, declarou que “em assembleia, os metalúrgicos já decidiram pela revogação do aumento das passagens [e que] coesos com essa decisão é que, em todos os momentos, estarão lutando ombro a ombro com os bravos estudantes”⁸²³.



13 Bondes tombados na região central do Distrito Federal. **Fonte:** *Última Hora*, 31/05/1956, p 06.

⁸²³ Ibidem., p. 02.

No decorrer do movimento, se formou a Diretoria da Campanha Contra o Aumento das Passagens, composta por estudantes, organizações sindicais e parlamentares⁸²⁴ que, em seguida, se concretizou na União Operário-Estudantil Contra a Carestia, que segundo Poerner, foi a grande experiência extraída do movimento⁸²⁵.

A campanha contra a carestia, promovida pelos cariocas, prosseguiu por algum tempo, mantendo os seus comunicados assinados por estudantes e operários. Conforme comunicado de 03/07/1956, publicado no jornal *Última Hora*:

Na batalha contra a carestia: frente única de estudantes e trabalhadores. Manifesto da UME ao Povo: “Comunicando o prosseguimento da Campanha contra as majorações – nenhum tostão a mais nas passagens de ônibus e lotações – Hoje, no prédio da UNE (às 20:00 horas) a 1ª. Reunião da Comissão Permanente.”⁸²⁶

Essa campanha, que pode ser compreendida como um momento de transição no movimento estudantil, quando setores udenistas e anticomunistas foram derrotados na UME, antes de perderem a direção da UNE, no ano seguinte. No entanto, a entidade nacional também esteve presente nos Comandos Operário-Estudantis, que ampliaram a campanha no mês de julho, passando a uma campanha contra o aumento dos gêneros alimentícios. Essa campanha foi organizada pela UNE, a UME, centros acadêmicos, sindicatos e membros da Ação Democrática (AD). Segundo artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, foram formados comandos por estudantes e operários, que percorreram feiras e mercados contra o aumento dos gêneros de primeira necessidade e circularam em filas nos pontos de ônibus convocando os populares para engrossar o movimento. Logo em seguida, foram formadas comissões nos bairros contra os aumentos de modo geral e de propaganda, encarregadas de fixar cartazes da campanha pela cidade.

Ao mesmo tempo, os estudantes paulistas também passaram a se manifestar contra o valor das passagens de ônibus, ocorrendo, assim como no Rio de Janeiro, enfrentamentos entre estudantes e policiais. As passeatas começaram a partir do dia 4 de junho⁸²⁷, com cerca de 200 estudantes secundários, contra o aumento de passagens da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), depois se expandiu, tornando-se um movimento liderado predominantemente por estudantes universitários e trabalhadores. Durante toda a existência do movimento, suas ações se revezaram entre passeatas, manifestações na Assembleia Legislativa, o enterro simbólico do prefeito municipal, Wladimir de Toledo Pizza, e o que foi

⁸²⁴ *Última Hora*, 25/05/1956 a 05/06/1956; *Folha da Noite*, 04/06/1956.

⁸²⁵ POERNER, 1995, op. cit., p. 173.

⁸²⁶ *Última Hora*, 03/07/1956, p. 04.

⁸²⁷ *Folha da Noite*, 05/06/1956, p. 06.

o mote central dos manifestantes, um abaixo assinado distribuído na capital paulista contra o aumento e que foi bastante apoiado pelo jornal *Folha da Noite*, conforme matéria abaixo:

Os estudantes e trabalhadores unidos na luta contra o aumento de tarifas da CMTC estão organizando um grande abaixo-assinado que será entregue à Câmara Municipal no dia em que deve ser apreciado o “Veto Pisa” (veto do prefeito ao projeto que reduz o aumento das passagens da CMTC).

O povo da capital deve, por essa manifestação ordeira fazer sentir à Câmara e ao próprio prefeito o seu repúdio à elevação das passagens de bonde e ônibus. A cooperação popular é indispensável para que ainda hoje, em cada local de trabalho, em cada escritório, em cada fábrica, em cada repartição, sejam organizadas listas de assinaturas de paulistanos solicitando à Câmara a rejeição do veto. Essas listas, uma vez assinadas, poderão ser entregues às bancas que os trabalhadores e estudantes colocaram nos principais pontos da cidade, e fim de receber adesões populares a seu movimento pela redução das tarifas da CMTC.

Nas referidas bancas também serão encontradas listas de adesões, à disposição dos paulistanos que concordam com a necessidade de redução do preço das passagens a um nível razoável, que o povo possa pagar sem sacrifícios insuportáveis.

Mobilizem-se os paulistanos, reunamos dezenas de milhares de adesões, para que os vereadores ainda indecisos se convençam finalmente de que o povo deseja a redução das tarifas. Apoiar o abaixo-assinado dos estudantes e trabalhadores é dever de todos os paulistanos.⁸²⁸

Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo esse movimento também perdurou por certo período, pelo menos até meados do mês seguinte, promovendo mobilizações unificadas entre os estudantes e organizações sindicais, principalmente em concentrações defronte à Assembleia Legislativa do Estado⁸²⁹. Nesse mesmo período, ainda foi possível verificar movimentos similares realizados por alianças operário-estudantis contra a carestia em Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dois anos após a greve dos bondes no Distrito Federal, agora em São Paulo, as ruas foram novamente tomadas pelas manifestações contra o aumento das passagens do transporte público, mas de forma ainda mais violenta.

Os tumultos começaram na manhã de 30 de outubro de 1958, na região central da Capital Paulista. A população de São Paulo não sabia do aumento nas tarifas e tomaram conhecimento apenas nas primeiras horas do dia, quando embarcavam nas paradas finais. A reação inicial foi um comício estudantil contra “a nova sangria no bolso do povo”⁸³⁰, realizado na Praça Ramos de Azevedo; depois começaram as depredações de ônibus por toda a cidade, em grande parte aparentemente de forma espontânea, já que ocorreram mais ou menos no mesmo horário e em locais não tão próximos, envolvendo populares e estudantes que saíam das escolas. A partir do final da tarde, na hora de maior movimento nas paradas e

⁸²⁸ Apelo ao povo da capital, *Folha da Noite*, 22/06/1956, capa.

⁸²⁹ Ibidem., 05/07/1956, capa; p. 02.

⁸³⁰ *Folha da Manhã*, 31/10/1958, capa.

pontos finais, os tumultos mais graves ocorreram com mortes e dezenas de feridos, espalhando-se pelos locais onde mais se concentravam os usuários do transporte, situados nos pontos na Praça Ramos de Azevedo, Praça da Sé e na Praça Clóvis Beviláqua.



Figura 1 Populares atacando um bonde, na região central de São Paulo. **Fonte:** Jornal do Brasil, 31/10/1958, p 1

Segundo o saldo apresentado pela CMTC e pela Força Pública, cerca 60 ônibus, 50 trólebus, 2 bondes sofreram avarias ou foram completamente perdidos e duas garagens da CMTC foram apedrejadas. Havia todo tipo de danos, apedrejamento, incêndio, bancos arrancados, vidros quebrados, entre outras violações, e uma estimativa de prejuízos em 10 milhões de cruzeiros. Entre os populares, motoristas de ônibus, policiais e cobradores, somava-se cerca de 83 feridos, alguns baleados em estado grave e 4 mortos, número que certamente subiu, já que os estudantes passaram a divulgar 7 mortos nos dias seguintes⁸³¹.

⁸³¹ *Folha da Manhã*, 31/10/1958 a 10/11/1958.

No decorrer dos acontecimentos, a organização das manifestações passou a ser liderada pelos estudantes da UEE/SP, pela UPES e pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI), com adesão dos professores do ensino primário, os quais se dispuseram a decretar greve contra o aumento, parlamentares e membros da Casa Nacionalista. Durante os protestos, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco chegaram a invadir a prefeitura, pedindo a renúncia do prefeito municipal, Adhemar de Barros, e parte significativa das ruas centrais de São Paulo foram fechadas por estudantes de diversas faculdades. Por fim, o movimento resistiu por mais alguns dias, terminando com a nomeação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a administração interna da CMTC e propor reformas administrativas.

O que chama a atenção nesses últimos eventos de protesto, de acordo as declarações de princípios da UNE e como foram expressas no comunicado do DCE da Universidade Mackenzie, afirmando a “necessidade de estrita relação entre estudantes e operários nas reivindicações que dizem respeito a interesses comuns”⁸³², é a reordenação dos estudantes em relação às entidades sindicais, que passaram a ser bem menos eventuais do que em outros acontecimentos similares anteriores a 1956. A partir de então, a aproximação estudantil das reivindicações de outros segmentos sociais passou a ser cotidiana, como em participações estudantis nas assembleias que discutiram reivindicações salariais dos professores do ensino primário e do ensino técnico em outubro do ano em questão e na atuação direta em passeatas e greves operárias. Em consonância com essa aproximação das entidades sindicais, as reuniões estudantis passaram a ocupar, com bastante intensidade, as sedes dos sindicatos, como as reuniões da UEE/SP na sede do Sindicato dos Metalúrgicos e da UPES, na sede do Sindicato dos Bancários, assim como passaram a ser cotidianas as reuniões com sindicatos e associações de classe na sede da UNE e de outras entidades estudantis e apoio de organizações sindicais as ações estudantis, como a declaração de apoio do PUI à greve dos estudantes secundários em julho desse ano.

3.3.3 A experiência operário-estudantil dos estudantes mineiros

É possível que a experiência mais documentada sobre a atuação estudantil junto a outros segmentos sociais, e um dos primeiros esboços teóricos da importância dessa aliança para os setores estudantis da esquerda, tenha sido feito pelo DCE da Universidade de Minas

⁸³² Os estudantes da Universidade Mackenzie também alertavam para os interesses individuais e político-partidários de pessoas que poderiam querer utilizar o movimento para fins próprios.

Gerais (UMG), entre os anos 1959 e 1960, exposto em um texto intitulado “uma experiência pioneira: a aliança operário-estudantil: o Quarto Poder da República”, na *Revista Mosaico*⁸³³, uma publicação do próprio DCE. Ao mesmo tempo, o artigo demonstra as mudanças que então estavam sendo operadas no interior do movimento universitário.

No contexto da militância estudantil mineira estavam reivindicações da participação estudantil na direção da UMG desde 1956, quando uma greve foi deflagrada tendo essa reivindicação em sua pauta⁸³⁴ e também a atuação de uma importante tendência de esquerda da JUC, além de ser o Estado de Frei Mateus, assistente da JUC, do Padre Lage, que manteve atividades entre favelados e trabalhadores⁸³⁵, e de Herbert José de Souza.

Em referência ao relato da aliança operário-estudantil de Minas Gerais, desenvolvida entre os meses de maio de 1959 a maio de 1960, a apresentação do texto pontua como

uma experiência, uma aventura e uma tentativa pioneira na política estudantil do Estado. Tentou-se realizar ali um programa de trabalho, previamente traçado, no setor administrativo, político e ideológico. E a formação de uma equipe homogênea, consciente, representou o ponto de partida dessa experiência sobre a qual não queremos emitir julgamento. O que nos interessa é traçar o roteiro da aventura, de uma caminhada que marcou época nas lutas estudantis do Estado e teve o mérito de agitar a opinião pública em sentido dirigido e transmitir à classe estudantil pontos daquela mensagem há muito tempo esperada.⁸³⁶

O grupo homogêneo era um setor de esquerda da JUC, e a experiência traçada foi a da aliança operário-estudantil, traduzida como a tônica da época presente, voltada para o nacionalismo, o desenvolvimento e a libertação econômica do Brasil e dos trabalhadores. Segundo a afirmação do DCE,

como fora a escravidão, por exemplo, para a geração de Castro Alves; a República para a geração de Ruy Barbosa; o brasileiro para a geração de após-guerra; a implantação da democracia para a geração da Aliança Liberal; ou a luta contra o fascismo, ou a campanha pela Petrobrás para outras gerações. Na aliança operário-estudantil [...] estaria a grande meta [da atualidade].⁸³⁷

O artigo trata de uma série de movimentos que aconteceram durante maio de 1959 e maio de 1960, quando um grupo formado por entidades estudantis e sindicais participaram em conjunto de diversos movimentos reivindicatórios e grevistas, apoiando-se mutuamente.

⁸³³ Tópicos da Revista Mosaico, nº. 02, maio de 1960. Apud. PINTO, Yvon Leite de Magalhães. *O movimento “estudantil” de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais: esclarecimentos* prestados pelo antigo Diretor da Faculdade, Belo Horizonte: S/E, 1963, pp. 119-124.

⁸³⁴ *Estado de Minas*, Seção Livre, 06/12/1956. Idem., pp. 125-126.

⁸³⁵ ARANTES; LIMA, 1984, op. cit., p. 28.

⁸³⁶ PINTO, Yvon Leite de Magalhães. op. cit., p. 119.

⁸³⁷ Ibidem., p. 120.

No conjunto da formulação do DCE, se afirmou a necessidade de mudanças na concepção de movimento estudantil que acontecia até então. Segundo o artigo, o tempo de auxílios financeiros para festas recreativas tinha que coexistir com o apoio às reivindicações das entidades representativas dos vários cursos que compunham a faculdade, de forma que lentamente se insinuasse nessas reivindicações “o alcance da nossa luta”⁸³⁸. Nesse processo, ao tempo que os estudantes tinham que ampliar as suas lutas e possibilidades no interior da universidade, também tinha que o fazer fora dela, estabelecendo uma relação recíproca no auxílio com os sindicatos. A primeira dessas experiências havia se mostrado um uma greve da Escola de Arquitetura, quando a união das entidades estudantis, com o apoio de entidades sindicais havia se revelado concreta importante na vitória dos estudantes.

Conforme segue, essa aliança havia se mostrado com prestígio e se fortaleceu nos momentos seguintes, quando o DCE da UMG passou a ser convidado para as manifestações dos trabalhadores em 1º de Maio, convenções populares e reuniões sindicais. Conforme a aliança foi se fortalecendo, os estudantes passaram a integrar os movimentos mais amplos empenhados pelos sindicatos, em questionamentos das ações do Poder Público em relação a contratos com empresas de prestação de serviços e a ações específicas, participando ativamente da greve das professoras primárias de Belo Horizonte. Nessa greve, dizem os estudantes, se formou o

comando geral da greve das professoras, por sua vez, formava-se de operários, estudantes, professoras e clero. Novas técnicas de movimento e de opinião pública foram aventadas com êxito. A constituição de uma Comissão de Entendimentos, de uma Comissão Central e de diversas comissões especializadas (finanças, publicidade, irradiação, etc) dava eficácia extrema ao movimento e com pouco conseguimos atingir as áreas parlamentares e políticas, arrancando pronunciamentos decisivos, em prol do movimento, de líderes de bancadas, presidente da Câmara, governo do Estado, secretários e ministros. A Aliança operário-estudantil, entretanto, mobilizava todos os seus recursos em auxílio das professoras e levava para as ruas e as vilas o movimento de reivindicações.⁸³⁹

Para os jucistas do DCE, essa greve despertou a consciência de parte das professoras, que se convenceram de que o seu lugar era ao lado da Aliança operário-estudantil. Além do mais, “a participação de comunistas e clérigos no movimento foi um passo andado para a destruição de preconceitos prejudiciais à Aliança”⁸⁴⁰ que, logo em seguida, seriam chamados novamente para participarem da greve dos operários da Prefeitura. Nessa greve, há um dado importante a ser considerado: a condição que a Aliança assumiu de se colocar na liderança de

⁸³⁸ Ibidem.

⁸³⁹ Ibidem., p. 121.

⁸⁴⁰ Ibidem., p. 122.

outros movimentos, além de se considerar apta e legítima para sustentar esses movimentos como se todos tivessem passado a fazer parte de um todo. Como relata o artigo, na eclosão da greve dos operários da Prefeitura, a Aliança se reuniu rapidamente, com a presença do clero e das professoras, consolidando a participação desses setores em apoio aos grevistas, e frente à “tibieza de algumas lideranças dos operários da Prefeitura, fruto da inexperiência (...) tivemos, em certo momento, de atuar como se fôssemos nós mesmos os grevistas, até que o comando se restabelecesse”⁸⁴¹.

Nessa experiência, os estudantes do DCE parecem perceber a necessidade do contato direto com as entidades de classe para além dos muros escolares, pois ao mesmo tempo em que se relacionavam no interior da Aliança e participavam das lutas sindicais e populares, inspirando confiança e influenciando “para a teorização das lutas operárias e para a sua equação”⁸⁴², os estudantes assumiram que estavam ganhando experiência de técnicas de movimento, sentido de realidade e de conhecimento das massas populares.

A formação da Aliança foi tomada como parte da construção de uma teoria para as ações do movimento estudantil e refletiu para uma análise de si mesmo. Em vista de setores “patronais e professorais” que atuavam contra a sua efetivação, a participação numa frente plural como a Aliança reforçou questionamentos como a dependência financeira das entidades estudantis, a influência que professores de posições políticas contrárias ao movimento exerciam sobre os alunos e para a própria estrutura da universidade e do conteúdo de classe que dominava os estudantes, que “por formação, por ligações de classe, por influência, por comodismo ficam à margem destas lutas em que operário e estudante se unem para consecução de objetivo comum”⁸⁴³.

Tendo em vista que o debate no interior do movimento universitário considerou seriamente a sua aproximação junto aos setores operários, as experiências e as formulações do DCE da UMG foram levadas para a discussão nacional, no interior da JUC e nos fóruns do movimento estudantil, nos quais tomaram uma dimensão mais ampla. Mas há uma ressalva no texto de que era preciso ter cuidado para que os estudantes mantivessem as suas posições de liderança no interior movimento.

Por fim, o artigo ratifica essa posição, mas já é difícil afirmar sobre do que trata o discurso, se da Aliança operário-estudantil, de uma posição no interior da JUC ou se estava

⁸⁴¹ Ibidem..

⁸⁴² Ibidem., p. 21.

⁸⁴³ Ibidem., p. 123.

relacionado à necessidade das posições jucistas darem personalidade ao conjunto do movimento estudantil. Segundo o artigo,

como o aprendiz de feiticeiro, deflagramos um movimento nacional e hoje vêmo-lo crescer assustadoramente. Para não nos afogarmos nele, precisamos pensá-lo globalmente, divisarmos suas direções e, por fim, propormos o seu futuro e a sua política. Chegou o momento de uma teoria para o movimento estudantil, chegou o momento da auto-configuração, de consciência clara da nossa situação. Não mais seremos os meros produtos da realidade social, é preciso dominarmos esta realidade, configurá-la e imprimir-lhe o nosso selo.⁸⁴⁴

Esse parece ter sido um objetivo importante das ações mais gerais que nortearam o movimento universitário no período seguinte, em especial, quando os católicos se assumiram como a maioria nas direções estudantis. Isso incluiu os estudantes nos mais variados movimentos e fez com que a solicitação do apoio das entidades sindicais e demais setores populares para as demandas estudantis se tornasse uma necessidade. Além disso, deu legitimidade para que a UNE insistentemente afirmasse as suas posições ao lado do povo, dos operários, e, posteriormente, dos camponeses.

Nesses termos, a partir do início dos anos de 1960, a Aliança operário-estudantil-camponesa constou em grande parte dos documentos da entidade, expressa de forma direta ou em termos de compromisso entre o movimento universitário e esses setores. Como já visto, a Aliança aparece no Manifesto do DCE da PUC e, posteriormente, esteve em quase todos os documentos da UNE durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, por vezes com sentido diferente, mas sempre como um aspecto importante nas lutas sociais.

Na Declaração de Porto Alegre, documento editado após um Conselho Extraordinário de Estudantes durante a Campanha da Legalidade, a UNE dizia: “estamos ao lado dos operários, dos camponeses, das forças armadas progressistas, de todas as classes revolucionárias brasileiras, para que juntos, pressionemos às últimas consequências, até que estas aspirações sejam realizadas”⁸⁴⁵. Em outro documento, editado na mesma data, encerrava com a exclamação: “a UNE só tem um compromisso: lutar pelo povo e pelo Brasil”⁸⁴⁶. Já nas resoluções dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária, o tema surgiu em todas as suas edições no mesmo sentido àquele atribuído pelo DCE da UMG. Na resolução do I Seminário, apareceu como a “busca de formas de organização que reúnam os elementos dinâmicos da nação: operários, camponeses, estudantes, numa luta comum pelas

⁸⁴⁴ Ibidem..

⁸⁴⁵ Declaração de Porto Alegre, 02/09/1961; apud SANFELICE, 1986, op. cit., p. 20.

⁸⁴⁶ O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango, 02/09/1961. Ibidem, p. 21.

reivindicações da classe proletária e visando à transformação da estrutura social vigente”⁸⁴⁷. Já em um documento que analisou o estágio das lutas pela reforma universitária, de 1963, a UNE afirmou que seria

necessário um entrosamento cada vez maior com os demais movimentos populares, tomando consciência de que a luta pela Reforma Universitária é uma luta popular, o que significa, por um lado, que ela não pode ser luta apenas dos estudantes mas de todas as forças populares, e por outro lado que, lutando por ela, o estudante não está lutando apenas por seu interesse, mas está participando da luta mais ampla pela libertação do povo.⁸⁴⁸

Dentre as entidades regionais, o tema também esteve presente. Na tese sobre a reforma universitária da UPE/PR, elaborada para o XXV Congresso Nacional dos Estudantes, em 1962, se considerava que

o estudante deverá conhecer quais as aspirações do povo e o que ele espera do universitário, vemos então, que não é em vão a iniciativa de uma aliança operário-estudantil-camponesa, nestes movimentos, o estudante já poderá dar a sua contribuição como também ficarão mais compenetrados de seus anseios de formação de uma comunidade mais justa e igualitária.⁸⁴⁹

Também em documento da UEE/SP, de 1963, é possível encontrar na Aliança operário-estudantil-camponesa o sentido das posições estudantis, quando esses se colocavam em solidariedade com as lutas sociais desses setores, nas resoluções do congresso dos universitários paulistas desse ano, as deliberações afirmavam que,

os estudantes paulistas se solidarizam com as lutas camponesas pela posse da terra, colocando como meta a ser atingida, a socialização da mesma; os estudantes paulistas se colocam junto à classe operária lutando pela sua organização no sentido da tomada do poder pelo povo.⁸⁵⁰

Nessas citações, as entidades estudantis parecem demonstrar as concepções que se formaram na entidade e nos grupos estudantis de esquerda que atuaram no seu interior, de que os estudantes – apesar da maioria ter origem na pequena burguesia – também eram povo e partilhavam das lutas sociais da sua época. Nos anos de 1960, essa formulação parece

⁸⁴⁷ Declaração da Bahia (1961) apud FÁVERO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 15.

⁸⁴⁸ UNE: luta atual pela reforma universitária (1963). Ibidem., p. 112.

⁸⁴⁹ Reforma Universitária: tese apresentada pela UPE no XXV Congresso da UNE. Curitiba: UPE, 1962, p. 09.

⁸⁵⁰ UEE Caderno – Resoluções. São Paulo: UEE, Gráfica do Grêmio Filosofia da USP, 1963, s/p.

bastante consoante com os debates que foram apresentados por Nelson Werneck Sodré⁸⁵¹, de quem seria o povo brasileiro e qual o papel que estaria representando.

Segundo consta nas definições desse autor, o Brasil estaria dividido entre as forças que emanavam do latifúndio e parte da alta burguesia, ambos aliados ao imperialismo, e os setores sociais que desejariam a “libertação nacional”, dentre os quais estariam uma parte da alta burguesia, contrária ao imperialismo, a grande maioria da pequena e da média burguesia, os camponeses e o operariado, a quem caberia liderar a libertação brasileira. Esses setores formariam as forças populares nacionalistas, antilatifundiárias e anti-imperialistas que estariam travando as lutas revolucionárias por meio dos sindicatos, das organizações estudantis, de segmentos das Forças Armadas e de setores da Igreja⁸⁵². Desse modo, o latifúndio e o setor da alta burguesia, ambos aliados ao imperialismo, representariam as forças do “anti-povo”, responsável pela submissão nacional e pelo atraso econômico. Enquanto isso, os setores da alta, média e pequena burguesia que haviam mantido os valores nacionais e democráticos, o campesinato e o operariado, representariam as forças do “povo”, responsável pela revolução democrática que daria cabo ao latifúndio e libertaria o país do imperialismo⁸⁵³.

A dicotomia povo/anti-povo foi utilizada de maneira abundante nos discursos de grande parte das entidades estudantis nos primeiros anos da década de 1960. Essas classificações possibilitaram que a auto-imagem dos universitários se deslocasse dos setores dúbios da pequena burguesia, para uma posição definida de acordo com o que se considerou como sendo os anseios e as lutas populares.

Mas para além dos documentos e das interpretações, como elemento do cotidiano do movimento, a Aliança também permeou o trabalho no campo da cultura que então foram desenvolvidos no campo estudantil, como nas ações e apresentações de teatro do CPC da UNE nas fábricas, sindicatos e favelas, entre outros.

3.3.4 O Centro Popular de Cultura

Na perspectiva da Aliança operário-estudantil-camponesa, é indispensável considerar o papel assumido pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, que foi uma das expressões

⁸⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

⁸⁵² Ibidem., pp. 23-28.

⁸⁵³ Nessa concepção, a revolução brasileira seria democrático-burguesa, mas conforme a formulação do autor, seria de tipo novo, na qual o setor da burguesia nacional, democrático e contrário ao imperialismo, teria participação mas não o monopólio do poder. As tarefas dessa revolução, dentre outras, seriam: libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, estabelecer relações de produção de acordo com os interesses do povo, nacionalizar os serviços essenciais, realizar uma ampla reforma agrária, impulsionar as organizações populares e impedir a influência estrangeira da contra-revolução. SODRÉ, 1962, op. cit., pp. 24-25.

do movimento estudantil entre os trabalhadores na busca da conscientização e na prática de atividades conjuntas.

O CPC foi organizado no interior da UNE, mas com independência estatutária e financeira, permanecendo atuante entre os anos de 1961 e 1964, reunindo dramaturgos, cineastas, atores, compositores, artistas plásticos, poetas e líderes estudantis, interessados na “elaboração imperiosa de uma ‘cultura popular’, em confronto às expressões artísticas até então vigentes.”⁸⁵⁴ Entretanto, os objetivos do CPC situavam-se em favor de “alterar a consciência popular do Brasil através de atividades culturais”⁸⁵⁵, que eram apresentadas em universidades, sindicatos e mesmo em espaços públicos como praças e ruas. Alterar a consciência popular significava tirar o povo de uma condição culturalmente alienada e possibilitar o surgimento de uma cultura popular revolucionária, que despertasse na massa a consciência de seu papel transformador,⁸⁵⁶ ou seja, se estabelecia o objetivo de transformar a estrutura do Brasil e em certo momento, de promover a revolução nacional⁸⁵⁷.

Apesar do CPC da UNE ser caracterizado como um movimento ocorrido com maior significado no Rio de Janeiro, outros Estados, principalmente por meio de suas entidades estudantis organizaram CPCs. No próprio Estado do Rio de Janeiro, havia CPCs na Faculdade Nacional de Direito, de Arquitetura e de Filosofia, além do CPC da Universidade do Estado da Guanabara, de Niterói e do Sindicato dos Metalúrgicos⁸⁵⁸. Em São Paulo, havia o CPC da UEE/SP e alguns outros, como na cidade de Cubatão. No Paraná existiu o CPC da UPE/PR, que se dedicou aos programas de alfabetização nas favelas de diversas cidades do Estado. Em outras regiões, como em Sergipe, o CPC acabou sendo a principal característica da militância política dos estudantes⁸⁵⁹. Por meio desses centros de cultura o movimento universitário inseriu a discussão cultural em suas bases de formulação política, além dos CPCs terem se atribuído um papel importante na tentativa de conscientizar o conjunto estudantil, operários e a população em geral.

⁸⁵⁴ BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. São Paulo: Papirus, 1984, p. 9.

⁸⁵⁵ *Ibidem.*, p. 107.

⁸⁵⁶ *Ibidem.*

⁸⁵⁷ Manifesto do Centro Popular de Cultura da UNE, CPC-UNE, 1961.; Declaração da Bahia (1961). apud FÁVERO, Maria de Lourdes, op. cit.

⁸⁵⁸ REIS, Marcos Konder (1963). “Centro Popular de Cultura”. *Cadernos Brasileiros*, Ano V, nº. 1, janeiro-fevereiro, pp. 78-82.

⁸⁵⁹ RAMOS, Antonio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado, São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2000.



Figura 2 Polícia da Guanabara impede que o CPC apresente a peça "Auto dos 99%", nas escadarias da Faculdade Nacional de Engenharia, durante greve estudantil (1962). **Fonte:** *Última Hora*, 20/06/1962, p. 01.

Importante ressaltar que nas origens do CPC da UNE estava uma experiência anterior, atribuída aos estudantes paulistas, que no lugar protagonista dos universitários, abriu espaço às entidades do movimento estudantil secundarista.

No campo artístico, o Teatro Paulista de Estudantes (TPE)⁸⁶⁰ formado em 1955, contou dentre outros, com Gianfrancesco Guarnieri e Vianinha. O TPE surgiu com o objetivo de atrair estudantes para uma participação mais ativa no movimento e de realizar não apenas uma discussão teatral, mas também cultural e popular, se utilizando para isso de apresentações teatrais em escolas e sindicatos. A organização do TPE envolveu as entidades secundaristas que atuavam no Estado como a UPES e a União dos Estudantes Secundários Paulistanos (UESP).

⁸⁶⁰BERLINCK, 1984, op. cit.; DOMONT, Beatriz. *Um sonho interrompido: o Centro Popular de Cultura da UNE (1961 – 1964)*. São Paulo: Porto Calendário, 1997.

No decorrer de sua existência o TPE se aproximou do Teatro de Arena e ambas as experiências contribuíram no pensamento que resultou no CPC da UNE⁸⁶¹.

No entanto, nem o TPE, nem o CPC da UNE estiveram ausentes da militância partidária, se por um lado eles se apresentavam como uma forma de militância cultural, desenvolvida junto às entidades estudantis, por outro também formavam um espaço para a ação política dos movimentos e partidos que tentavam se colocar como dirigentes desses movimentos. No contexto das fortes disputas que travavam os agrupamentos de movimentos específicos, como o cultural, seus militantes também assumiram posturas da militância política. Ferreira Gullar, que foi membro do CPC, em depoimento concedido a Beatriz Domont afirma que:

A maioria dos membros do CPC era do Partido [PCB] ou aliada ao Partido. Havia sempre um assistente que ia às reuniões mais importantes e participava das discussões (...). Naturalmente a influência marcante do Partido dentro do CPC fazia com que sua visão política predominasse.⁸⁶²

Para Carlos Lyra que também compôs o CPC, em depoimento para a mesma autora diz que:

O núcleo do CPC era uma idéia dentro do PC. Todo o grupo do CPC era também do PCB: Vianinha, Ferreira Gullar, Leon Hirszman, eu... Todos do primeiro núcleo eram do PC. Começou com uma célula do partido no Teatro de Arena de São Paulo, da qual participava Vianinha, Guarnieri, Cleyde Yaconis, Flávio Rangel, o Stênio Garcia, o Juca de Oliveira e muito mais gente.⁸⁶³

Essa participação ativa dos militantes do PCB não quer dizer que a relação entre o partido e o grupo que compunha o CPC fosse ausente de conflitos e tensões ou que o próprio movimento de cultural popular não tenha sido alvo de disputas entre as forças políticas, como por exemplo, a AP, que procurou inserir fortemente os seus militantes estudantis nos CPCs.. Entretanto, é importante para demonstrar que, tanto a aliança entre a JUC e os comunistas permitiu experiências diferentes no interior da estrutura do movimento estudantil, quanto para exemplificar que a atuação da militância partidária aconteceu em diversos níveis dos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, considera-se que a aproximação dos estudantes junto aos setores operários e camponeses aconteceu tanto pela aproximação de interesses entre esses

⁸⁶¹ Alguns dos participantes do Teatro de Arena optaram por uma nova proposta para o teatro, que deveria se dedicar à luta popular e tratar das questões do povo. Segundo BERLINCK (1984): “O teatro tinha de servir a luta do povo, como instrumento de sua conscientização e meio de sua organização.”

⁸⁶² DOMONT, Beatriz, 1997, op. cit., p. 87. Depoimento de Ferreira Gullar concedido em 21/04/1990.

⁸⁶³ Ibidem., p. 108

movimentos, em detrimento de objetivos comuns que foram se identificando no decorrer das lutas sociais, quanto pelo interesse que os estudantes despertaram em contribuir com a consciência nas massas e se situar, para além das suas lutas específicas, no contexto mais amplo das diversas demandas que tinham por objetivo a ascensão das massas.



14 Semana das Reformas de Base. **Fonte:** *O Semanário*, 07/11/1963 p. 05.

O aprofundamento dessa Aliança, no entanto, aparece na FMP, a partir de 1963, quando se formalizou a participação da UNE ao lado de representantes do CGT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, do Pacto de Unidade e Ação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, das associações de subalternos das Forças Armadas, facções das Ligas Camponesas e grupos de esquerda, como a AP, POLOP, e o POR-T, além de segmentos da extrema esquerda do PCB e políticos do grupo compacto do PTB e da FPN⁸⁶⁴.

A FMP foi entendida pela UNE como um esforço de organização popular, na qual os estudantes se alinharam com os trabalhadores e seus aliados, formando a vanguarda popular. Entretanto, quando a UNE se integrou na FMP, a avaliação dos estudantes era de que as lutas

⁸⁶⁴ FERREIRA, 2004, op. cit.

sociais já estariam bastante avançadas, pois “o processo de radicalização da sociedade brasileira, que se desenvolveu nos últimos dois anos, começa a atingir a fase de ofensiva do proletariado no nível político, sucedendo-se greves já não mais características do estágio meramente reivindicatório”⁸⁶⁵.

O pano de fundo que reunia todas essas lutas eram as reformas de base que, apesar de serem claramente defendidas pela UNE desde o XXIV Congresso da entidade, quando os trabalhadores foram considerados “membros honorários” do encontro, só foi incluída efetivamente em seu programa político no Congresso seguinte, em 1963, quando os trabalhadores já afirmavam na abertura do encontro que juntos fariam a revolução e as reformas de base foram consideradas como o ponto de entrelaçamento entre o movimento universitário e todas as outras forças sociais que lutavam pela libertação nacional.

3.3.5 As Reformas de Base

Como tema de união de todos esses setores sociais, as reformas de base compuseram um conjunto de medidas reformistas que visavam adequar o processo de desenvolvimento nacional, mas foram interpretadas de diferentes maneiras. Para parte das esquerdas, as reformas assumiram um sentido nacionalista, modernizante, estatista e necessárias para que o país seguisse o caminho da justiça social. Para outros, também foram interpretadas como um dos passos no caminho da revolução brasileira, como num certo momento o fez a própria UNE e alguns dos setores mais radicais que, a partir de 1963, se organizaram na Frente de Mobilização Popular (FMP).

Nas análises que justificaram a necessidade das reformas, havia uma realidade que marcava um processo simultâneo e contraditório, em grande parte baseado no desenvolvimentismo que acelerou o processo urbano-industrial da segunda metade dos anos de 1950. Entendia-se que o Brasil havia chegado a um patamar inédito que, de modo geral, pode ser exemplificado em uma das publicações sobre o tema, na qual dizia ser

indiscutível que o País progrediu, principalmente nos últimos dez anos. Deixamos de ser um país essencialmente agrícola e enveredamos rapidamente pelo caminho da industrialização. Disso decorre o surgimento de um maior número de oportunidades para o povo brasileiro, novos empregos, novas atividades profissionais, mais conforto. Rádios, televisões, geladeiras e demais aparelhos eletro-domésticos (*sic*), que a dez anos atrás ainda eram objetos de luxo, passaram a ser acessíveis a grandes camadas populares e até o automóvel já se vai tornando reivindicação possível, pelo menos para amplos setores da classe média. O Rio e São Paulo transformaram-se em

⁸⁶⁵ UNE: luta atual pela reforma universitária (1963) apud FÁVERO, 1995, op. cit., 114.

metrópoles gigantescas, sendo poucas as que as superam no mundo inteiro. Construimos a mais moderna cidade do planeta inteiro. (...) Ganhamos maior projeção e respeito no exterior ao abandonarmos a velha posição incaracterística de nossa política externa ao passarmos a participar, com personalidade própria, no cenário internacional.⁸⁶⁶

Por outro lado, era concebido que o desenvolvimento, além de manter velhas contradições, havia feito surgir outras. Segundo considerado, algumas dessas contradições estavam na inflação, a qual, em decorrência das emissões de moedas para custear o desenvolvimento da década de 1950, tinha intensificado a “carestia de vida” e a anulação das conquistas salariais dos trabalhadores, em detrimento de pequenos setores que haviam enriquecido. As crises econômicas afligiam o país, ao mesmo tempo em que as empresas estrangeiras enviavam grandes remessas de lucro para o exterior. Havia falta de gêneros alimentícios, enquanto o dinheiro público financiava, por exemplo, os excedentes do café. Além dessas, ainda se deparavam com a seca, o analfabetismo no campo, a não utilização de áreas rurais pelos latifúndios, as favelas que cresciam nas grandes cidades, a universidade que não conseguia formar profissionais adequados à realidade do país, a concentração de capitais apenas nas regiões nacionais mais lucrativas, em detrimento do abandono das regiões mais pobres do país e a dependência econômica do capital externo, fora outras⁸⁶⁷.

No entanto, se as contradições eram exemplificadas a partir de questões concretas que eram sentidas na realidade cotidiana, também incluía um aspecto mais geral, na qual opunha os setores nacionais que vinham tomando consciência da necessidade de superar as contradições existentes, e os que tinham interesses na sua manutenção, tidos de modo geral, como sendo a

minoría ainda dominante, que é constituída pelos grupos nacionais ligados aos setores de características semi-feudais e semi-coloniais que ainda persistem em nossa economia – latifúndio, comércio exportador – e pelos grupos estrangeiros também interessados em nosso estágio de atraso e seus ‘testas de ferro’ e advogados nativos [que] mobiliza[m] todos os recursos publicitários no sentido de arregimentar forças (sic) e dividir o povo.⁸⁶⁸

⁸⁶⁶ SILVA, Luiz Osiris da. *O que são as reformas de base*. São Paulo: Fulgos, 1963, p. 07.

⁸⁶⁷ Observa-se que as contradições nacionais foram exemplificadas a partir de muitas ênfases e a partir de variadas interpretações, constam no texto as mais comuns no discurso dos que trataram dessa questão, tema que será aprofundado com relação à reforma universitária. Para tanto, ver SILVA (1963), op. cit., pp. 07-10; e CORBISIER, Roland. *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 37-84.

⁸⁶⁸ SILVA, 1962, op. cit., p. 10-11.

Para superar essas contradições, se compuseram nas reformas de base oito eixos centrais que, segundo Roland Corbisier⁸⁶⁹, eram exigidos objetivamente pelo processo de desenvolvimento nacional, e que se transformaram numa intensa disputa entre diferentes setores sociais, em última instância, que disputaram o modelo de desenvolvimento que o Brasil tinha de seguir.

Segundo o autor, a primeira dessas reformas tinha de ser a eleitoral. Identificava-se que no processo de industrialização e de crescimento das cidades, com o deslocamento das populações rurais para as cidades, havia se formado um novo tipo de eleitorado, urbano e composto predominantemente por operários e pela classe média. Dessa forma, para incluir o conjunto dessas populações no processo de decisão do Estado e adequar o sistema eleitoral, era necessário permitir o voto dos analfabetos, a elegibilidade dos sargentos e operar a reconfiguração dos partidos, de modo que eles não fossem organismos atuantes apenas nos períodos eleitorais, e que representassem, de fato, programas construídos de forma ampla e a partir das suas bases.

Dentre os estudantes, essa também foi uma questão abordada pela JUC e, posteriormente, expressa nos documentos da UNE, nos quais se denunciava que a democracia brasileira era uma farsa, já que mais de 50% da população, analfabeta, estava impedida de votar⁸⁷⁰. No objetivo geral dessa reforma, estava alterar as composições do Congresso, feito que deveria equilibrar a correlação de forças que existia até então, marcada pelo predomínio das classes dominantes. Entendia-se que essa reforma possibilitaria a votação parlamentar de todas as outras.

Em seguida, também como fundamental, estava a reforma administrativa, que tinha por objetivo aperfeiçoar a máquina estatal e dotá-la de possibilidades de um planejamento efetivo para o desenvolvimento e a emancipação nacional. Nessa perspectiva, considerava-se que, ao contrário da iniciativa privada, apenas o Estado tivesse “condições e recursos para fazer o levantamento dos problemas do País”⁸⁷¹. Já em uma visão bastante diferente, uma publicação intitulada “Reformas de base: posição do IPÊS”, a reforma administrativa tinha que assumir uma característica de racionalização do Estado para agilizar o setor público, pois o planejamento do Estado tinha que se voltar para o fornecimento de infraestrutura necessária ao desenvolvimento do setor privado, para o qual tinha que “concentrar os seus esforços,

⁸⁶⁹ CORBISIER, Roland. 1968, op. cit.

⁸⁷⁰ Manifesto do DCE da PUC (1961) apud CARONE, 1981. op. cit.; Declaração da Bahia (1961). In: FÁVERO, 1995, p. 10-11.

⁸⁷¹ CORBISIER, 1968, op. cit., p. 109.

valendo-se, quando [fosse] o caso, da cooperação financeira e técnica internacional disponível”⁸⁷².

Em seguida, vinha a proposta da reforma tributária. O fundamento era que se considerava injusto o pagamento igual de impostos por ricos e pobres. Essa reforma tinha o objetivo de complementar a reforma administrativa, reforçando as finanças do Estado para que pudesse realizar as ações necessárias de planejamento.

A partir da alteração das forças atuantes no Congresso, da revisão da estrutura do Estado e da dotação orçamentária adequada, vinha a reforma agrária que, de todas as propostas, era a mais polêmica, visando superar a contradição do latifúndio, da falta de gêneros alimentícios, a especulação da terra, do analfabetismo rural, entre outros. A reforma urbana, em detrimento do crescimento desordenado das cidades, gerado pelo interesse lucrativo do setor imobiliário, deveria limitar o número de imóveis urbanos, desapropriar os imóveis desocupados além do prazo permitido e construir conjuntos residenciais com verba pública e sem lucro, além de organizar o setor de transportes e de serviços públicos nas cidades.

Ainda havia a reforma bancária, que tinha como objetivo financiar o desenvolvimento nacional, principalmente com relação à indústria e ao setor agrário, nacionalizar e democratizar o crédito e centralizar a política monetária e crediária no Banco do Brasil, além de estabelecer que as direções dos bancos deveriam contar com representantes populares como forma de equilibrar uma estrutura que só atendia aos interesses dominantes. A reforma cambial, que deveria promover reservas de capital para importações prioritárias do desenvolvimento e vetar os gastos com artigos considerados supérfluos ou luxuosos. E por último, a reforma universitária, que será tratada à frente.

Tomadas em seu conjunto, a defesa das reformas de base tinham variações de um grupo para outro, ênfases e prioridades diferentes. Na afirmação de Corbisier,

os pregadores reformistas, de acordo com as preferências pessoais de cada um ou as circunstâncias do momento, punham ênfase nesta ou naquela mudança, como se não houvesse entre as diversas reformas nenhuma hierarquia de importância ou escolha de prioridade.⁸⁷³

Notadamente, dentre os diversos setores que se mobilizaram pelas reformas, havia prioridades distintas, como entre as Ligas Camponesas e a UNE que, de maneira simultânea,

⁸⁷² Reforma de Base: posição do IPÊS. São Paulo: IPÊS, 1963, p. 114.

⁸⁷³ CORBISIER, 1968, op. cit., p. 02.

travaram lutas sociais a partir de diferentes demandas para serem atendidas, ou impostas, as suas reivindicações.

Já em relação aos setores empresariais, que se expressaram nas “posições do IPÊS”, havia conotações diferentes quanto às reformas, notadamente partindo de uma visão bem mais moderada e a partir da interpretação que os setores privados faziam do mundo social. Se o estatismo traduziu as crenças e os valores na cultura política dos trabalhistas e comunistas⁸⁷⁴, a livre iniciativa esteve presente nas organizações empresariais que se organizaram como um imperativo do regime democrático. Segundo os propositores das posições do IPÊS, em relação às reformas de base,

não há democracia sem a empresa privada, que é uma de suas instituições básicas. É o meio pelo qual a iniciativa particular organiza os fatores da produção em proveito da sociedade, sob o incentivo do lucro, de um lado, e dos imperativos da livre concorrência de outro. Abalar-lhe as bases ou limitar-lhe o escopo, sempre que constitui instrumento mais compatível com o bem comum, importa em atingir um dos fundamentos da liberdade política.⁸⁷⁵

Nesse cenário, de diferentes ênfases e posições em relação ao que deveriam ser e como seriam executas as reformas de base, notadamente se na “lei ou na marra”, tem-se que considerar que a própria posição de Roland Corbisier, delineada acima, é passiva de representar uma dessas ênfases, principalmente a partir das posições do ISEB, instituto do qual Corbisier foi diretor executivo, e das posições que o autor sustentava no interior do PTB e em sua atuação legislativa. No entanto, parece que a lógica das reformas defendidas pelo autor não segue uma cronologia hierárquica geral na forma como elas eram abordadas nas publicações do tema, nas quais nem sempre a reforma eleitoral aparecia como prioridade frente todas as outras.

3.3.6 A luta específica dos estudantes: a reforma universitária

As reivindicações em torno de mudanças no ensino superior estiveram presentes em diversos documentos da UNE, desde o início da entidade. Segundo Luiz Antônio Cunha⁸⁷⁶, não seria exagero afirmar que a UNE havia nascido dentro de um protejo de reforma do ensino, quando no seu II Congresso Nacional, em 1938, aprovou o “Plano de Sugestão para uma Reforma Educacional Brasileira”. Nesse sentido, o mesmo autor diz que se pode afirmar

⁸⁷⁴ FERREIRA, 2004, op. cit., p. 185.

⁸⁷⁵ Reformas de Base: posição do IPÊS, 1962, op. cit., p. 113.

⁸⁷⁶ CUNHA, 2007, op. cit., p. 169.

até que o “projeto de reforma do ensino superior brasileiro, tendo em vista a democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis”⁸⁷⁷, e só teve algumas de suas bandeiras incorporadas pelo Estado, quando foi incluído nas reformas de base, notadamente no início da década de 1960. Já após o golpe civil-militar de 1964, a reforma seria absorvida totalmente pelo novo regime, em particular, com influência de dois documentos formulados pelo IPÊS: “delineamento geral de um plano de educação para democracia”, resultante de um simpósio de 1964, e “a educação que nos convém”, referente a um fórum realizado em 1968⁸⁷⁸.

Na década de 1950, a primeira iniciativa sistemática de debater a reforma do ensino superior surgiu com o I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, em 1957. Posteriormente, esse seminário foi repetido em 1958 e em 1959, na Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. Dentre os seus objetivos, estava discutir temas sociais, pedagógicos e econômicos, relacionados à educação, além de fazer sugestões quanto ao polêmico anteprojeto da LDB e “criar uma consciência educacional nos meios estudantis”⁸⁷⁹. Em meio a seus eixos temáticos de discussão, constavam “a universidade, a ciência moderna e o desenvolvimento do país” e “problemas sociais e pedagógicos”. Apesar desses temas não apontarem para questões tão críticas como aquelas que surgiriam a partir de 1961, já se delineavam questões como a relação entre a universidade e o desenvolvimento.

O último Seminário de Reforma do Ensino foi o de 1959. Em seguida, no ano de 1960, a UNE optou por um encontro mais ampliado, que se concretizou no I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado em Salvador. Nesse seminário, eram esperadas cerca de 80 delegações de vários países Latino-Americanos, dentre representantes de associações estudantis e também reitores. O encontro teve três eixos temáticos. O primeiro foi a “Universidade na América Latina”, tema que foi subdividido em “composição social da universidade”, “as ditaduras e a universidade”, “situação econômica dos estudantes”, “equipamento técnico e material didático”, e outros. O segundo foi “Uma política para a universidade”, subdividido em temas que abrangeram “a responsabilidade da universidade na solução dos problemas nacionais” e outras, que abrangeram aspectos políticos para a realização da reforma universitária. E em terceiro, “conteúdo técnico para a reforma universitária”, que englobou questões como a “democratização do ensino superior”,

⁸⁷⁷ Ibidem., p. 169.

⁸⁷⁸ Sobre a influência das linhas da política educacional do IPÊS durante o governo militar, ver PELEGRINI, Sandra C. A. op. cit., pp. 88-101. Sobre a reforma universitária do governo militar, ver CUNHA, 2007, op. cit.; MARTINS FILHO, 1987, op. cit., SANFELICE, 1986, op. cit.

⁸⁷⁹ *Folha da Noite*, 13/07/1959, p. 04.

“programas de ensino”, “a educação no desenvolvimento nacional”, “vitaliciedade de cátedra” e “participação do estudante na direção da universidade”⁸⁸⁰.

Terminado o encontro, a UNE expressou ter encontrado muitas semelhanças nos problemas que envolviam a universidade nos diversos países presentes, dentre eles, o “problema de acesso dos estudantes pobres” ao ensino superior. Outra questão ressaltada pela UNE, e expressa como “muito interessante”, foi a partilha das experiências de participação nas direções das instituições de ensino que estudantes da Bolívia e da Guatemala possuíam em seus países.⁸⁸¹

Nesse contexto de encontros e constante debate sobre a questão universitária, surgiram setores da JUC, que em 1960, avaliaram que

a ideologia reformista é movimento virgem no Brasil. Afora o Seminário Latino-Americano há pouco realizado na Bahia, não temos recordações recentes de qualquer outra iniciativa. O movimento não tem dono, portanto. Faltam-lhe ideólogos, pessoas que conheçam os princípios e a realidade da universidade brasileira; e façam dos dois uma síntese de soluções diretivas.⁸⁸²

Com essa posição, a JUC ignorou os Seminários de Reforma do Ensino da UNE, realizados entre 1957 e 1959, ou não os considerou dentro de uma perspectiva reformista. Apesar disso, em documento de 1963, a UNE reconheceu que, apesar de ainda se pautar numa visão “parcelada, exclusivamente didática”, o despertar de uma luta sistemática pela reforma universitária havia tido início nesse seminário, que “já esboçava a tendência de reunir as múltiplas reivindicações estudantis no âmbito das faculdades em uma ampla luta de transformação estrutural do ensino”⁸⁸³.

De qualquer forma, a JUC se valeu da posição de que a reforma universitária “não tinha dono”, e se apropriou efetivamente da questão. Como já visto, durante a ascensão dos setores políticos da JUC à presidência da UNE, foram estabelecidos os campos de ação prioritários nos quais os estudantes deveriam se engajar. Deste feito, se estabeleceu, por um lado, um campo de atuação amplo, no qual o estudante deveria contribuir com o despertar da consciência nacional, junto ao Movimento de Cultura Popular e auxiliar nas lutas dos setores mais importantes da sociedade, por meio da aliança operário-estudantil-camponesa. Por outro, tinha que estar presente nas questões do seu meio imediato, onde se configurava sua realidade específica e seu compromisso com o bem comum, ou seja, a universidade. Assim, a luta

⁸⁸⁰ *Folha de São Paulo*, 08/05 a 12/05/1960.

⁸⁸¹ *Folha da Manhã*, 12/05/1960 a 29/05/1960.

⁸⁸² Apud MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 52.

⁸⁸³ UNE: luta atual pela reforma universitária (1963) apud FÁVERO, op. cit., p. 107.

específica proposta pela JUC ao movimento estudantil foi a Reforma Universitária, o que lhe rendeu um respaldo significativo no conjunto dos estudantes. Segundo aponta Martins Filho, a partir das mobilizações pela reforma universitária, a JUC acabou se tornando a

porta-voz das visíveis aspirações do meio estudantil de classe média a uma universidade liberta de suas características autoritárias e obsoletas, adaptada às novas e prementes necessidades do mercado de trabalho, uma escola onde os estudantes tivessem voz e participação ativa. Abriu-se, assim, a possibilidade de uma ampla convergência entre as orientações da massa dos estudantes e as bandeiras levantadas pela direção do movimento.⁸⁸⁴

No entanto, a proposta de reforma universitária, formulada pelos estudantes no início dos anos de 1960, passou por dois momentos. Em primeiro, uma análise crítica da universidade, e em segundo, na formulação de uma proposta de reforma e numa estratégia de luta para alcançá-la, o que desembocou na greve de *um terço* de 1962. Porém, ao assumir uma proposta e se disponibilizar a lutar por ela, a UNE se lançou numa seara de posições heterogêneas e conflitantes, o que se mostrou difícil de romper.

Ao mesmo tempo, os cenários em que aconteceram o primeiro e o segundo SNRU, foram bastante diferentes, separados pela crise de 1961, pela capacidade de mobilização das direções estudantis, que se mostraram ainda mais intensas em 1962, e pela influência e pelos direcionamentos que foram dados na formulação das propostas de reforma, que se tornaram quase um movimento de unidade nacional dentre os estudantes.

3.3.7 As mobilizações estudantis e a crítica da universidade brasileira: 1960 – 1961

Os Seminários Nacionais de Reforma do Ensino haviam sido encerrados em 1959, e o Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior não se repetiu no ano seguinte. A partir disso, a UNE lançou um novo fórum para debater essas questões, que foram os Seminários Nacionais de Reforma Universitária (SNRU), realizados em Salvador, em 1961, em Curitiba, em 1962, e em Belo Horizonte, em 1963. Desses encontros, surgiram declarações, cartas, esboços de projetos para a reforma universitária e avaliações sobre o estágio de luta em que se encontravam as reivindicações estudantis.

⁸⁸⁴ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 53.



Figura 3 Sessão do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, Curitiba, PR. **Fonte:** *Jornal do Brasil*, 06/04/1962, p. 14.

No entanto, a realização dos SNRU e os temas que foram tratados neles emergiram de um processo efervescente das lutas estudantis em diversas faculdades e universidades brasileiras, que terminaram por ocupar um espaço significativo nas questões nacionais ligadas ao ensino superior. Ao mesmo tempo, essas lutas revelaram que as práticas do movimento estudantil pareciam estar radicalizadas, principalmente na recorrência ao recurso da greve, o que parece ter sido o mote do movimento estudantil no início dos anos de 1960. Não que as paralisações das aulas, em virtude das suas reivindicações, fossem novidade, ainda na década de 1950 os estudantes se utilizaram largamente desse recurso, tanto os universitários, quanto os secundaristas. Mas nada comparado com o início da década seguinte, quando, pelo menos entre os anos de 1960, 1961 e 1962, não se passou nenhum período de tempo significativo sem que uma ou várias greves universitárias estivessem acontecendo ao mesmo tempo.

Ainda no início das aulas, em maio de 1960, os estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie lançaram uma longa greve, que logo recebeu apoio de outras faculdades, por meio da qual reivindicaram o afastamento de professores, autonomia universitária e denunciaram haver irregularidades na administração geral da instituição. As motivações dessa greve permaneceram latentes pelo menos até o final de 1962, e estavam relacionadas a uma complicada relação entre a mantenedora e a administração interna da Universidade, que acabou sendo traduzida na reivindicação de que a Mackenzie fosse federalizada em outra longa paralisação ocorrida no ano seguinte. Quanto à greve de 1960, só acabou se resolvendo em meados de agosto, quando uma comissão de estudantes se reuniu com o ministro da Educação, no Rio de Janeiro. No encontro, decidiu-se que o Ministério enviaria dois funcionários a São Paulo, um para integrar uma comissão de inquérito sobre

denúncia de irregularidades administrativas, e outro para tentar resolver a decisão do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Engenharia, que havia deliberado reprová-los os grevistas⁸⁸⁵.

No mesmo período, começaram a ocorrer manifestações na Universidade de Minas Gerais, particularmente na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Belo Horizonte, onde a JUC tinha um dos seus principais centros de militância. Após uma sequência de manifestações estudantis e denúncias de irregularidades e arbitrariedades junto à Congregação da Faculdade, a situação entre os estudantes e a direção da instituição ficou insustentável. Após paralisações momentâneas, foi decretada greve no início de agosto, resultando na renúncia do diretor. Durante a greve, os estudantes ocuparam a faculdade no que chamaram de “operação andar”, que consistia em acampar no último andar do prédio da faculdade e ir descendo a cada dia, até chegar ao andar em que estava o gabinete do diretor, na data de reunião da Congregação⁸⁸⁶.

No entanto, dentre todas as greves do ano de 1960, a da Universidade da Bahia foi a que mais marcou o movimento estudantil, posteriormente reconhecida como a “primeira denúncia viva da crise da universidade brasileira”⁸⁸⁷.

A greve de Salvador teve início pelo que a imprensa baiana chamou de “o episódio da invasão da Residência Internacional”⁸⁸⁸. Essa residência era uma casa que havia sido construída pela reitoria da Universidade da Bahia, especialmente para receber um grupo de estudantes norte-americanos que vieram ao Brasil por meio de um convênio firmado junto à Universidade de Nova York. A casa foi prontamente invadida pelos estudantes, que questionaram a construção dessa residência enquanto na faculdade havia outros problemas, mais urgentes na visão dos estudantes, como o próprio problema das residências estudantis. O Conselho Universitário interpretou a ocupação do local como um ato de indisciplina grave e suspendeu os estudantes.

Disso se desenvolveu uma longa greve, de repercussão nacional e que assumiu uma crítica geral à estrutura universitária, reivindicando a sua reforma. Para solucionar a paralisação, aparentemente a mais radical de todas, se envolveram intelectuais, professores, religiosos e o presidente JK, que de passagem por Salvador, onde receberia um título “Honoris Causa”, foi até a residência de alguns dirigentes grevistas para tentar um acordo, provavelmente tentando reverter a situação causada pela reitoria, que havia solicitado ajuda

⁸⁸⁵ *Folha de São Paulo*, 05/05 a 11/08/1960.

⁸⁸⁶ PINTO, Yvon Leite de Magalhães. op. cit.; *Folha de São Paulo*, 11/08/1960 a 21/08/1960.

⁸⁸⁷ UNE: luta atual pela reforma universitária (1963). apud FÁVERO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 107.

⁸⁸⁸ BRITO, op. cit., p. 38.

policial para impedir que os estudantes entrassem em contato com o presidente⁸⁸⁹. Nenhuma intermediação avançou nesse sentido e, desde o seu início, a greve se manteve por mais de três meses.

Em meio a todos esses movimentos, numa prática que já era corrente no movimento estudantil, a UNE reuniu todas as demandas em uma única pauta de greve nacional. Nela estiveram as reivindicações da Universidade da Bahia, Minas, Mackenzie e da Escola de Agricultura de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Nessa greve, as paralisações se alastraram rapidamente em vários Estados sob o comando geral das lideranças da UNE e das entidades estaduais. Apesar de não se comparar com as posteriores, as greves de 1960 esboçaram um movimento que se apresentou com ligações efetivas entre os diversos movimentos espalhados pelo país, numa flexão, mostrando-se preocupados com as diversas demandas que surgiam em diferentes lugares e foram unificados em uma única pauta.

Frente ao contexto que foi abordado, ressalta-se que a Bahia parece ter sido um centro para as agitações estudantis no início dos anos de 1960, ou pelo menos, onde se encontrou um movimento forte e de tendências reformistas, já que foi onde aconteceu o I Seminário Latino-Americano, que protagonizou umas das greves mais importantes da época, e também abrigou o I SNRU, sempre com apoio da UEB. Aliás, foi o presidente dessa entidade, Oliveiros Guanais, quem terminou assumindo a presidência da UNE no congresso de 1960.

Já no ano seguinte, com o I SNRU (1961), a UNE reuniu o conjunto dos problemas do ensino superior, até então dispersos, no que José Luís Sanfelice⁸⁹⁰ indicou ser uma “tentativa de ensaiar” uma análise crítica da estrutura do ensino superior.

Os estudantes, reunidos em Salvador, analisaram a universidade dentro do contexto geral em que entendiam que o país se encontrava, divididos em três eixos centrais, “a realidade brasileira”, “a universidade brasileira” e “a reforma universitária”. Dentre esses eixos, foram formadas comissões que se dividiram para analisar os diversos itens que constaram em cada tema geral. No eixo “a realidade brasileira”, havia itens norteados pela realidade socioeconômica e pela realidade política. Em “a universidade brasileira”, abordava-se cultura e sociedade, e crítica da universidade. E por último, em “a reforma universitária”, foram esboçadas as diretrizes e temas gerais de ordem política e administrativa sobre o tema.

As comissões do Seminário foram formadas por estudantes que representaram as diversas entidades estaduais que estavam organizadas no país, em número igual para todos os Estados, com a exigência de que fossem credenciados pelas UEEs. Portanto, quando os

⁸⁸⁹ BRITO, 2008, op. cit.; *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, 05/05 a 11/08/1960

⁸⁹⁰ SANFELICE, 1986, op. cit., p. 31.

resultados de cada comissão foram anexados para a votação do relatório final, expressaram convicções diferentes, que representavam as várias tendências políticas e ideológicas que predominavam em cada região ou que tinham mais ou menos força no interior do movimento em nível nacional. No entanto, se sobressaíram as posições da JUC, como por exemplo, no sub tema “situação internacional”, consta que “dentro da vida dos povos trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo, mas escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade”⁸⁹¹, tema extraído diretamente do pensamento de Mounier⁸⁹² e expresso pela JUC; ou também, quando o documento afirma que a “democracia brasileira é uma farsa”, conforme citação do Manifesto do DCE da PUC. Isso fez com que as interpretações gerais de cada eixo nem sempre fossem convergentes entre si, apesar de concordarem nos aspectos particulares da reforma⁸⁹³. Já quando interpretadas num todo, a resolução final do I SNRU revela duas propostas básicas para a universidade: a modernização, em termos pedagógicos, inclusive se aproximando das propostas mais gerais sobre o tema, como o fim da cátedra e a organização dos departamentos de curso, e a crítica social, em termos políticos⁸⁹⁴.

De acordo com a “Declaração da Bahia”⁸⁹⁵, o Brasil era uma nação capitalista em fase de desenvolvimento, marcada por uma infraestrutura agrária de bases latifundiárias, dependente das potências estrangeiras, insuficiente em seus padrões de vida e com um grande desequilíbrio regional. Quanto à questão específica do ensino superior, o I SNRU apontou a sua relação com o conjunto da sociedade, o que refletia as posições que foram se delineando no interior do movimento. Segundo os estudantes,

Universidade e sociedade se interpenetram e se interinfluenciam (*sic*) individualmente. Uma sociedade deformada conterà uma Universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, uma universidade infiel às suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se (*sic*), insensível à auto-crítica, vedada à evolução.⁸⁹⁶

De acordo com o documento, a universidade refletia todos os problemas estruturais do país e, por sua vez, não conseguia retribuir com as soluções necessárias; dessa forma, falhava em sua missão social. Para esses estudantes, a maneira de se resolver o problema da questão universitária estava situada em um quadro maior, no qual as suas mudanças tinham que estar

⁸⁹¹ Declaração da Bahia (1961) apud FÁVERO, op. cit., p. 10.

⁸⁹² ARANTES; LIMA, 1984, op. cit., p. 29.

⁸⁹³ CUNHA, 2007, op. cit., p. 177-178.

⁸⁹⁴ Ibidem.

⁸⁹⁵ Declaração da Bahia (1961) apud FÁVERO, op. cit., pp. 3-37.

⁸⁹⁶ Ibidem., p. 17.

ao lado e em sintonia com outras transformações que eram preconizadas pelo conjunto das reformas de base, o que colocou a universidade no leque de problemas estruturais e urgentes de toda a sociedade brasileira. Apesar dessa interpretação, e dos debates sobre alguns dos temas gerais das reformas de base nos congressos estudantis, o tema só entraria no programa político da entidade tempos depois, em 1963.

Também chama atenção a ênfase que foi dada aos aspectos sociais e econômicos do desequilíbrio regional brasileiro, notadamente em relação às diferenças entre o Sul e o Nordeste. É possível que essa ênfase estivesse relacionada com uma discussão mais geral sobre a realidade brasileira que já se delineava no interior do movimento universitário, e também, com a fase de implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tanto é, que antes do I SNRU, a UNE organizou o I Seminário de Estudos do Nordeste, realizado no início de 1961, havendo também iniciativas locais, a exemplo do Ciclo de Estudos Sobre a Integração do Nordeste, realizado pelo CA XI de Agosto, em São Paulo, no mesmo período⁸⁹⁷. Além desses, o tema foi pauta do congresso da UNE desse ano.

Dentre todos os temas abordados no I SNRU, dois deles são os mais importantes. O primeiro é a participação dos estudantes nas direções das faculdades, em particular, pela dimensão central que assumiu nas mobilizações estudantis. O segundo é a autonomia universitária, questão que passaria por significativas mudanças nas interpretações estudantis.

Como foi visto, desde o Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, a participação dos estudantes nas direções universitárias chamou atenção. Observa-se, porém, ainda que o debate sobre as participações estudantis nos Conselhos Administrativos foi colocado em discussão desde os congressos da UNE do final da década de 1940, o que, apesar de coincidir com o surgimento da JUC como um grupo reconhecido no interior do movimento, não foi uma pauta priorizada pelo movimento ou pela UNE. Já em algumas entidades regionais, essa questão aparecia em algumas reivindicações desde a década de 1950, como por exemplo, na Universidade de Minas Gerais, quando em meados de 1956, uma greve teve a representação estudantil como uma de suas pautas centrais. Posteriormente, essa demanda foi aparecendo em movimentos diversos. Já na criticada LDB, o assunto apareceu de maneira vaga, pois apesar de garantir a participação, não estabelecia a proporção.

No entanto, a partir de 1960 a questão tomou fôlego. Na Declaração da Bahia, o tema da participação estudantil surgiu em porcentagem pouco modesta. Segundo deliberado, os estudantes deveriam compor 40% dos Conselhos Técnico-Administrativos, Comissões,

⁸⁹⁷ *Folha de São Paulo*, 15/01/1961, primeiro caderno, p. 06.; ROSAS, Clemente. *Praia do Flamengo*, 132: crônicas do movimento estudantil nos anos 1961-1962. Recife: 1992, p. 15.

Congregações e Departamento. O restante seria composto pelo corpo docente e por representantes dos profissionais, indicados prioritariamente dentre os egressos. Para os estudantes, esse era o único critério “capaz de assegurar a organicidade, harmonia e democracia que devem reinar no governo da comunidade universitária”⁸⁹⁸.

Quanto à autonomia, defendia-se que a universidade tinha que ter mobilidade para resolver seus problemas, a tempo, e de acordo com os interesses do ensino. Para tanto, foi aprovada a defesa da autonomia administrativa, didática e financeira.

Terminado o I SNRU, suas resoluções continuaram sendo debatidas. Primeiro nas greves, que voltaram a acontecer nos Estados de Minas Gerais, Bahia e São Paulo, depois, nas greves que começaram com força na Paraíba, e especialmente em Recife, onde, sob a liderança da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), assumiria a mesma tônica vista um ano antes entre os baianos. Em decorrência da greve dos estudantes de Recife, a UNE convocou novamente uma paralisação nacional, em junho de 1961, com forte adesão⁸⁹⁹. Além das greves, que mantiveram debates sobre os temas da reforma universitária, as resoluções do I SNRU voltaram ao debate no XXIV Congresso Nacional dos Estudantes, em particular na comissão de “reforma universitária na perspectiva de cada faculdade”, que pelo que parece, foi uma tentativa de identificar as diferenças e as similaridades entre diversas demandas que existiram no movimento, mas na perspectiva de unificar essas pautas em um repertório central.

Já no segundo semestre de 1961, tendo em vista a crise motivada pela renúncia de Jânio Quadros e o envolvimento de diversos setores estudantis na Campanha da Legalidade, os fóruns de debate sobre a reforma universitária só voltaram com força no ano seguinte, a partir do II SNRU, realizado em Curitiba. No entanto, havia outro cenário político, no qual a radicalização política das forças e movimentos sociais organizados teve espaço fértil.

⁸⁹⁸ Declaração da Bahia (1961) apud FÁVERO, op. cit., p. 28.

⁸⁹⁹ *Folha de São Paulo*, 15/06/1961, assuntos diversos, p. 12., ARANTES; LIMA, 1984, op. cit., p. 20.

CAPÍTULO 4

Disputas de conteúdo: A UNE como instrumento de subversão

A década de 1960 irrompeu para o movimento universitário e para as forças políticas do período sob o signo da retomada da UNE pelas esquerdas, que comandaram a entidade em um período que ficou marcado como um momento de ascensão dos universitários no bojo dos movimentos sociais e políticos e de intensas mobilizações que tentaram convencer um grande número de estudantes acerca de projetos em torno das transformações que foram almejadas para a sociedade.

Na origem da ascensão desse movimento no bojo dos movimentos sociais de esquerda, desde meados dos anos de 1950, Martins Filho⁹⁰⁰ indica três fatores relevantes. O primeiro foi o aumento quantitativo de estudantes com a abertura da universidade aos setores da classe média, entre os anos de 1945 e 1964, quando o número de matrículas passou de 27.253 para 142.386⁹⁰¹.

O segundo e o terceiro, como observados nos capítulos anteriores, foram a consolidação da JUC no interior do movimento e o cenário da década de 1950, pela industrialização e pela urbanização, o que para Heloisa Buarque de Holanda, resultou em uma geração sensível às questões do desenvolvimento e da emancipação nacional⁹⁰². Considera-se ainda a influência da Revolução Cubana, em 1959, como elemento bastante forte e que impulsionou as vontades estudantis.

No palco dos anos iniciais de 1960, segundo Darcy Ribeiro,

dois Brasis se defrontaram [...] Numa vertente, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas de base em marcha [...] na vertente oposta, estava o Brasil da reação, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo, a fim de manter a velha ordem⁹⁰³.

Na radicalização da defesa das reformas por parte dos movimentos sociais e organizações de esquerda é que se pode encontrar o principal aspecto da radicalização da UNE entre 1950 e 1960, que progressivamente deslocou o seu discurso no sentido de uma política de confronto aberto com os setores conservadores e chegou às vésperas de 1964, de acordo com organização política predominante em seu interior, admitindo a revolução

⁹⁰⁰ MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 183-198.

⁹⁰¹ Sobre a expansão do ensino superior, ver Luiz Antônio Cunha, 2007, op. cit.

⁹⁰² HOLLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A.. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 2ª. Edição, 1982.

⁹⁰³ RIBEIRO, Darcy. “Nossa herança política”. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (Org). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006, p.207-208

socialista como a etapa final dessas reformas⁹⁰⁴. Como apontou Jorge Ferreira, no imaginário que se formou às vésperas de 1964 no interior da FMP,

a democracia era repleta de ‘formalismos jurídicos’ e, em razão de um Congresso ‘conservador’ e de uma Constituição ‘ultrapassada’, as reformas de base eram bloqueadas. Assim, para implementar as mudanças econômicas e sociais, era necessário ‘superar’ os limites impostos pelas instituições liberais-democráticas em vigor no país, sobretudo os dispositivos legais que impediam a realização das reformas. A partir daí, não se tratava mais de saber se as mudanças econômicas e sociais seriam executadas, limitadas ou mesmo impedidas. A questão central passou a ser a tomada do poder político e a imposição de projetos⁹⁰⁵.

Por outro lado, pautada no debate que circulou em torno da revolução brasileira e parte atuante do bloco radical, a UNE se tornou “um dos alvos preferidos dos grupos que se aglutinaram para conter o ascenso do movimento popular e nacionalista”⁹⁰⁶, grupos esses que fizeram surgir uma pesada campanha contra a entidade. Desse modo, a flexão que consolidou o predomínio das esquerdas no interior da UNE não se fez sem disputas e, principalmente, sem sofrer a condenação radical de seus opositores. Se houve um lado que identificou as necessidades de mudança e se lançou em defesa delas, também existiu um outro, que identificou nessas manifestações a influência do comunismo e o objetivo de subverter a ordem das concepções que formaram para as práticas da democracia no Brasil. Desse lado, não se admitia transformações e a UNE foi condenada como a porta de entrada do marxismo no interior da Universidade.

Assim como nos anos de 1940 e de 1950, essas interpretações tiveram origem tanto no contexto internacional quanto no nacional. No plano internacional, a Guerra Fria continuou a colocar em confronto as duas superpotências mundiais, os EUA e a URSS. Porém, se nesse cenário o Brasil e a América Latina eram um teatro secundário no quadro dos confrontos, após 1959, a Revolução Cubana arrastou todo o Continente para o centro do embate⁹⁰⁷. O exemplo cubano serviu para incentivar as propostas reformistas mais radicais, acirrando, por sua vez, a ação dos anticomunistas⁹⁰⁸. Segundo Rodrigo Pato Sá Motta, no plano interno, verificou-se

a tendência ao crescimento das organizações de esquerda. O fato era visível não só na reestruturação do PCB, que começava a se recuperar das crises e cisões decorrentes da *desestalinização*, mas no surgimento de novas

⁹⁰⁴ FERREIRA, 2004, op. cit., pp. 181-212.

⁹⁰⁵ Ibidem., 209-210.

⁹⁰⁶ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 62.

⁹⁰⁷ MOTTA, 2002, op. cit., p. 231

⁹⁰⁸ Ibidem., p. 232.

organizações esquerdistas como Ação Popular (AP), Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP), por exemplo. No limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais, para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionais fornecedores de quadros para os grupos radicais. Militantes católicos leigos e grandes quantidades de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis a transformações sociais.⁹⁰⁹

Identificado o perigo internacional do comunismo e o crescimento nacional dos movimentos de esquerda, os setores mais conservadores e as fileiras do anticomunismo deram novos passos em sua organização e se traduziram como organizações atuantes e com importância preponderante no Brasil. Duas das principais organizações foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), fundado em 1961. Juntos, o IPÊS e o IBAD formaram um complexo voltado para as ações de contenção à influência das organizações de esquerda em diversos movimentos e segmentos sociais. Também lançaram filmes, revistas, estudos e livros de propaganda contrária ao comunismo⁹¹⁰. Seus objetivos gerais circulavam em torno de

impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesial, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso.⁹¹¹

Em relação ao movimento estudantil, o complexo IPÊS/IBAD se voltou especialmente contra a UNE, a AP e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), mas também se dedicou a conter os movimentos de esquerda nas juventudes católicas e em outras entidades estudantis, como na UME e na UPES. Segundo aponta Dreifuss,

O IPES apoiava essas ações por meio de assistências financeiras, técnicas e administrativas, que se estendiam desde o envolvimento nas eleições estudantis, fundos para publicações e atividades até subsídios para atividades específicas, projetos e indivíduos e o patrocínio de viagens aos Estados Unidos⁹¹².

A relação que se estabeleceu entre o IPÊS e o IBAD nos meios estudantis é bastante forte entre os anos de 1962 e 1963. Nesse período, as oposições que se formaram contra as esquerdas eram abertamente taxadas como “ibadianas”, numa referência que as tornava sinônimo de serem anticomunistas, reacionárias, conservadores de direita ou divisionistas.

⁹⁰⁹ Ibidem., p. 233.

⁹¹⁰ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, pp. 174-175.

⁹¹¹ Ibidem., p. 298.

⁹¹² Ibidem., p. 300-301.

Das organizações que combateram as esquerdas no interior do movimento estudantil, a FJD, que passou a ser apoiada pelo complexo IPÊS/IBAD nos anos de 1960, continuou sendo a mais fervorosa e a que mais conseguiu causar repercussão em relação as suas denúncias e acusações.

Por outro lado, surgiram agrupamentos anticomunistas com práticas ainda mais radicais que a FJD, a exemplo do Movimento Anticomunista (MAC). Entre esses grupos é possível encontrar os mais variados matizes ideológicos, embora o anticomunismo, que esteve em baixa entre os estudantes na segunda metade dos anos de 1950, tenha voltado a caracterizar quase todos.

Em detrimento dessa negação ao que se entendeu ser o comunismo, construiu-se um imaginário no qual a UNE teria reunido tudo o que havia de mais repulsivo para os “verdadeiros” estudantes, ou seja, aqueles que não eram comunistas. O discurso contra as esquerdas voltou a ser exasperado, traduzindo as lideranças universitárias de esquerda como um aglomerado de estudantes extremistas, profissionais que “não estudavam”, interventores do “imperialismo soviético”, mantenedores de práticas subversivas para promover agitação social e desestabilizar as instituições públicas, defensores do sanguinário e ateu governo cubano, praticantes de métodos totalitários para garantir o cerceamento das ideias dos estudantes democratas em seus congressos. Em suma, eram aqueles que, novamente, haviam abandonado as questões de interesse dos estudantes, os seus repertórios gremiais, em detrimento de uma pauta unicamente política, orientada pelas esquerdas, pela revolução social e pelo comunismo internacional. No entanto, se por um lado essas interpretações foram bastante exageradas, e algumas irreais, por outro não deixavam de estar vinculadas a determinados aspectos da realidade e a algumas posições e práticas de certos setores do movimento estudantil sob influência das organizações de esquerda.

As organizações que defenderam a visão dos anticomunistas sobre os estudantes de esquerda, a exemplo do caso IPÊS/IBAD, manteve diálogos para além dos muros universitários e organizações do movimento estudantil, tendo adesão por parte de alguns importantes setores conservadores da sociedade brasileira, o que tornou possível partilhar o imaginário de que a luta contra as esquerdas que dominavam a UNE significaria uma luta contra o próprio comunismo, que teria encontrado entre os “pseudo” estudantes os principais agentes do “grupo a serviço da guerra civil”⁹¹³ que pretendia subverter a ordem nacional e estaria próximo de tomar o poder. Defendeu-se, assim, com ainda mais ferocidade que o

⁹¹³ Comunicado da Frente da Juventude Democrática, *O Estado de São Paulo*, 17/06/1962, p. 10.

período entre o final dos anos de 1940 e início de 1950, que as entidades estudantis tinham que ser saneadas a qualquer custo, possibilitando que a ordem fosse restabelecida com a volta das forças democráticas à direção do movimento e de suas entidades. A diferença, porém, é que a exasperação contra as esquerdas estudantis extrapolou os limites dos ataques anteriores e, para além dos grupos que predominaram em seu interior, a própria UNE, intencionalmente ou não, passou a ser o alvo dos ataques.

Nesse contexto, o movimento universitário se transformou num palco aberto das disputas que eram travadas entre as esquerdas e suas oposições, que em decorrência de aceitarem que a grande maioria das entidades estudantis e a UNE estavam tomadas pelos “vermelhos”, também aceitaram majoritariamente o anticomunismo como parte elementar de seus discursos e ações.

Percebe-se, assim, que a UNE do período pré-golpe continuou a ser um componente importante das lutas sociais e das disputas políticas e ideológicas que foram travadas na sociedade brasileira, mas ao se situar no bloco dos movimentos reformistas, ou seja, ao deixar de ser interpretada como a representante de um segmento independente e ponderado, a UNE foi traduzida como a própria expressão das esquerdas, da revolução e do “assalto dos vermelhos” ao Brasil. Desse modo, não tratou mais, como no final dos anos de 1940 e no início dos anos de 1950, de apenas vencer as eleições e despojar as esquerdas, mas também de vetar as suas ações como modo de “restabelecer a ordem” no país, o que definitivamente aconteceu entre os meses de março e abril de 1964, quando durante o golpe civil-militar, a fúria contra o comunismo estudantil se traduziu no incêndio da sede da UNE, em atentados armados contra centros acadêmicos e na invasão do Grêmio da Universidade de São Paulo (USP) por estudantes anticomunistas⁹¹⁴.

Com essa perspectiva, o objetivo deste capítulo é demonstrar que as posições das direções estudantis quanto às suas prioridades no conteúdo, tanto em relação a reforma universitária, que foi a sua prioridade, quando ao seu próprio papel na busca pela emancipação nacional estiveram presentes em um espaço heterogêneo de ideias e de conflitos entre posições antagônicas. Para tanto, pretende-se mapear algumas das principais vertentes do debate sobre esse tema, além de perceber o lugar e a autoimagem que os estudantes formaram em torno de si no início dos anos de 1960.

Diante disso, entende-se que o ano de 1962 tenha sido um período chave para compreender a dinâmica das práticas políticas, das crenças e dos valores que foram se

⁹¹⁴ *Revista Cruzeiro*, 10/04/1964, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, 31/03 a 03/04/1964, MARTINS FILHO, 1987, op. cit..

delineando no movimento universitário dos anos de 1960. Isso porque é um ano notado pela ascensão de um movimento estudantil que tentou se forçar social e ao mesmo tempo, radicalizada, o que se expressou principalmente na greve nacional de *um terço* e na crise pela qual o movimento passou depois do seu término.

Desse modo, em primeiro, tentou-se identificar os conteúdos mais gerais sobre a reforma universitária e sobre o papel do movimento universitário que se formaram no campo dos atores progressistas. Em segundo, considerando o contexto e as práticas das disputas com a *greve por um terço*, arriscou-se mapear os conteúdos expressos pelos anticomunistas no contexto mais geral da sociedade brasileira e como esses conteúdos se expressaram nas posições dos vitoriosos com o golpe civil-militar de 1964.

4.1 Os conteúdos da reforma universitária

Como observado até o momento, o debate sobre a democratização e a reforma da universidade se tornaram os debates mais latentes no movimento estudantil. Para a democratização, o debate que se delineou no interior do movimento, se traduziu na participação dos estudantes junto às direções universitárias, que eram as Congregações, Conselhos Universitários, Conselhos Técnicos e Conselhos Administrativos, nos quais os alunos, de modo geral, tinham direito a apenas uma vaga. Quanto aos aspectos mais gerais da reforma universitária, as críticas que se formaram não se baseavam apenas nas análises técnico-pedagógicas; pelo contrário, a universidade foi entendida a partir das crenças e dos objetivos que os grupos organizados se atribuíram na missão de transformar as estruturas nacionais.

Na Declaração da Bahia, a universidade foi traduzida como “mero transmissor de cultura acumulada”⁹¹⁵, quando tinha de estar vinculada à pesquisa e integrada na sociedade. Nesse sentido, a educação superior foi considerada “deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente”⁹¹⁶. Na perspectiva dos estudantes, essa estrutura “deformada” não atendia ao projeto histórico brasileiro, ou seja, não contribuía para o desenvolvimento nacional na perspectiva do proletariado. Assim, não dava conta de uma cultura, a qual os estudantes entendiam que deveria ser “desalienada”, uma cultura popular, tida como portadora de conteúdos que representassem os seus objetivos, ou seja, “o despertar das classes populares para a consciência de sua destinação histórica dentro dos quadros brasileiros”⁹¹⁷. A universidade estaria inserida na mesma sociedade dividida em classes e na qual a democracia, que deveria ser um meio de expressão popular, havia se rendido aos interesses classistas. Nessa visão, a universidade também havia se tornado a expressão de uma das classes, a dominante, e não haveria reforma universitária para além de “meros retoques” enquanto as suas mudanças não fossem compreendidas dentro de um “processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira”⁹¹⁸.

Ao mesmo tempo, visto que os estudantes se atribuíram o compromisso de uma luta maior, na qual estavam na “vanguarda do mundo”, inclusive sendo eles mesmos os responsáveis por uma das contribuições para a tomada de consciência do povo, se identificou

⁹¹⁵ Declaração da Bahia (1961) apud FÁVERO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 17.

⁹¹⁶ Ibidem.

⁹¹⁷ Ibidem., p. 21.

⁹¹⁸ Ibidem., p. 20.

um conflito, aparentemente insuperável entre eles e a estrutura universitária. De um lado, estavam os estudantes, que se identificaram como o novo, aqueles que em um país subdesenvolvido, ao lado da classe operária, “representavam a área de atrito entre as reivindicações populares e o poder econômico e político que as quer sopitar”; em suma, eram os que estavam em luta pela libertação do homem, parte integrante daqueles que haviam se colocado ao lado da história e atendido o chamado para um mundo novo: o povo. Do outro, estava a universidade como reflexo da uma sociedade alienada, um instrumento de privilégio, que não atendia às necessidades do desenvolvimento nacional e nem das desigualdades regionais, condição que se materializava na imagem das cúpulas que a dirigiam, que “manifestavam um inegável caráter oligárquico (...) comprometidas com a estrutura colonial (...) impotentes ou desinteressadas na criação de uma verdadeira comunidade universitária”⁹¹⁹.

Na perspectiva, ao se considerar como a “parcela mais comprometida com o futuro, mais aberta aos novos ideais”⁹²⁰ é que se delineou a prioridade da sua presença na direção das universidades como algo essencial para a renovação do ensino e dos valores acadêmicos, justificado por estes na lógica de que a “responsabilidade do governo [deveria] cair sobre os setores principais que a constituem”⁹²¹, ou seja, o corpo discente. Como foi sintetizado por Roland Corbisier, ao tratar da reforma universitária, seria apenas

essa participação da mocidade estudantil, hoje esclarecida e identificada com as aspirações populares e nacionais, [que] tornará possível a transformação da Universidade em um instrumento promotor do desenvolvimento, da emancipação econômica [e] do progresso social.⁹²²

Para os setores que defenderam a participação estudantil nos órgãos colegiados, era claro a existência desse conflito entre o novo e o velho, identificado na função vigente da universidade, resumida enquanto um instrumento das classes dominantes e representada pelas direções universitárias e parte do professorado, “frequentemente reacionário e acumpliciado com os interesses dominantes”⁹²³.

Esse conflito foi partilhado em diversos textos do período. No livro “O que são as reformas de base?”, Luiz Osires da Silva afirmou que

⁹¹⁹ Ibidem., p. 27.

⁹²⁰ Ibidem..

⁹²¹ Ibidem..

⁹²² CORBISIER, Roland. 1968, op. cit., p. 129.

⁹²³ Ibidem.

a atuação da juventude universitária, lado a lado com os trabalhadores e todo o povo, nas lutas que se vêm travando pela libertação nacional e pela justiça social, nos mostra perfeitamente o quanto é importante para o País possibilitar aos jovens o ascenso aos bancos universitários (...) mister se faz, porém, que se mude também, pelo menos gradativamente, o conteúdo do próprio corpo docente. Os atuais professores universitários, com honrosas exceções, já nada têm a dizer à juventude. Elementos das classes dominantes, participantes de certos privilégios reservados às mesmas, esclerosam-se na defesa das velhas teses, que justificam a permanência da universidade fora do alcance do povo, tornando-se depositários do mais empedernido reacionarismo.⁹²⁴

Nesse sentido, durante todos os primeiros anos de 1960, a ideia de que caberia aos estudantes modificar o ensino superior se consolidou e inferiu diretamente em suas práticas de movimento e em seus repertórios. Envolto por essa missão, foi a partir do II SNRU (1962), realizado em Curitiba, que uma proposta de como chegar a esses objetivos, a qual vinha sendo formulada pelos estudantes, e uma linha de ação mais concreta passaram a existir, expressas no documento final do encontro, intitulado Carta do Paraná⁹²⁵.

O II SNRU funcionou no mesmo molde do primeiro, formado pelos representantes estaduais credenciados pelas suas UEEs, eixos temáticos e a divisão desses eixos em diversos tópicos específicos para discussão nas várias comissões. E, como no primeiro, conforme analisado por Luiz Carlos Cunha⁹²⁶ e por José Luis Sanfelice⁹²⁷, também expressaram as diversas tendências que participaram do encontro.

No entanto, quando o segundo Seminário foi realizado, o tema da reforma universitária, na perspectiva estudantil, estava bem mais em voga. Na visão dos estudantes, a luz das resoluções do Seminário anterior, a universidade ainda cumpriria a mesma função, ou seja, estava a “serviço das classes dominantes, que não [tinham] compromissos regionais, que não [serviam], enfim, aos interesses do país”⁹²⁸. Mas, se tomada em seu conjunto, a Carta do Paraná se dedicou menos à crítica da universidade e se empenhou mais em formular os direcionamentos que a reforma deveria seguir para atingir os objetivos estabelecidos pelos estudantes que, em suas perspectivas, tinham que circular em torno de “ser a expressão do povo (...) ser por todas as formas antidogmática (...) ser uma frente efetiva do processo revolucionário”⁹²⁹. Na ótica política dos estudantes, essas posições se colocaram como um contra ponto à

⁹²⁴ SILVA, 1962, op. cit., pp. 57-58.

⁹²⁵ Carta do Paraná (1961) apud FÁVERO, op. cit., pp. 39-95.

⁹²⁶ CUNHA, 2007, op. cit.

⁹²⁷ SANFELICE, 1986, op. cit.

⁹²⁸ Carta do Paraná (1961) apud FÁVERO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 43.

⁹²⁹ Ibidem., p.47.

teoria burguesa de reforma universitária, [que atuava] de acordo com os pontos de vista e interesses desta classe, [que pretendia] fazer da universidade um instrumento de formação de operários qualificados que iriam trabalhar (e alienar as suas mais-valias) em suas fábricas, ou em serviços do interesse desta mesma classe.⁹³⁰

Na posição que se consolidou no repertório da UNE, para se contrapor ao que chamaram de tecnicismo proposto pela burguesia, sugeriram um projeto de universidade humanizada, na qual a formação dos estudantes tinha de relacionar a formação especializada, na ótica profissional, com uma visão global da sociedade, “da qual a ciência é uma interpretação funcional, da cultura que engloba a sua especialidade escolhida”⁹³¹.

Além de perceber um projeto de reforma universitária que vinha sendo proposto pela “burguesia”, a universidade continuava a ser antidemocrática e seletiva do ponto de vista econômico, político e social, além das críticas gerais já formuladas no I SNRU. No entanto, surgiram duas novidades: uma é a mudança de posição em relação à autonomia universitária; a outra é a participação estudantil como tema central para que a reforma da universidade efetivamente acontecesse. Sobre a autonomia, conforme indica Luis Carlos Cunha, as proposições estudantis estavam relacionadas à influência que as teorias de Álvaro Vieira Pinto, Diretor Executivo do ISEB⁹³², passaram a exercer nos meios estudantis.

Durante o governo o de João Goulart, o ISEB passou a discutir intensamente as reformas de base, tema tratado nos seus cursos. Nesse contexto, houve a renovação de seus professores e uma forte aproximação junto aos setores reformistas, dentre eles, a UNE, e do conjunto dos estudantes, público que frequentou em grande número os cursos do Instituto.

Em 1962, a UNE chegou a publicar, por meio da sua editora, um texto de Vieira Pinto chamado *A questão da universidade*⁹³³, que foi cedido gratuitamente para a publicação. Nesse texto, o autor corroborou com algumas posições estudantis e propôs novas questões a serem debatidas.

Em sua visão, o Brasil vivia um período pré-revolucionário, entendido como um momento em que as forças populares ainda não estariam se movendo deliberadamente para a revolução, mas se encontravam em uma posição da qual não recuariam; essa posição era a superação do subdesenvolvimento. No interior dessas forças, os estudantes estariam situados na vanguarda, tendo sido os primeiros a compreender as ideias necessárias para a mudança do ensino e ocupando o papel principal na sua transformação.

⁹³⁰ Ibidem.

⁹³¹ Ibidem., p. 50.

⁹³² Ver TOLEDO, 1997, op. cit.; ABREU, 2007, op. cit..

⁹³³ PINTO, 1962, op. cit., p. 134

No quadro em que Vieira Pinto entendeu a reforma universitária, os seus aspectos pedagógicos, defendidos pela burguesia, tinham que ter um papel secundário, haja vista, que a mudança principal estava em sua essência, ou seja, a universidade tinha que deixar de ser “uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país”⁹³⁴, e passar ao serviço de outra força social, as classes populares em ascensão. Dessa forma, o conteúdo de classe e os seus aspectos pedagógicos e físico-estruturais deveriam ser entendidos em duas etapas diferentes. Em primeiro, os estudantes deveriam se indagar “para quem” tinha de ser feita a reforma universitária e, em seguida, “qual reforma universitária” fazer. Nessa perspectiva, a reforma da universidade tinha que ser arranjada a partir dos interesses daqueles que estavam fora dela, ou seja, a “universidade [iria] mudar de dono”⁹³⁵, ou para se utilizar de uma expressão simbólica polêmica no período: criar uma universidade para os analfabetos.

Mas essas mudanças na essência da universidade eram tarefa dos estudantes, que deveriam se organizar enquanto força social e se empenharem na luta política, tanto dentro, quanto fora da universidade. Nessa luta, Vieira Pinto encontrou dentro da universidade os representantes das forças que estavam em conflito no contexto geral da sociedade. De um lato, os estudantes, significando o impulso da nova consciência, os que estavam ansiosos por verem realizada a libertação nacional e que haviam descoberto, por meio das lutas sociais, os valores do povo. Do outro, estava a classe professoral, que entendida em seu conjunto, significaria a alienação, a arrogância, a defensora dos valores eternos e sendo muitas vezes policialesca⁹³⁶.

Para Vieira Pinto, era esse contexto que deveria ser enfrentado pelos estudantes e, em última instância, só era possível optar entre dois lados: aliar-se ao grupo dirigente, representado pela cúpula e parte dos professores, ou tornar-se militante das “classes trabalhadoras”. Seria nesse processo que os estudantes iriam se tornar a “força de entrelaçamento das diversas forças que lutam por reformas”⁹³⁷.

Dessa maneira, Vieira Pinto contrapôs qualquer crítica contra as lutas estudantis, afirmando

que as agitações verificadas na vida universitária não se explicam nem por conceitos ingênuos como os de ‘mocidade insubordinada’, ‘fruto de uma época de crise’, ‘irresponsabilidade juvenil’, ‘falta de respeito dominante na sociedade atual’, etc, nem

⁹³⁴ Ibidem., p. 23.

⁹³⁵ Ibidem., p. 113.

⁹³⁶ Ibidem., pp. 70-71.

⁹³⁷ Ibidem., p. 134.

por interpretações literárias como a de ‘choque de gerações’, [tendo] de admitir, como única explicação científica das dissidências universitárias, o reflexo nos recintos do ensino superior do antagonismo entre as classes, que lavra em geral na sociedade brasileira.⁹³⁸

Assim, como os representantes das classes populares, Vieira Pinto atribuiu aos estudantes o principal papel pela transformação do ensino superior. Como objetivo dessa luta, segundo exposto pelos estudantes na Carta do Paraná, a reforma da universidade não poderia ser apenas uma reformulação de horários e currículos, mas tinha que se tornar “a expressão do povo”, de forma que a universidade se transformasse em “um baluarte na luta pela revolução brasileira e não um organismo que, além de anacrônico, está emperrando o desenvolvimento do Brasil”⁹³⁹.

É nesse contexto mais geral das lutas sociais entre dominados e dominantes que Vieira Pinto considerou sobre os temas da autonomia universitária e da participação estudantil. Segundo o autor, essa autonomia só seria possível nos países onde os seus conflitos básicos já houvessem sido resolvidos. Nessa perspectiva, sendo o Brasil um país onde a universidade era tomada como “uma peça do dispositivo de domínio das camadas sociais espoliadoras”⁹⁴⁰, a autonomia assumiria um papel nocivo aos interesses do povo, pois seria um recurso utilizado pelas forças dominantes para manter o ensino superior como um instrumento de dominação e reproduzidor das suas próprias ideologias, longe do controle social que as massas trabalhadoras deveriam exercer sobre o ensino superior. Dessa forma

no caso brasileiro, o que há a fazer é justamente reduzir cada vez a autonomia didática e administrativa da Universidade, a fim de torná-la mais dependente das forças sociais progressistas, as massas e o povo em geral, representados pelos agentes políticos da comunidade, e sobretudo pelos estudantes.⁹⁴¹

Na posição do autor, a autonomia seria uma forma de diminuir a força estudantil na luta que se identificava no interior da universidade, na qual se empenhavam os “representantes autênticos do povo”. Desta feita, e considerado que a universidade estava caminhando para ter um “novo dono”, só poderia gozar de autonomia quando estes estivessem no seu comando.

Já em relação as ações do movimento estudantil, a questão foi traduzida na dimensão das lutas políticas do movimento, que deveriam seguir “perspectivas práticas imediatas” da

⁹³⁸ Ibidem.

⁹³⁹ Carta do Paraná (1962) apud FÁVERO, op. cit., p. 79.

⁹⁴⁰ PINTO, 1962, op. cit., pp. 76-77.

⁹⁴¹ Ibidem., p. 78.

reforma universitária. Essas perspectivas e medidas formaram uma espécie de roteiro para o movimento, pelo qual, ainda, os estudantes tinham que elaborar o seu próprio projeto de reforma, pois enquanto não o tivessem, por mais imperfeito, ingênuo, impreciso ou errôneo que fosse, o movimento não possuiria condições de enfrentar o projeto que a classe dominante tentava lhe oferecer. No entanto, a reforma universitária não poderia estar isolada e tinha que se desenvolver em sintonia com as demais reformas de base.

Foi pautado no horizonte da reforma universitária como parte de transformações estruturais de toda a sociedade brasileira que Vieira Pinto concebeu o acúmulo de forças do movimento universitário. Segundo o autor, os estudantes tinham que desempenhar o papel de entrelaçar as reivindicações de todos os outros setores sociais, ou seja, a reforma universitária, apesar de estar sendo uma luta dos estudantes, pertencia aos movimentos populares, assim como as lutas operárias também pertenciam aos estudantes.

Já em relação às medidas práticas que deveriam ser tomadas para a reforma, tinha lugar a participação estudantil nas direções da universidade, o que foi chamado de co-governo, “a mais escandalosa das medidas propostas, e seguramente, a que mais resistência despertará”⁹⁴². Esse era o instrumento de democratização e de mudança qualitativa da essência da universidade. Em seguida, deveria ter lugar a suspensão do vestibular, pois a universidade não poderia ser uma parte independente do processo geral de ensino. E, por fim, os estudantes precisariam travar uma intensa luta contra a cátedra vitalícia e fazer com que a universidade se entrosasse com os centros sociais de produção: as fábricas.

Essas duas questões surgiram nas resoluções estudantis que constaram na Carta do Paraná. Segundo essas resoluções, a autonomia continuava a ser necessária para a mobilidade das universidades, como afirmado anteriormente na Declaração da Bahia, como forma para que elas resolvessem seus problemas a tempo e de acordo com os interesses do ensino. No entanto, surge um novo item, intitulado “fatores que condicionam a autonomia”, o qual dizia que a flexibilidade reivindicada para a universidade não poderia ser absoluta,

porque ela é uma comunidade essencialmente vinculada à sociedade, dela dependendo a sua existência e para qual deve devolver os elementos para renovação dessa mesma sociedade. Por isso, o meio social condiciona a autonomia universitária – esta só será válida enquanto atender às exigências desse meio [...] posto que a universidade deve atender ao homem, a sistematização da educação será orientada enquanto permita sua libertação dos fatores que o condicionam⁹⁴³.

⁹⁴² Ibidem., p. 156.

⁹⁴³ Carta do Paraná (1962) apud FÁVERO, op. cit., p. 63.

Com relação à participação estudantil nos órgãos de direção, a reivindicação passou a ser de *um terço* sobre o total de membros de cada colegiado, representação que deveria ser desempenhada, de preferência, pelo presidente do DCE, membros dos diretórios e representantes de cursos e turmas. Quanto aos egressos, que tinham participação garantida nas reivindicações que constaram na Declaração da Bahia, agora estavam fora dos critérios objetivos para sua participação, sendo exigida a medida de que estes participassem com suas experiências apenas na genérica vida universitária. Além do mais, a reforma universitária passou a ser entendida como uma reforma de base e foi formulada uma longa lista de propostas, que esboçaram um projeto norteador para as reformas de estrutura do ensino superior, mantido um sentido crítico e modernizante, como a organização dos departamentos de curso no lugar das Cátedras.

Dentre todas as posições debatidas pelos estudantes, a participação de *um terço* nos colegiados passou a ser a palavra de ordem do movimento, que foi entendido como o caminho para que os estudantes tivessem voz ativa nas direções do ensino superior, o que deveria alterar a correlação de forças no interior da universidade e possibilitar o início da sua reforma.

No entanto, a posição estudantil não era única, pois desde o debate travado em torno da LDB, havia uma discussão intensa sobre as necessidades de modificar o ensino, que refletiram, em particular, as mudanças e os problemas que eram percebidos em decorrência da industrialização e da urbanização. Em meio a todo esse debate, as posições dos estudantes nem sempre trilharam a mesma direção que as demais interpretações sobre a reforma do ensino e, nem sempre foram bem recebidas, pelo menos nos aspectos que se mostraram mais radicais.

Ainda em 1961, logo após o I SNRU, as resoluções expressas na Declaração da Bahia foram proibidas de serem publicadas na gráfica da Universidade do Brasil por meio de um convênio que era mantido entre a UNE e Ministério da Educação e Cultura. O impasse chegou ao presidente Jânio Quadros, que manteve a proibição com a justificativa de que o documento possuía teor revolucionário.

Logo em seguida, em julho do mesmo ano, houve uma reunião entre o ministro da Educação e os reitores das universidades brasileiras, na qual se afirmou a necessidade da autonomia universitária, da revisão dos currículos, das aulas em tempo integral para as matérias consideradas básicas em cada curso e de mudanças “radicais” para que a universidade se integrasse no processo de desenvolvimento nacional. No entanto, também se afirmou que a “universidade acadêmica clássica [deveria] ser respeitada, pela sua tradição”⁹⁴⁴.

⁹⁴⁴ O Estado de São Paulo, 21/07/1961, p. 05.

Ainda no âmbito governamental, o Programa de Governo para a Educação e Cultura considerou a universidade superada para a realidade nacional. Segundo o documento,

país que se industrializa e necessita, cada vez mais, de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de uma sociedade moderna, continuamos a manter um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente do ponto de vista quantitativo.⁹⁴⁵

Entende-se assim que, na interpretação governamental, o ensino superior não conseguia formar profissionais suficientes e nem adequados à realidade da industrialização, à necessidade de resolver os problemas do desenvolvimento e planejá-lo de acordo com as exigências de uma sociedade moderna, o que esteve apenas parcialmente de acordo com as posições estudantis.

Para Oliveira Brito⁹⁴⁶, ministro da Educação no governo de João Goulart, o Brasil estava passando de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, técnica e urbana. Nesse sentido, se nas sociedades agrárias as técnicas de produção permitiam um tipo de conhecimento transmitido de forma oral, a nova realidade era incompatível com os baixos graus de estudo ou com o analfabetismo, característica marcante nessas sociedades. Primeiro, porque não permitia a integração desses extratos como mão de obra nos novos setores produtivos, cada vez mais exigentes de técnicos. Segundo, porque a vida dessas pessoas, ao chegarem às cidades, era marcada por extremas dificuldades, o que tornava o problema uma questão social, já que, sem conhecimentos para integrar o sistema de produção, passariam à dependência do Estado. Nessa avaliação, Brito estabelece uma relação íntima entre a educação, as transformações que vinham ocorrendo na sociedade brasileira em decorrência da industrialização e da urbanização e os problemas sociais que a contradição entre essas duas realidades vinham causando, mas também não passou perto da inversão radical que os SNRU pretenderam.

Ainda no sentido dos atores que impulsionaram mudanças no ensino superior, Darcy Ribeiro⁹⁴⁷, personagem principal no projeto, e depois Reitor da Universidade de Brasília, a educação superior tinha que sofrer alterações quantitativas e qualitativas para dar conta das novas tecnologias. Segundo o autor, a nova realidade imposta para a universidade nacional se devia à entrada do Brasil em um tempo tecnológico. Nesse sentido, era necessário ampliar os

⁹⁴⁵ Programa de governo para educação e cultura (1961), *Educação e Ciências Sociais*, Ano VI, vol. 9, nº. 17, Maio – Agosto, p. 12-24, p.14.

⁹⁴⁶ BRITO, A. Oliveira. (1961) “Educação para todos os brasileiros”, *Educação e Ciências Sociais*, ano VI, vol. 09, nº. 17, mai.-ago., pp. 03-10.

⁹⁴⁷ RIBEIRO, Darcy (1962), “A universidade e a nação”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano VII, vol. 10, nº. 19, Março – Abril, pp. 13 – 44.

conhecimentos técnicos para vastas camadas da população, pois apenas dessa forma o país conseguiria independência frente aos países dos quais importava suas usinas e fábricas. Se “o poder de uma nação, em tempos modernos, se mede pela qualidade do corpo de tecnologistas que se possa mobilizar”⁹⁴⁸, o progresso que se apresentava para a autonomia brasileira era a busca da renovação do ensino superior, voltando-o para a formação científica e tecnológica e possibilitando mais acesso a esses recursos. A forma de alcançar essa renovação se traduziu na criação de uma universidade nova, inteiramente planejada e inspirada no que havia de mais recente no cenário mundial⁹⁴⁹, que foi a Universidade de Brasília.

As iniciativas de Darcy Ribeiro, no entanto, não passaram sem a crítica de Álvaro Vieira Pinto e da própria UNE. Para o primeiro, a Universidade de Brasília era a nova e “mais perfeita” estrutura para qual às classes dominantes iriam solicitar as ideias que justificassem o seu poderio⁹⁵⁰. Para os estudantes, apesar de essa Universidade aparecer como a concretização da reforma universitária, ela não representava as aspirações estudantis. Conforme analisou o II SNRU, a

Universidade de Brasília pretende ser a fonte de uma nova elite educacional no país, enquanto a luta estudantil e popular pela Reforma do Ensino consiste, precisamente, na superação do caráter aristocrático da educação brasileira [...] além disso, a preocupação com a popularização do ensino universitário, tanto como na formação dos cientistas e profissionais mais diretamente vinculados aos problemas das grandes massas, foi inteiramente abandonado⁹⁵¹.

Os estudantes ainda avaliaram que a Universidade de Brasília, inspirada em experiências estrangeiras, não havia realizado a crítica necessária a essas experiências, o que significaria o abandono das necessidades técnicas prioritárias ao Brasil e especialidades científicas sem aplicação imediata na realidade.

No entanto, para além da sua adequação às mudanças estruturais do Brasil, a universidade também foi entendida como uma instituição em crise em decorrência dos moldes em que a industrialização havia sido promovida.

⁹⁴⁸ Ibidem., p. 14.

⁹⁴⁹ Segundo Darcy Ribeiro, o projeto da Universidade de Brasília se inspirava na renovação do ensino superior de países como Alemanha, EUA, Inglaterra e Rússia, modelos que, segundo o autor, também serviriam para o Brasil. RIBEIRO, Darcy (1960) “A Universidade de Brasília”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano V, vol. 8, nº. 15, setembro, pp. 33-98.

⁹⁵⁰ PINTO, 1962, op. cit., p. 30-31.

⁹⁵¹ Carta do Paraná (1962) apud FÁVARO, op. cit., pp. 77-78.

De acordo com Maria David Brandão⁹⁵², a crise da universidade deveria ser tratada como uma crise da estrutura social. O problema principal estava na falta de equilíbrio da sociedade brasileira originada a partir de um processo de industrialização induzido que, ao acelerar o desenvolvimento da realidade nacional, não permitiu a natural consolidação das intensas inovações trazidas pela indústria e sua assimilação gradual pela sociedade.

Essa crise, segundo a autora, refletiria na universidade, e nela, se transformaria em crise de valores, designada como uma inconsistência do desenvolvimento. Segundo afirmou, a primeira expressão da industrialização se dava na redefinição do “status” e papéis sociais, na formação de mão de obra para novas funções, na redistribuição do pessoal e funções existentes e na formação de novos contingentes sob as exigências diferentes das tradicionais. Nesse contexto, entendia-se que a universidade era chamada a cumprir um novo papel, mas ainda era estruturalmente um sistema “rotinizado, tradicional, que [servia] a confirmar as linhas gerais da estratificação e a manter os mecanismos ‘particularísticos’ de atribuição de ‘status’”⁹⁵³. Dessa forma, a crise da universidade foi interpretada por Brandão como resultado de um desenvolvimento induzido, sem que antes existissem as condições institucionais para sua ocorrência. Esse desequilíbrio teria estabelecido contradições entre a nova ordem e a situação tradicional, estabelecida e cristalizada, que de forma inevitável conduziria a um choque entre as novas funções da universidade, a saber: criar os novos quadros ocupacionais e os interesses de grupos privilegiados da ordem existente.

Para a autora, corroborando com contradições entre o novo e o velho no interior universitário, era a nova elite intelectual que percebera a quais instrumentos a universidade tinha que lançar mão para tornar a produção industrial viável. Dessa forma, a racionalização da produção, as sistematizações das burocracias estatais e privadas e a orientação da massa consumidora tinham de ser pensadas no interior das universidades. Por outro lado, a necessidade de pesquisa como atividade intelectual criativa gerava conflitos no meio do próprio corpo docente, em especial entre os novos intelectuais e os “velhos” professores, tratados como “intocáveis em suas cátedras”⁹⁵⁴.

As várias vertentes da discussão sobre a reforma universitária, tratadas até o momento, para além de indicar a relação entre o processo de industrialização e a educação, assim como a função que o ensino deveria assumir no processo político brasileiro, revela a amplitude, a

⁹⁵² BRANDÃO, Maria David de A. (1962), “A crise da universidade como crise de estrutura”, *Educação e Ciências Sociais*, ano VII, vol. 10, nº. 20, Maio – Agosto, pp. 120-124.

⁹⁵³ Ibidem., p. 121.

⁹⁵⁴ Ibidem., p. 122.

heterogeneidade e o terreno pantanoso no qual a UNE teve de mover nesse período. Nessa perspectiva, Otavio Ianni⁹⁵⁵ percebeu que

a intensidade e a extensão do debate revelam um complexo e confuso amálgama de teses e posições, denunciando a existência de um problema crucial, que desafia administradores e políticos, educadores e cientistas sociais. Os recentes tateios e desacertos de pesquisadores e instituições indicam, em parte ao menos, o caráter densamente complexo do dilema educacional brasileiro⁹⁵⁶.

Nesse cenário, para além daqueles que mesmo a partir de óticas variadas encaravam as mudanças da educação em uma perspectiva reformista e modernizante, quando não radical, como os estudantes e as posições de Álvaro Vieira Pinto, também houve posições mais tímidas, apesar de também circularem nos preceitos da modernização do ensino e, ao mesmo tempo, críticas ácidas contra as posições radicais.

Nessa vertente do debate, se encontraram principalmente aqueles que viram no reformismo da educação, ou do conjunto das reformas de base, a influência do comunismo ou que se dispuseram ao combate às esquerdas e a contenção ou controle dos movimentos de reforma, quase nunca isentos de interesses e posições políticas.

A exemplo das posições que foram defendidas pelo reitor da PUC do Rio Grande do Sul, a reforma tinha que ser lenta, gradual e cuidadosa, e passar principalmente pelos recursos técnicos de apoio à pesquisa e entrosamento com os setores de produção. A divergência mais geral da sua posição surge na oposição à gratuidade do ensino, o reitor era firme em determinar que a “gratuidade do ensino superior oficial é um fenômeno Sul-Americano de origem demagógica” e que “muito mais seriedade advirá (dos alunos) para os estudos se se exigir contribuição de manutenção”⁹⁵⁷.

Para o IPÊS, no desenho que se formou em suas propostas para as reformas do ensino no início de 1963, defendiam-se as posições de modernização e adequação do ensino ao tempo da “revolução tecnológica”, a extinção da cátedra vitalícia, a dinamização da universidade e o entendimento de que os recursos em pesquisa não eram despesas, mas sim, investimentos de alta rentabilidade. Ainda em plena divergência em relação às propostas estudantis, o IPÊS insistiu na defesa de que as universidades brasileiras tinham de receber apoio de instituições internacionais, o que na Carta do Paraná havia sido considerado como “a

⁹⁵⁵ IANNI, Octávio. (1960) “Condições sociais do ensino democrático”, *Revista Brasiliense*, nº. 27, jan.-fev., pp. 37-52.

⁹⁵⁶ *Ibidem.*, p. 37.

⁹⁵⁷ OTÃO, Irmão José (1961) “A reforma universitária brasileira”, *Educação e Ciências Sociais*, ano VI, vol. 9, nº. 18, Setembro – Dezembro, p. 3-10.

enorme infiltração imperialista em nosso ensino”, tendo sido considerado que “os institutos de ensino superior subvencionados por tais entidades (Fundação Ford, Rockefeller, etc) sofrem distorções, e não proporcionam ao estudante conhecimentos que sejam válidos”⁹⁵⁸.

Além disso, professores e intelectuais conservadores também enfrentaram o debate que foi posto no meio estudantil e se lançaram na contra-ofensiva a essas ideias. Nesse leque, é possível exemplificar as posições que se construíram em oposição à UNE na colocação de dois autores. Em primeiro, Maurer, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Mackenzie, que divulgou um manifesto direcionado aos estudantes no qual afirmou que

não menos inconsistente do que a forma, é o conteúdo desse raciocínio [da participação estudantil como elemento de transformação da universidade]. Uma Universidade não é uma assembleia política, onde a dialética dispensa o saber, onde os lugares-comuns fazem as vezes da cultura. A Universidade é uma instituição de caráter eminentemente técnico e não pode ficar a mercê de agremiações de cunho nitidamente político, sem nenhuma qualificação técnica, cujos representantes, na melhor das hipóteses, são inexperientes. Se não entendem de ensino, se desconhecem as questões técnicas implícitas na administração dos órgãos universitários, o que poderão ambicionar com representações maciças nesses órgãos? Pretendem, por acaso, converter congregações em tribuna de debates político-social?⁹⁵⁹

Em segundo, Gustavo Corção, intelectual católico, antigo colaborador de Carlos Lacerda no jornal *Tribuna da Imprensa* e colaborador do IBAD, que defendeu que

O modo imbecil de gritar, ou rosar [...] a “universidade para todos” [defendida nas posições da UNE], é o de quem vê no exame vestibular, e nas demais exigências de capacidade, uma discriminação injusta, um privilégio que democraticamente deve ser combatido. Ora, por incrível que pareça, esse modo perfeitamente imbecil de desejar “universidade para todos”, que equivale rigorosamente á desejar “universidade pra ninguém”, porque não pode haver universidade sem exigências de capacidade, vem sendo ferozmente defendido pelos universitários, e até por professores de filosofia⁹⁶⁰.

Em todas as suas vertentes, esses debates sobre a educação e a reforma universitária refletiram ou estiveram em diálogo direto com os meios estudantis. Esses temas estiveram em seminários, cursos, encontros, palestras, aulas de inauguração do ano letivo, assembleias e nas mais diversas publicações, desde a grande imprensa aos panfletos do movimento estudantil. Mas, para além das diferenças em torno dos conteúdos da reforma universitária, existiram diferenças quanto ao próprio papel que os estudantes tinham que ocupar nessas mudanças e,

⁹⁵⁸ Carta do Paraná (1962) apud FÁVERO, op. cit., p. 53.

⁹⁵⁹ MAURER, W. A.. *O Estado de S. Paulo*, 23/06/1962, p. 08.

⁹⁶⁰ CORÇÃO, Gustavo. Problemas Universitários. *O Estado de S. Paulo*, 14/07/1962, p. 34.

ao mesmo tempo, díspares interpretações sobre o significado e as motivações da ebulição estudantil na luta pela mudança estrutural do ensino superior.

4.2 As diferentes interpretações do papel do movimento universitário dos anos de 1960

Se existiram interpretações diferentes sobre a reforma do ensino e os conteúdos dos repertórios do movimento universitário e da UNE, também se tentou traduzir de diferentes maneiras o lugar do movimento estudantil. Essas interpretações estiveram relacionadas com duas percepções: o papel que os universitários e a UNE deveriam assumir no conjunto das forças e movimentos sociais reformistas e, tendo em vista as suas potencialidades, a necessidade do movimento ampliar as capacidade de mobilização e superar as divisões internas do movimento.

Como se observou, os estudantes se atribuíram um papel fundamental na transformação da universidade e da própria estrutura social brasileira, função que foi apoiada pela posição de diversos autores, movimentos sociais e organizações políticas. Entretanto, a identidade revolucionária que se construiu em torno desse movimento não foi partilhada da mesma forma, ou com os mesmos valores positivos por todos os atores sociais que estiveram em cena no início dos anos de 1960.

Nesse sentido, a “autoimagem”, como definiu João Roberto Martins Filho⁹⁶¹, ou a “mitologia estudantil”, na forma como tratou Alberto Saldanha⁹⁶², resultou do esforço temporal empenhado no discurso estudantil para posicionar o movimento universitário sempre em torno ou em busca da unidade e como portador do novo e do progressista, o que encobriu um movimento heterogêneo e atravessado pelas mais diferentes vertentes de pensamento. Isso não quer dizer que as direções estudantis, em seu tempo, não tivessem percebido as suas próprias diferenças internas e as cisões que existiram no conjunto estudantil, mas a autoimagem progressista de intensa mobilização que construída sobre os anos de 1960 ocupou muito mais espaço no discurso das lideranças, geralmente autorizados pelos repertórios que foram aprovados nesse período nas instâncias legitimadoras do movimento.

É possível que o próprio Álvaro Vieira Pinto, ao dizer que o setor estudantil “contém contradições importantes”⁹⁶³, tenha percebido, ainda em 1962, que havia divergências no conjunto dos universitários. Já em um dos documentos da UNE, de 1963, apesar de alegar que

⁹⁶¹ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., pp. 18-22.

⁹⁶² SALDANHA, 2001, op. cit..

⁹⁶³ PINTO, 1962, op. cit., p. 154.

o desenlace de todas as disputas travadas entre os diferentes grupos sempre havia sido o de uma posição mais avançada, afirmou que se

retrocedermos e procurarmos analisar, não apenas as lideranças, mas o movimento estudantil em seu conjunto, o que divisaremos? Uma vanguarda atuante, combativa, mais ou menos consciente; grupos opositores, e uma base desligada dos debates das cúpulas. É certo, a luta se vinha radicalizando em momentos sucessivos: estadonovistas x democratas, ministerialistas x independentes, entreguistas x nacionalistas, direita x esquerda.⁹⁶⁴

O documento da UNE aponta para duas direções, a existência de diferentes grupos no interior do movimento e o problema da participação. Esses dois temas são importantes, pois não nem sempre estiveram em sintonia com o papel que se atribui aos estudantes e, além disso, representou as divergências mais gerais da sociedade brasileira em suas expressões no interior da universidade.

Entre os partidos e as organizações políticas que atuaram nos meio estudantis, o papel que se atribuiu aos estudantes no início dos anos de 1960 foram relativamente próximos, ao passo que desaguaram na perspectiva de que os estudantes deveriam se constituir com força social articulada no contexto mais geral dos movimentos sociais, o que foi impulsionado tanto entre os partidos e organizações, quanto entre alguns dos analistas que se arriscaram nesse período. Assim, para a JUC, os estudantes deveriam assumir o seu compromisso com a história e com um novo projeto para o mundo, ao lado dos operários e dos camponeses. Para a AP, o movimento estudantil estava se fundando na aliança com as classes populares e removendo os obstáculos que impediam uma consciência revolucionária na intelectualidade. Para o PCB, as organizações estudantis constituíam os baluartes da frente nacionalista e democrática que, dentre outras funções, tinham que reunir operários, camponeses e os estudantes. Para PC do B, no Manifesto-Programa⁹⁶⁵ de 1962, o lugar dos estudantes era próximo: os operários e camponeses formariam o núcleo fundamental de unidade do povo ao lado dos estudantes, intelectuais progressistas e outros setores. Embora os objetivos últimos de cada uma dessas forças nem sempre fossem os mesmos, foi esse o sentido atribuído à liderança da UNE.

No entanto, para além das resoluções das organizações políticas, os estudantes também foram objeto de outras reflexões. Apesar de essas análises não se eximirem de defender as funções que eram atribuídas ao movimento universitário, aparentemente partilhadas por quase todos os atores do campo progressista, elas indicam que as cisões e o

⁹⁶⁴ UNE: luta atual pela reforma universitária (1963) apud FÁVERO, op. cit., p. 105.

⁹⁶⁵ Manifesto-Programa (1962) apud In: REIS; 2006, op. cit., p. 47.

problema da participação foram temas percebidos a partir de motivações diferentes para isso, ou como se referiu ao período Roberto Amaral: a UNE era “uma cabeça com um pescoço muito grande e um corpo distante”⁹⁶⁶.

Segundo Maria Brandão⁹⁶⁷, era muito difícil conseguir um denominador comum entre os estudantes, uma vez que no interior das universidades havia os “estudantes inconformados” e os “estudantes tradicionais”. Isso resultaria, de acordo com a autora, da percepção de uma nova realidade que, ao ser entendida pelos estudantes, tornava-os estranhos numa universidade que não atendia aos requisitos que eram vistos como necessários no interior da nova sociedade industrial. Dessa forma, uma parte do meio estudantil teria se entregado às novas funções do ensino superior e, tão logo, teriam partilhado das ideias de mudança. Por outro lado, em decorrência do desequilíbrio entre a estrutura social e o desenvolvimento induzido, as transformações que decorriam da industrialização não haviam permeado todos os estratos sociais. Em decorrência disso, existiam largos setores das classes médias que, ao passo que eram orientados por padrões tradicionais, se dirigiam para as cadeiras universitárias, guiados pelos mesmos valores fundados na tradição familiar, ou seja, interpretando a universidade como uma instituição cartorial, símbolo de “status” e diferenciação social, e não necessariamente pela qualificação do trabalho ou se enxergando como elemento de contribuição ao desenvolvimento nacional.

Nesse quadro, os estudantes formariam um conjunto fendido por valores diferentes que seriam partilhados de um lado, pelas expectativas de mudanças no ensino, em vista da sua adequação a uma nova realidade urbano-industrial, e do outro, pelos valores tradicionais que interpretavam o diploma como recurso de diferenciação; esses últimos partilhariam dos valores oligárquicos dos setores que resistiam ao desenvolvimento da pesquisa e defenderiam a manutenção de posições políticas privilegiadas no interior das instituições superiores.

Dessa forma, a autora percebia diferentes valores no interior das universidades, entre os distintos seguimentos estudantis; porém, também indicava para uma luta equivalente à autoimagem das direções estudantis, segundo afirmou: “a luta política há de ser um recurso tático. O que importa de fato, é desarmar o quadro institucional que permite o florescimento das composições oligárquicas”⁹⁶⁸. A diferença é que, no texto de Maria Brandão, é possível perceber que a luta entre o “novo” e o “velho”, até agora vista apenas como um conflito entre os estudantes e as cúpulas dirigentes, também existia no conjunto universitário. Havia

⁹⁶⁶ AMARAL, 2005, op. cit.

⁹⁶⁷ BRANDÃO, 1962, op. cit.

⁹⁶⁸ Ibidem., p. 124.

estudantes que pautavam as suas ações políticas a partir das crenças reformistas e outros pautados pela conservação dos valores, estrutura e funções tradicionais do ensino superior.

Em outro artigo, de José Chasin⁹⁶⁹, o movimento estudantil foi objeto de uma análise que pretendeu delinear a sua realidade no período e a função que o movimento tinha de cumprir. Segundo o autor, havia um claro campo de luta no qual a ação estudantil deveria se desenvolver, já que era na “luta ideológica em que se dividem democratas e antidemocratas (...) que o movimento universitário encontra o seu verdadeiro papel político”. No interior dessa luta, faltaria ao movimento estudantil uma definição clara de seu papel político e um programa a ser seguido. Assim, José Chasin indicou a necessidade desse programa para a definição do projeto político dos estudantes, o que só se definiria no contexto atual das lutas políticas entre as forças em ação. Quanto à reforma universitária, o autor lembra que apenas aconteceria quando os estudantes percebessem a sua relação com as demais transformações sociais, sendo que a principal função dos estudantes deveria ser a constituição de um grupo de pressão de massa e de esclarecimento da opinião pública.

No entanto, o artigo do autor aborda outra questão ou uma carência que pairaria sobre as direções estudantis. Além do problema, apresentado pelo autor, de se formar uma consciência efetiva e ações consequentes, havia uma imensa dificuldade das lideranças em demover as massas estudantis a fim de que o movimento reunisse a força efetivamente necessária. Segundo José Chasin,

o que de imediato se observa, na atuação dos universitários brasileiros, é que sendo a classe constituída por menos de noventa mil indivíduos, atua, em caráter permanente, como grupo político, através de apenas um ínfimo número de elementos [...] dessa maneira o afastamento entre dirigentes e dirigidos é pronunciada e tanto mais sério à medida que consideramos as finalidades da política estudantil como sendo as de grupo de pressão e esclarecimento junto à opinião pública⁹⁷⁰.

Apesar de esse debate raramente aparecer publicamente, na percepção do autor consta uma análise sobre o que parece ter sido um debate bastante intenso no interior das direções estudantis: a dificuldade de mobilização do seu conjunto. Esse tema apareceu em estratégias diversas no decorrer das lutas pela reforma universitária, tanto na tentativa de construir uma posição nacional em torno das propostas deliberadas pela UNE, quanto para mobilizar os estudantes nos diversos pontos do país, principalmente quando foi realizada uma caravana

⁹⁶⁹ CHASIN, José (1961). “Algumas considerações sobre o movimento estudantil brasileiro”, *Revista Brasiliense*, nº. 38, novembro-dezembro, pp. 154-157.

⁹⁷⁰ *Ibidem.*, p. 155.

nacional da entidade, chamada UNE-Volante, que dentre os seus objetivos, se dispôs a tentar construir uma posição nacional em torno da reforma universitária.

Também houveram interpretações que observaram o movimento estudantil sob outra perspectiva, mas que também tentaram atribuir sentidos para a militância dos estudantes, notadamente a partir do pressuposto anticomunista. Essas análises tentaram descaracterizar a figura do estudante como membro de um movimento situado no campo do reformismo e do radicalismo de esquerda, que tentou separar as motivações coletivas que colocavam os estudantes em ação da suposta influência que o comunismo exercia sobre eles. Essa perspectiva circulou em diversos segmentos e se expressou em variados meios de comunicação, principalmente a partir do momento em que se considerou que as posições estudantis sob a influência “vermelha” estavam sendo colocadas efetivamente em prática. Nesse sentido, as interpretações dos anticomunistas com relação a UNE se intensificaram durante o ano de 1962, retomaram antigos discursos e se expressaram com força nos meios de propaganda das organizações anticomunistas, que, como se tentará demonstrar por meio da revista *Ação Democrática*, do IBAD, esteve entre as suas prioridades.

4.2.1 A “Ação Democrática” contra a infiltração “vermelha” entre os universitários

A *Ação Democrática* foi um boletim o IBAD publicado em formato de revista, entre junho de 1959 e junho de 1963, quando após ter sido alvo de uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI), sob acusação de receber verba estrangeira e aplicá-la no financiamento de campanhas eleitorais, movimentos e de organizações anticomunistas, o IBAD foi proibido de funcionar pelo governo João Goulart⁹⁷¹.

A revista do IBAD, como foi denominada, teve início com a impressão mensal de 25 mil exemplares, em média com dezesseis páginas por edição que eram distribuídas gratuitamente para parlamentares, diretorias de organizações sociais, lideranças de movimentos de oposição as esquerdas, para pessoas comuns que solicitassem recebe-la ou que fossem indicados pelos leitores como possíveis interessados em seu conteúdo. Esse número de impressões cresceu constantemente até junho de 1963, quando chegou a tiragem de 255 mil exemplares com 26 páginas por edição.

⁹⁷¹ DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

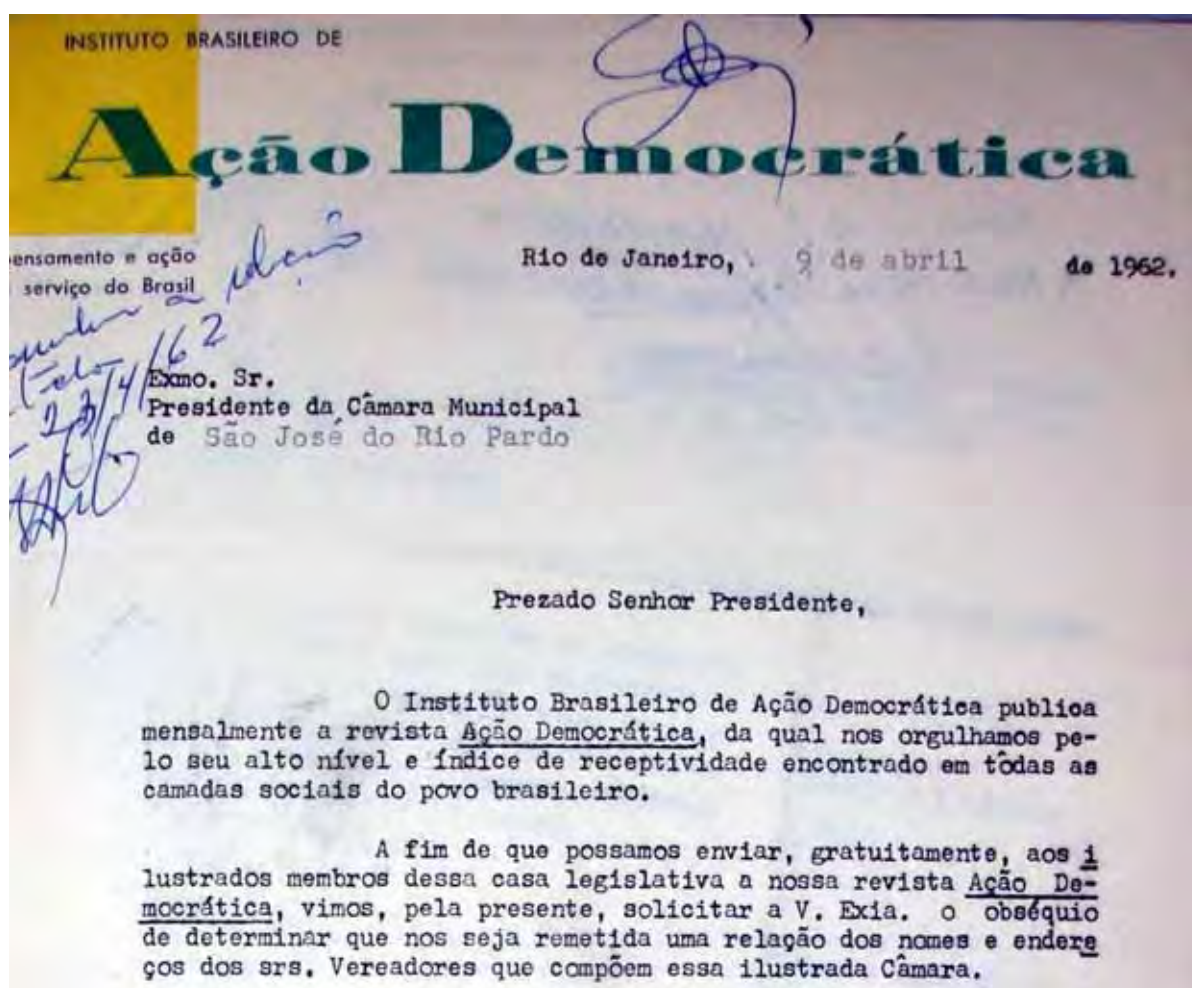


Figura 4 Ofício enviado pelo IBAD (1962), solicitando endereços para que a revista *Ação Democrática* fosse enviada gratuitamente aos vereadores da cidade de São José do Rio Preto, SP. **Fonte:** Ofícios da Câmara Municipal, Arquivo Público de São José do Rio Preto.

O principal objetivo da *Ação Democrática* foi combater o comunismo e a sua influência nos mais diversos setores sociais, políticos e institucionais, o que foi feito por meio da propaganda das posições do próprio IBAD, de denúncias contra instituições e associações que supostamente teriam comunistas em seu interior, na defesa do capital estrangeira e da livre iniciativa empresarial e seções como “por trás da Cortina de Ferro”, que se esforçaram para apontar as desvantagens do mundo soviético em suas várias dimensões em relação ao mundo capitalista. Além disso, a revista proporcionou constante espaço as ideias e para as ações de políticos reacionários, como Carlos Lacerda, religiosos conservadores de dentro ou de fora da hierarquia da Igreja e lideranças sindicais e estudantis anticomunistas.

Na justificativa de fundação da revista, Ivan Hasslocher, presidente do IBAD, defendeu que o comunismo estaria se infiltrando em diversos setores da vida mundial e brasileira, na qual estaria pregando valores que pretenderiam preparar o país para uma

sociedade autoritária sob ordens soviéticas, na qual “escravidão é liberdade, guerra é paz [e] ódio é amor”⁹⁷². Segundo Hasslocher, a propaganda e as ações dirigidas pelos supostos comunistas, no final dos anos de 1950, estariam avançando com esses objetivos, de modo que o Brasil estaria ficando a mercê de “todos aqueles que desejam subjugar o Brasil às ordens de Moscou [e que] proclamam-se ‘nacionalistas’ e tentam incorporar-se as fileiras dos verdadeiros patriotas e orientar seus planos em direção suicida”⁹⁷³. Em resposta, o IBAD e a *Ação Democrática* teriam surgido com a pretensão de “contribuir um pouco para que nossos compatriotas compreendam melhor a escolha dos caminhos que hoje se lhes oferece: um Brasil independente, livre e próspero ou nação disfarçadamente satélite, comparável a Hungria”⁹⁷⁴.

Com essas metas, a *Ação Democrática* se voltou com intensidade contra os partidos e organizações estudantis de esquerda e contra os repertórios sob a influência destas que se expressaram no movimento e nas entidades universitárias, o que foi significativo para perceber o imaginário e a radicalização que se construiu entre os anticomunistas contra os estudantes de esquerda e, posteriormente, contra as próprias entidades estudantis. Esse imaginário significou representações em torno do papel que estudantes deveriam cumprir na sociedade, assim como o lugar das entidades de representação estudantil e os males a que estariam sujeitas, pois, conforme se defendeu, “por se tratar de moços que, dentro de alguns anos, estarão no comando da sociedade, quer pela importância que tradicionalmente se atribui aos movimentos da mocidade escolar”⁹⁷⁵ seria entre os intelectuais e os estudantes que estaria a prioridade e o grande objetivo dos comunistas, setor por onde a conquista do país deveria ter início efetivo.

Desse modo, os artigos da revista também parecem ter tido a intenção dar sentido às ações dos “democratas” e nortear as suas ações entre os estudantes, no sentido de que a ebulição estudantil deveria ser compreendida no âmbito do “idealismo juvenil”, aspecto marcante no mundo estudantil, do qual os comunistas estariam se aproveitando. Disso, é representativo o artigo intitulado “Por que há estudantes comunistas?”. Nesse texto, é apresentado o conteúdo da carta de um leitor, enviada à revista, no qual se afirma que os estudantes comunistas são uns “imbecis”, que haviam se tornado assalariados de Moscou e convencidos pelos agentes da URSS infiltrados em suas fileiras. Em seguida, se contrapondo à colocação do leitor, tenta-se responder afirmando “não é bem isso [...] a condenação de

⁹⁷² HASSLOCHER, Ivan. Editorial. *Ação Democrática*, IBAD, ano I, nº. 01, junho de 1959, p. 01.

⁹⁷³ Ibidem.

⁹⁷⁴ Ibidem.

⁹⁷⁵ *Ação Democrática*, IBAD, ano I, nº. 19, Dezembro de 1960, Rio de Janeiro, p. 09.

nosso leitor, e de muitos outros que pensam como ele, é injusta e superficial. Talvez ele tenha esquecido da própria juventude”. A partir de então, o texto estabelece como a juventude em geral, e os estudantes em particular, devem ser compreendidos.

Na acepção do IBAD, qualquer jovem inteligente ficaria indignado com a “tragédia brasileira”, uma realidade marcada pela mortalidade infantil, falta de remédios, analfabetismo, entre outros problemas. Essa revolta não faria do jovem um “imbecil” ou “criminoso”, “pelo contrário, (o jovem) pode muito bem ser um idealista, honesto e sincero”⁹⁷⁶. Isso porque a juventude seria dotada de duas características: o idealismo e a impaciência. A articulação de ambas é que possibilitaria a adesão a ideais radicais, pois como idealista, o jovem se revoltava contra as injustiças e, como impaciente, ele optava por ideias radicais que se mostravam aptas a mudar a realidade rapidamente, por meio da revolução social.

Isso aconteceria porque, para a juventude, a democracia já havia tido a sua oportunidade de resolver os problemas e não conseguira. A isso, o artigo responde que deveria ser esclarecido à juventude que nunca houve uma democracia verdadeira no Brasil, haja vista, que antes de 1930, o país era governado pelas oligarquias aristocratas, entre 1930 e 1945 por uma ditadura e, após essa data, por governos que exerceram seus mandatos com medidas econômicas que seriam inadmissíveis numa democracia verdadeira, como a emissão de moedas durante o governo JK e o decorrente processo inflacionário. No entanto, segundo consta, a eleição de Jânio Quadros parecia indicar que a democracia estava se consolidando, pois seu “programa era o mais definido de quantos se haviam apresentado em toda a história de nossa pátria”⁹⁷⁷, mas, como se sabe, o presidente havia renunciado. Diante desse tipo de “democracia”, seria razoável que o estudante optasse por outros regimes, uma vez que “para quem está morrendo de fome no Ceará a liberdade é muito relativa”⁹⁷⁸, e o comunismo, de acordo com o artigo, a exemplo de qualquer outro regime totalitário, como o fascismo ou nazismo, “oferece-nos a ordem e a prosperidade material em troca da perda das nossas liberdades”⁹⁷⁹.

No entanto, o que diferenciaria o comunismo desses outros regimes, diz o artigo, “é apenas porque descobriu uma fórmula para converter os idealistas de que seu objetivo é mais humanitário do que imperialista, Luis XIV era imperialista sem disfarce, Khushev é imperialista sob a máscara de reformador social”⁹⁸⁰. Já as diferenças de vida nesses dois

⁹⁷⁶ Ibidem., p. 4.

⁹⁷⁷ Ibidem.

⁹⁷⁸ Ibidem., p. 5.

⁹⁷⁹ Ibidem.

⁹⁸⁰ Ibidem.

regimes eram significativas, pois, no comunismo, qualquer mudança era proibida, já do outro lado, mesmo na pior das democracias, ainda havia esperança, já que a exemplo do Brasil, “com todas as suas injustiças, ninguém nos impede de trabalhar por algo melhor”⁹⁸¹.

Desta feita, o problema a ser enfrentado nos meios juvenis em geral, e estudantis em particular, estava no fato de que essas diferenças não eram “compreendidas por muitos de nossos jovens. São idealistas e impacientes como dissemos, além de estarem submetidos a uma campanha científica de propaganda (do comunismo)”⁹⁸².

A solução para isso, então, era dar cabo a uma campanha de esclarecimento aos jovens, que tomasse como exemplo os países onde a democracia existia de verdade, como nos Estados Unidos, Suécia ou Noruega, pois uma vez esclarecidos, esses jovens passariam a lutar em outra trincheira. Conforme diz o artigo, “lembremo-nos, também, de que o idealismo da juventude permite-lhe admitir os seus erros e lutar do nosso lado com o mesmo desprendimento com que lutaram contra nós”⁹⁸³.

Para o IBAD, a direção a se seguir era o empreendimento de uma campanha de esclarecimento nos meios estudantis, a fim de convencer os estudantes a abandonarem as concepções esquerdistas ou comunistas. Como exemplo das transformações das quais a juventude era passiva, relata-se a experiência de grupos de estudantes cubanos que haviam se revoltado contra o governo de Fidel Castro. Inclusive, um desses grupos, o Diretório Revolucionário de Estudantes de Cuba (DREC), que atuava no Brasil e chegou a participar dos congressos da UNE como observadores, sempre se posicionando com críticas às posições da entidade.

Essa estratégia de atuar no “esclarecimento” dos estudantes foi uma prática corrente utilizada pelos grupos anticomunistas. Conforme recorda Eudoxia Ribeiro Dantas, responsável pelo setor estudantil da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio de Janeiro, existiram iniciativas de professores que solicitaram a tradução de livros anticomunistas nos cursos de Língua e aulas sobre “teoria comunista” pelas quais as mulheres da CAMDE foram se “instruindo”. No setor estudantil, lembra Eudoxia, “travávamos uma luta árdua pela conquista de novos adeptos, pois este era um dos principais alvos dos comunistas. Minha luta só teve sucesso graças ao apoio que recebi de como agir no meio

⁹⁸¹ Ibidem.

⁹⁸² Ibidem.

⁹⁸³ Ibidem.

estudantil”⁹⁸⁴. Essas informações, segundo a autora, vieram por meio dos cursos e dos próprios estudantes contrários ao comunismo, que partilhavam dos objetivos da CAMDE.

Por outro lado, as palestras de esclarecimento contra o comunismo na juventude podem ser encontradas nos próprios meios estudantis, como em São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, quando, com o apoio de professores anticomunistas da cidade de Bauru, a União Regional dos Estudantes Secundários (URES), e a Delegacia Regional da UPES, realizaram a palestra “como os comunistas se infiltram entre a juventude”⁹⁸⁵, no final de 1963.

Mas não foi apenas em torno do direcionamento da militância anticomunista que os artigos da *Ação Democrática* circularam. Na concepção que o IBAD expressou, a moratória social defendida em torno do estudante definiu que o seu dever somente e, apesar de serem próprio da juventude “os atos nem sempre bem mediados, as atitudes insólitas, agressivas, a inconsequência [...] a juventude é uma fase de existência que tem de ser vivida, e a qual, evidentemente, ninguém pode fugir”⁹⁸⁶. No entanto, a tradução de viver estaria relacionado com o aprender, o que também significou um apelo no sentido de que as autoridades deveriam superar o “medo” dos estudantes que havia se estabelecido na sociedade brasileira e impor limites as ações estudantis, pois

Vemos então, jovens estudantes, muitos deles ainda secundaristas, meninos, portanto, animados pelo clima que já nos referimos, intrometerem-se (é o termo exato) em questões ou problemas para cuja discussão não podem possuir o necessário discernimento. Discutem tudo os jovens: desde sérios problemas econômicos até questões políticas da mais alta relevância ou transcendência. E quando contrariados em suas opiniões, não atendidos no que pleiteiam, insatisfeitos em suas reivindicações, passam a utilizar recursos que vão desde passeatas até greves e às arruaças.

Habituar-se a ser atendidos, acostumaram-se a receber, sistematicamente, tudo quanto pleiteiam ou solicitam. E insatisfeitos, estão a exigir sempre mais, inclusive (o que é espantoso), o próprio direito de administrar as escolas, como tem acontecido [...] É preciso que os homens de responsabilidade deste país tenham coragem de declarar aos moços que o Brasil espera que eles saibam cumprir o seu dever: estudar, para que amanhã possam servir convenientemente à sua pátria e a coletividade nos mais variados setores e naqueles em que agora se imiscuem sem o necessário preparo⁹⁸⁷.

Ao nível da radicalização entre os anticomunistas, no entanto, é que a revista mais demonstrou as mudanças no discurso contra os repertórios do movimento universitário. Nesse sentido, se em 1961, quando Aldo Arantes foi eleito presidente da UNE, a *Ação Democrática* expressou a posição de que a JUC, marcada pelo idealismo e pela ingenuidade da juventude,

⁹⁸⁴ DANTAS, Eudoxia Ribeiro. *Voltando no tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998, p. 83.

⁹⁸⁵ *Correio da Araraquarense*, 15/12/1963, e 19/12/1963.

⁹⁸⁶ *Ação Democrática*, IBAD, ano I, nº. 01, junho de 1959, Rio de Janeiro. IBAD, p. 13.

⁹⁸⁷ *Ibidem*.

havia sido ludibriada pelos comunistas, que teriam premeditado para a presidência da UNE a eleição de um católico, pois desse modo, a entidade “que tem se caracterizado pela defesa de todos os pontos de vista do Partido Comunista” poderia agir “confortavelmente, protegidos pelo nome e autoridade de uma parte da Ação Católica”⁹⁸⁸, no início de 1962, passou a considerar Aldo Arantes como um “teleguiado” consciente dos comunistas e, no final desse mesmo ano, passou a permitir que estudantes anticomunistas expressassem nas páginas da revista que “a JUC, para espanto de muitos, tem sido até agora um laboratório de líderes comunistas”⁹⁸⁹.

Nesse mesmo sentido, se entre 1959 e 1961, a *Ação Democrática* havia se mantido no limite dos discursos estudantis anticomunistas dos anos de 1940 e de 1950, da necessidade do movimento estudantil ser saneado dos estudantes comunistas que tentavam vencer as eleições estudantis, a partir de 1962, não foram apenas os universitários de esquerda que estiveram no alvo dos anticomunistas, mas a própria UNE, que em uma aparente descrença em reverter ou sanear a direção e o repertório de esquerda da entidade, passou a assumir que a “União Nacional dos Estudantes [seria] a maior célula comunista do Brasil”⁹⁹⁰. Isso significou a interpretação de que não era mais o interior da entidade ou do movimento estudantil que precisava passar pela limpeza que os anticomunistas pretenderam, mas sim, começou a ecoar que o Brasil precisava ser saneado da própria UNE, que a própria entidade tinha de ser combatida e descartada como órgão representativo dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, no contexto posterior a greve por um terço, se vislumbrou que

A UNE sente fortemente a reação democrática, enquanto outras faculdades se desligam da sucursal de Moscou no Brasil [...] A esse primeiro passo, segue-se outro, em processo de efetivação, que é a formação de novo organismo que represente realmente os estudantes brasileiros [...] Lembremo-nos da salutar reação dos estudantes democratas, reação que vai levando a União Nacional dos Extremistas – UNE – à derrota final⁹⁹¹.

Por certo, a admissão de combate a própria UNE foi a posição mais ousada expressa pelos anticomunistas por meio da *Ação Democrática*, mas a propositura obteve pouco eco, pois apesar de ter se verificado o desligamento de diversas entidades estudantis à UNE, a criação de uma nova organização estudantil nacional não repercutiu no conjunto dos universitários.

⁹⁸⁸ *Ação Democrática*, IBAD, ano I, nº. 22, Março de 1961, Rio de Janeiro, p. 06.

⁹⁸⁹ Nota assinada por José Augusto Rezende e José Domingos dos Santos Netto, representantes do DA Leão Faria, Universidade de Minas Gerais. *Ação Democrática*, IBAD, ano IV, nº. 43, Dezembro de 1962, p. 17.

⁹⁹⁰ *Ação Democrática*, IBAD, ano IV, nº. 39, Agosto de 1962, Rio de Janeiro, p. 12.

⁹⁹¹ *Ação Democrática*, IBAD, ano IV, nº. 40, Setembro de 1962, p. 12.

Mas as posições expressas por meio a revista do IBAD, apesar de, em termos gerais, terem tido alcance significativo, também não foram aceitas no conjunto das publicações que estiveram fora do campo das esquerdas, a exemplo da *Revista Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte, que no início dos anos de 1960, se dedicou a diversos temas estudantis, em relação aos quais manteve restrições e críticas.

O comunismo entre os estudantes foi motivo de alguns artigos, em 1962, mas podem ser resumidos no texto “Mocidade Vermelha?”⁹⁹². Nele, apesar de Paulo Duarte ter aceito a existência de alguma influência dos comunistas nos meios estudantis, o jornalista defendeu que não é da forma como o tema vinha sendo disseminado. Segundo o autor, não era o “imã comunista que a atrai [a mocidade estudantil]. É, antes, a desumanidade, a mediocridade e o cinismo do *status quo* que a repugna”⁹⁹³. Para Duarte, a acusação de que a juventude universitária se movia sob a influência do comunismo era uma queixa dos “conservadores e também [dos] que se dizem liberais (mas pugnam pela eternização do *status quo* econômico, contradição da liberdade) daquilo que chamam, sombriamente, à infiltração comunista na nossa mocidade”⁹⁹⁴. Pelo que parece, apesar de o autor manter críticas a algumas das posições defendidas pelas esquerdas, como a participação de *um terço* nas direções universitárias, o que considerou como exagerada, as críticas da revista ao movimento estudantil não se pautaram acintosamente pelo anticomunismo, apesar de coincidirem em alguns dos seus aspectos globais.

A partir das publicações analisadas até o momento, é possível perceber que o movimento universitário objeto para interpretações diferentes que o analisaram a partir de motivações muitas vezes antagônicas. Essas interpretações estiveram presentes em diálogo com as posições e as práticas do movimento, que também foi um espaço heterogêneo, tanto no âmbito das ideias, quanto nas motivações e nas práticas que se desenvolveram em seus meios e justificaram a necessidade de mobilização para suas reivindicações.

Nessa perspectiva, pretende-se, a seguir, demonstrar como as crenças e divisões políticas se expressaram nas práticas estudantis a partir do ano de 1962, quando as mobilizações pela reforma universitária foram mais intensas.

⁹⁹² DUARTE, Paulo (1962). “Mocidade vermelha?”, *Revista Anhembi*, ano XII, vol. XLVIII, setembro, nº. 142, pp. 1-3.

⁹⁹³ Ibidem., p. 01.

⁹⁹⁴ Ibidem.

4.2.2 A UNE sob o ataque dos anticomunistas e a greve por um terço

Após o final da crise de agosto de 1961, os estudantes retornaram às aulas a fim de realizarem seus exames finais. O cenário político aparentemente trilhou um caminho de mais calma, ainda mais se considerado o recesso parlamentar e, para os estudantes, as férias escolares. No plano internacional, entretanto, o ano de 1962 começou com temas polêmicos, como a posição do Brasil em relação à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), e as posições das forças sociais e organizações que se debatiam em detrimento da instalação definitiva da sede da Missão Comercial da URSS na Guanabara.

Já no estrito plano dos assuntos internos, o cenário identificado pelo analista do *Jornal do Brasil*, aguçado pelas divisões políticas e pelo surgimento de organismos de extrema direita não parecia consenso. Diferente dessa opinião, o editorial da *Folha de São Paulo* parece ter vislumbrado um ano melhor que o anterior, na crença de que os representantes do Executivo e do Legislativo continuassem a mostrar que poderiam “corrigir ou suspender os efeitos dos próprios erros”⁹⁹⁵, ou de que, pelo menos, mantivessem “a ordem nas ruas, [cuidassem] da saúde pública e da segurança nacional”⁹⁹⁶. Em relação ao governo, no tradicional discurso de Ano Novo, tanto o presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, quanto o presidente da República, João Goulart, lembraram-se da crise passada, mas como forma de exaltar a defesa do regime, o combate à inflação e a “união do povo”. Na fala de Goulart, o ano que terminava tinha sido agitado, “mas de suas horas incertas saímos revigorados na decisão de continuarmos unidos, caminhando firmes para os nossos irrevogáveis objetivos”⁹⁹⁷.

De fato, o governo de Goulart procurou reconciliar as forças políticas, tentando realinhar o PTB e o PSD para desarmar a oposição e criar condições para que as reformas de base fossem realizadas. Esse movimento se mostrou desde o início de seu governo, e se traduziu na formação do primeiro Conselho de Ministros, nomeado de “Gabinete da União Nacional”, composto, em parte, pelos setores conservadores. Por outro lado, se esse realinhamento era considerado importante para equilibrar o cenário político, para as esquerdas, o novo Conselho significou um ato de conciliação com o imperialismo e com os golpistas, e a crença desses grupos de que a chegada de Goulart à presidência possibilitaria a

⁹⁹⁵ *Folha de São Paulo*, 31/12/1961, p. 04.

⁹⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁹⁷ GOULART, João (1961). Discurso: desenvolvimento e independência. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, p. 129.

rápida execução das reformas logo se transformou em impaciências e cobrança sobre o governo⁹⁹⁸.

Quanto à UNE, mesmo sem a possibilidade de movimentos de maior envergadura nos meios estudantis em decorrência das férias escolares, mostrou que um movimento de conciliação teria que transpor posições bastante rígidas no interior das esquerdas, e a cisão provocada pela renúncia de Jânio Quadros, a pressão pelas reformas de base e a radicalização de um movimento anticomunista furioso estavam muito presentes no imaginário, tanto dos reformistas, quanto do anticomunismo, do qual surgiram os primeiros atos violentos.

As primeiras ações que atentaram contra a UNE, durante o governo João Goulart, partiram do Movimento Anticomunista (MAC), ou Milícia Anticomunista, como também foi chamado pela imprensa. As ações desse grupo haviam começado ainda no final de 1961, primeiro com uma pichação insultando a entidade, depois arremessando uma bomba no interior da UNE no momento em que se realizava uma assembleia sindical no espaço do seu auditório. Além desses atos, que tiveram pouca repercussão na imprensa, O MAC insistiu em ligações para a Secretaria do CPC, que funcionava no mesmo local, ameaçando que caso as apresentações de teatro e as filmagens do filme “Cinco Vezes Favela” não fossem encerradas, haveria retaliações contra a entidade estudantil.

As pichações, bombas e ameaças verbais se transformaram em uma ação de maior vulto na madrugada de seis de janeiro, quando o MAC promoveu uma pichação na fachada da sede da UNE, com os dísticos “casa dos lacaios de Moscou”, e alvejou a entidade com 17 tiros de metralhadora. Na mesma noite, a sede do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito também foi atacada. Já em São Paulo, um dia depois, a pintura de vários muros, inclusive da prefeitura da cidade, amanheceu com a frase “fuzilemos os comunistas”. Essa segunda sequência de ações do MAC foi tema de grande difusão na imprensa e nas instâncias do governo, tornando-se uma questão ainda mais polêmica quando um grupo que se intitulou União dos Patriotas Anticomunistas (UPA) invadiu a Rádio Farroupilha, em Porto Alegre, para ler um comunicado contrário ao comunismo.⁹⁹⁹ Esses acontecimentos foram ponta de lança para radicalizar os dias subsequentes, repercutindo e sendo politizados rapidamente.

⁹⁹⁸ TOLEDO, 1986, op. cit., FERREIRA, 2004, op. cit.

⁹⁹⁹ *Jornal do Brasil; Folha de São Paulo*, 06/01/1962 a 11/01/1962.



5 “Casa dos lacaios de Moscou –MAC”. Fachada da sede da UNE, na Praia do Flamengo, nº. 132, RJ, no dia seguinte ao atentado do MAC. **Fonte:** *Diário de Notícias*,

Ainda durante a madrugada, o antigo diretor do ISEB e também atual deputado, Roland Corbisier, foi até a sede da entidade. Em seguida, o deputado Celso Brant declarou que os estudantes deveriam se armar para responder a futuros atentados, disposição que alguns diretores da UNE também afirmaram, frente à justificativa de que não havia, no Estado da Guanabara, nenhuma garantia pessoal aos dirigentes estudantis.

O atentado repercutiu ainda mais quando a UNE, nas primeiras horas do dia, emitiu um comunicado sobre os ataques, no qual afirmou que a ação do MAC teria contado com a “inexplicável omissão do Governo Estadual [e que] a polícia, apesar de tão vigilante para outras coisas, ainda não [tinha visto] terrorismo tão desbragado”¹⁰⁰⁰. A seguir, o comunicado da UNE insinuou que as armas utilizadas eram de uso exclusivo do Exército, “ou da Polícia Estadual” e, em parte do texto, solicitou intervenção Federal no caso, alegando que a Guanabara “novamente” havia se tornado um lugar inseguro, além de exigir explicações do governador do Estado, Carlos Lacerda. Conforme o comunicado,

¹⁰⁰⁰ Comunicado conjunto da UNE e da UBES, *Jornal do Brasil*, 08/01/1962, p. 03.

Acreditamos que é chegada a hora de um esclarecimento do Sr. Governador da Guanabara, se é que pode fazê-lo, no sentido de explicar a forma irresponsável como vem sendo tratado tão grave problema.

Frente ao gradual agravamento do resultado dessa ação do mais puro vandalismo, denunciamos o total clima de insegurança mais uma vez vivido neste Estado, exigindo das autoridades da República, Chefe do Governo, Ministros da Justiça e da Guerra a adoção de enérgicas providências garantidoras do resguardo da segurança pessoal dos líderes estudantis ameaçados e restabelecedoras da ordem e da lei incompatíveis com o anarquismo que ameaça a tranquilidade coletiva. Aceitamos as provocações e ameaças como atestado de que temos sabido cumprir nossos deveres.¹⁰⁰¹

Em decorrência ou não das exigências da UNE, o presidente João Goulart emitiu uma nota oficial, pela qual exigiu punição aos autores do atentado e solicitou que as pastas civis e militares do governo acompanhassem a situação do caso, sendo que o Ministro da Justiça foi enviado ao Estado da Guanabara para acompanhar o inquérito.

O presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, apontou para a mesma direção, e exigiu “providências rigorosas” para o ato terrorista. As ações do MAC tiveram repercussão em praticamente todos os grandes jornais e programas de TV, além de terem sido promovidas manifestações de solidariedade à UNE e de condenação a Carlos Lacerda em diversas cidades brasileiras.

Já o governo do Estado e o chefe da Força Policial, negaram com veemência as acusações, e no dia seguinte, passou a circular na imprensa informações sobre a possibilidade do atentado ter sido realizado por comunistas, com o objetivo de promover um clima de insegurança no cenário nacional.

Na onda da repercussão do atentado, a UNE, apoiada por deputados, partidos de esquerda, organizações sindicais e pelas Ligas Camponesas, convocou uma manifestação de desagravo ao atentado, que foi realizada dias depois, na Cinelândia. Durante a manifestação, o radicalismo e a polarização entre os estudantes e o governo do Estado, que em última instância, para as esquerdas, representava os conservadores e reacionários, foram simbolizados na sincronia das acusações entre ambos os lados. Isso porque Carlos Lacerda programou um comunicado sobre o atentado pela TV Tupi no mesmo dia e horário da manifestação estudantil.

Durante o Ato de Desagravo que, segundo a imprensa, reuniu cerca de três mil pessoas, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, declarou que a “solução para os brasileiros, caso falhem os apelos legais para as garantias do regime, será deixar crescer a barba e pegar um fuzil”¹⁰⁰². Já o deputado Hércules Correia, após perguntar aos participantes

¹⁰⁰¹ Ibidem.

¹⁰⁰² *Jornal do Brasil*, 10/01/1962, p. 01.

da concentração qual era o destino que deveria ser dado ao governador Carlos Lacerda, ouviu uma resposta em coro: “paredão!”¹⁰⁰³.

Em decorrência da mobilização dos setores esquerdistas, Carlos Lacerda respondeu à concentração de desagravo. No programa da TV Tupi, o Governador da Guanabara apareceu ao público segurando um livro do cubano Che Guevara, impresso no Brasil, por meio do qual fazia referência à influência comunista entre os diretores da UNE e seus apoiadores. Ainda de acordo com o governador, o atentado “só poderia ter sido obra dos próprios comunistas, ou de militares e civis que não aguentam mais as provocações da UNE”. Por fim, qualificou a entidade como “órgão pobre do estudantado brasileiro”¹⁰⁰⁴.

As ações do MAC também foram abordadas pelo IBAD, por meio da revista *Ação Democrática*, que minimizou e desqualificou a divulgação da imprensa e das autoridades sobre o caso. Sobre as pichações, o IBAD considerou um método comum e bastante utilizado no Brasil, “principalmente pelos comunistas [...] recurso para seus slogans: Viva Luis Carlos Prestes, O Petróleo é Nosso, Abaixo a Instrução 204, Fora com o Imperialismo [...] e muitos outros”¹⁰⁰⁵; já sobre a pichação da UNE, considerou, “aliás, uma descrição fiel e precisa do prédio pichado”¹⁰⁰⁶. Em seguida, o texto da revista procurou relacionar o tema com o cenário nacional, afirmando que o ambiente era tal, que “forças poderosas, com o apoio das mais altas autoridades da República, conseguem tumultuar a nação em torno de um pichamento vulgar”¹⁰⁰⁷.

De modo geral, o conteúdo do artigo pretendeu relacionar a repercussão dos atentados com a representação de infiltração comunista que se fez, tanto no interior da UNE e nas organizações que lhe apoiaram, quanto no Governo Federal, finalizando com dois sentidos. O primeiro, de que a preocupação maior não deveria ser com os atentados, mas sim com o perigo do comunismo, infiltrado por toda parte; em segundo, que se a ação do MAC era um recurso totalitário, foi dirigido contra

os mesmos que há poucos meses, em Natal no Rio Grande do Norte, usaram e abusaram de técnicas terroristas para intimidar as delegações de outros países latino-americanos a um congresso estudantil no sentido de que abandonassem as suas posições em favor da democracia.¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰³ Ibidem.

¹⁰⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁰⁵ Totalitários agridem totalitários (1962). *Ação Democrática*, ano III, nº. 33, fevereiro, p. 28.

¹⁰⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁰⁸ Ibidem. O encontro de Natal, no Rio Grande do Norte, se refere ao IV Congresso Latino Americano de Estudantes, realizado de 8 a 19 de agosto de 1961.

Em suma, caracterizou-se a UNE como uma entidade que partilhava das mesmas práticas postas em ação pelo MAC, com um agravante: a infiltração do comunismo foi considerada bem mais perigosa do que as ações que se realizavam contra ele. Vertentes desse pensamento podem ser encontrados em diversos jornais da época, como em um artigo não assinado de um diário regional de São José do Rio Preto, o qual dizia que “não é possível confundir na mesma luta os extremismos de esquerda e direita – o comunismo age apoiado em uma poderosa maquina de subversão mundial – a democracia precisa defender-se”¹⁰⁰⁹.

Apesar da repercussão, do aparente esforço para encontrar os membros do MAC e a acusação que se formalizou contra nove dos seus supostos membros¹⁰¹⁰, nem o Governo Federal, nem o Governo da Guanabara apresentaram resultados efetivos de condenação no decorrer das investigações. Por sua vez, as ações do grupo não cessaram. Ainda no final de janeiro, explodiram duas bombas, atribuídas ao MAC, próximas à sede da Missão Comercial da URSS e, meses depois, em um ataque atribuído a FJD durante uma conferência de Francisco Julião na sede da UNE, o público presente no saguão da entidade foi atacado, mas dessa vez, com bombas de ácido sulfúrico, pó de mico e pimenta do reino¹⁰¹¹.

Foi nesse cenário que as mobilizações pela reforma universitária se desenvolveram no decorrer de 1962, com a oposição de um forte discurso anticomunista, que se tornou quase cotidiano, e de denúncias, acusações e atentados contra a UNE.

Com o passar dos dias, a divulgação dos atentados saíram das páginas da imprensa, dando lugar às bombas contra a sede da Missão Comercial soviética, e os estudantes deram prosseguimento a suas atividades. Ainda no início de fevereiro, realizou-se o Seminário Nacional de Assistência Estudantil, no qual se tratou de temas socioeconômicos sobre o que se entendia ser a realidade dos estudantes e o problema da autossuficiência financeira das entidades estudantis, tema que continuava a ser tratado como um empecilho à independência política das entidades. E em seguida, já em março, foi realizado o II SNRU, em Curitiba, no Paraná, do qual os resultados foram publicados no documento intitulado Carta do Paraná.

¹⁰⁰⁹ *Correio da Araraquarense*, 14/06/1962, p. 06.

¹⁰¹⁰ Segundo noticiado, o ministro da Justiça, Alfredo Nasser, divulgou que o atentado estaria elucidado e que os nomes seriam: Tenente Vicente, da reserva da Marinha, foi que também era membro da Cruzada Anticomunista e foi considerado como o principal suspeito do atentado; Adalberto de Souza Gomes, ex-investigador do DOPS; José Sarmiento, que teve grande quantidade de materiais do MAC apreendidos em sua residência; Rubens dos Santos Werlang, funcionário da Companhia Hidrelétrica de São Paulo e conhecido como “Rubens Integralista”; Luis Botelho; Roberto Nei Magessi Pereira, funcionário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Aloísio Godim, ex-funcionário nos quadros do Governo Federal; Serrano, e; R. Hubner, funcionário da ediação de catálogos da Companhia Telefônica do Rio de Janeiro. *Diário de Notícias*, 04/02/1962, p. 06; *Última Hora*, 05/02/1962, p. 12.

¹⁰¹¹ *Última Hora*, 04/05/1962, p.14.

No II SNRU, os principais dilemas que nortearam os debates foram sobre os conteúdos da reforma universitária, como dar início efetivo a sua realização e, em última instância, quem a realizaria. Segundo ratificado na Carta do Paraná, como pressuposto para as mudanças do ensino superior estava a sua democratização, entendida como “a regulamentação da participação estudantil na direção das universidades, efetivando objetivamente sua influência nas deliberações e posições por estas assumidas”¹⁰¹². Entendeu-se a necessidade dessa participação como contra-ponto a tendência da universidade em “refletir a mentalidade liberal-burguesa, que a impede de estar voltada para os problemas mais cruciais da sociedade”¹⁰¹³; dessa forma, caberia ao estudante, por meio dessa participação, ser o agente principal de sua transformação.

Munidos dessas interpretações, parte significativa das direções estudantis passaram a se empenhar em movimentos objetivos com o intuito de democratizar os órgãos colegiados, ampliando a participação dos estudantes na proporção de *um terço* do seu número total de membros, pois a interpretação que se consolidou foi de que, quem daria início a essas reformas seria o próprio movimento universitário.

Com o término do II SNRU, a primeira ação da UNE, no sentido de mobilizar e tentar unificar as posições estudantis, em particular, em torno do co-governo, e em geral, em torno do conjunto das resoluções do II SNRU, foi a criação da UNE-Volante, uma caravana sob o lema “A UNE veio para unir”, formada pelos diretores da entidade e pelo CPC, que percorreu quase todas as capitais brasileiras realizando assembleias, reuniões, apresentando peças de teatro, debatendo a reforma universitária e defendendo a participação estudantil nos órgãos colegiados¹⁰¹⁴. A UNE-Volante também não pode ser pensada fora da necessidade que havia de aproximação entre as lideranças e o conjunto estudantil¹⁰¹⁵. Para a UNE, era necessário que os estudantes conhecessem as análises e as propostas dos seminários que haviam sido realizados pela entidade e a necessidade de unificar uma posição nacional sobre o tema, a partir do que, é possível aferir que a concepção do movimento estudantil como força social organizada e a busca pela sua unificação também tenham se estabelecido como objetivos das suas direções. Conforme o comunicado aos Centros Acadêmicos, aprovado no II SNRU,

A UNE-Volante, percorrendo todos os Estados, levará as definições sociais do movimento estudantil, instrumento seguro para prosseguirmos em nossa luta [...] dentro de uma perspectiva tática nossa luta será tanto mais válida quanto mais bem orientadas forem as

¹⁰¹² Carta do Paraná (1962) apud FÁVERO, op. cit., p. 66.

¹⁰¹³ Ibidem.

¹⁰¹⁴ CASTILHO, 1978, op. cit., s/p.

¹⁰¹⁵ Ver PELEGRINI, 1998, op. cit., p. 48.

nossas reivindicações, quanto mais bem estruturado estiver o nosso movimento. [...] Impõe-se aqui, como tarefa imediata, nossa presença nessa reformulação, exigindo um co-governo efetivo (um terço de aluno) que dê ao estudante as possibilidades reais e válidas nos órgãos de direção da Universidade¹⁰¹⁶.

Ao considerar esse comunicado, pode-se concordar com o apontamento de José Luiz Sanfelice¹⁰¹⁷ de que a UNE tivesse convicção de que os estudantes estavam ganhando novas forças e perspectivas.

Mas a UNE-Volante não foi o único meio de discussão sobre o tema. Após o término do II SNRU, houve um debate intenso no interior das universidades, com seminários locais realizados pelos DCEs e grupos de estudos sobre as resoluções nacionais¹⁰¹⁸. Mas eles nem sempre apresentaram consenso; quando não, foram espaços pelos quais afloraram as divergências entre diferentes grupos e posições. Isso porque nem as posições mais gerais que constaram nas resoluções do SNRU, nem as crenças que visavam mudar a “essência” de classe existente no ensino foram temas de pleno consenso em todos os espaços.

Logo após o término do II SNRU, a coluna “Encontro Universitário” do *Jornal do Brasil*, apesar de corroborar com a necessidade de reformas no ensino superior, indicou que, em seu conjunto, as comissões formadas para discutir a realidade da universidade no II SNRU haviam seguido duas direções. Em uma delas, terminou por expressar posições bem delineadas em alguns de seus aspectos; já em outra, as discussões teriam se baseado “numa análise no campo político que não se figura real”. Para um desses aspectos, a coluna demarcou uma posição que pareceu representar a de um grupo grande de estudantes, no que tange

às afirmações da Comissão de Crítica do ponto de vista político (do II SNRU), permita-nos discordar frontalmente, quanto ela aponta uma infiltração imperialista no ensino através de programas de ajuda como [...] a Fundação Rockefeller, a Ford, etc. Está teria por fim, no dizer infeliz da comissão, manter o profissional brasileiro afastado da realidade nacional, beneficiando-se de seus conhecimentos como classe privilegiada. Ora, se o profissional nosso se afasta nos problemas nacionais, não faz em decorrência dessa infiltração imaginária, mas em decorrência da apatia existente em sua maioria com a colaboração que dele a sociedade poderá contar na solução de suas dificuldades. E aquelas organizações, contribuindo de forma eficiente para o aprimoramento de laboratórios, bibliotecas, etc., só podem despertar no profissional jovem interesse pela ampliação da técnica em benefício geral¹⁰¹⁹

¹⁰¹⁶ CASTILHO, 1978, op. cit., s/p.

¹⁰¹⁷ SANFELICE, 1986, op. cit., p. 37.

¹⁰¹⁸ Após o II SNRU, foram realizados encontros e seminários sobre a reforma universitária em faculdade e universidades de diversos Estados. Esses encontros nem sempre refletiram as posições da UNE.

¹⁰¹⁹ Encontro Universitário, *Jornal do Brasil*, 06/04/1962, p. 14.

Já em um artigo de Gustavo Corção, veiculado na grande imprensa, dirigiu críticas árdas ao pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Dizia o artigo:

jamaiz imaginei que esse esquerdismo o levasse a dizer o que disse aos *estudantes-que-não-estudam* (...) a Reforma Universitária tão falada tem como objetivo o aprimoramento do ensino das matérias desse nível, a modernização das instituições, o melhor aproveitamento dos mais bem dotados sem os quais o mundo não estaria hoje no ponto em que está (...) a reforma desejada e pregada pelo professor Vieira Pinto não tem nenhuma referência áqueles ideais singelos que o senso comum indica e que todos os *estudantes-que-estudam* desejam (grifo nosso).¹⁰²⁰

Esses posicionamentos refletem o fogo cruzado que se desenhou ao mesmo tempo em que a UNE percorria as faculdades na tentativa de uma posição nacional em torno das suas resoluções.

Um dos espaços pelo qual essas divergências se expressaram foi o I Congresso de Estudantes da PUC-RJ, em maio de 1962, que teve como tema a reforma universitária. O encontro foi organizado pelos estudantes do Conselho de Representantes da universidade e permitiu a participação de representantes da UME nas várias comissões do encontro, o que desagradou alguns grupos de alunos que atuavam no interior da instituição. Quando o encontro teve início, as divergências em torno da reforma universitária passaram a se refletir em posições. Os grupos que divergiam da entidade regional criaram um movimento no interior do encontro pelo qual acusavam os dirigentes da UME de estarem dando um direcionamento alheio às finalidades do tema abordado e o diretório do curso de Direito se retirou do evento. As divergências giravam em torno das mesmas questões apontadas nas resoluções da UNE, agora expressas em nível local. De um lado, estavam as teses que defenderam o que se considerava

comum dos encontros de Reforma Universitária: criação de institutos, fim da cátedra vitalícia, autonomia de fato da universidade, etc. Outras teses perderam-se numa linguagem pouco clara, as vezes incompleta ou em afirmações que dificilmente tenham partido de estudantes da PUC, como a não aceitação de ajuda do capital estrangeiro às universidades¹⁰²¹.

Ao chegar à sessão final do encontro da PUC, surgiram três grupos, nomeados como sendo os reacionários, os esquerdistas e os ponderados. Os reacionários eram os que queriam a anulação completa do encontro. Os esquerdistas, segundo a coluna, queriam debater algumas teses e aprovar “certos” relatórios com a chancela dos alunos da PUC e, portanto,

¹⁰²⁰ CORÇÃO, Gustavo (1962). “Mais Pinto do que Vieira”, *Ação Democrática*, ano III, nº. 36, maio, p. 10.

¹⁰²¹ Encontro Universitário, *Jornal do Brasil*, 18/05/1962, p. 14..

queriam as votações finais do encontro. Por fim, havia os moderados, que consideravam o encontro inválido apenas a partir de certo ponto, quando afirmaram que as comissões haviam deixado de debater a reforma universitária e deram início a uma discussão “alheia à classe”, proposta pelos dirigentes da UME¹⁰²². O Encontro dos estudantes da PUC reflete as sensíveis diferenças que existiram no interior do movimento universitário.

Também tem de se considerar que a reforma universitária não era o único tópico que circulava nos meios estudantis. Fora da influência da UNE, também existiram diversos movimentos que se organizaram em atividades completamente diferentes e, a partir de orientações ideológicas, bastante distantes daqueles que ocuparam os espaços no interior da UNE. Exemplos desses movimentos foram o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD) e o Departamento de Assistência Penitenciária (DAP).

O MUD atuava em São Paulo, tendo sido fundado em meados de 1955 e, depois de algum tempo sem atuação, foi reorganizado em 1961. O movimento se empenhou em ações no interior das favelas paulistanas e, em 1962, foi atuante junto aos moradores da Favela do Vergueiro. Os planos estudantis tinham como meta um levantamento topográfico da região, programas de educação, planejamento e financiamento para a construção de habitações, análises socioeconômicas dos moradores e levantamento de recursos para o conjunto dessas atividades¹⁰²³. O grupo tinha como base alguns Centros Acadêmicos da capital paulista, em especial dos cursos de Medicina, e contava com apoio de grupos religiosos, como da Associação dos Moços, da Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo e católicos da Cruzada Pio XII, além de também ter sido apoiado pelo IPÊS, que o auxiliava com recursos e estrutura, como um automóvel doado ao grupo para locomoção¹⁰²⁴. Nas suas atividades, também constaram programas de assistência médica e de locomoção de crianças para os hospitais da cidade. Ainda no início do ano de 1962, os estudantes do MUD intercederam junto aos proprietários das terras onde ficava a Favela do Vergueiro, e conseguiram maiores prazos para a desocupação do local, quando a justiça ordenou a reintegração de posse.

Esse grupo se manteve atuante nos anos seguintes. Em 1964, já após o golpe, conseguiu um compromisso do governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, para a liberação de trinta milhões de cruzeiros como verba de doação para o financiamento das atividades do grupo. Nessa época, o MUD já atuava junto aos moradores da Favela do Tatuapé. No mesmo ano, o deputado Valério Giuli apresentou um Projeto de Lei tratando da

¹⁰²² Coluna Universitária, *Jornal do Brasil*, 04/05 a 25/05/1962.

¹⁰²³ Universitários nas favelas (1961). *Revista Anhembi*, ano XI, vol. XLIV, nº. 130, setembro, pp. 165-166.

¹⁰²⁴ Ver DREIFUS, 2006, op. cit.; ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

declaração de utilidade pública do grupo. O projeto tramitou até 1966, sem que recebesse nenhum parecer e acabou não sendo aprovado.

Também fora da influência da UNE, um grupo de estudantes do Diretório Acadêmico do curso de Direito da PUC¹⁰²⁵, no Rio de Janeiro, atuou pelo Departamento de Assistência Penitenciária (DAP), que também havia sido organizado em 1961. O DAP tinha por objetivo prestar assistência aos egressos do sistema carcerário da cidade. O grupo desenvolvia atividades diversas e voltadas para a reintegração dos egressos. Também realizou atividades comemorativas como a “Páscoa dos Presos”, em Ilha Grande. O contato com o público alvo do grupo tinha início ainda dentro das prisões e continuava fora delas. A CAMDE também operou nesse mesmo setor entre o final de 1963 e início de 1964, mas não há documentação que indique alguma ligação ou colaboração entre os dois grupos.

4.2.3 A greve por um terço

No transcorrer da caravana da UNE, iniciada após o II SNRU, até o Conselho Nacional de Estudantes da entidade, realizado durante o mês de maio, apesar das divergências que existiram no conjunto estudantil, se formou certa unidade entre as direções e organizações políticas em torno das linhas gerais defendidas para a reforma universitária. Isso possibilitou que a UNE reunisse, em particular, as diversas demandas regionais em torno da democratização das instâncias administrativas e pedagógicas do ensino superior, traduzidas como elementos da reforma universitária.

A campanha lançada pela UNE inaugurou um período que, apesar de curto, conseguiu construir um cenário bastante representativo nos meios estudantis, recebendo adesão mesmo de grupos que mantiveram divergências com a entidade. Ao que tudo indica, o movimento universitário havia conseguido chegar a suas bases, legitimar a posição das suas lideranças e construir uma posição que tornava o movimento liderado pela UNE uma efetiva força social, voltado para reivindicações reformistas. Essa relação, como já discutida, não era corrente.

Segundo aponta Martins Filho¹⁰²⁶, o movimento estudantil se constitui em duas linhas paralelas: o militante, que é aquele que ocupa as funções internas e as organizações estudantis, se colocando geralmente na posição de direção do movimento, e o estudante

¹⁰²⁵ A PUC do Rio de Janeiro foi palco de reviravoltas no movimento estudantil. Primeiro, quando publicou o Manifesto do DCE da PUC, depois, quando movimentos de oposição às esquerdas ganharam, ainda em 1962, quase todos os CAs da universidade e participaram da chapa que venceu as eleições da UME-RJ, também no mesmo ano.

¹⁰²⁶ MARTINS FILHO, 1997, op. cit., pp. 58-75.

comum, o qual está fora delas, constituindo o todo do conjunto universitário. Essa questão indica duas reflexões. Em primeiro lugar, que essas duas linhas não são inseparáveis e ora o estudante militante representa as aspirações da massa estudantil, ora não. Nessa mesma perspectiva, também não é possível afirmar, como já apontou José Luís Sanfelice, “que o nível de consciência da realidade de todos os participantes do movimento estudantil correspondesse ao nível expresso nos documentos da UNE”¹⁰²⁷, nem mesmo que o conjunto estudantil concordasse com a sua totalidade ou com os partidos e organizações de esquerda que se expressaram em seu interior.

Em segundo, considera-se que no interior desse movimento, mesmo nos períodos em que ele representou uma forte unidade entre o seu conjunto, existiram especificidades regionais¹⁰²⁸. Essas particularidades, características que denotam um movimento multifacetado, se expressaram em termos de motivações, demandas, disputas regionais e crenças políticas diferentes que, mesmo ao incorporar um movimento nacional como a greve por *um terço*, continuaram a existir ativamente. É significativo que todas essas diferentes demandas estiveram em plena ascensão quando a UNE decretou oficialmente a greve nacional pela participação estudantil, em 1º. de junho de 1962¹⁰²⁹.

Quando o jornal *Última Hora* noticiou que a UNE levaria a cabo a decisão dos estudantes reunidos no Conselho Nacional, que aconteceu em São Luiz, de “lançar mão do recurso extremo a fim de verem atendidas as suas reivindicações” de participação nas direções universitárias, já havia um cenário de efervescência nos meios estudantis motivado pelas demandas regionais.

Em São Paulo, os estudantes da Universidade Mackenzie já estavam com as aulas paralisadas desde o início de maio, reivindicando que a instituição fosse federalizada.¹⁰³⁰ Na Faculdade de direito da Universidade de São Paulo (USP), que também estava em greve, o

¹⁰²⁷ SANFELICE, José Luís. “A UNE e a ditadura civil militar de 1964”. In: GROPPPO, Luis Antonio; ZAIDDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Org.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: UFPE, 2008, p. 71.

¹⁰²⁸ Ibidem., p. 70.

¹⁰²⁹ Também não é possível ignorar que as diferenças internas do movimento, aparentemente absorvidas pelo movimento nacional de greve, se revelaram fortes no seu final, quando as disputas que já existiam se converteram em denúncias e acusações contra a UNE. Por outro lado, apenas a identificação que se formou em torno das suas bandeiras, e a crença que se partilhou de que essas reivindicações eram legítimas é que possibilitaram que o movimento se mantivesse por quase três meses, terminado apenas em 8 de agosto desse ano

¹⁰³⁰ Além da reivindicação estudantil pela federalização, a Universidade Mackenzie foi tema de diversos debates no Conselho Federal de Educação (CFE), que chegou a indicar uma comissão para acompanhar o caso. O relatório da comissão apontou divergências entre a Universidade e a Mantenedora na adequação de seus estatutos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e um mediador foi indicado. Em 16/11/1962, o Estatuto da Universidade foi aprovado pelo CFE como resultado satisfatório da mediação levada a efeito pelo Professor Almeida Junior, em nome do Conselho. O estatuto previa a participação de apenas um representante discente em seus órgãos. Documenta, 1962, MEC, nº. 1-7.

movimento era direcionado a um concurso de Cátedra contra o qual os estudantes lutavam. Ainda no final de maio, a UEE/SP unificou esses dois movimentos em uma única pauta e foi decretada uma greve geral de solidariedade no Estado que, em junho, ainda estava vigorando em mais de 30 faculdades¹⁰³¹.

No Rio de Janeiro, os alunos da Faculdade Nacional de Direito também estavam em greve contra a proibição de uma conferência patrocinada pelo CACO, e os alunos da PUC, em greve contra a demissão sumária do Professor de Direito Civil da instituição.

No Paraná, Estado onde o movimento estudantil parecia mais radical nesse momento, as aulas também estavam suspensas desde o início de maio, reivindicando antecipadamente a participação de *um terço* nos colegiados.¹⁰³²

Em Fortaleza, os estudantes igualmente estavam em greve e, na Bahia, Pernambuco e Paraíba as mobilizações estudantis vinham sendo constantes com greves e protestos com o intuito de questionar pontos diversos da falta de estrutura nas faculdades e universidades.

Desse modo, com o decreto da paralisação nacional da UNE, o movimento incorporou e unificou a grande maioria das reivindicações regionais que então motivaram os diversos movimentos listados acima, o que significou um peso considerável logo no seu primeiro dia. Nos outros Estados, a paralisação foi acontecendo gradativamente, conforme os Conselhos Estaduais de Estudantes se reuniam para deliberar a *parede*.

Por outro lado, como o meio universitário não era homogêneo ou unitário, mesmo quando suas diferenças pareceram se diluir na greve nacional, e apesar de alguns grupos que discordavam da UNE terem se manifestado favoráveis à paralisação, especialmente na Guanabara¹⁰³³, na Universidade Mackenzie e na PUC, em São Paulo, grupos de alunos das Faculdades de Direito se posicionaram publicamente em favor de *furar* a greve.¹⁰³⁴

No Paraná, nas cidades de Ponta Grossa e Londrina também havia estudantes contrários à paralisação, além de um movimento *pró-plebiscito* que, a partir de um grupo estudantil de tendência anticomunista de Curitiba, passou a exigir que a UPE/PR realizasse uma votação em todo o Estado para ratificar ou não a greve. A justificativa desses estudantes foi de que essa era a única forma de todos os universitários se expressarem em relação à paralisação, proposta que foi tachada como *traidora* e *divisionista* pela diretoria da UPE.

Apesar de terem surgido esses focos de oposição à paralisação da UNE, nenhum desses movimentos se tornou nacional e, conforme a mobilização foi se intensificando, eles

¹⁰³¹ *Correio da Araraquarense*, 02/06/1962, p. 06.

¹⁰³² *O Estado de São Paulo*, 07/06/1960, p.07.

¹⁰³³ *Jornal do Brasil*, 18/05 e 25/06/1962, caderno B.

¹⁰³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 03/06 a 22/06/1960.

acabaram sendo ofuscados pelas assembleias dos centros e diretórios acadêmicos e pelas intervenções das entidades estaduais, as quais foram continuamente ratificando a decisão da UNE e as resoluções do II SNRU.

Nesse contexto inicial, a FJD surgiu novamente como a organização radical de oposição à greve da UNE. Apesar da “Frente” não ter aglutinado um número significativo de estudantes nem ter conseguido, como antes, influenciar as posições de grupos internos que atuavam no movimento, conseguiu se manter ativamente na imprensa nacional, assinando longos comunicados nos quais denunciava a infiltração comunista internacional na direção da UNE e os objetivos da entidade em conturbar o panorama nacional. Dentre os jornais que apoiaram deliberadamente as denúncias da FJD, os que mais se destacaram no eixo Rio-São Paulo foram *O Globo*, o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e *O Estado de S. Paulo*. Esse último, segundo nota explicativa publicada pelo seu editorial¹⁰³⁵, lembrou que a FJD havia sido fundada ainda em 1951, com o objetivo de neutralizar a atuação desenvolvida pelo Partido Comunista na juventude brasileira; segundo a nota, a organização contaria com cerca de 500 membros espalhados pelos Estados.

Na década de 1960, a FJD, agora financiada pelo complexo IPÊS/IBAD¹⁰³⁶, obteve a maior visibilidade nos momentos em que as oposições às esquerdas que atuaram no interior da UNE estiveram mais fragilizadas, cumprindo um papel de acusação e denúncia contra a influência do comunismo. Nesse sentido, apesar da FJD ter perdido o seu poder de influência real no interior do movimento universitário, conquistado anteriormente nos três primeiros anos da década de 1950, o papel da organização não pode ser subestimado, pois, durante toda a greve e no decorrer do congresso da UNE de 1962, quando, pela primeira vez nos últimos anos, as oposições não conseguiram formar uma chapa para disputar as eleições da entidade, foi a FJD que surgiu provocando estardalhaços na imprensa e promover provocações e ações violentas nos congressos. Seus comunicados e ações, ao serem acolhidos na grande imprensa, construíram uma imagem de que os grupos anticomunistas nos meios estudantis eram bem maiores do que realmente foram.

Foi esse o sentido que orientou toda a atuação da FJD durante a greve. Ainda no dia 1º de junho, data inicial da paralisação, seu posicionamento oficial em relação à parede estudantil foi publicado. Segundo a organização, a greve da UNE era uma manobra comunista, criminosa e impatriótica. Segundo o comunicado,

¹⁰³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 06/06/1962, p. 05.

¹⁰³⁶ Ver DREIFUSS, 2006, op. cit.

na base das falsidades comuns a tática revolucionária do Kremlin, o movimento paredista é apresentado como resultante de motivos relevantes, isto é, desejo de participação no conselho das universidades, solidariedade aos estudantes perseguidos, reforma universitária e outros pretextos, quando a greve geral decorre de ordem expressa da União Internacional de Estudantes (UIE), em Praga, que determinou aos seus agentes – traidores dos estudantes – que perturbem o ambiente para tornar possível a eclosão revolucionária dos operários (greves) e camponeses (guerrilhas)¹⁰³⁷.

Logo depois, outro comunicado da FJD de grande circulação afirmou que a greve da UNE era organizada por agentes comunistas a serviço da guerra civil, e alegou que nas sedes dos centros acadêmicos existiam armas leves e revólveres¹⁰³⁸.

Ainda no mesmo mês, em tom de desmoralização, a FJD deu início a uma campanha para que a UNE fosse expulsa da antiga capital brasileira. Segundo o comunicado, intitulado “Manifesto da FJD contra a permanência da UNE no Rio de Janeiro”¹⁰³⁹, a organização sugeria que a entidade nacional dos estudantes transferisse sua sede para a nova Capital brasileira, Brasília, ou para “moscovita, matriz ideológica do internacionalismo nacionalista, fabricantes de greves, lutas de rua, agitação e invasão de escolas”¹⁰⁴⁰. Segundo o comunicado, a mudança da “minoría corrupta de comunistas arruaceiros da UNE” para Brasília se faria com as verbas de 385 milhões que ela recebia do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Até meados de julho, a FJD publicou outros comunicados que circularam em torno das mesmas denúncias, incluindo a intenção da UNE em “cubanizar” o Brasil. A organização também manteve a campanha de expulsão da sede da entidade, incluindo encontros com o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que tinha um discurso similar ao da FJD em relação à transferência da UNE e que recebia, do mesmo modo, atenção da imprensa. A transferência da entidade chegou a se tornar objeto de um Projeto de Lei na Câmara Federal.

Transcorrido quase um mês desde o início da paralisação, a grande maioria das universidades não havia cedido à reivindicação *por um terço*. A UNE então tentou uma última ação de impacto, e ocupou a sede do MEC, na Guanabara. A ocupação ocorreu no dia 25 de junho e os estudantes foram expulsos pelas tropas do exército no dia 27; sem que os efeitos esperados acontecessem, a ação apenas radicalizou um contexto já muito dividido.

A essa altura, sem conseguir avanços significativos, o movimento se voltou para o Conselho Federal de Educação (CFE) e também tentou que o próprio Governo Federal interviesse na questão em favor dos estudantes. Por fim, em nota oficial, o governo se mostrou favorável à ampliação da representação estudantil; no entanto, não poderia intervir

¹⁰³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/06/1962, p. 2.

¹⁰³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 17/06/1962, p. 10.

¹⁰³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 27/06/1962, p.6; 28/06/1962, p. 06.

¹⁰⁴⁰ *Ibidem*.

diretamente nas universidades, já que as instituições possuíam autonomia sobre os seus assuntos internos, passando a questão ao CFE¹⁰⁴¹.

Para os estudantes de São Paulo, que também defendiam a federalização da Universidade Mackenzie, a nota do MEC significou um ponto final na reivindicação, pois o Ministério afirmou que não iria federalizar a instituição. Ao mesmo tempo, o Conselho Universitário da USP ratificou o concurso da Faculdade de Direito, impondo-se, então, duas derrotas aos paulistas, Estado que havia se tornado o principal centro em número de estudantes universitários.

Quando enfim a questão passou a ser discutida pelo CFE, entre o final de julho e início de agosto, as acusações contra a UNE se fortaleceram e o conselho não cedeu. Conforme sua deliberação, os reitores que participaram da reunião impuseram forte oposição ao movimento. O Reitor da Universidade do Ceará, Antonio M. Filho, defendeu que o movimento levado pela UNE era político e resultado da atuação de elementos *estranhos* ao movimento, ou seja, os comunistas. O Reitor da Universidade de Minas Gerais concordou com a posição de Antonio M. Filho e acrescentou que a ação fugia aos limites escolares, pretendendo subverter a ordem constituída. Outros reitores, como Flavio Suplicy de Lacerda, da Universidade do Paraná e Pedro Calmom, da Universidade do Brasil, se lançavam na defesa da autonomia universitária,¹⁰⁴² ou seja, apenas as universidades tinham autoridade para definir os critérios da representação estudantil¹⁰⁴³.

A derrota final da reivindicação dos universitários veio com o último relatório do CFE, que se posicionou em favor da autonomia universitária. Segundo o relatório, impor às universidades representação de *um terço* era uma violência contra a autonomia universitária, ao tempo que assegurou a inconveniência de qualquer alteração na LDB, recém aprovada.¹⁰⁴⁴ Como uma das justificativas se tratou da responsabilização ou não dos estudantes junto às instâncias universitárias, alegou a indispensável contenção de certos atos estudantis e ressaltou que a “inexperiência dos jovens, muito naturais, de assuntos, quer didáticos, quer administrativos, desaconselham sua intervenção”¹⁰⁴⁵. Apenas Anísio Teixeira, que havia participado dos seminários da UNE sobre a reforma do ensino nos anos de 1950, então

¹⁰⁴¹ Nota Oficial do MEC, 11/06/1962.

¹⁰⁴² Como já analisado, para Álvaro Vieira Pinto (1962), a autonomia universitária era uma forma de a classe dominante manter a universidade fora da vigilância social. Para o autor, numa sociedade dividida em classes, não poderia haver autonomia, uma vez que as instituições de ensino superior deveriam estar sob o controle do povo.

¹⁰⁴³ *Documenta*, 1962, pp.53-57.

¹⁰⁴⁴ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovado em fins de 1961, apesar de garantir a representação estudantil nos colegiados, atribuía às instituições a função de definir a sua proporção.

¹⁰⁴⁵ *Documenta*, 1962.

membro do conselho, ressaltou não ver a participação dos estudantes como ameaça, mas sim como necessária à responsabilidade estudantil nos rumos da educação.

Ao ser divulgado o parecer negativo do CFE, no dia 1º de agosto, estava anulada qualquer tentativa de ação governamental para garantir a participação estudantil de *um terço* nas instâncias universitárias, pois esse era o ponto fundamental da greve. Quando a LDB foi aprovada, o artigo que tratava da representação estudantil era vago, e deveria ser regulamentado pelas próprias faculdades e universidades, com prazo até 27 de junho para que fossem enviados ao CFE para aprovação. Dessa forma, a greve surgiu com intuito de pressionar as direções universitárias, para que a representação de *um terço* fosse garantida nos estatutos e regimentos de cada Instituição de Ensino Superior. Quando o prazo terminou, sem que a grande maioria das universidades tivesse atendido à principal reivindicação, a greve se voltou para o CFE e para o Governo Federal que, em última instância, poderiam interceder a favor dos estudantes. Com a posição favorável do governo, mas dependente de uma resolução do CFE, o qual foi contra, a oposição viu a greve derrotada e tomou fôlego.

Ainda no dia 27 de julho, o jornal *Folha de São Paulo*¹⁰⁴⁶ dedicou um editorial ao tema, no qual, em referência ao posicionamento favorável do governo ao *terço*, o criticou de forma árdua. Já com a divulgação do parecer do CFE, deputados contrários à greve discursaram na tribuna da Câmara Federal, denunciando a impertinência da reivindicação dos universitários, entre os quais, Brígido Tinoco, que havia sido Ministro da Educação no governo de Jânio quadros, afirmou que o *terço* estudantil redundaria “em balburdia, desrespeito aos mestres e em subversão do ensino superior”¹⁰⁴⁷. Ainda na Câmara Federal, começou a circular o primeiro pedido para a abertura de uma CPI, visando verificar os gastos da entidade e apurar as denúncias de subversão nos atos da UNE. O Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) de São Paulo também apoiou a posição do CFE e o Reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, intensificou suas acusações contra a *subversão da greve* e, a convite do IPÊS, participou de programadas de televisão, sendo em São Paulo recebido por estudantes da Universidade Mackenzie. No Rio de Janeiro, estudantes da Congregação Mariana, do Comitê Brasileiro Pela Autodeterminação dos Povos e do Grupo de Ação Democrática divulgaram o início de uma campanha contra a direção da UNE, “para afastar os agitadores profissionais que ditam o rumo da política estudantil”.¹⁰⁴⁸

¹⁰⁴⁶ *Folha de S. Paulo*, 26/07/1962, p. 04.

¹⁰⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1962, p. 04.

¹⁰⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 09/08/1962, p. 04.

Nesse cenário, o movimento nacional já estava entrando em seu terceiro mês de greve e, em alguns Estados, no quarto. Sem que suas reivindicações fossem atendidas, a UNE já estava esgotada, sofrendo críticas e uma oposição generalizada que se cruzou àquelas existentes dentro do próprio movimento.

Em muitas universidades, os estudantes começaram a retornar às rotinas escolares, o que deu respaldo para que diversas instituições passassem a acionar a força policial para garantirem as aulas. Enfim, no dia 8 de agosto, a greve foi suspensa durante a realização do Conselho Nacional de Estudantes da UNE, no Rio de Janeiro. Apesar de o movimento ter sido considerado vitoriosos em relação a mobilização que se realizou, na prática, nem as reivindicações regionais e nem o ponto central da greve nacional, a participação estudantil nas instâncias administrativas e pedagógicas, foram atendidas.

4.3 Entre a greve e o golpe: radicalização e refluxo do movimento universitário

A partir do final da greve por um terço, apesar das direções estudantis terem procurado manter a reforma do ensino superior como a bandeira geral da UNE e, com esse fim, tentado mobilizar protestos em torno de demandas mais específicas entre os universitários, a tendência que se verificou no interior do movimento, conforme apontou Martins Filho¹⁰⁴⁹, foi a conversão gradativa das ações estudantis para o campo político, ao mesmo tempo em que se verificou forte refluxo nas suas ações de massa. Entre as ações de vanguarda da UNE e de outras entidades regionais e o refluxo em sua relação com o conjunto dos universitários, parecem ter existido diferentes movimentos paralelos em relação aos estudantes, mas que até o golpe civil-militar de 1964, nem sempre se cruzaram.

Nesse sentido, percebeu-se que a onda de oposições, propaganda, críticas, acusações e denúncias que se formaram contra a UNE, no contexto mais geral das disputas políticas e ideológicas do período final do governo de João Goulart, se tornaram sistemáticas e refletiram sobre diversas entidades estudantis locais e regionais, mas não conseguiu fragilizar a coalizão de esquerda e nem articular um movimento nacional com alguma consistência contra as esquerdas estudantis a nível nacional. Assim, mesmo com a onda de críticas que surgiu no refluxo do movimento após o final da greve, as esquerdas se mantiveram sólidas na frente única que venceu o XXV Congresso da UNE, em 1962, e o XXVI Congresso, em 1963, sem que as oposições e os anticomunistas tivessem tido possibilidades de influenciar sobre os

¹⁰⁴⁹ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 58-59.

conteúdos e as eleições realizadas nesses congressos, exceto por ações violentas e discursos que se materializaram mais em ações por fora, do que por dentro das disputas pela direção da UNE. Esses aspectos que emergiram no movimento universitário podem ser observados nas ações da UNE durante esse período, nas suas formulações e na realização dos seus dois congressos antes da deposição de João Goulart.

Assim, antes de terminar a greve *por um terço*, ainda em julho de 1962, aconteceu o XXV Congresso da UNE, no qual foi eleita a nova diretoria da entidade, se formulou as suas posições em relação ao contexto geral do período e se decidiu sobre a greve por um terço e sobre os novos rumos da reforma universitária.

4.3.1 O XXV Congresso Nacional dos Estudantes: o Congresso das esquerdas

O XXV Congresso da UNE foi realizado no Hotel Quitandinha, Petrópolis, RJ, entre os dias 15 e 22 de julho de 1962. Nele, compareceram mais de mil estudantes, além de representantes de entidades universitárias da Argentina, de São Domingos, da URSS e da UIE. Dentre os eixos temáticos que deveriam constar nos debates do Congresso, é possível perceber a intenção de se aprovar resoluções em torno de temas gerais que definissem as posições da UNE em relação as diversas dimensões das problemáticas do período. Desse modo, se formaram os seguintes eixos temáticos: a UNE e o ensino; UNE e a luta pela emancipação nacional; a UNE e a política externa; a UNE e o poder e; UNE e a luta popular.

Além disso, foram realizados grandes fóruns de discussão, nos quais em diferentes momentos do encontro, diversos conferencistas debateram temas polêmicos com o conjunto dos estudantes presentes. Nesses fóruns, os principais participantes foram Paulo Schilling, Assessor do Governo do Rio Grande do Sul, que debateu a Reforma Agrária e a sindicalização rural; Carlos Estevam, diretor do CPC, que debateu a questão da Cultura Popular; Joaquim Ferreira Filho, representante de Francisco Julião, que debateu o estágio atual dos movimentos populares; Nelson Werneck Sodré, do ISEB, que debateu a situação nacional e a conjuntura política; Herbert de Souza, então assessor da UNE, e Wanderley Guilherme, que debateram o poder econômico e; Santiago Dantas, ministro das Relações Exteriores, que debateu sobre a política externa brasileira.

Por outro lado, ainda sob o efeito do afluxo da greve por um terço, as oposições e os anticomunistas quase não conseguiram se expressar no interior do Congresso, o que não impediu que os comunicados da FJD ocupassem as páginas dos jornais e se expressassem em atos violentos. Nesse contexto, essa organização relacionou a sua concepção doutrinária à

militância política que desenvolvia nos meios universitários e, em especial, com as disputas eleitorais das entidades estudantis.



6 Cartaz do XXV Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Hotel Quitandinha, RJ. **Fonte:** *Jornal do Brasil*, 13/07/1962, p. 14.

Tendo, no Congresso da UNE, um motivo para expor e disputar suas posições, a FJD, por meio dos seus comunicados, jornais e panfletos, passou a tentar aglutinar estudantes e a denunciar as restrições que os *democratas*, na visão da FJD, sofriam durante o encontro. Tiveram início as denúncias dos planos de agitação comunista no próprio congresso. A FJD passou, então, a se reafirmar como defensora da democracia e opositora do comunismo nos meios estudantis e se apresentou aos universitários como a promotora de uma “maratona cívica em favor da libertação dos estudantes brasileiros”, na tentativa de livrá-los dos “grilhões da minoria russificada que empolgou a direção da UNE”¹⁰⁵⁰. Nesse sentido, ao lado das denúncias de que a *minoría* comunista da UNE tentava “corromper, coagir, amedrontar e perseguir a maioria dos estudantes democratas, brasileira e nitidamente antisoviética (*sic*)”, se mantiveram as acusações contra o que se entendia ser a *inimiga do estudo*, que recebia contribuições do peronismo internacional (Brizola) e conduzia o seu congresso com assessoria de técnicos comunistas da Rússia, China e Checoslováquia, autênticos espões.¹⁰⁵¹

Para além das notas e comunicados com acusações e denúncias contra as esquerdas estudantis, amplamente amparadas em parte significativa da grande imprensa, jornais como *O*

¹⁰⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1962, p. 06.

¹⁰⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/1962, p. 07; 20/07/1962, p. 07.

Semanário, *Última Hora* e *Novos Rumos* retrucaram, e pairou sobre a FJD a acusação de terem lançado bombas de gás na sala da reunião plenária e de terem disparado diversos tiros contra os participantes do Congresso, o que resultou em três estudantes internados em estado grave¹⁰⁵². Considera-se também que, a partir do início do Congresso, ao lado dos comunicados da FJD, começaram a circular as posições da Aliança Democrática Estudantil (ADE), de grupos estudantis ligados aos setores mais conservadores da Igreja Católica e de grupos femininos formados por mães de estudantes, todos eles, com apelos contra a participação dos comunistas na UNE e com denúncias sobre a sua consequente degradação moral nos meios estudantis.

Na onda das acusações estritamente estudantis, Carlos Lacerda e o reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, também intensificaram a campanha contra a greve de *um terço*, pelas quais voltaram a qualificar a UNE como um *centro comunista*. Segundo afirmou Suplicy de Lacerda, seria necessário

reagir para que a Universidade não seja destruída pela União Nacional dos Estudantes, que não passa de uma central comunista, como acaba de mostrar mais uma vez reunida em Petrópolis em Congresso onde a liberdade foi sufocada, e onde se elegeu um mocinho comunista, que se diz cristão e defende para o Brasil uma forma de governo nos moldes de Cuba ou da Iugoslávia¹⁰⁵³.

No entanto, as denúncias e as ações dos grupos, personalidades políticas e anticomunistas ligados ao mundo da educação não conseguiram romper o movimento de unidade entre as organizações e partidos de esquerda pela direção da UNE. Desse modo, ao final do congresso, sem que as oposições tivessem conseguido o espaço e a repercussão que pretendiam entre os participantes do Congresso, foi aprovada a continuidade da greve por um terço e lançada uma única chapa para a diretoria da UNE, sob a presidência de Vinicius Caldeira Brandt, então membro do *grupão* que deu origem a AP.

Na interpretação do PCB, expressa por Regina Montava no jornal *Novos Rumos*, a eleição de Caldeira Brandt, que recebeu apoio dos estudantes do PCB, da Polop e da JUC, havia sido uma demonstração de maturidade e unidade do movimento e que a ausência de uma chapa de oposição era algo “esperado por todos, diante das condições em que se desenvolve o processo de politização do povo”¹⁰⁵⁴ que, entre os estudantes, teriam identificado no MAC e na FJD os agentes do imperialismo, qualificados como os fascistas

¹⁰⁵² MONTANA, Regina. Congresso da UNE: nacionalismo, unidade e derrota do terrorismo. *Novos Rumos*, 27/07/1962, p. 01 e 08.

¹⁰⁵³ *Ação Democrática*, IBAD, ano IV, nº. 39, agosto de 1962, p. 12.

¹⁰⁵⁴ *Ibidem.*, p. 08.

indígenas. Ainda segundo a matéria, essas duas siglas seriam organizações abertamente terroristas e estariam colocando em prática as aspirações golpistas de Carlos Lacerda entre os estudantes. Certamente, se por um lado, Montana identificou corretamente nas organizações anticomunistas as promotoras das ações em nome dos setores mais conservadores e golpistas, por outro, se equivocou em resumir a unidade das esquerdas em torno da direção da UNE como um fenômeno mais geral, que representasse as massas estudantis.

No final do Congresso, a Declaração de Princípios da UNE ratificou as posições defendidas pelas esquerdas estudantis na defesa de aprofundar a luta pela reforma universitária e pela conquista imediata da representação estudantil; maior fortalecimento do movimento estudantil; na vontade intensificar o trabalho estudantil junto às bases dos diferentes movimentos populares, por meios da Aliança operário-estudantil-camponesa; pelas reformas de base e por um governo nacionalista e democrático; pela frente única no movimento universitário e; pelo reforço da luta antiimperialista como parte do processo de luta pela libertação nacional¹⁰⁵⁵.

Esse repertório foi expresso no discurso do novo presidente da UNE como uma síntese das ênfases de ação defendidas tanto pelo PCB, quando pela AP: o primeiro, que as ações da UNE deveriam ser norteadas em torno de lutas específicas, enquanto para a AP, a UNE deveria nortear o movimento universitário para as lutas mais gerais de todo o povo. Segundo expresso por Caldeira Brandt, caberia ao movimento estudantil lutar em duas frentes,

dentro da universidade, para transformá-la num organismo e numa instituição a serviço do povo, e nas ruas, ao lado das massas, contra os opressores do nosso país e contra os exploradores do povo [...] nesse sentido a diretoria que nos antecedeu lutou por uma maior aproximação da UNE com as suas bases, cabendo a nós, portanto, aprofundar tal trabalho [...] obrigado a irmanar-se com todo aquele, qualquer que seja sua premissa ideológica, que esteja ao lado dos pobres contra os ricos e dos oprimidos contra os opressores¹⁰⁵⁶.

Com relação às lutas no interior das universidades, o ponto de condensação que passou a predominar nas posições da UNE, principalmente a partir de novembro de 1962 quando se reuniu o II Fórum dos Reitores, foi contra a cobrança das anuidades nas faculdades e universidades públicas, tema aprovado pelos dirigentes universitários. Na tradução da UNE, que tinha acento do Fórum de Reitores e votou contra esse tipo de cobrança, entendeu-se que

a escola pública gratuita é uma conquista do povo brasileiro a ser estendida e não limitada [...] tendo em vista ser a gratuidade uma das condições da democratização da

¹⁰⁵⁵ Declaração de Princípios do XXV Congresso Nacional dos Estudantes. *Novos Rumos*, 27/07/1962, p. 08.

¹⁰⁵⁶ *Ibidem*.

Universidade [e que] ao cobrar anuidades, os Reitores partem de um conceito de Universidade como agência de prestação de serviços a particulares [...] do conceito de uma instituição que vende o ensino assim como o dono do armazém¹⁰⁵⁷.

Já no campo mais geral das lutas sociais, a UNE permaneceu atuante no bloco mais radical das esquerdas, se empenhou intensamente na organização e na participação da FMP, espaço no qual procurou colocar em prática as suas demandas sobre as questões mais gerais da sociedade brasileira, teve participação ativa na preparação do Congresso de Solidariedade a Cuba e, em julho de 1963, organizou o I Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido (ISEMS), uma iniciativa que teria como objetivo “traçar uma linha comum de luta da juventude de todos os países que sofrem dos mesmos problemas acarretados pelo subdesenvolvimento”¹⁰⁵⁸.

O ISEMS foi fortemente combatido pelos anticomunistas, que viram na iniciativa um encontro sob ordens diretas da URSS financiado pelo governo brasileiro ou, conforme afirmou *O Globo*, uma “reunião de estudantes comunistas, daquém e dalém-mar, para debaterem o que não entendem ou repetirem os eternos chavões contra a democracia e a ordem jurídica, contra a harmonia social, contra as tradições e os princípios do povo brasileiro”¹⁰⁵⁹.

O ISEMS aconteceu em Salvador, entre os dias 7 e 14 de julho, quando entidades estudantis das Índias Ocidentais na Grã-Bretanha e Irlanda, da Guiana Francesa, da África do Sul, Congo, Kamerum, Serra Leoa, Nova Zelândia, Líbano, Gana, Colômbia, Chile, China, URSS, EUA e França se reuniram para debater três eixos temáticos: o estudante e a luta de emancipação nacional; a universidade e o desenvolvimento e; o mundo subdesenvolvido e a paz¹⁰⁶⁰.

Por outro lado, a coalizão que venceu o XXV Congresso da UNE com uma inédita chapa única nas eleições da entidade e a disposição de prosseguir as lutas pela reforma universitária e pela potencialização dos movimentos de transformação social, não significou que os discursos de oposição às esquerdas estudantis, articulados com as disputas internas do momento e com o desgaste final da greve por um terço não tivessem tido reflexos sobre o conjunto estudantil.

¹⁰⁵⁷ Comunicado da UNE sobre a cobrança de anuidades; Entrevista de Vinícius Caldeira Brandt. *O Semanário*, 14/02/1963, p. 05.

¹⁰⁵⁸ Declaração de Vinícius Caldeira Brandt. *O Semanário*, 27/06/1963, p. 05.

¹⁰⁵⁹ *O Globo*, 01/07/1963.

¹⁰⁶⁰ *O Semanário*, 27/06/1963, p. 05; *Folha de S. Paulo*, 25/07/1963, p. 08.

Nesse sentido, logo após o final do Congresso, da Escola Superior de Agricultura surgiu um telegrama “repudiando as atitudes esquerdistas da entidade [da UNE]”,¹⁰⁶¹. na Universidade Mackenzie, alguns centros acadêmicos reuniram os seus cursos em assembleias e se desligaram da UEE/SP e da UNE, de modo geral, aprovando cartas de repúdio às ações da entidade, as quais entenderam ter se convertido à subversão. Ainda em São Paulo, mesmo em faculdades onde as esquerdas eram bastante fortes, começaram a surgir oposições, como na Escola Politécnica da USP.

Em Santa Catarina, Paraná e Recife começaram a surgir movimentos que, dias antes do final da greve, passaram a defender o retorno às aulas e defenderam um movimento de oposição à UNE.

No Rio de Janeiro e na Guanabara, estudantes de diversos centros acadêmicos da PUC se desligaram ou se colocaram contra a UNE, interpretando o Movimento Solidarista Universitário (MSU) como a oposição ao comunismo e aos extremismos expressos na entidade. Também, os centros acadêmicos da Faculdade Nacional de Medicina, de Engenharia e de Odontologia se desligaram da UNE.

O rompimento mais expressivo, no entanto, aconteceu no início de novembro, quando a coluna “Encontro Universitário”, do *Jornal do Brasil*, divulgou os resultados da votação das eleições para a diretoria da UME: “Vitória foi da renovação”,¹⁰⁶².

Mesmo sem os votos de faculdades cariocas importantes, que haviam rompido com a UME e a UNE, a oposição carioca derrotou as esquerdas em 1962, mesma entidade que havia marcado o seu retorno, em 1955, o que abriu uma sequência de vitórias oposicionistas em outras entidades estaduais até 1964. Na própria UME, já nas eleições de 1963, a margem de votos que separou a chapa de esquerda, nomeada como nacionalista, e a chapa dos anticomunistas, nomeada como democrata, aumentou.

Em outros Estados, o movimento seguiu a mesmo sentido. Em Pernambuco, onde haviam ocorrido intensas greves no decorrer de 1961, as esquerdas foram derrotadas, também em 1962. Em Santa Catarina, no decorrer de 1963, a chapa vitoriosa deliberou o rompimento com a UNE, mesmo caminho que seguiu o discurso das diretorias de outras entidades regionais entre o final de 1962 e início de 1964, como a UPE/PR, a UEE de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 21/07/1962, p. 5.

¹⁰⁶² *Jornal do Brasil*, 02/11/1962, p. 14.

Na Câmara Federal, a CPI contra a UNE, proposta pelo deputado Raymundo Padilha (UDN), foi aprovada ainda em 1962 e, durante o ano de 1963, forneceu farto material à imprensa conservadora, o qual repercutiu com força em torno das supostas provas de infiltração comunista na diretoria da UNE e sobre as verbas soviéticas que a entidade teria recebido¹⁰⁶³. As repercussões em torno da CPI da UNE continuaram até o golpe civil-militar de 1964, pois no decorrer de 1963, uma nova CPI contra a UNE foi aprovada, agora, no Senado Federal.

No campo editorial, é importante ressaltar um livro de grande tiragem e repercussão, que foi intitulado como *UNE: instrumento de subversão*. Esse livro reuniu uma série de reportagens publicadas por Sônia Seganfredo e foi patrocinado e fartamente distribuído pelo IPÊS e pelo IBAD. A autora, que também participou de uma coluna semanal no *Jornal do Brasil* em 1962, era estudante da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e “foi importante na tentativa de conter o movimento estudantil, denegrir a imagem da UNE e criar um clima de suspeita e rejeição à União Nacional dos Estudantes”¹⁰⁶⁴.

Nessa publicação, a versão sobre ascensão dos anticomunistas e a atuação estudantil do início dos anos de 1950 foi traduzida como um período em que, “politicamente, a UNE se manteve tranquila, explorando, apenas, a campanha do petróleo”¹⁰⁶⁵ e temas propriamente estudantis. Nessa versão, as forças vitoriosas nos congressos eram de democratas. O problema estudantil, para a autora, havia começado a partir de 1955/56, quando estudantes influenciados pelos comunistas começam a ganhar espaço. O primeiro grande problema apontado no livro é justamente a greve dos bondes de 1956, no Rio de Janeiro. A partir de então, a atuação estudantil é tratada nos termos de *bagunça* e de *caso de polícia*. Em suma, na versão dessa publicação, a ascensão das esquerdas no interior da UNE significou a transformação dessa entidade em um instrumento de subversão a mando do *bolchivismo* internacional. Oficialmente, o livro teve quinze mil exemplares vendidos a baixo custo, o que na prática, significou a distribuição praticamente gratuita dos exemplares. Mas a própria autora dúvida que o número de exemplares tenha sido apenas esse¹⁰⁶⁶.

¹⁰⁶³ Resolução nº. 74 da Câmara Federal, de 19 de agosto de 1962; *Ação Democrática*, IBAD, ano IV, nº. 39, agosto de 1962, p. 21.

¹⁰⁶⁴ DREIFUSS, 2006, op. cit., p. 307.

¹⁰⁶⁵ SEGANFREDO, 1963, op. cit., p. 43.

¹⁰⁶⁶ Segundo Sonia Seganfredo: “o meu livro – UNE, Instrumento de Subversão – recebeu financiamento do IPÊS. Meu editor foi pago para editar o livro e, consequentemente, vende-lo mais barato. Até hoje não sei quantos exemplares foram publicados. Não foram poucos, pois todo o Brasil o conheceu. Em dinheiro recebi apenas 10% da venda dos quinze mil exemplares”. Carta de Sônia Seganfredo ao SNI, RJ, 19/11/1965, pp. 01-02 apud DREIFUSS, 2006, op. cit., p. 775-776.



15 Manifestação anticomunista realizada por estudantes, mães e personalidades políticas na praça central da cidade de Birigui, interior do Estado de São Paulo. **Fonte:** *Ação Democrática*, IBAD, ano IV, nº. 38, julho de 1962, p. 06.

Além disso, as ações práticas dos anticomunistas começaram a aparecer com força também entre os estudantes secundários, dentre os quais, além das esquerdas terem sido derrotadas no congresso da UPES¹⁰⁶⁷, em São Paulo, também o foram em Santa Catarina, na Guanabara, em Pernambuco e em muitas entidades secundaristas municipais. A ascensão desses estudantes possibilitou que comesçassem a surgir movimentos públicos voltados para o anticomunismo em cidades de diversos Estados, notadamente em São Paulo, onde durante 1962, houveram movimentos anticomunistas significativos em São José do Rio Preto, Marília, Bauru e Birigui, e em Santa Catarina, onde em Criciúma, se realizaram passeatas contra o comunismo e contra UNE no decorrer de 1962.

Nesse quadro, foi perceptível que a situação da UNE, frente ao combate cerrado dos anticomunistas e das suas ações predominantemente voltadas para ação de vanguarda no conjunto dos movimentos sociais e políticos, enfrentou dificuldades de mobilização junto à massa estudantil, o que foi percebido pela própria entidade após o seu XXVI Congresso, que, aliás, parece ter representado bastante o clima de intensa radicalização e confronto aberto entre meados de 1963 até 1964.

¹⁰⁶⁷ A vitória dos anticomunistas aconteceu no XIII Congresso da UPES, em 1962. O Congresso foi realizado na cidade Santos, a partir de sete de julho e foi denominado como a *Batalha de Santos*, da qual, o encerramento foi simbolizado por uma *Missa de Ação de Graças* realizada na *Basílica de Santo Antonio do Embaré* em homenagem a conquista das forças *democráticas*.

4.3.2 O XXVI Congresso Nacional dos Estudantes e o golpe civil-militar

A situação em que a UNE se encontrava com a ofensiva dos setores conservadores pode ser indicada pela dificuldade da entidade em encontrar uma cidade que aceitasse sediar a realização do seu XXVI Congresso, o que por fim, aconteceu no Estádio Municipal da cidade de Santo André, entre os dias 23 e 28 de julho de 1963¹⁰⁶⁸, isso, não sem que a prefeitura da cidade recebesse árduas críticas de *O Estado de S. Paulo* e do IBAD. O Congresso contou com cerca de 1500 participantes, dos quais 734 foram delegados.

No entanto, os embates que marcaram o Congresso começaram ainda antes do seu início, quando a cidade de Santo André foi coberta por pichações com ataques contra a UNE sobre os cartazes de divulgação do encontro, o que foi interpretado pela entidade como a tentativa de “incompatibilizar os estudantes com a população”¹⁰⁶⁹ da cidade. Ao mesmo tempo, a UNE formalizou uma denúncia junto ao ministro da Justiça, Abelardo Jurema, de que o Congresso estaria sendo ameaçado por um plano terrorista da polícia paulista em parceria com a FJD. Conforme a denúncia, teriam sido contratados 300 pessoas do interior de Goiás, grupo que teria sido armado para tumultuar o Congresso e justificar uma interferência policial no evento, numa suposta “defesa dos estudantes democratas”¹⁰⁷⁰.

Essa ação seria, segundo a declaração da UNE, o reflexo do desespero, da reprovação e do repúdio que o movimento estudantil estaria demonstrado “aos agitadores inconformados com nosso avanço, com nossa luta pela Reforma Universitária [assim] os agitadores são obrigados a utilizar os mais torpes recursos no sentido de impedir o livre manifestação dos estudantes brasileiros”¹⁰⁷¹.

Com o início do Congresso, os vereadores da UDN da Câmara Municipal de Santo André se prontificaram a permanecer em vigília durante a realização do encontro, sob a justificativa de que os participantes dariam início a supostos planos de agitação social com o final do Congresso e “dispondo-se [...] a requerer imediata intervenção das Forças Policiais caso os congressistas da UNE se esquecerem da sua condição de estudantes e se entregarem a doutrinação político-subversiva da população de Santo André”¹⁰⁷².

. Em resposta, os vereadores do PTB se declararam em sessão permanente contra qualquer tentativa de intervenção policial, e ratificaram a existência de supostos “pistoleiros

¹⁰⁶⁸ *Folha de S. Paulo*, 23/07/1967, p. 08.

¹⁰⁶⁹ *Última Hora*, 23/07, p. 02.

¹⁰⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁰⁷¹ *Ibidem*.

¹⁰⁷² *O Estado de S. Paulo*, 21/07/1963, p. 21.

assalariados” em torno do local do conclave, além de noticiar que, nos arredores do Estádio, estudantes estariam sendo espancados e coagidos. Essas pessoas seriam policiais, acusados de estarem a mando de Adhemar de Barros, e elementos financiados pelo IBAD, pelo MAC e pela FJD. Em seu conjunto, as denúncias proporcionaram ao Congresso um “clima de guerra”, com policiais e viaturas cercando o local e uma minuciosa revista em todos os estudantes que adentravam o Estádio.

Já na abertura do XXVI Congresso, os discursos e os debates que se travaram expressaram as posições que predominaram nas posições da FMP e na própria UNE, de que “congresso não está desligado da realidade nacional [e] é marcado pela fidelidade à realidade do nosso país”¹⁰⁷³, ou seja, de que a dificuldade para a realização do Congresso, as denúncias e as supostas ações dos anticomunistas eram aspectos da “luta [que] marca o momento de radicalização das forças populares e das forças do antipovo (*sic*). A UNE não teme os corruptos transformados em vestais da democracia; porque aterrorizados só tem motivos de estar os dominadores, em virtude da luta popular que se aproxima”¹⁰⁷⁴.

Além disso, Leonel Brizola seguiu a concepção de ter perdido as esperanças de que o Parlamento conseguisse dar respostas autênticas aos problemas nacionais e, Almino Afonso, então deputado federal, apontou que existiriam dois caminhos para a revolução brasileira que a UNE estaria empenhada. O primeiro seria o pacífico, enquanto o outro, o armado. Para Afonso, qualquer desses caminhos dependeria da posição das elites que estariam surdas aos apelos da massa. Com essa fala, Afonso afirmou que se não houvesse mudanças nas posições das elites, o único caminho que restaria seria a revolução armada. Conforme afirmou o deputado:

aos reacionários não agradam os moços da UNE que sentem a miséria do povo e querem mudança de estrutura. E mudança de estrutura é sinônimo de revolução. E a minoria que se vale da lei criada por ela não podem tolerar manifestações como está. Os que tem medo não se alarmem; não queremos uma revolução sangrenta. Pleiteia-se a modificação das estruturas do país, isto será a revolução. Mas, se as elites continuarem surdas, o processo poderá ser diferente¹⁰⁷⁵.

Os debates do Congresso foram travados predominantemente nessa linha de debate, tendo como pano de fundo, a definição de que a luta pelas reformas de base deveria pautar as

¹⁰⁷³ Discurso de abertura do XXVI Congresso proferido por Vinicius Caldeira Brandt. *Folha de S. Paulo*, 23/07/1963, p. 08.

¹⁰⁷⁴ Ibidem.

¹⁰⁷⁵ Discurso do deputado Almino Afonso na abertura do XXVI Congresso da UNE. *Folha de S. Paulo*, 24/07/1963, p. 06

reivindicações da entidade, orientar as suas cobranças junto ao governo e a sua atuação no interior da FMP.

Para a eleição da nova diretoria, o candidato foi José Serra, militante da AP e então presidente da UEE/SP, que foi apoiado por cerca de 70 centros acadêmicos do Estado. As oposições também conseguiram se organizar e lançaram uma chapa, que apesar de ter recebido uma votação pequena, superou as suas articulações do ano anterior. O candidato de oposição, o estudante paulista Luis Fernando Pereira, da Faculdade Paulista de Medicina, foi lançado pelos Centros Acadêmicos Pereira Barreto, Faculdade Paulista de Medicina, Horácio Leme, da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie, 21 de Julho, da Faculdade de Economia São Luis e pelo Horácio Berlink, da Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado.

Ao final da eleição, 55 delegados votaram na chapa de oposição, número que não foi maior em detrimento da bancada de Pernambuco, liderada Marco Antonio Maciel, que apesar de ter começado o Congresso sob o lema da independência, depois de intensos e exasperados debates, terminou por aderir a chapa encabeçada pela AP, que recebeu 679 votos.

Com a nova vitória das esquerdas, as reações seguiram por dois caminhos. Em primeiro, ao perceber que em 1963 estaria se completando na UNE sete anos de “soberania bolchevista com o lenço de greves imemoráveis, invasão de faculdades, de desmoralização de professores, de subserviência inadjetivável ao Governo Federal e [...] promoção de seminários milionários em favor de objetivos moscovitas da UIE”¹⁰⁷⁶, os anticomunistas tentaram uma ação na justiça para anular os resultados do Congresso e consideraram que “a UNE representa alguma coisa que repugna a consciência dos moços, no espírito e nos métodos da prática democrática”¹⁰⁷⁷. Por outro, pautado pela ideia de que a oposição tinha voltado a conseguir organizar uma chapa com o apoio dos anticomunistas, se afirmou que os *democratas* teriam que tirar lições desse Congresso, pois não teria existido coordenação política por parte da oposição. Além disso, “o fato de a oposição pernambucana ter sido abandonada – mesmo que fossem ponderáveis os motivos para isso – indica o purismo e uma supervalorização das posições democráticas sem sentido prático de ação”¹⁰⁷⁸.

Já no final de 1963, a UNE publicou um balanço crítico sobre os estudantes no contexto das lutas gerais da sociedade brasileira e em particular, pela reforma universitária. Nesse documentou, se afirmou que “a grande maioria dos universitários não tem revelado

¹⁰⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 21/07/1963, p. 21.

¹⁰⁷⁷ Aliança Democrática Brasileira, *O Estado de S. Paulo*, 25/07/1963, p. 04.

¹⁰⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 24/05/1963, p. 04.

uma consciência realmente amadurecida das razões fundamentais de suas lutas”¹⁰⁷⁹, e que em decorrência disso, estaria ocorrendo a dissociação entre as lideranças estudantis e suas bases. O afastamento entre as lideranças e as bases estudantis, na perspectiva de um movimento unitário e que se colocasse como força social nas lutas do povo brasileiro, certamente foi um impasse para a UNE, que em detrimento disso, sugeriu pontualmente algumas saídas.

Nesse sentido, seria necessário retomar o diálogo no interior do movimento, pois a ação das lideranças deveria priorizar o trabalho de base e a politização da massa estudantil; reorganizar o movimento universitário, se empenhar nas lutas práticas da reforma universitária, se empenhando em questões pontuais de cada curso, desde que pautadas pelas orientações gerais da reforma e; aprofundar a participação dos estudantes nas lutas gerais do conjunto dos movimentos sociais, pois, assim como se considerou no interior da AP, seria apenas na prática dessas participações que os estudantes compreenderiam que as suas lutas específicas são também de toda a sociedade brasileira¹⁰⁸⁰. Em síntese, conforme se apontou no documento, a UNE assumiu que, no momento em que as lideranças e o conjunto estudantil estavam distantes

impõe-se da validade da luta por reivindicações parciais, imediatas, como forma de despertar, galvanizar, aglutinar e organizar a massa estudantil para as lutas mais conseqüentes pela Reforma Universitária e, a partir dela, pela reestruturação da sociedade brasileira [...] logo a luta tem de ser colocada a partir de problemas concretos, imediatos e o que cumpria, como ainda hoje, era identificar os pontos fundamentais capazes de mobilizar os universitários¹⁰⁸¹.

A reorientação que a UNE formulou para tentar impingir no movimento estudantil, certamente esteve em sintonia com as cisões que passaram a ocorrer no interior do movimento e com recuo das diversas lideranças universitárias após a greve por um terço, principalmente em relação aos seus setores mais radicais. Como se verificou no período, nem todos os grupos e lideranças estudantis, apesar de buscarem a reforma universitária, conceberam o objetivo de que a universidade deveria se tornar a vanguarda da revolução, assim como não aceitaram partilhar das mesmas práticas dos grupos mais radicais. Conforme uma passagem de Artur Poerner, na qual ele narra um período da militância estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia em fins de 1963

iniciou-se assim, uma espécie de delírio coletivo, que levava muitos estudantes a caírem vítimas de uma forma do mal que combatiam. Na luta pelo extermínio da

¹⁰⁷⁹ UNE: luta atual pela reforma universitária (dezembro de 1963) apud FÁVARO, op. cit., 1995, p. 111.

¹⁰⁸⁰ Ibidem., p. 112.

¹⁰⁸¹ Ibidem.

alienação burguesa, eram acometidos da chamada ‘doença infantil’ – o esquerdismo. Para a maioria dos estudantes que cursavam a FNFI nos últimos meses de 1963, estudar passou a ser um ‘desvio pequeno burguês’, pois a cultura estava morta e a faculdade representava o monumento do latifúndio. Era preciso derrubar tudo, fazer a revolução e, só então recomeçar [...] a parte mais ágil da esquerda havia perdido o rumo¹⁰⁸².

No entanto, poucos meses após a tentativa da UNE de reativar o movimento estudantil de massa, após as demonstrações finais das divisões radicais que se expressaram na sociedade brasileira com o “Comício de 13 de Março” pelas reformas de base e, posteriormente com as “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, finalmente se chegou ao “desfecho” de que falava Leonel Brizola, mas pelas mãos dos setores mais conservadores da sociedade brasileira que, em 1º de abril, consolidaram o golpe civil-militar com a deposição de João Goulart.



7 Prédio da UNE, na Praia do Flamengo, nº. 132, RJ, após ser apedrejada, saqueada e incendiada na noite do golpe civil-militar de 1964. **Fonte:** revista *O Cruzeiro*, 10/04/1964, p. 34.

Com o golpe, a situação do movimento universitário se expressou de acordo com a dissociação entre as lideranças e as bases estudantis. De um lado, com a tentativa da UNE em lançar uma greve nacional para mobilizar os estudantes e conter o avanço militar, “a maior parte da população universitária parece ter vivido uma situação de relativa ‘paralisa’ política [e] mais que isso, é impossível negar que a ‘massa’ estudantil tinha expressado a sua condenação à política da UNE, em 1963-1964”¹⁰⁸³. Por outro lado, nas faculdades mais ativas,

¹⁰⁸² POERNER, 1995, op. cit., pp. 198-200.

¹⁰⁸³ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 68.

como da Universidade do Brasil, na Guanabara, e da USP, os grupos de universitários mais ativos se reuniram para aguardar as instruções para resistir, o que não aconteceu.

Foram esses grupos mais ativos que até então foram os alvos dos discursos mais críticos contra as esquerdas que, apesar de tendências disparidades entre eles, se encontraram no que tange ao anticomunismo. São nessas interpretações que se encontram os discursos contra as esquerdas.

As esquerdas estudantis, agora derrotadas, representavam as minorias, os *estudantes-que-não-estudam*, os subversivos e, em última instância, um grupo que, depois de ter dominado as entidades estudantis, era difícil de ser vencido. Permeadas por esse imaginário, surgiram duas propostas diferentes após o golpe civil-militar de 1964: a primeira defendida pelo Ministro da Educação, reconhecido como um dos mais árdios combatentes contra a esquerda estudantil e a UNE, que visou à extinção pura e simples da entidade, o que deveria ser seguido pela criação de uma nova estrutura de representação estudantil, atrelada ao Estado. A segunda, dos grupos de estudantes que haviam se afastado das direções estudantis de esquerda, que defenderam a depuração das entidades e a manutenção da autonomia estudantil. Segundo Martins Filho¹⁰⁸⁴, foi essa divergência que possibilitou a rearticulação antecipada do movimento universitário após o golpe e a repressão que recaiu sobre ele, a partir da cisão entre o movimento universitário e o Ministério da Educação.

Empossado pela Ditadura Militar, Flávio Suplicy de Lacerda, antigo reitor da Universidade do Paraná, parece ter tentado institucionalizar o imaginário anticomunista formado em torno das esquerdas, tutelar os estudantes e prevenir o Estado contra as ações estudantis. Desse modo, o imaginário do *estudante que não estuda* foi posto em prática nas expulsões estudantis das faculdades. Conforme as declarações do ministro após a repressão iniciada com o golpe, não havia surgido nenhuma notícia de “estudantes expulsos porque eram estudantes, isto é: os expulsos foram apenas porque eram subversivos”¹⁰⁸⁵. Em suma, o discurso construído pelos anticomunistas desde meados da década de 1940 se institucionalizou com a ditadura militar: a condição de estudante foi negada em detrimento das crenças políticas e ideológicas.

Além disso, quando interrogado sobre o direito de representação das *minorias* no interior das entidades estudantis por um deputado da UDN, o Ministro foi enfático, “se admitir representação comunista, por mínima, os democratas acabarão sendo dominados”¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸⁴ MARTINS FILHO, 1987, op. cit.

¹⁰⁸⁵ *Folha de S. Paulo*, primeiro caderno, 01/09/1964, p. 06.

¹⁰⁸⁶ *Folha de S. Paulo*, 21/10/1964, p. 03.

e, para a relação que se iniciava entre o novo regime e os estudantes, o ministro defendia que “numa democracia, não se pode permitir que o estudante caminhe sem provar antes que é um democrata autêntico e convicto”¹⁰⁸⁷. Esse posicionamento refletiu na legislação que extinguiu a UNE e alterou a estrutura de representação estudantil, os critérios exigidos para o estudante que quisesse se candidatar era não ser repetente, “ou dependente, nem [estar] em regime parcelado”¹⁰⁸⁸, situações que corresponde com a situação imaginada em torno de parte dos militantes de esquerda. Além do mais, foram proibidos os temas políticos, greves e reuniões durante o período escolar.

Nessa perspectiva, ser estudante deixou de estar condicionado simplesmente com a matrícula que o vinculava a uma Instituição de Ensino Superior, sendo também condicionado a uma trajetória sem percalços nos estudos e à prática política do estudante, o que lhe podia render diversos tipos de cerceamento. Por exemplo, quando os estudantes brasileiros que estudavam na França como bolsistas redigiram um manifesto contra o golpe de 1964, o Ministério da Educação rapidamente se comunicou com a Casa dos Estudantes do Brasil, onde residiam em Paris, exigindo punição e concedendo um prazo de 8 dias para que os signatários do manifesto deixassem o local, além de ameaçar que os estudantes perderiam as suas bolsas¹⁰⁸⁹.

No entanto, a proposta de extinção da UNE dividiu as opiniões. Para alguns, a exemplo do Ministro da Educação, era necessário formar uma nova estrutura de representação estudantil, atrelada ao Estado e livre da influência comunista; para outros, precisava-se reformá-la de modo que voltasse a ser uma entidade *verdadeiramente* do interesse dos estudantes. Segundo um dos artigos sobre o tema, publicado na *Folha de São Paulo*,

uma das primeiras e mais necessárias providências foi o fechamento da União Nacional dos Estudantes, que se transformara num dos principais focos de subversão e anarquia do país. Não, porém, cessação definitiva da organização, mas a suspensão das suas atividades, para a reformar com outro e mais salutar critério.¹⁰⁹⁰

A divergência em torno da manutenção ou não da representação estudantil reconhecida em torno da UNE foi aguda. Quando o projeto do Ministério da Educação foi enviada para votação na Câmara Federal, foi aprovado por uma diferença de apenas nove votos, 117 parlamentares votaram contra e 126 foram favoráveis. É provável que para alguns setores,

¹⁰⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 21/10/1964, p. 13.

¹⁰⁸⁸ Projeto de Lei nº. 4.464, de 09 de novembro de 1964, que dispõe sobre os Órgão de Representação dos Estudantes e dá outras providências.

¹⁰⁸⁹ Suplicy de Lacerda quer punir bolsistas de Paris, *Folha de S. Paulo*, 26/05/1964, primeiro caderno, p. 05.

¹⁰⁹⁰ PILLA, Raul (1964) “Os estudantes e a política”, *Folha de S. Paulo*, 11/09/1964, p. 02.

particularmente os estudantes e os grupos políticos com os quais mantinham relações, a UNE, após toda a campanha contrária à sua atuação comunista, equivalesse a um símbolo da vitória da “Revolução de 31 de Março”, materializado na retomada da entidade por uma diretoria cristã, democrática e contrária ao comunismo¹⁰⁹¹. A extinção da entidade não permitia esse retorno das forças que demarcavam posição contra a influência comunista, que agora haviam se tornado representantes da maioria estudantil, como interventores indicados por políticos e militares.



Figura 8 Estudantes da Universidade Mackenzie no momento em comemoravam o golpe civil-militar de 1964 pelas ruas de São Paulo. **Fonte:** Revista *O Cruzeiro*, Edição Extra, 10/04/1964, p. 28.

¹⁰⁹¹ Nessa análise, não é desconsiderada a discussão de João Roberto Martins Filho, 1987, op. cit., sobre as posições das correntes estudantis liberais em seus objetivos por um “movimento estudantil depurado da influência das esquerdas”, p. 93. Nem que o fim da autonomia do movimento estudantil também significasse o fechamento de um canal de expressão das classes médias, despertando um movimento de defesa da autonomia estudantil frente ao Estado. No entanto, o presente trabalho tem o objetivo de investigar as construções legitimadoras desse processo, ou que se tornaram legítimas, por meio dos discursos construídos pelo anticomunismo em torno da UNE.

CONCLUSÃO

Ao tentar uma análise sobre a UNE e sobre as organizações, grupos e partidos políticos que atuaram no interior do movimento universitário entre os anos de 1945 e 1964, mesmo com as limitações documentais e a falta de referências bibliográficas sobre o tema em alguns períodos desse recorte, se buscou compreender as mobilizações, ações e disputas universitárias como um espaço heterogêneo, marcado pelas diferenças e pela disputa no interior das entidades estudantis e da própria universidade entre crenças e projetos opostos. Em última instância, essas disputas representaram, de um lado as forças de esquerda, e de outro as que discordaram e se opuseram ao que se considerou ser a influência ou a própria emergência do comunismo nas entidades estudantis e em seus repertórios. Essa compreensão partiu principalmente da reflexão colocada por Daniel Aarão Reis, de que

os estudantes em geral, e tão pouco, os estudantes universitários em particular, não constituem um todo monolítico, infensos à divisões políticas. São atravessados pelas questões que agitam a sociedade, e não podem ser reduzidas à problemática de classe.¹⁰⁹²

No entanto, essa interpretação nem sempre é corrente quando se refere aos estudos sobre o movimento estudantil, pois a idealização e a autoimagem desse movimento e das suas entidades tenderam predominante a atribuir aos universitários um papel sempre progressista no campo das lutas sociais, quando não, como um movimento identificado com as esquerdas ou com as organizações inspiradas no socialismo.

Nesse sentido, como em *As revoluções utópicas*, de Bresser Pereira¹⁰⁹³, se interpretou que as manifestações estudantis como expressões de uma sociedade em crise e se atribui um caráter socialista aos estudantes empenhados nessas lutas. Já em *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*, de Guilhaon Albuquerque, o autor tenta traçar uma linha geral que caracterizasse o movimento estudantil na América Latina, o qual considerou que

sempre foi bastante ativo e sempre marcou sua presença no cenário político Latino-americano, desde o início do século (...) desde a crise da economia de exportação, nos anos 30, a ação estudantil pareceu encontrar-se na origem, ou pelo menos no centro das grandes crises de regime que percorreram a história política de nossas sociedades.¹⁰⁹⁴

Dessa forma, Albuquerque concede ao movimento estudantil um papel eminentemente político, sempre relacionado com as propriedades estruturais da América Latina e com o problema do desenvolvimento.

¹⁰⁹² REIS, 1999, op. cit., p. 65.

¹⁰⁹³ PEREIRA, Luis C. Bresser. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁰⁹⁴ ALBUQUERQUE, A. J, Guilhaon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 69.

Além dessas publicações, ainda consta, por exemplo, *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, de Artur José Poerner¹⁰⁹⁵. O livro de Poerner é o que mais influenciou o discurso do próprio movimento estudantil a partir de sua publicação e as interpretações sobre o seu passado. Nele, o autor narra as participações estudantis desde a expulsão dos soldados franceses do Rio de Janeiro em 1710 até o Impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992¹⁰⁹⁶. Durante o período abordado por Poerner, os estudantes brasileiros carregariam consigo uma marca que os aproximaria dos outros estudantes da América Latina e, ao mesmo tempo, os diferenciaria dos europeus ou norte-americanos. De acordo com o autor,

o estudante, aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o jovem brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro.¹⁰⁹⁷

Esse trecho tenta caracterizar o estudante brasileiro como um oposicionista “nato” que, quando tendo passado pela “escola” do movimento estudantil, manteria posições progressistas em sua posterior carreira profissional. Dessa forma, o movimento estudantil é entendido como a “universidade do asfalto”, uma “escola de líderes no Brasil”¹⁰⁹⁸.

Tomadas em seu conjunto, as publicações citadas acima atribuíram aos estudantes adjetivos como inconformados, renovadores, progressistas, engajados ou revolucionários, aspectos que, de uma publicação para outra, assumem características bastante fluídas e que não dão conta da heterogeneidade de “um movimento político-cultural que assumiu diversas facetas, tornando-se difícil fazer-lhe referências genéricas de modo que se englobe toda a sua diversidade”¹⁰⁹⁹.

A presente pesquisa tentou seguir o caminho oposto dessas versões, indicando o movimento universitário e as suas entidades de representação como espaços em disputa constante. Nesse sentido, os repertórios das entidades estudantis e as experiências dos movimentos de protesto dos estudantes não podem ser compreendidos sem a identificação dos atores coletivos que estiveram articulados em seu interior, as suas redes de relações,

¹⁰⁹⁵ POERNER, 1995.

¹⁰⁹⁶ A primeira edição de “O poder jovem” é de 1968, a edição a que se refere no presente texto é a de 1995, revisada e ampliada.

¹⁰⁹⁷ POERNER, 1995, op. cit., p. 37.

¹⁰⁹⁸ Ibidem.

¹⁰⁹⁹ PELEGRINI, 1998, op. cit., p. 19.

demandas e possibilidades de diálogo junto a outras forças políticas. Essas organizações e o lugar que compreenderam ocupar no interior dos movimentos de juventude e dos estudantes são fundamentais para que se entenda a atuação das entidades estudantis e os seus posicionamentos no contexto nacional.

A partir dessa identificação, conclui-se que não tenha existido uma UNE sempre progressista, sempre ao lado dos interesses populares ou que, quando isenta dessas características, a entidade tenha se desfigurado das suas tarefas consideradas inatas. Pelo contrário, os repertórios da UNE e os seus posicionamentos, tanto nos momentos em que a entidade se colocou ao lado das forças de esquerda, quanto nos momentos em que se dedicou acirradamente contra o comunismo, foram resultados das disputas e das demandas que predominaram no interior da entidade: de intervenções organizadas que, no contexto nacional e internacional, buscaram legitimar crenças e posicionamentos que, expressas pela UNE, passassem a ser de todos os estudantes.

Mas essas disputas não se consolidaram apenas no interior do movimento, mas no interior das próprias organizações e das mudanças pelas quais elas passaram, das suas opções táticas e da atualização ou reinterpretação dos seus repertórios. Disso é exemplar o DE da UDN, os jovens comunistas e a JUC, organizações que foram fundamentais para se compreender a UNE no recorte em questão.

Outra faceta que se considerou de grande importância no trabalho foram as organizações anticomunistas, principalmente com relação à FJD e sua atuação quase que apenas publicitária nos anos iniciais de 1960. Se essa organização teve influência real entre os estudantes no início dos anos de 1950, posteriormente, isolada dos meios estudantis, as suas denúncias e acusações serviram para justificar ações de repressão, como em 1956, quando os representantes da UIE foram detidos e convidados a se retirar do Brasil. Esse mesmo método foi utilizado no decorrer dos anos iniciais de 1960.

Desse modo, a FJD exemplificou uma das organizações anticomunistas que defendeu uma das muitas versões contrárias às práticas políticas da UNE. No entanto, a forma como esse organismo concebeu a política e a própria UNE refletiram aspectos cruciais que coincidiram com os diversos grupos coexistentes nos Estados, certamente partilhando a influência das campanhas que tiveram a Guerra Fria como o cenário principal.

No tocante à forma como essa organização concebeu o movimento universitário como um todo, e em especial a UNE, é possível afirmar que a FJD não se opunha diretamente às entidades estudantis, mas sim aos movimentos de esquerda que tinham maioria em suas direções. Para essa interpretação, contribui a posição FJD, que se dispôs a colaborar com as

eleições estudantis das mesmas entidades que ela considerava como centros de agitação e comunismo. Também se identifica que, conforme as oposições foram vencendo as eleições de algumas entidades estaduais, os centros e diretórios acadêmicos que anteriormente haviam rompido com o que concebiam ser a *subversão* e o *esquerdismo* foram gradativamente se religando a elas, como aconteceu na UME do Rio de Janeiro.

Quanto às lutas pela reforma universitária, representada pela greve *por um terço*, considera-se que, de fato, foi a maior mobilização estudantil promovida pela UNE até 1964. Ao mesmo tempo, essa greve possibilitou clarear os setores de onde surgiam as oposições mais enfiadas contra a UNE, as quais, principalmente a partir de 1955, pareceram ter adormecido. Se por um lado o Governo Federal se posicionou ao lado dos estudantes, mantendo, dessa forma, algum compromisso com as lutas reformistas lideradas pela UNE, por outro, a grande maioria dos membros do Conselho Federal de Educação, de parte das reitorias universitárias, de alguns grupos estudantis e de grupos parlamentares partiram as críticas e restrições mais constantes. Essas críticas, se por um lado tinham como foco a greve *por um terço*, por outro, representavam uma posição oposta ao que era defendido pelos estudantes. Dessa forma, as questões envolvidas na greve significaram um conflito em torno de um modelo de organização e da disputa pela função que grupos diferentes atribuíam à universidade.

1. PESQUISA DE FONTES EM INSTITUIÇÕES, ARQUIVOS, ACERVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Público de São José do Rio Preto

A Notícia

Correio da Araraquarense

Diário da Região

Ofícios entre o IBAD e Câmara Municipal

Arquivo Público do Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas

Arquivo Público do Rio de Janeiro

Caderno de Resolução do I Encontro Nacional de Estudantes sobre Cultura Popular e Alfabetização - UNE

Cadernos da União Nacional dos Estudantes: A UNE e os problemas nacionais

Relatórios de Gestão da União Nacional dos Estudantes

Resolução do IV Congresso Latino Americano dos Estudantes

Biblioteca da UNESP/Assis

Cadernos Brasileiros

Documenta – Ministério da Educação e Cultura

Revista Anhembi

Revista Brasiliense

Revista Eclesiástica Brasileira

Revista Educação e Ciências Sociais

Vozes: Revista de Cultura Católica

Biblioteca UNESP/São José do Rio Preto

Dossiê de processos e documentos do DOPS sobre os estudantes e os professores da FAFI/São José do Rio Preto

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Ação Democrática

Boletim do IPÊS

O Estudante

O Globo

Relatórios de Gestão da União Metropolitana dos Estudantes

A Noite (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Diário Carioca (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Última Hora (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Diário de Notícias (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

O Semanário (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Imprensa Popular (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Jornal de Notícias (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Jornal do Brasil (disponível no portal da BN: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP/UNESP/Assis

O Estado de S. Paulo

Centro de Documentação e Memória – CEDEM/UNESP/SP*Novos Rumos**Problemas: Revista Mensal de Cultura Política**Revista Movimento**Tribuna Popular**Voz Operária***Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL – Londrina/PR***O Estado de S. Paulo*

Tese da União Paranaense dos Estudantes ao XXV Congresso Nacional dos Estudantes

Setor de Periódicos da Biblioteca da UEM – Maringá/PR*Revista O Cruzeiro**Revista Seiva* – DCE da Universidade de Viçosa/MG*Revista Visão***2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, A. J, Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, Vágner Camilo. *Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 48, nº. 01, jan-jun, 2005.

AMARAL, Roberto, 2005. In: Memória do Movimento Estudantil, Entrevistadoras: Angélica Müller e Carla Siqueira. Data da entrevista: 17/05/2005, Revisão: Thyago S. Mathias.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva (2005). “Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude”. *Tempo Social*, USP, v. 17, nº. 2., pp. 11-33.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961 – 1964)*, Coleção Retratos do Brasil, vol. 110, 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARCELLOS, Jalusa. *UNE: 60 anos a favor do Brasil: histórico*, Rio de Janeiro: União Nacional dos Estudantes, 1997.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976

BENEVIDES, Maria Victória. *O Governo Jânio Quadros*, 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. São Paulo: Papyrus, 1984.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (org). *Para uma história cultural*, Tradução: Ana Moura, Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 11ª. ed. 2002

_____. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ª. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar: 1964-1968*. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2008.

CACO: 90 anos de história. Coordenadoria de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

- CANTONI, Wilson. *Uma experiência de reforma universitária*. São Paulo, S.J.R.P.: FFCL, 1963.
- CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil: 1945 – 1964*. São Paulo: DIFEL, 1981.
- CASTILHO, Adres. (Org.) *Apesar de tudo UNE REVISTA: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP “Alexandre Vanuchi Leme”, s.d., s/p.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e prática dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, Tradução: Maria Manuela Galhardo, Lisboa: DIFEL, 1988.
- CHAUÍ, Marilena (2003). “Universidade: por que reformar?”, *Revista Movimento*. São Paulo: UNE, nº. 09, outubro, pp. 07-12.
- _____. (1983). “Notas sobre cultura popular”, *Arte em revista*. São Paulo, março, pp. 15-21.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CORBISIER, Roland. *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968
- COSTA, Marcelo Timotheo. “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1965*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CUNHA, Luiz Carlos. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª. ed., São Paulo: UNESP, 2007.
- DANTAS, Eudoxia Ribeiro. *Voltando no tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.
- DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2007, pp. 11-72.
- DIAS, Luiz Antonio. “Informação e formação: apontamentos sobre a atuação da grande imprensa paulistana no golpe de 1964: O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo”. In: ODILIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org). *História do Estado de São Paulo: formação da unidade paulista*. Vol. 2 República. São Paulo: UNESP/Arquivo Público/Imprensa Oficial, 2010, pp. 395-424.
- DOMONT, Beatriz. *Um sonho interrompido: o Centro Popular de Cultura da UNE (1961 – 1964)*. São Paulo: Porto Calendário, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. 3º. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A.. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- FERREIRA, Jorge (2004). “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, nº. 47, pp. 181-212.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- FRANCO, Virgílio A. de Mello. *A Campanha da UDN (1944 – 1945)*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1946.
- GHON, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, 4ª. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

- _____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- GOMES, Angela de castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945 – 1965)*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista no pós-guerra*. In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 22-52.
- HOLLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A.. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 2ª. Edição, 1982.
- IANNI, Otávio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- JUNIOR SENA, Carlos Zacarias F.. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível (1936-1948)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife: 2007.
- KAREPOVS, Dainis. A Nação e a Juventude Comunista do Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Anpuh, p. 01-57, 2011.
- KONDER, Márcio Victor. *Militância*. São Paulo: Instituto Tancredo Neves, 2002, p. 46-47.
- LIMA, Haroldo. Os cinquenta anos da fundação da Ação Popular Fundação Maurício Grabois, 02/02/2013.
- LOVATO, Angélica (2009). “Ênio Silveira e os cadernos do povo brasileiro”, *Lutas Sociais*, nº. 23, 2º. Sem., NEILS, PUC-SP, pp. 93-103.
- LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAIA JUNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do Movimento Estudantil Universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 2ª. Edição, 1981.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 75-82.
- _____. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1984*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.
- MARTINS, Ivan Pedro. *A flecha e o alvo: a Intentona de 1935*. Porto Alegre: IEL, 1994.
- MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC/FGV*. (Org) ALBERTI, Verena; FARIAS, Inez Cordeiro de; ROCHA, Dora. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MATTOS, Paulo da Cruz. *Reformas de Base: estudos e soluções para os presentes problemas nacionais*. Belo Horizonte: Livraria Minas Gerais, 1963.
- MENDES JR., Antonio. *Movimento Estudantil no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MEYER, Jean. “El movimiento estudiantil em América Latina”. In: *Sociológica*, Universidade Autônoma Metropolitana, año 23, número 68, pp. 179-195, septiembre-diciembre de 2008. (Artigo originalmente publicado na Revista Esprit, França, em maio de 1969).

- MIELLI, Renata. *UEE-SP: 58 anos de História*, São Paulo: União Estadual dos Estudantes, 2007.
- MORETTI, Serenito A. *O movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis, 1984.
- MOSCOVIC, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- MOURA, Gerson. *A Campanha do petróleo*, São Paulo: Brasiliense, Tudo é História, vol. 1, 1986.
- MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação, Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- _____; SIQUEIRA, Carla. *Projeto Memória do Movimento Estudantil: para não esquecer jamais*. In: Juventude.br, Centro de Memória da Juventude, Ano 1, Nº. 1, Fevereiro de 2006, p. 9-11.
- MUNDES JUNIOR, Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. 2ª. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, Raquel dos Santos. *Minerais estratégicos, diplomatas e militares: a articulação política para os acordos atômicos (1952-1955)*. Anais do 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais: Política Externa, Diplomacia e Energia. Brasília, 2012.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. 4ª. ed. Ribeirão Preto: 2001.
- PCB: vinte anos de política: 1958-1979: documentos. São Paulo: LECH, 1980.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: UEL, 1998.
- PEREIRA, Luis C. Bresser. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946 – 1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- RAMOS, Antonio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado, São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org). *Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- _____. SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs). *Imagens da revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda das anos de 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª. ed., 2006.
- _____. Entre Reforma e Revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, pp. 76-77. In: *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Org. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. São Paulo: Unicamp, 2002.
- _____. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª. Edição, 2006.
- RÉMMOND, René. Do político. In: RÉMMOND, René (org). *Por uma história política*, Tradução: Dora Rocha, 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- RIBEIRO, Darcy. “Nossa herança política”. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (Org). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.
- RIBEIRO, Jayme. *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na “Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas” (1950). *Revista Estudos Históricos*, RJ, vol. 21, nº. 42, julho-dezembro de 2008, pp. 261-283.
- RIOUX, Jean-Pierre. Um domínio e um olhar. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (org). *Para uma história cultural*, Tradução: Ana Moura, Lisboa: Estampa, 1998.
- ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- ROSAS, Clemente. *Praia do Flamengo, 132: crônicas do movimento estudantil nos anos 1961-1962*. Recife: 1992.
- SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005.
- SANFELICE, José Luís. “A UNE e a ditadura civil militar de 1964”. In: GROPPPO, Luis Antonio; ZAIDDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Org.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: UFPE, 2008.
- _____. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.
- SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. *Revista Juventude.br*, CEMJ ano 2, nº. 03, junho de 2007.
- SANTANA, Márcio Santos de. A Juventude Comunista na Construção da legitimidade política. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. São Paulo: Anpuh/SP, s/p.
- _____. *Projetos para as novas gerações: juventudes e relação de força na política brasileira (1926 – 1945)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2009.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez/Unimep, 1982.
- SILVA, Carla Luciana (2005). “Imprensa e Ditadura Militar: padrões de qualidade e construção de memória”, *História e luta de classes*, ano I, nº. 01, abril, pp. 43-55.
- SILVA, Justina Ivã de A. *Estudantes e Política: Um Estudo de um Movimento (RN 196 – 1969)*. São Paulo: Cortez, São Paulo, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SOLARI, E. Aldo. *Los movimientos estudiantiles universitarios en América Latina*. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, Universidade Autônoma de México, Vol. 29, nº. 04, Oct.-Dec., 1967, pp. 853-869.
- SOUZA, Miliandre Garcia, de. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*, *Revista Brasileira de História*, vol.24, nº. 47, São Paulo: Anpuh, 2004.
- _____. *Do teatro militante a música engajada*, São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. “O movimento estudantil dos anos 1960”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org). *Revolução e Democracia: (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 183-198.
- VALE JR, João Batista. “Narrativas em movimento: disputas pela memória e história do movimento estudantil brasileiro”, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza – CE, Anpuh, 2009.

_____. *História da UNE. Volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*, São Paulo, Livramento, 1980.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O Ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRG, 2011.

FONTES

BRANDÃO, Maria David de A. (1962), “A crise da universidade como crise de estrutura”, *Educação e Ciências Sociais*, ano VII, vol. 10, nº. 20, Maio – Agosto, pp. 120-124.

BRITO, A. Oliveira. (1961) “Educação para todos os brasileiros”, *Educação e Ciências Sociais*, ano VI, vol. 09, nº. 17, mai.-ago., pp. 03-10.

CANTONI, Wilson. *Uma experiência de reforma universitária*. São Paulo, S.J.R.P.: FFCL, 1963

Carta do Paraná. UNE, 1962.

CHASIN, José (1961). “Algumas considerações sobre o movimento estudantil brasileiro”, *Revista Brasiliense*, nº. 38, novembro-dezembro, pp. 154-157.

Declaração de Princípios do XVII Congresso Nacional dos Estudantes. *Relatório da Diretoria: gestão 1954-1955: apresentado ao XVIII Congresso Nacional dos Estudantes*. Rio de Janeiro, DF: UNE, 1955, pp. 94-95.

Declaração da Bahia. UNE, 1961.

Documenta. Ministério da Educação; Conselho Federal de Educação, 1962 - 1963.

DUARTE, Paulo (1962). “Mocidade vermelha?”, *Revista Anhembi*, ano XII, vol. XLVIII, setembro, nº. 142, pp. 1-3.

DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ESTEVAM, Carlos. *A questão da cultura popular*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

FERNANDES, Florestan. (1960) “Dados sobre a situação do ensino”, *Revista Brasiliense*, nº. 30, jul.-ago., pp. 67-138.

GOULART, João (1961). *Discurso: desenvolvimento e independência*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República.

IANNI, Octávio. (1960) “Condições sociais do ensino democrático”, *Revista Brasiliense*, nº. 27, jan.-fev., pp. 37-52.

KOZAK, Jan. *Assalto ao Parlamento*, Rio de Janeiro: Ibad, 1962.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto definitivo, Ministério da Educação; Conselho Federal de Educação, março, 1962.

OTÃO, Irmão José (1961) “A reforma universitária brasileira”, *Educação e Ciências Sociais*, ano VI, vol. 9, nº. 18, Setembro – Dezembro, p. 3-10.

PINTO, Álvaro Vieira. *A Questão da Universidade*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1962.

PINTO, Yvon Leite de Magalhães. *O movimento “estudantil” de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais: esclarecimentos prestados pelo antigo Diretor da Faculdade*, Belo Horizonte: S/E, 1963.

Programa de governo para educação e cultura (1961), *Educação e Ciências Sociais*, Ano VI, vol. 9, nº. 17, Maio – Agosto, p. 12-24.

Reforma de Base: posição do IPÊS. São Paulo: IPÊS, 1963.

Reforma Universitária: tese apresentada pela UPE no XXV Congresso da UNE. Curitiba: UPE, 1962.

REIS, Marcos Konder (1963). “Centro Popular de Cultura”. *Cadernos Brasileiros*, Ano V, nº. 1, janeiro-fevereiro, pp. 78-82.

RIBEIRO, Darcy (1960) “A Universidade de Brasília”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano V, vol. 8, nº. 15, setembro, pp. 33-98.

- RIBEIRO, Darcy (1962), “A universidade e a nação”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano VII, vol. 10, nº. 19, Março – Abril, pp. 13 – 44.
- SEGANDREDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963, p. 11.
- SILVA, Luiz Osiris da. *O que são as reformas de base*. São Paulo: Fulgos, Universidade do Povo, 1963.
- UEE Caderno – Resoluções. São Paulo: UEE, Gráfica do Grêmio Filosofia da USP, 1963, s/p.
- UNE: luta atual pela reforma universitária. UNE, 1963.
- UPH Manual. Secretária Geral do Trabalho Masculino. Rio de Janeiro: Igreja Presbiteriana do Brasil, 1964.
- WOORTMANN, Klaas (1962), “Implicações sociais do desenvolvimento e da urbanização”, *Educação e Ciências Sociais*, Ano VII, vol. 10, nº. 20, Maio – Agosto, p. 110 – 119.